



**Programa Operacional Regional do Alentejo 2007 - 2013**

## **Relatório de Execução Anual 2012**

**Objectivo: Convergência**

**Código CCI 2007PT161PO004**

**Decisão de Aprovação da Comissão: C(2007) 4685, de 09-10-2007**

**Alteração à Decisão de Aprovação da Comissão: C(2011) 9361, de 15-12-2011**

**Alteração à Decisão de Aprovação da Comissão: C(2012) 8998, de 05-12-2012**



## SUMÁRIO EXECUTIVO

### Programa

O Programa Operacional Regional do Alentejo – 2007-2013, adiante designado de INALENTEJO, está integrado no Quadro de Referência Estratégica Nacional e constitui um instrumento de aplicação da política europeia de coesão na região.

O INALENTEJO integra-se no objectivo “Convergência”, e foi aprovado pela Decisão C(2007) 4685, de 9 de Outubro, que fixou o financiamento comunitário através do FEDER em 868.933.978€.

Na sequência de alterações socioeconómicas significativas e visando antecipar previsíveis dificuldades de execução, por força de restrições orçamentais e tendo como base as orientações genéricas definidas para a revisão do QREN, a Autoridade de Gestão do INALENTEJO apresentou, em 2011, uma proposta de reprogramação técnica com fundamento nas disposições previstas nas alíneas a) e d) do n.º 1 do art.º 33.º Regulamento (CE) n.º 1083/2006, que foi aprovada pela a Decisão C(2011)9361 final, de 15 de dezembro, que alterou Decisão C(2007) 4685.

Em 2012, a decisão inicial sofreu nova alteração, na sequência da reprogramação estratégica que culminou com a Decisão C(2012) 8998, de 5 de dezembro. Esta reprogramação estratégica visou:

- reforçar os apoios ao emprego e aos desempregados, promovendo em particular a empregabilidade dos jovens:
  - contribuir para o financiamento do programa de estágios e formação de vocação específica integrados no Impulso Jovem;
  - assegurar o financiamento de medidas de apoio ao empreendedorismo de base local e à criação do próprio emprego, nomeadamente iniciativas previstas neste domínio no Impulso Jovem e o programa PAECPE;
- reforçar os recursos destinados a estimular o investimento das empresas:
  - aumentar a dotação FEDER para os investimentos na modernização do tecido produtivo, em especial das PME, visando estimular a produção de bens e serviços transacionáveis, a melhoria das condições de financiamento das empresas e a criação de oportunidades de emprego, designadamente para jovens, por via do ajustamento das dotações previstas em domínios que revelam particulares dificuldades de execução;

- adequar a alocação de fundos às condições de concretização física e financeira dos investimentos públicos em projetos de infraestruturas
- transição para o POVT dos compromissos assumidos com operações ainda não concluídas nas tipologias incluídas nas áreas de intervenção: ciclo urbano da água; otimização da gestão de resíduos; prevenção e gestão de riscos naturais e tecnológicos (materiais).
- transição da elegibilidade das tipologias incluídas na área de intervenção energia, para o POVT.
- adequar as elegibilidades dos PO designadamente no que respeita ao financiamento das medidas da Iniciativa Impulso Jovem;
- reforçar o contributo do fundo JESSICA, dada a sua transição do POVT
- reforçar as taxas de cofinanciamento, como forma de acelerar a concretização do investimento público num contexto de forte consolidação orçamental

Foram tomadas medidas que, não resultando diretamente desta reprogramação, visaram acelerar a execução das operações promovidas por entidades públicas, nomeadamente:

- reforço as taxas de comparticipação dos fundos comunitários nas operações públicas, com contribuição direta para a consolidação orçamental, aumentando de forma generalizada a taxa de cofinanciamento máxima até 85% para operações ainda não concluídas e promovidas por entidades que consolidam para efeitos de contabilidade nacional (da administração central e da administração local);
- reforço de tesouraria aos beneficiários através da aplicação de um reforço de taxa para 95% a todos os pagamentos a efetuar em 2012 e 2013 no âmbito de operações aprovadas, à exceção dos promotores beneficiários no âmbito dos sistemas de incentivos e dos instrumentos de engenharia financeira, limitado ao montante de 95% do fundo aprovado.

O montante FEDER alocado ao PO foi alterado para 853.933.978€, e, em virtude do aumento das taxas de cofinanciamento, reduziu-se o valor do investimento total para 1.054.531.052€ (antes 1.069.453.932€).

Assim, continua o INALENTEJO a responder a três desafios centrais do desenvolvimento desta região inscritos nos eixos estratégicos “Alentejo 2015”:

- Desenvolvimento empresarial, criação de riqueza e emprego
- Abertura da economia, sociedade e território ao exterior
- Melhoria da qualidade urbana, rural e ambiental.

Os objectivos definidos na estratégia são estruturados e articulam-se após a reprogramação em torno de 4 eixos prioritários, sendo as correspondentes dotações financeiras as seguintes:

Eixo 1 – Competitividade, inovação e conhecimento	318 M€
Eixo 2 – Valorização do Espaço Regional	112 M€
Eixo 3 – Coesão Local e Urbana	400 M€
Eixo 4 – Assistência Técnica	23 M€

### Execução Física

A análise da realização física do PO teve como base fundamental os dados referentes aos indicadores comuns (CE), complementada pelos indicadores comuns nacionais, tendo sido considerados não só os valores contratados, mas também os referentes à execução das intervenções que se encontram finalizadas ou em condições de serem usufruídas pelos destinatários

No âmbito desta análise dos indicadores comuns comunitários, será pertinente destacar o dinamismo verificado na contratação e/ou na execução, nas seguintes áreas:

- “*n.º de projetos de transportes*” passou de 85 operações para 119, sendo que destas já se encontram concluídas 99 operações;
- na área das energias renováveis é de referir uma alteração significativa, passando da aprovação de 46 para 79 projetos (Indicador n.º 23);
- é de registar a redução do “*n.º de projetos de turismo*” de 102 para 90 (indicador n.º 34), justificada pela desistência de alguns projetos no âmbito do sistema de incentivos;
- continua a verificar-se dinamismo nas operações enquadradas no Regulamento Específico de Requalificação da Rede Escolar (eixo 3), estando desde já contratadas 74 operações. Tendo em conta que já se encontram finalizadas 47 operações, permite-nos evidenciar uma boa execução (indicador n.º 36);

No que respeita aos indicadores comuns nacionais merecem realce pela evolução positiva verificada os indicadores seguintes:

- ICN-Tri-004 – neste indicador verifica-se uma redução (20 em 2011 e 10 em 2012) que decorre duma aferição mais cuidada do tipo de CAE a considerar;

- de referir a redução decorrente de desistências/rescisões (sistema de incentivos) nos indicadores ICN-TRI-002, ICN-TRI-003, ICN-Anual-003;
- ICN-Anual-004 – o “*n.º de empresas apoiadas em setores de produção transacionável e internacionalizável*”, duplicou em 2012, passando de 75 para 155;
- ICN-Tri-006 – “*O investimento elegível em I&DT*” passou de 6,9 M€ para 33,7 M€;
- ICN-Anual-016 – de destacar a redução no “*n.º de projetos-piloto de eficiência energética*”, passando de 89 em 2011 para 71 projetos em 2012, diminuição que resulta de desistências/rescisões;
- ICN-Tri-015 – neste indicador regista-se o apoio a 70 “*centros escolares do 1.º ciclo do ensino básico e da educação pré-escolar*” (65 em 2011), estando 45 concluídas. Ao nível das “*escolas do 2.º e 3.º ciclo do ensino básico*” em 2012, verificou-se a aprovação de mais 5 operações, ficando com um total de 9 operações aprovadas e 2 concluídas;
- ao nível do “*n.º de alunos abrangidos*” (ICN-Anual-033) refira-se um acréscimo no 1.º ciclo, 17.367 alunos (15.912 em 2011) e 4.197 alunos (2.207 em 2011) nas escolas de 2.º e 3.º ciclo.

#### Execução Financeira

O ano de 2012 representou 18,86% do valor de FEDER aprovado no INALENTEJO, sendo a taxa de compromisso (FEDER aprovado / FEDER programado) no final do ano de 92,89% com um valor de FEDER aprovado de 793,2 M€.

O aumento de execução foi bastante significativo, tendo passado de 180,7 M€ no final de 2011, para 346,8 M€ no final de 2012, o que representa uma taxa de execução de 40,62%, face ao programado. Se entrarmos em linha de conta com os adiantamentos certificáveis dos sistemas de incentivos essa taxa atinge os 42,10%.

Este incremento resulta da influência do aumento da taxa de comparticipação, da prioridade atribuída pela CD à validação de despesa, das medidas de simplificação de procedimentos introduzidas e do esforço realizado pela estrutura técnica do INALENTEJO, de forma a aumentar a validação documental e processual da despesa apresentada pelos beneficiários.

Os pagamentos aos beneficiários mantiveram uma forte dinâmica, tendo sido efetuadas transferência de 449,6 M€ até ao final de 2012, correspondendo a 52,6% do programado. Para este resultado contribuiu a aplicação do mecanismo *top-up*, que permitiu o pagamento à taxa única de 95% como medida de antecipação do financiamento e o pagamento de retroativos referente ao reforço da taxa de financiamento.

### Dimensão de tipo de território

Verifica-se uma forte concentração do n.º de projetos e, consequentemente, do FEDER aprovado na dimensão aglomeração urbana, que representa 54,69% dos projetos aprovados, seguindo-se as regiões de fraca densidade populacional com 32,79% e as zonas rurais com 4,69%. Este diferencial resulta em grande parte dos investimentos estruturantes nas áreas da educação, saúde, reabilitação urbana e também da influência do investimento e projetos do eixo 1 (área empresarial).

No que concerne à distribuição por NUT III os valores de aprovação e execução apresentavam no final de 2012 a seguinte distribuição:

- Lezíria do Tejo - com 17,50% do FEDER aprovado e 43,56% de taxa de realização;
- Alto Alentejo - com 19,44% do FEDER aprovado e 42,12% de taxa de realização;
- Alentejo Central – com 25,79% do FEDER aprovado e 36,26% de taxa de realização;
- Baixo Alentejo – com 17,38% do FEDER aprovado e 50,07% de taxa de realização;
- Alentejo Litoral – com 10,68% do FEDER aprovado e 35,41% de realização;
- Não regionalizável – com 9,21% do FEDER aprovado e 66,03% de realização.

As diferenças verificadas, relativamente à percentagem de aprovação, resultam não só das diferentes dinâmicas regionais (social, económica, geográfica, etc.), mas em grande parte da natureza dos investimentos realizados, tendo-se verificado uma quebra de aprovação ao nível das operações localizadas no Alentejo Litoral, menos significativamente no Alto Alentejo e das operações não regionalizáveis.

### Distribuição por públicos alvo

Ao setor administração local corresponde o maior valor de projetos aprovados (667), sendo também o grupo que apresenta maior percentagem de FEDER aprovado, executado e pago aos beneficiários 49%, 58% e 56% respetivamente.

O setor empresarial, que em 2012 apresentava 504 projetos aprovados, é o setor com o segundo maior número de aprovações e uma percentagem de FEDER aprovado, executado e pago aos beneficiários, correspondendo a 31%, 24% e 26% respetivamente.

O sector empresarial apresenta-se, assim, como o grupo alvo com maior crescimento de aprovações, resultado do maior número de avisos abertos em 2012 ter sido no eixo 1 – competitividade, inovação e conhecimento.

O grupo organismos da administração central desconcentrada apresentou uma quebra no número de projetos aprovados (111) com um FEDER de 65,2 M€.

#### Organismos Intermédios no âmbito das Subvenções Globais

Numa análise à execução de 2012, verifica-se um ligeiro decréscimo do FEDER comprometido, aproximadamente 500 mil€ e um decréscimo mais acentuado no valor investimento elegível, aproximadamente 15 M€, a discrepância que se regista entre os níveis de decréscimo, resulta de se ter procedido ao aumento da taxa de comparticipação para a generalidade das operações aprovadas e ainda não concluídas.

No que concerne ao compromisso concluiu-se que a ligeira diminuição do FEDER comprometido foi claramente influenciada pela ação de descativação de verbas de operações sem execução ou com baixo nível de execução e pela transição de operações para outros PO após a aprovação da reprogramação técnica, que envolveram valores que não foi possível compensar integralmente pelas novas aprovações e pelo aumento das taxas de comparticipação.

Os contratos de delegação de competências com subvenção global celebrados com as cinco CIM do Alentejo comprometem um montante de 255,9 M€, que representa aproximadamente 30% da dotação FEDER do INALENTEJO.

A CIM Alto Alentejo destaca-se em relação ao número de candidaturas aprovadas, 99, com um montante FEDER de 44,7 M€. Contrariamente ao verificado com o compromisso, que se manteve praticamente igual ao do ano anterior, o FEDER validado registou durante o ano de 2012 um acréscimo de 49,5 M€, o que determinou que a taxa de execução fosse no final do ano de 49,6%, registando relativamente ao 2011 um acréscimo superior a 20 pontos percentuais.

Também as taxas de execução (valor da subvenção global / FEDER validado) apresentam diferenças significativas entre o valor mais elevado, aproximadamente 62% registado pela CIM Alto Alentejo, e o mais baixo, aproximadamente 39% referente à CIM Alentejo Litoral, sendo que com exceção da CIM Lezíria do Tejo (54,5%) todas as outras taxas são inferiores a 50%.

Se for efetuada uma análise ao nível da taxa de realização (valor FEDER aprovado / FEDER validado) os valores são muito mais próximos como se constata pelos elementos a seguir indicados:

- CIM Baixo Alentejo taxa de realização – 64,63%;
- CIM Alentejo Central taxa de realização – 56,58 %;
- CIM Alentejo Litoral taxa de realização – 66,56%;
- CIM Alto Alentejo taxa de realização – 62,07%;
- CIM Lezíria do Tejo taxa de realização – 65,17%;

No final do ano de 2012 tinham sido pagos aos beneficiários das operações integradas na contratualização 144 M€, dos quais 48 M€ durante este ano.

#### Compliance assessment

No último trimestre de 2012 foi revista e atualizada a Descrição do Sistema de Gestão e Controlo, para além das alterações ocorridas após a última revisão na regulamentação do Programa, nomeadamente as que resultaram da reprogramação técnica, a proposta refletiu também as mudanças verificadas na constituição da AG.

Foram ainda incluídas outras alterações ao nível dos procedimentos de que se realça a operacionalização de um procedimento que possibilitou o aumento da taxa máxima de cofinanciamento até 85%, as verificações administrativas passaram a incidir sobre uma amostra de documentos de suporte à despesa apresentada, alterando, assim, o procedimento que vigorava, de análise da totalidade dos documentos de despesa associados a cada pedido de pagamento e a alteração ao modelo de constituição da amostra nas operações de supervisão das CIM.

#### Verificação no local

Foram concluídas 38 ações de verificação no local, que representaram um total de despesa no montante de 33,4 M€, e um esforço total de 7,2 % da despesa validada no programa até final de 2012, que foi de 463,8 M€.

Nas ações de verificação no local concluídas em 2012, foram registadas consequências financeiras em sete operações, no montante de 424.537€.

#### Informação e divulgação

O ano de 2012 está integrado na fase de “Divulgação da Execução e Encerramento”, pelo que os esforços da AG se têm debruçado também sobre a aplicação dos fundos e a transmissão da informação sobre a execução dos projetos.

De destacar os seguintes aspectos:

- o *site* de internet do INALENTEJO continuou a ser um meio privilegiado de informação e divulgação, com um total de visitas de 603.194, das quais 117.606 em 2012;
- foram desenvolvidas três campanhas de promoção e divulgação, a saber, a aprovação da reprogramação estratégica do INALENTEJO, o plano Anual de Concursos de 2012 e a realização do Evento Anual;
- foram divulgadas 16 *newsletters* no *site* de internet do INALENTEJO;
- foram realizados, entre outros, os seguintes eventos: sessões de esclarecimento sobre os sistemas de incentivos – *road-show* – em Benavente, Portalegre, Beja, Sines e Évora, em março e abril de 2012; um segundo *road-show* de sessões de esclarecimento sobre os sistemas de incentivos, em dezembro, em Vila Viçosa, Grândola, Aljustrel, Ponte de Sôr e Cartaxo.

## ÍNDICE GERAL

SUMÁRIO EXECUTIVO .....	I
ÍNDICE GERAL .....	IX
ÍNDICE DE TABELAS .....	XII
ÍNDICE DE FIGURAS .....	XIV
ÍNDICE DE GRÁFICOS .....	XVI
INTRODUÇÃO .....	1
1.APRESENTAÇÃO DO PROGRAMA OPERACIONAL.....	3
1.1. ORGANIZAÇÃO DO INALENTEJO – OBJETIVOS E PRIORIDADES, ÁREAS DE INTERVENÇÃO E BENEFICIÁRIOS .....	6
1.2. GOVERNAÇÃO DO PROGRAMA OPERACIONAL.....	20
1.2.1. AUTORIDADE DE GESTÃO .....	23
2. EXECUÇÃO DO PROGRAMA OPERACIONAL .....	37
2.1. REALIZAÇÃO E ANÁLISE DOS PROGRESSOS .....	37
2.1.1. REALIZAÇÃO FÍSICA DO PROGRAMA OPERACIONAL.....	37
2.1.2. REALIZAÇÃO FINANCEIRA DO PROGRAMA OPERACIONAL .....	44
2.1.3. INFORMAÇÃO SOBRE A REPARTIÇÃO DA UTILIZAÇÃO DOS FUNDOS.....	51
2.1.4. INFORMAÇÃO SOBRE O APOIO COMUNITÁRIO POR GRUPOS ALVO .....	67
2.1.5. APOIO RESTITUÍDO OU REUTILIZADO .....	72
2.1.6. ANÁLISE QUALITATIVA.....	73
2.2. INFORMAÇÃO SOBRE A CONFORMIDADE COM O DIREITO COMUNITÁRIO .....	81
2.3. PROBLEMAS SIGNIFICATIVOS ENCONTRADOS E MEDIDAS TOMADAS .....	88
2.4. MUDANÇAS NO CONTEXTO DA EXECUÇÃO DO PROGRAMA OPERACIONAL .....	92
2.4.1. MUDANÇAS NO CONTEXTO REGULAMENTAR .....	110
2.5. ALTERAÇÃO SUBSTANCIAL NA ACEÇÃO DO ARTIGO 57º DO REGULAMENTO (CE) N.º 1083/2006 .....	117
2.6.COMPLEMENTARIDADE .....	117
2.6.1. COMPLEMENTARIDADE COM OUTROS INSTRUMENTOS.....	117
2.6.2.INSTRUMENTOS DE ENGENHARIA FINANCEIRA – JEREMIE E JESSICA.....	119
2.7. ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO .....	122
2.7.1. ACOMPANHAMENTO .....	122

2.7.1.1. AUTORIDADE DE GESTÃO .....	122
2.7.1.2. OUTRAS PARCERIAS.....	135
2.7.1.3. VERIFICAÇÕES NO LOCAL .....	140
2.7.1.4. OUTRAS AUDITORIAS AO INALENTEJO .....	147
2.7.2. AVALIAÇÃO .....	151
2.7.3. AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA.....	156
3. EXECUÇÃO POR EIXO PRIORITÁRIO.....	164
3.1. EIXO PRIORITÁRIO 1 – COMPETITIVIDADE, INOVAÇÃO E CONHECIMENTO .....	164
3.1.1. CUMPRIMENTO DE METAS E ANÁLISE DE PROGRESSOS.....	166
3.1.2. ANÁLISE QUALITATIVA.....	174
3.1.3. PROBLEMAS SIGNIFICATIVOS ENCONTRADOS E MEDIDAS TOMADAS .....	179
3.1.4. PROJETO DEMONSTRATIVO .....	181
3.2. EIXO PRIORITÁRIO 2 – VALORIZAÇÃO DO ESPAÇO REGIONAL .....	185
3.2.1. CUMPRIMENTO DE METAS E ANÁLISE DE PROGRESSOS.....	186
3.2.2. ANÁLISE QUALITATIVA.....	192
3.2.3. PROBLEMAS SIGNIFICATIVOS ENCONTRADOS E MEDIDAS TOMADAS .....	196
3.2.4. PROJETO DEMONSTRATIVO .....	198
3.3. EIXO PRIORITÁRIO 3 – COESÃO LOCAL E URBANA .....	202
3.3.1. CUMPRIMENTO DE METAS E ANÁLISE DE PROGRESSOS.....	203
3.3.2. ANÁLISE QUALITATIVA .....	209
3.3.3. PROBLEMAS SIGNIFICATIVOS ENCONTRADOS E MEDIDAS TOMADAS .....	214
3.3.4. PROJETO DEMONSTRATIVO .....	215
3.4. EIXO PRIORITÁRIO 4 – ASSISTÊNCIA TÉCNICA.....	219
3.4.1. CUMPRIMENTO DE METAS E ANÁLISE DE PROGRESSOS.....	219
3.4.2. ANÁLISE QUALITATIVA.....	222
3.4.3. PROBLEMAS SIGNIFICATIVOS ENCONTRADOS E MEDIDAS TOMADAS .....	223
3.4.4. PROJETO DEMONSTRATIVO .....	224
4. GRANDES PROJETOS E PROJETOS AMBIENTAIS .....	226
4.1. GRANDES PROJETOS .....	226
4.2. PROJETOS AMBIENTAIS .....	226
5. ASSISTÊNCIA TÉCNICA.....	227
6. INFORMAÇÃO E DIVULGAÇÃO.....	229

<b>7. CONCLUSÕES E PREVISÕES PARA 2013´</b> .....	<b>248</b>
<b>GLOSSÁRIO</b> .....	<b>250</b>
<b>GLOSSÁRIO DE SIGLAS</b> .....	<b>255</b>
<b>ANEXO I – REALIZAÇÃO FÍSICA DOS INDICADORES COMUNS NACIONAIS</b> .....	<b>259</b>
<b>ANEXO II – PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA, APROVAÇÕES E EXECUÇÃO POR EIXO PRIORITÁRIO ATÉ 31-12-12</b> .....	<b>267</b>
<b>ANEXO III – APROVAÇÕES E EXECUÇÃO POR REGULAMENTO ESPECÍFICO ATÉ 31-12-12</b> .....	<b>271</b>
<b>ANEXO IV – APROVAÇÕES E EXECUÇÃO POR NUT III ATÉ 31-12-12</b> .....	<b>275</b>
<b>ANEXO V – APROVAÇÕES E EXECUÇÃO POR TEMA PRIORITÁRIO</b> .....	<b>279</b>
<b>ANEXO VI – RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO DOS INSTRUMENTOS DE ENGENHARIA FINANCEIRA (FUNDOS DE PARTICIPAÇÃO)</b> .....	<b>285</b>
<b>ANEXO VII – INDICADORES DE MONITORIZAÇÃO ESTRATÉGICA AMBIENTAL E DE SUSTENTABILIDADE</b> .....	<b>291</b>
<b>ANEXO VIII – RESUMO IMPLEMENTAÇÃO FÍSICA – INDICADORES DE EIXO – ANEXO VI DO REGULAMENTO (CE) N.º 84/2009</b> .....	<b>295</b>
<b>ANEXO IX – RESUMO IMPLEMENTAÇÃO FÍSICA INDICADORES COMUNS COMUNITÁRIOS – ANEXO VI DO REGULAMENTO (CE) N.º 846/2006</b> .....	<b>305</b>
<b>ANEXO X – OPERAÇÕES APROVADAS POR EIXO PRIORITÁRIO ATÉ 31-12-12</b> .....	<b>309</b>
<b>ANEXO XI – REGULAMENTAÇÃO ESPECÍFICA/CALENDÁRIO DE CONCURSOS POR EIXO PRIORITÁRIO</b> .....	<b>353</b>
<b>ANEXO XII – PROCESSO DE SELEÇÃO POR EIXO PRIORITÁRIO ATÉ 31-12-2012</b> .....	<b>363</b>
<b>ANEXO XIII – FICHA DE GRANDE PROJETO</b> .....	<b>367</b>
<b>ANEXO XIV – PROCESSO FICHA DE PROJETO AMBIENTAL</b> .....	<b>367</b>
<b>ANEXO XV – QUADRO AUXILIARES</b> .....	<b>369</b>

## ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1.1: Apresentação do Programa	3
Tabela 1.2: Estrutura de Eixo - INALENTEJO	10
Tabela 1.3: Alteração de indicadores	11
Tabela 1.4: Dos objetivos específicos do PO aos objetivos específicos do eixo	11
Tabela 1.5: Organização do Programa Operacional Regional	12
Tabela 1.6: Plano Financeiro do PO Alentejo	12
Tabela 2.1: Realização Física (valores acumulados ao final do ano)	37
Tabela 2.2: Compromisso financeiro a 31-12-2012	44
Tabela 2.3: Operações Aprovadas	47
Tabela 2.4: Execução Financeira e Pagamentos aos Beneficiários	49
Tabela 2.5: Realização Financeira	50
Tabela 2.6: Pagamentos Intermédios de 2012	50
Tabela 2.7: Certificação de despesa e pedidos de pagamento, enviados à CE em 2012 (valores acumulados)	50
Tabela 2.8: Cumprimento da regra do "n+3" relativa a 2012, com despesa certificada até final do ano	51
Tabela 2.9: Repartição da contribuição comunitária por dimensão - Formas de Financiamento	52
Tabela 2.10: Repartição da contribuição comunitária por dimensão - Tipo de Território	53
Tabela 2.11: Repartição da contribuição comunitária por dimensão - Atividade Económica	54
Tabela 2.12: Aprovações e execução financeira por NUT III	65
Tabela 2.13: Aprovações e execução financeira - Grupo Alvo	67
Tabela 2.14: Áreas de investimento – Temas Prioritários	73
Tabela 2.15: Auxílios minimis	84
Tabela 2.16: Organização territorial	94
Tabela 2.17: Componentes do crescimento demográfico	95
Tabela 2.18: VAB (106 €) – Portugal, Alentejo e NUT III - 2010 e 2011	105
Tabela 2.19: Contributo da Intervenção de outros Programas Operacionais no Alentejo	118
Tabela 2.20: JESSICA - participação de cada uma das entidades	120
Tabela 2.21: Valores contratualizados no âmbito da Subvenção Global	130
Tabela 2.22: Análise qualitativa e quantitativa dos valores de aprovação no âmbito da Subvenção Global	132
Tabela 2.23: Programa de Ação-Turismo	135
Tabela 2.24: Plano de Ação de 2012	143
Tabela 2.25: Despesa objeto de verificação no final de 2012, por eixo prioritário	144
Tabela 2.26: Ações de verificação no local – consequências financeiras	145
Tabela 2.27: Auditorias realizadas em 2012	147
Tabela 2.28: Auditorias com despacho de decisão final em 2012	148
Tabela 2.29: Cronograma de execução	151
Tabela 2.30: Indicadores de monitorização das recomendações da AAE	161
Tabela 3.1: Eixo Prioritário 1 – Aprovação	167
Tabela 3.2: Eixo Prioritário 1 - Aprovação por Regulamento Específico	168
Tabela 3.3: Eixo Prioritário 1 - Tipologia de operação	168
Tabela 3.4: Realização Física do Eixo Prioritário 1	171
Tabela 3.5: Regulamento Específico – SI Qualificação PME	174
Tabela 3.6: Regulamento Específico – SI I&DT	175
Tabela 3.7: Regulamento Específico - SI Inovação	175
Tabela 3.8: Regulamento Específico – Sistema de Apoio a Ações Coletivas (SIAC)	176
Tabela 3.9: Regulamento Específico – Promoção e Capacitação Institucional	177
Tabela 3.10: Regulamento Específico - Apoio a Áreas de Acolhimento Empresarial e Logística	178
Tabela 3.11: Situação dos Avisos 2011/2012	179
Tabela 3.12: Eixo Prioritário 2 – Aprovação	186
Tabela 3.13: Eixo Prioritário 2 - Aprovação por Regulamento Específico	189

Tabela 3.14: Eixo Prioritário 2 - Tipologia de operação	189
Tabela 3.15: Realização Física do Eixo Prioritário 2	190
Tabela 3.16: Situação dos avisos - Acções de Valorização do Litoral	193
Tabela 3.17: Situação dos avisos - Património Cultural	193
Tabela 3.18: Situação dos avisos 2011/2012	193
Tabela 3.19: Eixo Prioritário 3 - Aprovação	204
Tabela 3.20: Eixo Prioritário 3 - Aprovação por Regulamento Específico	204
Tabela 3.21: Eixo Prioritário 3 - Tipologia de operação	206
Tabela 3.22: Realização Física do Eixo Prioritário 3	206
Tabela 3.23: Regulamento Específico Política de cidades – parcerias para a regeneração urbana	210
Tabela 3.24: Regulamento Específico – Requalificação da rede escolar do ensino (básico e da educação pré-escolar + 2º e 3º ciclo)	210
Tabela 3.25: Regulamento Específico – Mobilidade Territorial	210
Tabela 3.26: Regulamento Específico – Equipamentos para a Coesão Local	210
Tabela 3.27: Eixo Prioritário 4 – Aprovação	219
Tabela 3.28: Eixo Prioritário 4 – Execução	219
Tabela 3.29: Realização Física do Eixo Prioritário 4	221
Tabela 3.30: Situação dos avisos – Assistência Técnica	223
Tabela 5.1: Eixo Prioritário 4 – Assistência Técnica	227
Tabela 5.2: Assistência Técnica, aprovações e execução por tipologia de Beneficiário a 31-12-2012	227
Tabela 5.3: Tipologia de despesa elegível aprovada a 31-12-2012	228
Tabela 6.1: Tipologia de despesa/domínio	243
Tabela 6.2: Ações de natureza diversa desenvolvidas em 2012	243
Tabela 6.3: Plano de Comunicação	244
Tabela 7.1: Taxas 2011 e 2012	249
Tabela 7.2: Previsões de pedidos de certificação de despesa 2013	249

## ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1.1: Da estratégia regional ao desenvolvimento do Programa Operacional Regional	5
Figura 1.2: Árvore de objetivos	5
Figura 1.3: Interação organizacional entre os organismos envolvidos no sistema de gestão e controlo	22
Figura 1.4: Organograma Base da Autoridade de Gestão do INALENTEJO	23
Figura 2.1: Distribuição do FEDER aprovado por concelho - Competitividade, Inovação e Conhecimento	57
Figura 2.2: Distribuição do FEDER executado por concelho - Competitividade, Inovação e Conhecimento	57
Figura 2.3: Distribuição do FEDER aprovado por concelho - Educação	58
Figura 2.4: Distribuição do FEDER executado por concelho - Educação	58
Figura 2.5: Distribuição do FEDER aprovado por concelho - Saúde	59
Figura 2.6: Distribuição do FEDER executado por concelho - Saúde	59
Figura 2.7: Distribuição do FEDER aprovado por concelho - Equipamentos para a Coesão Local	60
Figura 2.8: Distribuição do FEDER executado por concelho - Equipamentos para a Coesão Local	60
Figura 2.9: Distribuição do FEDER aprovado por concelho - Política de Cidades	61
Figura 2.10: Distribuição do FEDER executado por concelho - Política de Cidades	61
Figura 2.11: Distribuição do FEDER aprovado por concelho - Ambiente	62
Figura 2.12: Distribuição do FEDER executado por concelho - Ambiente	62
Figura 2.13: Distribuição do FEDER aprovado por concelho - Cultura e Património	63
Figura 2.14: Distribuição do FEDER executado por concelho - Cultura e Património	63
Figura 2.15: Distribuição do FEDER aprovado por concelho - Mobilidade	64
Figura 2.16: Distribuição do FEDER executado por concelho - Mobilidade	64
Figura 2.17: Distribuição do FEDER aprovado por NUT III	66
Figura 2.18: Distribuição do FEDER executado por NUT III	66
Figura 2.19: Distribuição do FEDER aprovado por NUT III - Administração Local	68
Figura 2.20: Distribuição do FEDER executado por NUT III - Administração Local	68
Figura 2.21: Distribuição do FEDER aprovado por NUT III - Organismos da Administração Central Desconcentrada	69
Figura 2.22: Distribuição do FEDER executado por NUT III - Organismos da Administração Central Desconcentrada	69
Figura 2.23: Distribuição do FEDER aprovado por NUT III - Setor Empresarial	70
Figura 2.24: Distribuição do FEDER executado por NUT III - Setor Empresarial	70
Figura 2.25: Distribuição do FEDER aprovado por NUT III - Outros Setores	71
Figura 2.26: Distribuição do FEDER executado por NUT III - Outros Setores	71
Figura 2.27: NUTS III - ALENTEJO	93
Figura 2.28: Variação da população residente no Alentejo 2001 - 2011	94
Figura 2.29: Arquitetura geral do SIGPOA; Módulos e integração com outros sistemas	126
Figura 2.30: Quadro de responsabilidades na monitorização ambiental estratégica	157
Figura 3.1: Eixo 1 - Distribuição FEDER aprovado por NUT III	170
Figura 3.2: Eixo 1 - Distribuição FEDER executado por NUT III	170
Figura 3.3: Eixo 2 - Distribuição FEDER aprovado por NUT III	188
Figura 3.4: Eixo 2 - Distribuição FEDER executado por NUT III	188
Figura 3.5: Eixo 3 - Distribuição FEDER aprovado por NUT III	205
Figura 3.6: Eixo 3 - Distribuição FEDER executado por NUT III	205
Figura 3.7: Eixo 4 - Distribuição FEDER aprovado por NUT III	220
Figura 3.8: Eixo 4 - Distribuição FEDER executado por NUT III	220
Figura 6.1: Logomarca	230
Figura 6.2: Sítio de internet do INALENTEJO – <a href="http://www.ccdr-a.gov.pt/poaqren/">www.ccdr-a.gov.pt/poaqren/</a>	231
Figura 6.3: Campanhas de promoção e divulgação	233
Figura 6.4: Newsletter	234
Figura 6.5: Meios Materiais	235
Figura 6.6: Meios Materiais (Stand)	235

---

Figura 6.7: 1.º Road-show	236
Figura 6.8: Exposição	236
Figura 6.9: 2.º Road-show	237
Figura 6.10: 2.º Road-show	237
Figura 6.11: Sessões públicas de assinaturas de contratos de financiamento	238
Figura 6.12: Dia da Europa	239
Figura 6.13: Região da semana no portal da Comissão para a política regional	240
Figura 6.14: Feiras	241
Figura 6.15: Rede de Comunicação	245
Figura 6.16: OPEN DAYS 2012	247

## ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 2.1: Aprovação anual do INALENTEJO - FEDER	44
Gráfico 2.2: Execução Anual do INALENTEJO - FEDER	45
Gráfico 2.3: Compromisso financeiro a 31-12-2012	45
Gráfico 2.4: Avisos de Concurso 31-12-2012	46
Gráfico 2.5: Dinâmica de Concursos em 31-12-2012	46
Gráfico 2.6: Avisos de Concurso encerrados 31-12-2012	46
Gráfico 2.7: Avisos de Concurso decididos 31-12-2012	46
Gráfico 2.8: Variação de aprovação Líquida por Eixo Prioritário	47
Gráfico 2.9: Incremento de candidaturas	47
Gráfico 2.10: Taxa de Aprovação Líquida	47
Gráfico 2.11: Variação anual da Taxa de Aprovação Líquida	47
Gráfico 2.12: Incremento do Investimento Elegível aprovado	48
Gráfico 2.13: Execução Financeira e Pagamentos aos Beneficiários	49
Gráfico 2.14: FEDER executado e pago versus FEDER aprovado	49
Gráfico 2.15: Incremento da Execução	49
Gráfico 2.16: Incremento de Pagamentos aos Beneficiários	49
Gráfico 2.17: Distribuição do FEDER aprovado por dimensão - Formas de Financiamento	52
Gráfico 2.18: Distribuição projetos aprovados por dimensão - Formas de Financiamento	52
Gráfico 2.19: Distribuição do FEDER aprovado por dimensão - Tipo de Território	53
Gráfico 2.20: Distribuição projetos aprovados por dimensão - Tipo de Território	53
Gráfico 2.21: Distribuição do FEDER aprovado per capita	65
Gráfico 2.22: Distribuição do FEDER aprovado por km <sup>2</sup>	65
Gráfico 2.23: Distribuição do FEDER aprovado por NUT III	65
Gráfico 2.24: Distribuição FEDER executado por NUT III	65
Gráfico 2.25: Projetos aprovados por grupos alvo	72
Gráfico 2.26: Evolução anual de projetos aprovados por grupos alvo	72
Gráfico 2.27: Evolução anual de aprovação FEDER por grupos alvo	72
Gráfico 2.28: Evolução anual de execução FEDER por grupos alvo	72
Gráfico 2.29: Distribuição de projetos por Áreas – Temas Prioritários	73
Gráfico 2.30: Fundo aprovado por Áreas – Temas Prioritários	73
Gráfico 2.31: Variação da Prog./Apro./Exec. por Áreas de investimento – Temas Prioritários	74
Gráfico 2.32: Investigação e desenvolvimento tecnológico, inovação e empreendedorismo	75
Gráfico 2.33: Sociedade da informação	75
Gráfico 2.34: Transportes	77
Gráfico 2.35: Energia	77
Gráfico 2.36: Proteção do ambiente e prevenção de riscos	78
Gráfico 2.37: Turismo	78
Gráfico 2.38: Atividades culturais	79
Gráfico 2.39: Reabilitação urbana e rural	79
Gráfico 2.40: Investimentos em infra-estruturas sociais	81
Gráfico 2.41: Reforço das capacidades institucionais aos níveis nacional, regional e local	81
Gráfico 2.42: Assistência técnica	81
Gráfico 2.43: Temas prioritários	81
Gráfico 2.44: Variação da população residente no Alentejo - 2001 /2011	94
Gráfico 2.45: Componentes do crescimento demográfico	95
Gráfico 2.46: Pirâmide de idade	96
Gráfico 2.47: Índice de envelhecimento - NUT II	96
Gráfico 2.48: Pensionistas da Segurança Social por mil hab. em idade ativa no Alentejo	98
Gráfico 2.49: Rendimento líquido anual por agregado e tipo de rendimento - 2009	98

Gráfico 2.50: Camas dos hospitais por 1000 hab.	98
Gráfico 2.51: Enfermeiros por 1000 hab.	98
Gráfico 2.52: Médicos por 1000 hab.	99
Gráfico 2.53: Médios Especialistas por 1000 hab.	99
Gráfico 2.54: População residente por nível de ensino - Alentejo	100
Gráfico 2.55: Taxa de retenção e desistência no ensino básico regular	100
Gráfico 2.56: Taxa bruta de escolarização no ensino secundário	100
Gráfico 2.57: Taxa de transição/conclusão no ensino secundário	100
Gráfico 2.58: População ativa por nível de instrução - Alentejo - 2011/2012	101
Gráfico 2.59: Taxa de emprego - Alentejo 2009 a 2011	101
Gráfico 2.60: Taxa de desemprego – 2011 e 2012	102
Gráfico 2.61: Taxa de desemprego – NUTS II - 4.º trimestre de 2012	102
Gráfico 2.62: Taxa de desemprego por sexo – 2011 e 2012	103
Gráfico 2.63: Taxa de desemprego – NUTS III - 4.º trimestre de 2012	103
Gráfico 2.64: Desempregados por nível de ensino - Alentejo - 2012	103
Gráfico 2.65: Desempregados por tipo de desemprego - Alentejo - 2012	103
Gráfico 2.66: Desempregados por sexo - Alentejo - 2012	104
Gráfico 2.67: Desempregados por duração do desemprego - Alentejo - 2012	104
Gráfico 2.68: Taxa de variação do PIB 2000/2010 e 2011 (valor provisional)	105
Gráfico 2.69: Taxa de crescimento do PIB per capita - Portugal, Alentejo e NUT III	105
Gráfico 2.70: Índice de disparidade do PIB per capita – Países da UE – 2011	105
Gráfico 2.71: Índice de disparidade do PIB per capita (EU27=100) – 2000 e 2011 (Valor provisional)	105
Gráfico 2.72: VAB - taxa de variação – Portugal, Alentejo e NUT III - 2009/2010	106
Gráfico 2.73: Estrutura Nacional do VAB – 2010	106
Gráfico 2.74: Estrutura Regional do VAB Alentejo – 2010	106
Gráfico 2.75: Remuneração Média Total	107
Gráfico 2.76: Produtividade aparente do trabalho	107
Gráfico 2.77: Demografia das Empresas	107
Gráfico 2.78: Demografia das Empresas - Taxa de natalidade setorial	107
Gráfico 2.79: Comércio Externo – Alentejo	108
Gráfico 2.80: Entrada e Saídas de Bens por principais tipos de produtos – Alentejo – 2010	108
Gráfico 2.81: Proveitos de Aposento	109
Gráfico 2.82: Taxa Líquida Ocupação - Cama	109
Gráfico 2.83: Capacidade de alojamento (nº de camas)	109
Gráfico 2.84: Número de dormidas	109
Gráfico 2.85: Fundo Comunitário Aprovado por PO no Alentejo	119
Gráfico 2.86: Fundo Comunitário Executado por PO no Alentejo	119
Gráfico 2.87: Dotação Contratualização no Eixo 1	131
Gráfico 2.88: Dotação Contratualização no Eixo 2	131
Gráfico 2.89: Dotação Contratualização no Eixo 3	132
Gráfico 2.90: Distribuição FEDER por CIM	132
Gráfico 2.91: N.º de candidaturas aprovadas	132
Gráfico 2.92: Ponto de situação das acções de verificação no local	144
Gráfico 2.93: Despesa objeto de verificação de 2012, por Eixo Prioritário	144
Gráfico 2.94: Distribuição das acções de verificação no local, por NUT III	144
Gráfico 2.95: Supervisão CIM por eixo	149
Gráfico 2.96: Supervisão por CIM	149
Gráfico 3.1: Grau de compromisso global face à Programação	169
Gráfico 3.2: Grau de compromisso global face à Programação	187
Gráfico 3.3: Grau de compromisso global face à Programação	204
Gráfico 3.4: Grau de compromisso global face à Programação	219
Gráfico 5.1: Assistência Técnica	227



## INTRODUÇÃO

O relatório anual de Execução do Programa Operacional do Alentejo – INALENTEJO relativo ao ano de 2012 foi elaborado tendo em vista dar cumprimento ao disposto no art. 67.º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006, de 11 de julho de 2006, que determina o seu envio até 30 de junho de 2013, à Comissão Europeia após aprovação da Comissão Acompanhamento. No que concerne ao conteúdo e estrutura, este documento obedece ao estipulado no Anexo VI ao Regulamento (CE) n.º 846/2009, de 1 de setembro, e Regulamento (CE) n.º 832/2010, de 17 de setembro, que alteraram o Regulamento (CE) n.º 1083/2006, de 11 de julho, foi também tido em consideração o determinado na legislação nacional, nomeadamente o estipulado no Decreto-Lei 312/2007, de 17 de setembro, com redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei 74/2008, de 22 de abril.

As orientações do IFDR para elaboração dos relatórios anuais, bem como as recomendações feitas pela Comissão Europeia na aceitação do relatório de execução de 2011, foram tidas em consideração na preparação deste documento.

O intuito deste relatório é a prestação de contas relativa ao ano de 2012, devendo como tal, constituir-se como um instrumento de apoio à gestão, pelo que nele são descritos os aspetos mais relevantes, nomeadamente o progresso registado na execução do programa e a identificação das dificuldades e estrangulamentos que no período em análise condicionaram o desenvolvimento do programa, bem como as soluções encontradas para os mitigar.

O relatório anual de execução do INALENTEJO relativo ao ano de 2012 mantém uma estrutura de 7 capítulos, semelhante à dos relatórios dos anos anteriores. No primeiro destes procede-se de uma forma genérica à apresentação do PO, referindo os objetivos, estratégias, organização, dotações financeiras e modelo de gestão e acompanhamento.

Nos capítulos 2 e 3 é feita de forma detalhada a análise da execução física e financeira do INALENTEJO e de cada um dos eixos que o integram. Foram tidos em consideração nesta análise os aspetos seguintes: grau de compromisso e de execução das dotações financeiras e o nível de concretização dos diferentes tipos de indicadores, sendo também identificados os obstáculos que durante o período a que se reporta o relatório se levantaram à sua concretização, bem com as iniciativas desenvolvidas para os ultrapassar.

A análise à assistência técnica prestada pelo programa está reportada no capítulo 5 deste relatório e, no capítulo 6, dá-se conta das atividades que foram desenvolvidas ao longo do ano no que se refere às atividades de divulgação e informação.

As principais conclusões do que foi o desenvolvimento do programa no ano de 2012 e as perspetivas para 2013, estão reportadas no capítulo 7.

---

Integra ainda o documento um conjunto de anexos, em que se disponibiliza com detalhe toda a informação de base relativa à execução física e financeira do PO ao longo do período em análise.

# 1. APRESENTAÇÃO DO PROGRAMA OPERACIONAL

Tabela 1.1: Apresentação do Programa

Programa Operacional do Alentejo	Objetivo: Convergência
	Zona Elegível: NUT II Alentejo
	Período de Programação: 2007 - 2013
	Número do Programa (CCI): 2007PT161PO004
	Designação do Programa: Programa Operacional Regional do Alentejo
Relatório Anual de Execução	Ano de referência: 2012
	Data de aprovação do relatório anual pela Comissão de Acompanhamento: 17-05-2013

A preparação do ciclo de programação 2007-2013 desenvolveu-se no contexto da reforma da política europeia de coesão, impulsionada por uma nova articulação nas várias dimensões territoriais (comunitária, nacional e regional) entre as prioridades da União e os pilares do desenvolvimento sustentável (convergência; cooperação territorial; competitividade e inovação; emprego e inclusão social; proteção ambiental e prevenção de riscos), onde podem ser destacadas 5 transformações principais:

- uma abordagem mais estratégica centrada nas prioridades globais da União devidamente adaptadas e integradas em quadros nacionais de referência estratégica (coordenação mais eficiente das iniciativas nacionais e comunitárias);
- uma menor dispersão dos recursos alcançada pela concentração das intervenções em termos temáticos (nas prioridades de Lisboa e Gotemburgo, isto é, na competitividade, inovação e sustentabilidade) e orçamentais (nos territórios, regiões e países mais necessitados do ponto de vista da convergência);
- uma abordagem mais adaptada à diversidade interna da União, traduzida numa maior responsabilização dos países, das regiões e das cidades, apoiada numa maior descentralização e numa maior consideração das especificidades territoriais (integração da dimensão urbana, consideração de diversas desvantagens naturais e geográficas, compensação dos sobrecustos das regiões ultraperiféricas);
- uma significativa simplificação do modelo de gestão dos fundos (menos fundos, um fundo por programa, mais forte articulação entre fundo de coesão e fundos

estruturais e uniformização da gestão financeira, regras nacionais de elegibilidade de despesas e programação por prioridade e não por medida);

- uma busca de maior eficiência e equilíbrio no processo de monitorização e controlo (clarificação das responsabilidades da Comissão e dos Estados Membros, introdução de condicionantes financeiras associadas aos objetivos de convergência e à adoção de mecanismos credíveis de controlo/gestão).

Definido na sua base pela Resolução de Conselho de Ministros n.º 25/2006 de 10 de março, o QREN é “o documento de direção estratégica e operacional dos instrumentos financeiros de carácter estrutural que apoiarão a concretização de componentes importantes da política de desenvolvimento de Portugal no período de 2007 a 2013”.<sup>1</sup>

O QREN e todos os Programas Operacionais (regionais e temáticos) que o compõem encerram um conjunto de 5 prioridades estratégicas:

- a promoção da qualificação dos portugueses;
- a promoção do crescimento sustentado;
- a melhoria da coesão social;
- a qualificação do território e das cidades;
- a melhoria da governação.

As grandes linhas estratégicas de desenvolvimento do Alentejo, no horizonte do ciclo de programação 2007-2013, designadas “Alentejo 2015”, foram materializadas com atenção a duas motivações básicas:

- uma, ligada ao esforço de renovação do modelo económico, visando uma aceleração significativa da competitividade e atratividade económica da região;
- outra, ligada ao esforço de consolidação, racionalização e valorização dos investimentos estruturantes já realizados.

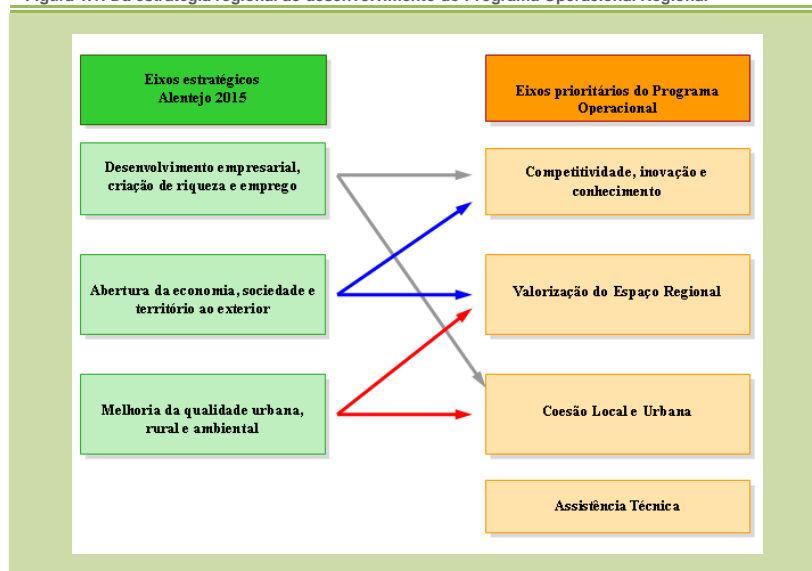
O modelo proposto para a passagem da estratégia ao programa operacional regional procura consagrar as grandes orientações comunitárias e nacionais, acolhendo especialmente as motivações de concentração temática e financeira, de apropriação estratégica regional mais

---

<sup>1</sup> Preâmbulo da Resolução de Conselho de Ministros n.º 25/2006

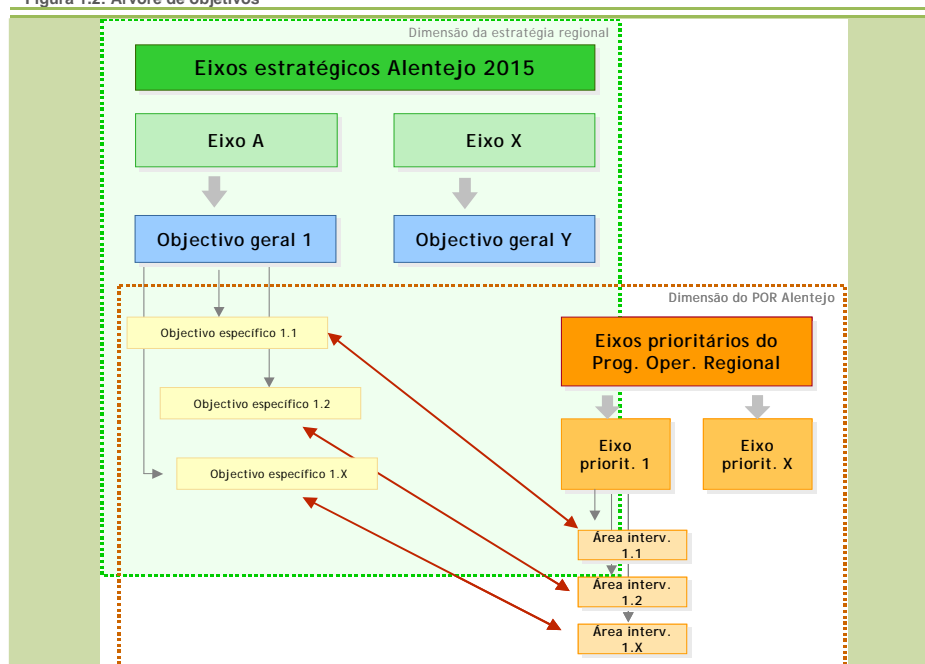
descentralizada e de rearticulação entre competitividade e coesão para alcançar níveis mais elevados de progresso em matéria de convergência.

Figura 1.1: Da estratégia regional ao desenvolvimento do Programa Operacional Regional



O Programa encerra assim um conjunto de objetivos decorrentes da estratégia “Alentejo 2015”, os quais se organizam, atendendo ao respetivo grau de importância para a estratégia e ao seu carácter operativo. Deste modo, a cadeia de objetivos inerente à estratégia regional pode ser subdividida em objetivos gerais, específicos e operacionais.

Figura 1.2: Árvore de objetivos



### 1.1. Organização do INALENTEJO – objetivos e prioridades, áreas de intervenção e beneficiários

As significativas alterações socioeconómicas verificadas na região e no país, determinaram que, visando antecipar previsíveis dificuldades de execução, por força de restrições orçamentais, a Autoridade de Gestão do INALENTEJO tenha apresentado, até ao momento, duas propostas de reprogramação, devidamente enquadradas nas orientações gerais definidas para a revisão do QREN e com fundamento nas disposições previstas no artigo 33.º Regulamento (CE) n.º 1083/2006.

A primeira, designada de Reprogramação Técnica, foi apresentada em junho de 2011 e aprovada pela Decisão C(2011)9361 final, de 15 de dezembro, que alterou a Decisão C(2007) 4685, de 9 de outubro.

Esta reprogramação que manteve intacta a matriz estratégica e os objetivos gerais do PO integrou as seguintes alterações:

- aumento da taxa de cofinanciamento comunitário dos eixos prioritários de investimento público para 85%;
- reforço da dotação financeira prevista para os sistemas de incentivos no eixo 1 - Competitividade, inovação e conhecimento;
- concentração com encerramento da elegibilidade no POVT, dos investimentos relativos a:
  - escolas até ao 3.º ciclo (incluindo requalificação de escolas do 2.º e 3.º ciclo);
  - equipamentos desportivos;
  - ações inovadoras de desenvolvimento urbano;
- simplificação da estrutura de eixos prioritários, através da redução de 6 para 4 eixos, com a manutenção do eixo 1 - Competitividade, inovação e conhecimento e com a criação dos eixos:
  - Valorização do espaço regional (eixo 2);
  - Coesão local e urbana (eixo 3);
- e extinção dos eixos:
  - Desenvolvimento urbano;
  - Conetividade e articulação territorial;

- Qualificação ambiental e valorização do espaço rural;
- Governação e capacitação institucional.
- redução dos montantes programados para a assistência técnica;
- revisão dos indicadores de realização e de resultado.

Uma segunda reprogramação, apresentada pela Autoridade de Gestão do Programa em julho de 2012, foi aprovada pela Decisão C(2012) 8998, de 5 de dezembro, e visou:

- reforçar os apoios ao emprego e aos desempregados, promovendo em particular a empregabilidade dos jovens:
  - contribuir para o financiamento do programa de estágios integrados no Impulso Jovem (passaportes emprego industrialização, inovação e internacionalização);
  - assegurar o financiamento de medidas de apoio ao empreendedorismo de base local e à criação do próprio emprego, nomeadamente iniciativas previstas neste domínio no Impulso Jovem (Passaporte empreendedorismo – COOPJOVEM e a Rede de percepção e gestão de negócios) e o programa PAECPE (Programa de Apoio ao Empreendedorismo e à Criação do Próprio Emprego);
  - reforçar as medidas de apoio ao investimento, em especial das PME, referenciadas na iniciativa impulso jovem, tendo também em vista que um número significativo de jovens beneficiará desses apoios, (SIALM).
- reforçar os recursos destinados a estimular o investimento das empresas:
  - aumentar a dotação FEDER para os investimentos na modernização do tecido produtivo, em especial das PME, visando estimular a produção de bens e serviços transacionáveis, a melhoria das condições de financiamento das empresas e a criação de oportunidades de emprego, designadamente para jovens, por via do ajustamento das dotações previstas em domínios que revelam particulares dificuldades de execução.
- adequar a alocação de fundos às condições de concretização física e financeira dos investimentos públicos em projetos de infraestruturas;
- transição para o POVT dos compromissos assumidos com operações ainda não concluídas nas tipologias incluídas nas áreas de intervenção:
  - ciclo urbano da água;

- otimização da gestão de resíduos;
  - prevenção e gestão de riscos naturais e tecnológicos (materiais);
  - no que respeita às tipologias referidas anteriormente, transitam para o POVT, após a data de aprovação da reprogramação de 2012 pela Comissão Europeia, todas as operações aprovadas pelos PO das regiões objetivo convergência do território do Continente que não tinham ainda sido objeto de transição na reprogramação de 2011 do Programa. A elegibilidade destas tipologias para novas operações nos PO das regiões objetivo convergência do território do Continente já havia sido encerrada da reprogramação de 2011.
- transição da elegibilidade das tipologias incluídas na área de intervenção Energia, para o POVT;
  - esta área de intervenção perde elegibilidade no Programa Operacional no que concerne à aprovação de novas operações. As operações aprovadas até 15 de julho de 2012 são concluídas no PO regional, fechando-se a elegibilidade para novas candidaturas;
  - adequar as elegibilidades dos PO à presente proposta de reprogramação, designadamente no que respeita ao financiamento das medidas da iniciativa impulso jovem:
    - incluir como elegibilidade o programa de estágios integrados no Impulso Jovem (passaportes emprego industrialização, inovação e internacionalização);
    - integrar as elegibilidades em matéria de apoio ao empreendedorismo relativas às medidas neste domínio do Impulso Jovem, bem como, ao Programa de Apoio ao Empreendedorismo e à Criação do Próprio Emprego (PAECP), o que implicará ajustamentos nas elegibilidades quer destes PO, quer do POPH;
  - reforçar o contributo do fundo JESSICA, dada a sua transição do POVT:
    - concentrar a elegibilidade do fundo JESSICA nos PO regionais do Continente, implicando a transição para estes PO das regiões de convergência do financiamento deste fundo atualmente aprovado no POVT (a acomodar nas dotações atuais dos PO). Esta transição permite, simultaneamente, que a dotação do JESSICA até aqui financiada pelo POVT possa assumir a total amplitude de elegibilidades das dotações do

JESSICA financiadas pelos PO Regionais, alargando, por exemplo, a elegibilidade à área da eficiência energética.

- reforçar as taxas de cofinanciamento, como forma de acelerar a concretização do investimento público num contexto de forte consolidação orçamental.

Foram tomadas medidas que, não resultando diretamente desta reprogramação, visaram acelerar a execução das operações promovidas por entidades públicas, nomeadamente:

- reforço das taxas de comparticipação dos fundos comunitários nas operações públicas, com contribuição direta para a consolidação orçamental, aumentando de forma generalizada a taxa de cofinanciamento máxima até 85% para operações ainda não concluídas e promovidas por entidades que consolidam para efeitos de contabilidade nacional (da administração central e da administração local);
- reforço de tesouraria aos beneficiários através da aplicação de um reforço de taxa para 95% a todos os pagamentos a efetuar em 2012 e 2013 no âmbito de operações aprovadas, à exceção dos promotores beneficiários no âmbito dos sistemas de incentivos e dos instrumentos de engenharia financeira, limitado ao montante de fundo aprovado.

A AG através da reprogramação estratégica assumiu todos os compromissos decorrentes das conclusões do Conselho de Ministros de 31 de Maio de 2012, à exceção do cofinanciamento da rede secundária do Empreendimento Fins Múltiplos de Alqueva. Esta possibilidade deverá ser retomada em 2013 com uma eventual reprogramação.

As reprogramações do Programa Operacional Regional do Alentejo 2007-2013 introduziram alterações na estrutura e designação dos eixos prioritários. Atualmente o programa está estruturado nos quatro eixos seguintes:

1. Competitividade, inovação e conhecimento;
2. Valorização do espaço regional;
3. Coesão local e urbana;
4. Assistência técnica.

As reprogramações introduziram também alterações nas tipologias de investimento apoiado e na sua distribuição por eixo; a tabela 1.2 permite avaliar a evolução registada entre a versão inicial e a que resultou da última reprogramação.

Tabela 1.2: Estrutura de eixo - INALENTEJO

Alteração à Decisão de Aprovação da Comissão: C(2012) 8998, de 5 de dezembro		Decisão de Aprovação da Comissão: C(2007) 4685, de 09 de Outubro	
<b>ALENT 1 - Competitividade, inovação e conhecimento</b>	Sistema de incentivos à qualificação e internacionalização de PME	<b>ALENT 1 - Competitividade, inovação e conhecimento</b>	Sistema de incentivos à qualificação e internacionalização de PME
	Sistema de incentivos à investigação e desenvolvimento tecnológico		Sistema de incentivos à investigação e desenvolvimento tecnológico
	Incentivos à inovação		Incentivos à inovação
	Sistema de incentivos de apoio local a microempresas		Promoção da cultura científica e tecnológica e difusão do conhecimento
	Apoio a entidades do sistema científico e tecnológico nacional		Apoio a ações coletivas
	Promoção da cultura científica e tecnológica e difusão do conhecimento		Apoio a infraestruturas científicas e tecnológicas
	Execução do sistema de apoios à modernização administrativa		Apoio a áreas de acolhimento empresarial e logística
	Promoção e capacitação institucional		Energia
	Execução do sistema de apoio a ações coletivas		Economia digital e sociedade do conhecimento
	Sistema de apoio a infraestruturas científicas e tecnológicas	<b>ALENT 2 - Desenvolvimento urbano</b>	Política de cidades – redes
	Sistema de apoio a áreas de acolhimento empresarial e logística		Política de cidades – parcerias para a regeneração urbana
	Sistema de apoio a parques de ciência e tecnologia		Mobilidade territorial
<b>ALENT 2 - Valorização do espaço regional</b>	Energia	<b>ALENT 3 - Conetividade e articulação territorial</b>	Iniciativa comunitária JESSICA
	Economia digital e sociedade do conhecimento		Requalificação da rede escolar do 1.º ciclo do ensino básico e da educação pré-escolar
	Gestão ativa de espaços protegidos e classificados		Valorização e animação do património cultural
	Ações de valorização e qualificação ambiental		Infraestruturas e equipamentos de saúde
	Ações de valorização do litoral		Mobilidade territorial
<b>ALENT 3 - Coesão local e urbana</b>	Prevenção e gestão de riscos naturais e tecnológicos - imateriais	<b>ALENT 4 - Qualificação ambiental e valorização do espaço rural</b>	Rede de equipamentos culturais
	Valorização e animação do património cultural		Equipamentos e serviços coletivos de proximidade (coesão local)
	Infraestruturas e equipamentos de saúde		Gestão ativa de espaços protegidos e classificados
	Rede de equipamentos culturais		Ações de valorização e qualificação ambiental
	Política de cidades – redes		Ações de valorização do litoral
	Política de cidades – parcerias para a regeneração urbana		Prevenção e gestão de riscos naturais e tecnológicos - ações materiais
	Ações inovadoras para o desenvolvimento urbano		Prevenção e gestão de riscos naturais e tecnológicos - ações imateriais
<b>ALENT 4 - Assistência Técnica</b>	Requalificação da rede escolar do ensino (básico e da educação pré-escolar + 2º e 3º ciclo)		Ciclo urbano da água - "vertente em baixa"
	Mobilidade territorial		Otimização da gestão de resíduos e melhoria do comportamento ambiental
	Infraestruturas e equipamentos desportivos		Reabilitação locais contaminados
	Equipamentos e serviços coletivos de proximidade (coesão local)		Valorização económica em espaço rural
<b>ALENT 5 - Governação e Capacitação Institucional</b>	Iniciativa JESSICA	<b>ALENT 6 - Assistência Técnica</b>	Apoio à modernização administrativa
	Ações de assistência técnica		Promoção e capacitação institucional

Apesar de não terem alterado de forma substancial os objetivos gerais do Programa, as reprogramações determinaram a reestruturação dos eixos e tornaram imprescindível uma revisão de alguns dos indicadores e o ajustamento das suas metas, melhorando a evidência das realizações e resultados das operações cofinanciadas pelo INALENTEJO.

Esta revisão visou a conciliação dos indicadores com as alterações financeiras e de conteúdo do INALENTEJO, decorrentes das reprogramações, sem dissimular a falta de concretização e alcance dos objetivos e metas definidas. Houve ainda a intenção de melhorar a sua monitorização, bem como, a harmonização entre os vários tipos de indicadores (comuns nacionais e comuns comunitários).

A listagem dos indicadores de eixo que resultou do ajustamento acima referido, pode ser consultada no anexo VIII, no entanto, apresenta-se no quadro seguinte os indicadores que foram retirados e os que foram inseridos, bem como os respetivos eixos em que se enquadram:

Tabela 1.3: Alteração de indicadores

Indicadores eliminados (reprogramação técnica)	
Eixos anteriores	Designação do indicador
ALENT-01	Índice de sobrevivência de empresas criadas
ALENT-01	% das áreas de inovação empresarial apoiadas que, 2 anos após a conclusão do projeto, têm taxa de ocupação acima de 50%
ALENT-03	Diminuição da distância-tempo entre centros urbanos (em %) nos troços intervencionados
ALENT-03	N.º unidades de saúde familiar apoiadas
ALENT-03	População adicional servida por unidades de saúde familiar apoiadas
ALENT-04	N.º postos de trabalho criados
ALENT-04	N.º intervenções apoiadas
ALENT-04	N.º praias com bandeira azul apoiadas
ALENT-04	Área abrangida por ações de reabilitação e descontaminação ambiental (ha)
ALENT-04	N.º ações de valorização de áreas extrativas
ALENT-05	Serviços públicos (regionais e autárquicos) disponíveis on-line
ALENT-05	% hóspedes estrangeiros nas dormidas em estabelecimentos hoteleiros
Indicadores novos (Reprogramação Técnica)	
Novos eixos	Designação Indicador
ALENT-02	População servida por unidades de saúde apoiadas
ALENT-02	N.º unidades de saúde apoiadas
ALENT-03	Alunos abrangidos por escolas do 2º e 3º ciclo do Ensino Básico construídos e/ou ampliados/requalificados
ALENT-03	Alunos abrangidos por escolas do ensino secundário construídos e /ou ampliados /requalificado
ALENT-03	Escolas do 2º e 3º ciclo do Ensino Básico construídas e/ou ampliados/requalificados
ALENT-03	Escolas do ensino secundário construídos e /ou ampliados / requalificados
Indicadores novos (Reprogramação estratégica)	
Eixo	Designação do indicador
ALENT-01	Nº de estágios apoiados
ALENT-01	Nº de estagiários integrados
ALENT-01	Nº de ativos abrangidos em ações de formação
ALENT-01	Nº de ativos que concluíram ações de formação para a inovação e gestão
ALENT-01	Nº de iniciativas de criação de emprego apoiadas
ALENT-01	Pessoas abrangidas por iniciativas de criação de emprego apoiadas
Indicadores eliminados (Reprogramação estratégica) (1)	
Eixo	Designação do indicador
ALENT-01	Acréscimo de população servida nos sistemas de abastecimentos de água intervencionados
ALENT-01	Km de rede de abastecimento de água (nova ou a reabilitar / intervencionar) nos sistemas de baixa e alta

(1) Estes dois indicadores foram eliminados, na sequência da transição da elegibilidade da tipologia para o POVT, no entanto neste Relatório, ainda se manteve o seu registo até à efectiva transição das operações em causa

Importa ainda referir que na sequência da primeira reprogramação foi necessário proceder a um ajustamento entre dois indicadores do eixo 2 e dois do eixo 3, em relação ao que constava na decisão final da reprogramação (quadro 4.3.2.1 e 4.3.3.1) de modo a compatibilizar os indicadores por eixos com as respetivas áreas de intervenção (mobilidade territorial e património cultural).

A cada um dos quatro eixos prioritários, corresponde um conjunto de objetivos específicos do PO, que estão diretamente associados conforme apresentado na tabela 1.4.

Tabela 1.4: Dos objetivos específicos do PO aos objetivos específicos do eixo

Eixo Prioritário	Objetivos específicos do PO	Objetivos específicos do Eixo
Competitividade, inovação e conhecimento	Incentivar a criação de empresas e o empreendedorismo	Incentivar a criação de empresas inovadoras Incentivar o empreendedorismo de base tecnológica
	Aumentar as atividades de I&D associadas aos clusters estratégicos	Promover a I&DT nas micro e pequenas empresas em regime de cooperação empresarial Apoiar atividades conjuntas de I&DT entre empresas e entidades do sistema científico e tecnológico
	Apoiar a incorporação de inovação e conhecimento nas empresas	Incentivar a inovação produtiva nas micro e pequenas empresas Promover a diversificação do tecido empresarial, reforçando a presença em setores intensivos em conhecimento e tecnologia Apoiar os setores mais expostos aos mercados internacionais, promovendo o incremento da produção transacionável Reforçar a orientação comercial das micro e pequenas empresas para os mercados internacionais Promover a qualificação, o emprego e a empregabilidade
	Promover a densificação do relacionamento empresarial em clusters	Promover a densificação do relacionamento empresarial através de ações coletivas
	Constituir uma rede regional de centros tecnológicos	Dinamizar a transferência de "Know-how" das entidades do sistema científico e tecnológico para o tecido empresarial
	Reforçar a rede regional de parques empresariais	Incentivar a instalação de empresas em áreas de acolhimento para a inovação empresarial

Tabela 1.4: Dos objetivos específicos do PO aos objetivos específicos do eixo

(cont.)

Eixo Prioritário	Objetivos específicos do PO	Objetivos específicos do Eixo
Competitividade, inovação e conhecimento	Reforçar as conexões em rede dos atores regionais através da adoção das TIC	Promover o desenvolvimento da economia digital, em especial, reforçando a competitividade das empresas regionais Reforçar a informatização e modernização da administração pública, promovendo a disponibilização de serviços nos meios digitais Facilitar o contacto dos cidadãos e empresas com a administração pública, através da reorganização dos serviços
	Dinamizar a captação de investimento para a região	Aumentar a notoriedade internacional da região para a captação de IDE qualificantes e para a atividade turística
Valorização do Espaço Regional	Gerir eficientemente os recursos hídricos	Preservar, valorizar e salvaguardar os recursos naturais, incluindo a melhoria da qualidade e quantidade da água para abastecimento público
	Valorizar e gerir as áreas de maior valia ambiental	Proteger as áreas classificadas e promover a sua fruição e o ecoturismo
	Prevenir e mitigar os riscos naturais e tecnológicos	Valorizar e ordenar a orla costeira Intensificar a redução, reciclagem e reutilização de resíduos Sólidos urbanos
	Assegurar a dotação de serviços coletivos à população	Melhorar a cobertura territorial em equipamentos e serviços de proximidade na área da saúde Promover a valorização do património cultural e sua fruição pública
Coesão Local e Urbana	Assegurar a dotação de serviços coletivos à população	Melhorar a cobertura territorial em equipamentos sociais e desportivos Reforçar e qualificar a oferta do ensino pré-escolar, básico e básico integrado
	Promover o desenvolvimento urbano sustentável	Promover a regeneração urbana e a requalificação de áreas específicas
	Reforçar a competitividade e atratividade do sistema urbano	Dinamizar a economia e o emprego regional através de estratégias de cooperação interurbana inovadoras
	Reforçar a mobilidade inter-regional, através da melhoria das infraestruturas e dos sistemas de transportes	Melhorar a articulação da rede viária regional Reforçar a cobertura populacional e territorial dos serviços de transportes de passageiros

A dotação financeira comunitário alocada a cada um dos eixos prioritários do programa e a distribuição das áreas de intervenção por cada um deles é a que consta da tabela 1.5.

Tabela 1.5: Organização do Programa Operacional Regional

M€

Eixo Prioritário	Áreas de Intervenção	FEDER
Competitividade, inovação e conhecimento	Incentivos à inovação Incentivos à investigação e desenvolvimento tecnológico Incentivos à qualificação e internacionalização de PME Apoio a ações coletivas Economia digital e sociedade do conhecimento Promoção da cultura científica e tecnológica e difusão do conhecimento Apoio a entidades do sistema científico e tecnológico nacional Infraestruturas científicas e tecnológicas Áreas de acolhimento empresarial e logística Parques de ciência e tecnologia Energia Promoção e capacitação institucional Apoios à modernização administrativa Apoio à promoção da qualificação, do emprego e da empregabilidade	318
Valorização do Espaço Regional	Rede de equipamentos culturais Saúde Património cultural Ações de valorização do litoral Ações de valorização e qualificação ambiental Gestão ativa de espaços protegidos e classificados Prevenção e gestão de riscos naturais e tecnológicos (imateriais)	112
Coesão Local e Urbana	Requalificação da rede escolar Equipamentos para a coesão local Infraestruturas e equipamentos desportivos Mobilidade territorial Ações inovadoras para o desenvolvimento urbano Reabilitação e requalificação urbana (inclui a iniciativa JESSICA) Redes de equipamentos e infraestruturas para a coesão social e territorial	400
Assistência Técnica	Assistência técnica	23
<b>Total</b>		<b>853</b>

Tabela 1.6: Plano financeiro do PO Alentejo (€)

Eixo Prioritário	Fundo Comunitário	Contrapartida Nacional	Repartição indicativa da contrapartida nacional		Financiamento total	Taxa de Cofinanciamento	Contribuição BEI
	(a)	(b)=(c)+(d)	C. Público nacional (c)	C. privado nacional (d)	(e)=(a)+(b)	(f)=(a) / (e)	
1- Competitividade, inovação e conhecimento	318.131.622	106.043.540	16.981.6836	89.061.857	424.174.163	75,00%	3.000.000
2 - Valorização do Espaço Regional	112.327.074	19.822.425	19.822.425	0	132.149.499	85,00%	4.000.000
3 - Coesão Local e Urbana	400.076.282	70.601.697	59.452.966	11.148.731	470.677.979	85,00%	12.000.000
4 - Assistência Técnica	23.400.000	4.129.412	4.129.412	0	27.529.412	85,00%	0
<b>Total</b>	<b>853.933.978</b>	<b>200.597.074</b>	<b>100.386.486</b>	<b>100.210.588</b>	<b>1.054.531.052</b>	<b>80,98%</b>	<b>19.000.000</b>

## **Beneficiários do INALENTEJO**

As entidades beneficiárias, nos termos estabelecidos, nomeadamente, no âmbito do n.º 4 do artigo 2.º do Regulamento (CE) n.º1083/2006, de 11 de julho, e do respetivo Programa Regional (regulamentos específicos), são as seguintes:

### **Eixo 1 – Competitividade, Inovação e Conhecimento**

#### **Sistema de Incentivos à Qualificação e Internacionalização de PME**

- Empresas de qualquer natureza e sob qualquer forma jurídica;
- Entidades públicas com competências específicas em políticas públicas dirigidas às PME, associações que com aquelas entidades tenham estabelecido parcerias para a prossecução de políticas públicas, as associações empresariais e entidades do SCTN, no caso dos projetos conjuntos definidos na alínea b) do n.º 1 do artigo 6.º do Regulamento específico. No entanto, os Organismos Técnicos definidos no n.º 3 do artigo 21.º do regulamento específico, não podem ser beneficiários nos projetos conjuntos.

#### **Sistema de Incentivos à Inovação**

- Empresas de qualquer natureza e sob qualquer forma jurídica.

#### **Sistema de Incentivos de apoio local a microempresas**

- Microempresas na aceção do disposto na Recomendação CE(2003) 1422, de 6 de maio.

#### **Sistema de Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico**

- Empresas de qualquer natureza e sob qualquer forma jurídica;
- Entidades do SCTN no caso dos projetos em copromoção e projetos mobilizadores definidos na alínea a) do n.º 1 do artigo 5.º;
- Associações empresariais no caso de projetos de I&DT Coletiva definidos na alínea b) do n.º 1 do artigo 5.º.

#### **Sistema de Apoio a Ações Coletivas**

- Entidades públicas com competências específicas no domínio do desenvolvimento empresarial;

- Entidades sem fins lucrativos que, independentemente da forma jurídica, prossigam fins de interesse público;
- Associações empresariais e os centros tecnológicos e outras entidades do SCTN;
- Outras entidades sem fins lucrativos que participem em projetos de copromoção com uma das entidades referidas nos pontos anteriores.

#### **Sistema de Apoio a Parques de Ciência e Tecnologia e Incubadoras de Empresas de Base Tecnológica**

- Entidades sem fins lucrativos do SCTN (públicas ou privadas), ou entidades por elas participadas, sobre qualquer forma jurídica, desde que o capital/participação seja detido, maioritariamente, por entidades não prosseguindo fins lucrativos;
- Outras entidades públicas ou privadas sem fins lucrativos que tenham como objetivo a promoção do empreendedorismo de base científica e/ou tecnológica;
- Business Innovation Centers.

O universo das entidades dinamizadoras das infraestruturas a apoiar, deve integrar uma participação efetiva de entidades do SCTN, sendo que, no caso de projetos da tipologia infraestruturas físicas de parques de ciência e tecnologia a entidade beneficiária tem, obrigatoriamente, que incluir uma instituição de ensino superior.

#### **Sistema de Apoio a Infraestruturas Científicas e Tecnológicas**

- Para as tipologias infraestruturas tecnológicas:
  - Pessoas coletivas sem fins lucrativos do SCTN (públicas ou privadas), ou consórcios, com personalidade jurídica, de entidades por elas participadas, sob qualquer forma jurídica, desde que o capital/participação seja detido, maioritariamente, por entidades não prosseguindo fins lucrativos;
  - Entidades sem fins lucrativos e com personalidade jurídica internacional vocacionadas para atividades de I&DT;
  - Entidades da administração pública central do Ministério da Educação, no âmbito do Plano Tecnológico da Educação.
- Para as tipologias infraestruturas científicas:
  - Instituições do ensino superior, universitário e politécnico e entidades por elas criadas;
  - Instituições públicas com atividades de I&D;

- Laboratórios do Estado e outros serviços públicos vocacionados para atividades de I&D;
- Instituições privadas sem fins lucrativos que tenham como objetivo principal atividades de I&D, designadamente, laboratórios associados;
- Entidades sem fins lucrativos com personalidade jurídica internacional vocacionadas para atividades de I&D.

#### **Sistema de Apoio a Áreas de Acolhimento Empresarial e Logística**

- Associações empresariais;
- Municípios e associações de municípios e áreas metropolitanas;
- Sociedades gestoras de capitais maioritariamente públicos, vocacionadas para atividades de criação, gestão e dinamização de áreas de acolhimento empresarial;
- Outras entidades, sem fins lucrativos, vocacionadas para atividades de criação, gestão e dinamização de áreas de acolhimento empresarial.

#### **Promoção da Cultura Científica e Tecnológica e Difusão do Conhecimento**

- Municípios e suas associações e áreas metropolitanas;
- Fundações que desenvolvam atividades científicas e tecnológicas;
- Associações empresariais, centros tecnológicos, parques de ciência e tecnologia e outras instituições privadas sem fins lucrativos que promovam ou desenvolvam atividades científicas e tecnológicas;
- Entidades públicas e privadas sem fins lucrativos vocacionadas para atividades de divulgação científica e tecnológica;
- Instituições de ensino de diferentes graus, incluindo do ensino superior, seus institutos e centros de investigação e desenvolvimento (centros de I&D).

#### **Economia Digital e Sociedade do Conhecimento**

- Entidades da administração pública central;
- Entidades da administração pública local do continente e suas associações;
- Áreas metropolitanas;
- Empresas públicas municipais, intermunicipais e metropolitanas e serviços municipalizados;

- Instituições públicas ou privadas sem fins lucrativos, que promovam ou desenvolvam atividades educativas, sociais, culturais, científicas ou tecnológicas;
- Sociedades, agências ou consórcios de desenvolvimento nacional, regional e local com capitais maioritariamente públicos.

### **Energia**

- Municípios, associações de municípios e áreas metropolitanas;
- Empresas públicas municipais, intermunicipais e metropolitanas e serviços municipalizados;
- Organismos da administração pública central direta ou indireta;
- Outras entidades públicas;
- Pessoas coletivas de direito privado sem fins lucrativos mediante protocolo ou outra forma de cooperação com as entidades da alínea a);
- Empresas concessionárias do transporte e distribuição de gás natural e eletricidade, respetivamente, para as operações previstas na alínea a) do n.º 1 do artigo 5.º.

### **Sistema de Apoios à Modernização Administrativa**

- Entidades da administração central do Estado
- Entidades da administração local do Estado;
- Entidades da administração local autárquica;
- Agências de desenvolvimento regional de capitais maioritariamente públicos.
- Agência para a Modernização Administrativa é a entidade beneficiária única no caso das tipologias de operações identificadas no ponto i. da alínea a) do n.º 1 do artigo 5.º e no n.º 2 do mesmo artigo do regulamento específico.

### **Promoção e Capacitação Institucional**

- Municípios, associações de municípios e áreas metropolitanas;
- Empresas públicas municipais, intermunicipais e metropolitanas e serviços municipalizados;
- Agências de desenvolvimento regional;
- Organismos da administração pública central direta ou indireta;
- Outras entidades públicas;

- Outras pessoas coletivas de direito público e de direito privado sem fins lucrativos, bem como outras entidades públicas ou privadas similares.

## **Eixo 2 – Valorização do Espaço Regional**

### **Rede de Equipamentos Culturais**

- Organismos nacionais e regionais da Secretaria de Estado da Cultura;
- Municípios, associações de municípios e áreas metropolitanas;
- Outras entidades públicas ou equiparadas, nomeadamente empresas públicas ou municipais, detidas pelo Estado ou pelas autarquias, que tenham como objeto principal o desenvolvimento de atividades culturais;
- Instituições privadas sem fins lucrativos que prossigam fins culturais, em parceria com instituições públicas;
- Fundações, associações e outras entidades sem fins lucrativos que prossigam fins culturais.

### **Saúde**

- Hospitais e outras instituições do Serviço Nacional de Saúde cuja atividade técnica se integre na prestação de cuidados de saúde;
- Outros organismos do Ministério da Saúde, designadamente administrações regionais de saúde;
- Instituto Nacional de Emergência Médica no caso de operações da área da emergência médica;
- Outras entidades públicas mediante acordo estabelecido com outros organismos do Ministério da Saúde, designadamente administrações regionais de saúde.

### **Património Cultural**

- Organismos nacionais e regionais da Secretaria de Estado da Cultura;
- Municípios e associações de municípios;
- Outras entidades públicas ou equiparadas, nomeadamente empresas públicas ou municipais, detidas pelo Estado ou pelas autarquias, que tenham como objeto principal o desenvolvimento de atividades culturais;
- Parcerias entre instituições públicas e privadas sem fins lucrativos que prossigam fins culturais;

- Fundações, associações e outras entidades sem fins lucrativos que prossigam fins culturais;
- Outras entidades da administração central e instituições sem fins lucrativos que detenham à sua guarda património imóvel, ou móvel, classificado ou em vias de classificação, ou que tutelem museus da Rede Portuguesa de Museus.

#### **Ações de Valorização do Litoral**

- Serviços e organismos do Ministério do Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território;
- Serviços e organismos do Ministério da Economia e do Emprego;
- Municípios e suas associações;
- Outras entidades, públicas ou privadas, mediante protocolo ou outra forma de contratualização estabelecida com as entidades referidas na alínea a) ou em simultâneo com as entidades referidas nas alíneas a) e c).

#### **Ações de Valorização e Qualificação Ambiental**

- Serviços e organismos do Ministério do Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território;
- Municípios e suas associações;
- Organismos nacionais e regionais da Secretaria de Estado da Cultura;
- Outras entidades, públicas ou privadas, mediante protocolo ou outra forma de contratualização estabelecida com uma das entidades referidas primeiro ponto.

#### **Gestão Ativa de Espaços Protegidos e Classificados**

- Serviços e organismos do Ministério do Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território;
- Municípios e suas associações;
- Outras entidades, públicas ou privadas, mediante protocolo ou outra forma de contratualização estabelecida com as entidades referidas na alínea a) ou em simultâneo com as entidades referidas nas alíneas a) e b).

#### **Prevenção e Gestão de Riscos Naturais e Tecnológicos – Ações imateriais**

- Governos Cívicos;
- Organismos da administração central desconcentrada;

- Municípios;
- Agrupamentos de municípios;
- Associações de municípios;
- Associações Humanitárias de Bombeiros.

Em casos justificados, podem as entidades referidas candidatar-se, em regime de parceria entre si ou com entidades terceiras de reconhecido mérito, cuja atividade possua especial relevância para a implementação e desenvolvimento da operação.

### **Eixo 3 – Coesão Local e Urbana**

#### **Requalificação da Rede Escolar do Ensino Básico e da Educação Pré-Escolar**

- Municípios cuja carta educativa se encontre devidamente homologada pelo Ministério da Educação e da Ciência.
- No âmbito da requalificação da rede escolar procedeu-se, em 15 de outubro de 2010, a uma consulta escrita aos Membros da Comissão de Acompanhamento sobre uma proposta de revisão do Programa, alargando às intervenções do 2.º e 3.º ciclo do ensino básico e escolas integradas.

#### **Equipamentos para a coesão local**

- Municípios, associações de municípios e áreas metropolitanas;
- Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) ou equiparadas;
- Outras entidades públicas ou entidades privadas declaradas de utilidade pública, nomeadamente empresas do setor empresarial do Estado ou do setor empresarial local, que tenham como objeto principal atividades no âmbito das tipologias de equipamentos em causa, mediante protocolos ou outras formas de cooperação com os municípios ou a administração central.

#### **Requalificação Urbana**

- Autarquias locais e suas associações;
- Serviços da administração central;
- Outras entidades públicas;
- Empresas públicas;
- Associações empresariais;

- Empresas privadas no quadro de parcerias público-privadas (PPP) lideradas por entidades públicas ou no quadro do regime de auxílios de Estado;
- Instituições de ensino e formação profissional;
- Centros de I&D;
- Organizações não governamentais (ONG), fundações e associações sem fins lucrativos que subscrevam o protocolo de parceria local a que se refere o art. 7.º.

#### **Mobilidade Territorial**

- Municípios, associações de municípios, empresas municipais e intermunicipais, públicas ou com capitais maioritariamente públicos;
- Operadores de transporte público de passageiros;
- Comissões de coordenação e desenvolvimento regional e outros organismos da administração pública, empresas ou associações de empresas públicas ou com capitais públicos, que operem na área da segurança rodoviária, dos transportes e acessibilidades, ou da logística.
- Outras entidades privadas, no quadro de parcerias público-privadas.

### **Eixo 4 – Assistência Técnica**

#### **Assistência Técnica**

- Órgãos de governação dos PO regionais (Comissões de Aconselhamento Estratégico Regional, Autoridades de Gestão e Comissões de Acompanhamento dos PO regionais do Continente);
- Centros de observação das dinâmicas regionais;
- Entidades com responsabilidades na gestão de cada um dos PO regionais;
- Serviços e organismos públicos responsáveis pelo apoio administrativo, técnico, logístico e financeiro às entidades previstas nas alíneas anteriores.

#### **1.2. Governação do Programa Operacional**

O modelo de governação consagrado no Decreto-Lei n.º 312/2007, de 17 de setembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 74/2008, de 22 de abril, compreende os níveis de

atuação global do QREN, de cada um dos Fundos Comunitários e de cada um dos Programas Operacionais.

Ao nível dos Programas Operacionais Regionais, a governação compreende:

- **Órgão de direção política** - Comissão ministerial de coordenação dos PO regionais do continente (CMC) que é composta pela Ministra da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território, Ministro da Saúde, Ministro da Educação e Ciência, Secretário de Estado Adjunto da Economia e Desenvolvimento Regional, Secretário de Estado da Cultura, Secretário de Estado da Administração Local e Reforma Administrativa, Secretário de Estado do Empreendedorismo, Competitividade e Inovação e Secretário de Estado das Obras Públicas, Transportes e Comunicações.
- **Órgão de aconselhamento estratégico** – Comissão de Aconselhamento Estratégico - CAE;
- **Órgão de gestão** – Autoridade de Gestão do PO Alentejo – AG - composta pelos seguintes órgãos:
  - **Comissão Diretiva – CD;**
  - **Secretariado Técnico – ST.**

Que reporta às seguintes Autoridades Nacionais:

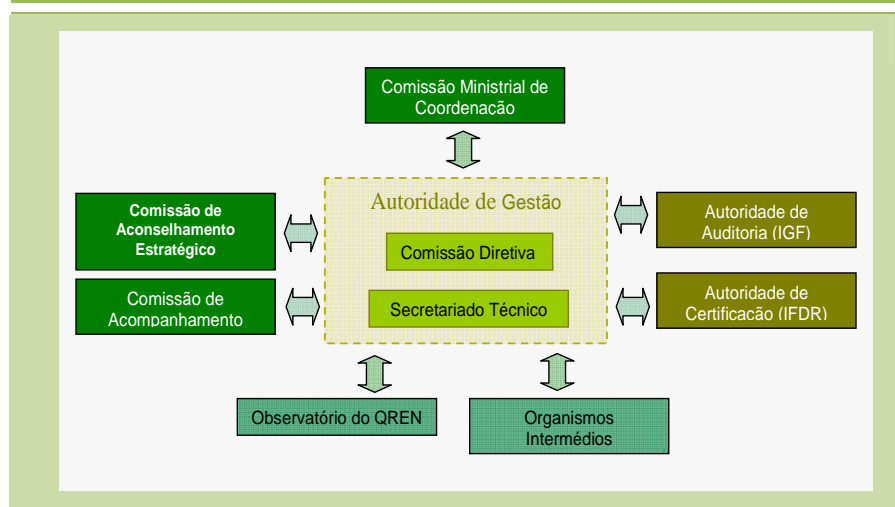
- **Autoridade de Certificação** - IFDR – Instituto Financeiro para o Desenvolvimento Regional, IP;
- **Autoridade de Auditoria** - IGF - Inspeção Geral de Finanças;
- **Comissão Técnica de Coordenação do QREN;**
- **Órgão de acompanhamento – Comissão de Acompanhamento – CA** – composta pelo Gestor do INALENTEJO, que preside e pelos seguintes membros: um representante de cada membro da Comissão Ministerial de Coordenação do Programa Operacional; os restantes membros da Comissão Diretiva do INALENTEJO; um representante de cada um dos seguintes organismos intermédios: Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal E.P.E. (AICEP, E.P.E.); Turismo de Portugal, I.P.; Agência de Inovação, SA (ADI); Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e à Inovação, I.P. (IAPMEI); Associações de Municípios/Comunidades Intermunicipais (como Organismos Intermédios, no âmbito da Contratualização), um representante da Autoridade de Certificação do FEDER (IFDR); um representante da Associação Nacional de Municípios Portugueses; um representante da Associação Nacional de Freguesias; quatro representantes dos parceiros económicos nomeados pelo

Conselho Económico e Social, incluindo um representante de organizações não governamentais da área do ambiente; um representante da área de igualdade de género; os membros da Comissão de Aconselhamento Estratégico; três representantes de entidades institucionais pertinentes em razão da transversalidade, com representatividade regional; os responsáveis pela gestão dos instrumentos de programação do FEADER e do FEP; o Presidente do Conselho da Região; um representante da Associação Nacional das Agências de Desenvolvimento Regional.

A Comissão de Acompanhamento integra ainda os seguintes elementos a título consultivo: representantes da Comissão Europeia; um representante do BEI e do FEI; um representante da CCDR do Alentejo e um representante da CCDR de Lisboa e Vale do Tejo, responsáveis pelos respetivos Planos Regionais de Ordenamento do Território; bem como, mediante proposta do seu Presidente, representantes de entidades públicas com competências específicas em políticas públicas relacionadas com o Programa Operacional, de personalidades ou de especialistas.

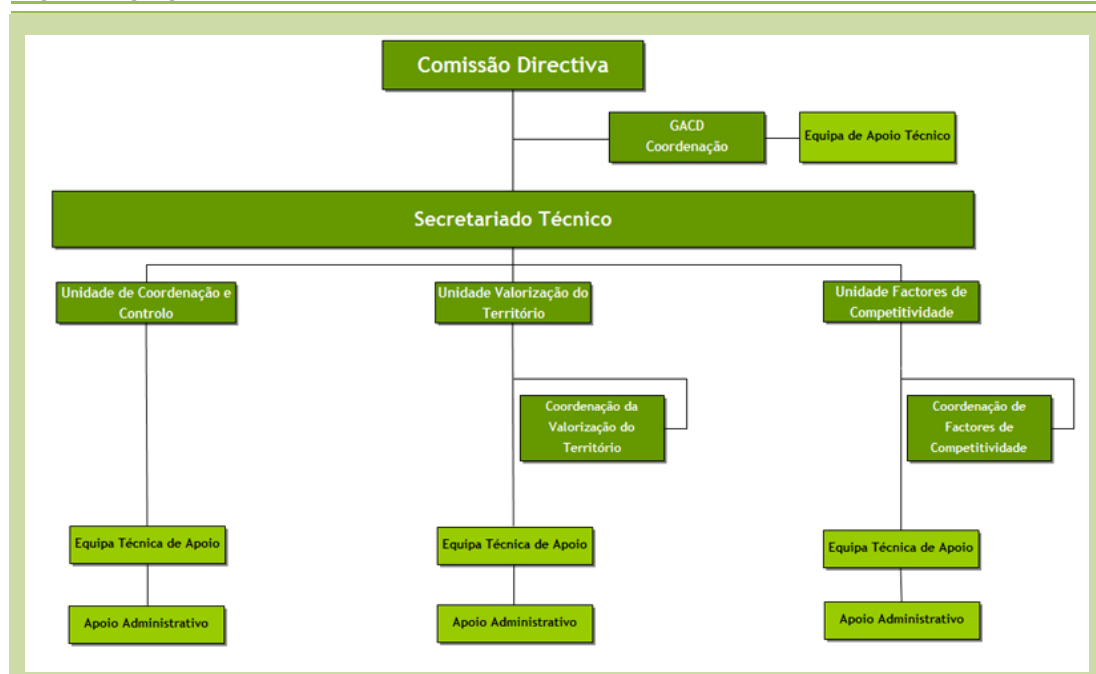
Os membros com estatuto de observador, sem direito de voto, são os seguintes: representantes do Observatório do QREN, da Autoridade de Auditoria, do Departamento de Prospetiva e Planeamento e Relações Internacionais e da Autoridade de Certificação do FSE, bem como, as Autoridades de Gestão dos outros PO Temáticos e PO Regionais do Continente e das Regiões Autónomas.

Figura 1.3: Interação organizacional entre os organismos envolvidos no sistema de gestão e controlo



## 1.2.1. Autoridade de Gestão

Figura 1.4: Organograma base da Autoridade de Gestão do INALENTEJO



A Autoridade de Gestão do INALENTEJO integra a CD e o secretariado técnico.

A CD é presidida por inerência pelo Presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo e integra dois vogais executivos, sendo que esta tomou posse em fevereiro de 2012, com a entrada em funções do atual Presidente da CCDRA e, posteriormente, de dois novos vogais executivos, que tomaram posse em Abril de 2012.

O secretariado técnico passou a ser composto por três unidades orgânicas (anteriormente quatro), coordenadas por secretários técnicos, cuja distribuição de funções/competências é efetuada do seguinte modo:

- **Unidade de Coordenação e Controlo:** resulta da fusão da Unidade de Coordenação e da Unidade de Controlo Interno e, como tal, centra-se em duas áreas: esta unidade reporta diretamente à Comissão Diretiva, garantindo assim o cumprimento do princípio da segregação de funções:
  - área da coordenação que tem a função de coordenar aspetos de natureza transversal, como seja, o sistema de informação do Programa; a articulação entre o Programa e as autoridades de gestão de outros Programas Operacionais e os organismos intermédios de natureza sectorial, bem como, com a Autoridade de Certificação;

- área do controlo interno, relativa ao controlo interno e auditorias. Esta unidade acompanha e articula com a Autoridade de Auditoria e outras entidades com competência nesta área.
- **Unidade de Valorização do Território**, relativa aos domínios de intervenção da agenda “valorização do território”, os quais se inserem nos eixos 2 e 3 do Programa, lidera as unidades orgânicas constituídas no seio da equipas multidisciplinar para a análise, acompanhamento e dinamização de candidaturas, para além da articulação com os organismos intermédios (a designar);
- **Unidade de Fatores de Competitividade**, relativa às áreas de intervenção da agenda “fatores de competitividade” e “assistência técnica”, inseridas nos eixos 1 e 4 do Programa, lidera as unidades orgânicas constituídas no seio da equipa multidisciplinar, para a análise, acompanhamento e dinamização de candidaturas, para além da articulação com os organismos intermédios.

A atual estrutura do secretariado técnico inclui, ainda, três coordenações específicas (equipas de projeto):

- Coordenação fatores de competitividade, dependente da Unidade Fatores de Competitividade
- Coordenação valorização do território, dependente da Unidade de Valorização do Território;
- Gabinete de apoio à Comissão Diretiva do INALENTEJO, dependente da Comissão Diretiva

Em cada área de intervenção, a direção das atividades a desenvolver, incluindo as de acompanhamento técnico-estratégico, está atribuída a cada um dos secretários técnicos.

No seio da equipa multidisciplinar das unidades de Valorização do Território e Fatores de Competitividade, as equipas de trabalho são subdivididas em “unidades de análise”, e “unidades de acompanhamento”, mediante a afetação nominativa de técnicos a cada uma destas etapas, e para cada aviso de abertura de concurso. Deste modo, garante-se o cumprimento do princípio da segregação de funções, já que, para cada aviso de concurso, um determinado técnico só poderá exercer uma das tarefas: análise (condições de seleção, análise de mérito, apreciação técnica, contratação pública), acompanhamento de execução (pedidos de pagamento, verificações físicas) ou verificação no local (administrativas, financeiras e físicas).

### **Secretário Técnico da Unidade de Coordenação e Controlo:**

#### **Desempenho de funções de apoio à Comissão Diretiva:**

- Promove a interligação com os restantes secretários técnicos e o Gabinete de Apoio à Comissão Diretiva, bem como com os serviços da CCDR, departamentos governamentais e outras instituições;

#### **Desempenho de funções de natureza transversal:**

- na gestão operacional do programa;
- no acompanhamento da execução dos protocolos estabelecidos com o IFDR, IAPMEI, Turismo de Portugal e Agência de Inovação, no âmbito dos regulamentos dos sistemas de incentivos;
- na articulação com a Autoridade de Certificação;
- na gestão do sistema de informação – SIGPOA;
- elaboração de propostas ou apreciação de orientações técnicas ou normas de gestão.

#### **Desempenho de funções de carácter operacional e financeiro:**

- monitorização operacional e financeira do Programa, efetuando a recolha e o tratamento dos dados relativos à sua execução operacional e financeira e aos resultados alcançados;
- colaboração, na área financeira, nas propostas de revisão e reprogramação do PO;
- elaboração do processo de certificação de despesas e produção de informações de âmbito financeiro requeridas pela Autoridade de Certificação;
- processamento das ordens de pagamento para a Autoridade Pagadora;
- elaboração dos relatórios de execução do programa;
- avaliação das operações durante a fase de exploração, se aplicável;
- elaboração da proposta de descrição do sistema de gestão e controlo e respetiva atualização necessária ao longo do período de programação, em articulação com as restantes unidades orgânicas;
- colaboração na preparação dos relatórios anuais e final de execução do programa.

#### **Desempenho de funções ao nível da avaliação:**

- acompanhamento na rede de interlocutores de avaliação do QREN;

- elaboração e monitorização do plano de avaliação do programa;
- acompanhamento dos exercícios de avaliação do PO e do QREN, bem como apresentação das respetivas recomendações à Comissão Diretiva.

**Desempenho de funções de apoio à delegação de competências nos Organismos Intermédios:**

- acompanhamento da execução dos protocolos de delegação de competências com os Organismos Intermédios;
- a divulgação das diretrizes e/ou orientações emanadas pela Autoridade de Gestão ou pelos órgãos de governação do QREN e das autoridades comunitárias;
- a coordenação do processo de avaliação anual da execução SI e sua integração nos relatórios anuais de execução do PO.

**Desempenho de funções de Controlo Interno:**

- realização das ações de verificação no local;
- registo contabilístico de dívidas e de recuperações;
- elaboração de propostas de comunicação de irregularidades;
- acompanhamento das irregularidades e sua atualização;
- acompanhamento, análise de relatórios e elaboração de processos de contraditório em articulação com as restantes unidades orgânicas no âmbito das auditorias externas;
- monitorização das conclusões das auditorias, incluindo as respetivas consequências financeiras, e follow-up das recomendações;
- acompanhar os processos de impugnação administrativa e os processos judiciais em geral, e em especial os de contencioso administrativo;
- elaboração de planos de verificações no local e sua implementação, incluindo realização de ações com recurso a meios próprios, ou contratados para o efeito, elaboração / coordenação da elaboração dos projetos de relatório e seu controlo de qualidade, análise e apreciação das eventuais alegações dos beneficiários e elaboração do relatório final para efeitos de emissão de decisão pela CD;
- monitorização das conclusões das ações de verificação no local, incluindo as respetivas consequências financeiras, e follow-up das recomendações;
- follow-up dos erros sistémicos e desenvolvimento de procedimentos tendentes à sua correção.

## **Secretário Técnico da Unidade de Fatores de Competitividade:**

### **Desempenho de funções no âmbito dos sistemas de incentivos:**

- acompanhamento e verificação das tarefas desenvolvidas, no âmbito da gestão operacional dos Sistemas de Incentivos, pela rede que, para o efeito, foi constituída a nível nacional, envolvendo as Autoridades de Gestão do POFC e dos PO regionais e os organismos técnicos, (IAPMEI, AICEP, Turismo de Portugal e AdI);
- apoio à Comissão Diretiva na supervisão da execução dos contratos celebrados com os organismos técnicos;
- colaboração nas funções de avaliação e monitorização do PO, designadamente através da recolha e tratamento de informação sobre execução física e financeira dos sistemas de incentivos, bem como na preparação de relatórios de execução do programa.

### **Desempenho de funções ao nível da:**

#### **A. Gestão Operacional do PO:**

- elaboração de propostas sobre os regulamentos específicos do PO;
- elaboração de propostas de grelhas de análise do mérito das candidaturas, tendo por base os critérios de seleção aprovados pela Comissão de Acompanhamento, quando aquelas funções não sejam atribuídas pela Comissão Diretiva a peritos externos;
- produção de propostas de orientações de gestão de índole técnica, administrativa e/ou financeira;
- operacionalização dos concursos (organização dos dossiers de candidatura e formatação dos avisos, com respeito pelas orientações para o efeito definidas pela Comissão Diretiva);
- identificação dos requisitos gerais e específicos de admissão e aceitação dos beneficiários e das operações, tendo por base as disposições regulamentares, incluindo eventuais orientações técnicas que tenham sido aprovadas pela Comissão Diretiva;
- prestação de esclarecimentos ao público em geral relacionados com concursos abertos pela Autoridade de Gestão;
- definição e preparação do formulário e dossier de grandes projetos.

#### **B. Acompanhamento do processo de candidatura das operações na área dos fatores de competitividade e assistência técnica**

- acompanhamento e controlo da receção das candidaturas, tendo em vista a respetiva aceitação;
- verificação do enquadramento da operação e do beneficiário por verificação da instrução do dossier de candidatura e confirmação do cumprimento das condições gerais e específicas relativas quer ao beneficiário quer à operação;
- resposta a eventuais pedidos de esclarecimentos ao beneficiário;
- comunicação da aceitação ou não aceitação da candidatura com audiência prévia dos interessados;
- elaboração do projeto de decisão sobre a admissibilidade ou não da candidatura;
- análise das eventuais alegações apresentadas pelo beneficiário;
- preparação da informação para a tomada de decisão final sobre a admissibilidade ou não admissibilidade da candidatura, considerando as eventuais alegações apresentadas pelo beneficiário;
- notificação da decisão da Comissão Diretiva ao beneficiário;
- apreciação técnica das candidaturas admitidas;
- análise, quantificação e emissão de parecer técnico relativo ao apuramento do mérito das candidaturas com base na metodologia de aplicação dos critérios de seleção explicitada nos avisos de abertura. Quando a CD tenha designado peritos externos para avaliação do mérito das candidaturas, estabelecimento da interlocução com os mesmos, tendo em vista o respetivo exercício das funções de avaliação de mérito;
- processo de seleção/hierarquização das operações de acordo com a classificação obtida;
- elaboração do projeto de decisão a submeter à CD;
- audiência prévia dos interessados;
- análise das eventuais alegações do beneficiário;
- elaboração da proposta de decisão final sobre o cofinanciamento, a submeter à CD;
- notificação da decisão final ao beneficiário;
- verificação dos requisitos e legitimidade dos outorgantes para efeitos da celebração do contrato de financiamento;
- preparação da proposta de contrato de financiamento a enviar para aceitação do beneficiário, tendo por base os elementos constantes da decisão de cofinanciamento;

- preparação e sistematização de informação operacional e financeira para efeitos de reporte às autoridades competentes.

#### **C. Execução das operações**

- análise e verificação dos pedidos de pagamento;
- emissão de propostas de pagamento;
- análise dos relatórios de execução das operações e instrução da respetiva decisão.

#### **D. Encerramento das operações**

- verificação do cumprimento dos pressupostos do encerramento das operações;
- análise dos relatórios finais de execução das operações e instrução da respetiva decisão;
- acompanhamento das operações durante a fase de exploração, se aplicável.

### **Secretário Técnico da Unidade de Valorização do Território:**

#### **A. Gestão Operacional do PO:**

- elaboração de propostas sobre os regulamentos específicos do PO;
- elaboração de propostas de grelhas de análise do mérito das candidaturas, tendo por base os critérios de seleção aprovados pela Comissão de Acompanhamento, quando aquelas funções não sejam atribuídas pela Comissão Diretiva a peritos externos;
- produção de propostas de orientações de gestão de índole técnica, administrativa e/ou financeira;
- operacionalização dos concursos (organização dos dossiers de candidatura e formatação dos avisos, com respeito pelas orientações para o efeito definidas pela CD);
- identificação dos requisitos gerais e específicos de admissão e aceitação dos beneficiários e das operações, tendo por base as disposições regulamentares, incluindo eventuais orientações técnicas que tenham sido aprovadas pela CD;
- prestação de esclarecimentos ao público em geral relacionados com concursos abertos pela Autoridade de Gestão;
- definição e preparação do formulário e dossier de grandes projetos.

#### **B. Acompanhamento do processo de candidatura das operações na área da Valorização do Território**

- acompanhamento e controlo da receção das candidaturas, tendo em vista a respetiva aceitação;
- verificação do enquadramento da operação e do beneficiário por verificação da instrução do dossier de candidatura e confirmação do cumprimento das condições gerais e específicas relativas quer ao beneficiário quer à operação;
- resposta a eventuais pedidos de esclarecimentos ao beneficiário;
- comunicação da aceitação ou não aceitação da candidatura com audiência prévia dos interessados;
- elaboração do projeto de decisão sobre a admissibilidade ou não da candidatura;
- análise das eventuais alegações apresentadas pelo beneficiário;
- preparação da informação para a tomada de decisão final sobre a admissibilidade ou não admissibilidade da candidatura, considerando as eventuais alegações apresentadas pelo beneficiário;
- notificação da decisão da CD ao beneficiário;
- apreciação técnica das candidaturas admitidas;
- análise, quantificação e emissão de parecer técnico relativo ao apuramento do mérito das candidaturas com base na metodologia de aplicação dos critérios de seleção explicitada nos avisos de abertura. Quando a CD tenha designado peritos externos para avaliação do mérito das candidaturas, estabelecimento da interlocução com os mesmos, tendo em vista o respetivo exercício das funções de avaliação de mérito;
- processo de seleção/hierarquização das operações de acordo com a classificação obtida;
- elaboração do projeto de decisão a submeter à CD;
- audiência prévia dos interessados;
- análise das eventuais alegações do beneficiário;
- elaboração da proposta de decisão final sobre o cofinanciamento, a submeter à CD;
- notificação da decisão final ao beneficiário;
- verificação dos requisitos e legitimidade dos outorgantes para efeitos da celebração do contrato de financiamento;
- preparação da proposta de contrato de financiamento a enviar para aceitação do beneficiário, tendo por base os elementos constantes da decisão de cofinanciamento;

- preparação e sistematização de informação operacional e financeira para efeitos de reporte às autoridades competentes.

#### **C. Execução das operações**

- análise e verificação dos pedidos de pagamento;
- emissão de propostas de pagamento;
- Análise dos relatórios de execução das operações e instrução da respetiva decisão.
- 

#### **D. Encerramento das operações**

- verificação do cumprimento dos pressupostos do encerramento das operações;
- análise dos relatórios finais de execução das operações e instrução da respetiva decisão;
- acompanhamento das operações durante a fase de exploração, se aplicável.

### **Gabinete de Apoio à Comissão Diretiva**

#### **Desempenho de funções de apoio:**

- assessorar tecnicamente a CD;
- promover a articulação, em nome da CD, com os secretários técnicos, departamentos governamentais e outras instituições;
- recolher e conferir o respetivo tratamento, junto dos secretariados técnicos, de informação para preparação de reuniões de gestão do INALENTEJO;
- organizar e prestar informação sobre os processos remetidos pelo secretariado técnico para decisão da CD;
- preparação de processos para decisão da gestão do INALENTEJO (validação de despesa e de pedidos de pagamento);
- preparar os despachos e deliberações da CD e subjacente divulgação;
- coordenar os processos de acreditação de potenciais beneficiários do programa;
- coordenar os processos de análise da situação de não dívida perante a segurança social e as finanças;
- executar verificações físicas que não exijam ou tenham especial complexidade (ex: imateriais ou equipamentos);

- coordenar o atendimento da linha verde, e-mails e expediente (do INALENTEJO) e respetivo tratamento e reencaminhamento para o secretariado técnico e CD;
- preparação, acompanhamento e elaboração de atas relativas a reuniões da CD;
- organizar e coordenar as agendas de trabalho dos membros da CD;
- assegurar a divulgação de informação (deliberações da CMC, orientações do IFDR e da tutela, legislação relacionada com o programa, etc) pelo secretariado técnico e constituição de pastas na área reservada do INALENTEJO;
- colaborar em solicitações e acompanhamentos de processos da Presidência da CCDR em interligação com o INALENTEJO;
- acompanhar as reuniões semanais da Autoridade de Gestão e respetiva divulgação das conclusões;
- acompanhar e executar a divulgação das Comissões de Acompanhamento do INALENTEJO;
- acompanhar a divulgação, através do mail do GABCD, das iniciativas no âmbito do plano de comunicação.

#### **Desempenho de funções ao nível da comunicação:**

- acompanhamento na rede de interlocutores de comunicação do QREN;
- elaboração, dinamização, monitorização e avaliação do plano de comunicação do PO, nos seguintes domínios: identidade corporativa ("branding"), publicidade, organização de eventos, iniciativas especiais, comunicação interna, etc.;
- implementação e coordenação do site de Internet do PO;
- implementação e coordenação das ações de divulgação e promoção do PO;
- assessoria técnica, divulgação e acompanhamento na implementação das obrigações e responsabilidades de informação e publicidade das entidades beneficiárias.

#### **Funções da CCDR Alentejo**

Nos termos previstos no artigo 47.º do Decreto-Lei n.º 312/2007, a Autoridade de Gestão solicita o apoio dos serviços da CCDR Alentejo, bem como de outras entidades externas, em sede de análise de candidaturas, quer para a obtenção de pareceres, quer para a avaliação de mérito das mesmas.

No caso da CCDRA, e sem prejuízo de diversos funcionários do quadro poderem vir a desempenhar uma colaboração estreita com o secretariado técnico, sempre que se revela adequado, é estabelecida uma forte articulação nos seguintes domínios:

- planeamento e desenvolvimento regional;
- apoio às autarquias locais;
- ordenamento do território;
- ambiente.

O apoio administrativo e financeiro à AG do INALENTEJO é assegurado pela CCDRA, nos termos do n.º 6 do artigo 59.º do Decreto-Lei n.º 312/2007, de 17 de setembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 74/2008, de 22 de abril.

#### **Organismos Intermédios:**

Nos termos dos art.º 61.º a 64.º do Decreto-Lei n.º 312/2007, de 17 de setembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 74/2008, de 22 de abril, a Autoridade de Gestão do INALENTEJO delegou competências no que respeita à gestão dos Sistemas de Incentivos e contratualizou uma subvenção global com as Comunidades Intermunicipais.

#### **Gestão dos Sistemas de Incentivos:**

Visando a gestão dos Sistemas de Incentivos foram em 30 de junho de 2008, celebrados os protocolos de delegação de competências entre a AG do INALENTEJO e as seguintes entidades públicas:

- Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e à Inovação (IAPMEI);
- Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal (AICEP);
- Turismo de Portugal (TP);
- Agência de Inovação (AdI).

#### **Contratualização com Associações de Municípios / CIM com base nas NUT III:**

A delegação de competências com subvenção global, entre as Autoridades de Gestão dos Programas Operacionais Regionais e as Associações de Municípios/CIM definidas territorialmente com base nas Nomenclaturas das Unidades Territoriais Estatísticas de nível III (NUTS III), nos termos previstos na Lei n.º 45/2008, de 27 de agosto, e pelo Decreto-Lei n.º 68/2008, de 14 de abril, encontra-se configurada no modelo de governação do QREN e

dos Programas Operacionais como uma opção estratégica, visando a participação das associações de municípios na gestão do respetivo Programa Operacional.

Na sequência da avaliação de mérito Programas Territoriais de Desenvolvimento, documento que estabelece a estratégia, os objetivos e um plano de investimentos a prosseguir pelas Associações de Municípios/CIM, em 22 de dezembro de 2008, foram celebrados os Contratos de delegação de competências com subvenção global entre a Autoridade de Gestão do INALENTEJO e as associações de municípios baseadas nas NUT III da região Alentejo.

As competências formalmente delegadas nas Associações de Municípios/CIM baseadas nas NUT III são as previstas nas alínea c) do n.º 1 do artigo 46.º e nas alíneas a), b), c), d), e), f), g), h), i), p), r) do n.º 2 do mesmo artigo do Decreto-lei n.º 312/2007, de 17 de setembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 74/2008, de 22 de abril:

- n.º 1 c) Aprovar as candidaturas a financiamento no âmbito do PO que, reunindo condições de aceitabilidade, tenham mérito adequado a receber apoio financeiro, bem como revogar as decisões de financiamento nos casos de incumprimento dos contratos;
- n.º 2 a) Apreciar a aceitabilidade e o mérito das candidaturas a financiamento pelo PO, assegurando designadamente que as operações são selecionadas em conformidade com os critérios aplicáveis aos PO:
  - b) assegurar que são cumpridas as condições necessárias de cobertura orçamental das operações;
  - c) assegurar a organização dos processos de candidatura de operações ao financiamento pelo PO;
  - d) garantir o cumprimento dos normativos aplicáveis, designadamente nos domínios da concorrência, da contratação pública, dos auxílios estatais, do ambiente e da igualdade de oportunidades;
  - e) assegurar a conformidade dos contratos de financiamento e dos termos de aceitação das operações apoiadas com decisão de concessão do financiamento e respeito pelos normativos aplicáveis;
  - f) verificar que foram fornecidos os produtos e os serviços financiados;
  - g) verificar a elegibilidade das despesas, identificando e justificando a natureza e o montante das despesas elegíveis e não elegíveis previstas nas candidaturas;
  - h) assegurar que as despesas declaradas pelos beneficiários para as operações foram efetuadas no cumprimento das regras comunitárias e nacionais, podendo promover a realização de verificação de operações por amostragem, de acordo

com as regras comunitárias e nacionais de execução, sem prejuízo do disposto na alínea e) da cláusula 11.<sup>a</sup>;

- i) assegurar que os beneficiários e outros organismos abrangidos pela execução das operações mantêm um sistema contabilístico separado ou um código contabilístico adequado para todas as transações relacionadas com a operação sem prejuízo das normas contabilísticas nacionais;
- p) assegurar a recolha e o tratamento de dados físicos, financeiros e estatísticos sobre a execução para a elaboração dos indicadores de acompanhamento e para os estudos de avaliação estratégica e operacional;
- r) celebrar contratos de financiamento relativos às operações aprovadas e acompanhar a realização dos investimentos.

No entanto, na sequência do Memorando de Entendimento entre o Governo da República Portuguesa e a Associação Nacional de Municípios Portugueses, de 9 de março de 2010, foram celebradas adendas aos contratos de delegação de competências com subvenção global, entre a Autoridade de Gestão e cada CIM da região Alentejo, em 19 de março de 2010, nas quais são avocadas, passando a ser exercidas pela Autoridade de Gestão do INALENTEJO, as seguintes competências:

- Do n.º 1 a alínea:
  - c) Aprovar as candidaturas a financiamento no âmbito do PO que, reunindo condições de aceitabilidade, tenham mérito adequado a receber apoio financeiro, bem como revogar as decisões de financiamento nos casos de incumprimento dos contratos;
- Do n.º 2, as alíneas:
  - d) Garantir o cumprimento dos normativos aplicáveis, designadamente nos domínios da concorrência, da contratação pública, dos auxílios estatais, do ambiente e da igualdade de oportunidades;
  - h) Assegurar que as despesas declaradas pelos beneficiários para as operações foram efetuadas no cumprimento das regras comunitárias e nacionais, podendo promover a realização de verificação de operações por amostragem, de acordo com as regras comunitárias e nacionais de execução, sem prejuízo do disposto na alínea e) da cláusula 11.<sup>a</sup>;
  - r) Assegurar que as despesas declaradas pelos beneficiários para as operações foram efetuadas no cumprimento das regras comunitárias e nacionais, podendo promover a realização de verificação de operações por amostragem, de acordo com

as regras comunitárias e nacionais de execução, sem prejuízo do disposto na alínea e) da cláusula 11.<sup>a</sup>;

E ainda a emissão de pedidos de pagamento da comparticipação FEDER.

## 2. EXECUÇÃO DO PROGRAMA OPERACIONAL

### 2.1. Realização e Análise dos Progressos

Neste ponto efectua-se uma análise sobre a realização física do Programa Operacional, com base na evolução registada nos Indicadores Comuns (CE) e Indicadores Comuns Nacionais, bem como uma análise quantitativa e qualitativa do progresso ao nível dos diversos aspectos financeiros, nomeadamente, compromisso, aprovação, execução e pagamentos. Por outro lado, apresenta a repartição do financiamento com base na dimensão do tipo de território, pela dimensão da atividade económica, e ainda por grupos-alvo e temas prioritários.

#### 2.1.1. Realização física do Programa Operacional

A análise da realização física do Programa Operacional, terá como base fundamental os dados referentes aos Indicadores Comuns (CE), constantes da tabela 2.1, pelo que importa efetuar uma análise dos resultados obtidos, nomeadamente, uma análise global qualitativa dos progressos realizados.

Após a definição das metas, em função de propostas apresentadas pelas Autoridades de Gestão de cada PO, para cada indicador comum. Os valores definidos para as metas no âmbito do INALENTEJO constam do quadro seguinte, realçando-se, no entanto, a dificuldade de estipular metas relativamente à criação de emprego, e mesmo impossibilidade no que respeita à repartição por sexos (nomeadamente ao nível do sistema de incentivos).

Tabela 2.1: Realização Física (valores acumulados ao final do ano)

Indicadores		2008	2009	2010	2011	2012	2015	Total
<b>Indicadores Comuns Comunitários (core indicators)</b>								
1	Empregos criados	Realização Contratada	SI - 1453 Out.Reg-158 Total - 1.611	SI - 3965 Out.Reg-881 Total - 4.846	SI - 3650 Out.Reg-2328 Total - 5.978	SI - 4136 Out.Reg-2848 Total - 6.984		6.984
		Realização Executada						
		Metas				n.d. **		
		Valor de Referência						
2	dos quais : homens	Realização Contratada	SI - n.d. Out.Reg- 62	SI - n.d. Out.Reg- 450	SI-n.d. Out.Reg-1030	SI-n.d. Out.Reg-1219		--
		Realização Executada						
		Metas						
		Valor de Referência						
3	dos quais : mulheres	Realização Contratada	SI - n.d. Out.Reg- 96	SI - n.d. Out.Reg- 431	SI - n.d. Out.Reg-1298	SI - n.d. Out.Reg-1629		--
		Realização Executada						
		Metas				n.d. **		
		Valor de Referência						

Tabela 2.1: Realização Física (valores acumulados ao final do ano)					(cont.)			
Indicadores		2008	2009	2010	2011	2012	2015	Total
Indicadores Comuns Comunitários (core indicators)								
4	N.º de projetos de I&DT	Realização Contratada	4	8	21	28		28
		Realização Executada						
		Metas					110	
		Valor de Referência						
5	N.º de projetos de cooperação empresas - instituições de investig.	Realização Contratada	2	1	2	2		2
		Realização Executada						
		Metas					50	
		Valor de Referência						
6	Empregos na investigação criados	Realização Contratada	13	167	232	246		246
		Realização Executada						
		Metas					60	
		Valor de Referência						
7	N.º de projetos de apoio directo ao investimento das PME	Realização Contratada	30	121	220	305	334	334
		Realização Executada				17	29	29
		Metas					500	
		Valor de Referência						
8	N.º de novas empresas (start-up) apoiadas	Realização Contratada	4	10	26	46	25	25
		Realização Executada				1	1	1
		Metas					195	
		Valor de Referência						
9	Empregos criados em projetos de apoio directo ao investimento das PME	Realização Contratada	1.453	3.961	3.991	4.136		4.136
		Realização Executada						
		Metas					2.700	
		Valor de Referência						
10	Investimento induzido (em M€)	Realização Contratada	15,6	163,9	130,2	325	327	327
		Realização Executada					12,1	12,1
		Metas					200	
		Valor de Referência						
11	N.º de projetos (sociedade de inform.)	Realização Contratada	9	12	33	42		42
		Realização Executada				2	10	10
		Metas					50	
		Valor de Referência						
12	Acréscimo de população com acesso à banda larga	Realização Contratada	61.451	65.734	65.734	65.734		65.734
		Realização Executada						
		Metas					150.000	
		Valor de Referência						
13	N.º de projetos (Transportes)	Realização Contratada	16	38	85	119		119
		Realização Executada				76	99	99
		Metas					40	
		Valor de Referência						
14	N.º de km de novas estradas	Realização Contratada	3,7	3,7	7,3	8,2		8,2
		Realização Executada						
		Metas					5	
		Valor de Referência						
15	N.º de km de novas estradas nas RTE (*)	Realização Contratada	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.		n.a.
		Realização Executada						
		Metas					n.a.	
		Valor de Referência						
16	N.º de km de estradas reconstruídas e remodeladas	Realização Contratada	69,5	501,9	752,2	845,7		845,7
		Realização Executada				493	762,1	762,1
		Metas					795	
		Valor de Referência						
17	N.º de km de novas ferrovias	Realização Contratada	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.		n.a.
		Realização Executada						
		Metas					n.a.	
		Valor de Referência						
18	N.º de km de novas ferrovias nas RTE	Realização Contratada	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.		n.a.
		Realização Executada						
		Metas					n.a.	
		Valor de Referência						

Tabela 2.1: Realização Física (valores acumulados ao final do ano)

(cont.)

Indicadores		2008	2009	2010	2011	2012	2015	Total
Indicadores Comuns Comunitários (core indicators)								
19	N.º de km de ferrovias reconstruídas e remodeladas	Realização Contratada	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.		n.a.
		Realização Executada						
		Metas					n.a.	
		Valor de Referência						
20	Valor (em €/ano) dos ganhos nos tempos de percurso, gerado pelos projetos de construção e reconstrução de estradas (mercadorias e passageiros)	Realização Contratada	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.		n.a.
		Realização Executada						
		Metas					n.a.	
		Valor de Referência						
21	Valor (em €/ano) dos ganhos nos tempos de percurso, gerado pelos projetos de construção e reconstrução de ferrovias (mercadorias e passageiros)	Realização Contratada	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.		n.a.
		Realização Executada						
		Metas					n.a.	
		Valor de Referência						
22	Acréscimo de população servida por intervenções de expansão de sistemas de transportes urbanos	Realização Contratada	n.d.	2.700	19.423	19.423		19.423
		Realização Executada						
		Metas					2.700	
		Valor de Referência						
23	N.º de projetos (energias renováveis)	Realização Contratada	n.d.	5	46	79		79
		Realização Executada			6	22		22
		Metas					10	
		Valor de Referência						
24	Capacidade suplementar de produção de energia a partir de fontes renováveis (MWh)	Realização Contratada	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.		n.a.
		Realização Executada						
		Metas					n.a.	
		Valor de Referência						
25	Acréscimo de população servida nos sistemas de abastecimento de água intervenções	Realização Contratada	740	1.664	2.594	2.594		2.594
		Realização Executada						
		Metas					1.664	
		Valor de Referência						
26	Acréscimo de população servida nos sistemas de drenagem e tratamento de águas residuais intervenções	Realização Contratada	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.		n.a.
		Realização Executada						
		Metas					n.a.	
		Valor de Referência						
27	N.º de projetos de Resíduos Sólidos	Realização Contratada	5	12	18	21		21
		Realização Executada						
		Metas					12	
		Valor de Referência						
28	N.º de projetos visando a melhoria da qualidade do ar	Realização Contratada	1	1	1	1		1
		Realização Executada						
		Metas					3	
		Valor de Referência						
29	Área reabilitada (em Km2) no âmbito de intervenções de recuperação de passivos ambientais (áreas degradadas e contaminadas)	Realização Contratada	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.		n.d.
		Realização Executada						
		Metas					3	
		Valor de Referência						
30	Redução de emissões de gases com efeito de estufa (CO2 equivalentes, Kt)	Realização Contratada	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.		n.a.
		Realização Executada						
		Metas					n.a.	
		Valor de Referência						
31	N.º de projetos (Prevenção de riscos)	Realização Contratada	5	8	14	14		14
		Realização Executada			5	5		5
		Metas					10	
		Valor de Referência						

Tabela 2.1: Realização Física (valores acumulados ao final do ano)

(cont.)

Indicadores		2008	2009	2010	2011	2012	2015	Total
<b>Indicadores Comuns Comunitários (core indicators)</b>								
32	População que beneficia de medidas de protecção contra cheias e inundações	Realização Contratada		661.545	767.679	767.679		767.679
		Realização Executada				541.499		541.499
		Metas					767.679	
		Valor de Referência						
33	População que beneficia de medidas de protecção contra incêndios e outros riscos naturais e tecnológicos (excepto cheias e inundações)	Realização Contratada		n.d.	661.545	767.679	767.679	767.679
		Realização Executada				541.499		541.499
		Metas					767.679	
		Valor de Referência						
34	N.º de projetos (Turismo)	Realização Contratada		2	10	67	102	90
		Realização Executada				12	12	12
		Metas					300	
		Valor de Referência						
35	N.º de empregos criados (em ETI)	Realização Contratada		n.d.	24	208	1.596	1.097
		Realização Executada						
		Metas					n.d.	
		Valor de Referência						
36	N.º de projetos (Educação)	Realização Contratada		29	37	46	67	74
		Realização Executada					32	47
		Metas					55	
		Valor de Referência						
37	N.º de alunos que beneficiam das intervenções	Realização Contratada		7370	9.497	12.250	18.119	21.564
		Realização Executada					7.485	12.283
		Metas						17.270
		Valor de Referência						
38	N.º de projetos (saúde)	Realização Contratada		6	33	42	57	61
		Realização Executada					13	37
		Metas					70	
		Valor de Referência						
39	N.º de projetos que asseguram a sustentabilidade e melhoram atratividade das cidades (***)	Realização Contratada		n.d.	6	13	116	126
		Realização Executada					16	53
		Metas					160	
		Valor de Referência						
40	N.º de projetos que visam estimular a atividade empresarial, o empreendedorismo e a utilização das novas tecnologias (***)	Realização Contratada		n.d.	n.d.	n.d.	14	15
		Realização Executada					2	2
		Metas					30	
		Valor de Referência						
41	N.º de projetos dirigidos aos jovens e às minorias, que visam promover a oferta de serviços para a igualdade de oportunidades e a inclusão (***)	Realização Contratada		29	40	53	111	131
		Realização Executada					37	81
		Metas					60	
		Valor de Referência						

Notas: n.a. Não Aplicável ao INALENTEJO;

n.d. Não disponível;

(\*) Metodologia de cálculo em consolidação

(\*\*) Indicador para o qual se propõe não se definir uma meta

(\*\*\*) Indicador evidencia alteração do valor de anos anteriores

A visão correta do desempenho do INALENTEJO na concretização dos seus objectivos, a partir da análise dos indicadores definidos, poderá, em parte, ficar comprometida, tendo em conta alguma dificuldade, que ainda se regista na operacionalização da metodologia de cálculo nalguns indicadores.

Neste campo, será de realçar a dificuldade/entreve em obter determinados elementos que permitam, duma forma cabal, responder aos indicadores estabelecidos, refira-se como exemplo:

- obtenção de dados a partir do Sistema de Informação, no que concerne aos Regulamentos dos Sistemas de Incentivos (SIQREN), como é o caso dos

indicadores n.º 2 e 3, nos quais não é possível obter os dados da criação de emprego, repartidos por género, sendo que, os dados que neles constam respeitam às restantes operações, cujo registo/cálculo dos indicadores são obtidos através do Sistema de Informação e Gestão do Programa Operacional do Alentejo (SIGPOA);

- não são apresentados dados relativos aos Indicadores n.º 15, 17, 18, 19, 20, 21, 24 e 30 por não se enquadrarem nas tipologias de projeto previstas no INALENTEJO;

A metodologia estabelecida, determina que o contributo das operações para a construção dos indicadores, só ocorra quando estas já se encontrem com contrato celebrado (até 31-12-2012) e ao nível da execução que as operações estejam devidamente concluídas (relatório final de encerramento – situação que praticamente ainda não se verificou). No entanto, atendendo a recomendações da Comissão Europeia, neste relatório, quando possível é reportada informação sobre a execução, que reflete o contributo das intervenções que se encontram finalizadas ou em condições de serem usufruídas pelos destinatários, de forma a obter um conhecimento mais aproximado do nível de concretização deste Programa. Assim, sempre que possível, foram inseridos os dados relativos a operações já finalizadas.

Por outro lado, importa realçar que se procedeu a um trabalho de recuperação e atualização de registos dos indicadores ao nível do SIGPOA, pelo que, em alguns indicadores (n.º 39, n.º 40 e n.º 41) foram atualizados os valores do ano anterior em virtude de ter sido possível obter dados mais exatos.

Será pertinente referir que decorrente da reprogramação estratégica de dezembro de 2012, a elegibilidade das operações que contribuem para os indicadores n.º 25 (ciclo urbano da água, vertente em baixa) e n.º 27 (resíduos sólidos) serão oportunamente transferidas para o POVT, bem como ao nível das ações materiais no âmbito da prevenção de riscos, pelo que do indicador n.º 31, transitarão 6 operações.

Será assim pertinente, destacar o dinamismo verificado, nalgumas áreas:

- “*n.º de projetos de transportes*” passou de 85 operações para 119, sendo que destas, já se encontram concluídas 99 operações;
- “*n.º de km de estradas reconstruídas e remodeladas*”, passou de 752,2 km para 845,7 km (Indicador n.º 16), mantendo um bom nível de execução com 762,1 Km;

verificando-se também uma pequena alteração ao nível de novas estradas (Indicador n.º 14);

- na área das energias renováveis, é de referir uma alteração significativa, passando da aprovação de 46 para 79 projetos (Indicador n.º 23), e no “*n.º de projetos de resíduos sólidos que passaram de 18 para 21*”;
- é de registar a redução do “*n.º de projetos de turismo*”, de 102 para 90 (indicador n.º 34), justificada pela desistência de alguns projetos no âmbito do sistema de incentivos;
- continua a verificar-se dinamismo nas operações enquadradas no Regulamento Específico de Requalificação da Rede Escolar (eixo 3), estando desde já, contratadas 74 operações. Tendo em conta que já se encontram finalizadas 47 operações, permite-nos evidenciar uma boa execução (indicador n.º 36);
- o “*n.º de projetos de saúde*”, passou de 57 para 61 (indicador n.º 38), existindo, neste caso, 37 operações concluídas.
- conforme atrás referido, na sequência da atualização do registo de indicadores, verificou-se a necessidade de efetuar um ajustamento aos valores referidos em 2011, nos indicadores n.º 39, 40 e 41, assim:
  - n.º 39 – “*N.º de projetos que asseguram a sustentabilidade e melhoram a atratividade das cidades*”, o valor de 2011 passou para 116 (era de 58) e para 126 em 2012;
  - n.º 40 – “*N.º de projetos que visam estimular a atividade empresarial, o empreendedorismo e a utilização de novas tecnologias*” passou em 2011 para 14 projetos (tinha o valor 8), mantendo-se quase sem alteração em 2012 (15 projetos);
  - n.º 41 – “*N.º de projetos dirigidos aos jovens e às minorias, que visam promover a oferta de serviços para a igualdade de oportunidades e a inclusão*” passou para 111 projetos em 2011 (tinha o valor 79) e 131 projetos em 2012 com execução de 81 projetos.

Como complemento, importa fazer referência aos Indicadores Comuns Nacionais (Anexo I) realçando-se os seguintes aspectos:

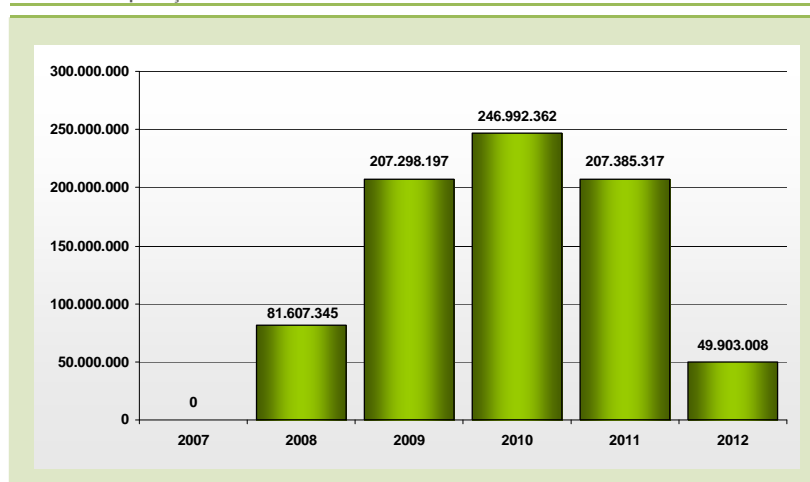
- o indicador *ICN-TRI-005*, não é aplicável ao INALENTEJO, tendo em conta o Regulamento Específico;

- a metodologia do Indicador *ICN-Anual-017*, encontra-se em fase de consolidação pelo que é “não disponível.”;
- resumem-se alguns dos aspectos mais importantes ao nível da sua evolução:
  - ICN-Tri-004 – Neste indicador verifica-se uma redução (20 em 2011 e 10 em 2012) que decorre duma aferição mais cuidada do tipo de CAE a considerar;
  - de referir a redução decorrente de desistências/rescisões (Sistema de Incentivos) nos indicadores ICN-TRI-002, ICN-TRI-003, ICN-Anual-003
  - ICN-Anual-004 – O “*n.º de empresas apoiadas em sectores de produção transacionável e internacionalizável*”, duplicou em 2012, passando de 75 para 155;
  - ICN-Tri-006 – “*O investimento elegível em I&DT*” passou de 6,9 M€ para 33,7 M€;
  - ICN-Anual-016 – De destacar a redução no “*n.º de projetos-piloto de eficiência energética*”, passando de 89 em 2011 para 71 projetos em 2012, diminuição que resulta de desistências/rescisões;
  - ICN-Tri-014 – No sequência do ajustamento efectuado ao nível do registo dos indicadores no SIGPOA, importa referir que isso se traduziu num acréscimo significativo no “*n.º de equipamentos sociais*” (de 31 para 70) embora esta diferença não tenha ocorrido na íntegra em 2012, uma vez que se refere também a operações de anos anteriores e que não estavam consideradas. Nos “*n.º de equipamentos desportivos*”, passou de 23 para 32. Mantiveram-se os 20 “*equipamentos culturais*”, embora seja de referir a execução de 13 operações. As “*unidades de saúde*” passaram de 52 para 68, estando 37 executadas;
  - ICN-Tri-015 – Neste indicador regista-se o apoio a 70 “*Centros Escolares do 1.º ciclo do ensino básico e da Educação Pré-escolar*” (65 em 2011), estando 45 concluídas. Ao nível das “*escolas do 2.º e 3.º ciclo do ensino básico*” em 2012, verificou-se a aprovação de mais 5 operações, ficando com um total de 9 operações aprovadas e 2 concluídas;
  - ao nível do “*n.º de alunos abrangidos*” (ICN-Anual-033) refira-se um acréscimo no 1.º ciclo, 17.367 alunos (15.912 em 2011) e 4.197 alunos (2.207 em 2011) nas escolas de 2.º e 3.º ciclo.

## 2.1.2. Realização financeira do Programa Operacional

O ano de 2012 representou 12,90% do valor de FEDER aprovado no INALENTEJO, sendo a taxa de compromisso (FEDER aprovado / FEDER programado) no final do ano 92,89% com um valor de FEDER aprovado de 793,2 M€. A análise deste valor permite marcar o ano de 2010 como o pico da curva de aprovação, estando os anos de 2011 e 2012 já na fase descendente, facto resultante do elevado grau de compromisso já atingido.

Gráfico 2.1: Aprovação anual do INALENTEJO – FEDER



Os aumentos da taxa de participação ocorridos em 2010 e no final de 2011 tiveram implicações no valor de FEDER aprovado e executado.

Tabela 2.2: Compromisso financeiro a 31-12-2012 (€)

Eixo Prioritário	Programação Financeira 2007-2013 (PR)			Aprovações (AP)			Execução * (EX)		
	Inv. total elegível	Despesa Pública	Fundo	Inv. total elegível	Despesa Pública	Fundo	Inv. total elegível	Despesa Pública	Fundo
INALENTEJO	1.054.531.052	954.320.464	853.933.978	1.089.427.418	940.570.778	793.186.229	484.172.174	435.404.972	359.490.089
Eixo Prioritário 1	424.174.162	335.112.305	318.130.622	447.855.831	301.520.609	284.150.298	158.435.496	110.122.874	102.731.496
Eixo Prioritário 2	132.149.499	132.149.499	112.327.074	162.475.236	161.766.251	125.256.091	75.506.738	75.506.738	58.009.310
Eixo Prioritário 3	470.677.979	459.529.248	400.076.282	463.599.483	461.787.049	370.607.502	238.991.936	238.537.356	189.196.980
Eixo Prioritário 4	27.529.412	27.529.412	23.400.000	15.496.869	15.496.869	13.172.338	11.238.004	11.238.004	9.552.303

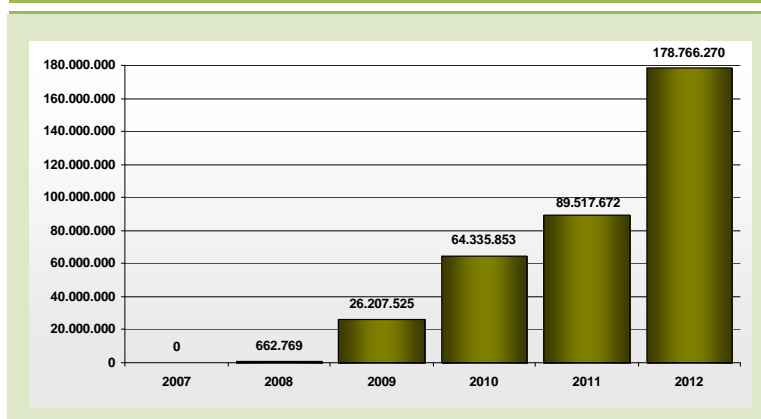
Eixo Prioritário	Fundo pago ao Beneficiário (PG)				Indicadores financeiros (Fundo) %				
	Total	Adiantamentos certificáveis	Adiantamentos não certificáveis	Reembolsos	Taxa de compromisso (AP/PR)	Taxa de execução (EX/PR)	Taxa de realização (EX/AP)	Taxa de pagamento (PG/AP)	Taxa de reembolso (PG/EX)
INALENTEJO	449.608.299	12.645.922	96.966.754	339.995.622	92,89%	42,10%	45,32%	56,68%	125,07%
Eixo Prioritário 1	123.413.102	12.645.922	22.346.231	88.420.948	89,32%	32,29%	36,15%	43,43%	120,13%
Eixo Prioritário 2	72.536.444	0	16.145.240	56.391.204	111,51%	51,64%	46,31%	57,91%	125,04%
Eixo Prioritário 3	244.040.336	0	58.199.575	185.840.761	92,63%	47,29%	51,05%	65,85%	128,99%
Eixo Prioritário 4	9.618.417	0	275.708	9.342.709	56,29%	40,82%	72,52%	73,02%	100,69%

\* Execução corresponde aos montantes de despesa efetivamente paga pelos beneficiários na execução de uma operação/projeto e validada pela AG e a adiantamentos pagos aos beneficiários, no âmbito dos auxílios estatais, na aceção do artigo 87º do Tratado, que sejam considerados certificáveis. Os valores relativos a adiantamentos certificáveis apenas são contabilizados nesta variável pelo valor da garantia bancária associada e até à sua justificação por via de apresentação de despesa efetivamente paga pelo beneficiário e validada e paga pela autoridade de gestão.

O valor FEDER correspondente à despesa validada até ao final de 2012 é de 359,5 M€, representando um acréscimo bastante significativo se comparado com 2011, em que este

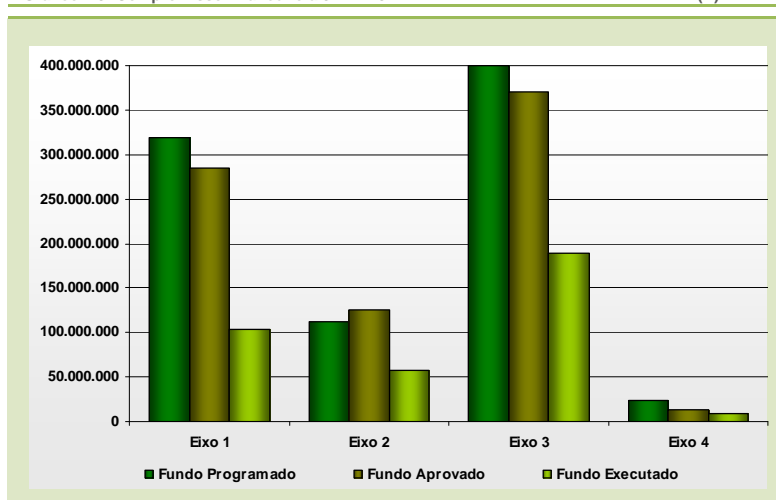
valor era 180,7 M€. O ano de 2012 apresenta assim um contributo de 49,74% do valor FEDER executado, este crescimento resulta não só dos elevados níveis de execução das operações mas também da influência do aumento da taxa de comparticipação e do esforço realizado pela estrutura técnica do INALENTEJO, de forma a aumentar a validação documental e processual da despesa apresentada pelos beneficiários.

Gráfico 2.2 : Execução anual do INALENTEJO – FEDER



Verifica-se no gráfico 2.3 que a aprovação, atinge valores muito significativos face ao valor programado, sendo que no eixo 2 se observa a influência das operações a transitar efetivamente para o POVT em 2013. Verifica-se também que o eixo 4 apresenta um maior equilíbrio entre o valor aprovado no final do ano e o valor executado, dada a natureza anual das operações. Importa sublinhar que os valores de aprovação no eixo 4 já apresentam as correções resultantes do encerramento de 15 operações, sendo que o valor total aprovado resulta da utilização do valor executado das operações encerradas.

Gráfico 2.3: Compromisso financeiro a 31-12-2012



### Dinâmica de Avisos de Concurso

Até ao final de 2012 foram abertos um total de 387 Avisos de Concurso, 10 dos quais ainda se encontravam abertos a essa data, tendo o ano de 2012 contribuído com 34 concursos, comparativamente com a situação em 2011 continuou a verificar-se um decrescimento do número de concursos abertos.

O ano 2012 contribuiu em 6,7% do número de avisos abertos em oposição aos anos de 2009 e 2010 que se apresentaram como sendo os com maior número de avisos abertos nomeadamente 129 e 128, representando cada um destes anos 33% do total de avisos abertos. Esta análise reforça a ideia da inversão da curva de compromisso resultante do elevado grau atingido.

Gráfico 2.4: Avisos de concurso 31-12-2012

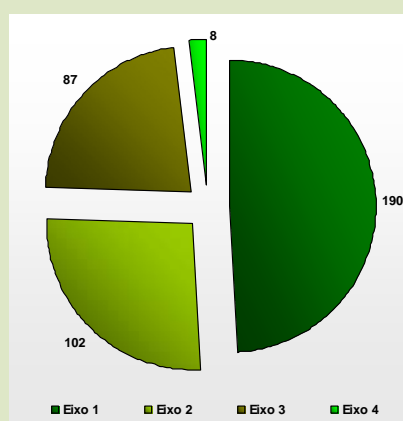
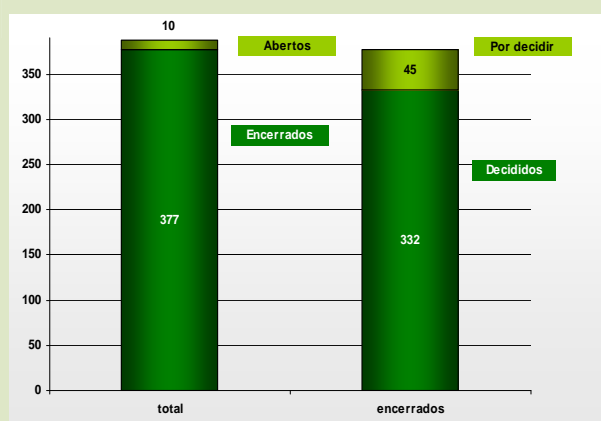


Gráfico 2.5: Dinâmica de concursos em 31-12-2012



Destaca-se também, o eixo 1, como sendo o que mais concursos abriu até ao final do ano 2012 com 190 concursos, dos quais no final do ano só 9 se mantinham abertos e 167 já decididos, correspondendo 88 ao sistema de incentivos.

Gráfico 2.6: Avisos de concurso encerrados 31-12-2012

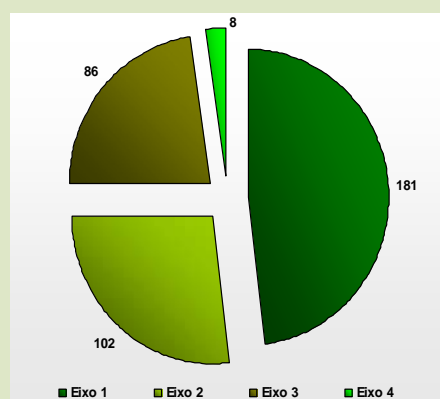
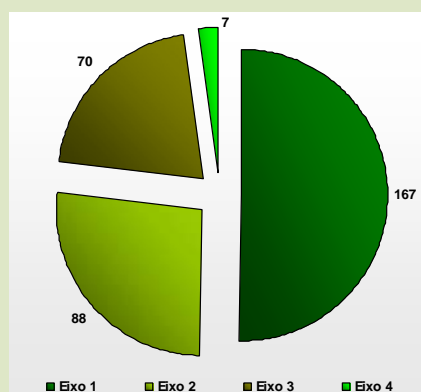


Gráfico 2.7: Avisos de concurso decididos 31-12-2012



### Aprovações e Taxas de Compromisso

As 603 candidaturas apresentadas no ano de 2012 representam um contributo de 18,86% das submetidas ao INALENTEJO até aquela data, as 134 admitidas, um contributo de 8,61% e as 129 aprovadas, um contributo de 8,41%. Considerando que das 1.556 candidaturas admitidas até 31-12-2012, foram aprovadas 1.534, constata-se que a taxa de aprovação líquida (aprovadas/admitidas), foi de 98,59%.

Gráfico 2.8: Variação de aprovação líquida por eixo prioritário (n.º)

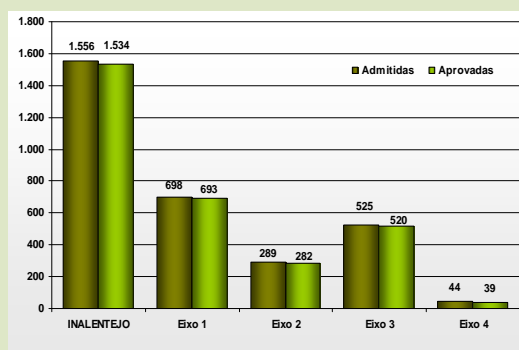


Gráfico 2.9: Incremento de candidaturas (n.º)

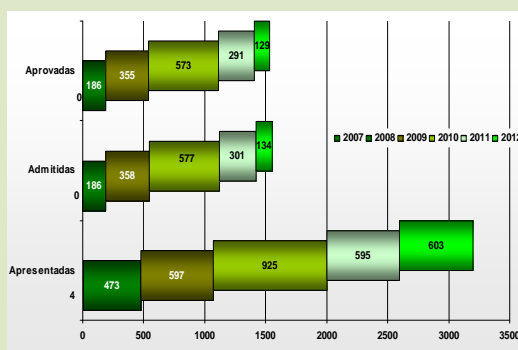


Gráfico 2.10: Taxa de aprovação líquida

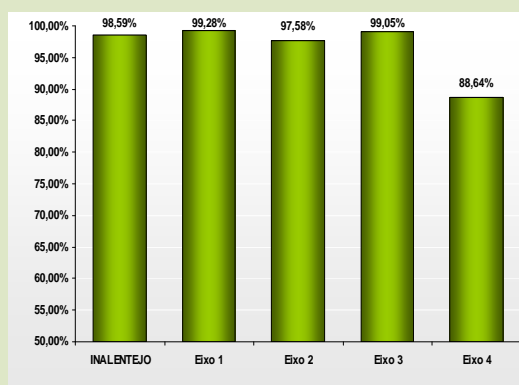
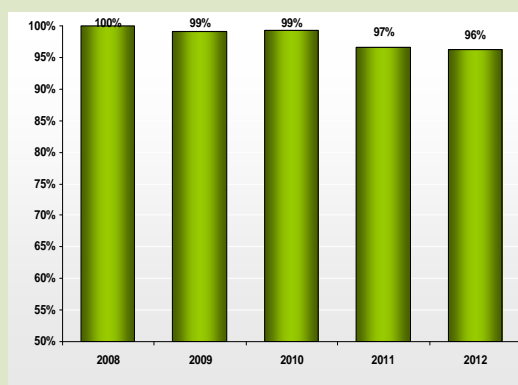


Gráfico 2.11: Variação anual da Taxa de aprovação líquida



O aumento anual da taxa de aprovação líquida resulta em grande parte da maturidade das candidaturas apresentadas, do seu mérito e dos procedimentos desenvolvidos pela equipa técnica do INALENTEJO.

Tabela 2.3: Operações aprovadas (€)

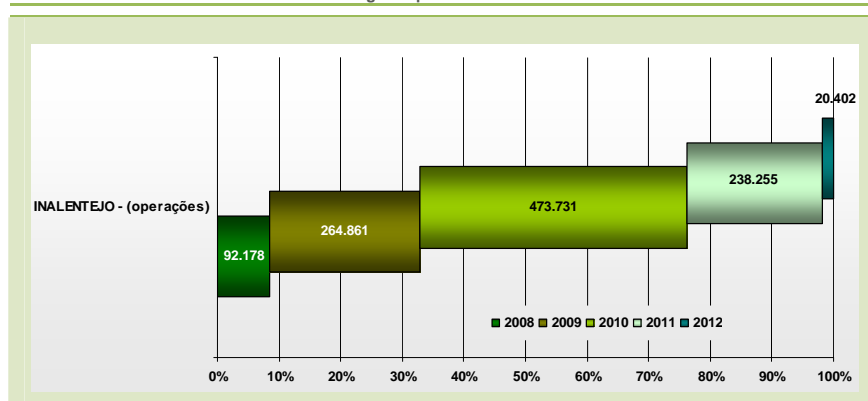
Eixo Prioritário	Custo total	Custo total elegível	Despesa Pública	FEDER
Eixo 1	521.329.552	447.855.831	301.520.609	284.150.298
Eixo 2	178.078.860	162.475.236	161.766.251	125.256.091
Eixo 3	520.344.738	463.599.483	461.787.049	370.607.502
Eixo 4	16.664.630	15.496.869	15.496.869	13.172.338
Total	1.236.417.781	1.089.427.418	940.570.777	793.186.229

O investimento total das operações aprovadas pelo INALENTEJO era a 31 de dezembro de 1.236,4 M€, a que corresponde um investimento elegível de 1.089,4 M€ e uma comparticipação FEDER de 793,18 M€, a uma taxa de comparticipação média de 72,86%.

A taxa de compromisso, no mesmo período, atingiu os 89,32% face ao total programado, no eixo 1, se considerarmos os compromissos resultantes dos planos de ação a taxa de compromisso passa para 98,67%. Da mesma forma, no eixo 2 a taxa de compromisso passa de 111,51% para 122,50%, se considerarmos os valores programados nos planos de ação, no entanto no eixo 2 há ainda a considerar a transição das operações para o POVT resultante da reprogramação estratégica aprovada em 05-12-2012, assim e embora esta transição só ocorra em 2013, podem-se calcular as taxas de compromisso corrigidas com base na referida reprogramação, ascendendo a 95,82% a taxa de compromisso real e 113% a taxa de compromisso possível. O eixo 3 passa de 92,63% para 102,55%, valor resultante dos 22 planos de ação/programas estratégicos da política de cidades.

Gráfico 2.12: Incremento do investimento elegível aprovado

mil €



A análise gráfica permite mais uma vez verificar o grau de compromisso da dotação do INALENTEJO, com especial ênfase nos eixos 1, 2 e 3, onde se verificam compromissos superiores a 80%, sendo a taxa de compromisso do eixo 4 dependente do decurso do programa.

### Execução Financeira e Pagamentos aos Beneficiários

O total de despesa paga pelos beneficiários, apresentada ao INALENTEJO e validada pela estrutura técnica do até ao final do ano 2012, manteve a tendência de crescimento tendo atingindo 463,8 M€ a que corresponde uma despesa pública de 415,0 M€ e uma contribuição FEDER de 346,8 M€, sendo a taxa de realização (executado/aprovado) de 43,73%.

Tabela 2.4: Execução financeira e pagamentos aos beneficiários (€)

Eixo Prioritário	Fundo Programado	Fundo Aprovado	Fundo executado	Fundo Pago
Eixo 1	318.130.622	284.150.298	102.731.496	123.413.102
Eixo 2	112.327.074	125.256.091	58.009.310	72.536.444
Eixo 3	400.076.282	370.607.502	189.196.980	244.040.336
Eixo 4	23.400.000	13.172.338	9.552.303	9.618.417
<b>Total</b>	<b>853.933.978</b>	<b>793.186.229</b>	<b>359.490.089</b>	<b>449.608.299</b>

Gráfico 2.13: Execução financeira e pagamentos aos beneficiários (€)

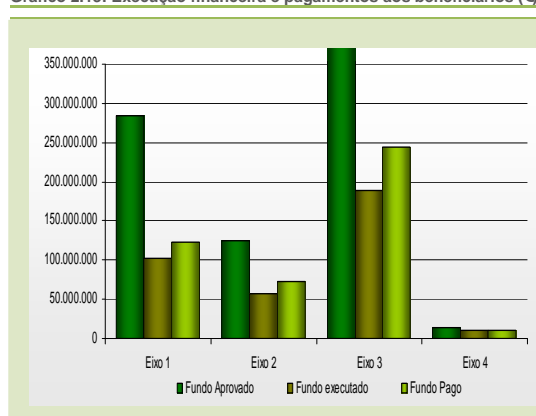
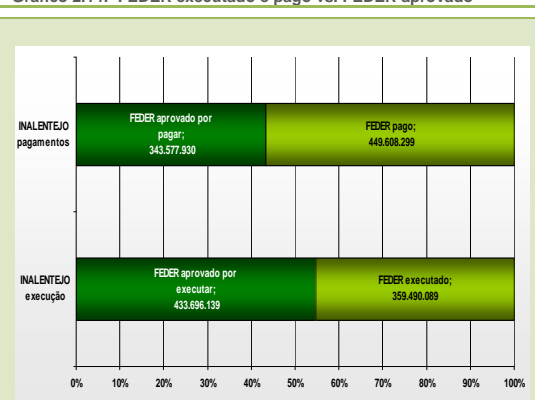


Gráfico 2.14: FEDER executado e pago vs. FEDER aprovado



Em termos de execução e pagamentos aos beneficiários, o ano de 2012 representa um contributo de 49,73% e de 41,26% respetivamente, sendo que a taxa de realização passou de 24,31%, em 2011, para 45,32% e a taxa de pagamento passou de 35,53% para 56,68%.

Gráfico 2.15: Incremento da execução

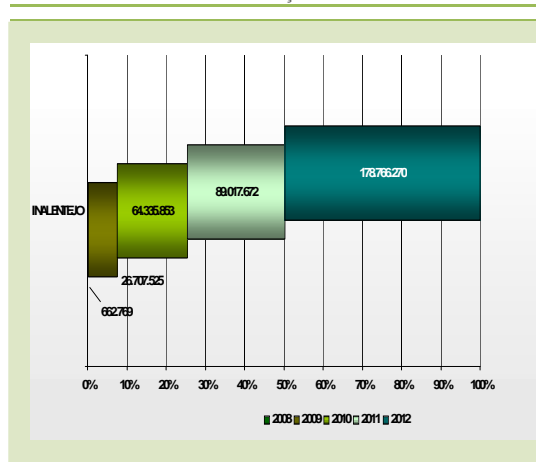


Gráfico 2.16: Incremento de pagamentos aos beneficiários

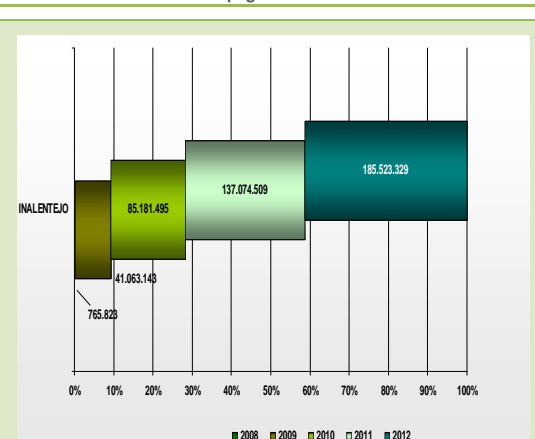


Tabela 2.5: Realização financeira				Un:€	
Eixo Prioritário	Financiamento total do Programa Operacional (União e nacional)	Base de cálculo da contribuição da União (Custo Total)	Total da despesa elegível certificada paga pelos beneficiários	Contribuição pública correspondente	Taxa de execução (%)
	1	2	3	4	5=3/1
Eixo Prioritário 1	424.174.162	424.174.162	148.585.275	102.730.757	35%
FEDER	318.130.622	318.130.622			
Eixo Prioritário 2	132.149.499	132.149.499	59.583.557	59.583.557	45%
FEDER	112.327.074	112.327.074			
Eixo Prioritário 3	470.677.979	470.677.979	222.831.157	218.382.705	47%
FEDER	400.076.282	400.076.282			
Eixo Prioritário 4	27.529.412	27.529.412	10.786.983	10.786.983	39%
FEDER	23.400.000	23.400.000			
<b>Total PO</b>	<b>1.054.531.052</b>	<b>1.054.531.052</b>	<b>441.786.971</b>	<b>391.484.002</b>	<b>42%</b>

No dia 20 de dezembro de 2012 procedeu-se ao envio à Comissão Europeia do certificado e declaração de despesa do 12.º pedido de certificação de despesas do INALENTEJO. A despesa total certificada ascendeu a 441,8 M€, a que correspondeu um pedido de reembolso de FEDER de 35,7 M€.

A totalidade do montante transferido pela comissão até 31-12-2012 foi de 339,7 M€, acrescido do valor do valor do pré-financiamento de 65,2 M€.

No ano de 2012, foram solicitadas as seguintes pagamentos intermédios nos termos do artigo 61º do Regulamento (CE) n.º1083/2006:

Tabela 2.6: Pagamentos intermédios de 2012 (€)		
Data	Despesa Certificada (acumulada)	FEDER transferido
04-04-2012	199.218.792	41.007.037
07-08-2012	277.984.507	75.409.662
21-09-2012	337.220.788	56.309.202
15-10-2012	403.455.435	44.575.388
20-12-2012	441.786.971	35.673.484

Tabela 2.7: Certificação de despesa e pedidos de pagamento, enviados à CE em 2012 (valores acumulados) (€)								
Código Eixo Prioritário	2012				Total Acumulado			
	Total das despesas elegíveis pagas pelos beneficiários	Contribuição Pública Correspondente	Montante PP à CE		Total das despesas elegíveis pagas pelos beneficiários	Total Contribuição Pública Correspondente	Montante PP à CE	
			Total	Do qual top-up			Total	Do qual top-up
ALENT-07	88.148.064	60.570.667	60.570.667	0	148.585.275	102.730.757	102.730.757	0
ALENT-08	40.227.019	40.227.019	38.856.006	4.663.040	59.583.557	59.583.557	55.309.063	4.663.040
ALENT-09	158.756.633	154.349.824	152.838.252	17.895.114	222.831.157	218.382.705	207.301.597	17.895.114
ALENT-10	3.546.986	3.546.986	3.844.865	829.927	10.786.983	10.786.983	9.998.863	829.927
<b>Total</b>	<b>290.678.702</b>	<b>258.694.496</b>	<b>256.109.790</b>	<b>23.388.081</b>	<b>441.786.971</b>	<b>391.484.002</b>	<b>375.340.280</b>	<b>23.388.081</b>

### Regra N+3

O Regulamento (CE) n.º 1083/2006 do Conselho, de 11 de julho, estabelece que é automaticamente anulada, pela Comissão, a parte de uma autorização orçamental relativa a um Programa Operacional que não tenha sido utilizada até 31 de dezembro do segundo ano seguinte ao da autorização orçamental (n+2).

No mesmo regulamento define-se ainda que, para um conjunto de Estados-Membros, no qual se inclui Portugal, cujo PIB entre 2001 e 2003 foi inferior a 85% da média da UE-25, o prazo referido é de três anos, para as autorizações orçamentais de 2007 a 2010 (n+3).

De acordo com a alteração introduzida pelo Regulamento (UE) n.º 539/2010 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de junho, ao nível da definição dos prazos para a anulação automática de autorizações, a primeira vez em que a Comissão Europeia aferiu se os Programas Operacionais de Portugal cumpriram a regra que pode levar à anulação automática de verbas relativas ao período de programação 2007-2013 foi no ano 2011.

Neste contexto no ano de 2012 a meta de cumprimento de valor certificado à CE para cumprimento da regra n+3 era de 214, M€, o INALENTEJO passou esse objetivo com 174,9%.

Tabela 2.8: Cumprimento da regra «n+3» relativa a 2012, com despesa certificada até ao final do ano (€)			
Ano	Meta n+3 a cumprir	Montante certificado acumulado	% da Meta n+3
31-12-2011	73.529.935	119.230.489	162,15%
31-12-2012	214.614.312	375.340.280	174,9%

#### 2.1.3. Informação sobre a repartição da utilização dos fundos

##### Dimensão Formas de Financiamento

A 31-12-2011, o INALENTEJO apresenta, no que respeita às formas de financiamento uma distribuição tripartida entre as ajudas não reembolsáveis (1), com 93,29% dos projetos aprovados, ajuda (empréstimo, bonificação de juros, garantias) (2) em que a aplicação se apresenta exclusiva em projetos do eixo 1, nomeadamente do SI Inovação e SII&DT com 6,65% e outras formas de financiamento com a operação da iniciativa JESSICA.

Tabela 2.9: Repartição da contribuição comunitária por dimensão - Formas de Financiamento

Código	Designação	Fundo			
		Aprovação	Execução		
		N.º Proj.	Montante €	Montante €	Tx EX/AP
1	Ajuda não reembolsável	1.431	630.571.994	293.295.640	46,51%
2	Ajuda (empréstimo, bonificação de juros, garantias)	102	152.614.235	43.548.527	28,54%
3	Capital de risco (participação, fundo de capital de risco)				
4	Outras formas de financiamento	1	10.000.000	10.000.000	100,00%
<b>TOTAL</b>		<b>1.534</b>	<b>793.186.229</b>	<b>346.844.167</b>	<b>43,73%</b>

Gráfico 2.17: Distribuição do FEDER aprovado por dimensão Formas de Financiamento (€)

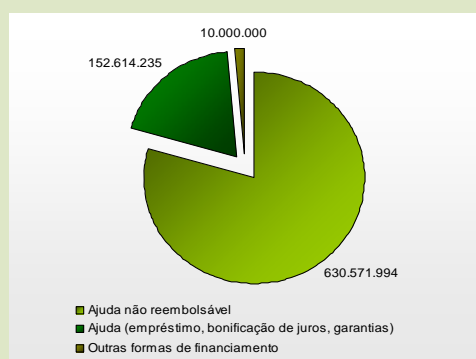
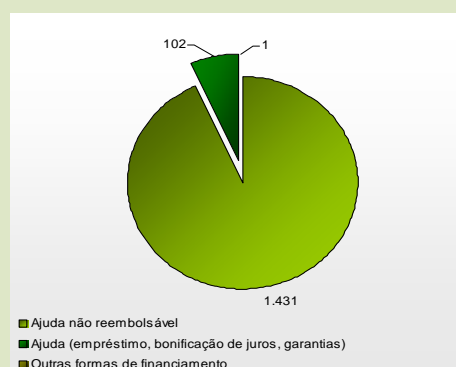


Gráfico 2.18: Distribuição projetos aprovados por dimensão Formas de Financiamento (n.º)



### Dimensão Tipo de Território

Tendo em conta os conceitos utilizados (orientação técnica CTC QREN n.º1/2009 de 21 de maio):

- são considerados aglomerados urbanos os concelhos:
  - cuja população residente em freguesia classificadas como área predominantemente urbana (APU) seja igual ou superior a 50% do total;
  - ou que sejam capital de Distrito;
  - ou que integrem as Áreas Metropolitanas de Lisboa e do Porto.
- são consideradas zonas de fraca e de muito fraca densidade populacional os concelhos que tenham uma densidade populacional inferior a 50 habitantes por km<sup>2</sup> (artigo 52.º, alínea f ponto ii do Regulamento CE n.º 1083/2006)
- são consideradas zonas rurais (que não montanhas, ilhas ou zonas de fraca e muito fraca densidade populacional) os concelhos que não integrem nenhuma das anteriores classificações;
- há ainda a considerar a classificação “não se aplica” onde se incluem os investimentos de incidência NUT II (Alentejo).

Verifica-se a seguinte repartição da contribuição comunitária por dimensão tipo de território:

- aglomeração urbana – 54,69% dos projetos aprovados, correspondendo a 56,52% da comparticipação comunitária aprovada;
- regiões de fraca e muito fraca densidade populacional – 32,79% dos projetos aprovados a que corresponde 31,49% da comparticipação comunitária aprovada;
- zonas rurais (que não montanhas, ilhas, ou zonas de fraca e muito fraca densidade populacional) – 4,69% dos projetos aprovados, correspondendo a 4,38% da comparticipação comunitária aprovada;
- não se aplica – 7,82% dos projetos aprovados, correspondendo a 7,61% da comparticipação comunitária aprovada.

Tabela 2.10: Repartição da contribuição comunitária por dimensão - Tipo de Território (€)					
Código	Designação	Fundo			
		Aprovação	Execução		
		N.º Proj.	Montante	Montante	Tx EX/AP
01	Aglomeração urbana	839	448.284.931	186.399.167	41,58%
04	Regiões de fraca e muito fraca densidade populacional	503	249.805.897	123.692.473	49,52%
05	Zonas rurais (que não montanhas, ilhas, ou zonas de fraca e muito fraca densidade populacional)	72	34.750.709	10.978.486	31,59%
00	Não aplicável	120	60.344.691	38.419.964	63,67%
<b>TOTAL</b>		<b>1.534</b>	<b>793.186.229</b>	<b>359.490.089</b>	<b>45,32%</b>

Na análise dos valores apresentados na Tabela 2.10, verifica-se uma forte concentração do n.º de projetos e, consequentemente, FEDER aprovado na dimensão 01- Aglomeração Urbana, estes diferencial resulta em grande parte dos investimentos estruturantes nas áreas da educação, saúde, reabilitação urbana e também da influência do investimento e projetos do eixo 1 (área empresarial). Deve-se realçar que a dimensão territorial é obtida pelos concelhos em que o projeto tem abrangência.

Gráfico 2.19: Distribuição do FEDER aprovado por dimensão Tipo de Território (€)

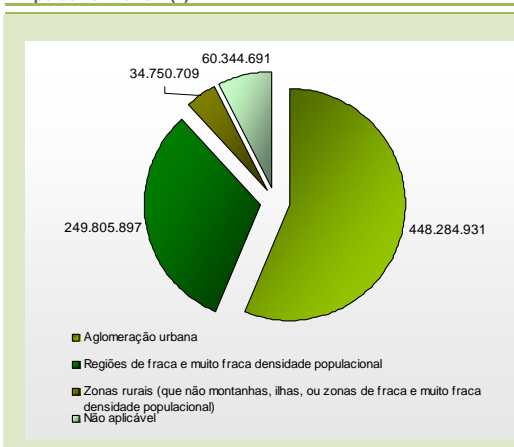
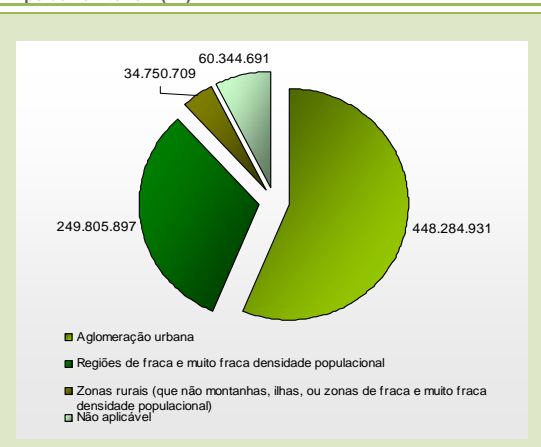


Gráfico 2.20: Distribuição projetos aprovados por dimensão Tipo de Território (n.º)



### Dimensão Atividade Económica

A 31-12-2012 a repartição da contribuição comunitária por dimensão de atividade económica era a que se espelha na tabela seguinte, sendo de realçar que se mantêm principais as seguintes:

- administração pública – 25,81% dos projetos aprovados, que representa 25,88% da comparticipação comunitária aprovada;
- construção – 19,62% dos projetos aprovados que representa 25,45% da comparticipação comunitária aprovada;
- atividades imobiliárias, alugueres e serviços prestados às empresas – 13,49% dos projetos aprovados, que representa 6,64% da comparticipação comunitária aprovada;
- ação social e serviços coletivos, sociais e pessoais – 13,69% dos projetos aprovados, que representa 10,43% da comparticipação comunitária aprovada.

De salientar nesta análise, que o código de dimensão atividade económica resulta do CAE do projeto, que por vezes, apresenta no seu preenchimento por parte das diferentes entidades um desvio significativo, já que se trata do CAE da Operação e não do beneficiário, necessitando de triagem de erros e correta afetação ao código dimensão atividade económica.

Tabela 2.11: Repartição da contribuição comunitária por dimensão - Atividade Económica (€)

Código	Designação	Fundo			
		Aprovação		Execução	
		N.º Proj.	Montante	Montante	Tx EX/AP
01	Agricultura, caça e silvicultura	1	25.000	0	0,00%
02	Pesca	0	0	0	
03	Indústrias alimentares e das bebidas	42	7.686.113	976.198	12,70%
04	Fabrico de têxteis e produtos têxteis	2	175.219	20.921	11,94%
05	Construção de material de transporte	6	3.101.723	831.125	26,80%
06	Indústrias transformadoras diversas	89	54.129.742	14.709.749	27,17%
07	Extração de produtos energéticos	0	0	0	
08	Produção e distribuição de eletricidade, gás, vapor e água quente	12	2.051.293	746.659	36,40%
09	Captação, tratamento e distribuição de água	3	2.329.126	1.653.791	71,00%
10	Correios e telecomunicações	0	0	0	
11	Transportes	18	4.786.576	3.243.873	67,77%
12	Construção	301	201.876.808	99.709.907	49,39%
13	Comércio por grosso e a retalho	80	10.097.616	3.525.650	34,92%
14	Hotéis e restaurantes	46	69.088.040	31.818.280	46,05%
15	Atividades financeiras	1	10.000.000	10.000.000	100,00%
16	Atividades imobiliárias, alugueres e serviços prestados às empresas	207	52.687.954	15.769.116	29,93%
17	Administração pública	396	205.302.361	107.813.470	52,51%
18	Educação	62	56.303.117	28.401.311	50,44%
19	Atividades de saúde humana	10	13.185.817	9.241.373	70,09%
20	Ação social e serviços coletivos, sociais e pessoais	210	82.726.029	24.203.984	29,26%
21	Atividades associadas ao ambiente	23	14.795.693	5.764.496	38,96%
22	Outros serviços não especificados	0	0	0	
00	Não aplicável	25	2.838.002	1.060.186	37,36%
	<b>TOTAL</b>	<b>1.534</b>	<b>793.186.229</b>	<b>359.490.089</b>	<b>45,32%</b>

### NUT III

O valor FEDER aprovado até ao final de 2012 de 793,2 M€ verificou-se que:

- Lezíria do Tejo - com 17,50% do FEDER aprovado e 44,81% de taxa de realização;
- Alto Alentejo - com 19,44% do FEDER aprovado e 42,84% de taxa de realização;
- Alentejo Central – com 25,79% do FEDER aprovado e 39,72% de taxa de realização;
- Baixo Alentejo – com 17,38% do FEDER aprovado e 50,16% de taxa de realização;
- Alentejo Litoral – com 10,68% do FEDER aprovado e 38,50% de realização;
- Não regionalizável – com 9,21% do FEDER aprovado e 65,98% de realização.

As diferenças verificadas, relativamente à percentagem de aprovação, resultam não só das diferentes dinâmicas regionais (social, económica, geográfica, etc.), mas em grande parte da natureza dos investimentos feitos, tendo-se verificado uma quebra de aprovação ao nível das operações localizadas no Alentejo Litoral, menos significativamente no Alto Alentejo e das operações não regionalizáveis. Neste contexto pode verificar-se que:

- competitividade, inovação e conhecimento – o Alentejo Central e a Lezíria do Tejo continuam a ser as NUT III que mais apresentam operações aprovadas, respetivamente, 196 e 180, nesta análise não se pode separar o facto de serem as duas regiões com mais população e com maior número de empresas instaladas. No entanto, quando falamos de contrapartida média por operação as regiões NUT III com maiores valores são o Alentejo Central (536.270€) e o Alentejo Litoral (468.882€);
- educação – a Lezíria do Tejo continua a ser a NUT III com maior número de operações aprovadas com 26, realça-se que a população residente é superior em cerca de 39% relativamente à segunda região com maior população o Alentejo Central que apresenta 14 operações aprovadas;
- saúde – a NUT III com maior número de operações aprovadas é o Alentejo Central com 14, nesta área realçam-se os 19 projetos não regionalizáveis, ou seja com abrangência em mais que uma NUTIII do Alentejo, no valor de 16,7 M€;
- política de cidades – o número de programas estratégicos/planos de ação aprovados nas diferentes regiões é muito uniforme, sendo ao nível das operações

aprovadas que verificam duas NUT III com maior relevância, o Alentejo Central apresenta 68 operações aprovadas e o Baixo Alentejo com 65;

- ambiente – nesta área continua a ser a NUT III Baixo Alentejo a região que apresenta maior número de intervenções 47 maioritariamente nas áreas da educação ambiental e gestão de resíduos sendo, no entanto, o valor médio de FEDER/operação superior nas operações não regionalizáveis ao nível da NUTIII (432.129€);
- cultura e património – as NUT III com mais projetos aprovados nesta tipologia são, respetivamente, o Alentejo Central (14 operações), Baixo Alentejo e o Alto Alentejo (13 operações);
- mobilidade – nesta área a NUT III Alto Alentejo continua como a região com mais operações aprovadas (47) e um valor médio de FEDER por operação de 550.088€, contrapondo com o Baixo Alentejo e o Alentejo Litoral com valores médios de FEDER aprovado de 853.095€ e 875.123€, para 20 e 10 operações, respetivamente.

Para uma melhor visualização da distribuição geográfica do investimento na 8 áreas acima analisadas:

- competitividade, inovação e conhecimento;
- educação;
- saúde;
- equipamentos para a coesão local;
- política de cidades;
- ambiente;
- cultura e património;
- mobilidade.

Os valores apresentados serão do FEDER aprovado e executado por concelho, permitindo uma visualização das dinâmicas concelhias.

Figura 2.1 : Distribuição do FEDER aprovado por concelho - Competitividade, inovação e conhecimento

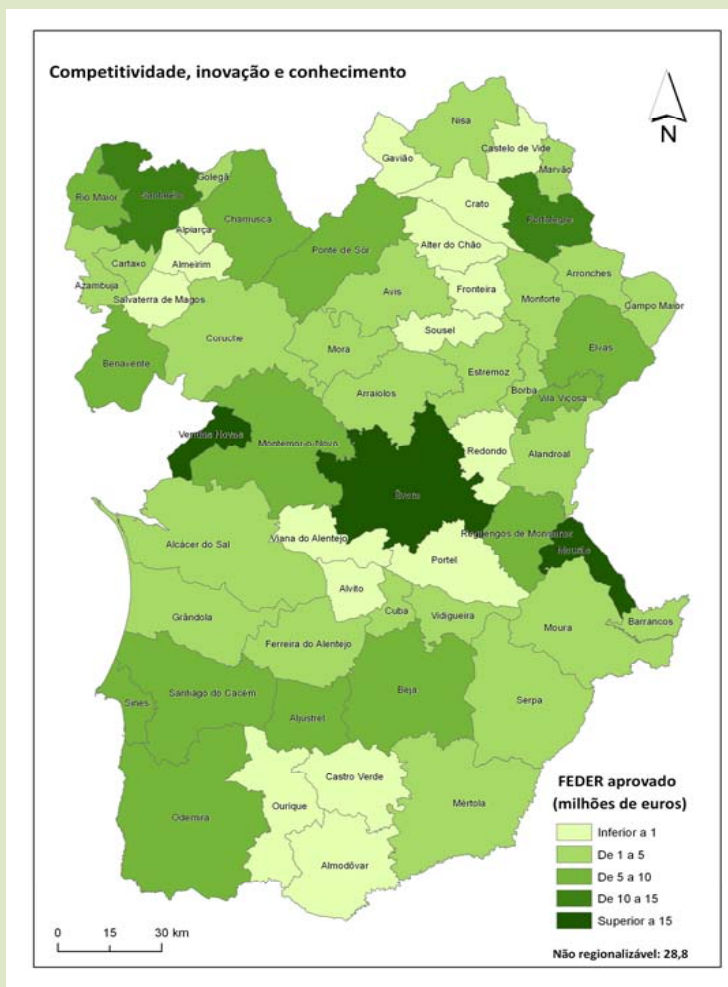


Figura 2.2 : Distribuição do FEDER executado por concelho - Competitividade, inovação e conhecimento

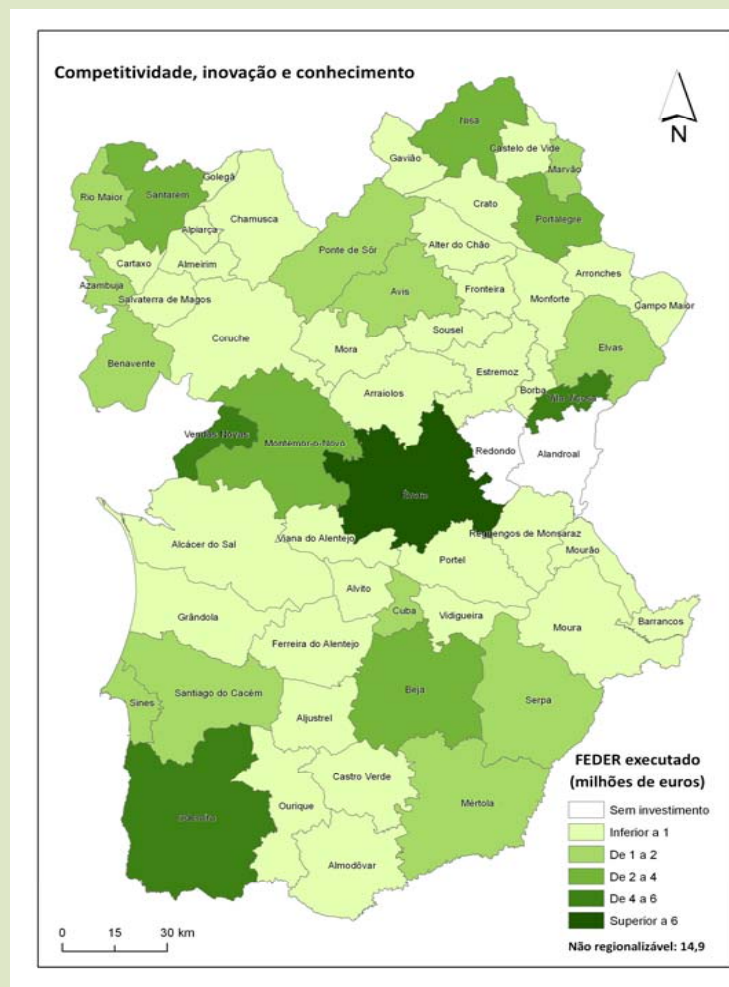


Figura 2.3 : Distribuição do FEDER aprovado por concelho - Educação

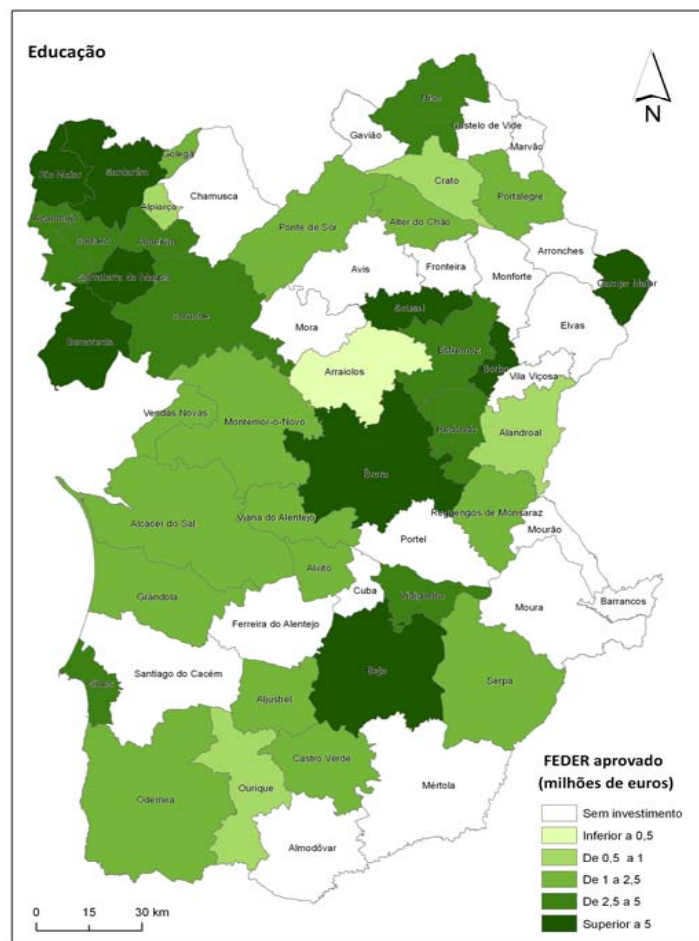


Figura 2.4: Distribuição do FEDER executado por concelho - Educação

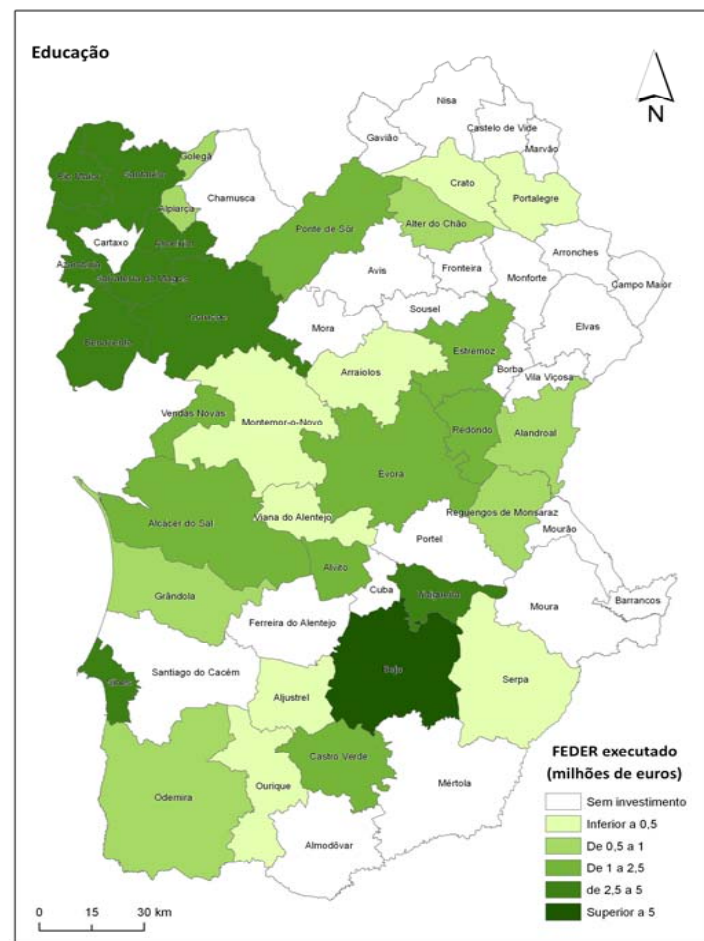


Figura 2.5 : Distribuição do FEDER aprovado por concelho - Saúde

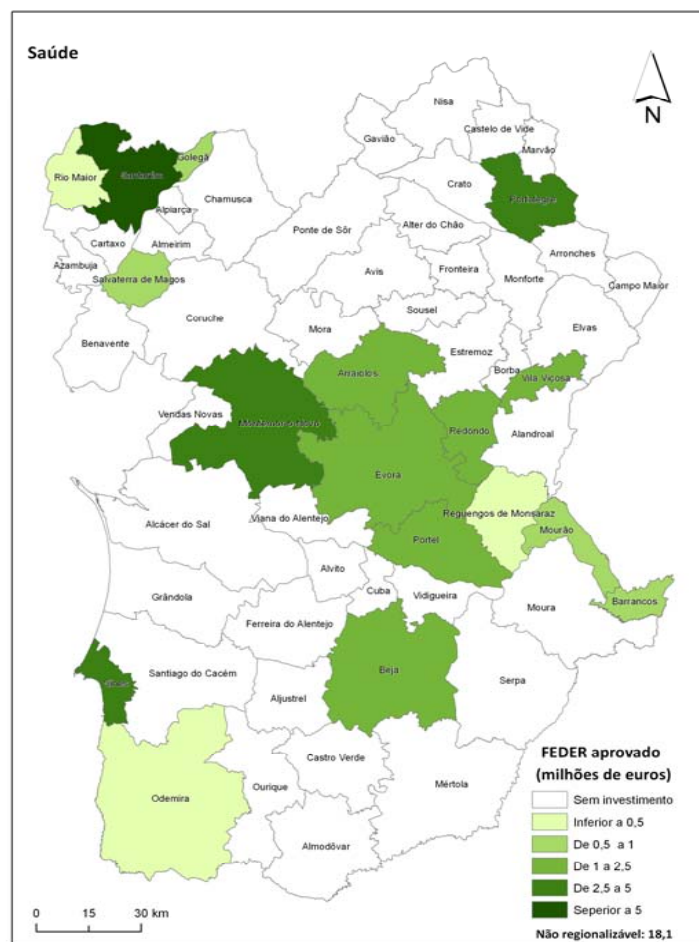


Figura 2.6: Distribuição do FEDER executado por concelho - Saúde

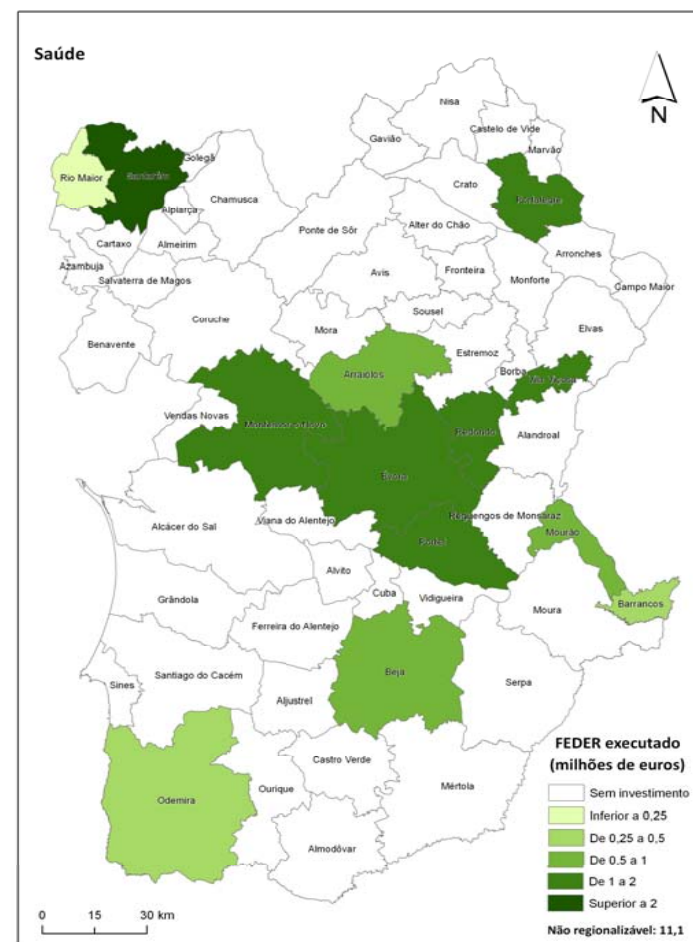


Figura 2.7: Distribuição do FEDER aprovado por concelho - Equipamentos para a coesão local

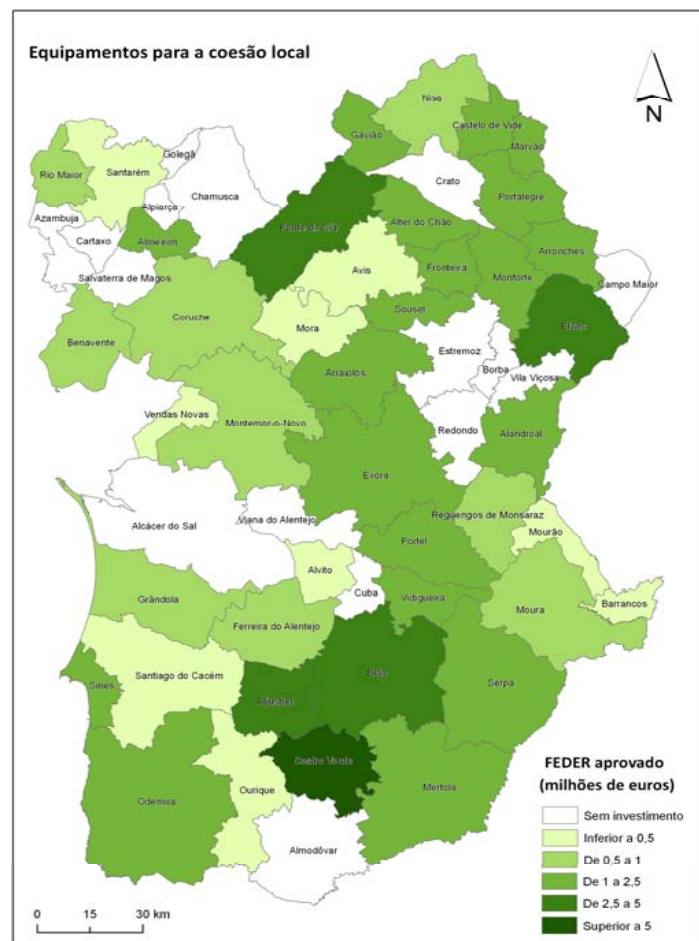


Figura 2.8: Distribuição do FEDER executado por concelho - Equipamentos para a coesão local

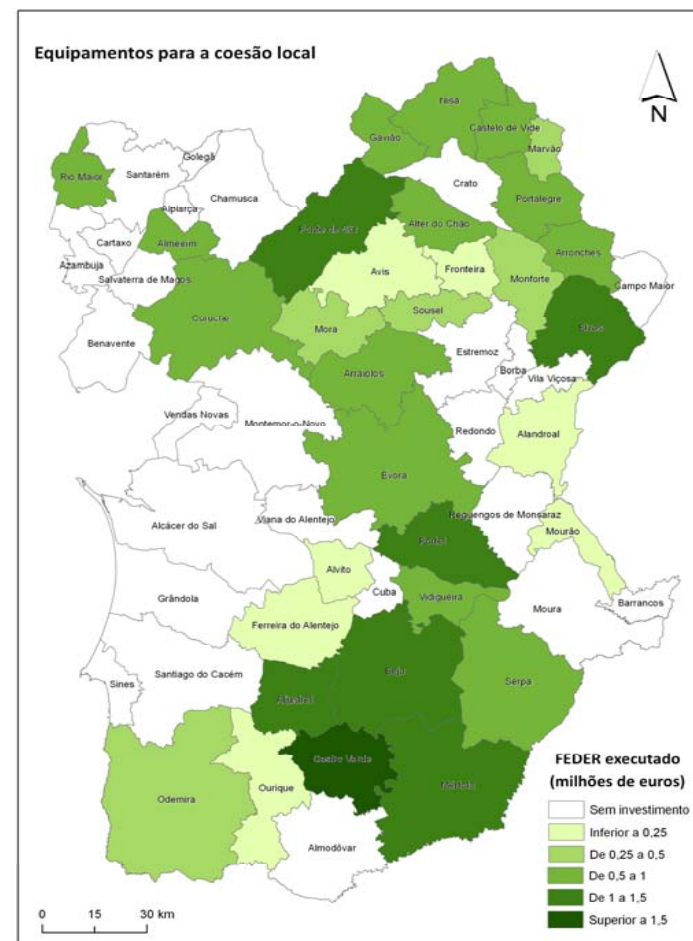


Figura 2.9: Distribuição do FEDER aprovado por concelho - Política de cidades

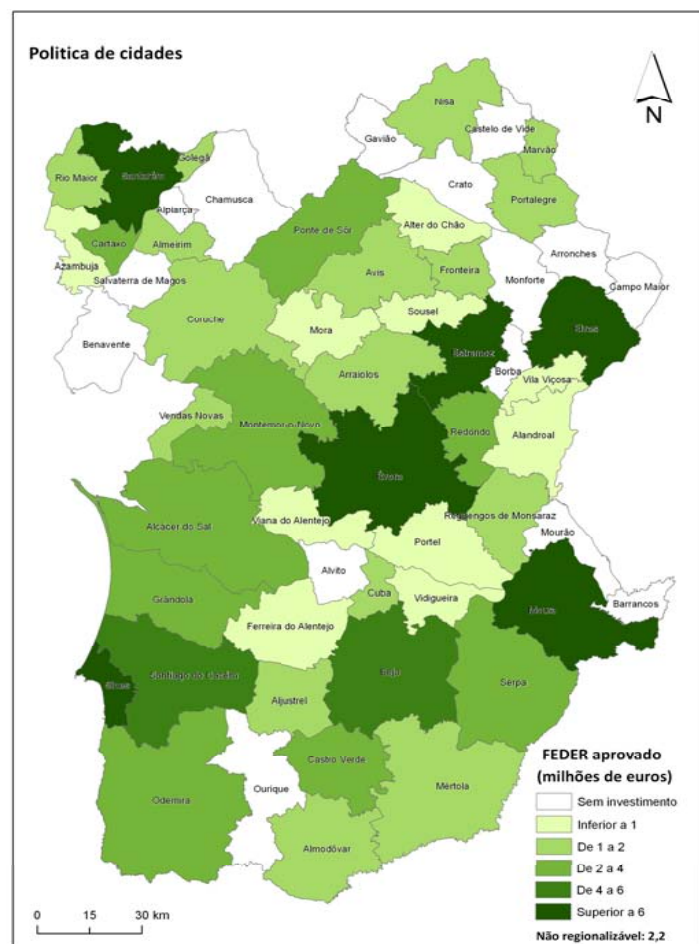


Figura 2.10: Distribuição do FEDER executado por concelho - Política de cidades

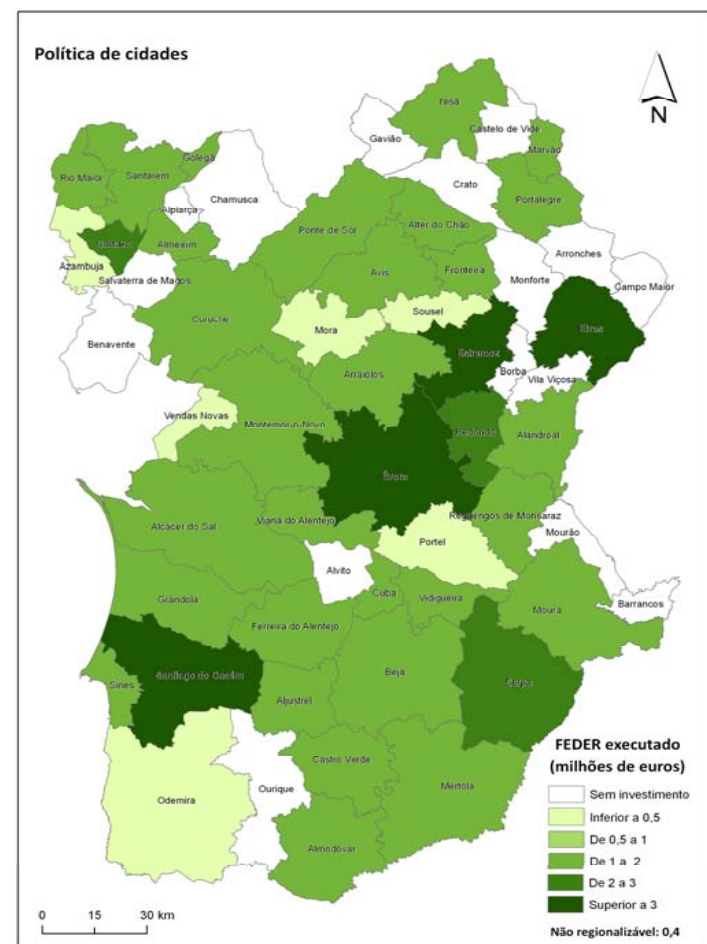


Figura 2.11: Distribuição do FEDER aprovado por concelho - Ambiente

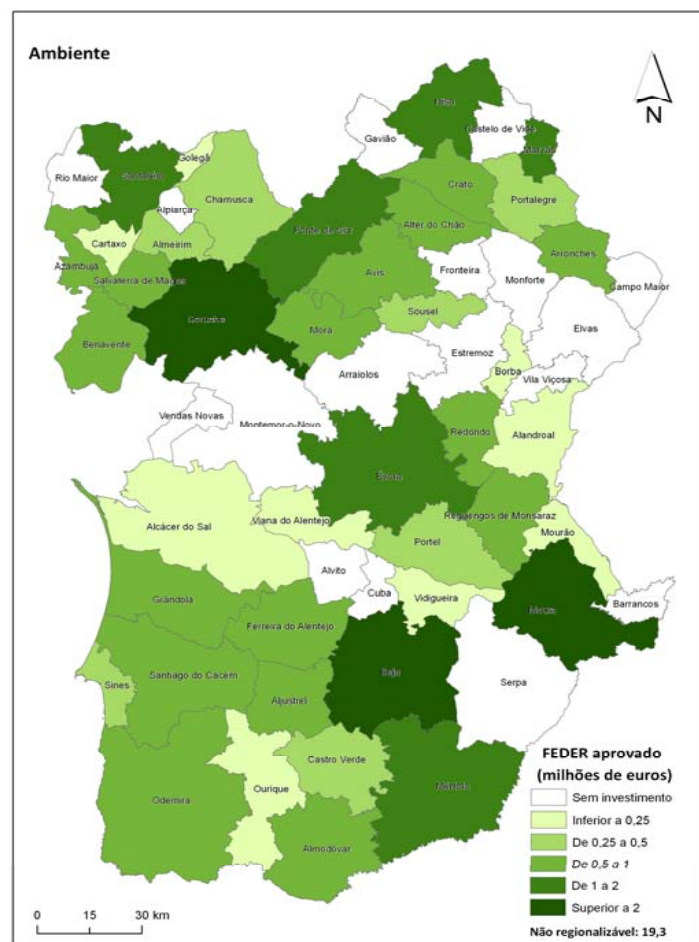


Figura 2.12: Distribuição do FEDER executado por concelho - Ambiente

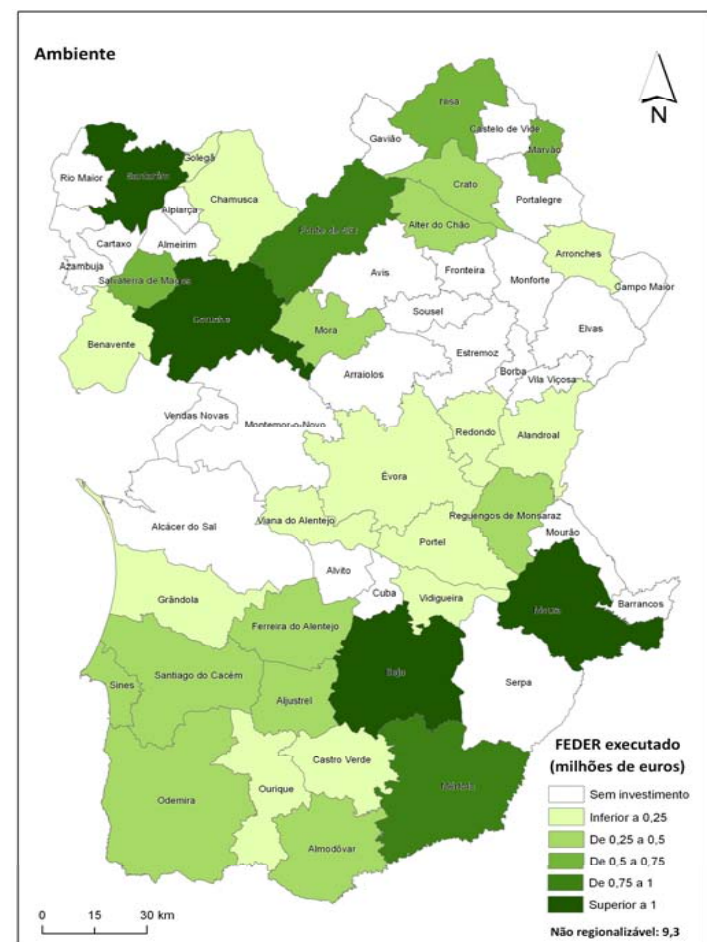


Figura 2.13: Distribuição do FEDER aprovado por concelho - Cultura e património

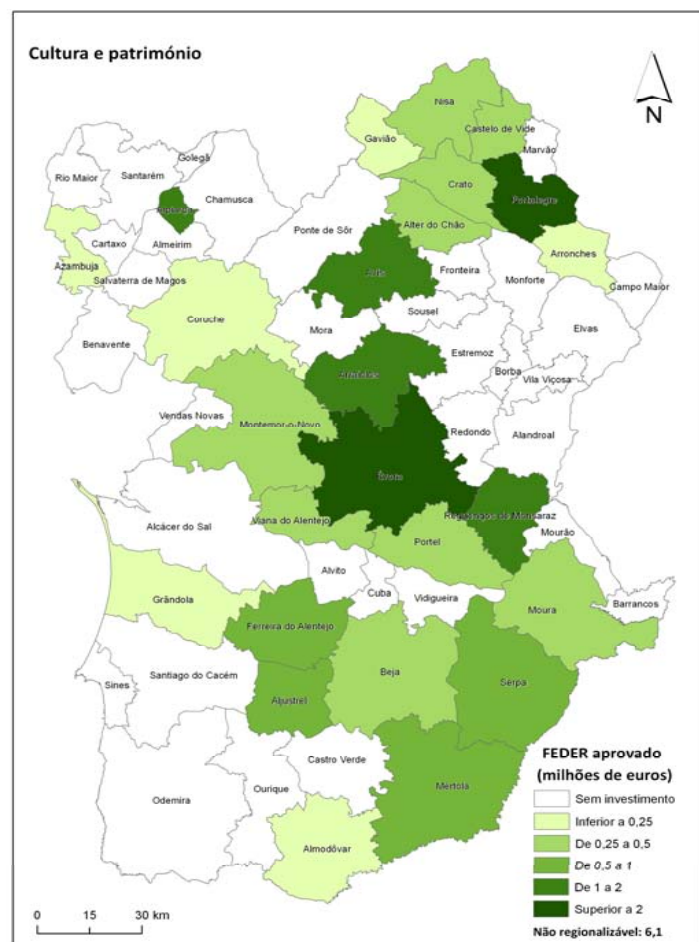


Figura 2.14: Distribuição do FEDER executado por concelho - Cultura e Património

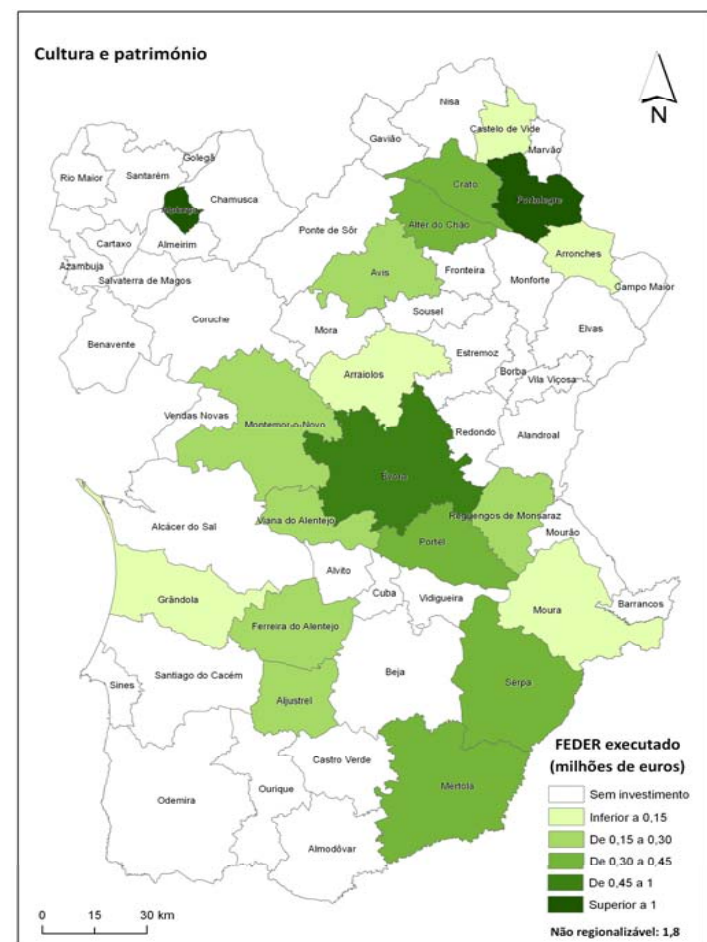


Figura 2.15: Distribuição do FEDER aprovado por concelho - Mobilidade

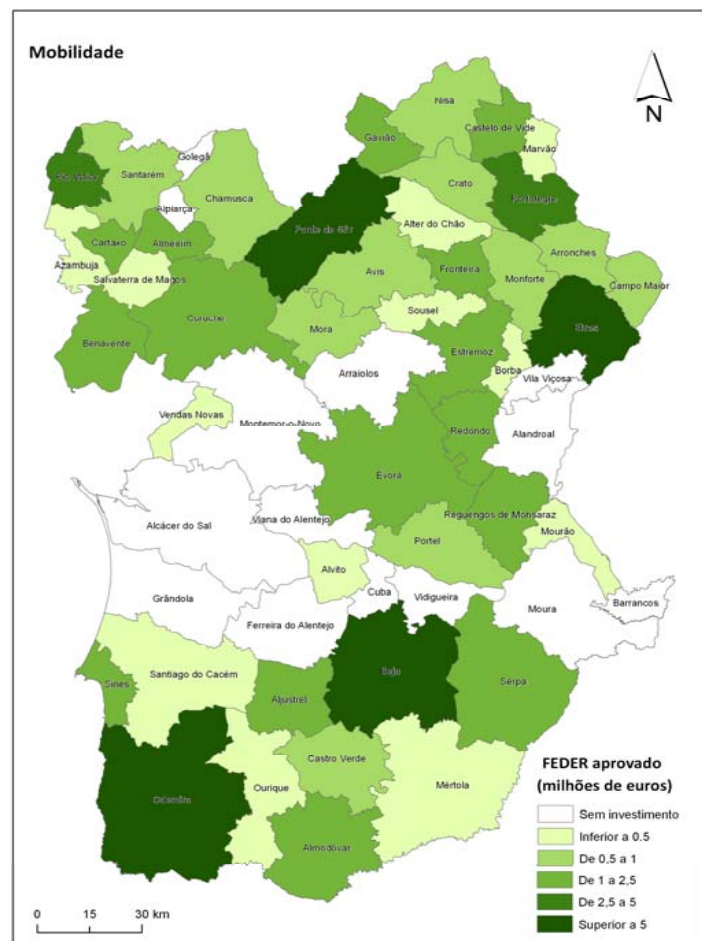
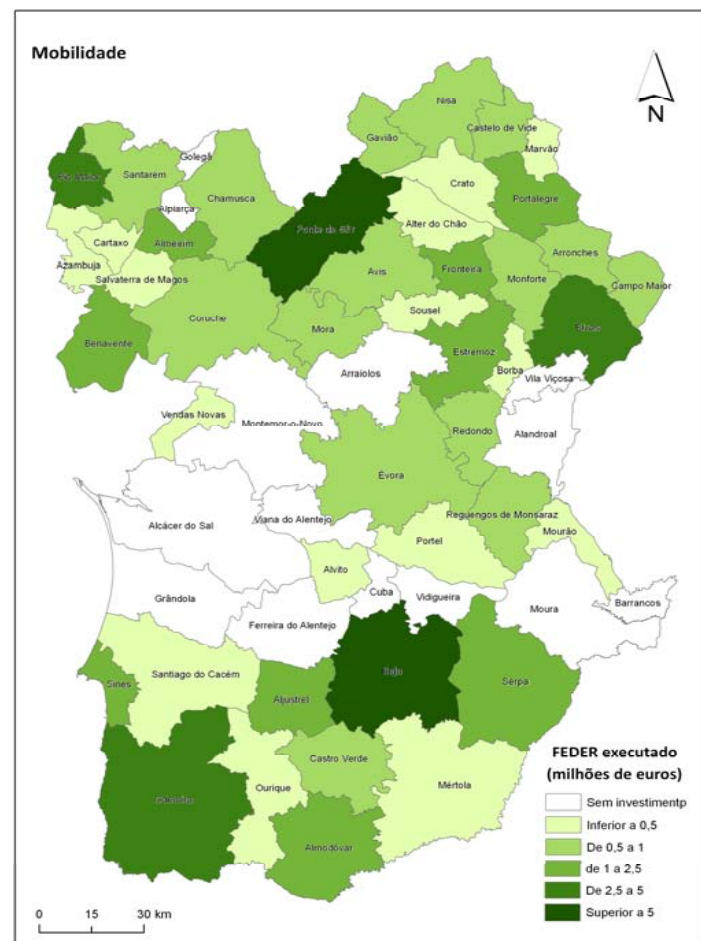


Figura 2.16: Distribuição do FEDER executado por concelho - Mobilidade



Como forma de análise os gráficos abaixo apresentam os níveis de FEDER aprovado *per capita* e por km<sup>2</sup> e a sua distribuição por NUT III.

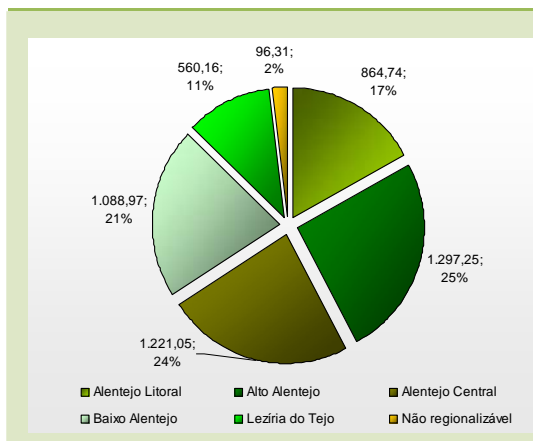
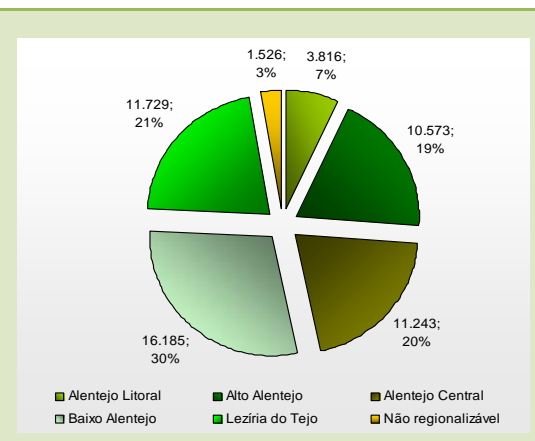
Gráfico 2.21: Distribuição do FEDER aprovado *per capita*Gráfico 2.22: Distribuição do FEDER aprovado por km<sup>2</sup>

Tabela 2.12: Aprovações e execução financeira por NUT III (€)

NUT III	Aprovação			Execução			Pagamentos FEDER
	Investimento elegível	Despesa Pública	FEDER	Investimento elegível	Despesa Pública	FEDER	
Alentejo Litoral	141.434.885	98.733.965	84.677.490	58.376.741	37.484.830	32.602.736	46.800.180
Alto Alentejo	207.227.204	184.066.149	154.226.922	88.262.936	81.558.726	66.059.718	84.351.580
Alentejo Central	282.100.512	232.593.380	204.561.042	106.537.376	92.551.495	81.256.389	107.007.044
Baixo Alentejo	177.103.956	166.795.590	137.866.402	86.675.361	85.020.543	69.154.185	86.583.520
Lezíria do Tejo	182.975.785	160.950.582	138.838.468	78.559.980	73.193.864	62.202.800	73.148.624
Não regionalizável	99.752.837	93.254.727	73.015.904	65.759.779	65.595.514	48.214.262	51.717.353
<b>Total</b>	<b>1.090.595.180</b>	<b>936.394.393</b>	<b>793.186.229</b>	<b>484.172.174</b>	<b>435.404.972</b>	<b>359.490.089</b>	<b>449.608.299</b>

Gráfico 2.23: Distribuição do FEDER aprovado por NUT III

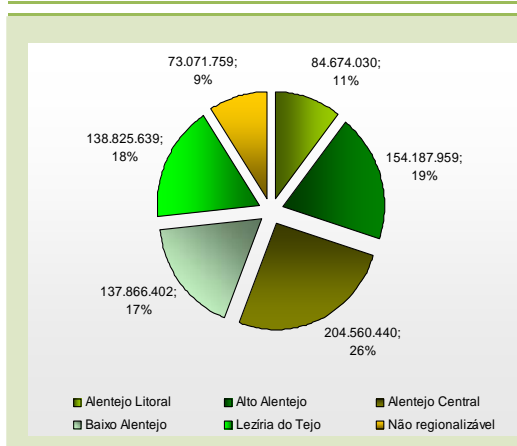
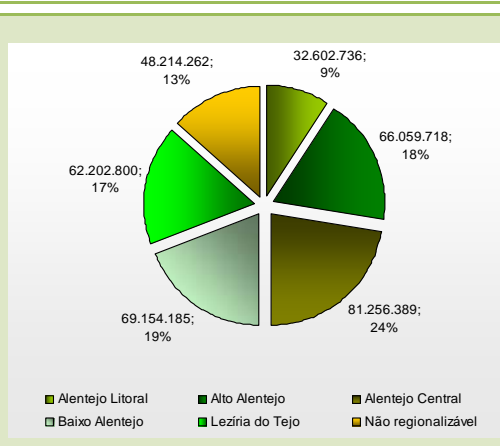


Gráfico 2.24: Distribuição FEDER executado por NUT III



Na análise por NUT III, verifica-se que é o Alentejo Central o que apresenta a maior percentagem do FEDER aprovado, com 26%, e do FEDER executado com 24%.

Figura 2.17: Distribuição do FEDER aprovado por NUT III



Figura 2.18: Distribuição do FEDER executado por NU III



## 2.1.4. Informação sobre o apoio comunitário por grupos alvo

Tabela 2.13: Aprovações e execução financeira - grupo alvo (€)

Grupos Alvo	n.º de projetos	FEDER aprovado	FEDER executado	FEDER pago
Setor Empresarial	505	257.446.591	85.224.118	127.673.374
Organismos da Administração Central Desconcentrada	111	65.200.628	48.843.666	38.961.019
Administração Local	670	386.431.863	200.914.492	252.121.518
Outros	248	84.107.147	24.507.813	30.852.388
<b>Total</b>	<b>1.534</b>	<b>793.186.229</b>	<b>359.490.089</b>	<b>449.608.299</b>

Importa salientar que no INALENTEJO os apoios concedidos às empresas (sistema de incentivos) destinam-se a pequenas ou micro empresas, pelo que estas assumem 100% dos apoios concedidos.

Da análise feita aos projetos aprovados no âmbito do INALENTEJO até ao final de 2012 podemos salientar, pela natureza dos beneficiários os grupos alvo seguintes:

- setor empresarial: inclui empresas públicas ou privadas, associações comerciais e empresariais;
- organismos da administração central desconcentrada;
- organismos da administração local: inclui municípios e suas associações;
- outros: inclui fundações, instituições do ensino superior, entidades privadas sem fins lucrativos, centros de I&D, etc..

Ao setor administração local corresponde o maior valor de projetos aprovados (667) é também o grupo que apresenta maior percentagem de FEDER aprovado, executado e pago aos beneficiários 49%, 56% e 56%, respetivamente.

O setor empresarial que em 2012 apresentava 504 projetos aprovados, sendo o setor com o segundo maior número de aprovações e uma percentagem de FEDER aprovado, executado e pago aos beneficiários de 31%, 24% e 26%, respetivamente.

O sector empresarial apresenta-se assim como o grupo alvo com maior crescimento de aprovações, resultado também de o maior número de avisos abertos em 2012 ter sido no eixo 1 – Competitividade, Inovação e Conhecimento.

O grupo organismos da administração central desconcentrada apresentou uma quebra no número de projetos aprovados (111) com um FEDER de 65,2 M€

Nos mapas seguintes apresenta-se a distribuição geográfica do FEDER aprovado e executado por grupo alvo, por NUT III.

Figura 2.19: Distribuição do FEDER aprovado por NUT III – Administração local



Figura 2.20: Distribuição do FEDER executado por NU III – Administração local

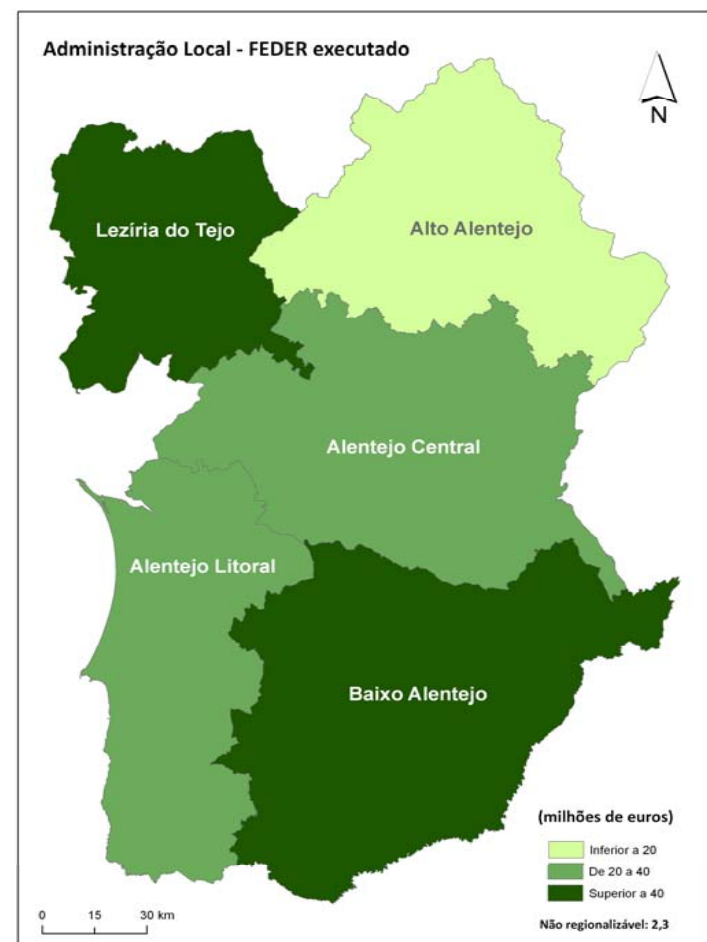


Figura 2.21: Distribuição do FEDER aprovado por NUT III – Organismos da administração central desconcentrada

Figura 2.22: Distribuição do FEDER executado por NU III – Organismos da administração central desconcentrada



Figura 2.23: Distribuição do FEDER aprovado por NUT III – Setor empresarial



Figura 2.24: Distribuição do FEDER executado por NU III – Setor empresarial



Figura 2.25: Distribuição do FEDER aprovado por NUT III – Outros setores

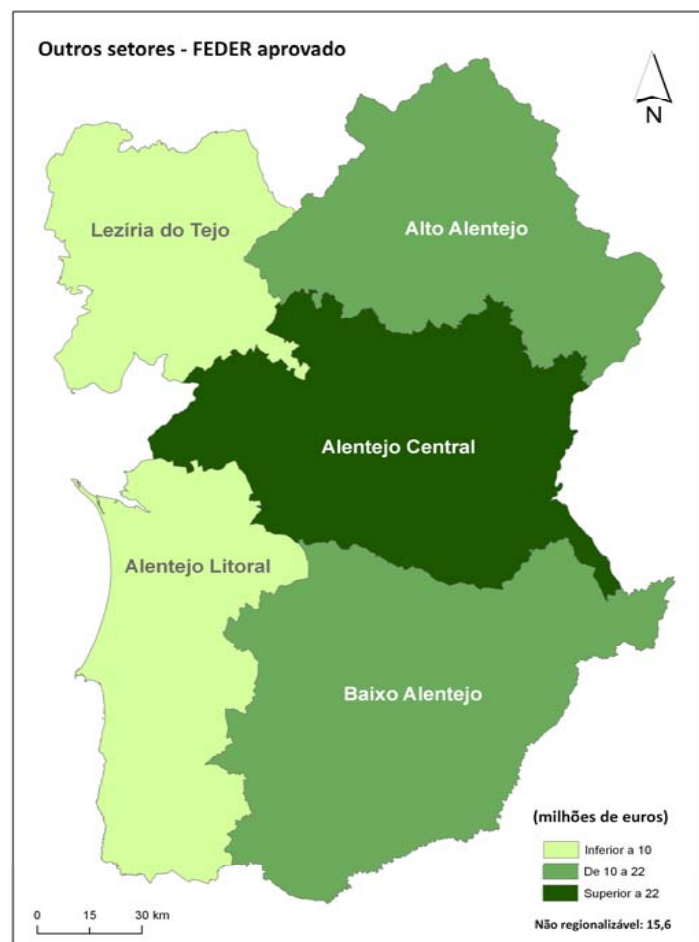


Figura 2.26: Distribuição do FEDER executado por NU III – Outros setores



Gráfico 2.25: Projetos aprovados por grupos alvo

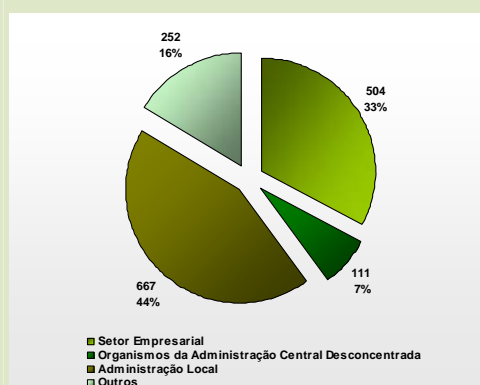


Gráfico 2.26: Evolução anual de projetos aprovados por grupos alvo

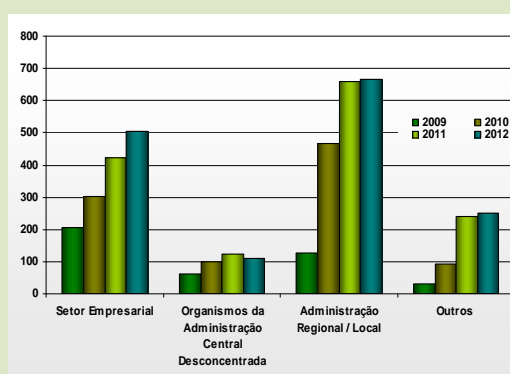


Gráfico 2.27: Evolução anual de aprovação FEDER por grupos alvo

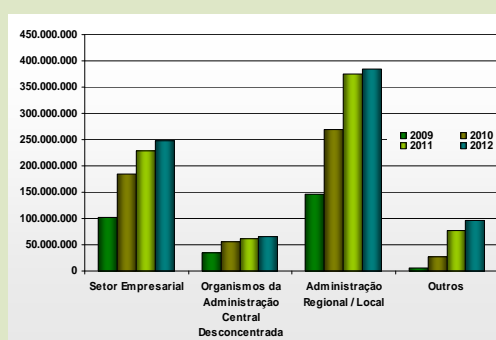
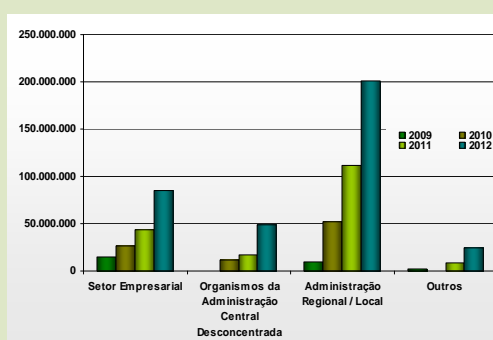


Gráfico 2.28: Evolução anual de execução FEDER por grupos alvo



### 2.1.5. Apoio restituído ou reutilizado

Durante o ano de 2012, e em resultado das ações de verificação no local realizadas, foi restituído o montante total FEDER de 120.430,72€, tal como previsto no n.º 2 do artigo 98.º do regulamento (CE) n.º 1083/2006 do Conselho, de 11 de julho. Esta restituição resultou da necessidade de correção financeira em quatro operações, traduzida na anulação parcial da participação pública nessas operações, por apresentação de despesas não elegíveis ou por não cumprimento de procedimentos de contratação pública.

Em resultado de auditorias realizadas pela Autoridade de Auditoria foi restituído o montante total FEDER de 77.772,09€, como aplicação de correção financeira em duas operações, traduzida na anulação parcial da participação pública nessas operações, por não cumprimento de procedimentos de contratação pública.

Foi ainda restituído o montante total FEDER de 126.436,40€, traduzido na restituição dos pagamentos já efetuados, por motivo de desistência ou cancelamento de quatro operações.

## 2.1.6. Análise qualitativa

A análise realizada tem como referência os objetivos e metas definidas no início do período de programação e na reprogramação que deu origem à Decisão C(2012) 8998, de 5 de dezembro, quanto à repartição do investimento pelas grandes áreas definidas, temas prioritários e earmarking, apresentando-se nas tabelas seguintes os valores de FEDER programados, aprovados e executados assim como o número de projetos aprovados. De salientar que a análise do earmarking é feita com base nos temas com programação no INALENTEJO.

Foram também calculadas as taxas de aprovação e de execução, pode observar-se que a área dos transportes é, até no final de 2012, a que apresentava maior taxa de execução, assim como, a área da Assistência Técnica.

N.º	Áreas – Temas Prioritários	Programado	Aprovado		Tx. AP/PR	Fundo Executado	Tx. EX/AP
			N.º	Fundo			
1	Investigação e desenvolvimento tecnológico, inovação e empreendedorismo	266.089.163	466	228.882.754	86,02%	74.706.066	32,64%
2	Sociedade da informação	29.904.012	87	35.853.493	119,90%	19.638.190	54,77%
3	Transportes	76.582.183	114	67.443.588	88,07%	48.858.909	72,44%
4	Energia	11.680.889	91	10.031.943	85,88%	2.877.476	28,68%
5	Proteção do ambiente e prevenção de riscos	6.590.203	95	33.535.486	508,87%	17.928.075	53,46%
6	Turismo	11.186.055	58	13.392.815	119,73%	5.082.872	37,95%
7	Atividades culturais	32.109.575	82	31.549.769	98,26%	11.391.219	36,11%
8	Reabilitação urbana e rural	149.856.197	237	130.098.040	86,82%	69.342.514	53,30%
9	Aumentar a adaptabilidade dos trabalhadores, das empresas e dos empresários	9.933.459	0	0	0,00%	0	0,00%
10	Melhorar o acesso ao emprego e a sustentabilidade	8.841.030	1	827.374	9,36%	666.860	100,00%
11	Investimento em infraestruturas sociais	214.774.589	217	219.507.398	102,20%	95.580.380	43,54%
12	Mobilização para as reformas nos domínios do emprego e da inclusão	0	2	332.684	-	51.388	15,45%
13	Reforço das capacidades institucionais aos níveis nacional, regional e local	12.630.623	39	7.729.378	61,20%	3.738.440	48,37%
14	Assistência Técnica	23.756.000	45	14.001.506	58,94%	9.627.698	68,76%
<b>TOTAL Temas Prioritários</b>		<b>853.933.978</b>	<b>1.534</b>	<b>793.186.229</b>	<b>92,89%</b>	<b>359.490.089</b>	<b>45,32%</b>
<b>TOTAL Earmarking</b>		<b>614.910.521</b>	<b>947</b>	<b>541.035.792</b>	<b>87,99%</b>	<b>244.978.691</b>	<b>45,28%</b>

Gráfico 2.29: Distribuição de projetos por Áreas – Temas Prioritários Gráfico 2.30: Fundo aprovado por Áreas – Temas Prioritários (€)

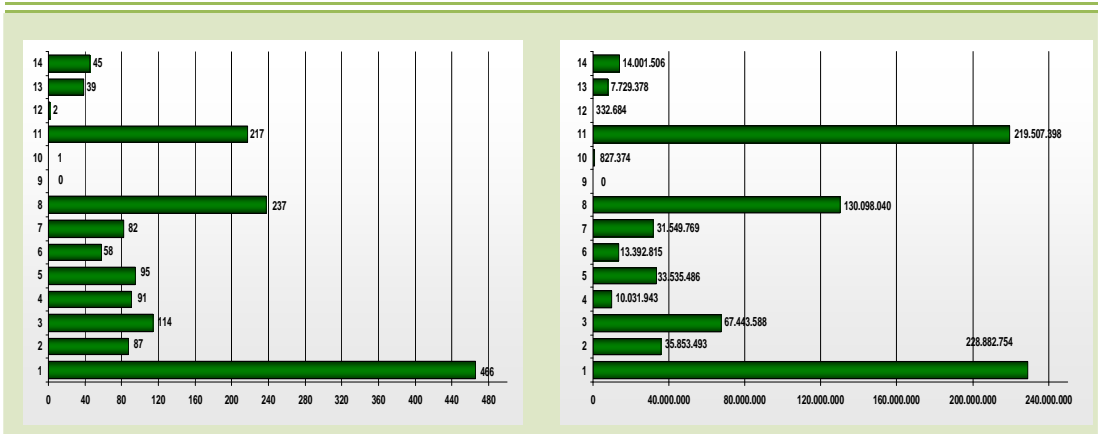
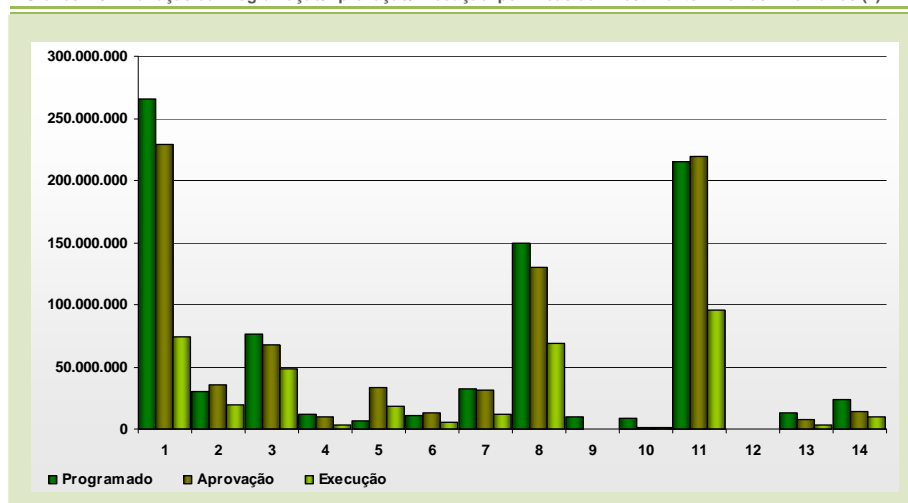


Gráfico 2.31: Variação da Programação/Aprovação/Execução por Áreas de investimento – Temas Prioritários (€)



Verifica-se que são os temas na área da sociedade de informação, turismo e das infraestruturas sociais que apresentam as maiores taxas de aprovação superiores a 100%.

O valor da taxa de aprovação dos temas prioritários da área proteção do ambiente e prevenção de riscos apresenta um valor (508,87%) que se justifica pela redução dos valores programados com a saída das tipologias de operações a transitar para o POVT.

Os valores de aprovação correspondentes aos temas prioritários de earmarking correspondem a 68% dos montantes totais registados pelo programa, valor ainda inferior ao previsto na programação em que o earmarking representa cerca de 72% da comparticipação FEDER.

Da análise do anexo V, pode-se salientar:

- Investigação e desenvolvimento tecnológico, inovação e empreendedorismo:
  - taxa de aprovação de 86,02% e taxa de execução 32,64%;

Incluem-se neste tema prioritário projetos no âmbito dos Sistemas de Incentivos às empresas, bem como projetos de I&DT no âmbito do apoio a infraestruturas científicas e tecnológicas, projetos de entidades do SCTN, bem como o apoio a parques de ciência e tecnologia e incubadoras de empresas de base tecnológica. A baixa taxa de execução é justificada pela aprovação de uma parcela significativa do investimento durante o ano 2012.

- todos os temas prioritários incluídos nesta área de investimento são temas earmarking, existindo aprovação num tema que não tem programação no INALENTEJO (9);
- o tema 1 - Atividades de I&DT em centros de investigação apresenta uma taxa de aprovação de 465,39% face ao programado, situação que evidencia

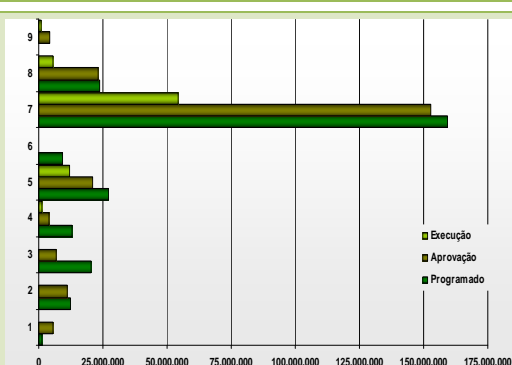
uma subavaliação da meta e a necessidade de reprogramação dos valores programados.

- Sociedade da informação:
  - taxa de aprovação de 119,90% e taxa de execução 54,77%;

A procura deste tipo de apoios foi muito significativa, sobretudo no âmbito de projetos integrados na economia digital e sociedade do conhecimento, promovidos essencialmente por entidades privadas sem fins lucrativos, bem como por projetos de modernização administrativa, promovidos por municípios e comunidades intermunicipais. A debilidade da taxa de execução das operações prende-se, sobretudo, com a natureza das entidades beneficiárias em causa, e com a sua sensibilidade à conjuntura económica e à sua dependência face a transferências do orçamento de Estado ou outros fundos públicos;

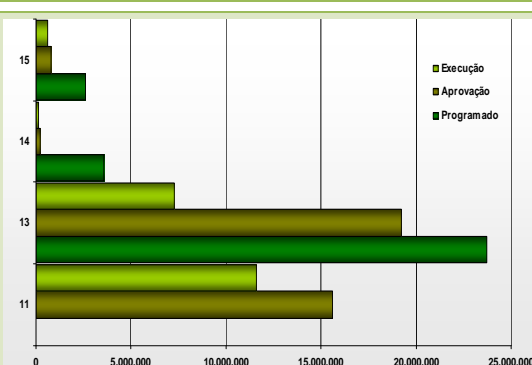
- todos os temas programados são earmarking, existindo aprovação num tema que não tem programação no INALENTEJO (11).

Gráfico 2.32: Investigação e desenvolvimento tecnológico, inovação e empreendedorismo (€)



1 – Atividades de IDT em centros de investigação  
 2 - Infraestruturas de IDT (incluindo implantação material, instrumentação e redes informáticas de alta velocidade entre os centros) e centros de competência numa tecnologia específica  
 3 - Transferência de tecnologias e aperfeiçoamento das redes de cooperação entre pequenas e médias empresas (PME), entre estas e outras empresas e universidades, estabelecimentos de ensino pós-secundário de todos os tipos, autoridades regionais, centros de investigação e polos científicos e tecnológicos (parques científicos e tecnológicos, tecnopolos, etc.)  
 4 - Apoio à IDT, em especial nas PME (incluindo acesso a serviços de IDT em centros de investigação)  
 5 - Serviços avançados de apoio a empresas e grupos de empresas  
 6 - Apoio às PME na promoção de produtos e processos de fabrico amigos do ambiente (introdução de sistemas eficazes de gestão ambiental, adoção e utilização de tecnologias de prevenção da poluição, integração de tecnologias limpas na produção)  
 7 - Investimento em empresas diretamente ligadas à investigação e à inovação (tecnologias inovadoras, estabelecimento de novas empresas por universidades, centros e empresas de IDT existentes, etc.)  
 8 - Outros investimentos em empresas  
 9 - Outras medidas destinadas a estimular a investigação, a inovação e o empreendedorismo nas PME

Gráfico 2.33: Sociedade da informação (€)



11 - Tecnologias da informação e da comunicação (acesso, segurança, interoperabilidade, prevenção de riscos, investigação, inovação, ciberconteúdo, etc)  
 13 - Serviços e aplicações para os cidadãos (cibersaúde, ciberadministração, ciberaprendizagem, ciber-inclusão, etc.)  
 14 - Serviços e aplicações para PME (comércio eletrónico, educação e formação, redes, etc.)  
 15 - Outras medidas destinadas a melhorar o acesso à utilização eficiente de TIC por parte das PME

- Transportes:
  - taxa de aprovação de 88,07% e taxa de execução 72,44%, sendo a área com maior taxa de execução;
  - na área dos transportes o tema earmarking 29 - (aeroportos) apresenta uma taxa de aprovação de 95,50% e de execução de 71,96%. Relativamente a este tema específico, as dotações previstas no Programa foram comprometidas quase na totalidade tendo sido apoiadas as intervenções previstas inicialmente, as quais seguem a bom ritmo.

Trata-se de área de investimento com uma forte participação no processo de contratualização com as Comunidades Intermunicipais - NUT III, dado que se tratam de intervenções que têm os municípios como beneficiário potencial mais relevante, e têm como principais objetivos a melhoria da circulação de pessoas e de mercadorias, a promoção da coesão territorial, a qualificação e integração dos espaços regionais e o reforço da competitividade empresarial e da articulação urbana. Sendo uma área de intervenção em que a ação municipal é relevante e em que são mobilizados recursos financeiros mais significativos a respetiva taxa de execução acompanha este desempenho.

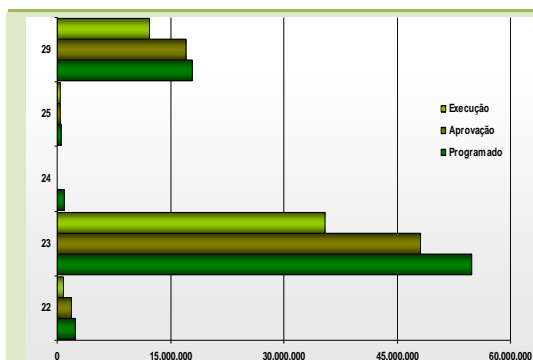
A melhoria das acessibilidades inter e intra-regionais – constitui uma questão decisiva para a melhoria da competitividade global do território, contribuindo, quer para o bom desempenho das atividades económicas, quer para a conectividade do sistema urbano regional.

- Energia:
  - taxa de aprovação de 85,88% e taxa de execução 28,68%;

Durante o ano 2012 a execução das operações enquadradas no tema prioritário energia apresentaram alguma dificuldade de concretização dos seus investimentos, decorrentes, nalguns casos, do facto de se tratar de uma área de investimento muito técnica e complexa, à qual as entidades beneficiárias tiveram que se adaptar. Salienta-se que, do acompanhamento que tem vindo a ser feito a estes projetos, existe a expectativa de que até final do ano 2013 a maioria dos projetos esteja concluído.

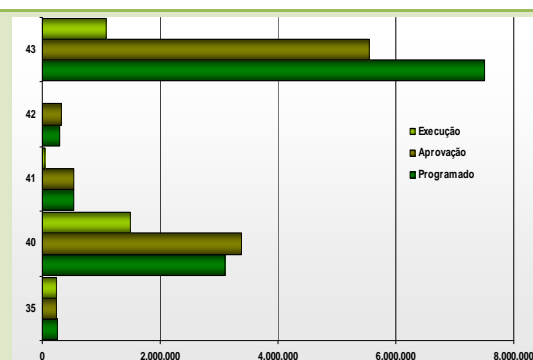
- todos os temas earmarking apresentam aprovação acima dos 100% com exceção do tema 43 – eficiência energética, cogeração, gestão da energia.

Gráfico 2.34: Transportes (€)



22 - Estradas nacionais  
23 - Estradas regionais/locais  
24 - Pistas para ciclistas  
25 - Transportes urbanos  
29 - Aeroportos

Gráfico 2.35: Energia (€)



35 - Gás natural  
40 - Energias renováveis: solar  
41 - Energias renováveis: biomassa  
42 - Energias renováveis: hidroelétrica, geotérmica e outras  
43 - Eficiência energética, cogeração, gestão da energia

- Proteção do ambiente e prevenção de riscos:
  - taxa de aprovação de 508,87% e taxa de execução 53,46%;
  - os temas 44, 45, 46, influenciam o valor da taxa de aprovação dado que incluem as operações a transitar para o POVT, processo resultante da reprogramação estratégica aprovada em 05-12-2012;
  - o tema earmarking 53 – prevenção de riscos (incluindo a conceção e execução de planos e medidas destinadas a prevenir e gerir os riscos naturais e tecnológicos) apresenta uma taxa de aprovação de 224,23% igualmente ajustável com a conclusão do processo de transição de operações para o POVT.

A valorização do espaço/território Alentejo é prosseguida com a operacionalização de intervenções em áreas temáticas prioritárias, que contribuem para a sua afirmação como região ambientalmente sustentável.

As elevadas taxas de aprovação revelam algum deficit de programação inicial nesta área, nomeadamente no que se refere às áreas da proteção civil e da otimização da gestão de resíduos, em que a procura superou as expetativas iniciais, estamos contudo a falar de montantes que não são particularmente significativos no cômputo global do programa, considerando as diferentes tipologias de intervenções abrangidas por este domínio.

As diferenças registadas na taxa de execução refletem, por um lado a transição já referida de grande parte das operações aprovadas para o POVT, e por outro alguma dificuldade inicial por parte da tipologia de promotores associada a este tipo de intervenções, de se adaptar às exigências normativas dos financiamentos.

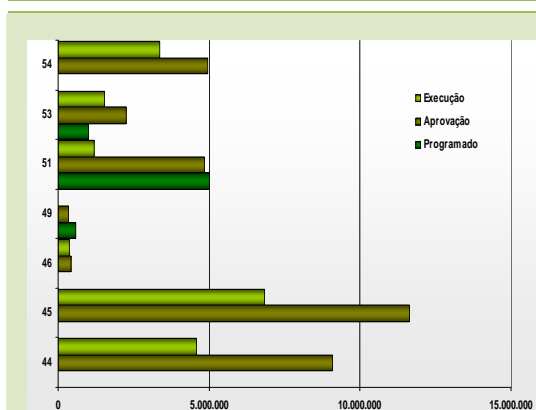
▪ Turismo:

- taxa de aprovação de 119,73% e taxa de execução 37,95%;

Próxima da taxa média do programa e influenciada pelo facto de se tratarem de projetos com horizonte temporal alargado. Tratam-se de projetos focados na envolvente económica e empresarial no setor do turismo e é expetativa do programa uma boa taxa de execução final destas operações e de um contributo muito significativo para as metas do programa.

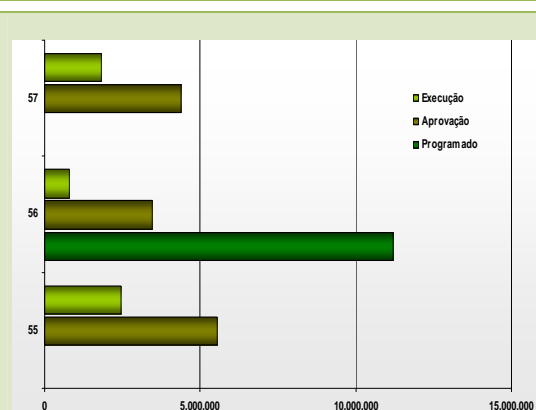
- não inclui temas earmarking;
- apresenta valores de aprovação e execução em dois temas que não têm programação.

Gráfico 2.36: Proteção do ambiente e prevenção de riscos (€)



44 - Gestão dos resíduos domésticos e industriais  
 45 - Gestão e distribuição de água (potável)  
 46 - Tratamento de água (águas residuais)  
 49 - Alterações climáticas: atenuação e adaptação  
 51 - Promoção da biodiversidade e proteção da natureza (incluindo rede NATURA 2000)  
 53 - Prevenção de riscos (incluindo a conceção e execução de planos e medidas destinados a prevenir e gerir os riscos naturais e tecnológicos)  
 54 - Outras medidas de preservação do ambiente e prevenção de riscos

Gráfico 2.37: Turismo (€)



55 - Promoção dos recursos naturais  
 56 - Proteção e desenvolvimento do património natural  
 57 - Outro tipo de assistência destinada a melhorar os serviços do turismo

▪ Atividades culturais:

- taxa de aprovação de 98,26% e taxa de execução 36,11%;
- nesta área de investimento não estão programados temas earmarking.

As entidades que integram este domínio como beneficiárias são muito variadas abrangendo sectores da administração central e local e entidades sem fins lucrativos. No que se refere às primeiras só durante o ano de 2012 foram implementadas as medidas de acréscimo significativo da taxa de co-financiamento o qual irá ter repercussões mais relevantes em 2013 e seguintes. No que se refere ao outro tipo de entidades e como já referimos anteriormente existe sempre alguma dificuldade inicial por parte deste tipo de promotores de se adaptar às exigências normativas dos financiamentos.

As diferenças registadas na taxa de execução, relativamente ao compromisso, refletem, ainda alguma complexidade de intervenções abrangidas por este tema em que o volume de suporte documental da despesa apresentada torna mais moroso o processo da sua validação.

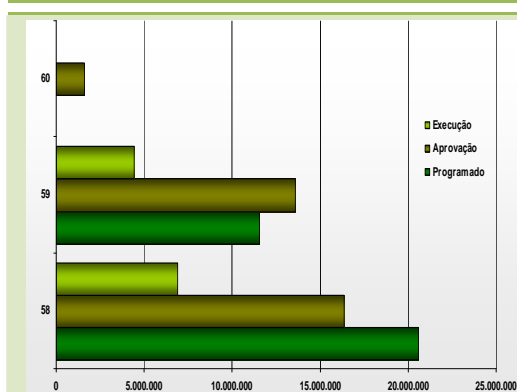
- Reabilitação urbana e rural:
  - taxa de aprovação de 86,82% e taxa de execução 53,30%;
  - nesta área de investimento só tem programação e execução o tema 61 – projetos integrados de reabilitação urbana e rural (tema earmarking), com 237 operações aprovadas.

A taxa de execução desta área de intervenção subiu significativamente neste ano e embora ainda não atinja os valores desejáveis encontra-se a bom ritmo, sendo expectável que as últimas alterações, quer relativamente à regulamentação específica de suporte, que veio simplificar os procedimentos iniciais, quer o aumento das taxas de comparticipação, irá propiciar um incremento ainda mais significativo em 2013.

Com efeito o processo de implementação das intervenções enquadráveis neste domínio foi, para além de moroso, muito exigente do ponto de vista organizacional – realização de acordos de parceria, de programas e planos estratégicos - o que ocasionou uma demora significativa no processo de apresentação de candidaturas e respetiva aprovação. Foram também sendo introduzidas diversas alterações ao longo deste processo que originou a necessidade de realização de diversas reprogramações e alterações de programas e planos.

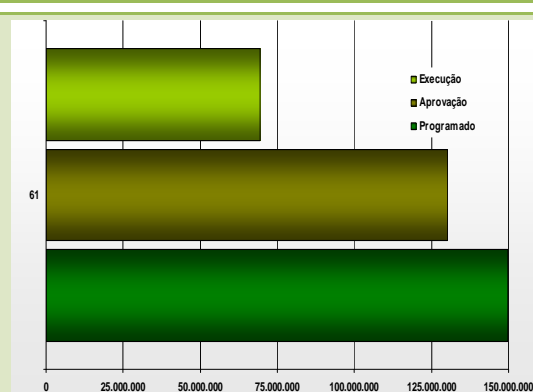
Considera-se nesta fase que as situações e as intervenções estão consolidadas e que o esforço está cometido à boa realização das diferentes intervenções e ao cumprimento os seus objetivos programados.

Gráfico 2.38: Atividades culturais (€)



58 - Proteção e preservação do património cultural  
59 - Desenvolvimento das infraestruturas culturais  
60 - Outro tipo de assistência destinada a melhorar os serviços culturais

Gráfico 2.39: Reabilitação urbana e rural (€)



61 - Projectos integrados de reabilitação urbana e rural

- Investimentos em infraestruturas sociais:
  - taxa de aprovação de 102,20% e taxa de execução 43,54%;
  - o tema 75 – Infraestruturas de ensino apresenta-se como sendo o único tema earmarking e apresentava no final de 2012 uma taxa de aprovação de 96,50%.

São muito diversificadas as intervenções abrangidas por este domínio, pois vão desde as infraestruturas de ensino e de saúde às intervenções de apoio à infância, terceira idade e pessoas com dificuldades de integração. A relativamente elevada taxa de aprovação pretende garantir níveis adequados de coesão social e territorial através da conclusão das correspondentes redes de equipamentos: rede escolar, rede social (em particular, os equipamentos potenciadores de uma melhor conciliação entre a vida familiar, profissional e pessoal) e rede de cuidados de saúde.

A taxa de execução terá em 2013 um acréscimo significativo, fruto das alterações introduzidas nas taxas de comparticipação que irão beneficiar os promotores deste tipo de intervenções – a administração central, local e as IPSS.

Também neste caso e no que se refere às IPSS existe sempre alguma dificuldade inicial por parte deste tipo de promotores de se adaptar às exigências normativas dos financiamentos, de que resulta alguma morosidade acrescida na realização das intervenções.

- Reforço das capacidades institucionais aos níveis nacional, regional e local:
  - taxa de aprovação de 61,20% e taxa de execução 48,37%;

Os projetos em causa visam essencialmente o reforço e capacitação institucional da região, e dos seus produtos, numa ótica de reforço da envolvente económica e empresarial, na perspetiva de posicionar o Alentejo como uma região de forte identidade e potenciadora de desenvolvimento competitivo e sustentável. É expectativa do programa uma boa taxa de execução final destas operações, que desde já se nota, e de um contributo muito significativo para as metas do programa;

- nesta área de investimento não foram programados temas earmarking.

Gráfico 2.40: Investimentos em infraestruturas sociais (€)

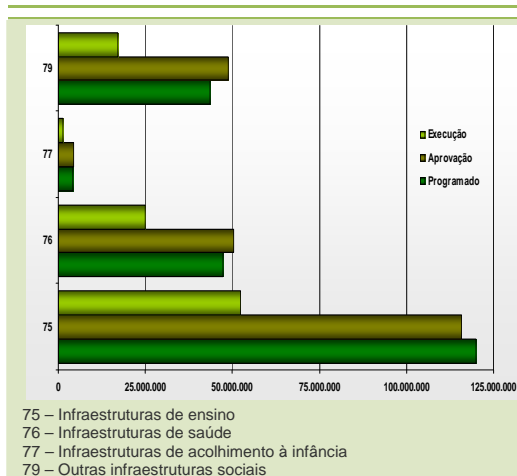
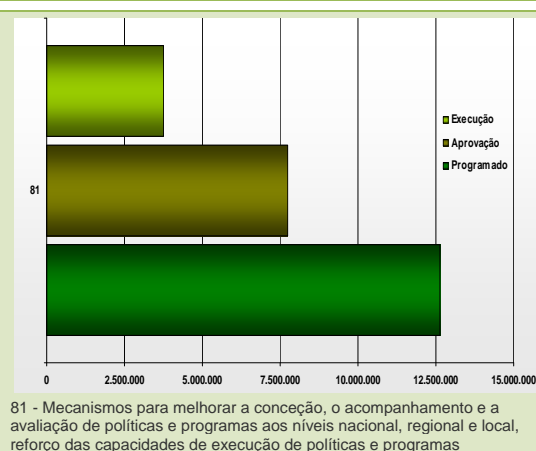


Gráfico 2.41: Reforço das capacidades institucionais aos níveis nacional, regional e local (€)



Assistência técnica:

- o taxa de aprovação de 56,94% e taxa de execução 68,76%, muito próxima da programação apropriada para as operações desta natureza;
- o nesta área de investimento não foram programados temas earmarking.

Gráfico 2.42: Assistência técnica (€)

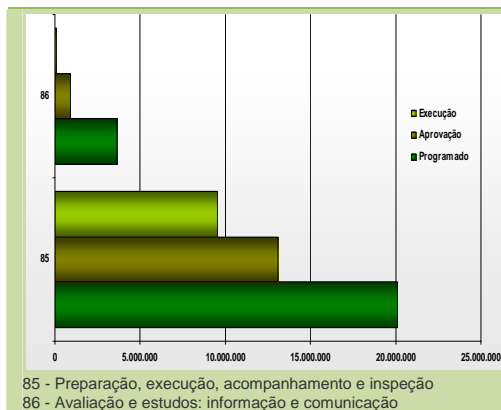
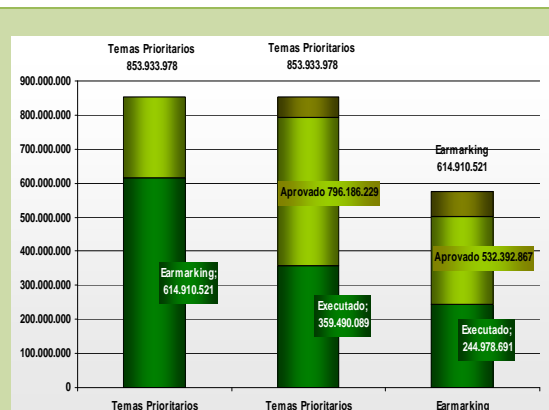


Gráfico 2.43: Temas prioritários



## 2.2. Informação sobre a conformidade com o direito comunitário

A garantia da compatibilidade com as políticas comunitárias (concorrência, mercados públicos, ambiente,...) tem sido uma preocupação da Autoridade de Gestão do INALENTEJO, em todas as iniciativas e procedimentos desenvolvidos.

Em todos os procedimentos, constantes da respetiva Descrição do Sistema de Gestão e Controlo e Manual de Procedimentos do INALENTEJO, manuais e guias de apoio técnico,

check-list, bem como avisos de abertura de concursos e outros, é possível comprovar esta preocupação.

### **Mercados Públicos**

A Autoridade de Gestão do INALENTEJO tem em particular atenção ao cumprimento das regras dos mercados públicos, pelo que procede à verificação do cumprimento das suas regras para todos os procedimentos desenvolvidos no âmbito da contratação pública das operações que apoia. Dependendo do grau de maturidade esta verificação ocorre na fase de análise das candidaturas para os procedimentos já desenvolvidos, ou durante o acompanhamento da execução das operações, nomeadamente aquando da apresentação dos pedidos de pagamentos. Para permitir esta verificação os promotores preenchem uma check-list que é submetida via sistema de informação e disponibiliza em papel toda a documentação inerente ao procedimento.

A análise do Secretariado Técnico é evidenciada através do preenchimento de check-list próprias para este efeito, também disponibilizadas no Sistema de Informação, e resulta da análise dos documentos disponibilizados pelo beneficiário, visando-se nas análises efetuadas todas as matérias consideradas sensíveis designadamente:

- fracionamento de despesa;
- adaptação de procedimentos em função do valor dos contratos;
- trabalhos a mais;
- correta utilização dos critérios de adjudicação;
- audiência prévia.

A verificação destes procedimentos compreende os documentos de legislação nacional em vigor até 29 de julho de 2008, (Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, Decreto-Lei n.º 59/99, de 02 de março, e Decreto-Lei n.º 223/01, de 09 de agosto) e do código dos contratos públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2009, de 29 janeiro, que transpõe as Diretivas Comunitárias n.º 2004/17/CE e 2004/18/CE.

As check-lists estão em atualização contínua decorrente das alterações introduzidas ao Código dos Contratos Públicos, nomeadamente com as alterações introduzidas pela Declaração de Rectificação n.º 18-A/2008 de 28 de março, pela Lei n.º 59/2008, de 11 de setembro, pelo Decreto-Lei n.º 223/2009, de 11 de setembro, pelo Decreto-Lei n.º 278/2009, de 2 de outubro, Lei n.º 3/2010, de 27 de abril, Decreto-Lei n.º 131/2010, de 14 de dezembro, Lei n.º 64-C/2011, de 30 de dezembro, Portaria n.º 9/2012, de 10 de janeiro, Decreto-Lei n.º 149/2012, de 12 de julho, Decreto-Lei n.º 36/2013, de 11 de março.

### Auxílios de Estado

No âmbito do INALENTEJO, são concedidas ajudas ao abrigo de três Sistemas de Incentivos – SI Qualificação e Internacionalização PME, SI Inovação e SI à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico nas Empresas – integrados na Agenda da Competitividade e aplicados pelo Programa Temático Compete e pelos restantes Programas Regionais. No respeito pelas regras Comunitárias que determinam que em termos de concorrência, os regimes de auxílios de Estado, sejam notificados à Comissão Europeia, para mero conhecimento ou para aprovação de acordo com as suas características, foram em devido tempo, aqueles Sistemas de Incentivos, notificados à Comissão Europeia e mereceram o respetivo enquadramento em termos de regras de concorrência e face à tipologia de despesa.

O Sistema de Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico nas Empresas, com enquadramento no âmbito dos Auxílios de Estado (2006/C 323/01) autorizado pelo Auxílio Estatal n.º 780/07 de 8 de agosto de 2007 – Decisão C (2008) 2902, de 17 de junho.

O Sistema de Incentivo à Qualificação e Internacionalização das PME e o Sistema de Incentivos à Inovação, respeitam o Regulamento (CE) n.º 800/2008, de 6 de agosto, foram autorizados nos termos do Regulamento (CE) 1628/2006 da Comissão, enquadrado pelo SA. 32240 (RGCI).

Estes Sistemas de Incentivos integram-se atualmente no Regulamento Geral de Isenção por Categoria aprovado pelo Regulamento (CE) 800/2008 de 6 de agosto, sendo o enquadramento comunitário atual – X 404/2009.

O respeito pelas normas e procedimentos comunitários aplicáveis às operações desenvolvidas pelas micro e pequenas empresas privadas cofinanciadas a nível regional, pela Autoridade de Gestão do INALENTEJO, está assegurado pela aplicação dos normativos que se encontram previstos na regulamentação nacional e que regem os apoios às empresas, nomeadamente nos Regulamentos Específicos dos Sistemas de Incentivos, que são dos documentos legais de enquadramento destes auxílios.

As ajudas a conceder a componentes do Investimento que não se enquadrem nos Regulamentos Comunitários referidos só podem ocorrer no respeito pelo Regulamento (CE) n.º 1998/2006, de 15 de dezembro, auxílios de minimis. A possibilidade do Estado Membro conceder auxílios de minimis obriga a que a sua aplicação seja feita em moldes transparentes e que esteja assegurado o cumprimento dos limites máximos de apoio.

Em virtude da legislação aprovada em 2009, no âmbito das políticas de combate à crise, e tendo em consideração a Comunicação da Comissão Europeia – (2009/C 16/01), o Governo Português alterou o limite máximo de apoio por empresa de 200 mil para 500 mil €, durante três exercícios financeiros.

O IFDR é a entidade nacional responsável pelo registo dos auxílios de minimis concedidos, ao abrigo do Reg. (CE) n.º 1998/2006, de 15 de dezembro.

Todo o processo de verificação da compatibilidade dos auxílios de minimis, com as regras, é verificado antes da contratualização dos incentivos, pela Autoridade de Gestão, observando os procedimentos seguintes:

- o organismo intermédio, através de ferramenta informática, FACI, procede às validações;
- o parecer do OI a apresentar à Comissão de Seleção, identifica a componente de minimis no incentivo proposto;
- a AG do POFC, na sua qualidade de coordenadora da rede de sistema de incentivos, envia a informação relevante para o IFDR, organismo nacional responsável pela base de dados nacional dos auxílios de minimis concedidos ao abrigo do Reg. (CE) n.º 1998/2006, de 15 de dezembro;
- Decisão definitiva da Autoridade de Gestão após comunicação do resultado no que respeito dos auxílios de minimis.

Para determinar se um auxílio é ou não compatível com o mercado comum ao abrigo do Regulamento n.º 800/2008 é necessário tomar em consideração a intensidade do auxílio e, por conseguinte, o montante do auxílio expresso em equivalente-subvenção.

Os auxílios de minimis concedidos entre 2008-2012 no âmbito do INALENTEJO são caracterizados pelos seguintes valores:

- 318 registos;
- 221 empresas;
- 65.186.493€ de montantes concedidos

A informação do registo central de Auxílios minimis no período 2008-2012 no que concerne ao INALENTEJO é a que constam do quadro seguinte:

Tabela 2.15: Auxílios <i>minimis</i>			
Regime de Auxílios	Apoios Concedidos PO Alentejo (2008-2011)		
	n.º de Empresas	n.º de registos	Montante (€)
SI I&DT/Projetos em Copromoção	2	2	11.248
SI I&DT/Projetos Individuais	11	18	126.661
SI Inovação/Empreendedorismo Qualificado	21	32	74.631
SI Inovação/Inovação Produtiva	52	69	647.591
SI Inovação/Projetos do Regime Especial	2	3	68.809
SI Qualificação PME/Projeto Individual e de Cooperação	133	194	4.257.553
<b>TOTAL Auxílios minimis concedidos</b>	<b>221</b>	<b>318</b>	<b>5.186.493</b>

### **Igualdade de Oportunidades**

Uma das dimensões estratégicas da política comunitária é a igualdade de oportunidades entre todas as pessoas, sejam estas homens ou mulheres, portadoras ou não de deficiência ou de diferentes raças ou etnias, religiões e credos, idade ou orientação sexual.

Importa salientar a obrigatoriedade do cumprimento dos normativos comunitários e nacionais sobre igualdade de oportunidades.

A tradução do princípio da Igualdade de Oportunidades, reveste-se por vezes de alguma dificuldade em alguns regulamentos específicos e avisos de concurso, mas está devidamente assinalada, nomeadamente:

- em sede de sistemas de incentivos, no âmbito do SI Inovação, em que foi criada uma dotação orçamental específica para “empreendedorismo feminino”, de modo a incentivar as mulheres a assumirem um papel de maior protagonismo e liderança na atividade empresarial. Encontrando também expressão no SI Qualificação PME, que apoia a definição e implementação de planos de igualdade com contributo para a conciliação da vida profissional com a vida familiar. De referir que estão a ser apoiados 9 projetos sendo considerados como de empreendedorismo feminino. Estes projetos somam um investimento total e incentivo de, respetivamente, 12,977 M€ e 8,358 M€. Destes projetos, dois são promovidos por pequenas empresas e os restantes por microempresas em áreas dos serviços, turismo e indústria.
- ao nível do eixo 3 nas as tipologias de operações abrangidas pelas parcerias para a regeneração urbana incluem a requalificação sociourbanística, focalizada na vertente da inclusão social.
- ao nível do eixo 3 na área de intervenção – “Rede de equipamentos e infraestruturas para a coesão social e territorial” onde são incluídos equipamentos de apoio à infância, deficiência, terceira idade e de apoio a grupos desfavorecidos.
- igualmente no eixo 3, no domínio da proteção e inclusão social, importa consolidar a oferta de equipamentos e serviços destinados a grupos etários/sociais específicos, designadamente, crianças, idosos, pessoas portadoras de deficiência, emigrantes, ex-reclusos, jovens sujeitos a medidas tutelares educativas e cidadãos sujeitos a medidas penais executadas na comunidade, entre outros.

Posteriormente, ao nível das verificações de gestão, nomeadamente, as verificações no local, existe um campo específico na respetiva check-list dedicado a esta matéria onde são garantidas evidências da observação desta política comunitária, nomeadamente ao nível da igualdade de oportunidades e não discriminação.

Verifica-se da análise dos valores de realização física (tabela 2.1) um certo equilíbrio na criação de emprego, nomeadamente 42,8% de homens e 57,2% de mulheres, sendo que a análise é feita excluindo o SI por já que o SI QREN não recolhe os dados do emprego repartidos por género.

### **Política Ambiental**

Considerando que um dos princípios-chave da política de coesão é a conformidade de todos os projetos com a legislação comunitária, e que uma parte importante dessa legislação se relaciona com o ambiente, uma outra preocupação da AG do INALENTEJO é o controlo dos efeitos significativos no ambiente decorrentes da execução do PO.

O Regulamento Geral FEDER e FC estabelece para as operações, como condição geral de admissão, o dever de cumprirem as disposições legais, nacionais e comunitárias, em matéria de licenciamentos ou autorizações prévias, aplicáveis ao arranque da operação e, como condição geral de aceitação, o regulamento refere ainda o dever de verificarem a conformidade com a legislação nacional e comunitária que lhes seja aplicável, incluindo a legislação ambiental, nomeadamente ao nível dos instrumentos Avaliação de Impacto Ambiental (AIA) e Avaliação Ambiental Estratégica (AAE)

- Enquadramento Legal

- A nível europeu:

- Diretiva 85/337/CEE, do Conselho, de 27 de junho, relativa à avaliação dos efeitos de determinados projetos públicos e privados no ambiente, alterada por:
      - Diretiva 97/11/CE, do Conselho, de 3 de março, no que respeita à Convenção de Espoo, num contexto transfronteiriço.
    - Diretiva 2003/35/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de maio, relativa à participação do público na elaboração de certos planos e programas relativos ao ambiente.
    - Diretiva 2009/31/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de abril, que procede a emendas nos anexos I e II, adicionando projetos relacionados com o transporte, captura e armazenamento geológico de dióxido de carbono (CO<sub>2</sub>).
    - Diretiva 2001/42/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de junho, relativa à avaliação dos efeitos de determinados planos e programas no ambiente.

- A nível nacional
  - Decreto-Lei n.º 69/2000, de 3 de maio, regime jurídico de avaliação de impacto ambiental de projetos públicos e privados suscetíveis de produzirem efeitos significativos no ambiente, alterado por:
    - Decreto-Lei n.º 197/2005, de 8 de novembro, transpondo a Diretiva 2003/35/CE, de 26 de maio. [republica o DL 69/2000];
    - Declaração de Retificação n.º 2/2006, de 6 de janeiro;
    - Decreto-Lei n.º 60/2012, de 14 de março, que transpõe a Diretiva 2009/31/CE, introduzindo projetos sujeitos a AIA.
  - Portaria n.º 330/2001, de 2 de abril, normas técnicas relativas à proposta de definição do âmbito, ao estudo de impacto ambiental, e resumo não técnico, ao relatório de conformidade ambiental do projeto de execução com a declaração de impacto ambiental e aos relatórios de monitorização a apresentar à Autoridade de AIA.
    - Declaração de Retificação n.º 13-H/2001, de 29 de Maio.
  - Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho, que estabelece o regime a que fica sujeita a avaliação dos efeitos de determinados planos e programas no ambiente, alterado por:
    - Decreto-Lei n.º 58/2011, de 4 de maio, clarificando alguns aspetos relativos à obrigação de informação do público por parte das autoridades nacionais competentes.

De referir também, a um nível mais global, a integração de um representante de organizações não governamentais da área do ambiente na Comissão de Acompanhamento do INALENTEJO.

De salientar que se verificam contactos (não formalizados) entre elementos dos Secretariados Técnicos e os departamentos, serviços e técnicos pertencentes, nomeadamente, à Agência Portuguesa do Ambiente (APA), à Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR), às Administrações das Regiões Hidrográficas (ARH) e ao Instituto de Conservação da Natureza e da Biodiversidade (ICNB).

Em termos de regras ambientais, no processo da admissibilidade das operações, ou em sede de apresentação do 1.º pedido de pagamento, os beneficiários já deverão dispor dos pareceres de entidades externas à AG, exigíveis de acordo com a tipologia da operação e

previstos em regulamentos específico ou em orientações técnicas gerais e específicos do INALENTEJO, quando aplicável.

Neste contexto, destaca-se também que a própria avaliação de mérito das candidaturas submetidas no âmbito dos regulamentos específicos que regulam as intervenções de preservação, reabilitação ambiental e gestão do património natural, inclui como critério de seleção o enquadramento do projeto apresentado nos planos de ordenamento do território e documentos estratégicos de enquadramento ambiental aplicáveis na área de implementação do mesmo.

Posteriormente, ao nível das verificações de gestão, nomeadamente as verificações no local, existe um campo específico na respetiva check-list dedicado a esta matéria onde são garantidas evidências da observação desta política comunitária.

Relativamente à informação sobre a incorporação de critérios ambientais, em sede de regulamentos específicos, ver ponto 2.7 do presente relatório, referente à Avaliação Ambiental Estratégica do PO.

### 2.3. Problemas significativos encontrados e medidas tomadas

#### **Autoridade de Gestão**

As restrições orçamentais a que estão sujeitas as entidades do setor público, bem como a dificuldade de acesso ao crédito que se colocam à generalidade dos potenciais beneficiários sejam eles públicos ou privados constitui-se, uma vez mais, como um problema para a prossecução do PO.

O reforço das taxas de cofinanciamento e o mecanismo de adiantamento *top-up* constituiu-se como uma resposta adequada.

No quadro do memorando de acordo celebrado entre o Governo e a Associação Nacional de Municípios Portugueses e tendo presente os objetivos comuns às duas partes, foi reconhecido que o QREN constitui um instrumento essencial para a concretização das prioridades de transformação estrutural do país, bem como para a prossecução das atribuições municipais.

Neste contexto de entendimento, o Governo e a ANMP concordaram que, no quadro de um acompanhamento sistemático da execução de todas as operações do QREN, se procedesse conjuntamente à avaliação contínua da capacidade de concretização por parte dos municípios dos projetos por eles promovidos, nos calendários programados, concordando ainda na libertação de 250 M€ provenientes de contratos de financiamento aprovados nos PO regionais do Continente das regiões de convergência, a afetar predominantemente, no

âmbito da reprogramação estratégica, aos programas “Impulso Jovem” e “Equipamentos Escolares”.

Tendo em vista a concretização plena do acordo alcançado, foi criada através do Despacho Conjunto n.º 11670/2012 do Ministro de Estado e das Finanças, do Ministro Adjunto e dos Assuntos Parlamentares e do Ministro da Economia e do Emprego, de 30 de agosto, uma equipa conjunta de monitorização da execução dos compromissos dos municípios.

No âmbito da reprogramação, foi acordada a repartição do montante de 250 M€, pelos três PO regionais da convergência, numa base proporcional, calculada em função do peso relativo do FEDER aprovado para o conjunto dos municípios e que se encontrava por executar, cabendo ao INALENTEJO o montante de 48 M€.

Neste contexto, ficou definido que o descompromisso seria concretizado através da anulação total ou parcial de anteriores decisões de financiamento adotadas pela AG de cada um dos PO.

Em aplicação antecipada do procedimento previsto no ponto 6 do Capítulo QREN, do Acordo Governo – ANMP, *poderão ser aprovadas operações de municípios que se inscrevam no âmbito de protocolos de financiamento, incluindo contratos de subvenção global, celebrados com a AG, apresentem níveis de realização financeira significativos, ou tenham compromissos contratuais concluídos, dentro dos limites das disponibilidades de programação dos PO existentes após o exercício de reprogramação* e por um montante não superior a 20 M€, no caso do PO Alentejo.

O universo de entidades com operações inseridas no âmbito dos trabalhos da equipa conjunta engloba:

- municípios, associações de municípios, setor empresarial local, fundações de iniciativa municipal, entidades com participação de municípios;
- juntas de freguesia e suas associações;
- promotores de operações inseridas em PRU e RUCI, independentemente da sua natureza jurídica.

Entre agosto e dezembro de 2012, o PO Alentejo registou um total de descompromisso FEDER no montante de 16,6 M€, dos quais 15,3 M€ resultam de rescisões e anulações e os restantes 1,3 M€ correspondem a descompromissos parciais decorrente de reprogramações em baixa.

Em termos de novos compromissos assumidos, após agosto de 2012, foram contabilizados cerca de 6 M€ (FEDER):

- descompromisso:

- meta: 48 M€;
- situação a 31-12-2012: 16,6M€.
- aprovação de novas operações:
  - meta: 20 M€;
  - situação a 31-12-12 6 M€.

No que concerne às questões da exclusiva responsabilidade da AG, a comparação das taxas de execução com as taxas de reembolso têm, recorrentemente, demonstrado a impossibilidade de validar despesa ao ritmo que a mesma é apresentada pelos beneficiários. Sendo imperioso reduzir a diferença entre as referidas taxas e tendo concluído que era possível, sem prejuízo do rigor que deve ser prosseguido nos procedimentos das diversas fases da vida das operações, proceder à sua simplificação, tendo sido adotadas durante o ano 2012 as medidas seguintes:

- transitoriamente, até ao final do ano de 2012, a verificação dos procedimentos da contratação pública fosse efetuada na fase de acompanhamento da operação;
- as verificações administrativas passaram a incidir sobre uma amostra de documentos de suporte à despesa apresentada, alterando, assim, o procedimento que vigorava, de análise da totalidade dos documentos de despesa associados a cada pedido de pagamento;
- verificação por amostragem do dossier da operação em sede de encerramento das operações.

No dia 21 de novembro de 2012, realizou-se em Lisboa o Encontro Anual entre a Comissão Europeia e as Autoridades de Gestão dos Programas Operacionais FEDER e Fundo de Coesão do período de programação 2007-2013. Na referida reunião foi feito um ponto de situação relativamente à implementação dos programas e cumprimento da regra n+3, das respostas do QREN à actual situação económica, nomeadamente a iniciativa "Impulso Jovem". Houve ainda oportunidade para uma apresentação sobre as iniciativas urbanas, nomeadamente as apoiadas pelo JESSICA Holding Fund.

Em referência explícita ao INALENTEJO foi mencionado que o programa tinha em curso, nessa data, a avaliação intercalar.

Em reunião bilateral, entre a AG e a Comissão Europeia, foi reconhecida a evolução em termos de execução, bem como os esforços de gestão de parcerias no âmbito do SRTT. Foi ainda abordado o INVESTE QREN enquanto resposta às dificuldades dos beneficiários no acesso à banca.

### Autoridade de Auditoria e Controlo

O Relatório Anual da Inspeção-Geral de Finanças sobre avaliação global do teste ao funcionamento do sistema comum constituído pelos Programas Operacionais Fatores de Competitividade e Regionais do Continente e Regiões Autónomas – FEDER conclui genericamente o seguinte: “(...) com base no exame mencionado supra, consideramos que, em termos globais, no período em análise, os sistemas de gestão e de controlo estabelecidos para o Sistema comum FEDER constituído pelos Programas operacionais Fatores de Competitividade e Regionais do Continente e Regiões Autónomas, respeitaram os requisitos aplicáveis por força dos artigos 58.º a 62.º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006 do Conselho e da Secção 3 do Regulamento (CE) n.º 1828/2006 da Comissão, e funcionaram de forma eficaz, de modo a dar garantias razoáveis de que as declarações de despesas apresentadas à Comissão são corretas e, consequentemente, de que as transações subjacentes respeitam a legalidade e a regularidade”. Concluindo o referido relatório refere: “Face ao exposto entendemos que as deficiências por satisfazer afetam moderadamente os requisitos essenciais do funcionamento dos sistemas de gestão e controlo da globalidade dos programas operacionais que integram o sistema comum aqui em apreciação, pelo que os mesmos devem ser classificados na categoria 2, conforme previsto na nota de orientações sobre uma metodologia comum para avaliação dos sistemas de gestão e controlo nos Estados-Membros (documento COCOF 08/0019/00)”.

Este relatório no ponto “Acompanhamento das actividades dos anos anteriores” identifica especificamente, ao referir o INALENTEJO, as insuficiências seguintes:

- não implementação de algumas recomendações, nomeadamente, não ter extraído efeitos financeiros decorrentes das constatações das ações técnicas e físicas por si realizadas;
- não ter promovido o acompanhamento das situações de exceção identificadas no quadro das verificações no local;
- não ter assegurado estabelecimento de uma relação entre cada contrato público e a correspondente despesa apresentada, validada e certificada;
- não reforçou os procedimentos estabelecidos no sentido de possibilitar um seguimento mais rápido e eficaz da pista de auditoria, em matéria de contratação pública.

O relatório anual da IGF foi disponibilizado aos membros da Comissão de Acompanhamento na área reservada do site do INALENTEJO, tendo sido dado conhecimento através de mensagem de correio eletrónico de 27 de fevereiro de 2013.

A AG desenvolveu os procedimentos necessários a colmatar as insuficiências reportadas, com excepção da criação de um mecanismo que permita estabelecer a relação entre cada contrato público e a correspondente despesa apresentada, validada e certificada.

#### 2.4. Mudanças no contexto da execução do programa operacional

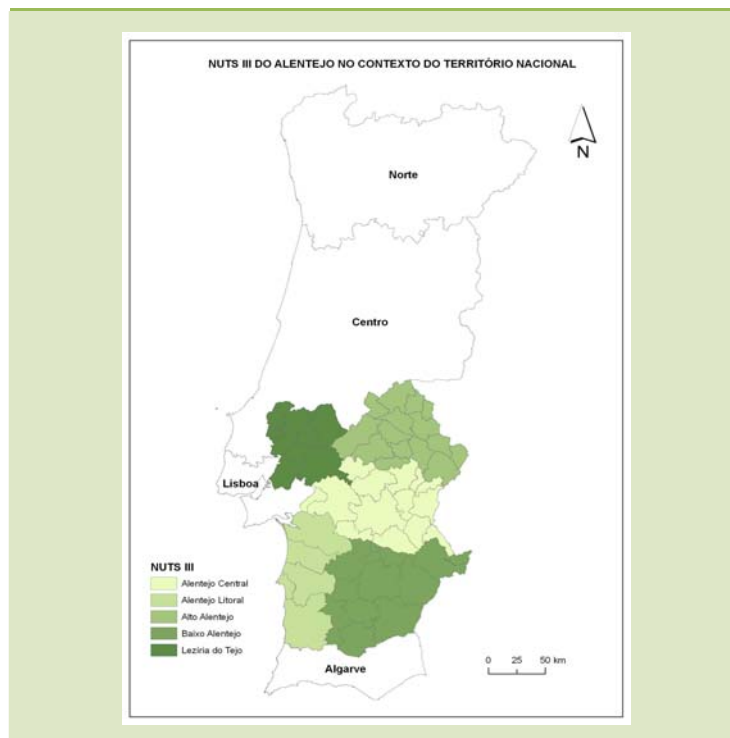
Desde a crise financeira despoletada nos Estados Unidos entre 2008 e 2009 que a economia mundial tem experimentado um crescimento lento. Os efeitos da globalização rapidamente fizeram alastrar a crise ao resto do mundo, tendo alguns países da Europa manifestado dificuldades no pagamento das suas dívidas. As dificuldades económicas, sentidas nomeadamente pela Grécia, Portugal, Irlanda, Itália e Espanha, já se vinham avolumando ao longo das últimas décadas dado que em todos estes países não se tem conseguido gerar crescimento económico suficiente para honrar os compromissos.

A Comissão Europeia, o Banco Central Europeu e o Fundo Monetário Internacional, através de programas de assistência económica e financeira, vêm adotando algumas medidas para tentar controlar a crise, nomeadamente a concessão de pacotes de resgate para tentar equilibrar a economia dos países em maior dificuldade. Estes pacotes têm implícitos programas de austeridade, como o corte na despesa pública e o aumento dos impostos que têm gerado alguns protestos públicos. A recessão sentida na Europa a partir do final de 2011, teve repercussões mais graves nos países já resgatados, como é o caso de Portugal, onde o encerramento de empresas e o desemprego atingem volumes preocupantes. A região do Alentejo que tem vindo, ao longo dos vários quadros comunitários de apoio, a fazer um esforço de convergência com o país e com a Europa, no contexto da atual crise começa a verificar alguma inversão na evolução de algumas variáveis que nos últimos anos revelavam uma tendência continuamente positiva apesar dos dados disponíveis em termos temporais não poderem ainda revelar os efectivos resultados da atual crise.

Assim, este contexto condiciona fortemente a evolução socioeconómica da região assim como o impacto da aplicação dos fundos comunitários neste território.

## Alterações no contexto do Território e População

Figura 2.27: NUTS III - ALENTEJO



Segundo os resultados do recenseamento de 2011, residem no Alentejo 757.302 habitantes, que correspondem a 7,2% da população nacional, evidenciando-se assim, um valor bastante diminuto da população alentejana.

No contexto intrarregional a população distribui-se de uma forma mais ao menos equilibrada, não se regista uma dicotomia clara entre litoral e interior como a que se verifica no país, tanto mais que os principais centros populacionais se situam no interior da região. Assim os habitantes do Alentejo distribuem-se pelo território subregional da seguinte forma: 15,6% (118.410) no Alto Alentejo, 22,0% (166.822) no Alentejo Central; 16,7% (126.692) no Baixo Alentejo, 12,9% (97 925) no Alentejo Litoral e 32,7% (247.453) na Lezíria do Tejo.

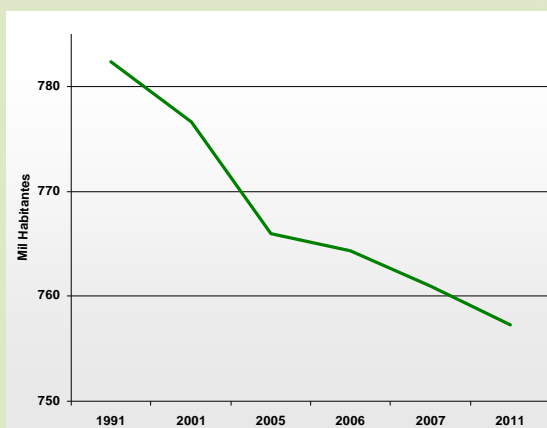
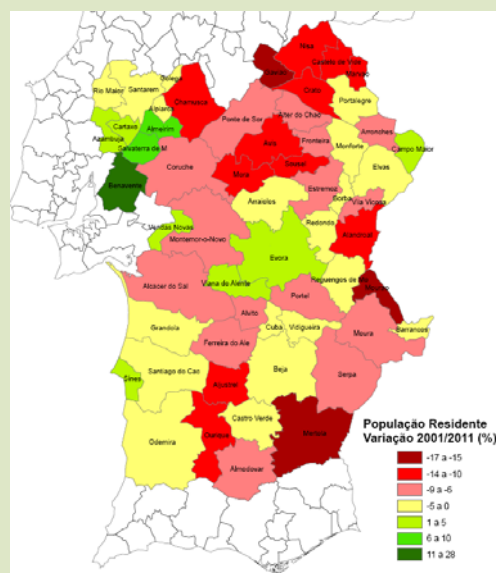
A evolução demográfica do Alentejo tem sido marcada por um constante decréscimo da população, característica extensível a praticamente todo o território regional. Este fenómeno traduziu-se, na última década, numa redução média de 0,25% ao ano, o que corresponde à redução efetiva de cerca de 1.928 habitantes, no último ano. De uma forma retrospectiva, verifica-se que o Alentejo perdeu, na última década, 19.283 habitantes, o que corresponde a uma redução de cerca de 2,5% dos seus residentes nos últimos 10 anos.

O fenómeno regressivo só não afeta a Lezíria do Tejo, subregião que beneficia da proximidade à Área Metropolitana de Lisboa, e que, no último período inter-censitário, registou um aumento médio anual de 0,27%. Contudo, este crescimento esconde uma

grande disparidade no contexto dos concelhos que a compõem, marcados claramente pela existência de um grupo de concelho que crescem demograficamente, onde prevalece Benavente com um aumento anual médio de 2,5%, e de outro grupo, constituído por aqueles concelhos que perderam população, de onde se destacam os concelhos de Chamusca, com um decréscimo anual de 1,2% e de Coruche com 0,65%. Nas restantes subregiões, o decréscimo é mais contido no Alentejo Litoral (-0,21%), moderado no Alentejo Central, embora acima da média regional (-0,39%), e bastante severo no Alto e Baixo Alentejo (-0,68 e -0,62%, respetivamente).

Tabela 2.16: Organização territorial

Unid. Territorial	População 2011 (hab)	Var. 2001/2011	Área (Km <sup>2</sup> )	Densidade populacional (hab/Km <sup>2</sup> )
Portugal	10.562.178	2,0	92.090,1	114,7
Alentejo	757.302	-2,5	31.550,9	24,0
Alentejo Litoral	97.925	-2,1	5.303,4	18,5
Alto Alentejo	118.410	-6,8	6.247,9	19,0
Alentejo Central	166.822	-3,9	7.227,9	23,1
Baixo Alentejo	126.692	-6,2	8.544,6	14,8
Lezíria do Tejo	247.453	2,7	4.272,8	57,9

Gráfico 2.44: Variação da população residente no Alentejo – 1991/2011  
Fonte: INE – Infoline Censos de 2011Figura 2.28: Variação da população residente no Alentejo – 2001/2011  
Fonte: INE – Infoline Censos de 2011

A tendência regressiva da população do Alentejo tem sido acompanhada por um processo de concentração populacional, que se vem manifestando há algumas décadas.

Em termos evolutivos é possível verificar que a forma como a população se distribui pelo território deu-se no sentido do aumento da concentração populacional nos lugares de maiores dimensões, patente no aumento significativo da população a residir em lugares com

mais de 10.000 habitantes, que passou de 19,5% para 21,3%, nos últimos 10 anos, o que corresponde a um aumento médio anual de 1%.

Da evolução demográfica recessiva que vem acontecendo no contexto regional sobressai, como principal condicionador da diminuição da população, a quebra da natalidade, que nos últimos anos atingiu velocidades de declínio consideráveis, numa região onde há mais de uma década morrem mais pessoas do que aquelas que nascem. Este fenómeno é extensível a todo o Alentejo, e afeta grandemente o Alto e o Baixo Alentejo.

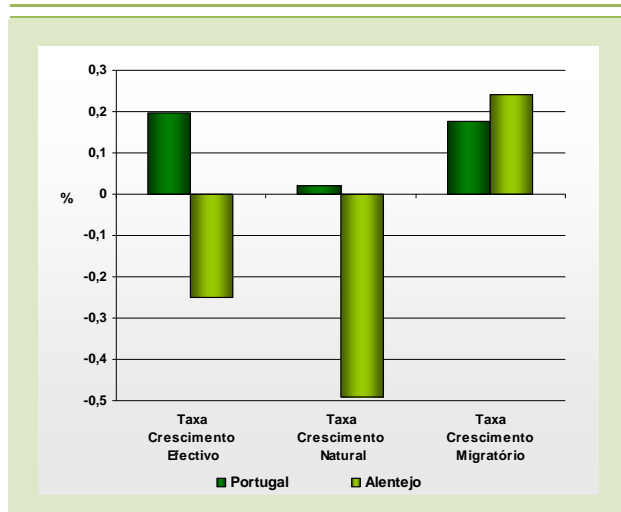
No que concerne aos movimentos migratórios que ocorrem na região podemos registar um comportamento muito semelhante ao verificado no contexto nacional, isto é, após uma década de inversão da dinâmica migratória negativa, a capacidade atrativa regional tem-se vindo a reduzir, embora no último decénio ainda se tenha registado um saldo migratório positivo entre as entradas e as saídas de população, ainda que extremamente baixo (0,2%).

Mesmo assim, este valor é ligeiramente superior à média nacional, mas esconde uma considerável dispersão do fenómeno migratório intrarregional, onde a maior capacidade atrativa da Lezíria do Tejo e do Alentejo Litoral contrastam com a pouca ou quase nula atratividade das restantes subregiões.

Tabela 2.17: Componentes do crescimento demográfico Fonte: INE – Infoline Censos de 2011

Unid. Territorial	Taxa de crescimento efetivo	Taxa de crescimento natural	Taxa de crescimento migratório
Portugal	0,20	0,02	0,18
Alentejo	-0,25	-0,49	0,24
Alentejo Litoral	-0,21	-0,48	0,27
Alto Alentejo	-0,68	-0,78	0,09
Alentejo Central	-0,39	-0,43	0,03
Baixo Alentejo	-0,62	-0,70	0,08
Lezíria do Tejo	-0,62	-0,70	0,08

Gráfico 2.45: Componentes do crescimento demográfico  
Fonte: INE – Infoline Censos de 2011



Nos últimos anos, a Região associou a incapacidade atrativa para receber novos residentes à própria incapacidade para fixar os seus residentes mais novos e qualificados, que sem possibilidade de se estabelecerem profissionalmente abandonam a região para outras zonas do país ou do estrangeiro para onde vão contribuir com o seu potencial produtor e reprodutor. De salientar que se a baixa natalidade tem reflexos imediatos na diminuição da população jovem, as migrações, ao convocarem para a saída os efectivos mais jovens da população activa, são as principais responsáveis pela diminuição da capacidade produtiva regional.

Desta forma, prevalece o aumento continuado da população idosa, com o consequente aumento da carga sobre os sistemas de saúde e de segurança social cada vez mais incapazes para absorverem uma procura crescente.

A redução dos níveis da fecundidade, com efeitos na diminuição do números dos nascimentos, associada ao aumento da esperança de vida, que se manifesta num aumento da população nas idades mais avançadas, tem vindo a condicionar a estrutura etária da população portuguesa no sentido do envelhecimento. No Alentejo, região que se constitui como a mais envelhecida do país, este fenómeno já vem de trás, e, na actualidade, assume uma importância particular, uma vez que está próximo de se atingir o valor médio de 2 idosos para cada jovem, patente num índice de envelhecimento de 194. Os idosos, com 65 e mais anos, representam já mais de ¼ da população (25,3%), atingindo um valor próximo dos 130.000 inativos, muitos deles já com elevados níveis de dependência.

Gráfico 2.46: Pirâmide de idade  
Fonte: INE – Infoline Censos de 2011

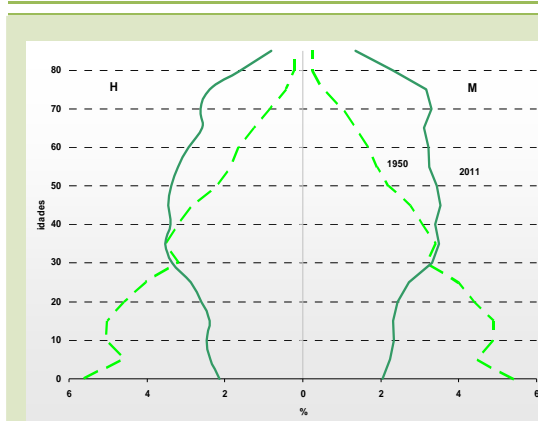
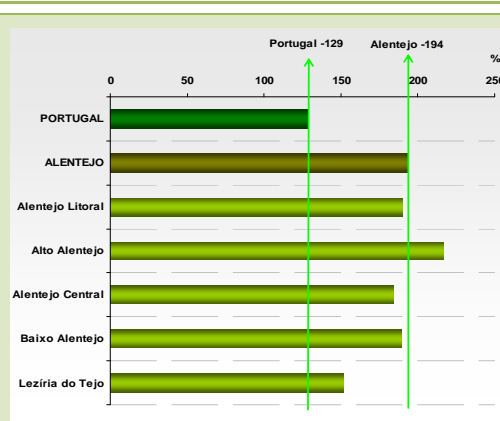


Gráfico 2.47: Índice de envelhecimento - NUTS II  
Fonte: INE – Infoline Censos de 2011



No contexto subregional o grau de envelhecimento da população apresenta algumas variações, sendo que a subregião menos envelhecida, a Lezíria do Tejo, apresenta valores do índice de envelhecimento superiores à média nacional. O Alto Alentejo acentuou a sua condição de maior envelhecimento com valores superiores a 215%, havendo mesmo a referir a existência de concelhos onde por cada jovem com menos de 15 anos residem mais de 4

idosos com 65 e mais anos, como é o caso de Nisa e Gavião, concelhos onde o índice de envelhecimento ascende a 400 e 470, respetivamente.

### **Alterações no contexto social**

Tendo em atenção a crise económica e financeira que assolou o país e a região é perfeitamente expetável a degradação das condições sociais e de desenvolvimento da população, fenómeno que vem inverter a evolução no sentido positivo que se vinha sentindo nos últimos tempos.

Dadas as consequências assimétricas, as crises afetam sempre com maior intensidade as regiões mais deprimidas e, no caso do Alentejo, esta regra não se alterou, resultando num acentuar das desigualdades dos níveis de desenvolvimento económico e social face ao país e à Europa. Esta regressão nos processos de convergência está patente na maior debilidade do tecido social da região, que se caracteriza por um aumento exponencial da carga social derivada da população idosa e reformada, sustentada pelos activos, influenciada também pelo decréscimo da população em idade ativa. Assim, o índice de dependência dos idosos no Alentejo é já de 41,1%, valor bastante superior à média nacional (29%), o que mostra que cada 100 ativos tem a seu cargo, em média, 41 inativos oriundos da população idosa.

Isto reflete-se no quantitativo de população pensionistas da segurança social que no Alentejo atinge valor bastante superior à média nacional. Nos últimos anos, o rácio de pensionistas por 1.000 habitantes tem vindo a aumentar, em 2011 superou os 420, à semelhança do que se passa no contexto nacional, certamente condicionados pelo efeito da crise económica, mas principalmente devido ao crescimento que se tem verificado na população idosa.

No contexto da coesão social, a população residente no Alentejo continua a ter níveis de rendimento inferiores à média nacional, quer quando analisados ao nível da população ativa, quer no que respeita ao rendimento dos pensionistas. Na verdade, apesar do aumento continuado que se vem registando nos rendimentos dos alentejanos, é possível verificar que, quer o ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem é inferior à média nacional (921,1€ vs 1.034,2€), quer o valor médio anual das pensões não chega a 90% do valor que se verifica no país (4.122€ vs 4.665€).

Gráfico 2.48: Pensionistas da segurança social por 1.000 hab. em idade ativa do Alentejo (‰) Fonte: INE – Infoline Censos de 2011

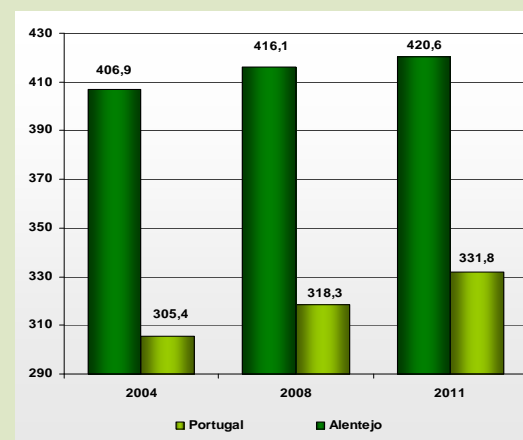
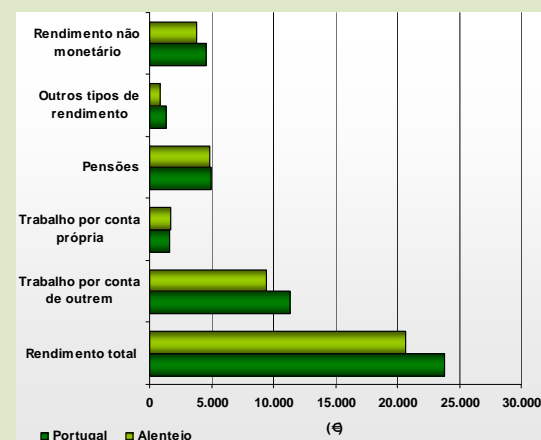


Gráfico 2.49: Rendimento líquido anual por agregado e tipo de rendimento - 2009 Fonte: INE – Infoline Censos de 2011



Ainda no contexto social, evidencia-se também a diferenciação negativa do Alentejo face aos valores médios nacionais das condições de saúde, patentes quer em termos de recursos de saúde quer no que respeita ao pessoal médico e de enfermagem.

Com efeito, nos últimos anos verificou-se uma diminuição na dotação de camas hospitalares existentes na região Alentejo, que é inferior à média nacional, cuja evolução influiu no sentido do agravamento, após um período em que a tendência ia no sentido de uma aproximação aos valores médios nacionais. A região Alentejo, face aos valores nacionais, está bastante abaixo da dotação em termos de pessoal médico e de enfermagem. Neste último grupo de pessoal a diferença é menor que a verificada no pessoal médico, mas assume já um carácter estrutural dado tratar-se de um problema que, apesar dos aumentos da dotação de pessoal de enfermagem, se terem vindo a manifestar ao longo de tempo, segundo os últimos dados, o Alentejo possui 5,1 enfermeiros por 1.000 habitantes, enquanto que a média nacional situa-se nos 6,1.

Gráfico 2.50: Camas dos hospitais por 1.000 hab. Fonte: INE – Infoline Censos de 2011

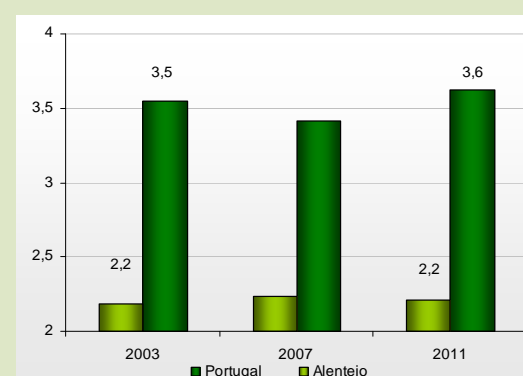
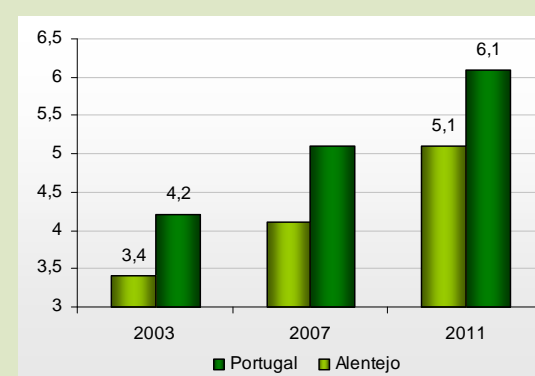


Gráfico 2.51: Enfermeiros por 1.000 hab. Fonte: INE – Infoline Censos de 2011



No caso de pessoal médico a situação é bastante mais grave de tal forma que, em 2011, a dotação destes profissionais de saúde no Alentejo era cerca de metade da média nacional (2,2 vs 4,1 médicos por 1.000 habitantes, respetivamente).

A insuficiência de pessoal médico é também bastante evidente quando se analisa a situação relativamente aos médicos especialistas, sendo também semelhante a discriminação dos valores do Alentejo face à média nacional, que não atinge metade deste valor (1,4 vs 2,9 médicos especialistas por 1.000 habitantes, respetivamente).

Gráfico 2.52: Médicos por 1.000 hab  
Fonte: INE – Infoline Censos de 2011

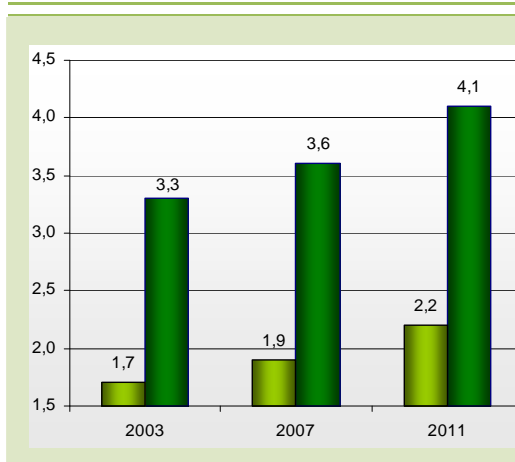
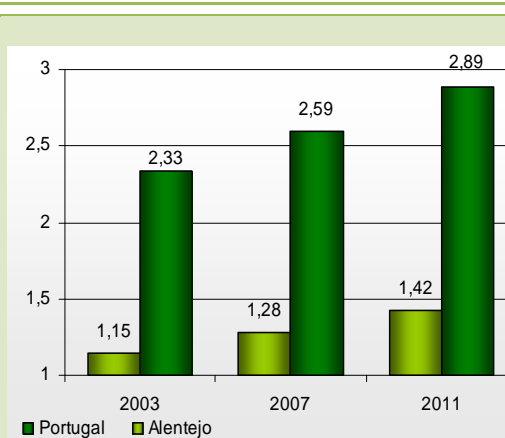


Gráfico 2.53: Médicos especialistas por 1.000 hab  
Fonte: INE – Infoline Censos de 2011



Naturalmente que as condições de oferta de equipamentos e de recursos humanos determinam os níveis de utilização dos serviços de saúde e consequentemente os níveis de saúde das populações. Contudo, pese embora as insuficiências referidas, a região Alentejo conheceu nos últimos anos uma melhoria no nível de saúde das suas populações.

### Alterações de contexto no âmbito dos níveis de ensino da população

As baixas qualificações da população residente no Alentejo têm sido ao longo dos tempos um dos principais obstáculos ao seu desenvolvimento, nomeadamente pelos efeitos que provoca no apetrechamento futuro das qualificações profissionais dos recursos humanos. Esta situação ainda se torna mais preocupante quando se verifica que o Alentejo se constitui como a região do país com menores níveis de escolaridade.

No entanto, há a salientar que no capítulo da qualificação dos recursos humanos, a região registou nos últimos anos melhorias significativas no nível de habilitações escolares da população, com aumentos consideráveis nos níveis de formação superior e com reduções na proporção dos ativos que possuem níveis escolares mais baixos.

No último ano a população diplomada registou um crescimento superior a 10%, valor que se analisado ao longo da última década corresponde ao aumento para o dobro de alentejanos com habilitação superior, ao que não será alheio, certamente, o papel que as instituições universitárias e politécnicas regionais representam no contexto da qualificação da região.

Gráfico 2.54: População residente por nível de ensino - Alentejo  
Fonte: INE – Infoline Censos de 2011

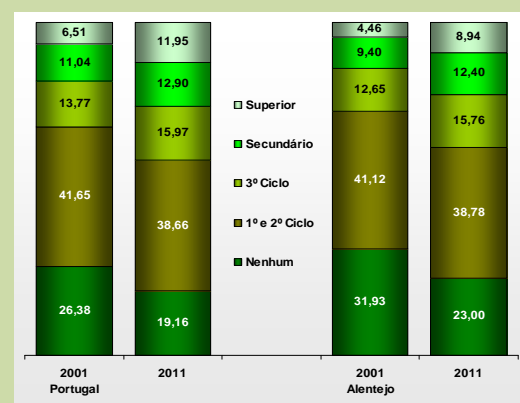


Gráfico 2.55: Taxa de retenção e desistência no ensino básico regular  
Fonte: INE – Infoline Censos de 2011

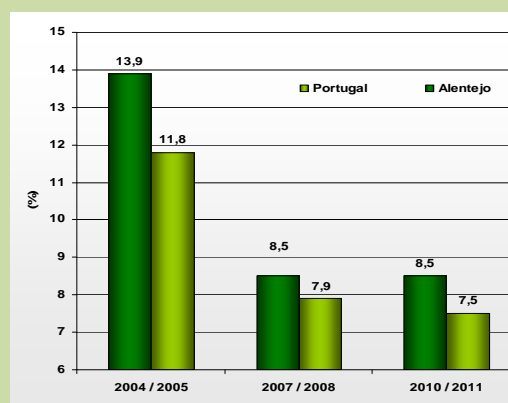


Gráfico 2.56: Taxa bruta de escolarização no ensino secundário  
Fonte: INE – Infoline Censos de 2011

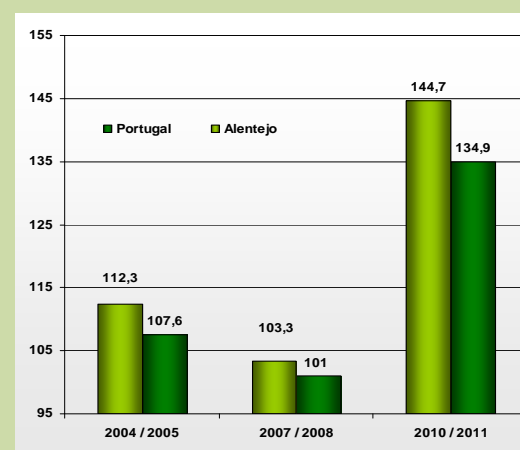
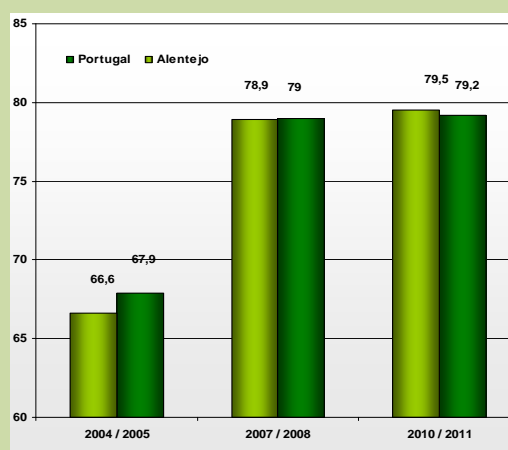


Gráfico 2.57: Taxa de transição/conclusão no ensino secundário  
Fonte: INE – Infoline Censos de 2011



A taxa de escolarização do ensino secundário deve ser vista em conjunto com a taxa de transição no mesmo nível de ensino. A tendência crescente da taxa de transição/conclusão no ensino secundário regular é comum ao país e à região, sendo que a região partiu de uma situação mais desfavorável. No entanto, a região tem vindo a aproximar-se da posição do país, tendo revelado uma ligeira tendência para o ultrapassar.

### Alterações de contexto no âmbito do emprego/desemprego

À semelhança dos decréscimos populacionais que têm vindo a afectar a região do Alentejo e por força da crise económica e financeira que a todos afeta, é importante salientar que o efetivo dos recursos humanos regionais acompanhou esta tendência regressiva, havendo a registar uma evolução negativa da força de trabalho regional (passou de 374 para 366,3 milhares de activos, no último ano). Na verdade, a população ativa no Alentejo evidenciou no último ano um decréscimo próximo dos dois pontos percentuais, valor consideravelmente superior à média nacional que se ficou pelos 0,9%.

Como factor mais negativo a reter aparece a redução de 3% na população ativa possuidora de um nível de ensino superior, o que contribui para um decréscimo das qualificações dos recursos humanos regionais, ao que não será alheio, certamente, a saída de jovens qualificados que procuram na emigração a integração no mercado de trabalho que não conseguem no território regional nem, na maior parte das vezes, no país.

A perda que se verificou nestes ativos representa perto de  $\frac{1}{4}$  da diminuição que se verificou no total dos recursos humanos do Alentejo, ao mesmo tempo, que se verificou uma estagnação da população ativa analfabeta, sendo que a principal redução (14,5%) se verificou nos ativos com o ensino básico. O único estrato de ativos que cresceu, no último ano, corresponde àqueles que possuem o ensino secundário, que registaram um aumento de 8,8%.

Gráfico 2.58: População ativa por nível de instrução – Alentejo 2011/2012  
Fonte: INE Inquérito ao emprego

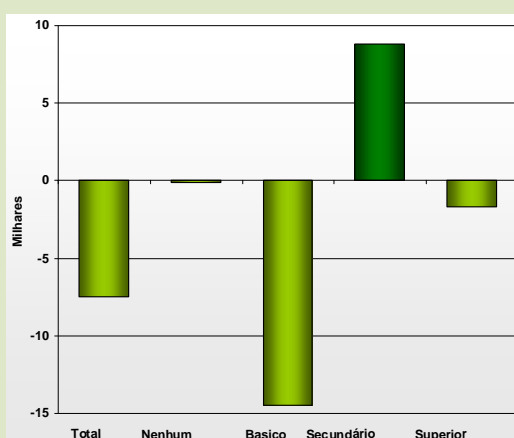
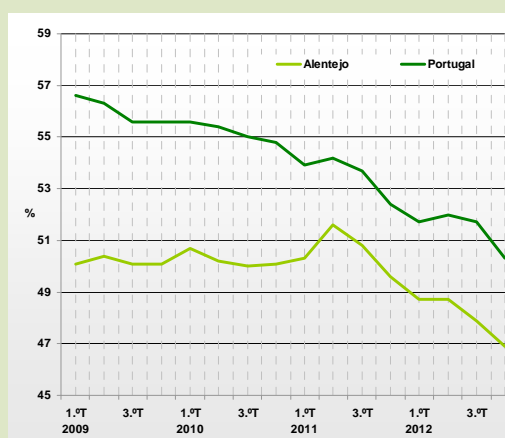


Gráfico 2.59: Taxa de emprego - Alentejo 2009 /2011  
Fonte: INE. Inquérito ao emprego



É neste contexto que a taxa de emprego sofreu uma redução abruta no último ano, situando-se na atualidade em valores abaixo dos 47%, o que se traduz no facto de menos de metade da população em idade ativa (15-64 anos) desempenhar uma atividade profissional, o que

mostra bem os elevados índices de dependência suportados pela população alentejana. A taxa de emprego regional situa-se estruturalmente abaixo da média nacional tendo registado uma maior aproximação entre 2009 e 2011, mas no último ano regrediu a um ritmo semelhante ao que se verificou no país, sendo que a taxa de emprego média nacional pouco ultrapassa os 50%.

Isto numa altura em que os reflexos da crise financeira global, no contexto das atividades económicas se manifestam, de forma intensa, na contração do crescimento económico, que se repercutiu, a nível nacional, no desaparecimento de diversas empresas e no consequente aumento do desemprego.

O Alentejo, que no passado se caracterizava pela incidência das taxas de desemprego mais elevadas do país, resistiu, numa primeira fase, desde o despoletar da crise económica até ao final de 2011, apresentando valores de desemprego consideravelmente menores que as restantes regiões do país, em particular de Lisboa, Algarve e Madeira, ficando apenas à frente da região Centro.

Gráfico 2.60: Taxa de desemprego - 2011 e 2012  
Fonte: INE – Inquérito ao emprego

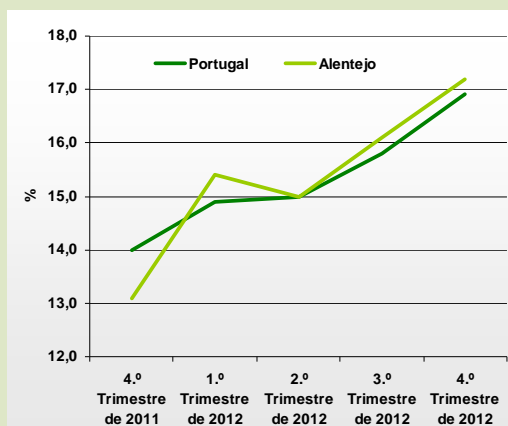
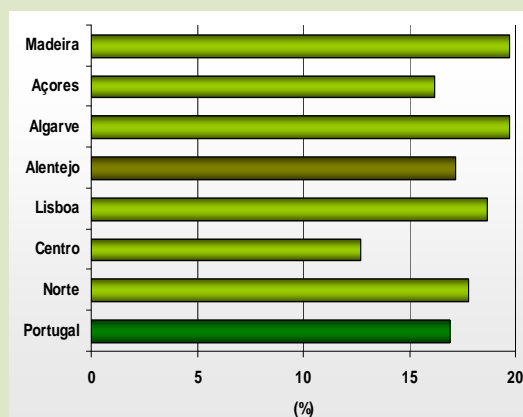


Gráfico 2.61: Taxa de desemprego – NUT II 4.º trimestre de 2012  
Fonte: INE – Inquérito ao emprego



No ano de 2012 a situação deteriorou-se e a evolução do desemprego no Alentejo assumiu uma maior intensidade atingindo valores superiores à média nacional. A taxa de desemprego registou um agravamento considerável, passando de 13,1% no 4.º trimestre de 2011, para 17,2% no último trimestre de 2012, o que se traduziu num aumento de 30,1%, daquela taxa.

O aumento da taxa de desemprego no último trimestre de 2012 deveu-se essencialmente a um aumento muito considerável do desemprego feminino que atingiu o valor de 18,7%, tendo a taxa de desemprego dos homens sofrido uma ligeira redução, situando-se nos 16%.

Gráfico 2.62: Taxa de desemprego por sexo - 2011 e 2012

Fonte: INE- Inquérito ao Emprego; IEFP – Estatísticas concelhias do Emprego

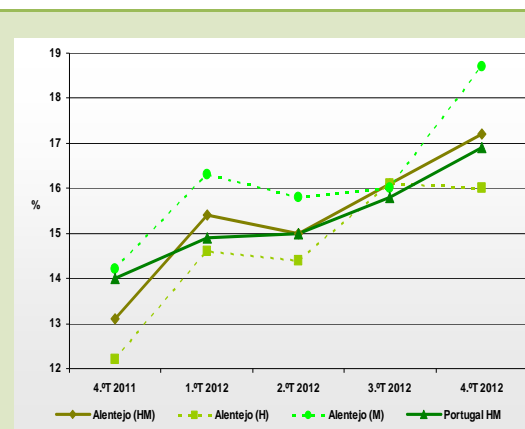
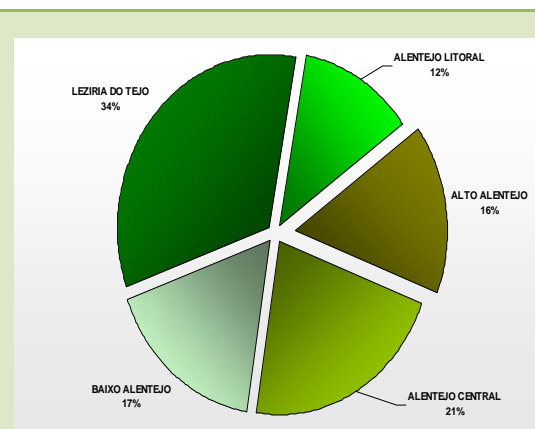


Gráfico 2.63: Taxa de desemprego – NUT III 4.º trimestre de 2012

Fonte: INE- Inquérito ao Emprego; IEFP – Estatísticas concelhias do Emprego



Obs: Taxa de desemprego das NUTS III = Desempregados inscritos / população activa Censo de 2011

Em termos absolutos e segundo os dados do IEFP o número de desempregados do Alentejo, inscritos nos Centros de Emprego, passou de 38.954 para 47.375 durante o ano de 2012, o que reflete um aumento superior a 20%. A Lezíria do Tejo e o Alentejo Central são responsáveis por mais de 50% dos desempregados da região.

Gráfico 2.64: Desempregados por nível de ensino – Alentejo 2012 IEFP – Estatísticas concelhias do Emprego

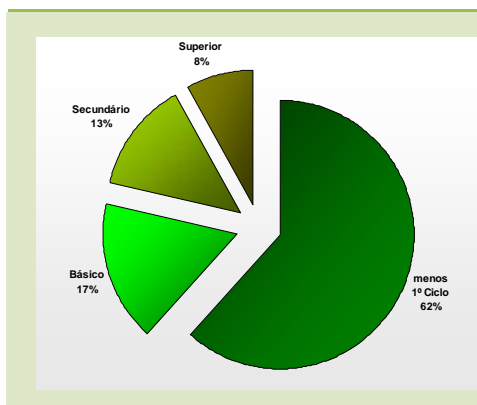
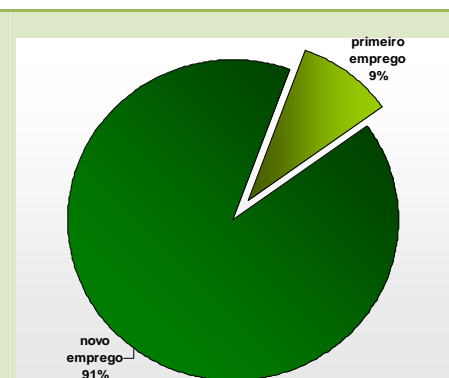
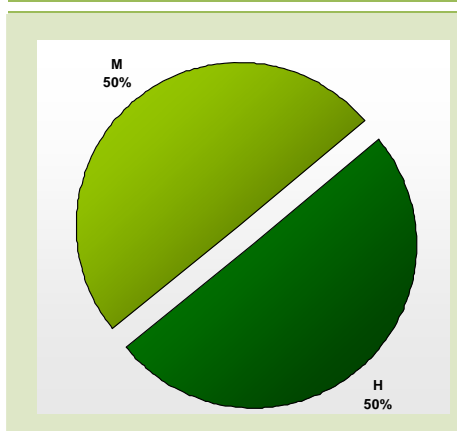
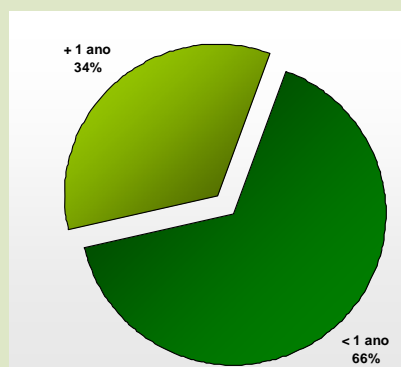


Gráfico 2.65: Desempregados por tipo de desemprego - Alentejo 2012 IEFP – Estatísticas concelhias do Emprego



Por outro lado, no Alentejo, mais de 2/3 dos activos inseridos nos estratos populacionais com níveis de escolarização abaixo do 1.º ciclo do básico encontram-se desempregados, chegando mesmo a valores próximos do 100% no Baixo Alentejo. Em 2012 os iletrados representavam já 62% do total dos desempregados inscritos nos Centros de Emprego da região. Ao mesmo tempo e de uma forma positiva, a população ativa com formação de nível superior continua a ser menos afetada pelo desemprego.

Gráfico 2.66: Desempregados por sexo – Alentejo 2012  
IEFP – Estatísticas concelhias do EmpregoGráfico 2.67: Desempregados por duração do desemprego - Alentejo 2012  
IEFP – Estatísticas concelhias do Emprego

Mais de nove em cada dez desempregados inscritos nos Centros de Emprego (91%) procuram novo emprego, e só 1/3 se encontra inscrito há mais de um ano, facto que evidencia que o aumento crescente do desemprego na região Alentejo é um fenómeno muito associado à atual crise económica.

A transversalidade dos seus efeitos na retração do mercado de trabalho encontra-se patente no facto do efetivo de desempregados se repartir de igual modo entre homens e mulheres, o que mostra que a maior participação da mulher no mercado trabalho é igualmente acompanhada do aumento dos riscos do desemprego.

### Alterações no contexto da economia e das empresas

A taxa de variação do PIB total no Alentejo, de 2000 a 2011, mostra uma oscilação quase permanente, com valores, que na maior parte do período são positivos. Embora a taxa de variação do PIB do Alentejo face ao país seja inferior nalguns anos, é de referir que em 2010 e 2011 a taxa de crescimento do PIB da região supera a registada a nível nacional, o que revela uma dinâmica de recuperação regional.

Os dados preliminares do PIB per capita de 2011 relativos ao país são da ordem de 16,1 mil€, enquanto que o Alentejo, no mesmo ano, apresenta o valor de 14,8 mil€.

O valor do PIB per capital regional é inferior, como já foi referido, ao valor atingido a nível nacional. Porém, é de salientar que o Alentejo Litoral se destaca das restantes subregiões, pois atinge valores bastante mais elevados, da ordem de 22,9 mil€, sendo, no entanto, a única subregião, nos diferentes níveis geográficos em análise, em que se observa um acréscimo face ao ano anterior.

Gráfico 2.68: Taxa de variação do PIB – 2000/2010 e 2011 (valor  
previsional)  
Fonte: INE

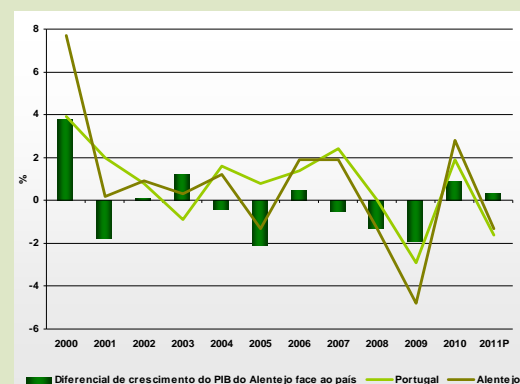


Gráfico 2.69: Taxa de crescimento do PIB *per capita* – Portugal,  
Alentejo e NUT III – 2010/2011  
Fonte: INE

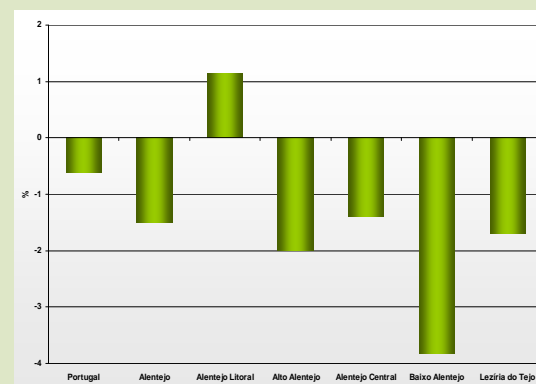


Gráfico 2.70: Índice de disparidade do PIB *per capita* – Países da UE  
– 2011  
Fonte: EUROSTAT

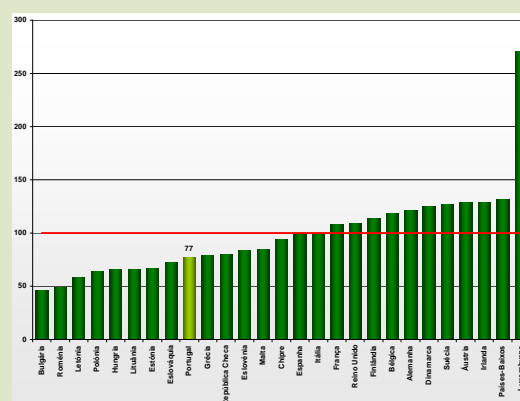
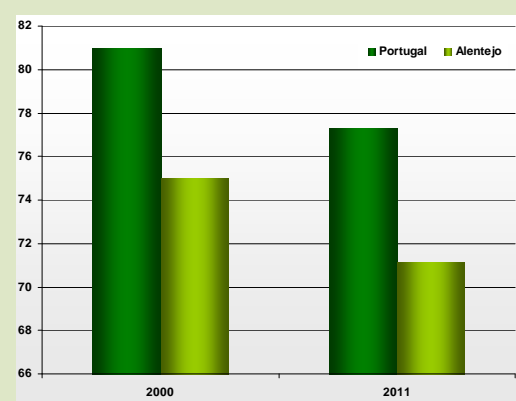


Gráfico 2.71: Índice de disparidade do PIB *per capita* (EU27=100) –  
2000 e 2011 (Valor provisiona)  
Fonte: INE

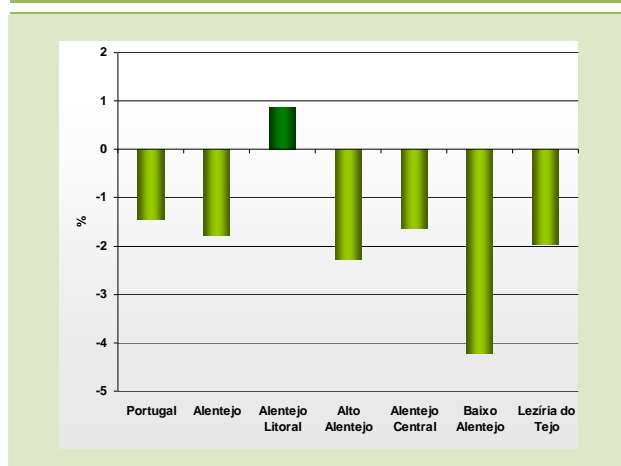


O VAB regional mantém o nível de contributo para o total nacional, comparticipando com 7% para o VAB total.

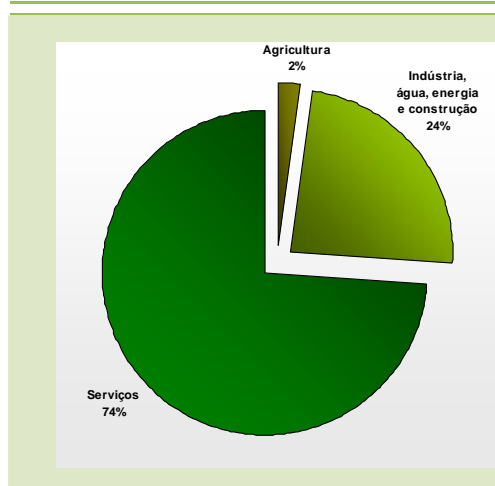
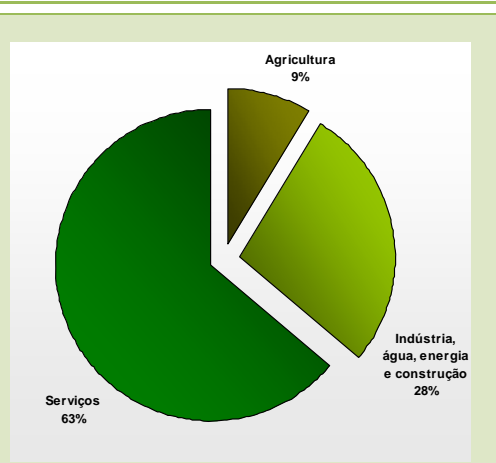
Tabela 2.18: VAB (10<sup>6</sup> €) – Portugal, Alentejo e NUT III- 2010 e 2011

Fonte: INE

NUT	2010	2011
Portugal	151.413,5	149.268,1
Alentejo	9.857,8	9.686,3
Alentejo Litoral	1.873,7	1.890,2
Alto Alentejo	1.319,4	1.290,0
Alentejo Central	2.006,3	1.973,8
Baixo Alentejo	1.703,9	1.634,7
Lezíria do Tejo	2.954,5	2.897,6

Gráfico 2.72: VAB - taxa de variação – Portugal, Alentejo e NUT III - 2010/2011  
 Fonte: INE


Da análise das componentes setoriais do VAB regional, verifica-se a manutenção relativa do peso da agricultura, que supera significativamente a sua proporção a nível nacional. São, no entanto, os serviços que apresentam maior peso regional, com 63% do total. A indústria, água, energia e construção, com valores que ultrapassam um quarto do total (28%), vê aumentar o seu peso relativo face a 2009, ano em que esta proporção face ao total do VAB era da ordem de 24%.

 Gráfico 2.73: Estrutura Nacional do VAB – 2010  
 Fonte: INE

 Gráfico 2.74: Estrutura Regional do VAB Alentejo – 2010  
 Fonte: INE


A remuneração média total no Alentejo revelou um significativo aumento relativamente ao ano 2000, aproximando-se muito expressivamente dos valores praticados a nível nacional. Esta subida da remuneração média conduziu ao valor de 19 mil€ no Alentejo, sendo em Portugal da ordem de 20,4 mil€.

Gráfico 2.75: Remuneração média total

Fonte: INE

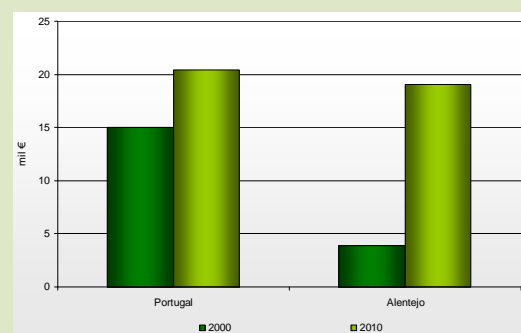
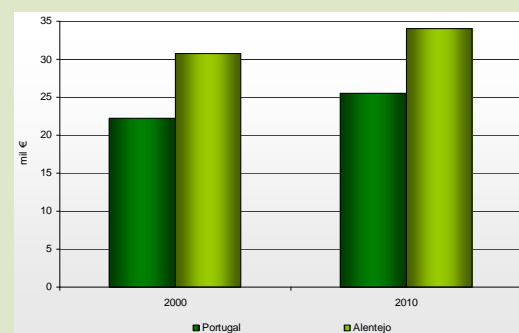


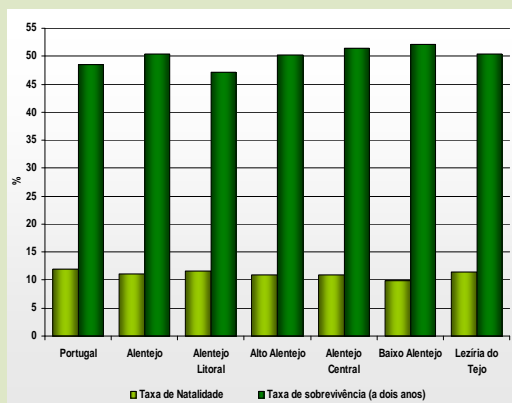
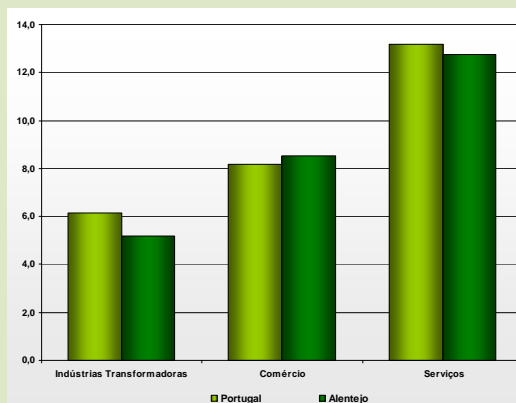
Gráfico 2.76: Produtividade aparente do trabalho

Fonte: INE



A produtividade no Alentejo tem apresentado sempre valores superiores aos encontrados no país. O nível de afastamento entre os valores nacionais e regionais manteve-se constante no ano de 2000 e em 2010, último ano com valores disponíveis.

A taxa de natalidade de empresas ronda 11% no país, região e suas subregiões, no ano de 2011. De salientar o Alentejo Litoral que apresenta a mais elevada taxa de natalidade regional e subregional, aproximando-se muito significativamente do valor registado no país. Já a sobrevivência das empresas a dois anos no Alentejo e suas subregiões é mais bem sucedida do que no país. Nestes espaços geográficos mais de metade das empresas criadas nos dois últimos anos mantêm viva a sua atividade.

Gráfico 2.77: Demografia das empresas  
Fonte: INEGráfico 2.78: Demografia das empresas – Taxa de natalidade setorial  
Fonte: INE

Da análise do comércio externo regional verifica-se que as saídas das empresas sediadas no Alentejo apresentam uma tendência de crescimento continuada no tempo, com um volume sempre superior ao das entradas, que também têm vindo a apresentar aumento, mas numa proporção inferior.

Salienta-se que o saldo da balança comercial na região, em 2011 continua positivo com um aumento muito significativo no último ano, revelando-se o maior dos últimos anos.

Gráfico 2.79: Comércio externo – Alentejo  
Fonte: INE

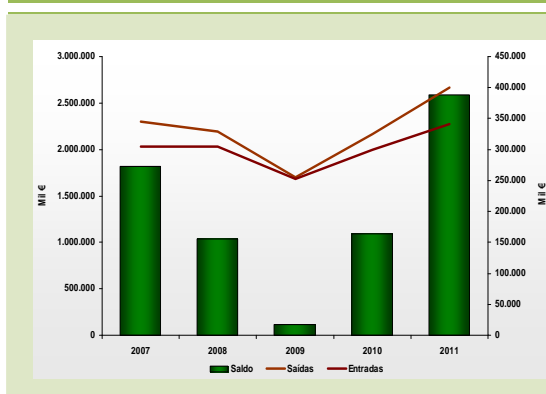
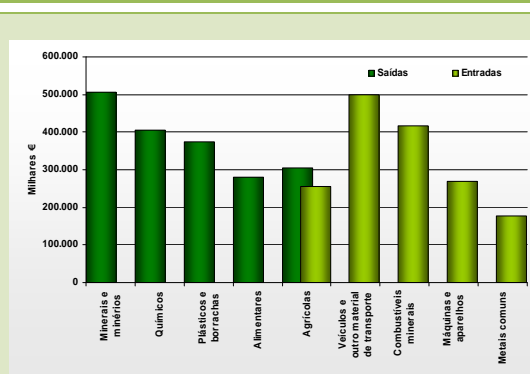


Gráfico 2.80: Entrada e saídas de bens por principais tipos de produtos – Alentejo – 2011  
Fonte: INE



O destino das saídas de bens das empresas do Alentejo é, essencialmente, a Espanha (26%), país que também é responsável pelo maior volume de vendas para o Alentejo e com quem se estabelece uma balança comercial regional deficitária, apesar de, na sua totalidade, o Alentejo apresentar um saldo positivo da ordem de 54 M€.

### Alterações no contexto do turismo

A atividade turística na região Alentejo tem registado um abrandamento do crescimento nos principais indicadores desde 2010, consequência da conjuntura económica desfavorável e do agravamento das medidas de austeridade, que influenciam decréscimos na procura, em especial de residentes e espanhóis, principais mercados turísticos. Esta tendência contraria o que se tem verificado a nível nacional que nos últimos dois anos regista um ligeiro aumento na taxa líquida ocupação/cama, que, no entanto, não se traduz nos proveitos de aposento, tendo estes vindo a perder peso relativamente a 2010.

Apesar do abrandamento registado nos indicadores de procura do destino regional, a importância do setor para a economia regional no que se refere aos proveitos de aposento bem como à taxa líquida de ocupação/cama tem reforçado a sua posição, com o ligeiro aumento dos valores no último ano. Deste modo, o turismo constitui-se como um dos setores estratégicos para a continuidade do processo de crescimento e desenvolvimento económico do Alentejo, o qual, com mais de um milhão de dormidas na região, demonstra uma recuperação da posição do Alentejo, perante o total nacional, que, apesar de lenta, tem-se acentuado nos últimos anos.

Gráfico 2.81: Proveitos de aposento  
Fonte: INE, \* Turismo de Portugal, IP

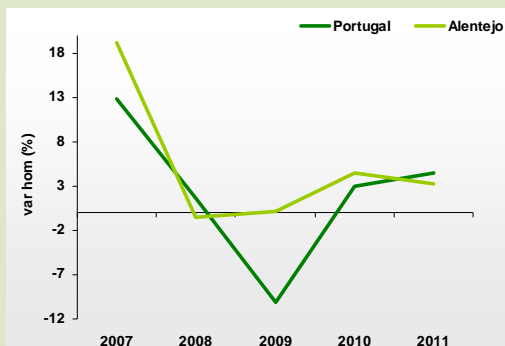
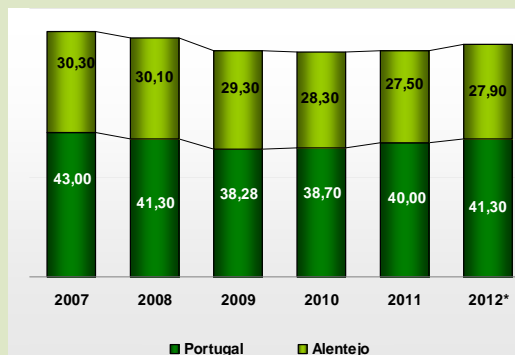


Gráfico 2.82: Taxa Líquida Ocupação - Cama (%)  
Fonte: INE, \*Turismo de Portugal, IP



O aumento gradual do número de estabelecimentos hoteleiros na região Alentejo, em especial os de 4 e 5 estrelas, tem gerado um aumento da procura (em 2012 a previsão, apesar da quebra no crescimento, já era de 1.100 mil dormidas na região) devido à maior gama de oferta, refletindo-se no crescente contributo da região para o total das dormidas a nível nacional.

Gráfico 2.83: Capacidade de alojamento (n.º de camas) Fonte: INE

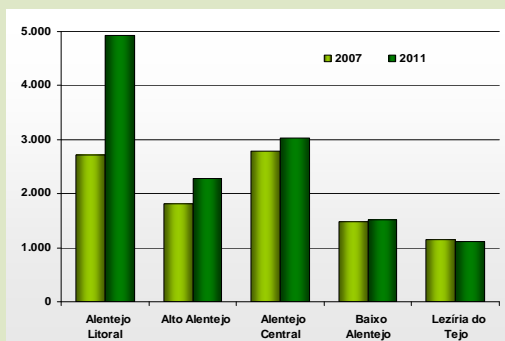
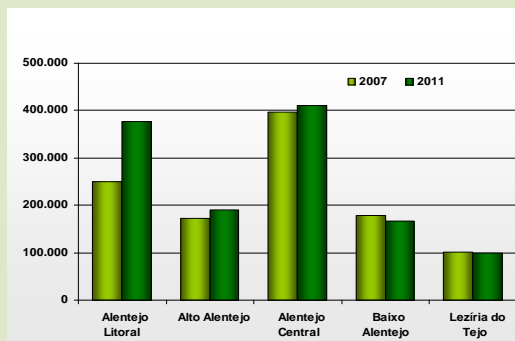


Gráfico 2.84: Número de dormidas Fonte: INE



A NUT III que mais tem contribuído para o crescimento da capacidade de alojamento dos estabelecimentos hoteleiros na região é o Alentejo Litoral, seguido do Alentejo Central, traduzindo-se no aumento do número de dormidas de 2007 para 2011. Com evoluções praticamente constantes nos últimos cinco anos tem-se mantido as NUT III Baixo Alentejo e Lezíria do Tejo. Destas duas NUT há a referir que a NUT III Baixo Alentejo, parte dos seus municípios integram até agora o Pólo de Turismo Terras do Grande Lago Alqueva, e a NUT III Lezíria do Tejo integra a Entidade Regional de Turismo de Lisboa e Vale do Tejo, IP, até ao presente ano.

#### 2.4.1. Mudanças no contexto regulamentar

Em 2012, Portugal continuou a atravessar uma conjuntura de crise económica e financeira, com reflexos negativos na evolução da generalidade dos indicadores que caracterizam a situação socioeconómica.

Esta conjuntura, aliada à necessidade de consolidação orçamental, fruto dos elevados níveis de défice público registados, colocaram o país em situação de défice excessivo, o que diminui as disponibilidades das entidades da administração pública para a realização de investimento.

Neste contexto assistiu-se a uma retração por parte dos promotores dos investimentos suscetíveis de financiamento enquadrável no âmbito do INALENTEJO.

Esta situação conduziu o governo a implementar um conjunto de medidas, com reflexos diretos na execução do QREN, e como tal, também do INALENTEJO.

A reprogramação técnica do QREN, promovida em 2011, com reflexos em 2012, constituiu uma resposta do QREN no seu todo, a uma conjuntura de crise económica e financeira, perante a qual se acentua a relevância do poder de estímulo ao investimento e à atividade económica, ainda que se mantenha a sua natureza de instrumento estrutural. As principais linhas de intervenção desta reprogramação centraram-se no aumento do nível de participação dos fundos comunitários na realização dos programas, no aumento dos recursos financeiros previstos para apoio ao investimento das empresas e para a formação e na simplificação da estrutura dos programas operacionais.

Concluída a primeira etapa de reprogramação técnica do QREN, o governo iniciou os trabalhos de preparação da reprogramação estratégica do QREN (a qual foi aprovada em dezembro de 2012), com o intuito de focalizar a intervenção na promoção da competitividade e do emprego.

Neste quadro foram adotadas algumas medidas, nomeadamente no sentido de eliminação dos compromissos assumidos, em situação de evidente incapacidade de concretização dos objetivos programados e de suspensão da aprovação de operações.

A fim de ajudar a acelerar os investimentos e de melhorar a disponibilidade dos fundos destinados a executar a política de coesão, foi autorizada temporariamente a aplicação do mecanismo *top-up*, que se traduz, na prática, numa antecipação temporal do financiamento comunitário. A aplicação deste mecanismo está previsto no n.º 2 do art. 77.º do Regulamento (UE) n.º 1311/2011, de 13 de dezembro, tendo sido definido por deliberação da CMC do QREN de 17 de julho de 2012.

Esta deliberação determina que em cada operação, os pagamentos, a título de adiantamento ou de reembolso, são efetuados a uma taxa única de 95% até ao limite do saldo final da operação, ou seja, até 95% do fundo aprovado para a operação. Esta modalidade de adiantamento é aplicável aos beneficiários que tenham ou venham a ter operações aprovadas, à exceção dos promotores beneficiários no âmbito dos sistemas de incentivo e dos instrumentos de engenharia financeira. A mesma incide sobre todos os pedidos de pagamento apresentados pelos beneficiários à AG desde o início de 2012 e até setembro de 2013, para pedidos de reembolso, e até junho de 2013 para pedidos de adiantamento, de modo a que a despesa possa ser validada e certificada à Comissão Europeia até 31 de dezembro de 2013.

O mecanismo *top-up* foi implementado no INALENTEJO em setembro de 2012, tendo sido de imediato efetuados pagamento retroativos ao início do ano de 7,8 M€, o que representou um forte estímulo à execução e uma medida de mitigação às dificuldades financeiras com se debatem a generalidade dos beneficiários.

Outra medida implementada consistiu em reforçar as taxas de comparticipação dos fundos comunitários nos projetos públicos com contribuição direta para a consolidação orçamental, aumentando de forma generalizada a taxa máxima de cofinanciamento até 85% para os projetos FEDER e Fundo de Coesão ainda não encerrados até 1 de agosto de 2012, executadas por entidades que integrem o perímetro de consolidação das contas públicas, ou não integrando, por municípios, associações de municípios, áreas metropolitanas e entidades do sector empresarial local, bem como IPSS. A aplicação desta medida originou, de imediato, um acréscimo de FEDER das operações já aprovadas de 32 M€ e permitiu, nessa data, efetuar pagamentos retroativos no montante de 10,3 M€, mantendo-se em vigor desde então.

Na sequência da celebração em 2010 e 2011, do 1.º e do 2.º Memorando de Entendimento entre o Governo e a Associação Nacional de Municípios Portugueses, em maio de 2012 foi celebrado um memorando de acordo entre as mesmas entidades, através do qual foram criadas as bases do Programa de Apoio à Economia Local (PAEL) e foi acordado um conjunto de medidas, sendo que, no capítulo do QREN, ambas as partes concordaram na libertação de 250 M€ provenientes de contratos de financiamento aprovados nos PO regionais do Continente das regiões convergência, a afetar predominantemente, no âmbito da reprogramação estratégica, aos programas “Impulso Jovem” e “Equipamentos Escolares”.

Em complemento, o Governo e a ANMP acordaram igualmente na necessidade de garantir um acompanhamento sistemático da execução de todas as operações do QREN, mormente daquelas que são promovidas diretamente por municípios, procedendo-se a uma avaliação contínua da capacidade de concretização por parte dos municípios dos projetos por estes executados.

Neste contexto, tendo em vista a concretização plena do acordo alcançado, foi criada a equipa conjunta de monitorização da execução dos compromissos dos municípios, conforme Despacho n.º 11670/2012, de 30 de agosto.

As diversas alterações ocorridas no ano de 2012 materializaram-se nas seguintes modificações a nível legislativo:

Orientação prestada à Autoridade de Gestão para garantir a boa gestão financeira do Fundo Estrutural:

- Regulamentação Comunitária
  - Regulamento (UE) n.º 360/2012 da Comissão, de 25 de abril, relativo à aplicação dos artigos 107.º e 108.º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia aos auxílios de minimis concedidos a empresas que prestam serviços de interesse económico geral;
- Regulamentação Nacional e Específica
  - Portaria n.º 432-B/2012, de 31 de dezembro, da Presidência do Conselho de Ministros e Ministério da Economia e do Emprego, que regulamenta, no âmbito do Programa Estratégico +E +I, o Programa “Portugal Empreendedor”;
  - Portaria n.º 427/2012, de 31 de dezembro, da Presidência do Conselho de Ministros e Ministério da Economia e do Emprego, que regulamenta a medida “Rede de Perceção e Gestão de Negócios” (RPGN) a promover e executar pelo Instituto Português do Desporto e Juventude, I.P. e pelas entidades parceiras, no âmbito da prossecução do Impulso Jovem;
  - Portaria n.º 432/2012, de 31 de dezembro, do Ministério da Economia e do Emprego, que cria a medida de apoio à contratação de trabalhadores por empresas Startups;
  - Despacho n.º 16590/2012, de 31 de dezembro - Ministério da Economia e do Emprego – Gabinete do Secretário de Estado do Empreendedorismo, Competitividade e Inovação – cria no âmbito do Programa Estratégico para o Empreendedorismo e a Inovação, abreviadamente designado por Programa Estratégico +E +I, a iniciativa +Empresas, que visa facilitar e promover o acesso dos empreendedores aos instrumentos disponíveis, adequados às várias fases do ciclo dos seus projetos;
  - Portaria n.º 408/2012, de 14 de dezembro, do Ministério da Economia e do Emprego, que implementa as medidas Passaporte Emprego Industrialização, Passaporte Emprego Inovação e Passaporte Emprego Internacionalização, e aprova o regulamento específico Passaportes Emprego 3i;

- Despacho n.º 15653/2012, de 10 de dezembro, Ministérios das Finanças, da Justiça, da Economia e do Emprego e da Solidariedade e da Segurança Social - Gabinetes do Ministro de Estado e das Finanças, da Ministra da Justiça e dos Ministros da Economia e do Emprego e da Solidariedade e da Segurança Social – que cria a comissão técnica interministerial do programa Revitalizar;
- Portaria n.º 370-A/2012, de 15 de novembro, cria a medida “Passaporte para o Empreendedorismo”;
- Alteração ao regulamento específico do sistema de apoio a ações coletivas (SIAC) – deliberação aprovada por consulta escrita à CMC dos PO regionais do Continente em 14-11-2012;
- Portaria n.º 369/2012, de 6 de novembro, sexta alteração ao regulamento do sistema de incentivos à qualificação e internacionalização de PME (SI Qualificação PME), aprovado pela Portaria n.º 1463/2007, de 15 de novembro;
- Despacho n.º 13080/2012, de 4 de outubro, Ministério da Economia e do Emprego – Gabinete do Secretário de Estado Adjunto da Economia e Desenvolvimento Regional – nomeação dos secretários técnicos do INALENTEJO;
- Despacho n.º 12748, de 28 de setembro, dos Ministérios das Finanças e da Economia e do Emprego – Gabinetes da Secretária de Estado do Tesouro e das Finanças e do Secretário de Estado Adjunto da Economia e Desenvolvimento Regional, que fixa as condições de acesso e de utilização dos financiamentos no âmbito da 2.ª tranche do empréstimo quadro (EQ) contratado entre a República Portuguesa e o Banco Europeu de Investimento (BEI);
- Portaria n.º 274/2012, de 6 de setembro - altera as Portarias n.º 1102/2010, de 25 de outubro, que altera o regulamento do sistema de incentivos à investigação e desenvolvimento tecnológico, e n.º 1103/2010, de 25 de outubro, que altera o regulamento do sistema de incentivos à inovação;
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 76/2012, de 6 de setembro, da Presidência do Conselho de Ministros, que procede à 4.ª alteração à Resolução do Conselho de Ministros n.º 25/2008, de 13 de fevereiro, no que respeita à composição dos secretariados técnicos dos programas operacionais do QREN;

- Reconhecimento de exceção – deliberação da CMC do QREN aprovada por consulta escrita em 13-08-2012;
- Alteração aos regulamentos específicos relativos a tipologias de investimento suscetíveis de financiamento pelos programas regionais do continente – Aumento das taxas de cofinanciamento – deliberação da CMC dos PO regionais do Continente, aprovada por consulta escrita em 08-08-2012;
- Despacho n.º 11670/2012, de 8 de agosto, cria a equipa conjunta de monitorização da execução dos compromissos dos municípios nos PO regionais do continente das regiões convergência;
- Portaria n.º 233-A/2012, de 6 de agosto, que altera o regulamento específico do sistema de incentivos à qualificação e internacionalização de PME (SI Qualificação PME), aprovado pela Portaria n.º 1463/2007, de 15 de novembro;
- Alteração ao Regulamento Geral do FEDER e Fundo de Coesão, deliberação da CMC do QREN, aprovada por consulta escrita em 17-07-2012, aplicação do mecanismo de *top-up*;
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 51-A/2012, de 14 de junho, que aprova o Plano Estratégico de Iniciativas de Promoção de Empregabilidade Jovem e Apoio às PME – “Impulso Jovem”;
- Memorando de Acordo entre o Governo de Portugal e a Associação Nacional de Municípios Portugueses de 28-05/2012;
- Despacho n.º 7292/2012, de 28 de maio, Ministérios das Finanças, da Justiça, da Economia e do Emprego e da Solidariedade e da Segurança Social - Gabinetes do Ministro de Estado e das Finanças, da Ministra da Justiça e dos Ministros da Economia e do Emprego e da Solidariedade e da Segurança Social - cria a comissão de dinamização e acompanhamento interministerial do programa Revitalizar;
- Alterações ao regulamento específico da reabilitação urbana – deliberação aprovada por consulta escrita à CMC dos PO regionais do Continente em 14-05-2012;
- Suspensão da aprovação de operações – deliberação aprovada por consulta escrita à CMC do QREN em 08-05-2012;
- Decreto-Lei n.º 99/2012, de 07 de maio, institui a comissão interministerial de orientação estratégica dos Fundos Comunitários e Extracomunitários;

- Despacho n.º 5301-A/2012, de 17 de abril, que cria, no âmbito dos Ministérios das Finanças, da Economia e do Emprego e da Solidariedade e da Segurança Social, a comissão técnica para a reprogramação do QREN;
- Alteração aos regulamentos específicos relativos a tipologias de investimento suscetíveis de financiamento pelos programas regionais do continente – deliberação aprovada por consulta escrita à CMC dos PO regionais do Continente em 20-03-2012;
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 33/2012, de 15 de março, que determina a rescisão dos contratos de financiamento e das decisões relativas à aprovação de operações no âmbito dos PO do QREN;
- Portaria n.º 47-A/2012, de 24 de fevereiro, alteração ao regulamento específico do sistema de incentivos à qualificação e internacionalização de PME (SI Qualificação PME), aprovado pela Portaria n.º 1463/2007, de 15 de novembro;
- Alteração aos regulamentos específicos relativos a tipologias de investimento suscetíveis de financiamento pelos PO regionais do continente – deliberação aprovada por consulta escrita à CMC dos PO regionais do Continente em 30-01-2012;
- Alteração ao regulamento específico do sistema de apoio a ações coletivas – deliberação aprovada por consulta escrita à CMC dos PO regionais do Continente em 13-01-2012;
- Orientações da Autoridade de Gestão:
  - Atualização da descrição do sistema de gestão e controlo – versão 3.0 - dezembro de 2012;
  - Orientação de gestão n.º 3/2012 – redação aprovada por deliberação da CD do INALENTEJO de 28 de agosto – reabilitação urbana – reajustamento dos programas de ação / programas estratégicos aprovados no âmbito da política de cidades (revogou a O.G. n.º 1/2011 e alterou a O.G. n.º 1/2012);
  - Orientação de gestão n.º 2/2012, altera e republica em 5 de julho, a orientação de gestão n.º 5/2010 e revoga a orientação de gestão n.º 2/2011 - “projetos geradores de receitas” – tratamento de receitas geradas por projetos não abrangidos pelo artigo 55º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006 do Conselho, de 11 de julho;
  - Orientação de gestão n.º 1/2012, de 18 de abril, reabilitação urbana – reajustamento dos programas de ação / programas estratégicos aprovados

no âmbito da política de cidades (alterada posteriormente pela O.G. n.º 3/2012);

▪ Sistemas de Incentivos QREN:

- Orientação de gestão n.º 04.REV3/2012, de 22 de novembro, norma de pagamentos – sistema de incentivos QREN;
- Orientação técnica n.º 19/2012, de 21 de novembro, sistema de incentivos QREN – relativa à metodologia de análise de pedidos de cessão da posição contratual do promotor concretamente o impacto de processos de fusão ou cisão na avaliação de metas;
- Manual de procedimentos dos sistemas de incentivos QREN, versão 04, de setembro de 2012;
- Orientação de gestão n.º 13/REV01/2012, de 16 de julho, revisão da orientação de gestão n.º 13/2012 de 11 de junho, que estabelece as regras a aplicar aos projetos aprovados ao abrigo de anteriores regulamentos do SI qualificação de PME, para atribuição da taxa máxima de 75% às despesas elegíveis relativas à participação em feiras e exposições;
- Orientação de gestão n.º 08.REV2/2012, de 15 de junho, nova revisão da orientação de gestão n.º 8/2011 de 05 de janeiro, que estabelece os termos e regras aplicáveis ao acompanhamento do calendário de execução dos projetos e à aplicabilidade da penalidade financeira;
- Orientação técnica n.º 18/2012, de 09 de fevereiro, sistema de incentivos qualificação de PME – projetos conjuntos – recomendação sobre o registo contabilístico dos incentivos;
- Orientação de gestão n.º 11/REV1/2012, de 11 de janeiro – revisão da orientação de gestão n.º 11/2011, de 12 de abril – que determina as condições da transferência de projetos entre PO;

▪ Autoridade de Certificação:

- Ofício 3942 de 21-12-2012 do IFDR – proposta de simplificação – comprovativos de despesa;
- Norma n.º 03/2012, de 5 de dezembro, do IFDR - atualização e republicação da norma n.º 2/2008, de 16 de outubro, que instituiu o sistema contabilístico de dívidas FEDER e FC (SCD) com o objetivo de ponderar a experiência de aplicação do SCD e adaptar as suas disposições às atualizações da legislação nacional e comunitária, entretanto ocorridas;

- Circular n.º 01/2012, de 4 de julho, do IFDR – efeito da recusa do visto pelo Tribunal de Contas na elegibilidade da despesa;
- Nota IFDR de 12 de março de 2012 – orientação para as Autoridades de Gestão, regulamento específico - requalificação da rede escolar do ensino básico e da educação pré-escolar;
- Ofício IFDR de 8 de março de 2012, estudo e pareceres sobre assuntos comunitários / código dos contratos públicos – extensão do âmbito de aplicação – determinação do valor do financiamento (envio de cópia do ofício da IGF sobre o assunto).

## 2.5. Alteração substancial na aceção do artigo 57º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006

No INALENTEJO não se verificou qualquer alteração substancial ocorrida ao nível das operações que tenha afetado a sua natureza ou as suas condições de execução ou tenha proporcionado uma vantagem indevida a uma empresa ou a um organismo público em resultado quer, de uma mudança na natureza da propriedade de uma infraestrutura, quer da cessação de uma atividade produtiva.

## 2.6.Complementaridade

### 2.6.1. Complementaridade com outros instrumentos

Os princípios de repartição de responsabilidades entre os Fundos Estruturais, o Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural - FEADER, e o Fundo Europeu das Pescas – FEP encontram-se definidos no ponto V.12 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 86/2007, de 3 de julho, que aprova o QREN - Quadro de Referência Estratégico Nacional 2007-2013. Também o Decreto-Lei n.º 312/2007, de 17 de setembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 74/2008, de 22 de abril, prevê no seu artigo 2.º que a coordenação, monitorização e gestão do QREN e dos PO Temáticos são articuladas entre as operações cofinanciadas pelo FEDER, pelo Fundo de Coesão e FSE, e as apoiadas pelo FEADER.

Assim, em 2 outubro de 2008, foi celebrado um Protocolo de Articulação FEDER e FEADER, no âmbito dos Sistemas de Incentivos do QREN (FEDER) e do PRODER (FEADER). Este protocolo delimita os campos de intervenção do FEDER e FEADER, e estabelece procedimentos de acompanhamento e troca de informação das operações cofinanciadas, bem como a avaliação e vigência do protocolo.

Em relação à execução das agendas valorização do território e fatores de competitividade, tem sido estabelecida a articulação com a agenda do potencial humano, bem como a

coordenação em alguns níveis de intervenção, procurando garantir uma efetiva consistência das ações e dos apoios possíveis no INALENTEJO e no POPH.

Os regulamentos específicos do SI Inovação, do SI Qualificação e Internacionalização de PME, o sistema de apoio à modernização administrativa - SAMA e os sistemas de apoio a ações coletivas - SIAC, prevêm o cofinanciamento de ações formativas na condição de as mesmas serem integradas e específicas a projetos de investimento FEDER, ou seja a utilização do princípio de projeto integrado.

O apoio à atividade económica através de auxílios estatais, e como já se referiu anteriormente concedida pela aplicação dos três sistemas de incentivos, sendo o seu financiamento assegurado pelo Programa Setorial Nacional – POFC, ou pelos Programas Regionais. Na distribuição dos investimentos pelos programas são tidos em consideração, de uma forma geral, a dimensão empresa promotora e a localização da sede ou do estabelecimento em que se vai realizar a operação.

O contributo dos Programas Operacionais na região Alentejo, até 31 de dezembro de 2012, resume-se no quadro e gráficos seguintes, onde se destaca o INALENTEJO e o POVT ambos com cerca 30% do fundo aprovado na NUT II – Alentejo num total de 793 M€ e 784 M€, respetivamente.

**Tabela 2.19: Contributo da intervenção de outros Programas Operacionais no Alentejo** mil €

PO Temáticos	Investimento Elegível Aprovado	Fundo Aprovado	% de aprovação no Alentejo	Investimento Elegível Executado	Fundo Executado	Ex/Ap. (%)	% de execução no Alentejo
POVT	935.727	783.706	29,5%	616.092	528.813	85,8%	33,7%
POFC	1.278.049	496.749	18,7%	754.470	264.117	35,0%	16,8%
POPH	820.984	581.868	21,9%	590.890	415.387	70,3%	26,5%
<b>INALENTEJO</b>	1.089.427	793.186	29,9%	(*) 463.821	(*) 359.490	77,5%	22,9%
<b>Total</b>	<b>4.124.187</b>	<b>2.655.509</b>	<b>100,0%</b>	<b>2.425.273</b>	<b>1.567.807</b>	<b>64,6%</b>	<b>100%</b>

(\*) o valor inclui o valor dos adiantamentos certificáveis pagos no âmbito dos Sistemas de Incentivos (suportados por garantias bancárias)

Ao nível da execução verifica-se que é o POVT que apresenta um maior contributo para o valor na NUT II – Alentejo com cerca de 67,5% do valor executado.

A comparticipação comunitária atribuída ao conjunto de candidaturas aprovadas da NUT II - Alentejo, representa 13,4% do total nacional.

Gráfico 2.85: Fundo Comunitário aprovado por PO no Alentejo

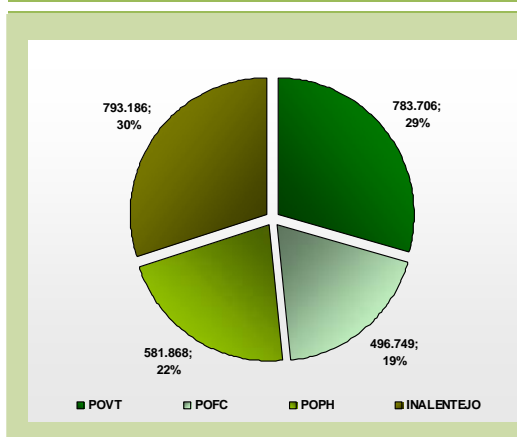
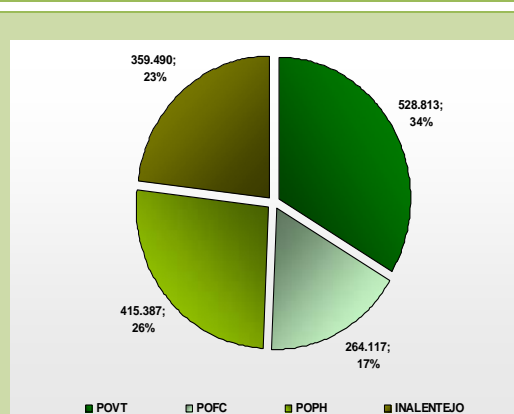


Gráfico 2.86: Fundo Comunitário executado por PO no Alentejo



Da análise relativa à origem do FEDER aprovado, constata-se que é o POVT que contribui com a maior parcela, aproximadamente 34%, enquanto o POFC, com cerca de 17% regista o valor mais baixo, contribuindo o INALENTEJO com 23% e POPH cerca de 26%.

Por outro lado, o peso da região Alentejo em cada um dos Programas é o seguinte:

- POFC – 16%; POPH – 10%; POVT – 21%

### 2.6.2. Instrumentos de engenharia financeira – JEREMIE e JESSICA

A Iniciativa JESSICA (Joint European for Sustainable Investment in City Áreas) foi concebida pela Comissão Europeia em conjunto com o Banco Europeu de Investimentos (BEI) visa apoiar os Estados-membro a utilizar mecanismos de engenharia financeira para financiar investimentos de reabilitação urbana, com recurso a fundos QREN e alavancados pelos Fundos de Desenvolvimento Urbano e da Direcção Geral de Tesouro e Finanças. Todos os projectos devem ter, contudo, uma perspectiva de rentabilidade económica.

O funcionamento desta iniciativa baseia-se numa lógica de “revolving funding” utilização de apoios reembolsáveis em detrimento do habitual financiamento a fundo perdido.

Depois de uma primeira avaliação desta iniciativa por parte do Governo Português, foi solicitado ao BEI, que com o apoio da Comissão Europeia, realizasse um estudo para avaliar a viabilidade da aplicação da JESSICA em Portugal. Demonstrada que a sua utilização contribuía para a concretização das estratégias definidas pelos Programas Operacionais Regionais e pela “POLIS XXI”, procedeu-se em julho de 2009 à assinatura do “Funding Agreement”. Com a conclusão deste processo, foram criadas as condições para constituição de “Holding Fund” (JESSICA HF) – Fundo de Participação, que permite o financiamento através do FEDER.

Na criação do JESSICA HF, no montante de 130 M€, cuja gestão será assegurada pelo BEI, participaram os Programas Operacionais regionais, o PO Valorização do Território, utilizando meios financeiros com origem no FEDER e o Ministério das Finanças (DGTF) que assegurou a componente nacional do financiamento. No INALENTEJO é o único instrumento financeiro utilizado com uma participação de 10 M€ (FEDER), sendo a iniciativa implementada através do eixo 3 – Coesão local e Urbana. A participação de cada uma das entidades é a que consta da tabela seguinte:

Tabela 2.20: JESSICA – participação de cada uma das entidades		
Origem	% do HF	Participação FEDER (€)
PO Norte	23,08	30.000.00
PO Centro	15,38	20.000.00
PO Lisboa	3,85	5.000.00
PO Alentejo	7,69	10.000.00
PO Algarve	3,85	5.000.00
POVT	23,08	30.000.00
DGTF	23,08	30.000.00

Importa realçar que, na sequência da reprogramação estratégica de 2012, a iniciativa JESSICA foi reforçada no montante 6,2 M€, no entanto, a concretização desta alteração apenas se veio a verificar em 2013.

Em conformidade com o Acordo de Participação, o JHFP deve canalizar os fundos para projetos urbanos através dos FDU selecionados em cada convite à manifestação de interesse. Para este efeito e na sequência do primeiro convite publicado, foi selecionado como FDU com incidência no PO o Banco Português de Investimento («BPI»).

Os FDU são pessoas coletivas constituídas expressamente para o efeito ou "blocos financeiros" autónomos no seio de uma instituição financeira, que têm por objetivo encaminhar financiamentos para a concretização de projetos urbanos.

Antes de conceder a aprovação, o FDU garantirá que o beneficiário final (ou seja, as empresas, parcerias público-privadas, projetos ou qualquer pessoa coletiva ou individual que recebam investimentos reembolsáveis) está em condições de cumprir os regulamentos nacionais e da União Europeia aplicáveis, especialmente no que respeita às regras em matéria de auxílios estatais da União Europeia e aos concursos públicos.

A AG assegurou a sua participação nas reuniões regulares do Comité de Investimentos, na reunião técnica promovida pelo IFDR com as demais Autoridades de Gestão envolvidas na implementação da iniciativa, em 15 de março, e na reunião específica de preparação do encontro anual com a Comissão Europeia, realizado no IFDR, em 20 de novembro de 2012. A AG participou ainda:

- na divulgação da alteração de 14-05-2012 ao regulamento específico de reabilitação urbana, que no anexo B identifica as regras de execução da iniciativa JESSICA;

- no processo de discussão do manual de procedimentos para a iniciativa JESSICA em Portugal;
- no acompanhamento da implementação da iniciativa através dos relatórios de progresso semestral e anual remetidos pelo gabinete JESSICA/BEI;
- na verificação das transferências para o Holding Fund, através do processo de validação de despesa da respetiva operação (ALENT-09-0698-FEDER-000978);
- no envio de informação e confirmação da mesma sempre que solicitado para os auditores externos ao BEI;
- na divulgação da iniciativa na página de internet do INALENTEJO;
- na elaboração de contributos para a documentação de base / relatórios / auditorias / regulamentação de suporte à implementação da iniciativa e encaminhamento, em permanência, dos potenciais beneficiários para o gabinete JESSICA HF Portugal.

Do ponto de vista financeiro foi efectuada a transferência de 5.316.885 €, nos termos da cláusula 6.1 *Revised Funding Agreement*, relativa à segunda tranche da participação do INALENTEJO no JESSICA HF Portugal, a qual foi complementada com a segunda tranche da responsabilidade da DGTF no valor de 4.096.863 €;

De acordo com informação reportada pelo JESSICA HF Portugal (Annual Progress Report), dos montantes afectos pelo INALENTEJO a Fundos de Desenvolvimento Urbano (17.012.403,87 €), foram disponibilizados 5,5 M€, sendo que os contratos assinados com os destinatários finais representam 1,65 M€ (1 contrato de empréstimo assinado com utilização efectiva de 1,413 M€). De acordo com aquele relatório o projecto em causa refere-se a requalificação do património, para criação de centro de exposições aberto ao público;

Dado que os projectos a apoiar nesta iniciativa integram-se no contexto do desenvolvimento urbano integrado os seus objectivos passam pela mobilização de recursos adicionais, através da combinação de recursos públicos e capitais privados, com o objectivo de estimular as medidas da política de cidades, permitindo aumentar o leque de mecanismos financeiros disponíveis para a sua prossecução, garantir a sustentabilidade futura do financiamento através da recuperação do capital que é afecto a fundos especializados (Fundos de Desenvolvimento Urbano) e beneficiar da experiência de instituições financeiras especializadas, contribuindo para a prossecução dos objectivos do PO em matéria de política de cidades.

A Fundação Eugénio de Almeida de Évora foi a primeira entidade a receber financiamento no âmbito do programa JESSICA.

A assinatura do contrato, decorreu no dia 17-04-2012, entre o BPI e a Fundação. O investimento total do projecto apresentado pela Fundação Eugénio de Almeida ronda os 7,1M€, a financiar com recurso a um co-financiamento FEDER de 3,8M€, no âmbito do INALENTEJO, e a um financiamento reembolsável ao abrigo do programa JESSICA de 3,3M€, dos quais 50% são com financiamento do BPI.

O projecto consiste na requalificação de imóveis de elevado valor histórico, patrimonial, cultural e artístico, no centro de Évora, e propriedade da Fundação, a afectar a fins culturais e turísticos. Trata-se de um projecto em linha com os objectivos estatutários da Fundação, cujos fins são a promoção do desenvolvimento social, cultural, educativo e económico da cidade e da região numa ótica inclusiva, integrada e de sustentabilidade.

O projecto insere-se num programa mais vasto, designado Programa de Acção "Acrópole XXI", uma parceria para a regeneração urbana, que visa revitalizar todo o centro histórico da cidade de Évora e que integra para além da Fundação Eugénio de Almeida, mais dez instituições.

Toda a informação relativa à iniciativa JESSICA está disponibilizada no site do INALENTEJO.

## 2.7. Acompanhamento e avaliação

### 2.7.1. Acompanhamento

#### 2.7.1.1. Autoridade de Gestão

##### **Descrição do Sistema de Gestão e Controlo**

No último trimestre de 2012 foi revista e atualizada da versão 2.0 da Descrição do Sistema de Gestão e Controlo, do INALENTEJO, que reportava a setembro de 2011. Para além das alterações ocorridas após a última revisão na regulamentação do Programa, nomeadamente as que resultaram da reprogramação técnica, a proposta refletiu também as mudanças verificadas na constituição da AG e ainda outras ao nível dos procedimentos de que se realça:

- operacionalização de um procedimento que possibilitou o aumento da taxa máxima de cofinanciamento até 85%;
- as verificações administrativas passaram a incidir sobre uma amostra de documentos de suporte à despesa apresentada, alterando, assim, o procedimento que vigorava, de análise da totalidade dos documentos de despesa associados a cada pedido de pagamento;
- alteração ao modelo de constituição da amostra nas operações de supervisão das CIM.

Estas três medidas, em particular, resultam da necessidade de reforçar o apoio financeiro aos beneficiários, bem como otimizar a capacidade de resposta da AG, pelo que se consideram exemplos de boas práticas de gestão.

A atualização da Descrição do Sistema de Gestão e Controlo do INALENTEJO é mencionada no relatório e parecer anual da IGF, tendo considerado que as alterações introduzidas a aplicação do quadro regulamentar de referência e que merecem o seu acordo.

### Sistema de Informação

O sistema de informação e gestão do INALENTEJO, cujo desenvolvimento tem sido assegurado pela Universidade de Évora com o apoio de técnicos da CCDRA e do AG, visa suportar o INALENTEJO no âmbito do QREN e tem como principal objetivo suportar as diversas operações e fases de um projeto, tal como definidas no “modelo conceptual do SIGPOA”, de 7 de março de 2008, bem como todos os fluxos de informação e atores identificados, assegurando:

- a desmaterialização de documentos e tramitação processual;
- um sistema de acesso e de segurança fiável e robusto, garantindo um registo histórico de operações e de alterações de dados;
- o acompanhamento e monitorização das diversas fases dos projetos pelos vários intervenientes envolvidos no processo;
- disponibilizar mecanismos de produção de relatórios e indicadores de gestão bem como mecanismos de pesquisa robustos e eficazes;
- a integração com outros sistemas, preferencialmente sob a forma de *web services*;
- assegurar a realização de ações de formação quer para utilizadores quer para administração do SIGPOA, bem como a documentação necessária.

Para o desenvolvimento do sistema recorreu-se a tecnologia *open-source*, devidamente testada e referenciada pelo mercado com elevados padrões de qualidade e respeitando as normas e *standards* e tendo sido igualmente tidas em consideração todas as recomendações legais atualmente em vigor no que concerne a usabilidade e acessibilidade.

Por outro lado, foi sempre tido em conta que ao longo de todo o período de funcionamento do sistema que viesse a haver necessidade de proceder à sua integração com outros sistemas, verificando-se a necessidade de proceder a alterações estruturais (dados e funcionalidades) bem como ao desenvolvimento de novos módulos, pelo que, a arquitetura proposta incorpora princípios de modularidade e escalabilidade.

### Arquitetura do sistema

O sistema assenta numa base de dados relacional em *PostgreSQL*, solução *open-source* que não pressupõe quaisquer custos de licenciamento, para além de oferecer garantias de segurança, fiabilidade e escalabilidade.

No desenvolvimento do SIGPOA, recorreu-se a tecnologia open-source baseada em *PHP*, e metodologia *MVC (Model View Controller)*, através da *framework Cake*, tecnologia com provas dadas a nível mundial e de eleição entre programadores da área. O sistema é disponibilizado através de interfaces *web*, garantindo-se a compatibilidade com os *browsers* mais comuns.

Através da metodologia *MVC (Model View Controller)* a *framework Cake* relaciona-se com a base de dados relacional *PostgreSQL*.

O sistema disponibiliza ainda um módulo de ajuda *on-line* contextual, bem como de mecanismos colaborativos de ajuda *off-line* para submissão de dúvidas e *report* de anomalias e mecanismos de alerta e notificação.

### Infraestrutura e segurança do sistema

#### Arquitetura física

A infraestrutura de suporte tem como pressuposto a separação física entre a componente aplicacional e a componente de base de dados, através da utilização de servidores distintos. Desta forma, em caso de perda de performance as aplicações estão preparadas para escalar de uma forma fácil, bastando para isso reforçar a capacidade de qualquer dos servidores aos existentes. O mesmo princípio se aplica, quer para as bases de dados, quer para os conteúdos/documentos a armazenar, pois em qualquer dos casos o redimensionamento do espaço em disco não comprometerá o funcionamento da componente aplicacional.

Quanto a conectividade, e no que concerne apenas ao SIGPOA, uma vez que o acesso ao sistema se faz exclusivamente via *web* e através de ligações seguras, apenas o servidor aplicacional está acessível, não só de dentro da rede da CCDRA, mas igualmente a partir de qualquer computador ligado à internet. Já a ligação entre os diversos servidores instalados (bases de dados, documental, aplicacional) é assegurada através da rede interna da CCDRA.

#### Segurança

A arquitetura prevê uma total redundância dos dados ao nível físico, através do recurso a sistemas *RAID (Redundant Array of Independent Drives)*. Do mesmo modo foram implementados mecanismos de *backup e restore* e efetuados testes de *disaster recovery* que

garantem a menor indisponibilidade do sistema correspondente ao tempo de reposição do mesmo.

A comunicação entre os clientes (*browser*) e os servidores aplicacionais é garantida através de canais de comunicação seguros através do protocolo *HTTPS* (*HyperText Transfer Protocol Secure*), com encriptação de 256 *bits* com hierarquia de confiança válida. Deste modo, garante-se que os dados são transmitidos através de uma conexão criptografada e que se verifica a confidencialidade e integridade dos dados entre o servidor e o cliente através de certificados digitais.

Relativamente aos *backups* do sistema, estão atualmente a ser mantidas réplicas on-line da base de dados e do código do SIGPOA, sendo realizados *backups* diários, semanais e mensais. Os *backups* diários do código, ficheiros e base de dados são enviados para o servidor de backups mantido pela CCDRA. O sistema de cópias de segurança implementado insere-se no esquema de seguranças para *TAPE* existente na CCDRA, acrescido de dois níveis complementares:

- suporte em *TAPE* associado a um sistema *ROBOT MSL 2024*;
- suporte físico de discos *FATA* existente na solução *EVA*;
- suporte por alojamento remoto (na infraestrutura do Évora Distrito Digital)

O código é gerido por um sistema de controlo de versões alojado num servidor da Universidade, sendo possível em qualquer momento restaurar a última versão do código ou qualquer versão anterior. Os documentos carregados no *ALFRESCO* são salvaguardados pelos *backups* deste sistema. O acesso é assegurado através de um login e *password* encriptadas e de ligações seguras em *https*.

### Módulos desenvolvidos

Foram sendo introduzidas ao longo do ano algumas alterações tendo em vista a melhoria ou a disponibilização de novas funcionalidades do SIGPOA.

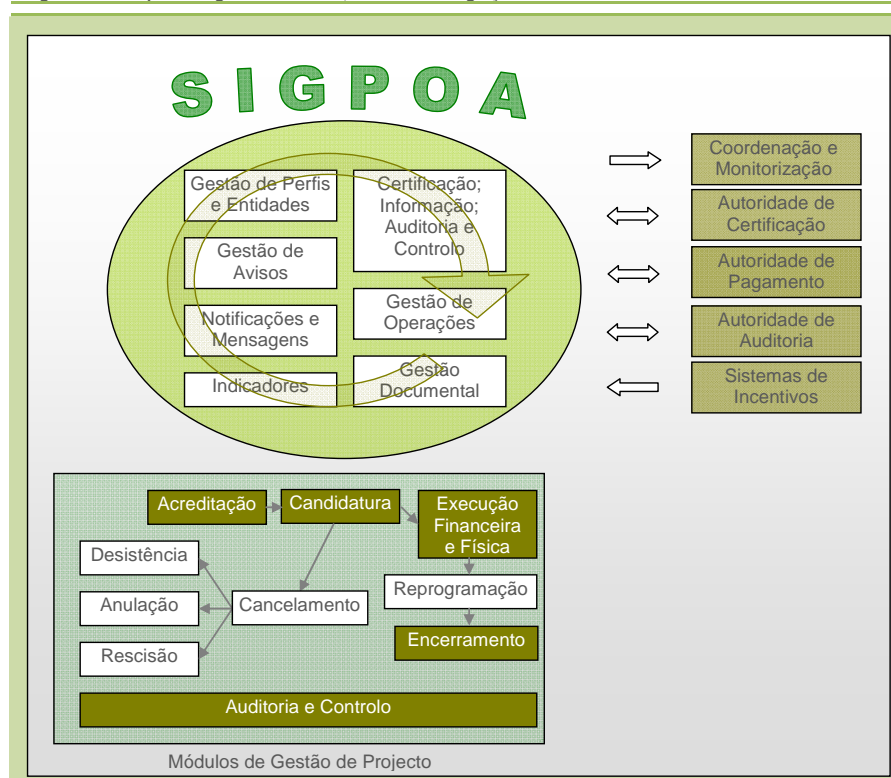
A figura seguinte ilustra os módulos disponíveis, em duas perspetivas:

- módulos de gestão do projeto (correspondendo ao ciclo de vida de um projeto desde a fase de candidatura)
- módulos de gestão do programa

Os módulos atualmente em produção permitem garantir que a AG do INALENTEJO cumpre a totalidade dos requisitos do Anexo III do Regulamento (CE) n.º 1826/2006, de 8 de dezembro.

A gestão de devedores observa o modelo conceptual e as disposições normativas aplicáveis, e os procedimentos de contingência identificados pelo IFDR na norma IFDR n.º 2/2008 – sistema contabilístico de dívidas FEDER e FC, de 16 de outubro.

Figura 2.29: Arquitetura geral do SIGPOA, módulos e integração com outros sistemas



A reformulação das propostas de pagamento efetuada no ano de 2012 permitiu simplificar e desmaterializar os procedimentos associados a este procedimento. Deste modo, passou a ser possível numa única proposta de pagamento, associar pedidos de adiantamento (reembolso ou *contrafatura*), bem como, toda a despesa analisada que se encontra por associar a propostas de pagamento. Em simultâneo, foi introduzida a aplicação do mecanismo *top-up*.

Com a inclusão dos respetivos pareceres dos coordenadores e secretários técnicos na proposta de pagamento, foi possível terminar com a criação de listas de propostas de pagamento por regulamento e a consequente multiplicação de assinaturas e papel, tornando este processo substancialmente mais eficiente.

O módulo das reprogramações AG, permite iniciar reprogramações temporais e de alteração de taxa de cofinanciamento sem que seja necessário a submissão de um pedido de reprogramação pelo beneficiário, fundamental no decurso de 2012 face ao reforço de taxas de cofinanciamento previsto através da revisão dos regulamentos específicos.

### Articulação com outros SI

SIGA/IFDR: assegurada através de uma VPN *lan-to-lan* entre a rede privada em que se encontra o SIGPOA e a rede privada do IFDR, tendo sido completamente automatizado o processo de comunicação entre os dois sistemas através de *webservices* de acordo com a especificação do IFDR assegurando as seguintes funcionalidades:

- certificação de despesa
- monitorização mensal
- registo de dívidas

SIEP/IFDR (pagamentos): O SIGPOA assegura a produção automática de um ficheiro em formato *csv* com a informação relativa aos pagamentos a exportar.

Sistemas de incentivos/POFC (consulta de operações): assegurada através de uma VPN *lan-to-lan* entre as redes em que se encontram os dois sistemas. Pela invocação dos *web services* disponibilizados pelo POFC é já possível aceder a toda a informação disponibilizada para importação para o SIGPOA (tabelas auxiliares) em formato *xml*, quer para posterior tratamento quer para inclusão em relatórios ou para consulta direta no SIGPOA de dados agregados (p.e. anexos de certificação e monitorização).

### Otimização do sistema

A otimização dos tempos de resposta do SIGPOA, especialmente lentos na consulta de informação, foi reconhecida por todos os intervenientes no sistema de informação, como a intervenção de maior impacto nos utilizadores internos e externos.

A estrutura de dados do SIGPOA foi desenvolvida tendo por base um conjunto de *views* cujo processamento foi progressivamente ficando mais complexo. Na generalidade, todas as consultas são efetuadas através do acesso a estas *views* que agregam valores, calculam somatórios, etc.. Acresce que com os novos desenvolvimentos que foram sendo feitos, e à medida que a informação existente aumenta, o acesso à informação para o utilizador foi ficando mais lento. Assim, implementou-se uma metodologia visando repartir os custos computacionais associados às *views* no ato de consulta das mesmas, pelas ações que atualizam as tabelas das quais dependem essas mesmas *views*. Isto no pressuposto que o peso de inserir, remover ou atualizar um conjunto de dados específicos de um determinado objeto, será sempre menor que o peso de uma consulta que normalmente é feita em cima de valores agregados e associando diversos objetos.

A solução implementada permitiu realizar esta otimização ao nível da estrutura de dados, não implicando qualquer intervenção no código de implementação da plataforma SIGPOA.

Procedeu-se no final do ano a uma reinstalação dos *blades* e das *virtual machines* bem como a uma atualização de todo o *software* nomeadamente do sistema operativo *Debian Linux* para a versão mais recente bem como do *PostgreSql* tendo-se verificado uma melhoria de desempenho dos equipamentos e consequentemente do SIGPOA.

### **Organismos Intermédios no âmbito das Subvenções Globais**

Os contratos de delegação de competências com subvenção global assinados no final de 2008 com as AM/CIM, organizadas territorialmente com base nas NUT III, definiram a participação destas entidades nas atividades de gestão do PO.

No entanto, o Memorando de Entendimento para promover a execução dos investimentos de iniciativa municipal no âmbito do QREN 2007-2013, celebrado a 9 de março de 2010, entre o Governo e a ANMP reconheceu as elevadas responsabilidades que os municípios detêm na gestão e execução duma importante parte dos fundos comunitários disponíveis no QREN, mas também que não estavam reunidas condições para que as CIM nomeadamente por não disporem de um sistema de gestão e controlo, pudessem exercer a totalidade das competências delegadas. Este facto associado à urgente necessidade de certificar despesa das operações integradas no âmbito da contratualização determinou a avocação por parte da AG do INALENTEJO das competências delegadas relativas a aceitação e aprovação de candidaturas e validação de despesa, concretizada pela assinatura de adendas aos contratos assinados com cada uma das CIM. A partir da assinatura destas adendas e, como tal, durante o ano de 2012 as atividades referentes à decisão de admissão e aprovação de candidaturas e validação de despesa foram exercidas pela AG, conforme descrição no sistema de gestão e controlo.

No desenvolvimento das competências delegadas as EAT das CIM adotam os mesmos procedimentos que a AG, nomeadamente as orientações técnicas, os procedimentos previstos na descrição do sistema de gestão e controlo e no manual de procedimentos do INALENTEJO, sendo a tramitação processual efetuada e evidenciada no SIGPOA.

Da avaliação à implementação das iniciativas consagradas no memorando de entendimento celebrado em 2010 entre o Governo e a ANMP, resultou que o mesmo tinha produzido bom resultado, e foi reconhecida a necessidade de proceder à celebração de um novo memorando de entendimento.

Assim, foi assinado em 10 de fevereiro de 2011 o 2.º memorando de entendimento entre o Governo e a ANMP que visou:

- assegurar aos municípios adequadas condições à execução dos projetos no âmbito do QREN, nomeadamente em matéria de condições financeiras e de acesso às verbas disponíveis;

- estimular e facilitar a execução dos projetos de iniciativa municipal em todo o território, nomeadamente através da constituição de uma “bolsa de mérito” e de eliminação de compromissos sem execução ou baixa execução;
- melhorar as condições globais de gestão dos Programas Operacionais, promovendo o melhor acesso por parte dos municípios, nomeadamente através do esforço das garantias de execução em todo o ciclo de gestão das candidaturas.

A melhoria das condições financeiras prevista nos memorandos de entendimento, foi concretizada através das deliberações da Comissão Ministerial de Coordenação dos Programas Operacionais do Continente, de 4 de abril de 2011 e de 20 de março de 2012, que alteraram a generalidade dos regulamentos específicos contemplados na contratualização, procedendo ao aumento das taxas de cofinanciamento para 80%, para as operações aprovadas em 2011 e 2012, e à bonificação da taxa de cofinanciamento até 85% das despesas executadas em 2011 e 2012 e da deliberação da Comissão Ministerial de Coordenação dos Programas Operacionais do Continente, de 8 de agosto de 2012, que fixou a taxa de comparticipação até 85% para todas as operações não concluídas naquela data.

A preocupação manifestada no 2.º memorando de entendimento com os compromissos sem capacidade ou com baixa capacidade de execução, refletida na deliberação da CMC dos Programas Operacionais do Continente, aprovada por consulta escrita, de 30 de maio de 2011, que determinou a rescisão ou revisão de contratos das operações que não tenham apresentado pedido de pagamento no decurso dos últimos 6 meses de valor superior a 10% do montante previsto no plano financeiro e a anulação de decisões de aprovação sempre que o contrato de financiamento não esteja assinado pelo beneficiário no prazo de 30 dias após a comunicação de decisão de aprovar. Este procedimento foi prosseguido e reforçado em 2012. Foi mantida a rotina da bolsa de observação que permitiu identificar as operações em incumprimento e elaborar, sempre que se justificou, as propostas de rescisão e anulação.

A resolução de Conselho de Ministros n.º 33/2012 – DR n.º 54 Série I, de 15 de março – reforçou a aplicação destas medidas ao definir prazos para a sua aplicação e penalizações para as entidades em incumprimento, denominada “operação limpeza”

No âmbito das orientações que presidiram à elaboração da reprogramação estratégica, apresentada à Comissão Europeia em 2012, foi acordado entre o Governo e a ANMP, a criação de uma equipa conjunta de monitorização da execução dos compromissos municipais para proceder ao acompanhamento do cumprimento das metas de descompromisso acordadas.

Tendo terminado no final de 2011 o prazo para apresentação de candidaturas aos concursos lançados no âmbito da já mencionada bolsa de mérito, decorreu durante o ano de 2012 a sua

análise e decisão. Tendo sido aprovadas 28 das candidaturas apresentadas, a que corresponde um montante de investimento elegível de 13,8 M€ e uma comparticipação FEDER de 11,6 M€.

Para além das candidaturas integradas na bolsa de mérito, foram aprovadas mais 1 candidaturas que haviam sido apresentadas no âmbito de outros concursos. Assim, e no que se reporta à contratualização com as CIM, durante o ano de 2012 foram aprovadas 29 candidaturas com um investimento elegível de 14,7 M€ e uma comparticipação FEDER de 12,2 M€.

**Tabela 2.21: Valores contratualizados no âmbito da Subvenção Global** €

CIM	FEDER Contratualizado	Aprovação		Execução		Pagamentos FEDER
		Investimento Elegível	FEDER	Investimento Elegível	FEDER	
Lezíria do Tejo	72.000.000	70.969.949	60.209.139	46.276.421	39.239.023	41.149.959
Alentejo Litoral	33.000.000	22.882.524	19.326.063	15.133.889	12.863.805	15.703.145
Alto Alentejo	48.000.000	55.918.502	44.770.232	37.275.298	29.794.572	34.755.982
Alentejo Central	58.000.000	47.475.842	40.354.466	26.910.927	22.874.288	28.448.620
Baixo Alentejo	44.900.000	40.681.945	34.372.612	26.300.815	22.213.392	24.356.172
<b>Subvenção Global</b>	<b>255.900.000</b>	<b>237.928.763</b>	<b>199.032.511</b>	<b>151.897.350</b>	<b>126.985.080</b>	<b>144.413.878</b>

Numa análise à execução de 2012, verifica-se um ligeiro decréscimo do FEDER comprometido, aproximadamente 0,5 M€ e um decréscimo mais acentuado no valor investimento elegível, aproximadamente 15 M€, a discrepância que se regista entre os níveis de decréscimo, resulta de se ter procedido ao aumento da taxa de comparticipação para a generalidade das operações aprovadas e ainda não concluídas.

No que concerne ao compromisso concluiu-se que a ligeira diminuição do FEDER comprometido foi claramente influenciada pela ação de descativação de verbas de operações sem execução ou com baixo nível de execução e pela transição de operações para outros PO após a aprovação da reprogramação técnica, que envolveram valores que não foi possível compensar integralmente pelas novas aprovações e pelo aumento das taxas de comparticipação.

Os contratos de delegação de competências com subvenção global celebrados com as cinco CIM do Alentejo atribuíram a estas entidades um montante de 255,9 M€, que representa aproximadamente 30% da dotação FEDER do INALENTEJO.

A percentagem dos montantes contratualizados por eixo são atualmente os que constam dos gráficos seguintes e resultam das novas dotações por eixo do PO que foram fixadas na sequência da reprogramação estratégica aprovada pela Comissão Europeia no final de 2012.

As tipologias contratualizadas foram as seguintes:

- Eixo 1 – Competitividade, Inovação e Conhecimento
  - Áreas de acolhimento empresarial

- Energia
- Economia digital e sociedade do conhecimento
- Sistema de apoios à modernização administrativa
- Promoção e capacitação institucional
- Eixo 2 – Valorização do Espaço Regional
  - Gestão ativa de espaços protegidos e classificados
  - Ações de valorização e qualificação ambiental
  - Ciclo urbano da água – “vertente em baixa – modelo não verticalizado”
  - Prevenção e gestão de riscos naturais e tecnológicos – ações materiais
  - Prevenção e gestão de riscos naturais e tecnológicos – ações imateriais (com exceção da CIMBAL)
  - Património Cultural
  - Equipamentos Culturais

Gráfico 2.87: Dotação contratualização no eixo 1

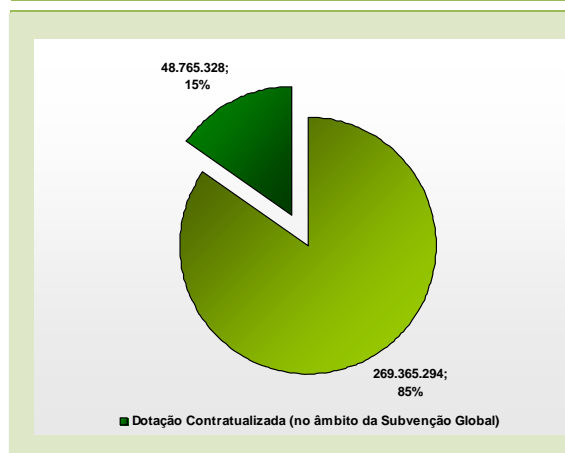
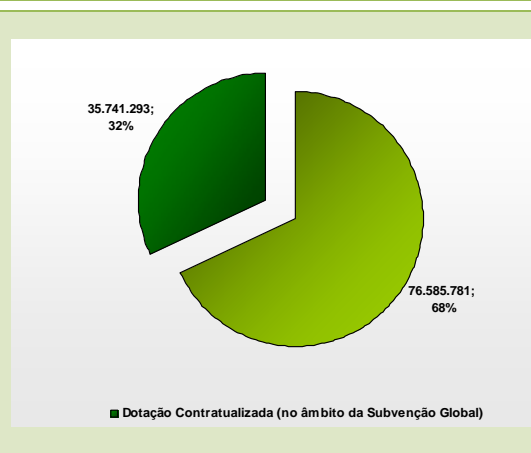


Gráfico 2.88: Dotação contratualização no eixo 2



- Eixo 3 – Coesão Local e Urbana
  - Mobilidade territorial (urbana / rede rodoviária)
  - Requalificação da rede escolar de 1.º ciclo do ensino básico e da educação pré-escolar (com exceção da CIMBAL)
  - Equipamentos para a coesão local

Gráfico 2.89: Dotação contratualização no eixo 3

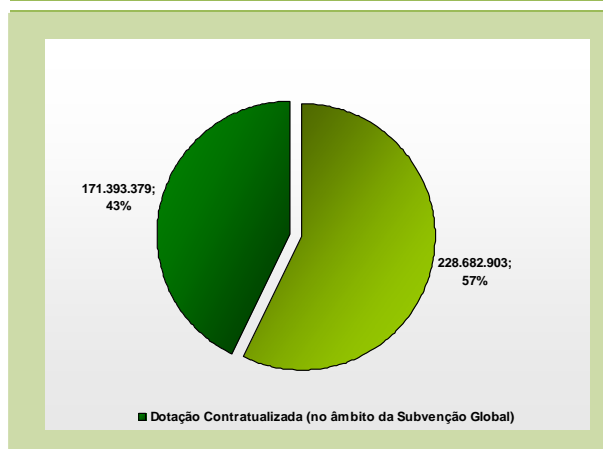


Gráfico 2.90: Distribuição FEDER por CIM (€)

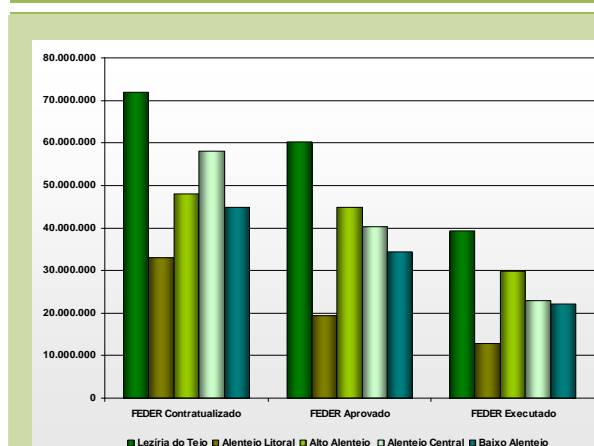


Gráfico 2.91: N.º de candidaturas aprovadas

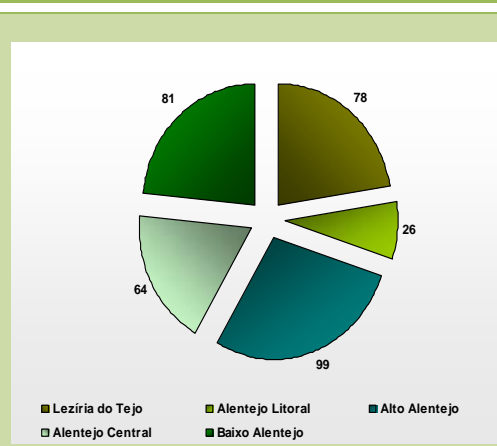


Tabela 2.22: Análise qualitativa e quantitativa dos valores de aprovação no âmbito da Subvenção Global

Tabela 2.22: Análise qualitativa e quantitativa dos valores de aprovação no âmbito da Subvenção Global						€
		Eixo 1	Eixo 2	Eixo 3	Eixo 4	Total
INALENTEJO	N.º	693	282	520	39	1.534
	Inv. Elegível	447.855.831	162.475.236	463.599.483	15.496.869	1.089.427.418
	FEDER	284.150.298	125.256.091	370.607.502	13.172.338	793.186.229
Lezíria do Tejo	N.º	21	6	51		78
	Inv. Elegível	10.870.116	5.521.275	54.578.558		70.969.949
	FEDER	9.239.598	4.693.083	46.276.457		60.209.139
	%	3,25%	3,75%	12,49%		7,59%
Alentejo Litoral	N.º	2	2	22		26
	Inv. Elegível	776.715	160.411	21.945.398		22.882.524
	FEDER	660.208	136.350	18.529.506		19.326.063
	%	0,23%	0,11%	5,00%		2,44%
Alto Alentejo	N.º	15	13	71		99
	Inv. Elegível	7.619.317	5.161.813	43.137.373		55.918.502
	FEDER	6.050.538	4.129.450	34.590.243		44.770.232
	%	1,00%	5,10%	12,00%		5,64%
Alentejo Central	N.º	9	16	39		64
	Inv. Elegível	10.516.810	7.646.421	29.312.612		47.475.842
	FEDER	8.939.288	6.499.457	24.915.720		40.354.466
	%	2,93%	0,56%	6,53%		5,09%
Baixo Alentejo	N.º	32	17	32		81
	Inv. Elegível	12.779.998	9.339.296	18.562.651		40.681.945
	FEDER	10.715.621	7.938.401	15.718.590		34.372.612
	%	2,26%	1,40%	23,19%		4,33%

No final de 2012, com as 348 operações em execução ou concluídas no âmbito das subvenções globais, tinha sido comprometido um montante FEDER 199 M€, que

corresponde 25% do valor total de FEDER aprovado no INALENTEJO e 78% do contratualizado. Os valores das taxas de compromisso de cada uma das CIM são muito díspares, correspondendo a mais elevada 93% à registada pela CIM Alto Alentejo (superior ao total do PO) enquanto à CIM Alentejo Litoral, com uma taxa de 58,6% corresponde ao compromisso mais baixo.

Também a distribuição do número de candidaturas aprovadas por CIM não é uniforme, sendo de salientar a CIM Alto Alentejo que se destaca em relação ao número de candidaturas aprovadas, 99, com um montante FEDER de 44,7 M€, no que respeita ao valor médio por projeto aprovado verifica-se que é a CIM Lezíria do Tejo que apresenta o valor mais elevado com 0,8 M€ e a CIM Baixo Alentejo a que apresenta o valor mais baixo 0,4 M€, sendo, no entanto, a segunda CIM com maior número de projetos aprovados, 81.

Contrariamente ao verificado com o compromisso, que se manteve praticamente igual ao do ano anterior pelas razões já anteriormente referidas, o FEDER validado registou durante o ano de 2012 um acréscimo de 49,5 M€, o que determinou que taxa de execução fosse no final do ano de 49,6%, registando relativamente ao 2011, um acréscimo superior a 20 pontos percentuais.

Tal como se verificou na análise das taxas de compromisso, também as taxas de execução (valor da subvenção global / FEDER validado), apresentam diferenças significativas entre o valor mais elevado, aproximadamente 62% registado pela CIM Alto Alentejo, e o mais baixo, aproximadamente 39% referente à CIM Alentejo Litoral, sendo que, com exceção da CIM Lezíria do Tejo (54,5%), todas as outras taxas são inferiores a 50%.

No entanto, esta disparidade de valores é bastante atenuada se tivermos em consideração a taxa de realização (valor FEDER aprovado / FEDER validado) em que os valores são muito mais próximos como se constata pelos elementos a seguir indicados:

- CIM Baixo Alentejo: taxa de realização – 64,63%;
- CIM Alentejo Central: taxa de realização – 56,58 %;
- CIM Alentejo Litoral: taxa de realização – 66,56%;
- CIM Alto Alentejo: taxa de realização – 62,07%;
- CIM Lezíria do Tejo: taxa de realização – 65,17%.

No final do ano de 2012 tinham sido pagos aos beneficiários das operações integradas na contratualização 144 M€, dos quais 48 M€ durante este ano.

### Comissão de Acompanhamento

A Comissão de Acompanhamento tem desenvolvido as suas atividades de acordo com as competências que lhe estão atribuídas no artigo 43.º do Decreto-Lei n.º 312/2007, de 17 de setembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 74/2008, de 22 de abril.

Assim, durante o ano de 2012, realizou-se a 9.ª reunião da Comissão de Acompanhamento, nos termos do disposto no artigo 5.º do respetivo Regulamento Interno de Funcionamento (conforme alteração ao referido regulamento aprovada na reunião de 16 de dezembro de 2010).

Para além disso, verificaram-se comunicações / prestação de informação, conforme a seguir se identifica, por ordem cronológica:

- **9.ª Reunião da Comissão de Acompanhamento** – realizada em 28 de julho de 2012, na “Casa Santos Murteira”, em Alcáçovas, com a seguinte ordem de trabalhos:
  1. Informações
  2. Relatório de Execução de 2011
    - 2.1. Apresentação
    - 2.2. Análise e decisão
  3. Ponto de situação do INALENTEJO a 15 de junho de 2012
  4. Reprogramação Estratégica do INALENTEJO
    - 4.1. Apresentação
    - 4.2. Análise e decisão
  5. Diversos
- **Consulta Escrita à Comissão de Acompanhamento**, em 16 de julho de 2012, dos documentos relativos à reprogramação estratégica do Programa Operacional Regional do Alentejo, sendo colocado para apreciação/decisão a alteração ao Programa e a nota justificativa.
- **Consulta Escrita à Comissão de Acompanhamento**, em 3 de outubro de 2012 – proposta de alteração dos critérios de seleção do regulamento específico “SI Qualificação PME” e proposta de alteração dos critérios de mérito do regulamento específico “SI IDT”.

### 2.7.1.2. Outras Parcerias

Tendo em consideração o enquadramento na regulamentação nacional e comunitária e o previsto no INALENTEJO, foram constituídas um conjunto de parcerias de caráter regional para desenvolverem programas e planos de ação visando a prossecução dos objetivos nomeadamente nas áreas da política de cidades, nas EEC – PROVERE, na transferência de tecnologias e no turismo.

#### Turismo

No âmbito do regulamento específico, promoção e capacitação institucional foi promovida uma parceria através da aprovação de um programa de ação, envolvendo 6 entidades:

- Turismo do Alentejo, ERT;
- Agência Regional de Promoção Turística do Alentejo;
- ADRAL – Agência de Desenvolvimento Regional do Alentejo, S.A.;
- Turismo Terras do Grande Lago Alqueva;
- Turismo do Alentejo Litoral;
- Turismo de Lisboa e Vale do Tejo.

Foi apresentado conjunto integrado de pré-candidaturas de projetos que concorrem para objetivos comuns e que são temática, temporal e/ou territorialmente coerentes no setor do turismo, mais concretamente com vista ao aumento da visibilidade turística do Alentejo, num contexto de reestruturação do mapa turístico institucional, com a introdução de medidas inovadoras de articulação interinstitucional e intrarregional para o aumento da exposição da região do Alentejo.

Esta parceria resultou no programa de ação em causa tem como principais objetivos: dotar os parceiros de know-how e conteúdos para a promoção turística do Alentejo; modernizar os instrumentos de marketing; incentivar à articulação de políticas e estratégicas regionais de desenvolvimento turístico; reforçar a notoriedade do Alentejo.

Tabela 2.23: Programa de ação – Turismo		(€)
Designação da operação	Beneficiário Responsável	Pagamentos FEDER
Estudos prévios de preparação à elaboração do PA	Turismo do Alentejo, E.R.T.	31.440,00
Reforço da promoção do Alentejo nos mercados internacionais	Agência Regional de Promoção Turística do Alentejo – Turismo do Alentejo	456.145,00
Conceção e desenvolvimento de uma linha editorial e de comunicação da promoção turística do Alentejo	Turismo do Alentejo, E.R.T.	1.024.727,30
Conceção e desenvolvimento de um filme turístico-promocional sobre o Alentejo	Turismo do Alentejo, E.R.T.	92.237,70
Conceção e desenvolvimento de uma linha de conteúdos de apoio à dinamização do investimento empresarial	ADRAL – Agência de Desenvolvimento Regional do Alentejo, S.A.	200.000,00
Conceção e desenvolvimento de uma linha editorial e de comunicação da promoção turística do Alqueva	Turismo Terras do Grande Lago Alqueva	146.332,00
Promoção turística do Pólo de Desenvolvimento Turístico do Alqueva	Turismo Terras do Grande Lago Alqueva	52.065,00
<b>Total</b>		<b>2.290.694,00</b>

De acordo com os termos da aprovação o montante de FEDER afeto à realização das operações identificadas no programa de ação aprovado é de mais de 1,6 M€.

Até ao final do ano 2012 o programa de ação em causa apresentava já uma taxa de execução de cerca de 80%.

### **Sistema Regional de Transferência de Tecnologia**

No âmbito dos regulamentos específicos: sistema de apoio a parques de ciência e tecnologia e sistema de apoio a infraestruturas científicas e tecnológicas foi promovida uma parceria através da aprovação, em 2011, de um programa estratégico, envolvendo 21 entidades e um conjunto integrado de projetos, denominado “sistema regional de transferência de tecnologia”, que se revê no conceito geral de “valor em rede”, numa aposta que assenta no desenvolvimento e qualificação das competências existentes na região, reforçadas e impulsionadas pelas suas redes nacionais e internacionais e vocacionadas para o mercado, tendo como principal valência o desenvolvimento de produtos e serviços inovadores e de qualidade que diferenciem e promovam a região, através da sua dinâmica empresarial e reforço do empreendedorismo.

O programa estratégico resultante desta parceria tem como principais objetivos:

- afirmação do Alentejo enquanto região inovadora e com fortes competências na área tecnológica e científica;
- criação de um ambiente propício à inovação e à transferência de conhecimento vocacionado para o mercado;
- constituição de alianças estratégicas com outros centros do conhecimento a nível nacional e internacional que permitam o desenvolvimento e a partilha de conhecimento do sistema regional de transferência de tecnologia e fortaleçam a relação academia/sociedade;
- aumento da competitividade empresarial por via da integração tecnológica e da inovação e criação de valor acrescentado e aumento da competitividade regional;
- sustentabilidade de estruturas de apoio e suporte;
- revitalização urbana – afirmar os centros urbanos enquanto pólos de desenvolvimento sustentável através do recurso à inovação e assente nas áreas da ciência e tecnologia.

De acordo com os termos da aprovação o montante de FEDER afeto à realização das operações identificadas no programa de ação aprovado foi de cerca 29 M€.

Durante o ano 2012 o aviso de concurso conjunto n.º 1/SAICT/SAPCT esteve aberto para dar cumprimento à sua 2.ª fase, que consistia em possibilitar a apresentação, de forma individual, das candidaturas correspondentes aos projetos integrantes do programa estratégico.

Não obstante, a pertinência da reprogramação estratégica do programa operacional e, designadamente, a necessidade de alocação de verbas às tipologias de investimento mais diretamente relacionadas com os incentivos às empresas, condicionou o valor dos montantes de apoio disponíveis para as operações integrantes do SRTT.

Nesta perspetiva, foi solicitado à parceria que avaliasse a possibilidade de identificar duas fases para a realização de cada operação, com vista a ser financiado, no âmbito do INALENTEJO, um primeiro conjunto de investimentos que proporcionassem o arranque do SRTT.

Assim, o referido aviso de concurso conjunto foi objeto de decisão em setembro de 2012, através da aprovação de 27 candidaturas, num montante de investimento total de cerca de 21 M€ e uma comparticipação FEDER de mais de 15 M€.

### **Estratégia de Eficiência Coletiva – PROVERE**

Visando a formulação de visões estratégicas para o desenvolvimento em territórios de baixa densidade, e a elaboração de planos integrados de desenvolvimento, incluindo os planos de ação que os corporizam, o estabelecimento das parcerias necessárias para a sua concretização e estimular o surgimento de programas de valorização económica de recursos endógenos enquanto estratégia de valorização económica de base territorial, foi desenvolvido um longo processo, que teve início em maio de 2008 e culminou em junho de 2009, com os despachos de reconhecimento das parcerias que a seguir se indicam:

- **“Reinventar e Descobrir – Da Natureza à Cultura”**

Visa afirmar o Alentejo Litoral e Costa Vicentina como um destino de turismo e lazer em que se interligam e complementam as características naturais e de biodiversidade e iniciativas de animação e valorização para fruição do território como um todo.

*Promotor Líder: Associação de Municípios do Litoral Alentejo*

- **“O montado de sobro e cortiça”**

Visa a procura de novas aplicações práticas, nomeadamente para a utilização da cortiça, valorizando-a enquanto produto natural, com valor biológico e com um balanço positivo na economia de carbono. No que respeita à valorização do montado, com esta EEC pretende-se a busca de novas soluções ao nível silvícola tendo em vista a preservação das espécies,

possibilidade de novas utilizações da cortiça e desenvolvimento de maior flexibilidade na produção de soluções por forma a encontrar/criar novos mercados.

*Promotor Líder: Município de Coruche*

▪ **“Zona dos Mármore”**

O programa de ação apresentado assume o mármore como recurso económico multidimensional. Enquanto recurso endógeno o mármore revela enorme plasticidade, não limitando a sua relevância à dimensão produtiva. Neste contexto, é assumido como recurso criativo, paisagístico, histórico e milenar e também como recursos turístico. É feita uma forte aposta no turismo industrial e criativo.

*Promotor Líder: Município de Borba*

▪ **“InMotion: Alentejo Turismo e Sustentabilidade”**

Com base na noção de turismo sustentável, pretende-se afirmar o Alto Alentejo e concelhos adjacentes do Alentejo Central como um destino de turismo e lazer recorrendo a um conjunto de intervenções que combina a qualificação dos recursos com a promoção/fixação de iniciativas de animação para fruição do território como um todo.

*Promotor Líder: ICNB – Instituto da Conservação da Natureza e Biodiversidade*

▪ **“A Cultura Avieira a Património Mundial”**

Com base no conceito da Cultura Avieira e na preparação de candidatura a património nacional (numa perspetiva de mais tarde vir a ser qualificado como património europeu), pretende-se afirmar a Cultura Avieira como tal e nesta sequência desenvolver atividades turísticas e de lazer recorrendo a um conjunto de intervenções que combinam a qualificação de um conjunto de recursos imateriais (saberes) com a qualificação física de recursos, com a promoção/fixação de iniciativas de animação e produtos turísticos visando a fruição do território como um todo.

*Promotor Líder: Instituto Politécnico de Santarém*

▪ **Programa Demonstrativo: “Valorização dos recursos silvestres do mediterrâneo – uma estratégia para as áreas de baixa densidade do sul de Portugal”**

*Promotor Líder: Município de Almodôvar.*

As regiões do Baixo Alentejo e da Serra Algarvia encerram um conjunto de especificidades e potencialidades, que importa explorar e desenvolver, no sentido de promover o desenvolvimento sustentável e integrado da região e a melhoria das condições de vida da população. A área de intervenção desta EEC abrange áreas dominadas por sistemas florestais ou dos denominados espaços florestais não arborizados (matagais) na região do Baixo Alentejo e Algarve. Estas áreas florestais e/ou de matos, apresentam geralmente uma fraca vocação agrícola e encontram-se tradicionalmente associadas à exploração agrícola ou pecuária, subsistindo essencialmente através de medidas de incentivo financeiro.

É de notar, no entanto, que este tipo de ecossistema mediterrânico permite uma gestão multifuncional, que possibilita a exploração diversificada de um conjunto de recursos autóctones, que inclui alguns já amplamente explorados e difundidos (a cortiça, a pecuária), mas que inclui também a possibilidade de exploração de outros recursos cujo potencial tem sido desvalorizado, mas que se encontram perfeitamente adaptados às condições edafo-climáticas limitantes. É o caso dos produtos florestais não lenhosos, entendidos como um conjunto de produtos, provenientes da floresta mediterrânica, que têm um elevado potencial de qualidade e de valor estratégico, numa perspectiva de desenvolvimento económico deste território de baixa densidade. Cumpre-se assim a necessidade de implementar e incrementar uma estratégia que maximize a exploração e a conservação destes recursos e das atividades relacionadas, como a silvo-pastorícia, caça, pesca, apicultura, recolha de cogumelos, recolha e produção de plantas silvestres, agro e ecoturismo, numa lógica de sustentabilidade territorial.

Reconhecendo as potencialidades demonstradas por estudos especializados sobre os recursos florestais não lenhosos, conclui-se que a inovação e a valorização desses recursos endógenos podem ter um papel fundamental no desenvolvimento local, contribuindo para a revitalização social, económica e ambiental de áreas de baixas densidades, para as quais a competitividade dos sistemas agro-florestais pode ser dificultada, quer pela existência de fatores edafo-climáticos desfavoráveis, quer por restrições associadas à conservação da natureza. Neste sentido, este programa de ação, pretende constituir uma EEC, baseada num foco temático que incide em recursos comuns a uma área de intervenção, cujas características carecem de uma abordagem integrada que possa dinamizar economicamente territórios de baixa densidade do Sul de Portugal.

Esta estratégia de intervenção baseia-se na valorização dos recursos silvestres, ou dos recursos florestais não lenhosos (RFNL), como uma via para o desenvolvimento integrado das áreas de baixa densidade do sul de Portugal e conservação dos recursos naturais dos ecossistemas presentes nessas áreas, através da aposta em inovadoras tecnologias de produção/ transformação e/ou conservação e da constituição de uma escala económica estruturante, a partir de um trabalho de concentração da oferta e da procura de novos mercados (nacionais e internacionais).

Esta EEC assenta assim no facto de existir, ao nível do mercado, uma elevada apetência para o consumo de produtos gourmet e de qualidade, provenientes de formas de fabrico tradicional ou artesanal, que podem ser produzidos nestas regiões. Atualmente estes recursos têm, no Sul de Portugal, uma utilização marginal, em que as mais-valias económicas da sua exploração raramente ficam na região de proveniência. Por outro lado, a sua rentabilidade é geralmente inferior ao seu potencial, devido à falta de conhecimentos no que diz respeito às tecnologias de transformação e conservação destes recursos, ou às lacunas na comercialização e marketing. É fundamental incentivar formas de utilização destes recursos, que permitam a valorização económica dos recursos endógenos, através da aposta nas mais recentes tecnologias, que conciliem a inovação com o saber-fazer tradicional, desenvolvendo produtos de alto valor acrescentado. Neste sentido, esta EEC contempla como projecto âncora a constituição de um centro de excelência para a valorização dos recursos silvestres, a constituir-se como uma estrutura empresarial que servirá de âncora a todo um conjunto de investimentos (produção e transformação dos RFNL, turismo temático, investigação sectorial, formação especializada), que pretendem ser dinamizados em todo o território desta EEC.

A área de intervenção desta EEC abrange áreas dominadas por sistemas florestais ou dos denominados espaços florestais não arborizados (matagais) na região do Baixo Alentejo e Algarve. Trata-se de territórios de baixa densidade cujo denominativo comum assenta na sua fraca vocação para a agricultura e, no seu elevado potencial em recursos silvestres (medronho, cortiça, cogumelos, plantas aromáticas, ervas silvestres, produtos apícolas). Inclui os concelhos de Barrancos, Moura, Serpa, Mértola, Ourique, Almodôvar, Beja, Ferreira do Alentejo, Vidigueira e ainda os concelhos algarvios de S. Brás de Alportel, Silves e Loulé.

O plano de ação em causa assumiu até ao final do ano 2012 uma muito boa implementação no território, através de uma real parceria entre atores privados e atores públicos, reconhecida já como diferenciadora e determinante para o crescimento de uma estrutura empresarial nova e projetada para mercados de futuro.

#### 2.7.1.3. Verificações no Local

##### Enquadramento

De acordo com o artigo 60.º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006, de 11 de julho, a AG é responsável pela gestão e execução do programa operacional de acordo com o princípio da boa gestão financeira, e relevando em especial a alínea b):

“Verifica que foram fornecidos os produtos e os serviços cofinanciados, e assegura que as despesas declaradas pelos beneficiários para as operações foram realmente efetuadas, no cumprimento das regras comunitárias e nacionais; verificações no local de

determinadas operações podem ser efetuadas por amostragem, de acordo com regras de execução a aprovar pela Comissão nos termos do n.º 3 do artigo 103.º;"

O artigo 13.º do Regulamento (CE) n.º 1828/2006, de 8 de dezembro, refere que as verificações a realizar pela AG incidem sobre os aspetos administrativos, financeiros, técnicos e físicos das operações.

O Decreto-Lei n.º 312/2007, de 17 de setembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 74/2008, de 22 de abril, define o modelo de governação do QREN e dos respetivos programas operacionais, regulando no seu artigo 49.º a responsabilidade das AG dos PO no âmbito da implementação de um sistema de controlo interno, que previna e detete as situações de irregularidade, e de um sistema adequado de verificação da realização física e financeira das intervenções e de validação das despesas, contribuindo para a concretização dos objetivos que presidem à auditoria do QREN.

Para concretizar as funções que lhe estão cometidas, as AG dos PO devem implementar um sistema de controlo interno que previna e detete as situações de irregularidade e permita a adoção das medidas corretivas oportunas e adequadas.

Estes procedimentos não relevam para o esforço de controlo, embora a avaliação da sua fiabilidade seja fundamental para a avaliação do risco, a efetuar pela autoridade de auditoria (IGF) e para a definição dos parâmetros de amostragem, incluindo a dimensão das amostras, a efetuar pelas estruturas de auditoria segregadas (IFDR).

A informação transmitida pelas AG às autoridades de certificação constitui um elemento essencial para a certificação das despesas declaradas à Comissão Europeia, podendo as insuficiências nos procedimentos de controlo interno inviabilizar aquela certificação.

No âmbito do INALENTEJO, de acordo com a respetiva descrição do sistema de gestão e controlo, as verificações no local são realizadas por uma equipa pluridisciplinar segregada, ao nível da Unidade de Coordenação e Controlo, área de controlo interno.

### **Objetivos e Âmbito**

A planificação das ações de verificação no local é submetida anualmente à aprovação da CD, mediante proposta apresentada pela unidade segregada. O planeamento das ações tem um carácter indicativo, não devendo limitar ou condicionar a atuação da AG no exercício das suas funções.

Neste sentido a sua planificação poderá ser alterada em função de determinadas circunstâncias, tais como:

- existência de reprogramações em análise;
- operação com ritmo de execução física e/ou financeira que comprometa o cumprimento dos objetivos aprovados;
- operação que levante dúvidas quanto à regularidade da sua execução;

- denúncia;
- outras que resultam da avaliação casuística da AG.

As verificações no local das operações incidem em três aspetos fundamentais: documentais, financeiros e técnicos/físicos, e assentam no preenchimento de uma série de instrumentos de controlo, nomeadamente, um questionário check-list próprias.

Cada verificação no local dá origem a um relatório que evidencia as verificações efetuadas, os seus resultados/conclusões, e as medidas a adotar para correção das anomalias eventualmente detetadas, o qual é objeto de decisão, e posterior notificação ao beneficiário e às estruturas de gestão e acompanhamento da operação para efeitos de cumprimento de eventuais recomendações.

Os objetivos centram-se na verificação da conformidade dos procedimentos de gestão desenvolvidos por todas as unidades intervenientes no ciclo de vida das operações, e das condições de regularidade e elegibilidade das despesas.

### **Plano de Ação de 2012**

No âmbito do plano de atividades para 2012, foi apresentada uma proposta de plano anual de verificações no local, a realizar pela estrutura segregada da gestão e envolvendo as seguintes vertentes:

- follow-up das recomendações resultantes das anteriores ações de verificação no local concluídas, bem como das auditorias com relatório final recebido após despacho da tutela, realizadas pelas outras entidades com competência nesta matéria até à data (Autoridade de Auditoria, Autoridade de Certificação);
- realização de um novo conjunto de ações de verificação no local, de acordo com uma amostra de operações, representativa e abrangente, a incidir sobre os procedimentos adotados pela AG e desenvolvidos pelas várias estruturas de gestão, incluindo as EAT das CIM, no âmbito do processo de delegação de competências, de forma a confirmar a sua coerência com o definido na descrição do sistema de gestão e controlo aprovado. Estas ações foram igualmente desenvolvidas junto dos respetivos beneficiários das operações selecionadas.

Para efeitos de definição da amostra de operações, foi considerado o ponto de situação da execução do INALENTEJO, reportado a 31 de dezembro de 2011, tendo como universo a despesa validada em 2011 pela AG, com exclusão das operações/despesas referentes aos sistemas de incentivos e à assistência técnica.

Estas exceções foram determinadas, no caso dos sistemas de incentivos, pelas conclusões do relatório referente a uma ação de verificação a sete projetos realizada no ano anterior e à

sua significativa taxa de esforço de controlo. Quanto à assistência técnica, essa exceção teve por base a especificidade destas operações face ao esforço de controlo já efetuado em auditorias realizadas pelas Autoridades de Auditoria e de Certificação, abrangendo já 4 operações num universo de 22 operações similares.

Face à aplicação dos critérios definidos, a amostra proposta foi constituída por um conjunto de 8 operações, representando 9% da despesa total elegível validada em 2011, com exceção da despesa referente aos sistemas de incentivos e à assistência técnica. Para um nível de verificação de, no mínimo, 55% das despesas da amostra, a taxa de esforço prevista seria de 5% ou superior.

### Expressão das Amostras

No plano de ação de verificações no local para o ano de 2011, os resultados obtidos são os que constam da tabela seguinte. O total de despesa objeto de verificação no local assumiu o montante 6,8 M€, e corresponde a 5% do universo da despesa validada em 2011.

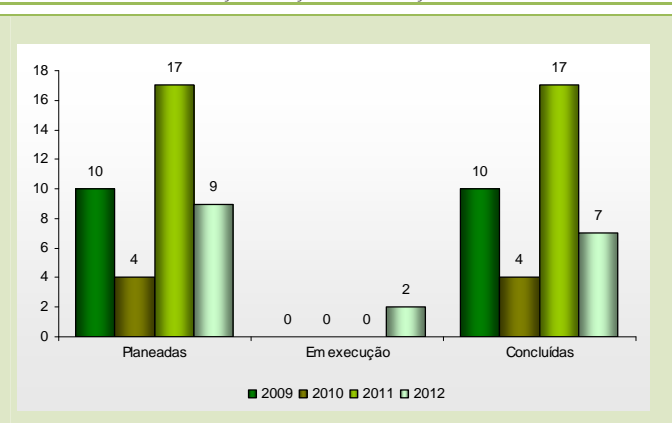
Tabela 2.24: Plano de Ação de 2012

Regulamento	Código de operação	Designação da operação	Designação do beneficiário	Unidade de Análise	Data do Despacho de decisão final	Despesa validada à data da verificação	Despesa verificada no local	%
<b>INALENTEJO total geral</b>						<b>9.798.412,99</b>	<b>6.803.993,76</b>	<b>69,4%</b>
<b>Eixo 1 – Competitividade, Inovação e Conhecimento</b>						<b>365.821,41</b>	<b>240.609,92</b>	<b>65,8%</b>
Incentivos à Qualificação e Internacionalização de PME (SI Qualificação de PME)	ALENT-07-0401-FEDER-022100	TM – Qualificação e Internacionalização	Traços de Mim – Decorações, Lda.	AICEP	22-11-2012	91.057,75	91.057,75	100,0%
Promoção e Capacitação Institucional	ALENT-07-0827-FEDER-000686	INOUBEJA	ACOS-ASSOCIAÇÃO DE CRIADORES DE OVINOS DO SUL	UFC	21-01-2013	274.763,66	149.552,17	54,4%
<b>Eixo 2 – Valorização do espaço regional</b>						<b>3.333.217,29</b>	<b>2.508.602,11</b>	<b>75,3%</b>
Ações de Valorização e Qualificação Ambiental	ALENT-08-0131-FEDER-000629	AÇUDE DO RIO SORRAIA	Município de Coruche	CIMLT	25-10-2012	1.363.060,52	1.363.060,52	100,0%
Saúde	ALENT-08-0348-FEDER-000325	Construção do Centro de Saúde de Vila Viçosa	Administração Regional de Saúde do Alentejo, IP	UVT	06-11-2012	1.970.156,77	1.145.541,59	58,1%
<b>Eixo 3 – Coesão local e urbana</b>						<b>6.099.374,29</b>	<b>4.054.781,73</b>	<b>66,5%</b>
Política de Cidades – Parcerias para a Regeneração Urbana	ALENT-09-0141-FEDER-000175	Centro de Interpretação da Batalha dos Atoleiros	Município de Fronteira	UVT	11-02-2013	2.187.751,77	1.105.654,78	50,5%
Requalificação da Rede Escolar de 1.º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-Escolar	ALENT-09-0344-FEDER-000524	Centro Escolar do Torrão	Município de Alcácer do Sal	CIMAL	30-07-2012	1.359.008,48	750.559,92	55,2%
Equipamentos para a Coesão Local	ALENT-09-0356-FEDER-000724	Requalificação das Instalações Desportivas do Estádio 25 de Abril de Castro Verde	Município de Castro Verde	CIMBAL	03-07-2012	543.299,48	543.299,48	100,0%
Equipamentos para a Coesão Local	ALENT-09-0356-FEDER-001045	Requalificação Urbana e Funcional de Bairros Periféricos de Elvas – Bairro da Raposeira/Belhó	Município de Elvas	CIMAA	10-07-2012	1.000.671,36	899.939,97	89,9%
Mobilidade Territorial	ALENT-09-0550-FEDER-000353	Beneficiação da EM 526 (entre a EN 254 e N.º Sra. De Machede)	Município de Évora	CIMAC	08-08-2012	1.008.643,20	755.327,58	74,9%

Das 9 ações incluídas neste plano de ação, 7 foram objeto de despacho de decisão final em 2012.

Assim, no final de 2012, a totalidade do trabalho desenvolvido com ações de verificação no local pode sintetizar-se do seguinte modo:

Gráfico 2.92: Ponto de situação das ações de verificação no local



As 38 ações concluídas com verificação no local representam um total de despesa no montante de 33,4 M€, e um esforço total de 7,2% da despesa validada no programa até final de 2012, que foi de 463,8 M€.

No final de 2012, a taxa de esforço correspondente às verificações efetuadas no âmbito das ações de verificação no local, face à despesa validada no respetivo eixo prioritário àquela data, apresenta a seguinte expressão em tabela e em gráfico:

Tabela 2.25: Despesa objeto de verificação no final de 2012, por eixo prioritário

Eixos Prioritários	Despesa Validada	Despesa verificada no local	Taxa de Esforço
Eixo 1 – Competitividade, Inovação e Conhecimento	145.789.574	9.257.087	6,3%
Eixo 2 – Valorização do espaço regional	75.506.738	5.636.827	7,5%
Eixo 3 – Coesão local e urbana	231.286.554	18.504.442	8,0%
Eixo 4 – Assistência Técnica	11.238.004	0	0,0%
<b>Totais</b>	<b>463.820.870</b>	<b>33.398.356</b>	<b>7,2%</b>

Gráfico 2.93: Despesa objeto de verificação de 2012, por eixo prioritário

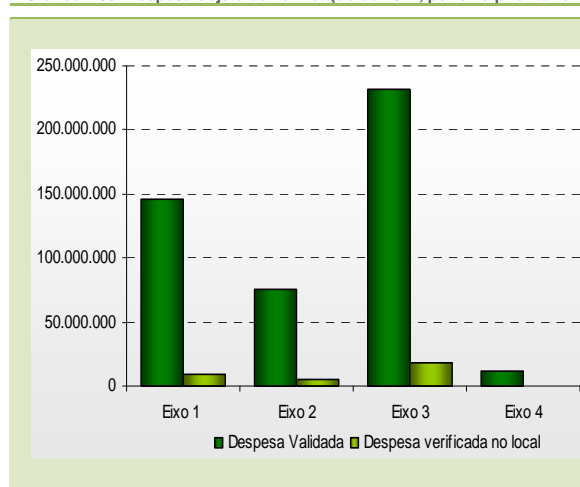
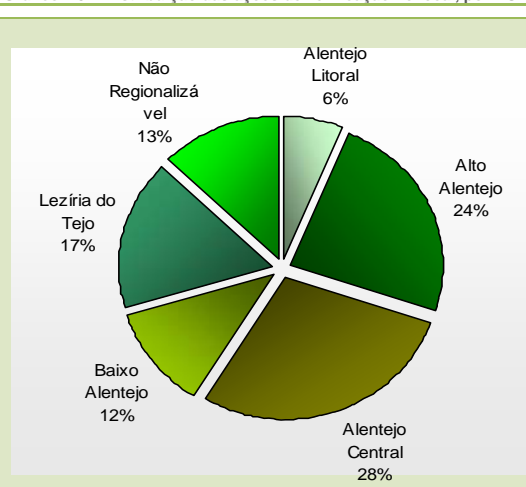


Gráfico 2.94: Distribuição das ações de verificação no local, por NUTIII



No que se refere à abrangência geográfica das ações de verificação no local realizadas, ao nível das NUT III, a sua distribuição encontra-se expressa no gráfico seguinte.

### Consequências Financeiras

Nas ações de verificação no local concluídas em 2012, foram registadas consequências financeiras em sete operações, a seguir identificadas, no montante de 424.537€, do qual:

- 2 do eixo 1 no montante irregular de 135.067€, sendo 91.058€ por inelegibilidade do beneficiário e 44.009€ por procedimento incorreto nos contratos públicos;
- 1 do eixo 2 no montante irregular de 3.887€ por trabalhos não executados;
- 4 do eixo 3 no montante irregular de 285.584€, sendo 225.268€ por despesas não imputáveis ao projeto, 33.909€ por fracionamento da despesa e 26.407€ por procedimento incorreto nos contratos públicos.

Tabela 2.26: Ações de verificação no local – consequências financeiras

Eixo Prioritário	Execução Elegível à data das verificações			Execução Elegível Controlada no local			Despesa Irregular/ anomalias		
	Custo Total Elegível	Despesa Pública Total Elegível	FEDER	Custo Total Elegível	Despesa Pública Total Elegível	FEDER	Custo Total Elegível	Despesa Pública Total Elegível	FEDER
1 – Competitividade, Inovação e Conhecimento	1.610.340,03	1.560.258,27	1.256.401,81	1.092.287,00	1.042.205,24	841.959,39	135.066,86	84.985,10	76.183,27
2 – Valorização do Espaço Regional	2.513.391,71	2.513.391,71	1.963.833,27	2.509.504,91	2.509.504,91	1.961.112,51	3.886,80	3.886,80	2.720,76
3 – Coesão Local e Urbana	10.052.596,00	10.052.596,00	7.827.826,49	7.200.868,69	7.200.868,69	5.639.348,73	285.583,66	285.583,66	222.393,46
Totais	14.176.327,74	14.126.245,98	11.048.061,57	10.802.660,60	10.752.578,84	8.442.420,63	424.537,32	374.455,56	301.297,49

Em termos acumulados, até ao final de 2011, a despesa não elegível decorrente das ações de verificação no local ascendeu a 910.254€.

### Principais conclusões / Recomendações

Como principais conclusões das ações de verificação no local em 2012, podemos apontar as seguintes situações de não conformidade:

- deteção de despesas irregulares relacionadas com procedimentos incorretos na contratação pública, inelegibilidade do beneficiário, trabalhos não executados, despesas não imputáveis ao projeto e fracionamento da despesa;
- não apresentação de todos os pareceres;
- não aposição correta do carimbo FEDER nos originais dos documentos de despesa;
- não cumprimento na totalidade das regras de publicitação aprovadas para o INALENTEJO;

- insuficiências ao nível dos relatórios de verificação física;
- falta de evidência da posse de terrenos;
- insuficiente demonstração da verificação das condições de acesso.

Quanto às recomendações decorrentes das ações de verificação no local, continua a não existir um padrão definido, embora as principais recomendações estejam relacionadas com as conclusões anteriormente referidas, e com a necessidade de cumprimento das disposições definidas.

### **Irregularidades**

O n.º 2 do artigo 1.º do Regulamento (CE, EURATOM) n.º 2988/95, de 18 de dezembro, refere que “constitui irregularidade qualquer violação de uma disposição de direito comunitário que resulte de um ato ou omissão de um agente económico que tenha ou possa ter por efeito lesar o orçamento geral das Comunidades ou orçamentos geridos pelas Comunidades, quer pela diminuição ou supressão de receitas provenientes de recursos próprios cobradas diretamente por conta das Comunidades, quer por uma despesa indevida.”.

A alínea h) do artigo 58.º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006, de 11 de julho, determina que os sistemas de gestão e controlo dos programas operacionais devem prever “procedimentos de informação e acompanhamento relativamente a irregularidades e à recuperação dos montantes indevidamente pagos.”.

Por outro lado, a alínea f) do artigo 61.º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006, de 11 de julho, refere que a autoridade de certificação de um PO é responsável em particular por “manter a contabilidade dos montantes a recuperar e dos montantes retirados na sequência da anulação, na totalidade ou em parte, da participação numa operação. Os montantes recuperados devem ser restituídos ao Orçamento Geral da União Europeia antes do encerramento do programa operacional, mediante dedução à declaração de despesas seguinte.”.

No caso de as irregularidades incidirem sobre montantes inferiores a 10.000€ a cargo do orçamento geral das Comunidades Europeias (n.º 1 do artigo 36.º do Regulamento (CE) n.º 1828/2006, de 8 de dezembro), a AG só transmitirá ao IFDR as informações previstas no processo de comunicação de irregularidades se a Comissão Europeia as solicitar expressamente.

A comunicação de irregularidades ao Organismo Europeu de Luta Anti-Fraude (OLAF) está consagrada nos art.ºs 27.º a 36.º (secção 4) do Regulamento (CE) n.º 1828/2006, de 8 de

dezembro, com as alterações introduzidas pelo Regulamento (CE) n.º 846/2009, de 1 de setembro.

Em 2012, no âmbito do INALENTEJO, existiram quatro comunicações ao OLAF de despesas irregulares no montante total de 137.343€, resultante de três ações de verificação no local realizadas pela equipa pluridisciplinar segregada, ao nível da Unidade de Coordenação e Controlo, área de Controlo Interno, no montante de 100.444€ e uma no montante de 36.899€ resultante de uma ação de auditoria a operações realizada pela Estrutura de Auditoria Segregada do IFDR.

#### 2.7.1.4. Outras Auditorias ao INALENTEJO

No ano de 2012, registaram-se as seguintes auditorias ao INALENTEJO:

Tabela 2.27: Auditorias realizadas em 2012				
Entidades	Tipologia	Operações		
		Código	Designação	Executor
IFDR	Acção de Controlo à Intervenção das CIM/AM como OI do INALENTEJO	ALENT-03-0344-FEDER-000372	Construção do Centro Escolar de Samora Correia	Município de Benavente
		ALENT-03-0344-FEDER-000002	Construção do Centro Escolar de Almeirim	Município de Almeirim
		ALENT-03-0344-FEDER-000157	Centro Escolar de Comporta	Município de Alcácer do Sal
		ALENT-03-0344-FEDER-000099	Centro Escolar de Jardim de Baixo	Município de Santarém
		ALENT-03-0250-FEDER-000370	Reparação da EM530 entre Messejana e Montes Velhos – I Fase Rio de Moinhos/Montes Velhos	Município de Aljustrel
		ALENT-04-0331-FEDER-000036	Agenda 21 Local de Ferreira do Alentejo	Município de Ferreira do Alentejo
		ALENT-03-0344-FEDER-000371	Construção do Centro Escolar de Benavente	Município de Benavente
		ALENT-03-0344-FEDER-000103	Escola Básica EB1 de Vendas Novas – Centro Educativo	Município de Vendas Novas
		ALENT-03-0344-FEDER-000457	Construção do Centro Escolar de Fazendas de Almeirim	Município de Almeirim
		ALENT-02-0150-FEDER-000381	Ciclovia- Troço II	Município de Santarém
		ALENT-03-0344-FEDER-000097	Centro Escolar de Alcanede	Município de Santarém
		ALENT-07-0203-FEDER-002785	Nova unidade fabril VETLIMA	VETLIMA – SOC. Distribuidora de Produtos agropecuários, SA
IFDR	Auditoria operações n.º 1_2012_SC1	ALENT-07-0403-FEDER-001279	Construção de hotel de 5 estrelas em Vila Viçosa	JARDIMAJESTIC, LDA
		ALENT-07-0403-FEDER-005135	Aldeamento turístico das VALADAS – L'ZAND VINEYARDS	SOUSA CUNHAL – TURISMO SA
		ALENT-08-0131-FEDER-000209	Elaboração dos Planos de Gestão das Regiões Hidrográficas do Sado e Mira e do Guadiana	Administração da Região Hidrográfica do Alentejo, I.P.
		ALENT-09-0141-FEDER-000414	RUFA – Programa de Reabilitação Urbana de Ferreira do Alentejo	Município de Ferreira do Alentejo
		ALENT-10-0173-FEDER-001290	Lezíria do Tejo – Assistência Técnica 2011	Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo
		ALENT-08-0347-FEDER-000417	Montagem da Exposição Permanente do Museu de Évora	Instituto dos Museus e da Conservação
IGF	Auditoria no domínio da Análise custo benefício			
IGF	Auditoria Temática – Parcerias Público-Privada			
IGF	Auditoria Temática Custos Indirectos			

Tabela 2.27: Auditorias realizadas em 2012

(cont.)

Entidades	Tipologia	Operações		
		Código	Designação	Executor
IGF	Auditoria Temática Igualdade Oportunidades e não discriminação	ALENT-09-0141-FEDER-001058	Igualdade de oportunidades	Moura Salúquia – Associação de Mulheres do Concelho de Moura
		ALENT-09-0356-FEDER-000521	Lar Residencial Vidas Coloridas II	CERCIBEJA – Cooperativa de Educação e Reabilitação de Cidadãos Inadaptados de Beja, CRL
		ALENT-07-0403-FEDER-013293	Construção de hotel de 5 estrelas em Vila Viçosa	JARDIMAJESTIC, LDA
IGF	Teste ao Funcionamento dos SGC – OI_CIM 2.ª Fase	ALENT-09-0550-FEDER-000485	Beneficiação da EM.518 – entre o limite do concelho e a EN.262	Município de Odemira
		ALENT-09-0344-FEDER-000524	Centro Escolar do Torrão	Município de Alcácer do Sal
		ALENT-08-0154-FEDER-000428	Construção da Rede de Abastecimento de Água da Nossa Senhora das Neves	Município de Beja
		ALENT-09-0550-FEDER-000509	Rede de Transportes Colectivos Sustentáveis de Serpa	Município de Serpa
		ALENT-07-0563-FEDER-000559	Obras de urbanização do Espaço Industrial da Vila de Almodôvar	Município de Almodôvar
		ALENT-08-0154-FEDER-000642	Moura – rede de águas	Município de Moura
		ALENT-09-0550-FEDER-001196	Requalificação do Caminho Municipal 1242 (Aldeia de Palheiros – Encalho)	Município de Ourique
IGF	Auditoria aos sistemas de informação do PO Alentejo			
IGF	Auditoria aos SGC do FEDER no domínio das matérias ambientais	ALENT-08-0154-FEDER-000642	MOURA – Rede de Águas	Município de Moura
		ALENT-07-0401-FEDER-002265	Herdade do touril de Baixo	TOURIL – Agroturismo, LDA
		ALENT-08-0230-FEDER-000292	Valorização da Reserva Natural das Lagoas de Santo André e Sancha	Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade, I.P
		ALENT-08-0231-FEDER-001060	requalificação, recuperação e reconhecimento das margens do rio Sever	Município de Marvão
		ALENT-08-0259-FEDER-000239	Ecocentro de Sines	AMBILITAL – Investimentos Ambientais no Alentejo, EIM
		ALENT-09-0550-FEDER-000387	Beneficiação de Estradas Desclassificadas EX. E.N. 246, 243 e 243-1	Município de Elvas

No ano de 2012, obtiveram despacho de decisão final as seguintes auditorias ao INALENTEJO:

Tabela 2.28: Auditorias com despacho de decisão final em 2012

Entidade	Tipologia	Relatório / Amostra			
		N.º Operações	Despesa Certificada	Despesa Auditada	Correções Financeiras (Despesa)
IFDR	IFDR Auditoria a Operações n.º 1_2011_SC1	6	17.545.728	17.545.728	783.504
	Auditoria operações n.º 1_2012_SC1	6	9.749.227	9.749.227	36.899
Entidade	Tipologia	Relatório / Amostra			
		N.º Operações	Despesa Justificada	Despesa Validada	Despesas Irregulares
IFDR	Ação de Controlo à Intervenção das CIM/AM como OI do INALENTEJO	11	7.145.098	5.969.968	228.795
Entidade	Tipologia	Relatório / Amostra			
		N.º Operações	Investimento Elegível Aprovado *	Investimento Elegível Executado *	Consequências Financeiras **
IGF	Teste ao Funcionamento dos SGC – OI_CIM	6	10.373.518	6.115.666	1.264.301
	Auditoria aos procedimentos de contratação pública	18	16.601.801	6.850.252	240.880
	Teste ao Funcionamento dos SGC – OI_CIM 2.ª Fase	7	6.300.969	4.426.928	166.687

\* Conforme Anexo 2 do Relatório Final da iGF

\*\* Conforme Anexo 4, 5 ou 7 do Relatório Final da IGF

### Supervisão às CIM

A AG definiu um conjunto de procedimentos de forma a assegurar a conformidade do processo de apreciação das candidaturas e de apreciação dos pedidos de pagamento, no âmbito das operações abrangidas pelos contratos de subvenção global, para o período em que vigorar a avocação de competências das CIM.

Até ao final do ano de 2012 foram alvo de supervisão, pelos respetivos secretariados técnicos, 139 operações, 78 das quais no ano de 2012. De referir que a supervisão é efetuada na fase de aceitação / aprovação (17 operações em 2012) e de apreciação de pedidos de pagamentos (61 operações em 2012).

Gráfico 2.95: Supervisão CIM por eixo

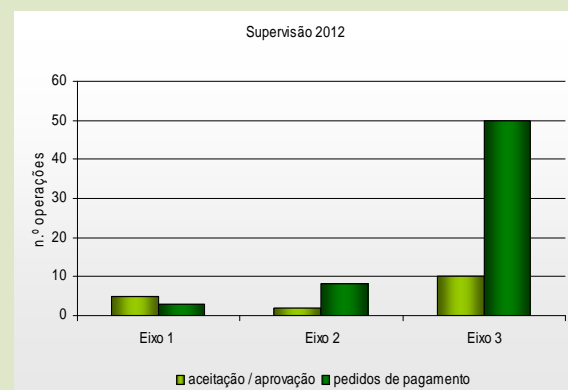


Gráfico 2.96: Supervisão por CIM



### Formação

Durante o ano de 2012, o Secretariado Técnico do INALENTEJO teve oportunidade de participar na ação de formação análise custo-benefício de projetos com co-financiamento FEDER, a 16 de abril e 21 de maio de 2012, organizada pelo IFDR.

A AG organizou as seguintes ações de formação:

- O QREN e as políticas de desenvolvimento local e regional, a 9 de maio de 2012;
- SIGPOA – propostas de pagamento, em dezembro de 2012, com realização em três locais da região;
- Projectos geradores de receitas, em dezembro de 2012, com realização em três locais da região;

### **Empréstimo Quadro do Banco Europeu de Investimento – QREN-EQ**

O Governo celebrou, em Novembro de 2010, um contrato de empréstimo-quadro com o Banco Europeu de Investimento (BEI) para o financiamento de operações aprovadas a co-financiamento pelo FEDER e pelo Fundo de Coesão. Este contrato, no valor de 450 M€, constituiu a primeira tranche de um empréstimo cujo valor global ascende aos 1.500 M€.

No ano de 2012 a intervenção da AG nesta matéria limitou-se a assegurar o acompanhamento da execução das operações e fornecer ao IFDR a informação necessária para a monitorização da execução do EQ, conforme previsto no alínea d) do n.º 20.2 do Despacho n.º 6572/2011, de 4 de abril, nomeadamente sempre que se verificaram alterações dos montantes contratados no âmbito da operações no INALENTEJO, resultantes de reprogramações aprovadas pela AG, bem como no caso de rescisões de contratos de financiamento.

### **Normas de Gestão**

Para além das orientações de gestão disponíveis para conhecimento e consulta no sítio da internet do INALENTEJO, e já referidas no ponto 2.4., durante o ano foram ainda emitidas normas técnicas de gestão / deliberações da CD, internas à gestão do Programa, a saber:

- Deliberação da Comissão Diretiva (extrato de ata n.º 256 de 28-12-2012) – SIGPOA / encerramento anual.
- Deliberação da Comissão Diretiva (extrato da ata n.º 246 de 28-09-2012) – reprogramação de operações visando o acréscimo do valor da participação de fundos comunitários – exceções (municípios e entidades dos setor público empresarial);
- Atualização da Norma Técnica n.º 03/2009, de 28 de setembro de 2012 – formalização de Pedidos de Pagamento (na sequência do novo módulo de propostas de pagamento em SIGPOA);
- Norma Técnica n.º 01/2012, de 21 de setembro – banco de imagens do INALENTEJO – organização das fotografias (arquivo e classificação no banco de imagens, por concelho e tipologia de investimento);
- Deliberação da Comissão Diretiva (reunião n.º 229 de 05-06-2012) – simplificação das verificações administrativas – amostra – harmonização;
- Deliberação da Comissão Diretiva (reunião n.º 229 de 29-05-2012) – simplificação das verificações administrativas

### 2.7.2. Avaliação

Os regulamentos comunitários, a legislação nacional e os PO fornecem um enquadramento necessário à definição e aplicação do plano global de avaliação do QREN e dos PO 2007-2013.

A nível nacional, o Decreto-Lei n.º 312/2007, de 17 de setembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 74/2008, de 22 de abril, define o modelo de governação do QREN e dos respetivos PO, e estabelece a estrutura orgânica relativa ao exercício das várias funções, entre as quais a de avaliação. Neste contexto, o Plano Global de Avaliação é aprovado pela Comissão Ministerial de Coordenação do QREN, sob proposta do Observatório do QREN, e os planos de avaliação dos PO são objeto de apreciação e aprovação pelas respetivas CMC, e integrados no plano global de avaliação do QREN.

O plano de avaliação do INALENTEJO, elaborado em conformidade com a alínea f) do n.º 1 do art.º 8.º do Decreto-Lei supra mencionado, foi aprovado em 26 de fevereiro de 2009. Tendo em conta que os referidos planos foram elaborados segundo uma perspetiva dinâmica, flexível e adaptativa em função das necessidades de informação para a gestão, contemplando um processo regular de revisão e consequente atualização dos exercícios de avaliação.

Nesta perspetiva e integrada na 1.ª revisão do PGA, aprovada em 12 de janeiro de 2010, pela CMC do QREN, foi alterado o plano de avaliação do INALENTEJO, sendo introduzidos alguns ajustamentos.

A 2.ª revisão do PGA do QREN ocorreu em dezembro de 2011, e a 3.ª revisão em novembro de 2012, tendo-se verificado alteração no Plano de Avaliação do INALENTEJO, no âmbito da implementação da avaliação intercalar ao nível da calendarização (lançamento e realização).

O plano de avaliação do INALENTEJO engloba os seguintes exercícios de avaliação:

- Avaliação da operacionalização
- Avaliação intercalar

Tabela 2.29: Cronograma de execução

Ano	2009				2010				2011				2012			
Trimestre	1T	2T	3T	4T	1T	2T	3T	4T	1T	2T	3T	4T	1T	2T	3T	4T
Avaliação da Operacionalização do INALENTEJO no contexto da estratégia do QREN no período 2007-2013																
Avaliação intercalar do INALENTEJO para o período 2007-2012																

Legenda



Fase de lançamento



Fase de execução



Conclusão

O exercício de avaliação da operacionalização, centrou-se na verificação do modo como a programação física e financeira e os compromissos em matéria de gestão, acompanhamento, controlo e informação do programa estavam a ser prosseguidos e a traduzir-se nos resultados e, sobretudo, nos impactes pretendidos, tendo em atenção as condições de eficácia e eficiência promovidas para se atingirem esses resultados e impactes (ou seja, decorrentes designadamente, da operacionalização do modelo de governação e de gestão do Programa).

O processo de aquisição do exercício de avaliação da operacionalização do INALENTEJO no contexto da estratégia do QREN, ficou concluído no 3.º trimestre de 2009, sendo adjudicada à “Quaternaire Portugal – Consultoria para o Desenvolvimento, S.A.”. Este exercício de avaliação consistiu na apresentação dos relatórios inicial, preliminar e final, tendo este último sido aprovado em 30 de junho de 2010.

Entretanto, tendo em conta o imperativo de proceder à divulgação dos resultados da avaliação, bem como proceder ao follow-up das recomendações propostas, foi articulada, no seio da Rede de Avaliação do QREN, uma linha de atuação comum em termos do planeamento da divulgação dos resultados. Assim, foi elaborado um quadro com as recomendações, a sua aceitação ou não, bem como as principais iniciativas a promoverem com vista à sua implementação.

### **Avaliação Intercalar do INALENTEJO**

Dando cumprimento ao plano de avaliação (3.º aditamento), foi aberto em 7 de agosto de 2012, pela CCDRA, um procedimento por ajuste direto, com convite a três entidades (n.º 05/2012) para a aquisição de serviços para a realização da Avaliação Intercalar do INALENTEJO.

O contrato foi celebrado em 14 de setembro de 2012, com o “*Instituto de Estudos Sociais e Económicos, CRL*”, foram apresentados os relatórios inicial e preliminar, tendo o relatório final obtido o parecer favorável do grupo de acompanhamento em 27 de dezembro de 2012.

Os principais objetivos desta avaliação foram os seguintes:

- caracterizar a evolução dos indicadores de realização e de resultado do PO e seus determinantes;
- caracterizar a evolução de indicadores de realização e de resultado que traduzam objetivos do PO, eventualmente não refletidos na sua lista de indicadores e respetivos determinantes;
- caracterizar os desvios até ao momento da avaliação, face às metas de realização e resultados e os motivos que os justificam;

- identificar as consequências dos desvios verificados no desempenho do PO para a concretização dos seus objetivos;
- identificar o contributo das intervenções já implementadas para os objetivos do PO (ou seja o impacto efetivo ou potencial, tendo em conta as realizações e resultados contratualizados ou, sobretudo, verificados das intervenções apoiadas);
- Identificar eventuais ajustamentos a adotar de modo a potenciar os impactos das intervenções (e a sua sustentabilidade) tendo por referência os objetivos do PO;
- identificar iniciativas que pela sua inovação e/ou potencial de replicabilidade (para outros públicos ou outros contextos), possam ser consideradas como boas práticas a utilizar como objeto de divulgação e promoção do INALENTEJO.
- formular recomendações orientadas para a melhoria da eficácia de implementação do programa na fase final de vigência e para contribuir para a preparação do período de programação 2014-2020.

O documento apresenta conclusões / recomendações para o período de vigência do INALENTEJO:

- Recomendações estratégicas:
  - Conclusão 1 – Setores estratégicos regionais
  - Conclusão 2 – Dinamização da procura
  - Conclusão 3 – Âmbito supra municipal/intermunicipal dos projetos
  - Conclusão 4 – Mobilidade Territorial
  - Conclusão 5 – Diversificação da Base Económica Regional
  - Conclusão 6 – Iniciativas de base local
  - Conclusão 7 – Dinamização económica dos investimentos públicos
- Recomendações Operacionais:
  - Conclusão 8 – Sustentabilidade
  - Conclusão 9 – Sistema de indicadores
  - Conclusão 10 – Planos de ação
  - Conclusão 11 – Coordenação

São apresentadas também algumas recomendações para o novo período de programação:

- Recomendações estratégicas:

- configurar o futuro programa como instrumento prioritariamente ao serviço da afirmação do desenvolvimento económico, da organização e consolidação do sistema urbano regional e da sustentabilidade ambiental da região, num contexto de solidariedade de financiamento com os PO temáticos nacionais;
  - estimular a abertura da região favorecendo a sua participação em redes internacionais ao nível da atividade económica e dos projetos de cooperação de I&D que contribuam para a transformação e valorização gradual dos ativos do território (ambiente, cultura, património, competências humanas e tradição produtiva);
  - promover uma definição rigorosa das áreas de interesse estratégico regional para reorientar o investimento público, segundo prioridades estruturantes de natureza regional e intermunicipal, e concretizar a concentração temática e territorial dos apoios públicos ao investimento;
  - estruturar um novo ciclo de desenvolvimento urbano centrado na dinamização de funções diferenciadoras que atraíam residentes dotados de qualificações e capacidade de iniciativa e na renovação das vocações estratégicas, nomeadamente dos centros urbanos regionais e estruturantes da região;
  - estruturar uma intervenção orientada para os territórios de baixa densidade, abrangendo os centros urbanos complementares de proximidade, que contemple atuações de atracção de residentes, de dinamização económica de recursos locais e criação de empresas, de apoio à organização de produções primárias e respetiva valorização de mercados;
  - desenvolver o exercício da programação do desenvolvimento regional, combinando conhecimento e qualificação do potencial humano como condição para alcançar uma região mais inteligente e mais inclusiva, o que pressupõe envolver nos procedimentos de programação, as instâncias regionais de educação, da formação e do emprego.
- Recomendações operacionais:
    - Regulamentação dos programas:
      - aprovar regulamentações de enquadramento e não de operacionalização, devendo estas últimas – como sempre ocorreu até 2006 – estar ligadas aos objetivos e conteúdo de cada PO;

- elaborar regulamentos nacionais para algumas categorias de operações, de carácter genérico, deixando ao futuro PO regional a decisão de como as operacionalizar;

#### Implementação de sistemas de incentivos:

- definir um limite máximo de investimento e de dimensão de empresa para a regulamentação regional, tudo o resto continuando numa lógica regional, com intervenção da CCDR na avaliação. Tal solução permitiria conciliar as estratégias nacional e regional, alicerçando os pequenos e médios projetos no potencial de desenvolvimentos das regiões e tornando os SI em instrumentos de política pública dessas estratégias.

#### Articulações entre FEDER, FSE e FEADER

- reforçar sinergias e complementaridades e desse modo aumentar a eficácia na utilização dos fundos, prevendo na programação tanto do PO do Alentejo 2014-2020 como do próximo programa de desenvolvimento rural, uma dotação para ações integradas (ITI e DLBC) envolvendo o FEDER, o FSE e o FEADER.
- encontrar soluções no sentido de os organismos desconcentrados da administração central acompanharem a aplicação na região diversos fundos e articularem atuações quando não exista gestão integrada.

#### Modelo de contratualização

- equacionar a possibilidade de no próximo PO regional se configurarem programas territoriais de desenvolvimento que deem origem a ITI abrangendo o FEDER, o FSE e o FEADER e para cuja gestão sejam encontrada fórmulas inovadoras que associem as CIM às estruturas regionais desconcentradas, nomeadamente do IEFP e do MAMAOT, por forma a garantir abordagens integradas de desenvolvimento a nível das NUT III.

#### Programação do investimento público, competitividade territorial e políticas de ordenamento do território

- estabelecer uma relação de forte coordenação entre os apoios ao investimento público e privado e a prossecução de objetivos de ordenamento do território estabelecidas nos instrumentos de gestão territorial, nomeadamente, de âmbito municipal e regional.

De referir o papel da Rede de Avaliação do QREN, no âmbito da coordenação global da avaliação. Ao longo do ano de 2012, foram realizadas 2 reuniões da Rede de Avaliação (em 20 de julho de 2012 e em 20 de novembro de 2012) promovendo desta forma, o debate de ideias e o acompanhamento mais próximo das fases de lançamento e posteriormente, de execução, dos vários exercícios de avaliação, ao nível do QREN e dos vários PO. Dessas reuniões resultaram importantes orientações para o desenvolvimento dos trabalhos, tendo sido promovido e articulado o processo de aditamento ao plano global de avaliação do QREN, e por inerência dos planos de avaliação de cada PO (conforme acima citado).

### 2.7.3. Avaliação Ambiental Estratégica

#### **Avaliação e controlo dos efeitos significativos no ambiente decorrentes da aplicação dos apoios do INALENTEJO**

##### **A monitorização ambiental estratégica**

No âmbito do relatório de execução relativo a 2010 foi apresentado um primeiro balanço dos resultados obtidos pelo sistema de monitorização ambiental estratégica aplicado ao PO – e que envolve, na sua dimensão plena, todas as Autoridades de Gestão dos PO financiados pelo FEDER e/ou Fundo de Coesão, o IFDR e o Observatório do QREN – e que se destina, de forma contínua, a aferir os efeitos significativos sobre o ambiente decorrentes da execução do PO Alentejo, e, simultaneamente, a avaliar em que medida estão a ser consideradas as recomendações dirigidas ao PO Alentejo (inscritas no Relatório Ambiental da AAE<sup>2</sup>).

O capítulo apresentado no Relatório de Execução de 2010, em conjunto com o Relatório de Avaliação e Controlo dos Efeitos no Ambiente decorrentes da aplicação QREN, traduziu um primeiro reporte enquadrado nos requisitos de continuidade inerentes ao regime de AAE<sup>3</sup>.

---

<sup>2</sup> A AAE das intervenções estruturais cofinanciadas pelo FEDER e pelo FC, foi desenvolvida em 2007 por uma equipa independente constituída por especialistas em ambiente da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa e dela resultou o Relatório Ambiental que constitui a base de referência para a monitorização ambiental estratégica.

<sup>3</sup> De acordo com o Decreto-Lei nº 232/2007, as “Entidades responsáveis pela elaboração do “Programa” deverão avaliar e controlar os efeitos significativos no ambiente decorrentes da sua aplicação (...) e “Os resultados do controlo são divulgados pelas entidades referidas (...) através de meios eletrónicos e atualizados com uma periodicidade mínima anual”. O mesmo diploma define ainda que “Os resultados do controlo realizado (...) são remetidos à APA, cabendo a esta entidade, por sua vez, assegurar o intercâmbio dessa informação com a Comissão Europeia, bem como a sua disponibilização a todos os interessados”.

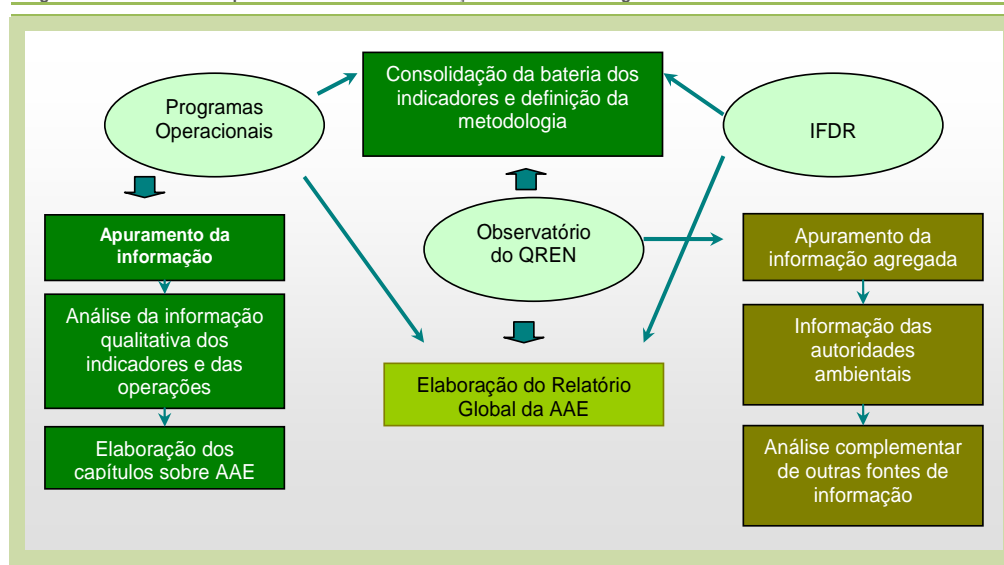
A metodologia adotada para a componente de participação do público e envolvimento dos agentes no processo – constituída por um evento de divulgação e discussão pública, realizado em Beja a 8 de outubro de 2010 e pela disponibilização do relatório de avaliação e controlo dos efeitos no ambiente decorrentes da aplicação do QREN no respectivo *website* – permitiu constatar o interesse sobretudo dos parceiros institucionais do setor ambiental nos resultados do exercício efetuado pelas autoridades de governação e de gestão do QREN tendo em conta a natureza inédita do mesmo e um insuficiente envolvimento dos parceiros sociais nos processos de avaliação ambiental estratégica na sua fase de monitorização. Acresce ainda que, na sequência do envio do referido relatório à Agência Portuguesa do Ambiente, o mesmo foi disponibilizado igualmente no *website* daquela instituição.

No quadro das exigências estabelecidas pelo regime nacional da avaliação ambiental estratégica, será aqui apresentado um novo balanço dos resultados obtidos pelo sistema de monitorização ambiental estratégica aplicado ao PO e os seus resultados serão incorporados no segundo relatório de avaliação e controlo dos efeitos no ambiente decorrentes da aplicação do QREN, o qual será objeto de divulgação pública.

### Consolidação do sistema de monitorização AAE

A criação e consolidação do sistema de avaliação ambiental estratégica e os produtos que dele derivam configuram-se como exercícios complexos, em progressivo aperfeiçoamento, tal como se pode inferir do quadro de responsabilidades ilustrado na figura seguinte.

Figura 2.30: Quadro de responsabilidades na monitorização ambiental estratégica



No reporte referente a 2010 a quantificação de alguns dos indicadores de monitorização ambiental estratégica (adiante designados pelo acrónimo MEA) não foi viável. Por um lado, em algumas áreas, ainda não se registavam, à data de análise daquele exercício, operações aprovadas e contratadas, pelo que a sua quantificação não se justificava; por outro, alguns destes indicadores não são quantificáveis por dificuldade no seu apuramento, requerendo procedimentos específicos de cálculo ou estimação, cuja concretização se verificará apenas em futuros exercícios, beneficiando do recurso a especialistas externos<sup>4</sup>. Na mesma situação se encontram alguns dos indicadores de mensuração das Recomendações, cuja informação passível de recolha pela AG requer um reforço de apuramento através de estudos de caso e avaliações específicas.

Atendendo, assim, às necessidades de recolha e de análise de informação que emergiram do exercício realizado em anos anteriores, foram definidos mecanismos suplementares de aferição que passamos a descrever:

- Realização de estudo relativo a alterações do uso do solo induzidas pelos projetos apoiados e a afetação de ecossistemas sensíveis para a conservação da natureza (este estudo encontra-se na fase de apresentação do relatório inicial, estando inicialmente previsto a apresentação de informação em 3 momentos – no início de 2012 relativo aos anos anteriores, e atualização em 2013 e 2014); o estudo contribuirá para:
  - i) identificar as alterações de uso do solo diretamente induzidas pelos projetos apoiados;
  - ii) identificar a contribuição do PO para os seguintes objetivos estratégicos<sup>5</sup> estabelecidos na AAE:
    - reduzir a taxa de perda de biodiversidade;
    - reduzir as pressões humanas sobre a biodiversidade;
    - manter a integridade e a provisão dos bens e serviços dos ecossistemas.

---

<sup>4</sup> Estão neste caso, por exemplo, os indicadores referentes a emissões GEE ou de consumos energético

<sup>5</sup> A prossecução destes objetivos pressupõe a salvaguarda das Áreas Classificadas (AC) para a conservação da natureza e da biodiversidade, designadamente, os sítios da Rede Natura 2000 (ZPE e ZEC) e as áreas da Rede Nacional de Áreas Protegidas (AP). Este indicador permite determinar a extensão de sobreposição das intervenções apoiadas com as AC.

- Realização de avaliação, no início de 2013, sobre consumo de materiais associados à execução de projetos apoiados pelo PO incorporando as seguintes dimensões: padrão de consumo de materiais associado aos projetos apoiados; intensidade de materiais dos projetos apoiados; padrão de consumo de energia dos projetos apoiados; intensidade energética dos projetos apoiados; padrão de consumo de água dos projetos apoiados.

### **Conclusões do exercício de 2012 e ajustamentos introduzidos**

No ano de 2010, procedeu-se a uma normalização de conceitos e procedimentos, que ainda se mantêm, no sentido de aferir e articular as metodologias necessárias para a recolha de informação ao nível das operações, de forma a permitir melhorar o apuramento dos dados.

Importa mencionar as entidades com responsabilidades em matérias ambientais e que intervêm em diversas fases do ciclo da vida das operações, assim, conforme já referido no ano anterior:

- pareceres da direção de serviços de ambiente da CCDRA;
- pareceres da ARH Alentejo e da ARH Tejo;
- pareceres da APA;
- ANPC no âmbito dos projetos de proteção de riscos naturais e tecnológicos;
- ICNF, no âmbito da gestão ativa de espaços protegidos e classificados que intervêm ao nível da rede natura.

### **Efeitos resultantes da implementação do PO com base nos indicadores de monitorização estratégica ambiental**

A análise que a seguir se apresenta pretende refletir duas dimensões fundamentais do processo de monitorização ambiental estratégica: a aferição do desempenho ambiental e de sustentabilidade do PO e a aferição do grau de cumprimento das recomendações da AAE nas quais o PO é implicado.

Este exercício, na sua componente de aferição de desempenho ambiental e de sustentabilidade, pressupõe que fossem associados aos objetivos estratégicos definidos em AAE os regulamentos e as tipologias de intervenção que para aqueles contribuíssem, bem como uma adequada seleção de indicadores para a mensurabilidade do efeito produzido pelo PO nos mencionados objetivos estratégicos.

- Aferição do Desempenho Ambiental e de Sustentabilidade do INALENTEJO:

- no objetivo estratégico “promover a transparência, participação, responsabilidade, eficácia e coerência dos serviços públicos”, será de realçar o contributo dos projetos aprovados no INALENTEJO, no que respeita à “população servida pelas lojas do cidadão/centros multisserviços e balcões únicos”, com um valor de população de 539.678 habitantes, que significam cerca de 70% da população da Região Alentejo, não se verificando alteração em relação ao ano anterior, embora existam novas operações aprovadas.
- “garantir a Universalidade no acesso a cuidados de saúde, valorizando os cuidados de saúde primários e a resposta aos grupos mais vulneráveis”, deve ser avaliado tendo em conta que esta não constitui uma área prioritária de intervenção deste PO. Ainda assim, e com base no indicador “população servida pelas unidades de saúde apoiadas” destaca-se que com os projetos apoiados pelo INALENTEJO, este Programa contribui para o acesso à totalidade da população da região, uma vez que, entre outros, abarcam os hospitais distritais. Situação que já se verificava nos anos anteriores, embora em 2012, tivesse havido a aprovação de 4 novos projetos.
- a prossecução do objetivo estratégico “garantir a universalidade no acesso e melhorar as condições do ensino”, constitui um dos domínios com particular peso nos apoios no INALENTEJO, que com os seus apoios, contribuiu para que 21.564 alunos fossem abrangidos no âmbito de escolas da educação pré-escolar e da rede escolar do 1.º ciclo do ensino básico (17.367), e alunos em escolas do 2.º e 3.º ciclos do ensino (4.197), com cerca de 74 projetos de educação. Entende-se igualmente que com as intervenções na requalificação da rede de escolas atrás referidas, o INALENTEJO, contribui igualmente para a “redução da pobreza e promoção da equidade, igualdade de oportunidades e da coesão social”, objetivo estratégico no qual se enquadram infraestruturas e equipamentos desportivos e de cariz social e que atingiu 131 projetos, em 2012.
- o indicador da população beneficiada por intervenções de regeneração urbana ou requalificação urbana apoiadas, no valor de 217.472, traduz o contributo do INALENTEJO, para a “promoção da melhoria da qualidade do ambiente urbano”, situação que não teve alteração em relação ao ano anterior.

- “servir 95% da população com sistemas públicos de abastecimento de água” constituía um objetivo estratégico, sendo este avaliado através do indicador do n.º de pessoas servidas por sistemas de abastecimento de água em resultado dos projetos apoiados, sendo que o contributo do INALENTEJO se traduz num acréscimo de população abrangida de 2.594 habitantes. Importa realçar que a elegibilidade deste tipo de operações transitou para o POVT, no âmbito da reprogramação técnica do INALENTEJO, aprovada a 15 de dezembro de 2011 (impossibilitando novas aprovações) as restantes operações, cuja execução permaneceu em 2012 neste PO, a sua transição para o POVT, está em curso, no âmbito da reprogramação estratégica do INALENTEJO, aprovada pela CE em 5 de dezembro de 2012.
- Aferição do grau de cumprimento das recomendações da AAE com base nos indicadores de monitorização das recomendações da AAE.

No âmbito da Avaliação Ambiental Estratégica foi proposto um conjunto de recomendações, as quais mereceram um aprofundado estudo levado a cabo pela Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa, e coordenado pelo Observatório do QREN, com o objetivo de identificar um sistema que permita avaliar o seu cumprimento através de um conjunto de indicadores que vertessem as preocupações constantes nas referidas recomendações.

A Autoridade de Gestão do INALENTEJO, para as recomendações de carácter geral que constam da agenda da Valorização do Território, demonstra particular atenção a esta matéria, prestando a informação recolhida no âmbito das operações contratadas até final de dezembro de 2012.

O Quadro seguinte sintetiza as recomendações gerais em matéria de AAE:

Tabela 2.30: Indicadores de monitorização das recomendações da AAE

Recomendação	Designação do Indicador	Unidade	Operações Contratadas até 31/12/2012
R1	Rácio de integração de critérios ambientais na avaliação de candidaturas (I 1)	%	26%
R2	Rácio de intervenções de natureza imaterial (I 2)	%	39%
R2	Rácio de investimento em intervenções de natureza imaterial (I 3)	%	14%
R3	(I 4) e (I 5)	%	n.d.
R4	Rácio de projetos de inovação empresarial no domínio do ambiente (I6)	%	76%
R4	Rácio de financiamento em inovação empresarial no domínio do ambiente	%	84%
R5 e R6	(I 8 ), (I 9), (I 10 ) e (I 11)		n.d.
R7	Rácio de projetos de infraestruturas contemplando a adoção de práticas de conceção, construção e gestão sustentável (I 12)	%	0%
R8	Nº de operações de ações de divulgação, comunicação e formação ambiental (I 13)	Nº	255
R 8	Pessoas beneficiadas por ações de divulgação, comunicação e formação ambiental	Nº	685.104
R9	Rácio de projetos visando a implementação de medidas preventivas e proactivas de proteção ambiental	%	42%
R10	Rácio de projetos de regeneração/requalificação de construções e infraestruturas	%	56%

## Recomendações Gerais

**Recomendação (R1):** *Deverão ser considerados critérios de natureza ambiental nos processos de avaliação da viabilidade de financiamento dos projetos.*

Apesar de todos os regulamentos aplicados no INALENTEJO preverem a aplicação da legislação ambiental e de ordenamento do território, a aplicação explícita de critérios ambientais na seleção das candidaturas pressupõe um enfoque mais específico, tendo neste âmbito sido aplicados na maioria dos regulamentos critérios de seleção com ponderações ambientais.

A aplicação explícita de critérios ambientais na seleção das candidaturas pressupõe um enfoque mais específico, tendo neste âmbito sido aplicados em cerca de 26% (373/1454) dos projetos contratados.

**Recomendação (R2):** *Devem privilegiar-se as intervenções de natureza imaterial (e.g. requalificação e aproveitamento de infraestruturas e equipamentos existentes, sistemas de informação, ...) em detrimento da construção de novas infraestruturas e equipamentos.*

As tipologias de operações aprovadas que recaem nesta recomendação, e que se consubstanciam em despesas cuja componente imaterial é superior a 39% do total elegível, incluem nomeadamente, estudos e planos necessários à implementação das operações, bem como ações demonstradoras do uso eficiente dos recursos, ações de mobilização que promovam um melhor conhecimento junto da população, bem como ações de monitorização ambiental, obtendo-se a percentagem de 39 % (561/1454) no Indicador 2 e no Indicador 3, a percentagem de 14% (162 M€/ 1.175 M€).

**Recomendação (R7):** *Deve ser promovida a adoção de práticas de construção sustentável e de gestão ambiental na construção e operação das infraestruturas.*

A construção sustentável e a gestão ambiental pressupõem a adoção de práticas que visam a integração de processos como a incorporação de materiais reciclados, preocupações decorrentes da melhoria e eficiência energética ou de proteção e preservação de biodiversidade urbana, com enfoque apenas nas operações aprovadas em exclusivo em infraestruturas, a partir de um montante total de 5 M€. Sendo assim, no INALENTEJO os investimentos em infraestruturas com construção sustentável ou gestão ambiental, e no montante definido, não têm representatividade, sendo que a alteração em relação ao ano transato resulta de rescisão de projetos.

**Recomendação (R8):** *As ações de proteção e valorização do ambiente devem ser acompanhadas da promoção de ações de sensibilização da população para a poupança de recursos, nomeadamente consumos de água e energia, bem como para a redução da produção de resíduos e reciclagem*

Os dois indicadores que sustentam esta recomendação visam quantificar por um lado, todas as operações que promovem em exclusivo ações destinadas à divulgação, comunicação e formação ambiental que foram apoiadas pelo Programa, e por outro lado, a totalidade dos cidadãos que beneficiaram das mesmas, e que abrangem respetivamente, 255 iniciativas, as mesmas que em 2011 (I13), não se verificando, também, alteração no (I14) nº de pessoas beneficiadas com 685.104.

**Recomendação (R9):** *Devem ser privilegiadas intervenções de natureza preventiva e proactiva na resolução dos problemas ambientais em detrimento da implementação de soluções de “fim-de-linha” ou de medidas de natureza exclusivamente curativa.*

Tendo como objetivo medir a prevenção em detrimento da cura, as operações aprovadas no âmbito deste critério incluem medidas que apontem para a redução de poluição e resíduos tóxicos na fonte de origem, medidas preventivas no que respeita à erosão costeira, bem como medidas que anatem o uso eficiente de recursos. Assim, no rácio proposto no Indicador 15, obtém-se 42% (92/217), mantendo-se a situação do ano transato.

**Recomendação (R10):** *Nas intervenções de reforço do sistema urbano, bem como nas redes, infraestruturas e equipamentos para a coesão territorial e social deve privilegiar-se a requalificação de construções e infraestruturas em detrimento de construções novas.*

Numa lógica de reconstruir e requalificar as infraestruturas já existentes em detrimento da construção de novas, incluem-se fundamentalmente, como tipologias de intervenção, os equipamentos estruturantes do sistema urbano, a requalificação da rede escolar e a mobilidade territorial e de Regeneração Urbana, obtendo-se o rácio de 56% (466/835).

### 3. EXECUÇÃO POR EIXO PRIORITÁRIO

#### 3.1. Eixo Prioritário 1 – Competitividade, inovação e conhecimento

A agenda operacional Fatores de Competitividade do QREN, onde se insere o eixo 1, assume como objetivo central a contribuição para a promoção de níveis de crescimento económico que assegurem a retoma sustentada da trajetória de convergência real da economia do Alentejo com Portugal e a União Europeia, baseada na competitividade da região, das empresas e dos territórios.

O eixo 1, representa aproximadamente 37% da dotação financeira do PO e engloba, por um lado, a generalidade dos incentivos às empresas previstos no programa, e por outro lado, um conjunto de tipologias de financiamento direcionadas para entidades de natureza pública ou privada sem fins lucrativos, na ótica da melhoria da envolvente económica.

Durante o ano 2012, na sequência reprogramação estratégica ocorrida no INALENTEJO, o eixo 1 sofreu algumas alterações na sua estrutura designadamente, pelo posicionamento dos sistemas de incentivos às empresas numa ótica de domínio e de maior predominância financeira e pela retirada de enquadramento do regulamento específico energia e do sistema de apoios à modernização administrativa, para novas candidaturas.

A par com estas alterações, coincidiu a alteração do contrato de delegações de competências com subvenção global com as comunidades intermunicipais, no sentido da redução das competências delegadas, o que claramente teve impacto na orgânica do eixo.

Importa assim destacar as articulações e o contributo dos objetivos de eixo para os objetivos do INALENTEJO:

- incentivar a criação de empresas e o empreendedorismo;
- aumentar as atividades de I&D associadas aos clusters estratégicos;
- apoiar a incorporação de inovação e conhecimento nas empresas;
- promover a densificação do relacionamento empresarial em clusters;
- constituir uma rede regional de centros tecnológicos;
- reforçar a rede regional de parques empresariais;
- reforçar as conexões em rede dos atores regionais através da adoção das TIC;
- dinamizar a captação de investimento para a região.

Dos objetivos específicos do eixo 1:

- incentivar a criação de empresas inovadoras;
- incentivar o empreendedorismo de base tecnológica
- promover a I&DT nas micro e pequenas empresas em regime de cooperação empresarial;
- apoiar atividades conjuntas de I&DT entre empresas e entidades do sistema científico e tecnológico;
- incentivar a inovação produtiva nas micro e pequenas empresas;
- promover a diversificação do tecido empresarial, reforçando a presença em setores intensivos em conhecimento e tecnologia;
- apoiar os setores mais expostos aos mercados internacionais, promovendo o incremento da produção transacionável;
- reforçar a orientação comercial das micro e pequenas empresas para os mercados internacionais;
- promover a densificação do relacionamento empresarial através de ações coletivas;
- dinamizar a transferência de “know-how” das entidades do sistema científico e tecnológico para o tecido empresarial;
- incentivar a instalação de empresas em áreas de acolhimento para a inovação empresarial;
- promover o desenvolvimento da economia digital, em especial, reforçando a competitividade das empresas regionais.
- reforçar a informatização e modernização da administração pública, promovendo a disponibilização de serviços nos meios digitais;
- facilitar o contacto dos cidadãos e empresas com a administração pública, através da reorganização espacial dos serviços;
- aumentar a notoriedade internacional da região para a captação e IDE qualificante e para a atividade turística;

Identificam-se assim, as seguintes áreas de intervenção prioritárias, no âmbito do eixo 1:

- Incentivos à inovação;
- Incentivos à investigação e desenvolvimento tecnológico;
- Incentivos à qualificação e internacionalização de PME;

- Apoio a ações coletivas;
- Economia digital e sociedade do conhecimento;
- Promoção da cultura científica e tecnológico nacional;
- Apoio a entidades do sistema científico e tecnológico nacional;
- Infraestruturas científicas e tecnológicas;
- Áreas de acolhimento empresarial e logístico
- Parques de ciência e tecnologia
- Energia
- Promoção e capacitação institucional
- Apoios à modernização administrativa

### 3.1.1. Cumprimento de metas e análise de progressos

O ano 2012 pautou-se pelo esforço do cumprimento dos prazos de decisão nos avisos postos a concurso, em termos de apreciação de candidaturas, bem como da recuperação dos prazos de validação da despesa apresentada e dos prazos de pagamento.

Durante o ano 2012 foram concluídos os processos de decisão de avisos de concurso e convite abertos em 2011, designadamente no âmbito dos sistemas de apoio a áreas de acolhimento empresarial e logística, promoção e capacitação institucional e energia (avisos de concurso no âmbito do contrato de delegação de competências com as CIM).

Destaca-se ainda o encerramento do aviso de concurso n.º 1/SAESCTN (ALENT-57-2011-20), no âmbito do regulamento específico sistema de apoio a entidades do sistema científico e tecnológico nacional, na tipologia de programas integrados de IC&DT.

No âmbito do previsto no regulamento específico sistema de apoio a entidades do sistema científico e tecnológico nacional, as operações a financiar inserem-se no objetivo geral de crescimento e reforço do sistema científico e tecnológico nacional, tornando-o mais competitivo e agilizando a articulação entre os centros de saber e as empresas.

O aviso de concurso em causa visou o financiamento de operações que reforcem especificamente as competências das instituições científicas e tecnológicas, nomeadamente, através do financiamento de programas e projetos de investigação científica e desenvolvimento tecnológico.

Assumiu especial relevo o encerramento do aviso de concurso conjunto n.º 1 SAICT/ SAPCT, no âmbito dos regulamentos específicos sistema de apoio a parques de ciência e tecnologia e incubadoras de empresas de base tecnológica (SAPCT) e sistema de apoio a infraestruturas científicas e tecnológicas (SAICT), com a aprovação da totalidade das candidaturas integradas no programa estratégico sistema regional de transferência de tecnologia, enquanto programa que se revê no conceito geral de “valor em rede”, numa aposta que assenta no desenvolvimento e qualificação das competências existentes na região, reforçadas e impulsionadas pelas suas redes nacionais e internacionais e vocacionadas para o mercado, tendo como principal valência o desenvolvimento de produtos e serviços inovadores e de qualidade que diferenciem e promovam a região, através da sua dinâmica empresarial e reforço do empreendedorismo.

Considerando as alterações dos contratos de delegação de competências com subvenção global com as comunidades intermunicipais resultantes do processo de avocação que ocorreu no primeiro semestre do ano de 2010, foram ainda concretizados em 2012 os objetivos definidos no ano anterior relativos à verificação e supervisão dos processos inerentes a operações/ pedidos de pagamento no âmbito da contratualização.

Tabela 3.1: Eixo Prioritário 1 – Aprovação

Designação de Eixo Prioritário	Programação Financeira 2007-2013 (PR)		Aprovação (AP)		Taxa de compromisso (AP/PR)
	Inv. Total	FEDER	Inv. Elegível	FEDER	
Total Programa Operacional	1.050.992.450	853.933.978	1.089.427.418	793.186.229	92,89%
FEDER		853.933.978		793.186.229	92,89%
Eixo Prioritário 1	424.174.162	318.130.622	447.855.831	284.150.298	89,32%
Eixo Prioritário 2	132.149.499	112.327.074	162.475.236	125.256.091	111,51%
Eixo Prioritário 3	470.677.979	400.076.282	463.599.483	370.607.502	92,63%
Eixo Prioritário 4	27.529.412	23.400.000	15496.869	13.172.338	56,29%

O esforço de encerramento de avisos de concurso e convites culminou no final do ano numa taxa de compromisso do eixo 1 superior a 89% face ao programado para o período 2007-2013.

Por outro lado, a componente de contratualização de verbas para com as comunidades intermunicipais também se demonstrou decisiva para a análise de progresso e cumprimento de metas.

Os níveis de compromisso atingidos pelo eixo 1 podem ser verificados nos quadros abaixo:

Tabela 3.2 : Aprovação por regulamento específico

Designação de Eixo Prioritário Regulamento Específico	Aprovação	
	n.º	FEDER
<b>Eixo Prioritário 1</b>	<b>693</b>	<b>284.150.298</b>
Regulamento Específico Sistema de Incentivos à Inovação	102	152.614.235
Regulamento Específico Sistema de Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico	25	5.184.035
Regulamento Específico Sistema de Incentivos à Qualificação e Internacionalização de PME	275	24.312.711
Sistema de Incentivos de Apoio Local a Microempresas	0	0
Regulamento Específico Sistema de Apoio a Ações Coletivas	18	5.376.650
Regulamento Específico Economia Digital e Sociedade do Conhecimento	34	12.363.392
Regulamento Específico Sistema de Apoio a Entidades do Sistema Científico e Tecnológico Nacional	9	4.884.525
Regulamento Específico Sistema de Apoio a Parques de Ciência e Tecnologia e Incubadoras de Empresas de Base Tecnológica	8	6.207.958
Regulamento Específico Sistema de Apoio a Infraestruturas Científicas e Tecnológicas	20	9.706.423
Regulamento Específico Sistema de Apoio a Áreas de Acolhimento Empresarial e Logística	22	20.187.129
Regulamento Específico Promoção da Cultura Científica e Tecnológica e Difusão do Conhecimento	11	5.292.570
Regulamento Específico Energia	76	7.861.832
Regulamento Específico Promoção e Capacitação Institucional	60	13.110.428
Regulamento Específico Sistema de Apoios à Modernização Administrativa	33	17.048.406

Tabela 3.3 : Tipologia de operação

Tipologia de operação	Execução		Pagamentos			Total	Taxas	
	Custo total elegível validado	Fundo comunitário validado	Adiantamentos certificáveis – montante fundo	Adiantamentos não certificáveis	Reembolso		realização (EX/AP)	pagamento (PG/AP)
Sistema de Incentivos à Qualificação e Internacionalização de PME	10.996.320	5.074.956	1.226.082	1.301.060	5.074.956	7.602.098	25,92%	31,27%
Sistema de Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico	1.042.529	613.526	734.996	364.856	613.526	1.713.378	26,01%	33,05%
Incentivos à Inovação (SI Inovação)	84.261.391	43.548.527	10.684.844	13.956.513	43.548.527	68.189.884	35,54%	44,68%
Sistema de Incentivos ao Apoio Local a Micro Empresas	0	0	0	0	0	0	0,00%	0,00%
Apoio a entidades do Sistema Científico e Tecnológico Nacional	0	0	0	0	0	0	0,00%	0,00%
Promoção da cultura científica e tecnológica e difusão do conhecimento	807.189	671.703	0	279.292	671.703	950.995	12,69%	17,97%
Execução do sistema de apoios à modernização administrativa	10.073.349	8.419.764	0	1.088.941	8.018.794	9.107.735	49,39%	53,42%
Promoção e capacitação institucional	7.580.208	6.003.762	0	1.610.856	5.934.885	7.545.741	45,79%	57,56%
Execução do sistema de apoio a ações coletivas – SIAC	2.164.387	1.712.804	0	1.252.090	1.681.482	2.933.572	31,86%	54,56%
Sistema de apoio a infraestruturas científicas e tecnológicas	522.070	417.656	0	228.158	417.656	645.813	4,30%	6,65%
Sistema de apoio a áreas de acolhimento empresarial e logística	13.838.658	11.619.163	0	919.821	11.254.260	12.174.081	57,56%	60,31%
Sistema de Apoio a Parques de Ciência e Tecnologia	0	0	0	0	0	0	0,00%	0,00%
Energia	3.091.038	2.317.953	0	676.032	2.067.384	2.743.416	29,48%	34,90%
Economia digital e sociedade do conhecimento – EDSC	11.412.434	9.685.761	0	668.612	9.137.776	9.806.388	78,34%	79,32%
<b>Eixo Prioritário 1</b>	<b>145.789.574</b>	<b>90.085.574</b>	<b>12.645.922</b>	<b>22.346.231</b>	<b>88.420.948</b>	<b>123.413.102</b>	<b>36,15%</b>	<b>43,43%</b>

A taxa de execução o eixo 1 apresenta um valor de 32,29%. No entanto, a sua análise deve ser efetuada de forma separada, consoante se trate de uma taxa de execução relativa aos incentivos às empresas previstos no programa, que no computo das tipologias sistema de incentivos à qualificação e internacionalização de PME, sistema de incentivos à investigação e desenvolvimento tecnológico e incentivos à inovação ronda os 27,49%, ou se trate de tipologias de financiamento, direcionadas para entidades de natureza pública ou privada sem

fins lucrativos, na ótica da melhoria da envolvente económica (todas as restantes), com uma taxa de execução a rondar os 38,7%.

No que respeita às intervenções relacionadas com a envolvente, justifica-se a apresentação de uma taxa de execução baixa e mesmo nula no âmbito do apoio a entidades do sistema científico e tecnológico nacional, do sistema de apoio a parques de ciência e tecnologia e do sistema de apoio a infraestruturas científicas e tecnológicas, porquanto a aprovação de projetos ocorreu essencialmente durante os últimos meses do ano 2012 (e sobretudo no âmbito do sistema regional de transferência de tecnologia).

Nas figuras 3.1 e 3.2 pode observar-se a incidência do eixo 1 ao nível das NUT III.

Gráfico 3.1: Grau de compromisso global face à programação

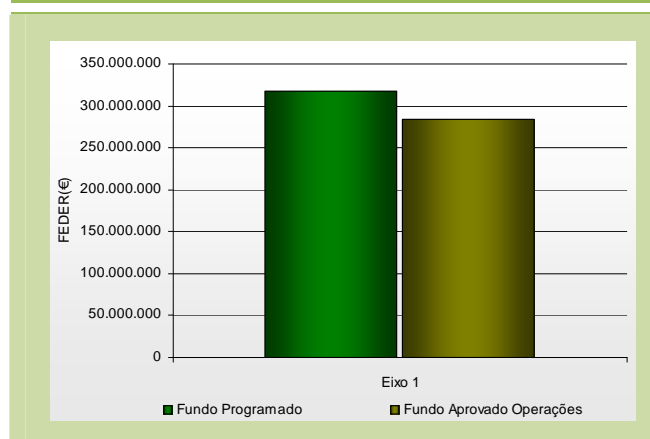


Figura 3.1: Eixo 1 – distribuição do FEDER aprovado por NUT III



Figura 3.2: Eixo 1 – distribuição do FEDER executado por NU III



**Tabela 3.4 : Realização física do eixo prioritário 1**

Indicadores Eixo (alínea c) do n.º 1 do artigo 37.º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006		2008	2009	2010	2011	2012	2015	Total
2-N.º de Empresas criadas	Realização Contratada		10	22	46	25		25
	Realização Executada				1	1		1
	Metas			50			100	100
	Valor de Referência							
3-Empresas criadas nos setores com potencial de crescimento (%)	Realização Contratada		20%	32%	15%	12%		12%
	Realização Executada							
	Metas			25%			40%	40%
	Valor de Referência							26%
4-N.º Start-ups (tecnológicas) criadas	Realização Contratada		0	3	7	12		12
	Realização Executada							
	Metas			12			15	15
	Valor de Referência							
5-N.º de PME envolvidas em ações de cooperação apoiadas	Realização Contratada		0	1	4	4		4
	Realização Executada					1		1
	Metas			40			80	80
	Valor de Referência							n.a.
6-Relevância das atividades I&D em consórcio	Realização Contratada		0%	22%	11%	8%		8%
	Realização Executada					8%		8%
	Metas			7%			35%	35%
	Valor de Referência							19%
7-N.º Ações de cooperação apoiadas	Realização Contratada		0	1	4	4		4
	Realização Executada					1		1
	Metas			4			12	12
	Valor de Referência							
8-Incentivo à inovação produtiva	Realização Contratada		72%	90%	83%	78%		78%
	Realização Executada					35%		35%
	Metas			45%			80%	80%
	Valor de Referência							41%
9-VAB gerado em setores com potencial de crescimento	Realização Contratada		27,4%	11%	29%	13%		13%
	Realização Executada					3%		3%
	Metas			15%			20%	20%
	Valor de Referência							31% e 41%
10-Orientação para a produção transacionável e internacionalizável	Realização Contratada		72%	80%	81%	93%		93%
	Realização Executada					38%		38%
	Metas			50%			80%	80%
	Valor de Referência							
11-Orientação para mercados internacionais	Realização Contratada		3,7	3,6	11,8	3,9		3,9
	Realização Executada							
	Metas			1,5			3,6	3,6
	Valor de Referência							n.a.
12- N.º de Micro e pequenas empresas apoiadas	Realização Contratada		125	226	285	339		339
	Realização Executada					37		37
	Metas			140			450	450
	Valor de Referência							
13 -N.º de PME envolvidas em ações coletivas apoiadas	Realização Contratada		79	79	1.305	1.634		1.634
	Realização Executada					250		250
	Metas			80			260	260
	Valor de Referência							n.a.
14-N.º Ações coletivas apoiadas	Realização Contratada		4	9	17	19		19
	Realização Executada				1	6		6
	Metas			4			20	20
	Valor de Referência							
15-N.º Patentes Registradas por 1.000.000 hab.	Realização Contratada		0	0,000316	0,000506	0,000561		0,000561
	Realização Executada							
	Metas			10			30	30
	Valor de Referência							6
16-N.º Infraestruturas tecnológicas apoiadas	Realização Contratada		0	0	3	28		28
	Realização Executada							
	Metas			2			4	4
	Valor de Referência							
18-N.º áreas de inovação empresarial apoiadas	Realização Contratada		2	8	16	22		22
	Realização Executada				5	10		10
	Metas			5			10	10
	Valor de Referência							
19- % empresas apoiadas com presença na Internet e acesso à banda larga	Realização Contratada		n.d.	n.d.	n.d.	n.d.		n.d.
	Realização Executada							
	Metas			40%			100%	100%
	Valor de Referência							n.a.
20-N.º Projetos apoiados de promoção da economia digital	Realização Contratada		3	11	26	37		37
	Realização Executada				11	15		15
	Metas			20			30	30
	Valor de Referência							
48- N.º de projetos de modernização administrativa (serv. Públ.) apoiados	Realização Contratada	2	7	8	22	22		22
	Realização Executada				3	7		7
	Metas			12			25	25
	Valor de Referência							
49- População servida por lojas de cidadão e centros multiserviços	Realização Contratada		70,3%	70,3%	70,3%	70,3%		70,3%
	Realização Executada							
	Metas			30%			70%	70%
	Valor de Referência							0%

**Tabela 3.4 : Realização Física do Eixo Prioritário 1 (cont.)**

Indicadores Eixo (alínea c) do n.º 1 do artigo 37.º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006

		2008	2009	2010	2011	2012	2015	Total
50- N.º de lojas do cidadão e centros multiserviços apoiados	Realização Contratada		40	40	49	49		49
	Realização Executada					3		3
	Metas			15			40	40
	Valor de Referência							
52- N.º ações promocionais apoiadas	Realização Contratada		n.d.	3	28	41		41
	Realização Executada				6	10		10
	Metas			8			15	15
	Valor de Referência							
63- N.º de estágios apoiados	Realização Contratada					n.d.		n.d.
	Realização Executada							
	Metas						3.002	
	Valor de Referência							
64- N.º de estagiários integrados	Realização Contratada					n.d.		n.d.
	Realização Executada							
	Metas						2.176	
	Valor de Referência							
65 – N.º de ativos abrangidos em ações de formação	Realização Contratada					n.d.		n.d.
	Realização Executada							
	Metas						10.204	
	Valor de Referência							
66 – N.º de ativos que concluíram ações de formação para a inovação e gestão	Realização Contratada					n.d.		n.d.
	Realização Executada							
	Metas						9.184	
	Valor de Referência							
67 – N.º de iniciativas de criação e emprego apoiadas	Realização Contratada					n.d.		n.d.
	Realização Executada							
	Metas						1.686	
	Valor de Referência							
68 – Pessoas abrangidas por iniciativas de criação de emprego apoiadas	Realização Contratada					n.d.		n.d.
	Realização Executada							
	Metas						3.371	
	Valor de Referência							
<b>Indicadores Comuns Comunitários (core indicators)</b>								
1 Empregos criados	Realização Contratada		SI – 1453 O. Reg- 12 Total-1.465	SI – 3.965 O. Reg-352 Total-4.317	SI – 3.650 O. Reg-709 Total-4359	SI – 4.136 O. Reg-817 Total-4953		SI – 4.136 O. Reg-817 Total-4953
	Realização Executada							
2 dos quais : homens	Realização Contratada		SI – n.d. O. Reg- 6	SI – n.d. O. Reg-203	SI – n.d. O. Reg- 390	SI – n.d. O. Reg- 451		--
	Realização Executada							
3 dos quais : mulheres	Realização Contratada		SI – n.d. O. Reg- 6	SI – n.d. O. Reg-149	SI – n.d. O. Reg- 319	SI – n.d. O. Reg- 366		--
	Realização Executada							
4 N.º de projetos de I&DT	Realização Contratada		4	8	21	28		28
	Realização Executada							
5 N.º de projetos de cooperação empresas - instituições de investig.	Realização Contratada		2	1	2	2		2
	Realização Executada							
6 Empregos na investigação criados	Realização Contratada		13	167	232	246		246
	Realização Executada							
7 N.º de projetos de apoio	Realização Contratada	30	121	220	305	334		334
	Realização Executada				17	29		29
8 N.º de novas empresas (start-up) apoiadas	Realização Contratada	4	10	26	46	25		25
	Realização Executada				2	1		1
9 Empregos criados em projetos de apoio direto ao investimento das PME	Realização Contratada		1.453	3.961	3.991	4.136		4.136
	Realização Executada							
10 Investimento induzido (em M€)	Realização Contratada	15,6	163,9	130,2	325	339		339
	Realização Executada					12,1		12,1
11 N.º de projetos (sociedade de inform.)	Realização Contratada		9	12	33	42		42
	Realização Executada				2	10		10
12 Acréscimo de população com acesso à banda larga	Realização Contratada		61.451	65.734	65.734	65.734		65.734
	Realização Executada							
23 N.º de projetos (energias renováveis)	Realização Contratada		n.d.	5	46	79		79
	Realização Executada				6	22		22
24 Capacidade Suplem. de produção de energia a partir de fontes renováveis (MWh)	Realização Contratada		n.a.	n.a.	n.a.	n.a.		n.a.
	Realização Executada							
34 N.º Projetos (turismo)	Realização Contratada		0	50	80	63		63
	Realização Executada							
35 N.º empregos criados ETI (Turismo)	Realização Contratada		0	178	1.549	1050		1.549
	Realização Executada							

n.d. – não disponível

Dos indicadores que constam na tabela (na componente indicadores comuns comunitários), é de destacar o indicador 8 – incentivo à inovação produtiva – que se situa nos 78%, no que diz respeito à realização contratada quando o grau de cumprimento para 2015 seria de 80%.

Outros indicadores, como os que se associam à capacidade de internacionalização também se destacam pela positiva, o que releva o aumento da capacidade de penetrar nos mercados externos por parte dos promotores. Esta situação é tanto mais importante, uma vez que será, em grande parte, através das exportações que as empresas poderão aumentar o volume de negócios e manter a capacidade de criação de postos de trabalho perante um mercado doméstico em quase estagnação ou mesmo recessão.

Outros dois indicadores que merecem destaque é o número de empresas criadas e o número de *start-ups* tecnológicas criadas que, relativamente ao ano anterior, registaram um ligeiro decréscimo. Esta situação poderá ser explicada pelas circunstâncias menos favoráveis em que o país se encontra, e em particular a região, travando a iniciativa individual mesmo que, em termos conceptuais, haja uma relação positiva entre desemprego qualificado e a criação do próprio emprego.

No que diz respeito aos indicadores comuns comunitários, existe uma evolução positiva praticamente em todos os itens avaliados. De destacar o emprego criado no conjunto dos setores de atividade elegíveis que tem uma evolução positiva, contribuindo para ajudar a inverter o ciclo que se tem verificado nos últimos anos na região com elevadas taxas de desemprego. A exceção vai para o setor do turismo cuja criação de emprego teve um ligeiro decréscimo mas, ainda assim, não o suficiente para descompensar a criação de postos de trabalho nos restantes setores de atividade.

Em termos gerais, crê-se que os indicadores mostram os efeitos positivos dos diversos instrumentos de política pública que têm sido utilizados na região ao longo deste quadro de apoio. Estes instrumentos de intervenção pública, e tendo em conta a situação económica que o país atravessa, são tanto mais importantes uma vez que tentam imprimir comportamentos contracíclicos nas variáveis económicas de âmbito regional.

Considera-se que o contributo do eixo 1 para a promoção da igualdade entre homens e mulheres, foi, em termos genéricos, positivo tendo em conta que os dados apurados até final de 2012, não denotam a existência de critérios discriminatórios no acesso ao emprego. Acresce que a meta prevista para 2015 em termos de criação global de postos de trabalho foi superada em termos de contratação, perspetivando-se que em termos de execução se venha a aproximar da meta estabelecida.

O investimento em formação profissional associados a projetos que se enquadrem nas tipologias de apoios estabelecidas nos regulamentos próprios, designadamente pelo sistema de incentivos à inovação e sistema de incentivos à qualificação e internacionalização de PME,

sendo o valor de investimento elegível aprovado no âmbito das operações do INALENTEJO aproximadamente de 609 mil€.

Considera-se ainda que na generalidade, o valor dos indicadores do eixo permite concluir que as metas do programa serão cumpridas.

### 3.1.2. Análise qualitativa

A dinâmica do eixo 1 foi influenciada pelas operações apoiadas no âmbito do sistema de incentivos às empresas, designadamente porque, na sequência da reprogramação estratégica de dezembro de 2012, foi possível reforçar fortemente as dotações dos avisos de concurso objeto de decisão, conforme se verifica nas tabelas abaixo. O reforço financeiro da área dos sistemas de incentivos possibilitou ainda uma significativa alocação de verbas aos avisos que abertos em 2012.

No decurso de 2012, promoveu-se a continuidade da aplicação da generalidade dos instrumentos de financiamento, na sequência da apreciação e decisão de um conjunto significativo candidaturas submetidas a avisos de concurso no quadro dos regulamentos específicos sistema de apoio a áreas de acolhimento empresarial e logística, energia, sistema de apoio a entidades do sistema científico e tecnológico nacional (SAESCTN), sistema de apoio a parques de ciência e tecnologia e incubadoras de empresas de base tecnológica (SAPCT), sistema de apoio a infraestruturas científicas e tecnológicas (SAICT), e promoção e capacitação institucional (PCI).

### Situação dos Avisos Abertos de 1 de janeiro de 2012 a 31 de dezembro de 2012

- Regulamento específico – SI qualificação PME

Tabela 3.5: Regulamento Específico – SI Qualificação PME

Avisos de Concursos	Data			Tempo Médio de Decisão (dias)	Candidaturas							
	Abertura	Encerramento	Decisão		Entradas		Aceites		Aprovadas		Contratadas	
					N.º	Inv. Proposto	N.º	Inv. Proposto	N.º	Inv. Eleg.	N.º	FEDER
ALENT-01-2012-04	27-02-12	16-04-12	17-10-12	181	79	25.794.744	63	20.768.027	49	12.578.777	12	2.846.353
ALENT-01-2012-05	31-07-12	31-10-12			2	1.343.387	0	0	0	0	0	0
ALENT-01-2012-06	24-10-12	16-09-13			68	24.692.862	0	0	0	0	0	0
ALENT-01-2012-07	24-10-12	15-07-13			1	1.144.667	0	0	0	0	0	0
ALENT-01-2012-08	24-10-12	13-11-13			118	2143899	0	0	0	0	0	0

▪ Regulamento específico – SI I&DT

Tabela 3.6: Regulamento Específico – SI I&amp;DT

Avisos de Concursos	Data			Tempo Médio de Decisão (dias)	Candidaturas							
	Abertura	Encerramento	Decisão		Entradas		Aceites		Aprovadas		Contratadas	
					N.º	Inv. Proposto	N.º	Inv. Proposto	N.º	Inv. Eleg.	N.º	FEDER
ALENT-02-2011-01	30-01-12	20-02-12			0	0	0	0	0	0	0	0
ALENT-02-2011-03	24-10-12	20-08-13			5	2.030.093	0	0	0	0	0	0
ALENT-02-2011-04	24-10-12	30-08-13			0	0	0	0	0	0	0	0
ALENT-02-2011-12	24-10-12	30-08-13			0	0	0	0	0	0	0	0

▪ Regulamento específico – SI Inovação

Tabela 3.7: Regulamento Específico - SI Inovação

Avisos de Concursos	Data			Tempo Médio de Decisão (dias)	Candidaturas							
	Abertura	Encer-ramento	Decisão		Entradas		Aceites		Aprovadas		Contratadas	
					N.º	Inv. Proposto	N.º	Inv. Proposto	N.º	Inv. Eleg.	N.º	FEDER
ALENT-03-2012-02	27-02-12	26-04-12	17-10-12	171	53	155.697.847	24	63.263.080	23	55.400.318	8	24.954.158
ALENT-03-2012-03	27-02-12	26-04-12	17-10-12	171	27	25.278.494	5	3.396.044	5	2.457.223	2	1.080.578
ALENT-03-2012-04	24-10-12	05-09-13			15	54.069.093	0	0	0	0	0	0
ALENT-03-2012-05	24-10-12	05-09-13			4	3103827,8	0	0	0	0	0	0

Relativamente às metas que se pretendem atingir no âmbito dos sistemas de incentivos às empresas, os valores alcançados no decorrer de 2012 permitem ter expectativas positivas no que diz respeito ao alcance dos objetivos definidos no INALENTEJO, mesmo tendo em conta a atual conjuntura económica menos favorável.

Terá que se reconhecer, contudo, que a região, e apesar dos melhoramentos introduzidos nos instrumentos associados aos sistemas de incentivos às empresas (melhorias estas publicadas em 25 de outubro de 2010 nos três instrumentos dos sistemas de incentivos às empresas), e à semelhança dos anos anteriores, ainda continua a ter algumas dificuldades no que diz respeito à apresentação de projetos de cooperação entre empresas e entre estas e as instituições do SCT.

Com efeito, e tendo em atenção os dados referentes a 2012, o peso do sistema de incentivos à investigação e ao desenvolvimento tecnológico, no que ao incentivo contratado diz respeito não representa qualquer valor no total aprovado para os três instrumentos dos sistemas de incentivos.

Já no que diz respeito ao sistema de incentivos à qualificação, o incentivo contratado em 2012 representa 10% do total contratado para o conjunto dos sistemas de incentivos, representando a inovação 90,15%.

Embora o incentivo aprovado no âmbito deste último instrumento seja superior ao sistema de incentivos à qualificação, a verdade é que é precisamente na qualificação e internacionalização que a procura e a concretização de intenções e ideias é mais

pronunciada. Com efeito, a natureza dos projetos de qualificação e internacionalização relaciona-se, em primeiro lugar, com ações imateriais que promovem a qualificação das empresas com vista ao aumento do volume de vendas tanto no mercado doméstico, como no mercado internacional, enquanto que projetos inovadores e de investigação prendem-se com atividades produtivas transacionáveis e internacionalizáveis cujos investimentos em ativos de produção têm um peso significativamente superior.

Relativamente aos reembolsos (convém lembrar que os instrumentos associados aos incentivos às empresas têm uma componente reembolsável de fundo) apenas no âmbito da execução de 6 projectos foram efectuados reembolsos no total de 401.546,92€ de incentivo. Estes projectos encontram-se nos sectores da indústria e do turismo.

Da totalidade dos projectos que contam com um incentivo reembolsável, é expectável o reembolso, até ao ano 2021, de 114.165.985,40€.

Tal como aconteceu nos últimos relatórios nunca será demais realçar a excelente colaboração entre os organismos técnicos e a gestão do INALENTEJO, na medida em que se tem vindo a trabalhar de uma forma coordenada em prol de uma cada vez mais rápida e eficaz resposta aos vários promotores e potenciais promotores dos sistemas de incentivos às empresas.

▪ Regulamento específico – Sistema de Apoio a Ações Coletivas - SIAC

Tabela 3.8: Regulamento Específico – Sistema de Apoio a Ações Coletivas – SIAC												
Avisos de Concursos	Data			Tempo Médio de Decisão (dias)	Candidaturas							
	Abertura	Encerramento	Decisão		Entradas		Aceites		Aprovadas		Contratadas	
					N.º	Inv. Proposto	N.º	Inv. Proposto	N.º	Inv. Eleg.	N.º	FEDER
ALENT-28-2012-01	29-10-12	17-12-12			12	8.434.278	0	0	0	0	0	0
ALENT-28-2012-02	07-12-12	14-01-13			3	2.113.539	0	0	0	0	0	0

O regulamento específico SIAC, sendo complementar dos sistemas de incentivos diretamente orientados para as empresas, visa potenciar os seus resultados com a criação ou melhoria das condições envolventes, com particular relevo para as associadas aos fatores imateriais de competitividade de natureza coletiva, que se materializem na disponibilização de bens coletivos ou públicos e na geração de externalidades indutoras de efeitos de arrastamento da economia.

As ações coletivas devem, cumulativamente, estar orientadas para um objetivo de interesse comum, suprir falhas de mercado que afetem um conjunto alargado de empresas, assegurar que o acesso aos produtos e serviços disponibilizados com a sua realização é amplamente publicitado e complementado por ações de demonstração e disseminação.

Constituiu prioridade do aviso de concurso ALENT-28-2012-01, estimular a criação de uma envolvente propícia à renovação e requalificação do tecido empresarial regional, por via da inovação organizacional, do estímulo à produção de bens e serviços transacionáveis, potenciando a internacionalização das PME, da informação dirigida e da cooperação empresarial. Neste contexto consideraram-se passíveis de financiamento os projetos enquadráveis nos domínios de intervenção: inovação e espírito empresarial, com exceção do empreendedorismo; internacionalização, conhecimento, acesso a mercados e valorização da oferta nacional; informação orientada para PME, com exceção da representação dos interesses empresariais em organismos internacionais; redes de cooperação empresarial e valorização dos recursos endógenos das regiões.

No âmbito do convite ALENT-28-2012-02, procurou-se a operacionalização de projetos contemplados pelo Plano Estratégico de Iniciativas de Promoção de Empregabilidade Jovem e Apoio às Pequenas e Médias Empresas – «Impulso Jovem», aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 51-A/2012, de 14 de junho. Pretendeu-se assim dar prioridade à promoção de ações imateriais dirigidas ao fomento do empreendedorismo, nomeadamente o relacionado com o empreendedorismo qualificado, o associativismo juvenil e com o setor cooperativo.

▪ Regulamento específico - Promoção e capacitação institucional

Tabela 3.9: Regulamento Específico - Promoção e Capacitação Institucional												
Avisos de Concursos	Data			Tempo Médio de Decisão (dias)	Candidaturas							
	Abertura	Encerramento	Decisão		Entradas		Aceites		Aprovadas		Contratadas	
					N.º	Inv. Proposto	N.º	Inv. Proposto	N.º	Inv. Eleg.	N.º	FEDER
ALENT-27-2012-01	29-10-12	17-12-12			27	12.291.395	0	0	0	0	0	0

O convite público publicitado em 2012 no âmbito do regulamento específico promoção e capacitação institucional possibilitou o apoio a operações promovidas por associações de municípios, empresas públicas municipais e intermunicipais, agências de desenvolvimento regional, outras entidades públicas, e outras pessoas coletivas de direito público e de direito privado sem fins lucrativos, bem como outras entidades públicas ou privadas similares.

Sublinha-se, no contexto do convite público em causa, o enfoque dado à preparação de parcerias estratégicas para a implementação de iniciativas inovadoras para o desenvolvimento territorial, e a promoção de projetos inovadores com elevado efeito demonstrativo incidindo nos domínios da informação de apoio ao desenvolvimento, dinamização turística, promoção dos produtos regionais ou de fileiras produtivas, cooperação e promoção externa e promoção e produção de conteúdos regionais e apoio à inovação organizacional.

- Regulamento específico – Apoio a áreas de acolhimento empresarial e logística

Tabela 3.10: Regulamento Específico – Apoio a Áreas de Acolhimento Empresarial e Logística

Avisos de Concursos	Data			Tempo Médio de Decisão (dias)	Candidaturas							
	Abertura	Encerramento	Decisão		Entradas		Aceites		Aprovadas		Contratadas	
					N.º	Inv. Proposto	N.º	Inv. Proposto	N.º	Inv. Eleg.	N.º	FEDER
ALENT-63-2012-01	29-10-12	17-12-12	-	-	4	5.058.737	0	0	0	0	0	0

O regulamento específico sistema de apoio a áreas de acolhimento empresarial e logística visa a criação, requalificação e reconversão de áreas de acolhimento empresarial, elevando a qualidade e qualificação, racionalizando e dando coerência à rede regional e local deste tipo de espaços, bem como o apoio à gestão destas plataformas, nomeadamente no que respeita à oferta de serviços partilhados e, ainda, a promoção do empreendedorismo local.

No âmbito do aviso de concurso em causa, consideraram-se passíveis de financiamento os projetos enquadráveis nas seguintes tipologias:

a) Áreas de acolhimento empresarial - infraestruturas físicas: projetos de infraestruturas físicas de criação, expansão, qualificação e reconversão de AAE, inseridos numa ótica de coerência, racionalidade e complementaridade no seio da rede regional e supramunicipal de AAE. Esta tipologia compreende, nomeadamente, edifícios e instalações, infraestruturas físicas de uso coletivo, tais como infraestruturas viárias, de telecomunicações, de banda larga, de distribuição de água e energia, de recolha de resíduos e efluentes e outras tecnicamente necessárias;

b) Intervenções na rede logística de 2.º nível: implementação ou reordenamento de áreas de atividade logística de 2.º nível (não inseridas na rede nacional logística), envolvendo infraestruturas físicas de criação, expansão, qualificação e reconversão da rede logística de 2.º nível, inseridos numa ótica de coerência, racionalidade e complementaridade com a rede nacional logística, a rede regional de áreas de acolhimento empresarial e o micro-abastecimento logístico das principais cidades do sistema urbano regional.

Atendendo às particularidades do regulamento específico as candidaturas entradas no âmbito deste aviso de concurso enquadraram-se genericamente no âmbito da tipologia relativa a intervenções na rede logística de 2.º nível.

### Situação dos Avisos Abertos no final de 2011 e encerrados em 2012

Tabela 3.11: Situação dos Avisos 2011/2012												
Avisos de Concursos	Data			Tempo Médio de Decisão (dias)	Candidaturas							
	Abertura	Encer-ramento	Decisão		Entradas		Aceites		Aprovadas		Contratadas	
					N.º	Inv. Proposto	N.º	Inv. Proposto	N.º	Inv. Eleg.	N.º	FEDER
Sistema de Incentivos à Qualificação e Internacionalização de PME												
ALENT-01-2011-14	23-12-11	02-04-12	25-06-12	83	2	327.689	2	327.689	2	92.094	2	92.094
ALENT-01-2012-01	23-12-11	03-02-12	18-04-12	75	46	1.187.229	34	860.703	34	860.703	22	557.828
Sistema de Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico												
ALENT-02-2011-17	23-12-11	26-03-12	05-07-12	99	12	7.242.384	4	2.088.471	3	1.348.653	3	1.348.653
ALENT-02-2011-18	23-12-11	17-02-12	23-05-12	96	1	528.714	1	528.714	1	527.299	1	527.299
Sistema Incentivos à Inovação												
ALENT-03-2011-15	23-12-11	11-04-12	25-07-12	104	10	19.391.568	1	379.460	1	379.460	0	0
Sistema de Apoio a Infraestruturas Científicas e Tecnológicas												
ALENT-62-2011-01	02-02-11	30-06-12	08-11-12	128	19	15.738.591	18	15.492.635	18	10.887.014	18	10.887.014
Sistema de Apoio a Parques de Ciência e Tecnologia												
ALENT-64-2011-01	02-02-11	30-06-12	07-11-12	127	9	14.758.439	8	14.159.475	8	8.436.956	8	8.436.956
Sistema de Apoio a Entidades do Sistema Científico e Tecnológico Nacional (aviso com decisão em 2012)												
ALENT-24-2011-20	15-06-11	30-09-11	04-10-12	364	20	9.916.834	19	9.469.531	9	5.746.500	6	5.237.567

Durante o ano 2012 foi possível encerrar um conjunto importante de avisos de concurso, com especial destaque para as operações dos avisos ALENT-62-2011-01 e ALENT-64-2011-01 que concretizam o SRTT – Sistema Regional de Transferência de Tecnologia, tanto em termos de volume de investimento aprovado, como da importância que se reveste para a afirmação da região na área tecnológica e do conhecimento, bem como para o aviso ALENT-24-2011-20 que é em grande medida complementar dos avisos anteriores.

#### 3.1.3. Problemas significativos encontrados e medidas tomadas

Uma das principais dificuldades encontradas tem sobretudo a ver com o baixo nível de execução dos projetos, decorrente nalguns casos da dificuldade dos beneficiários conseguirem assegurar a contrapartida do financiamento no decurso das operações.

Em relação aos sistemas de incentivos, esta situação está diretamente relacionada com a conjuntura económica em que nos encontramos. Para além das dificuldades inerentes ao mercado doméstico, o que faz baixar as expectativas de venda e, como consequência, não raras vezes, a desistência dos próprios projetos, os promotores têm uma enorme dificuldade de acesso ao crédito para financiamento quer de capitais próprios, quer de fundo de maneio.

Neste caso particular dos sistemas de incentivos, e até no sentido de evitar a desistência de projetos e a sua baixa execução, tem vindo a autoridade de gestão a alertar os promotores para a necessidade de um projeto ser sempre apoiado por um bom plano de negócios que, de alguma forma, tente espelhar a realidade em que o projeto será implementado. Por outro lado, tem também tentado sensibilizar os promotores para outras fontes de financiamento de

capitais próprios que não somente o crédito bancário, tal como o capital de risco e outros eventuais financiadores interessados nos projetos em causa.

Relativamente à criação de empresas, os sistemas de incentivos não serão particularmente atrativos, uma vez que exigem montantes de investimento elegíveis elevados se se tiver em conta jovens recém licenciados com boas ideias e que necessitariam de investimentos muito inferiores. É certo que foram criados outros instrumentos, como o Impulso Jovem, mas que apenas permitem um acompanhamento até à idealização do negócio não indo ao financiamento do projeto no que à sua implementação diz respeito. Neste caso, o INALENTEJO tem atuado muitas vezes como facilitador entre o detentor da ideia e potenciais investidores interessados nos projetos.

## 3.1.4. Projeto demonstrativo

## SISTEMA DE INCENTIVOS

### IDENTIFICAÇÃO DA OPERAÇÃO

Designação	<b><i>Reforço das competências da empresa para consolidação da presença ativa da empresa no mercado global, mediante a aposta nos fatores dinâmicos de competitividade</i></b>	
Beneficiário	<b><i>Vale da Rosa - Sociedade Agrícola, Lda.</i></b>	
Investimento da operação		
	Investimento Total	301.104€
	Investimento Elegível	292.960€
	FEDER	131.832€

### CARATERIZAÇÃO DA OPERAÇÃO

Operação aprovada no âmbito do regulamento sistema de incentivos qualificação e internacionalização de PME do eixo 1 – Competitividade, inovação e conhecimento.

Mediante a aposta em fatores dinâmicos de competitividade, os investimentos a concretizar no âmbito do presente projeto serão concentrados a favor de uma atividade a desenvolver no mercado interno e externo, focalizando a sua estratégia no estímulo à competitividade empresarial.

A estratégia de internacionalização mediante a aposta na presença ativa no mercado externo é fundamental para a competitividade delineada para a empresa, que pressupõe a prossecução dos objetivos estratégicos definidos, englobando a realização de um conjunto de investimentos em áreas definidas e entendidas como fundamentais para a sua competitividade, designadamente no domínio da Criação, Moda & Design, das TIC, Comercialização & Marketing e Internacionalização.

Neste sentido, é pretensão da Vale da Rosa incrementar a sua quota no mercado externo, apostando na comercialização de uvas sem grainha produzidas apenas no mercado interno, valorizando a produção interna das PME.

Com o presente projeto de investimento, a Vale da Rosa irá apostar no conhecimento de mercados externos, mediante a aposta na presença e promoção internacional e prospeção de mercados internacionais, prevendo-se que a orientação da empresa para o mercado externo se situe, em ano pós projeto, acima dos de 40%.

## SISTEMA DE INCENTIVOS

### FOTOGRAFIAS



  
**Vale da Rosa®**

## ECONOMIA DIGITAL E SOCIEDADE DO CONHECIMENTO

### IDENTIFICAÇÃO DA OPERAÇÃO

Designação	<b><i>Aquisição de Quadros Interactivos e Equipamentos Acessórios EB1's do Concelho da Chamusca e Centro de Recursos Educativos</i></b>		
Beneficiário	<b><i>Município da Chamusca</i></b>		
Investimento da operação			
	Investimento Total	52.137€	
	Investimento Elegível	90.635€	
	FEDER	41.210€	

### CARATERIZAÇÃO DA OPERAÇÃO

Operação aprovada no âmbito do regulamento *economia digital e sociedade do conhecimento* do eixo 1 – *Competitividade, inovação e conhecimento*.

Este investimento visa dotar a rede de escolas do 1.º ciclo do ensino básico, das ferramentas adequadas que facilitem o acesso às Tecnologias de Informação e Conhecimento em orientação com as políticas públicas nacionais. A implementação destas novas tecnologias no campo escolar alvo conduzirá progressivamente a educação a uma nova dimensão no âmbito da Sociedade do Conhecimento, daí resultando um impacte profundamente positivo.

A presente operação compreende a aquisição de Quadros Interativos e Equipamentos Acessórios, estando previsto um total de 50 equipamentos (50 salas). As características essenciais que se podem destacar deste equipamento são: dispositivo de apresentação que é ligado a um computador com ecrã sensível ao toque; as imagens do computador são projetadas para o quadro através de um projector digital, onde podem ser vistas e manipuladas; os utilizadores podem adicionar notas e clarificar alguns pontos, usando as canetas do próprio quadro; utilizando a caneta de interacção como um rato, o professor ou o aluno podem executar aplicações directamente no quadro; pode-se escrever sobre qualquer conteúdo que apareça no ecrã com tinta digital e depois guardar o seu trabalho num ficheiro para imprimir ou distribuir aos alunos por *e-mail/site* com quadro interactivo e equipamentos acessórios).

A concretização da operação concorre para a introdução de processos inovadores ao serviço do ensino e da aprendizagem, como resultado das orientações do Conselho Europeu para a área da Educação e das delineadas pelo Plano Tecnológico da Educação.

O apetrechamento da rede de escolas do 1.º ciclo do ensino básico com quadros interativos, irá alterar significativamente os métodos de trabalho hoje existentes, permitindo uma maior interatividade entre alunos e professor no decurso das aulas e promovendo índices de motivação acrescidos.

## ECONOMIA DIGITAL E SOCIEDADE DO CONHECIMENTO

### FOTOGRAFIAS



### 3.2. Eixo Prioritário 2 – Valorização do Espaço Regional

O eixo 2 surgiu no seguimento da proposta de reprogramação técnica do INALENTEJO, aprovada em 15 de dezembro de 2011 que consubstancia, a estratégia regional inicialmente definida, em áreas de intervenção, cuja transversalidade de objetivos e/ou de atores envolvidos, justificam um enquadramento regional e sub regional.

A valorização do espaço/território Alentejo é assim prosseguida com a operacionalização de intervenções em áreas temáticas prioritárias, que contribuem para a sua afirmação como região ambientalmente sustentável e socialmente coesa.

As áreas temáticas prioritárias definidas são as que contribuem para:

- a) a melhoria e valorização das condições ambientais;
- b) a melhoria das condições de acesso aos cuidados de saúde e à fruição dos bens culturais materiais e imateriais;

Das áreas temáticas prioritárias decorrem os objetivos específicos definidos para o eixo os quais se materializaram nas áreas de intervenção prioritária e operacionalizaram através de regulamentos específicos.

Importa assim destacar as articulações e o contributo para os objetivos do INALENTEJO:

- gerir eficientemente os recursos hídricos;
- valorizar e gerir as áreas de maior valia ambiental;
- prevenir e mitigar os riscos naturais e tecnológicos;
- assegurar a dotação de serviços coletivos à população;

dos objetivos de eixo 2:

- preservar, valorizar e salvaguardar os recursos naturais, incluindo a melhoria da qualidade e quantidade da água para abastecimento;
- proteger as áreas classificadas e promover a sua fruição e ecoturismo;
- valorizar e ordenar a orla costeira;
- intensificar a redução, reciclagem e reutilização de resíduos sólidos urbanos;
- melhorar a cobertura territorial em equipamentos e serviços na área da saúde;
- promover a valorização do património cultural e sua fruição pública.

### 3.2.1. Cumprimento de metas e análise de progressos

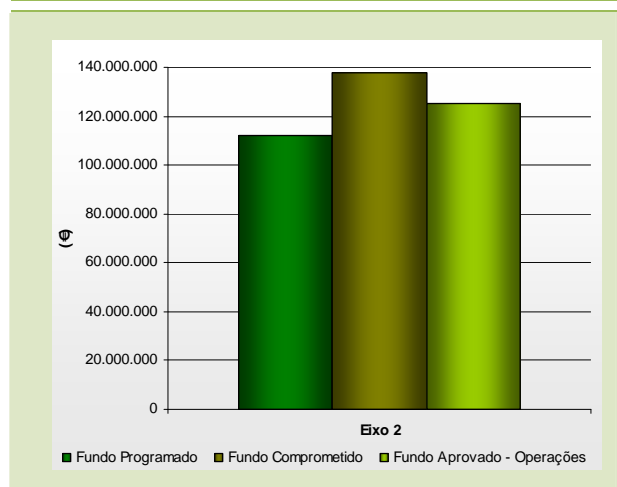
Como se pode verificar pela natureza das áreas de intervenção, trata-se de um eixo em que se espera um maior impacto territorial e um maior efeito sobre a população residente do que a da mera abrangência específica de cada intervenção. Com efeito, é esperado um impacto mais alargado de cada intervenção, que se concretiza através:

- do efeito demonstrador de certas ações de valorização e qualificação ambiental, nomeadamente na área dos recursos hídricos e na sensibilização e educação ambiental;
- do efeito positivo sobre todo o território regional de ações muito concretas, mesmo que de reduzida dimensão financeira, na área da gestão e valorização do litoral, ou na área de valorização e redução de resíduos;
- do efeito mobilizador e pedagógico das ações relacionadas com a preservação e disponibilização do património edificado e do património imaterial e das ações que visam a criação e formação de públicos e de leitores;
- do efeito atrativo, quer do ponto de vista humano, quer económico da melhoria dos parâmetros das condições de saúde da região, propiciado pelas diferentes intervenções nesta área.

Os níveis de compromisso atingidos podem ser verificados nos quadros que seguem:

Tabela 3.12: Eixo Prioritário 2 – Aprovação					
	Programação Financeira 2007-2013 (PR)		Aprovação (AP)		Taxa de compromisso (AP/PR)
	Inv. Total	FEDER	Inv. Elegível	FEDER	
Total Programa Operacional	1.050.992.450	853.933.978	1.089.427.418	793.186.229	92,89%
FEDER		853.933.978		793.186.229	92,89%
Eixo Prioritário 1	424.174.162	318.130.622	447.855.831	284.150.298	89,32%
<b>Eixo Prioritário 2</b>	<b>132.149.499</b>	<b>112.327.074</b>	<b>162.475.236</b>	<b>125.256.091</b>	<b>111,51%</b>
Eixo Prioritário 3	470.677.979	400.076.282	463.599.483	370.607.502	92,63%
Eixo Prioritário 4	27.529.412	23.400.000	15496.869	13.172.338	56,29%

Gráfico 3.2: Grau de compromisso global face à programação



Nas figuras 3.3 e 3.4 pode observar-se a incidência do eixo 2 ao nível das NUT III.

Figura 3.3: Eixo 2 - distribuição do FEDER aprovado por NUT III



Figura 3.4: Eixo 2 - distribuição do FEDER executado por NU III



Tabela 3.13: Aprovação por regulamento específico

Valorização do Espaço Regional/ Regulamento Específico	Aprovação	
	N.º	FEDER
<b>Eixo Prioritário :</b>	<b>282</b>	<b>125.256.091</b>
Regulamento Específico Gestão Ativa de Espaços Protegidos e Classificados	11	2.158.229
Regulamento Específico Ações de Valorização e Qualificação Ambiental	112	30.613.671
Regulamento Específico Ações de Valorização do Litoral	3	497.760
Regulamento Específico Prevenção e Gestão de Riscos Naturais e Tecnológicos (materiais)	6	2.023.170
Regulamento Específico Prevenção e Gestão de Riscos Naturais e Tecnológicos (imateriais)	9	941.928
Regulamento Específico Património cultural	43	16.603.175
Regulamento Específico Saúde	56	50.432.523
Regulamento Específico Rede de Equipamentos Culturais	14	6.379.655
Regulamento Específico Circulo Urbano da Água	7	6.528.739
Regulamento Específico Otimização da Gestão de Resíduos	21	9.077.243

O eixo 2 comprometeu até 31 de dezembro de 2012 cerca de 112% da dotação programada total do FEDER para o mesmo eixo, tendo sido os compromissos assumidos no âmbito dos regulamentos específicos saúde, ações de valorização e qualificação ambiental e património cultural, os que mais contribuíram para este valor.

No âmbito das reprogramações aprovadas, técnica em 15 de dezembro de 2012 e estratégica em 5 de dezembro de 2012, existem áreas de intervenção cujo compromisso não vai registar alterações significativas, pois são áreas que transitaram para o POVT, e onde não irão ocorrer aprovações de novas candidaturas:

- ciclo urbano da água (vertente em baixa modelo não verticalizado);
- preservação e gestão de riscos naturais e tecnológicos (materiais);
- otimização da gestão de resíduos.

No que se refere aos valores de execução temos:

Tabela 3.14: Tipologia de operação

Tipologia de operação	Execução		Adiantamentos não certificáveis	Pagamentos		Taxas	
	Custo total elegível validado	Fundo comunitário validado		Reembolso	Total	realização (EX/AP)	pagamento (PG/AP)
Gestão ativa de espaços protegidos e classificados	867.869	544.700	522.422	505.638	1.028.060	25,24%	47,63%
Ações de valorização e qualificação ambiental	19.466.087	14.853.075	6.051.708	14.488.573	20.540.281	48,52%	67,10%
Ações de valorização do litoral	148.790	126.471	7.475	126.471	133.947	25,41%	26,91%
Prevenção e gestão de riscos naturais e tecnológicos - Materiais	1.856.667	1.500.632	99.881	1.458.143	1.558.024	74,17%	77,01%
Prevenção e gestão de riscos naturais e tecnológicos - Imateriais	56.406	47.461	148.662	47.074	195.736	5,04%	20,78%
Património cultural	7.701.853	6.221.329	2.943.266	6.132.740	9.076.006	37,47%	54,66%
Saúde	32.264.649	24.881.500	3.080.638	23.957.047	27.037.685	49,34%	53,61%
Rede de equipamentos culturais	2.040.635	1.710.762	948.363	1.703.487	2.651.851	26,82%	41,57%
Ciclo urbano da água "vertente em baixa - modelo não verticalizado"	4.176.635	3.527.248	862.831	3.527.248	4.390.079	54,03%	67,24%
Otimização da gestão de resíduos	6.927.148	4.596.132	1.479.994	4.444.782	5.924.776	50,63%	65,27%
<b>Eixo Prioritário 2</b>	<b>75.506.738</b>	<b>58.009.310</b>	<b>16.145.240</b>	<b>56.391.204</b>	<b>72.536.444</b>	<b>46,31%</b>	<b>57,91%</b>

Relativamente à execução financeira verifica-se, até 31 de dezembro de 2012, uma taxa de execução de cerca de 52%, assinala-se contudo, que esta taxa mais do que duplicou face ao

ano transato, refletindo o esforço que a AG tem tido na validação da despesa apresentada pelos promotores.

Na linha do que se passou com o compromisso, foram as operações contidas nos regulamentos saúde, ações de valorização e qualificação ambiental e património cultural que mais contribuíram para a execução do eixo 2.

Nesta data ainda não se encontra encerrada formalmente nenhuma operação neste eixo, embora já ocorram situações de operações aprovadas que se encontram concluídas fisicamente.

Tabela 3.15 : Realização Física do eixo prioritário 2								
Indicadores		2008	2009	2010	2011	2012	2015	Total
Indicadores Eixo (alínea c) do n.º 1 do artigo 37.º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006								
35 – Acréscimo do n.º visitantes às infraestruturas apoiadas	Realização Contratada		11.207	212.995	238.995	238995		238.995
	Realização Executada							
	Metas			40.000			150.000	150.000
	Valor de Referência							NA
36– N.º de elementos patrimoniais apoiados	Realização Contratada	7	8	23	29	38		38
	Realização Executada				14	14		14
	Metas			4			30	30
	Valor de Referência							
62-População servida por unidades de saúde apoiadas	Realização Contratada		n.d.	n.d	767.679	767.679		767.679
	Realização Executada							
	Metas			n.a.			767679	767.679
	Valor de Referência							NA
61-N.º unidades de saúde apoiadas	Realização Contratada	n.d.	n.d.	n.d.	52	68		68
	Realização Executada				13	37		37
	Metas			n.a.			60	60
	Valor de Referência							
39-Acréscimo da população servida por redes novas/intervencionadas de abastecimento de água ao domicílio (sist. Em baixa) <sup>(1)</sup>	Realização Contratada		740	1.664	2.594	2594		2.594
	Realização Executada							
	Metas			7.700			27.000	27.000
	Valor de Referência							NA
40-N.º km rede de abastecimento de água (sist. Em baixa) <sup>(1)</sup>	Realização Contratada		6	16,1	86,6	86,6		86,6
	Realização Executada				6	16,1		16,1
	Metas			80			80	80
	Valor de Referência							
41-N.º de visitantes dos equipamentos de fruição pública apoiados em áreas classificadas	Realização Contratada		52.540	59.540	152.340	152.340		152.340
	Realização Executada							
	Metas			40.000			172.500	172.500
	Valor de Referência							0
42-N.º equipamentos de fruição pública em áreas classificadas (apoiados)	Realização Contratada		4	6	7	7		7
	Realização Executada				1	2		1
	Metas			8			23	23
	Valor de Referência							
44-N.º projetos de valorização de praias	Realização Contratada		5	5	5	5		5
	Realização Executada					2		2
	Metas			4			11	11
	Valor de Referência							
Indicadores Comuns Comunitários (core indicators)								
1	Empregos criados	Realização Contratada		13	134	325	361	361
		Realização Executada						
2	dos quais : homens	Realização Contratada		7	78	154	165	165
		Realização Executada						
3	dos quais : mulheres	Realização Contratada		6	56	171	196	196
		Realização Executada						
25	Acréscimo de população servida nos sistemas de abastecimento de água intervenionados	Realização Contratada		740	1.664	2.594	2.594	2.594
		Realização Executada						
26	Acréscimo de população servida nos sistemas de drenagem e tratamento de águas residuais intervenionadas	Realização Contratada		n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.
		Realização Executada						
27	N.º de projetos de Resíduos Sólidos	Realização Contratada		5	12	18	21	21
		Realização executada						
28	N.º de projetos visando a melhoria da qualidade do ar	Realização Contratada		1	1	1	1	1
		Realização executada						
29	Área reabilitada (em Km²) no âmbito de intervenções de recuperação de passivos ambientais (áreas degradadas e contaminadas)	Realização Contratada		n.d	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.
		Realização executada						

Tabela 3.15 : Realização Física do Eixo Prioritário 2 (cont.)								
Indicadores		2008	2009	2010	2011	2012	2015	Total
Indicadores Comuns Comunitários (core indicators)								
30	Redução de emissões de gases com efeito de estufa (CO <sub>2</sub> equivalentes, Kt)	Realização Contratada		n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
		Realização executada						
31	N.º de projetos (Prevenção de riscos)	Realização Contratada		5	8	14	14	14
		Realização executada				5	5	5
32	População que beneficia de medidas de proteção contra cheias e inundações	Realização Contratada		661.545	767.679	767.679	767.679	767.679
		Realização executada					541.499	541.499
33	População que beneficia de medidas de proteção contra incêndios e outros riscos naturais e tecnológicos (exceto cheias e inundações)	Realização Contratada		661.545	767.679	767.679	767.679	767.679
		Realização executada					541.499	541.499
34	N.º de projetos (Turismo) *	Realização Contratada	2	7	10	22	27	27
		Realização executada				12	12	12
35	N.º de empregos criados (em ETI) *	Realização Contratada		10	14	47	47	47
		Realização executada						
38	N.º de projetos (saúde)	Realização Contratada	6	33	42	57	61	61
		Realização Executada				13	37	

n.d. – não disponível

n.a.- não aplicável

(1) – Os indicadores de eixo 39 e 40 foram eliminados (reprogramação estratégica de 2012), na sequência da transição da elegibilidade da tipologia para o POVT, no entanto, mantém-se o seu registo até à efetiva transição das operações em causa.

Analisando os indicadores de eixo enquadrados no eixo 2, regista-se em 2012, um progresso razoável relativamente aos anos anteriores, embora relativamente aos indicadores associados às áreas prioritárias que transitam para o POVT, estes não venham a apresentar alterações expressivas.

Neste eixo destacam-se alguns indicadores pela sua evolução ou pelo seu desempenho em relação às metas previstas:

- o indicador “n.º de elementos patrimoniais apoiados” apresenta, em 2012, o valor de 38 projectos contratados, sendo 29 projectos em 2011. Destes, 14 projectos encontram-se executados fisicamente, o que significa cerca de 37%. Este dado é ainda mais importante uma vez que a meta prevista para 2015 era de 30 projectos;

O valor já registado até 2012 representa um acréscimo de cerca de 26%, relativamente à programação inicial, que reflete a procura por parte das entidades que detêm elementos patrimoniais à sua guarda, cujo estado de conservação exigiu intervenções de reabilitação que assegurem a sua salvaguarda e fruição pública com fator de valorização e dinamização dos territórios onde se localizam.

O valor executado ainda não é significativo, representando contudo cerca de 50% dos elementos patrimoniais apoiados até 31-12-2011. Como já referido neste relatório a tipologia de entidades que integram este domínio como beneficiárias são muito variadas abrangendo sectores da Administração Central e Local e entidades sem fins lucrativos. No que se refere às primeiras só durante o ano de 2012 foram implementadas as medidas de acréscimo significativo da taxa de co-financiamento o qual irá ter repercussões mais relevantes em 2013 e seguintes. No que se refere ao outro tipo de entidades existe sempre alguma

dificuldade inicial por parte deste tipo de promotores de se adaptar às exigências normativas dos financiamentos.

Devemos salientar também que as intervenções nesta área são mais morosas, devido à sua própria natureza de reabilitação e salvaguarda.

- de realçar a existência de 68 “unidades de saúde apoiadas”, sendo a meta fixada de 60 unidades para 2015. A realização executada atinge, em 2012, cerca de 54%;

As intervenções na área da saúde têm como principal desígnio o reforço da coesão social do Alentejo, como contributo para o desenvolvimento sustentável e a fixação das populações.

Tornou-se assim necessário concluir as redes de equipamentos de saúde com a construção de novas unidades e promover a qualificação e diferenciação de unidades existentes, garantindo-se uma cobertura mais equilibrada e de maior qualidade da oferta de cuidados de saúde, no território. Ultrapassando-se em cerca de 26% a meta inicialmente programada.

No que se refere à execução embora a taxa seja já de 54%, é expectável que esta melhore significativamente em 2013 e seguintes devido à introdução do reforço das taxas de comparticipação que neste caso, em que estamos maioritariamente em presença de promotores da administração central veio conferir um impulso significativo à capacidade de realização dos promotores das operações.

- no que respeita ao “n.º de km de rede de abastecimento de água” (área de intervenção a transitar para o POVT) será de referir que se manteve o valor de 86,6 km, sendo que excedeu o valor da meta prevista para 2015 (80 km);

Ao nível do contributo do eixo 2, para os indicadores Comuns (CE) será de registar o acréscimo verificado no que respeita ao “n.º de projectos de saúde” e “n.º de projectos de turismo” com um forte crescimento.

Relativamente à área da saúde as justificações foram apresentadas. No que se refere ao turismo trata-se de operações relativas à fruição pública de elementos patrimoniais apoiados, ou de espaços de reconhecida valia ambiental, que propiciam o acréscimo de visitantes e de estadia nos territórios envolvidos.

### 3.2.2. Análise qualitativa

O eixo 2 contribuiu como era esperado para o nível de compromisso atingido pelo INALENTEJO até 31 de dezembro de 2012.

Com efeito o peso do eixo 2 no total do valor programado é de 13,15% e o peso do compromisso realizado representa 15,79% do compromisso total do Programa.

No âmbito deste eixo foram publicitados avisos de concurso relativos aos seguintes regulamentos específicos:

- ações de valorização do litoral
- património cultural

Relativamente à área da rede de equipamentos culturais – foi aberto ainda em 2011 um aviso de concurso cujo fecho já veio a ocorrer em 2012.

### Situação dos Avisos Abertos de 1 de janeiro de 2012 a 31 de dezembro de 2012

- Regulamento Específico – Ações de Valorização do Litoral

Tabela 3.16: Situação dos avisos – Ações de Valorização do Litoral

Avisos de Concursos	Data			Tempo Médio de Decisão (dias)	Candidaturas							
	Abertura	Encerramento	Decisão		Entradas		Aceites		Aprovadas		Contratadas	
					N.º	nv. Proposto	N.º	Inv. Proposto	N.º	Inv. Eleg.	N.º	FEDER
ALENT-32-2012-01	29-10-12	17-12-12	-		1	2.682.658	0	0	0	0	0	0

- Regulamento Específico – Património Cultural

Tabela 3.17: Situação dos avisos – Património Cultural

Avisos de Concursos	Data			Tempo Médio de Decisão (dias)	Candidaturas							
	Abertura	Encer-ramento	Decisão		Entradas		Aceites		Aprovadas		Contratadas	
					N.º	Inv. Proposto	N.º	Inv. Proposto	N.º	Inv. Eleg.	N.º	FEDER
ALENT-47-2012-01	29-10-12	17-12-12	-	-	21	4.261.727	0	0	0	0	0	0

### Situação dos Avisos Abertos até final de 2011 e encerrados em 2012

Tabela 3.18: Situação dos Avisos 2011/2012

Avisos de Concursos	Data			Tempo Médio de Decisão (dias)	Candidaturas							
	Abertura	Encerramento	Decisão		Entradas		Aceites		Aprovadas		Contratadas	
					N.º	Inv. Proposto	N.º	Inv. Proposto	N.º	Inv. Eleg.	N.º	FEDER
Rede de Equipamentos Culturais												
ALENT-52-2010-02	09-02-10	16-01-12	16-01-12	0	3	2.342.449	3	2.342.449	3	1.256.641	3	963.946
Ações de Valorização do Litoral (aviso com decisão em 2012)												
ALENT-32-2010-01	17-03-10	03-05-10	14-11-12	911	1	240.750	1	240.750	1	94.932	0	0

No total foram publicitados em 2012, dois avisos de concurso. Deram entrada 22 candidaturas com um investimento total proposto de cerca de 7 M€.

Considerando o aviso que encerrou em 2012, deram entrada no total 25 candidaturas com um investimento total proposto de 9,28 M€.

Atendendo a que se tratou de um ano em que foi proposta e aprovada a reprogramação estratégica com repercussão sobre as áreas de intervenção prioritária, o número de avisos publicitados foi muito inferior ao de anos anteriores.

Este eixo tem uma grande diversidade de potenciais beneficiários, sendo que até à data a maior procura tem sido por parte da administração local e central. As entidades sem fins lucrativos e de reconhecido interesse público têm também respondido à oferta de avisos, contudo o investimento proposto tem sido pouco expressivo, o que é consentâneo com a sua natureza, e reflete as dificuldades financeiras destas entidades em assegurar a contrapartida nacional das intervenções, considerando que a taxa de comparticipação que lhes foi atribuída foi de 60%.

Na fase de lançamento dos avisos de concurso e nas fases subsequentes de avaliação das condições de admissibilidade e aceitação dos beneficiários e operações, de análise técnica e de análise de mérito, surgem frequentemente interpretações diferenciadas pelos programas operacionais regionais que tornam necessária a clarificação de alguns procedimentos previstos nos regulamentos aprovados.

Também no âmbito do processo de contratualização foram identificados obstáculos e dificuldades no acesso dos municípios e outras entidades maioritariamente participadas por municípios.

No sentido de ultrapassar constrangimentos e ineficiências na aplicação e operacionalização dos regulamentos específicos, foram efetuadas alterações a todos os regulamentos específicos do eixo 2, durante o ano de 2012.

As alterações consistiram no aumento das taxas de cofinanciamento comunitário, no caso de operações não encerradas até 1 de agosto de 2012, executadas por entidades que integrem o perímetro de consolidação das contas públicas, ou não integrando, por municípios, associações de municípios, áreas metropolitanas e entidades do sector empresarial local nos termos da Lei n.º 53-F/2006, de 29 de dezembro, a taxa máxima de cofinanciamento é de 85%;

A promoção da igualdade entre homens e mulheres não tem uma evidência direta e mensurável no âmbito de aplicação dos regulamentos específicos relativos ao eixo 2.

Com efeito, trata-se de uma diretiva transversal que norteia a aplicação do FEDER no âmbito das diferentes áreas sem a possibilidade de uma expressão quantitativa ou qualitativa explícita.

As operações apoiadas adequam-se aos objetivos preconizados para o eixo e refletem as principais preocupações e necessidades evidenciadas pelos promotores, que priorizaram a sua realização face ao momento de menor disponibilidade de recursos.

Apresentamos em seguida algumas considerações sobre as áreas de intervenção que registaram maiores dificuldades, ou que se destacaram mais positivamente.

Ações de Valorização do Litoral - esta área prioritária de intervenção registou alguma dificuldade de arranque pois tornou-se necessário a realização de estudos e trabalhos técnicos preparatórios que permitissem a posterior intervenção física na preservação e valorização dos espaços.

Tratando-se de ações que pretendem a valorização do litoral alentejano, como recurso natural singular e único na sua diversidade e permitir o seu usufruto através de atividades compatíveis e adequadas à sua dinâmica e fragilidade, as entidades gestoras e com competência de intervenção nestes espaço são principalmente da administração central que passaram nos últimos dois anos por fortes constrangimentos de ordem financeira que não permitiram uma evolução mais rápida e positiva das operações já aprovadas e em apresentação de novas candidaturas.

Foi possível, contudo, ultrapassar algumas dificuldades e já no final de 2012 foi aberto um aviso de concurso para esta área de intervenção, que irá propiciar um incremento significativo dos montantes apoiados nesta área e a evolução positiva dos respetivos indicadores.

Esta situação terá apenas repercussão nos anos de 2013 e seguintes.

Ações de valorização e qualificação ambiental - destacam-se nesta área as intervenções que se referem à preservação, valorização e salvaguardar dos recursos naturais e à qualificação urbana de pequenos aglomerados, para valorizar equipamentos, espaços públicos, ou valores patrimoniais, conforme previsto na regulamentação aplicável.

A execução das operações aprovadas regista algum atraso fruto das dificuldades iniciais que certa tipologia de beneficiários tem de se adaptar às exigências processuais dos financiamentos. Os restantes beneficiários enquadráveis na administração local irão beneficiar de alteração das taxas de comparticipação o que contribuirá fortemente para que nos anos de 2013 e seguintes a execução das operações registre um acréscimo significativo.

Ciclo urbano da água (vertente em baixa modelo não verticalizado) - as intervenções a apoiar nesta área sofreram alguma vicissitudes ao longo da execução do programa as quais se foram superando, contudo, foi decidido em sede de reprogramação a transição desta tipologia de intervenções para o POVT, pelo que não foram abertos novos concursos, tendo uma grande parte das operações entretanto aprovadas transitado para o POVT antes de se ter iniciado a sua efetiva execução.

Gestão ativa de espaços protegidos e classificados - esta tipologia e intervenção tem uma dotação programada pouco significativa, relativamente à programação global o programa.

Apesar do interesse e necessidade de intervenção nestes espaços que permitam a sua salvaguarda e a criação de condições para a sua visita, face aos constrangimentos orçamentais das entidades com competência na sua gestão não será possível incrementar esta dotação, estando a ação dos promotores focalizada na realização das operações já aprovadas e prioritárias.

Preservação e gestão de riscos naturais e tecnológicos (materiais e imateriais) - no que se refere às ações materiais vão transitar para o POVT de acordo com a reprogramação aprovada, pelo que não foram abertos novos concursos, tendo uma grande parte das operações entretanto aprovadas transitado para o POVT antes de se ter iniciado a sua efetiva execução.

Quanto às ações imateriais trata-se de apoio a estudos e planos de emergência municipais os quais se encontram em execução, carecendo ao longo da sua execução de pareceres das entidades intervenientes, nomeadamente da ANPC que conferem alguma morosidade à sua finalização.

Otimização da gestão de resíduos - trata-se de situação idêntica a outras já identificadas, no que se refere à sua transição para o POVT, neste caso as transições vão ser realizadas com as operações já em fase de execução.

As operações entretanto apoiadas referem-se à intensificação da redução, reciclagem e reutilização de resíduos sólidos urbanos

Saúde - as intervenções apoiadas nesta área vão contribuir significativamente para a conclusão das redes de equipamentos de saúde, através do apoio à construção de novas unidades e à promoção da qualificação e diferenciação de unidades existentes.

As taxas de execução irão melhorar significativamente com o acréscimo de taxa aprovado que irá permitir aos promotores a criação de condições mais favoráveis para a realização financeira das intervenções apoiadas.

### 3.2.3. Problemas significativos encontrados e medidas tomadas

Relevam-se os principais constrangimentos e medidas que se têm tomado com vista à sua superação, no âmbito da implementação do eixo 2:

- Resolução do Conselho de Ministros n.º 33/2012, de 15 de março que criou a denominada “operação limpeza”;

- dificuldades financeiras por parte dos principais beneficiários, decorrentes da situação financeira global e dos principais potenciais beneficiários das intervenções previstas neste eixo – administração central e local;
- publicação da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro – lei dos compromissos e dos pagamentos em atraso (LCPA) – administração local.

Em 2012, a aprovação por parte da comissão ministerial de coordenação da alteração aos regulamentos específicos, foi possível a aplicação de taxas de comparticipação mais elevadas para a administração central, municípios e outras entidades participadas por municípios, o que contribuiu e contribuirá para minimizar estas dificuldades;

No segundo semestre de 2012, foi iniciado a aplicação do mecanismo extraordinário de majoração dos pagamentos, denominado *top-up*;

- as questões relativas ao ciclo urbano da água foram sendo ultrapassadas durante o ano de 2012, sendo necessário que o POVT, possa continuar a apoiar ações desta natureza para os beneficiários da NUT II Alentejo.

## 3.2.4. Projeto demonstrativo

## EQUIPAMENTOS CULTURAIS

## IDENTIFICAÇÃO DA OPERAÇÃO

Designação *Aquisição e Apetrechamento de Biblioteca Itinerante*Beneficiário *Município de Grândola*

Investimento da operação

Investimento Total	66 274€
Investimento Elegível	54.250€
FEDER	46.113€

## CARATERIZAÇÃO DA OPERAÇÃO

O concelho de Grândola tem um território com mais de 800 Km<sup>2</sup>, com uma densidade populacional de 17,3 habitantes/km<sup>2</sup> e zonas rurais que ocupam uma percentagem considerável do território. A sede do concelho concentra cerca de 70% da população total (cerca de 15.000 habitantes). Para além deste centro, há núcleos urbanos com alguma expressão no litoral: Carvalhal, Melides, Soltróia e Tróia, e pequenos aglomerados urbanos no interior, entre os quais se destacam: Água Derramada, Canal Caveira, Azinheira dos Barros, Lousal e Santa Margarida da Serra.

Atendendo às especificidades anteriormente referidas, nomeadamente a distribuição demográfica, e tendo em conta as acessibilidades existentes, existem localidades (grupos de população mais isolados, áreas rurais, bairros periféricos) que não podem aceder aos serviços que a biblioteca fixa fornece. Nestes locais, dada a sua baixa densidade populacional, não se justifica, a médio prazo, a criação de serviços de pólos fixos, pelo que a existência de um serviço itinerante contribui de forma significativa para alterar esta realidade.

O município disponibiliza à população do concelho o serviço de biblioteca itinerante, fazendo chegar, a uma grande parte dos cidadãos deste município, os serviços da biblioteca fixa, acesso ao catálogo colectivo da rede concelhia e acesso à Internet, empréstimo, consulta local e serviço de referência. Pretende-se, assim, com este investimento proporcionar aos seus munícipes as condições de que desfrutam os munícipes dos principais centros urbanos, cumprindo o princípio da igualdade de oportunidades e da equidade entre cidadãos e valorizando as zonas interiores e os centros de menor dimensão, proporcionando o acesso à informação e ao conhecimento, contribuindo para a inclusão social, cultural e digital.

## EQUIPAMENTOS CULTURAIS

### FOTOGRAFIAS



## VALORIZAÇÃO E ANIMAÇÃO DO PATRIMÓNIO CULTURAL

### IDENTIFICAÇÃO DA OPERAÇÃO

Designação ***Requalificação da Igreja do Convento de S. Francisco - Castelo de Vide 1.ª e 2.ª fases***

Beneficiário ***Fundação Nossa Senhora da Esperança***

Investimento da operação

Investimento Total	290.382€
Investimento Elegível	290.382€
FEDER	182.908€

### CARATERIZAÇÃO DA OPERAÇÃO

A história do Convento de São Francisco e Igreja de Nossa Senhora da Esperança, a qualidade intrínseca do conjunto monumental, a sua especialidade e identidade próprias, as memórias que o foram sedimentando na estrutura urbana de Castelo de Vide e o seu valor simbólico, tornam indispensável a sua reabilitação e recuperação destinando-o a novos usos.

A 1.ª fase, operação ALENTE-08-0347-FEDER-000062, tem como objetivo a requalificação da Igreja do Convento de S. Francisco com restauro da pintura mural, arco triunfal, arcos laterais, brasão de armas, limpeza e cantarias do púlpito, assim como o restauro do altar-mor da Igreja e trabalhos de escavação arqueológica do pavimento. Esta recuperação da antiga igreja pretende a sua adaptação a um auditório de valências múltiplas, para que se possa disponibilizar um espaço com condições para a realização de seminários, conferências, colóquios ou concertos.

A 2.ª fase, operação ALENTE-08-0347-FEDER-000409, é a natural sequência da candidatura aprovada em 2008 com a qual se iniciou o processo de recuperação e reabilitação da Igreja de N.ª. Sr.ª da Esperança.

Pretende-se que este espaço se constitua como lugar aberto a outras actividades de carácter cultural ou de lazer, a realizar em Castelo de Vide.

Esta operação, complementar à operação acima identificada, pretende dar continuidade à requalificação da Igreja do Convento de S. Francisco com restauro dos quatro altares da Nave, conservação e restauro de escultura policroma (Imagens), restauro de instrumentos musicais e o restauro dos restantes altares, da imaginária da igreja, e dos valiosos instrumentos de música que fazem parte do espólio da Fundação N.ª. Sr.ª da Esperança.

## VALORIZAÇÃO E ANIMAÇÃO DO PATRIMÓNIO CULTURAL

### FOTOGRAFIAS



### 3.3. Eixo Prioritário 3 – Coesão Local e Urbana

O eixo 3 surgiu no seguimento da proposta de reprogramação estratégica do INALENTEJO, aprovada em 15 de dezembro de 2012 e consubstancia duas linhas estratégicas da região: a “abertura da economia, sociedade e território ao exterior” e a “melhoria global da qualidade urbana, rural e ambiental”.

Pretende-se garantir a manutenção dos níveis de coesão social e territorial já alcançados, pois apesar do expressivo investimento em equipamentos coletivos efetuado nos últimos quadros comunitários de apoio, importa concluir as redes ligadas à coesão social e territorial: rede escolar, rede social (em particular, os equipamentos potenciadores de uma melhor conciliação entre a vida familiar, profissional e pessoal) e rede de equipamentos desportivos.

Por outro lado, pretende-se assegurar o reforço da competitividade e atratividade das cidades e outros centros urbanos complementares como motores económicos do território, associando-os de forma inovadora e eficaz à região envolvente (complementaridade urbana/rural), como garante da coesão social e territorial.

Atendendo à análise dos principais desafios e oportunidades da região, a melhoria das acessibilidades inter e intrarregionais constitui uma questão decisiva para a melhoria da competitividade global do território, contribuindo, quer para o bom desempenho das atividades económicas, quer para a conectividade do sistema urbano regional.

Dadas as especificidades do eixo 3, importa destacar as articulações e o contributo dos objetivos de eixo para os objetivos do PO.

Assim, são os seguintes objetivos específicos do INALENTEJO:

- assegurar a dotação de serviços coletivos à população;
- promover o desenvolvimento urbano sustentável;
- reforçar a competitividade e atratividade do sistema urbano;
- reforçar a mobilidade intrarregional, através da melhoria das infraestruturas e dos sistemas de transporte;

articulam-se com os seguintes objetivos específicos do eixo 3:

- melhorar a cobertura territorial em equipamentos sociais desportivos;
- reforçar e qualificar a oferta educativa do ensino pré-escolar, básico e básico integrado;
- promover a regeneração urbana e requalificação de áreas específicas;

- dinamizar a economia e o emprego regional através de estratégias de cooperação interurbana inovadoras;
- melhorar a articulação da rede viária regional;
- reforçar a cobertura populacional e territorial dos serviços de transporte de passageiros.

Identificam-se assim, as seguintes áreas de intervenção prioritárias, no âmbito do eixo 3:

- redes de equipamentos e infraestruturas para a coesão social e territorial;
- reabilitação e requalificação urbana;
- mobilidade territorial urbana;

associadas aos seguintes regulamentos específicos:

- reabilitação urbana (que integra os anteriores regulamentos específicos – política de cidades – redes e parcerias para a regeneração);
- requalificação da rede escolar do ensino (básico e da educação pré-escolar + 2º e 3º ciclo);
- mobilidade territorial;
- infraestruturas e equipamentos desportivos;
- equipamentos para a coesão local;
- Iniciativa JESSICA;

### 3.3.1. Cumprimento de metas e análise de progressos

Como se pode verificar pela natureza das áreas de intervenção prioritária, trata-se de um eixo em que se espera um forte impacto territorial, sobre a população residente e sobre as dinâmicas de desenvolvimento pois consubstancia ações com impacto direto e indireto, na economia social, na atividade comercial e no turismo.

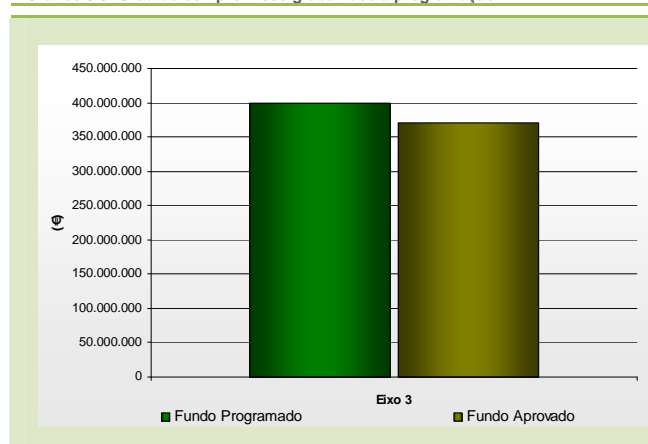
Foi comprometido até 31 de dezembro de 2012 cerca de 93% da dotação programada total do FEDER para este eixo, tendo sido os compromissos assumidos no âmbito dos regulamentos específicos associados à reabilitação urbana, à rede de escolas do ensino básico e educação pré-escolar, à mobilidade territorial e aos equipamentos para a coesão local, os que mais contribuíram para este valor.

Os níveis de compromisso atingidos pelo eixo 3 podem ser verificados nos quadros que seguem.

Tabela 3.19: Eixo prioritário 3 – Aprovação

Designação de Eixo Prioritário	Programação Financeira 2007-2013 (PR)		Aprovação (AP)		Taxa de compromisso (AP/PR)
	Inv. Total	FEDER	Inv. Elegível	FEDER	
Total Programa Operacional	1.050.992.450	853.933.978	1.089.427.418	793.186.229	92,89%
FEDER		853.933.978		793.186.229	92,89%
Eixo Prioritário 1	424.174.162	318.130.622	447.855.831	284.150.298	89,32%
Eixo Prioritário 2	132.149.499	112.327.074	162.475.236	125.256.091	111,51%
<b>Eixo Prioritário 3</b>	<b>470.677.979</b>	<b>400.076.282</b>	<b>463.599.483</b>	<b>370.607.502</b>	<b>92,63%</b>
Eixo Prioritário 4	27.529.412	23.400.000	15496.869	13.172.338	56,29%

Gráfico 3.3: Grau de compromisso global face à programação



Nas figuras 3.5 e 3.6 pode observar-se a incidência do eixo 3 ao nível das NUT III, e na tabela 3.20 a distribuição da aprovação por regulamento específico.

Tabela 3.20: Eixo prioritário 3 – aprovação por regulamento específico

Designação de Eixo Prioritário Regulamento Específico	Aprovação	
	n.º	FEDER
<b>Eixo Prioritário 3</b>	<b>520</b>	<b>370.607.502</b>
Regulamento Específico Política de cidades – redes	73	21.855.259
Regulamento Específico Política de cidades – parcerias para a regeneração urbana	160	96.256.855
Regulamento Específico Ações inovadoras para o desenvolvimento urbano	0	0
Regulamento Específico Requalificação da rede escolar do ensino (básico e da educação pré-escolar + 2º e 3º ciclo)	70	115.791.625
Regulamento Específico Mobilidade territorial	120	70.100.805
Regulamento Específico Infraestruturas e equipamentos desportivos	0	0
Regulamento Específico Equipamentos para a coesão local	96	56.602.958
Regulamento Específico Iniciativa JESSICA	1	10.000.000

Figura 3.5: Eixo 3 - distribuição do FEDER aprovado por NUT III



Figura 3.6: Eixo 3 - distribuição do FEDER executado por NU III



No que diz respeito à execução financeira verifica-se até 31 de dezembro de 2012 uma taxa de execução de 47%, assinala-se contudo, que esta representa cerca de 55% da execução global do programa.

Tabela 3.21: Eixo prioritário 3 – tipologia de operação

Tipologia de operação	Execução		Pagamentos			Taxas	
	Custo total elegível validado	Fundo comunitário validado	Adiantamentos não certificáveis	Reembolso	Total	Taxa de realização (EX/AP)	Taxa de pagamento (PG/AP)
<b>Eixo Prioritário</b>	<b>231.286.554</b>	<b>189.196.980</b>	<b>58.199.575</b>	<b>185.840.761</b>	<b>244.040.336</b>	<b>51,05%</b>	<b>65,85%</b>
Regulamento Específico Política de cidades – redes	6.607.497	4.726.267	6.848.657	4.593.654	11.471.838	21,63%	52,49%
Regulamento Específico Política de cidades – parcerias para a regeneração urbana	63.250.926	49.751.828	19.390.091	49.166.833	68.556.870	51,69%	71,22%
Regulamento Específico Ações inovadoras para o desenvolvimento urbano	0	0	0	0	0	+	-
Regulamento Específico Requalificação da rede escolar do ensino (básico e da educação pré-escolar + 2º e 3º ciclo)	61.925.824	52.352.221	14.409.776	51.290.633	65.690.529	45,21%	56,73%
Regulamento Específico Mobilidade territorial	63.659.108	51.326.416	8.192.031	50.006.492	58.198.523	73,22%	83,02%
Regulamento Específico Infraestruturas e equipamentos desportivos	0	0	0	0	0	-	-
Regulamento Específico Equipamentos para a coesão local	25.843.199	21.040.248	9.359.020	20.783.148	30.142.168	37,17%	53,25%
Regulamento Específico Iniciativa Jessica	10.000.000	10.000.000	0	10.000.000	10.000.000	100,00%	100,00%

Esta taxa não reflete a despesa apresentada pelos promotores que é substancialmente superior à execução evidenciada pelo eixo. Embora ainda se verifiquem algumas dificuldades por parte da AG na validação da despesa apresentada pelos promotores, dificuldades estas que têm vindo a ser superadas, tendo-se duplicado a taxa de execução face à registada em 2011.

Na linha do compromisso, foram as operações contidas nos regulamentos específicos associados à regeneração urbana, à rede de escolas do ensino básico e educação pré-escolar, mobilidade territorial e equipamentos para a coesão local, os que mais contribuíram para este valor.

Nesta data ainda não se encontra encerrada formalmente nenhuma operação no eixo, embora já ocorram situações de operações aprovadas que se encontram concluídas fisicamente.

Tabela 3.22 : Realização física do eixo prioritário 3

Indicadores		2008	2009	2010	2011	2012	2015	Total
Indicadores Eixo (alínea c) do n.º 1 do artigo 37.º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006								
33-Alunos abrangidos pela construção e qualificação de estabelecimentos do 1º CEB	Realização Contratada	7.370	9.497	12.547	15.912	17.367		17.367
	Realização Executada				7.485	11.892		11.892
	Metas			1.420			12.270	12.270
	Valor de Referência							N.A.
57- Alunos abrangidos pela construção e qualificação de estabelecimentos do 2º e 3º ciclos	Realização Contratada	n.a	n.a	n.d.	2.207	4.197		4.197
	Realização Executada					391		391
	Metas			n.a			5.000	5.000
	Valor de Referência							

Tabela 3.22 : Realização Física do Eixo Prioritário 3 (cont)

Indicadores		2008	2009	2010	2011	2012	2015	Total
Indicadores Eixo (alínea c) do n.º 1 do artigo 37.º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006								
58- Alunos abrangidos pela construção e qualificação de estabelecimentos do ensino secundário	Realização Contratada	n.a	n.a	n.d	n.d	n.d.		n.d.
	Realização Executada							
	Metas			n.a			n.d	
	Valor de Referência							
34- N.º estabelecimentos educativos apoiados do 1º CEB	Realização Contratada	31	39	48	65	70		70
	Realização Executada				32	45		45
	Metas			11			60	60
	Valor de Referência							
59- N.º estabelecimentos educativos apoiados do 2º e 3º ciclos	Realização Contratada	n.a	n.a	n.d	4	9		9
	Realização Executada					2		2
	Metas			n.a			10	10
	Valor de Referência							
60- N.º estabelecimentos educativos apoiados do ensino secundário	Realização Contratada	n.a	n.a	n.d	n.d	n.d		n.d.
	Realização Executada							
	Metas			n.a.			n.d	n.d
	Valor de Referência							
27- N.º de passageiros (aéreos transportados)	Realização Contratada	n.d.	n.d.	n.d	n.d.	n.d.		n.d.
	Realização Executada				2.237	4.162		4.162
	Metas			235.000			1.100.000	1.100.000
	Valor de Referência							0
28- N.º infraestruturas aeroportuárias apoiadas	Realização Contratada		2	2	2	2		2
	Realização Executada				2	2		2
	Metas			1			1	1
	Valor de Referência							
21- População beneficiada (residentes e novos residentes) por operações de regeneração urbana	Realização Contratada	101.951	217.472	217.472	217.472	217.472		217.472
	Realização Executada							
	Metas			90.000			250.000	250.000
	Valor de Referência							121.800
22- N.º protocolos de parceria para a regeneração urbana apoiados	Realização Contratada		16	16	16	16		16
	Realização Executada				2	2		2
	Metas			4			16	16
	Valor de Referência							--
23- N.º postos de trabalho beneficiados pelas redes urbanas para a competitividade	Realização Contratada		n.d.	n.d.	n.d.	n.d.		n.d.
	Realização Executada							
	Metas			600			1.200	1.200
	Valor de Referência							n.a.
24 -Programas Estratégicos de desenvolvimento urbano (competitividade e inovação)	Realização Contratada		2	6	6	6		6
	Realização Executada							
	Metas			3			6	6
	Valor de Referência							--
30- N.º km rede rodoviária intervencionada	Realização Contratada		73,2	505,6	759,5	853,9		853,9
	Realização Executada				493	762,1		762,1
	Metas			25			800	800
	Valor de Referência							
25- População servida por sistemas de transportes coletivos apoiados	Realização Contratada		n.d.	2,2%	2,2%	2,2%		2,2%
	Realização Executada							
	Metas			33%			72%	72%
	Valor de Referência							n.a.
26- N.º sistemas transportes apoiados	Realização Contratada		n.d.	n.d.	2	2		2
	Realização Executada							
	Metas			2			5	5
	Valor de Referência							--
Indicadores Comuns Comunitários (core indicators)								
1	Empregos criados	Realização Contratada		79	317	1.283	1.659	1.659
		Realização Executada						
2	dos quais : homens	Realização Contratada		21	126	481	598	598
		Realização Executada						
3	dos quais : mulheres	Realização Contratada		58	191	802	1.061	1.061
		Realização Executada						
13	N.º de projetos (Transportes)	Realização Contratada		16	38	85	119	119
		Realização Executada				76	99	99
14	N.º de km de novas estradas	Realização Contratada		3,7	3,7	7,3	8,2	8,2
		Realização Executada						
15	N.º de km de novas estrada nas RTE (*)	Realização Contratada		n.a	n.a.	n.a	n.a	n.a.
		Realização executada						
16	N.º de km de estradas reconstruídas e remodeladas	Realização Contratada		69,5	501,9	752,2	845,7	845,7
		Realização executada				493	762,1	762,1
17	N.º de km de novas ferrovias	Realização Contratada		n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
		Realização Executada						
18	N.º de km de novas ferrovias nas RTE (*)	Realização Contratada		n.a	n.a	n.a	n.a	n.a
		Realização Executada						
19	N.º de km de ferrovias reconstruídas e remodeladas	Realização Contratada		n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
		Realização Executada						
20	Valor (em €/ano) dos ganhos nos tempos de percurso, gerado pelos projetos de construção e reconstrução de estradas (mercadorias e passageiros)	Realização Contratada		n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
		Realização Executada						

Tabela 3.22 : Realização Física do Eixo Prioritário 3 (cont)								
Indicadores		2008	2009	2010	2011	2012	2015	Total
Indicadores Comuns Comunitários (core indicators)								
21	Valor (em €/ano) dos ganhos nos tempos de percurso, gerado pelos projetos de construção e reconstrução de ferrovias (mercadorias e passageiros)	Realização Contratada	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.		n.a.
		Realização Executada						
22	Acréscimo de população servida por intervenções de expansão de sistemas de transportes urbanos	Realização Contratada	n.d.	2.700	19.423	19.423		19.423
		Realização Executada						
36	N.º de projetos (Educação)	Realização Contratada	29	37	46	67	74	74
		Realização Executada				32	47	47
37	N.º de alunos que beneficiam das intervenções	Realização Contratada	7.370	9.497	12.250	18.119	21.564	21.564
		Realização Executada				7.485	12.283	12.283
39	N.º de projetos que asseguram a sustentabilidade e melhoram atratividade das cidades (**)	Realização Contratada		6	13	116	126	126
		Realização Executada				16	53	53
40	N.º de projetos que visam estimular a atividade empresarial, o empreendedorismo e a utilização das novas tecnologias (**)	Realização Contratada	n.d.	n.d.	n.d.	14	15	15
		Realização Executada				2	2	2
41	N.º de projetos dirigidos aos jovens e às minorias, que visam promover a oferta de serviços para a igualdade de oportunidades e a inclusão (**)	Realização Contratada	29	40	53	111	131	131
		Realização Executada				37	81	81

n.a. – não aplicável no INALENTEJO;

n.d. – não disponível;

\* - embora não esteja previsto no texto do PO, existem projetos nesta área, pelo que este indicador apresenta contributo do eixo 3

(\*\*) indicador que apresenta alteração em relação a 2011

A tabela de indicadores evidencia que do ponto de vista da realização contratada, se verifica um bom grau de realização das metas definidas para 2012, sendo de destacar os seguintes indicadores:

- n.º de km de rede rodoviária apoiada – 853,9;

A meta definida para este indicador foi de 800 km de rede intervencionada, verificando-se um incremento de cerca de 6,6% relativamente ao valor programado.

A melhoria da circulação de pessoas e de mercadorias, a promoção da coesão territorial, a qualificação e integração dos espaços regionais e o reforço da competitividade empresarial e da articulação urbana, são os desígnios deste tipo de intervenção, constituindo-se a melhoria das acessibilidades inter e intra-regionais – uma questão decisiva para a melhoria da competitividade global do território, contribuindo, quer para o bom desempenho das atividades económicas, quer para a conectividade do sistema urbano regional. Sendo uma área de intervenção em que a ação municipal é relevante e em que são mobilizados recursos financeiros mais significativos a procura acompanha este desempenho.

- n.º de alunos abrangidos pela construção e qualificação de estabelecimentos de 1º CEB – 17 367;
- n.º de estabelecimentos educativos apoiados – 79;

A meta definida para este indicador foi de 70 estabelecimentos de ensino apoiados, verificando-se um incremento de cerca de 12,8% relativamente ao valor programado.

A educação constituiu-se como um desígnio das políticas públicas neste período de programação tendo sido cometida prioridade de intervenção nesta área, a qual foi acolhida pelos principais promotores potenciais - municípios, o que justifica o acréscimo relativamente à meta programada.

Constata-se uma razoável taxa de realização física até 2012, que é consentânea com o empenhamento dos promotores no cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos.

- n.º de projetos que asseguram a sustentabilidade e melhoram atratividade das cidades – 126;

O diferencial existente entre o n.º de intervenções realizadas fisicamente e o n.º de intervenções aprovadas, justifica-se pela morosidade e exigência cometida à organização processual deste tipo de intervenções como já tivemos oportunidade de referir neste relatório.

Considera-se nesta fase que as situações e as intervenções estão consolidadas e que o esforço está cometido à boa realização das diferentes intervenções e ao cumprimento dos seus objetivos programados.

- n.º de projetos dirigidos aos jovens e às minorias, que visam promover a oferta de serviços para a igualdade de oportunidades e a inclusão – 131.

Trata-se de intervenções em áreas prioritárias como a educação e a inclusão social, as quais são determinantes para se atingir os objetivos programados de garantir a manutenção dos níveis de coesão social e territorial e com impactos significativos quer nos indicadores de desenvolvimento humano, quer nas condições de atratividade do território regional, para a fixação de população e atividades económicas complementares que podem induzir.

Apesar de nenhuma operação estar formalmente encerrada, existem contudo, algumas que estão concluídas fisicamente, o que resulta na realização efetiva de alguns indicadores diferente de zero.

Existem indicadores que pela sua própria natureza apenas terão expressão quantitativa, aquando da entrada em funcionamento do equipamento/infraestrutura.

### 3.3.2 Análise qualitativa

Tal como em 2011, o eixo 3 contribuiu significativamente para o nível de compromisso atingido pelo INALENTEJO até 31 de dezembro de 2012.

Foram publicitados avisos de concurso relativos aos seguintes regulamentos específicos que operacionalizam intervenções a apoiar no âmbito deste eixo:

- reabilitação urbana;
- requalificação da rede escolar do ensino (básico e da educação pré-escolar + 2º e 3º ciclo);
- mobilidade territorial,
- equipamentos para a coesão local.

### Situação dos Avisos Abertos de 1 de janeiro de 2012 a 31 de dezembro de 2012

- Regulamento Específico – Reabilitação urbana

Tabela 3.23: Regulamento específico - política de cidades – parcerias para a regeneração urbana

Avisos de Concursos	Data			Tempo Médio de Decisão (dias)	Candidaturas							
					Entradas		Aceites		Aprovadas		Contratadas	
	Abertura	Encerramento	Decisão		N.º	Inv. Proposto	N.º	Inv. Proposto	N.º	Inv. Eleg.	N.º	FEDER
ALENT-41-2012-01	29-10-2012	17-12-2012	-	-	22	17.853.782	0	0	0	0	0	0

- Regulamento Específico - Requalificação da rede escolar do ensino (básico e da educação pré-escolar + 2º e 3º ciclo)

Tabela 3.24: Regulamento específico – requalificação da rede escolar do ensino (básico e da educação pré-escolar + 2º e 3º ciclo)

Avisos de Concursos	Data			Tempo Médio de Decisão (dias)	Candidaturas							
					Entradas		Aceites		Aprovadas		Contratadas	
	Abertura	Encerramento	Decisão		N.º	Inv. Proposto	N.º	Inv. Proposto	N.º	Inv. Eleg.	N.º	FEDER
ALENT-44-2012-01	29-10-2012	17-12-2012	-	-	3	6.413.256	0	0	0	0	0	0

- Mobilidade Territorial

Tabela 3.25: Regulamento específico – mobilidade territorial

Avisos de Concursos	Data			Tempo Médio de Decisão (dias)	Candidaturas							
					Entradas		Aceites		Aprovadas		Contratadas	
	Abertura	Encerramento	Decisão		N.º	Inv. Proposto	N.º	Inv. Proposto	N.º	Inv. Eleg.	N.º	FEDER
ALENT-50-2012-01	29-10-2012	17-12-2012	-	-	14	11.562.072	0	0	0	0	0	0

- Equipamentos para a coesão local

Tabela 3.26: Regulamento específico – equipamentos para a coesão local

Avisos de Concursos	Data			Tempo Médio de Decisão (dias)	Candidaturas							
					Entradas		Aceites		Aprovadas		Contratadas	
	Abertura	Encerramento	Decisão		N.º	Inv. Proposto	N.º	Inv. Proposto	N.º	Inv. Eleg.	N.º	FEDER
ALENT-56-2012-01	29-10-2012	17-12-2012	-	-	20	23.623.872	0	0	0	0	0	0

No âmbito do eixo 3 foram publicitados 4 avisos de concurso, deram entrada cerca de 59 candidaturas com um investimento total proposto de cerca de 60 M€, podendo concluir-se que a procura por parte dos potenciais beneficiários é expressiva.

Atendendo a que se tratou de um ano em que foi proposta a reprogramação estratégica com repercussão sobre as áreas de intervenção prioritária, o número de avisos publicitados foi muito inferior ao de anos anteriores.

Trata-se de um eixo em que as principais áreas de intervenção são da competência da administração local, sendo os municípios os principais beneficiários, salientando-se ainda, na reabilitação urbana (política de cidades) a participação de outras entidades públicas e não públicas com intervenção na área da regeneração urbana, e nos equipamentos para a coesão local uma expressão significativa de beneficiários não públicos – instituições particulares de solidariedade social que desempenham um papel relevante na integração social de grupos mais fragilizados da sociedade civil, nomeadamente os idosos, os portadores de deficiência e as mulheres.

No sentido de ultrapassar constrangimentos e ineficiências na aplicação e operacionalização dos regulamentos específicos, foram efetuadas alterações a regulamentos específicos do eixo 3, durante o ano de 2012.

No âmbito do processo de contratualização foram identificados obstáculos e dificuldades no acesso dos municípios e outras entidades maioritariamente participadas por municípios cuja resolução, que também originou alterações aos regulamentos específicos deste eixo.

Neste contexto e durante o ano de 2012 foram aprovadas alterações aos regulamentos específicos que permitiram o aumento das taxas de cofinanciamento comunitário, no caso de operações não encerradas até 1 de agosto de 2012, executadas por entidades que integrem o perímetro de consolidação das contas públicas, ou não integrando, por municípios, associações de municípios, áreas metropolitanas e entidades do sector empresarial local nos termos da Lei n.º 53-F/2006, de 29 de dezembro, a taxa máxima de cofinanciamento é de 85%.

A complementaridade entre os apoios aprovados no âmbito dos programas operacionais regionais e no âmbito dos programas temáticos estão vertidas nas condições de acesso dos regulamentos específicos aplicáveis, como é o caso dos regulamentos específicos da mobilidade territorial e dos equipamentos para a coesão local.

Mantém-se a questão identificada no relatório de 2011, relativamente aos equipamentos na área social que tem originado uma dificuldade acrescida no processo de financiamento de algumas tipologias de intervenção.

Com efeito, foi cometido aos programas operacionais regionais o financiamento de equipamentos sociais, de âmbito supramunicipal, que demonstrem, em sede de candidatura

ter uma procura mínima, exterior ao município que receberá o equipamento, de 25% da sua capacidade total.

Se esta situação pode ser exequível no caso de ofertas sociais dirigidas a pessoas portadoras de deficiência, ou dependentes, já no caso das ofertas sociais dirigidas à terceira idade, ou à infância a apresentação de justificações e demonstração desta procura externa tem ocasionado demoras acrescidas na instrução de candidaturas e na sua aprovação, apesar da elevada procura que se tem verificado nesta área.

Até 31 de dezembro de 2012 foram apoiados equipamentos, nesta área, dirigidos maioritariamente ao apoio à infância, a pessoas portadoras de deficiência e à terceira idade propiciando uma maior inclusão social destes grupos. Trata-se de equipamentos promovidos por instituições particulares de solidariedade social, ou por municípios, com impactos significativos quer nos indicadores de desenvolvimento humano, quer nas condições de atratividade do território regional, para a fixação de população e atividades económicas complementares que podem induzir.

A promoção da igualdade entre homens e mulheres apenas tem uma incidência direta e eventualmente mensurável no âmbito de aplicação dos regulamentos específicos do eixo 3, relativamente aos equipamentos na área social, cujo impacto no favorecimento do acesso das mulheres ao mercado de trabalho é particularmente relevante, pois são elas que asseguram na ausência de equipamentos de apoio para este efeito, o acompanhamento dos grupos sociais envolvidos nesta área – as crianças, os idosos e os portadores de deficiência.

Relativamente aos restantes regulamentos específicos, trata-se de uma diretiva transversal que norteia a aplicação do FEDER no âmbito das diferentes áreas sem uma expressão quantitativa ou qualitativa explícita, como é o caso do regulamento específico, das escolas de ensino básico e educação pré-escolar e dos regulamentos da reabilitação urbana e das infraestruturas desportivas que contribuem ainda que de uma forma dificilmente mensurável para a igualdade de género ao permitir e potenciar o acesso de todos, independentemente do género, em condições de equidade, à educação, à cultura ao desporto e à participação cívica.

As operações apoiadas adequam-se aos objetivos preconizados para o eixo e refletem as principais preocupações e necessidades evidenciadas pelos promotores, que priorizaram a sua realização face ao momento de menor disponibilidade de recursos.

Apresentamos em seguida algumas considerações sobre as áreas de intervenção que registaram maiores dificuldades, ou que se destacaram mais positivamente.

Redes de equipamentos e infraestruturas para a coesão social e territorial - são os equipamentos educativos – escolas de ensino básico e educação pré-escolar e escolas básicas integradas – e os equipamentos de apoio à proteção e inclusão social que

constituem as intervenções apoiadas no âmbito desta área de intervenção, trata-se de equipamentos promovidos por IPSS, ou por municípios.

Enquanto que no caso dos equipamentos educativos e considerando a tipologia de beneficiários envolvidos – municípios – as taxas de execução são nesta data bastante razoáveis, sendo expectável o seu incremento durante o ano de 2013, pelas medidas de reforço de comparticipação já referidas, no caso das IPSS o arranque das operações e a tramitação necessária ao seu financiamento tem um calendário mais prolongado pois trata-se de entidades que requerem algum tempo prévio de capacitação. Considera-se contudo, nesta fase que na maior parte dos casos essa fase prévia já foi ultrapassada, encontrando-se as operações em fase plena de realização física e financeira.

Reabilitação e requalificação urbana - são muito diversificados, quer as ações, quer os beneficiários incluídos nesta área de intervenção.

As ações vão desde intervenções de valorização e reabilitação de espaços públicos urbanos, de equipamentos culturais, sociais e patrimoniais associados, até ações de dinamização cultural e sócio-económica. Na sua grande maioria estas ações foram incluídas em planos e programas estratégicos com toda a morosidade e complexidade que presidiu à sua implementação.

Com efeito e como já referido anteriormente, o processo de implementação das intervenções enquadráveis área prioritária foi, para além de moroso, muito exigente do ponto de vista organizacional – realização de acordos de parceria, de programas e planos estratégicos - o que ocasionou uma demora significativa no processo de apresentação de candidaturas e respetiva aprovação. Foram também sendo introduzidas diversas alterações ao longo deste processo que originou a necessidade de realização de diversas reprogramações e alterações de programas e planos.

Considera-se nesta fase que as situações e as intervenções estão consolidadas e que o esforço está cometido à boa realização das diferentes intervenções e ao cumprimento os seus objetivos programados.

Mobilidade territorial - a melhoria das acessibilidades inter e intra-regionais – constitui uma questão decisiva para a melhoria da competitividade global do território, contribuindo, quer para o bom desempenho das atividades económicas, quer para a conectividade do sistema urbano regional.

As ações realizadas no âmbito desta área de intervenção prioritária referem-se fundamentalmente à melhoria das condições de circulação e segurança das vias integradas na rede municipal de estradas e caminhos e à criação de ciclovias e de sistemas de transporte coletivo municipais e têm como principal beneficiário os municípios.

### 3.3.3. Problemas significativos encontrados e medidas tomadas

Relevam-se os principais constrangimentos e medidas que se têm tomado com vista à sua superação, no âmbito da implementação do eixo 3:

- Resolução do Conselho de Ministros n.º 33/2012, de 15 de março;
- dificuldades financeiras por parte dos principais beneficiários, decorrentes da situação financeira global e dos principais potenciais beneficiários das intervenções previstas neste eixo – administração central e local;
- publicação da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro – lei dos compromissos e dos pagamentos em atraso (LCPA) – administração local.
- em 2012, a aprovação por parte da comissão ministerial de coordenação da alteração aos regulamentos específicos, foi possível a aplicação de taxas de comparticipação mais elevadas para a administração central e administração local. No caso concreto do regulamento específico: equipamentos para a coesão local, esta aplicação foi extensiva às instituições particulares de solidariedade social, o que contribuiu e contribuirá para minimizar estas dificuldades.

No segundo semestre de 2012, foi iniciado a aplicação do mecanismo extraordinário de majoração de pagamentos, denominado *top-up*;

- mantêm-se o constrangimento relativo ao apoio, no âmbito do INALENTEJO, a intervenções na área dos equipamentos sociais com um impacto local.

## 3.3.4. Projeto demonstrativo

## EQUIPAMENTOS COESÃO LOCAL/ EDUCAÇÃO

## IDENTIFICAÇÃO DA OPERAÇÃO

Designação **Creche/Colégio Fundação Alentejo**Beneficiário **Fundação Alentejo**

Investimento da operação

Investimento Total 1.349.718€

Investimento Elegível 844.622€

FEDER 717.929€

## CARATERIZAÇÃO DA OPERAÇÃO

O investimento em causa pretende responder às necessidades de vagas em valência de creche existentes, para residentes no concelho e trabalhadores residentes em concelhos limítrofes que diariamente acorrem à cidade, para exercer a sua actividade profissional.

O equipamento contribuiu para as metas preconizadas na Estratégia UE 2020 traduzidas nas prioridades comunitárias, nacionais e locais, na área socioeducativa, bem como para a promoção da igualdade de oportunidades no acesso à escola e para o sucesso da aprendizagem.

Trata-se da construção de raiz de um equipamento socioeducativo de características únicas, modernas e actuais, amigo do ambiente, confortável e seguro, cumprindo todos os requisitos de higiene, segurança e qualidade de espaços e equipamentos, adequados ao público-alvo e à natureza das actividades a desenvolver. O investimento traduz-se na construção de uma creche para 84 crianças, 24 crianças em berçário, 60 crianças, em 5 salas dos 12 aos 36 meses, das quais 3 salas dos 12 meses aos 24 meses e duas dos 24 aos 36 meses. O projeto pretende proporcionar o atendimento individualizado à criança, num clima de segurança afectiva e física, garantindo-lhe todas as condições necessárias ao desabrochar das suas competências e da sua individualidade.

Importa referir que a creche surge integrada num projecto mais abrangente que adquire particular relevo para o Alentejo na consolidação da rede de equipamentos educativos, onde a articulação e complementaridade entre o pré-escolar e o 1.º ciclo, constituem os principais objectivos deste projecto. Ao nível pedagógico-social propõe-se, no imediato, criar e desenvolver o primeiro estabelecimento de ensino de Évora com uma resposta integrada, desde a creche, passando pela educação pré-escolar e ensino básico, como âncora de um projecto futuro que progressivamente permitirá concretizar todo o percurso pré-universitário, traduzido numa resposta alargada ao 2.º e 3.º ciclos do Ensino Básico e ao Ensino Secundário regular e/ou profissional. Por outro lado importa ainda referir que o projecto estabelecerá parcerias junto da comunidade local, na senda da sua sustentabilidade, eficiência e complementaridade face a respostas existentes, ao mesmo tempo que surge como uma alternativa de qualidade e inovação sociopedagógica.

## EQUIPAMENTOS COESÃO LOCAL/ EDUCAÇÃO

### FOTOGRAFIAS



## EQUIPAMENTOS COESÃO LOCAL/ EDUCAÇÃO

## EQUIPAMENTOS COESÃO LOCAL/ EDUCAÇÃO

## IDENTIFICAÇÃO DA OPERAÇÃO

Designação ***Lar do Convento***Beneficiário ***Fundação Nossa Senhora da Esperança***

Investimento da operação

Investimento Total	1.864.277€
Investimento Elegível	933.292€
FEDER	653.305€

## CARATERIZAÇÃO DA OPERAÇÃO

A fundação Nossa Senhora da Esperança (FNSE) é uma instituição particular de solidariedade social de inspiração cristã e de âmbito nacional, fundada em 1863 que tem por objectivo principal promover actividades assistenciais nos campos da tipologia e da terceira idade, em Castelo de Vide, e desenvolve igualmente a sua actuação nas áreas da formação qualificação avançada e cultural.

No âmbito do apoio e assistência ao idoso, a fundação é uma instituição de vanguarda, uma organização aberta e transparente perante a sociedade e na excelência de serviços que pretende prestar. É sua prioridade sempre o apoio e assistência aos idosos da comunidade. Por isso, muita da nossa acção passa por atender às necessidades e activar mecanismos inovadores na área da prestação de cuidados sociais e de saúde. Também apostamos na formação mais efectiva dos nossos prestadores de cuidados para que, os nossos serviços sejam sempre dotados de grande eficácia e elevada qualidade.

A fundação Nossa Senhora da Esperança propõe assim, aumentar a capacidade da sua valência lar de idosos, remodelando parte do antigo convento de S. Francisco, de modo a criar condições para receber mais 30 idosos. A criação deste novo equipamento mostra-se um importantíssimo complemento ao trabalho desenvolvido pela Instituição junto da população idosa, na prestação de cuidados tendo como princípio incontornável um elevado nível de qualidade.

O projecto foi concebido através de um cenário de crescente competitividade global, rápida inovação tecnológica, alteração de processos e constantes mudanças nos panoramas económico, social e da qualidade de serviços.

O convento de S. Francisco e sua respectiva Igreja fazem parte do património de Castelo de Vide, há já mais de quatrocentos anos. Classificado o conjunto edificado como Imóvel de interesse público.

## EQUIPAMENTOS COESÃO LOCAL/ EDUCAÇÃO

### FOTOGRAFIAS



### 3.4. Eixo Prioritário 4 – Assistência Técnica

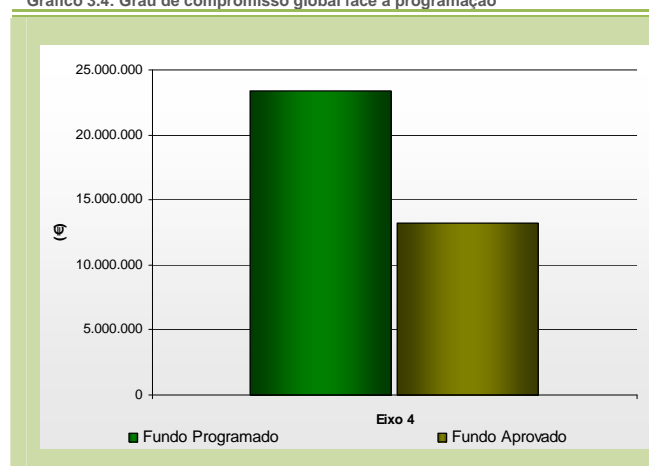
#### 3.4.1. Cumprimento de metas e análise de progressos

A evolução do eixo prioritário 4 – Assistência Técnica, está identificada nas tabelas seguintes, assim como o seu comportamento ao nível de Indicadores de eixo, e ao nível de indicadores comuns comunitários:

Tabela 3.27: Eixo prioritário 4 – aprovação (€)					
Designação de Eixo Prioritário	Programação Financeira 2007-2013 (PR)		Aprovação (AP)		Taxa de compromisso (AP/PR) Inv. Total
	Inv. Total	FEDER	Inv. Elegível	FEDER	
Total Programa Operacional	1.050.992.450	853.933.978	1.089.427.418	793.186.229	92,89%
FEDER		853.933.978		793.186.229	92,89%
Eixo Prioritário 1	424.174.162	318.130.622	447.855.831	284.150.298	89,32%
Eixo Prioritário 2	132.149.499	112.327.074	162.475.236	125.256.091	111,51%
Eixo Prioritário 3	470.677.979	400.076.282	463.599.483	370.607.502	92,63%
Eixo Prioritário 4	27.529.412	23.400.000	15.496.869	13.172.338	56,29%

Tabela 3.28: Eixo prioritário 4 – execução (€)								
Tipologia de operação	Execução		Pagamentos			Taxa de execução (EX/PR)	Taxa de realização (EX/AP)	Taxa de pagamento (PG/AP)
	Custo total elegível validado	Fundo comunitário validado	Adiantamentos não certificáveis	Reembolso	Total			
Ações de Assistência Técnica	11.238.004	9.552.303	275.708	9.342.709	9.618.417	40,82%	72,52%	73,02%
Assistência Técnica	11.238.004	9.552.303	275.708	9.342.709	9.618.417	40,82%	72,52%	73,02%

Gráfico 3.4: Grau de compromisso global face à programação



Nas figuras 3.7 e 3.8 pode observar-se a incidência do eixo 4 ao nível das NUT III, de salientar que as operações de assistência técnica da AG, IT, IAPMEI, AICEP são de natureza não regionalizável.

Figura 3.7: Eixo 4 - distribuição do FEDER aprovado por NUT III



Figura 3.8: Eixo 4 - distribuição do FEDER executado por NU III



Tabela 3.29 : Realização física do eixo 4

Indicadores		2008	2009	2010	2011	2012	2015	Total
Indicadores Eixo (alínea c) do n.º 1 do artigo 37.º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006								
53 - % despesas validadas dos fundos estruturais coberta por ações de verificação no local pela estrutura segregada	Realização Contratada	---	---	---	---	---	---	n.a
	Realização Executada	0,13%	6,9%	6,6%	8,7%	7,2%	---	7,2%
	Metas	---	---	7,5%	---	---	5%	5%
	Valor de Referência	---	---	---	---	---	---	12%
54 - N.º Visitantes anuais (visitantes únicos) ao sítio de internet do PO	Realização Contratada	---	---	---	---	---	---	n.a
	Realização Executada	50.248	176.277	314.121	485.588	603.194	---	603.194
	Metas	---	---	80.000	---	---	500.000	500.000
	Valor de Referência	---	---	---	---	---	---	58.000
55 - Nível de follow-up das recomendações de avaliação (% de recomendações consideradas)	Realização Contratada	---	---	---	---	---	---	n.a
	Realização Executada	---	---	32%	65%	44%	---	44%
	Metas	---	---	60%	---	---	80%	80%
	Valor de Referência	---	---	---	---	---	---	---
52 - N.º Ações de divulgação e informação do Programa	Realização Contratada	---	---	---	---	---	---	n.a
	Realização Executada	160	453	1.206	2.295	3.447	---	3.447
	Metas	---	---	50	---	---	1.250	1.250
	Valor de Referência	---	---	---	---	---	---	--
Indicadores Comuns Comunitários (core indicators)								
1	Emprego criado	Realização Contratada	10	10	10	11	---	11
		Realização Executada	---	---	---	---	---	---
2	dos quais : homens	Realização Contratada	4	4	4	5	---	5
		Realização Executada	---	---	---	2	---	2
3	dos quais : mulheres	Realização Contratada	6	6	6	6	---	6
		Realização Executada	---	---	---	1	---	1

n.a. – não aplicável

## Indicadores de eixo

- Percentagem de despesas dos fundos estruturais coberta por ações de verificação no local pela estrutura segregada - o valor para este indicador, no ano de 2012, situa-se em 7,2%; refira-se que este valor se reporta exclusivamente às ações inteiramente concluídas com despacho de decisão no final de 2012, encontrando-se concluídas naquela data 38 ações no montante total de despesa objeto de verificação no local de 33.398.356€. Considera-se, assim, existir um bom cumprimento deste indicador, face à meta de 5 % definida para 2015, após reprogramação.
- Número de ações de divulgação e informação do Programa – este indicador reflete todas as componentes do plano de comunicação do INALENTEJO, nomeadamente as ações de esclarecimento e de formação, materiais de promoção concebidos, material de *merchandising*, eventos realizados, participação em feiras e publicidade realizada, perfazendo um número total de 1.152 ações, apenas em 2012.

À semelhança do ano anterior, salienta-se o empenho da AG do INALENTEJO na divulgação e promoção do PO, assim como o êxito no cumprimento deste indicador dado o valor acumulado de 3.447 ações, face às metas previstas atingir em 2010 e 2015, respetivamente 50 e 1.250 ações.

- Número de visitantes anuais ao *site* do INALENTEJO - o *site* do INALENTEJO – [www.ccdr-a.gov.pt/poaqren/](http://www.ccdr-a.gov.pt/poaqren/), constituiu-se desde o início do PO como o meio preferencial de transmissão da informação, verificando-se um número de visitas em 2012 de 117.606, de que resulta um valor acumulado de 603.194 visitas.
- Níveis de follow-up das recomendações de avaliação (% de recomendações consideradas) – em 2012, globalmente registaram-se 115 recomendações resultantes de verificações no local, das quais 51 encontravam-se satisfeitas no final do ano, representando um grau de satisfação de 44,3%.

### **Indicadores Comuns Comunitários:**

Ao nível de indicadores comuns comunitários apenas se define para o eixo 4 – assistência técnica, o indicador ‘Empregos criados’, entendido como empregos diretos criados, em equivalente tempo inteiro.

Em 31 de dezembro de 2012, para este indicador, a realização contratada situa-se em 11 novos postos de trabalho distribuídos por quatro operações de assistência técnica, das quais a da própria AG – CCDRA e de 3 operações referentes às EAT das CIM, no âmbito do processo de subvenção global.

Em termos de repartição por género, dos 11 postos de trabalho criados, 6 são femininos e 5 são masculinos.

### **3.4.2. Análise qualitativa**

O objetivo do eixo 4 - assistência técnica, é capacitar as AG para o eficaz desenvolvimento das suas competências.

Assim, a execução física evidenciada na tabela anterior, e cuja análise já foi efetuada, permite realçar a totalidade da despesa pública coberta por verificações de gestão, o número de ações de divulgação e informação do PO, bem como comprovar o elevado número de visitantes anuais ao *site* da internet do INALENTEJO, que já ultrapassam as metas previstas, e que pode indiciar o elevado grau de interesse dos beneficiários e público em geral, na informação divulgada.

Quanto ao contributo do eixo 4 para a promoção da igualdade entre homens e mulheres, conforme anteriormente referido, dos 11 postos de trabalho criados, 6 são femininos e 5 masculinos.

▪ Regulamento Específico - Assistência Técnica

Tabela 3.30: Situação dos avisos – Assistência Técnica

Avisos de Concursos	Data			Tempo Médio de Decisão (dias)	Candidaturas							
	Abertura	Encer-ramento	Decisão		Entradas		Aceites		Aprovadas		Contratadas	
					N.º	Inv. Proposto	N.º	Inv. Proposto	N.º	Inv. Eleg.	N.º	FEDER
ALENT-73-2012-01	02-11-12	30-11-12	-	-	8	2.917.440	5	2.710.281	0	0	0	0
Ações de Valorização do Litoral (aviso com decisão em 2012)												
ALENT-73-2011-01	02-11-11	30-11-11	03-01-12	33	10	3.533.378	10	3.533.378	10	3.500.925	10	3.500.925

A análise da situação referente ao ano 2012, permite apurar que, para efeitos de financiamento da assistência técnica para 2013, foi publicado já no final do ano o aviso de concurso ALENT-73-2012-01, com uma dotação de 5,0 M€, tendo sido apresentadas 8 candidaturas.

#### 3.4.3. Problemas significativos encontrados e medidas tomadas

As referências neste ponto continuam a ser idênticas às do ano transato, isto é, no eixo 4 – assistência técnica, não se verificaram problemas significativos.

## 3.4.4. Projeto demonstrativo

## ASSISTÊNCIA TÉCNICA

## IDENTIFICAÇÃO DA OPERAÇÃO

Designação ***Assistência Técnica Global do Programa Orçamental – Ano 2012***

Beneficiário ***Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo***

Investimento da operação

Investimento Total	2.100.000€
Investimento Elegível	2.100.000€
FEDER	1.785.000€

## CARATERIZAÇÃO DA OPERAÇÃO

A candidatura é apresentada pela CCDR Alentejo, enquanto organismo público responsável pelo apoio administrativo, técnico, logístico e financeiro, no âmbito do Eixo 4 - *Assistência Técnica*.

A candidatura pretende capacitar a Autoridade de Gestão, para o eficaz desempenho das suas competências, designadamente as que respeitam à realização de atividades de conceção, preparação, gestão, controlo, acompanhamento, monitorização e avaliação, informação, publicidade, divulgação e sensibilização do Programa e ainda à realização de estudos de suporte à tomada de decisão.

O financiamento dos recursos e das atividades necessárias e adequadas à prossecução da missão e ao exercício das competências dos órgãos técnicos de governação do Programa Operacional, é assegurado pelos recursos financeiros para a Assistência Técnica do respetivo PO.

No âmbito da operação de assistência técnica em causa, foram realizados diversos eventos de promoção e divulgação do Programa Operacional, tendo assumido no ano 2012 especial relevo as sessões de esclarecimentos às empresas no âmbito da promoção dos sistemas de incentivos.

Neste contexto, a Autoridade de Gestão do INALENTEJO, com a colaboração dos Organismos Intermédios para os Sistemas de Incentivos, IAPMEI e Turismo de Portugal, e em articulação com os Núcleos Empresariais Regionais (NERE, NERPOR, NERSANT e NERBE) e a Entidade Regional de Turismo do Alentejo Litoral, realizou no final do ano, um *road-show* pela Região Alentejo, integrando um conjunto de sessões de esclarecimento sobre os sistemas de incentivos às empresas, designadamente sobre o Sistema de Incentivos à Inovação, e os concursos abertos para a apresentação de candidaturas.

No âmbito da sua concretização foram realizadas de várias sessões públicas de promoção, divulgação e informação, com abrangência de toda a região Alentejo, e presença efectiva em todas as NUTS III.

## ASSISTÊNCIA TÉCNICA

### FOTOGRAFIAS



## 4. GRANDES PROJETOS E PROJETOS AMBIENTAIS

### 4.1. Grandes projetos

No INALENTEJO não existe qualquer grande projeto aprovado. Contudo, importa salientar que na 29.<sup>a</sup> reunião da Comissão de Seleção dos sistemas de incentivos às empresas do QREN, realizada em 15 de janeiro de 2010, o projeto Criação de uma Unidade Industrial de Biodiesel, cujo promotor era a Greencyber, S.A., obteve parecer favorável com base no parecer apresentado pelo Organismo Intermédio AICEP, culminando com a decisão, em 18 de janeiro de 2010, por parte da CD do INALENTEJO, da atribuição do incentivo, na sequência dos n.º 5 e 6 do Artigo 21.º do Anexo à Portaria n.º 1103/2010, de 25 de outubro. O projeto foi objeto de notificação em 14 de janeiro de 2011.

No entanto, no decorrer do processo de notificação, o Organismo Intermédio AICEP remeteu ao INALENTEJO, em 14 de novembro de 2011, ofício a solicitar que o projeto fosse retirado da apreciação de cofinanciamento comunitário junto da Direção Geral de Política Regional da Comissão Europeia, tendo merecido a aprovação por parte da CD do INALENTEJO, em 22 de novembro de 2011. A decisão de caducidade da decisão de concessão de incentivos financeiros e do próprio contrato teve por base o estipulado na cláusula 8.5 (i), a qual estabelecia a caducidade da decisão da concessão do incentivo financeiro caso as obras de terraplanagem não se tivessem iniciado a 31 de outubro de 2010.

### 4.2. Projetos ambientais

O INALENTEJO não inclui projetos ambientais com custos de investimento totais entre os 25 e os 50 M€.

## 5. ASSISTÊNCIA TÉCNICA

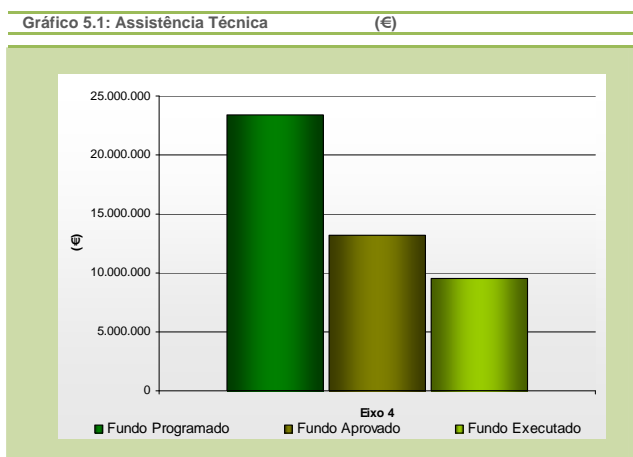
Após reprogramação, ao eixo 4 – assistência técnica foi atribuído 23,4 M€ de financiamento FEDER para o período 2007-2013, o que representa cerca de 2,7 % da dotação orçamental atribuída ao INALENTEJO.

A análise à execução acumulada deste eixo reflete que a taxa de compromisso é de 56,29% da dotação FEDER programada.

Os valores aprovados no âmbito da assistência técnica não ultrapassaram os limites regulamentares estabelecidos, nos termos do n.º 1 do artigo 46.º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006, de 11 de julho de 2006, alterado pelo Regulamento (CE) n.º 284/2009, de 7 de abril.

**Tabela 5.1: Eixo 4 – Assistência Técnica** (€)

Eixo Prioritário	Programação Financeira 2007-2013 (PR)		Aprovação (AP)		Execução (EX)		Taxa de compromisso	Taxa de realização	Taxa de execução
	Despesa Pública	FEDER	Inv. Elegível	FEDER	Inv. Elegível	FEDER	(AP/PR)	(EX/AP)	(EX/PR)
Eixo Prioritário 4	27.529.412	23.400.000	15.496.869	13.172.338	11.238.004	9.552.303	56,29%	72,52%	40,82%



**Tabela 5.2: Assistência técnica, aprovações e execução por tipologia de beneficiário a 31-12-2012** (€)

Tipologia de Beneficiário	N.º de candidaturas apresentadas	N.º de projetos aprovados	Investimento elegível aprovado	FEDER Aprovado (AP)	% FEDER aprovado	FEDER Executado (EX)	Taxa de realização (EX/AP)
CCDRA	8	6	10.599.959	9.009.965	85%	6.377.382	70,78%
OI/CIM	25	20	2.962.376	2.518.019	85%	1.946.317	77,30%
OI/SI	15	13	1.934.534	1.644.354	85%	1.228.605	74,72%
<b>Total PO</b>	<b>48</b>	<b>39</b>	<b>15.496.869</b>	<b>13.172.338</b>	<b>85%</b>	<b>9.552.303</b>	<b>72,52%</b>

Tabela 5.3: Tipologia de despesa elegível aprovada a 31-12-2012

(mil €)

Tipologia de despesa	Investimento elegível aprovado	FEDER aprovado	%	Investimento elegível Executado	FEDER Executado	%
Custos com pessoal	11.803	10.033	76	9.251	7.863	82,32%
Equipamento informático e software	387	329	2	188	160	1,67%
Informação e publicidade	798	678	5	290	247	2,58%
Estudos e consultoria	1020	867	7	685	582	6,10%
Outros bens e serviços de apoio à gestão	1489	1.266	10	824	700	7,33%
<b>Total</b>	<b>15.497</b>	<b>13.172</b>	<b>100</b>	<b>11.238</b>	<b>9.552</b>	<b>100,00%</b>

Ainda no que se refere ao eixo 4 – assistência técnica, conforme tabela anterior, no final de 2012, em termos de aplicação orçamental e considerando os valores aprovados por tipologia de despesas, bem como a correspondente estrutura de custos, verifica-se que o valor mais significativo, 69%, continua a pertencer à rubrica de custos com pessoal.

No âmbito da execução da assistência técnica, não se verificaram problemas de maior ou estrangulamentos na sua execução, conforme se pode verificar pelo nível de execução verificado, com excepção de ligeiros atrasos na apresentação da documentação comprovativa da execução das operações por parte de alguns beneficiários.

## 6. INFORMAÇÃO E DIVULGAÇÃO

O plano de comunicação do INALENTEJO foi apresentado à Comissão Europeia em 11 de fevereiro 2008, de acordo com a regulamentação comunitária e nacional em vigor, tendo sido objeto de aprovação por parte desta, conforme ofício n.º 6146, de 10-07-2008, da DG REGIO.

Através do plano de comunicação aprovado, a AG propõe-se promover e coordenar um conjunto de ações, com o intuito de sensibilizar a opinião pública e informar os potenciais beneficiários, sobre os objetivos do FEDER e do empenho nacional no apoio ao desenvolvimento regional e à coesão económica e social.

Uma eficaz comunicação do programa constitui condição “sine qua non” para a dinamização e estímulo do investimento na região Alentejo, em especial nas áreas de intervenção plasmadas nos eixos estratégicos do PO, contribuindo, em última análise, para o reforço da competitividade regional e sustentabilidade da coesão social e territorial.

A comunicação do INALENTEJO assenta em quatro grandes objetivos estratégicos, ligados à notoriedade/visibilidade, à transparência/equidade, à qualificação da procura e, não menos importante, ao papel da União Europeia e dos fundos estruturais. Trata-se de objetivos suficientemente fortes e integradores, podendo ser considerados como “elementos fundadores” da comunicação do Programa.

A implementação do plano de comunicação aprovado é constituída por 3 fases operacionais, que correspondem aos principais momentos do ciclo de vida do PO:

- 1.ª Fase (2007/2009) – promoção e implementação institucional
- 2.ª Fase (2010/2011) – consolidação e avaliação intercalar
- 3.ª Fase (2012/2013) – divulgação da execução e encerramento

O ano de 2012 está assim integrado na fase de “divulgação da execução e encerramento”, pelo que os esforços da AG se têm debruçado também sobre a aplicação dos fundos e a transmissão da informação sobre a execução dos projetos.

Tendo em consideração o previsto no plano de comunicação do INALENTEJO, para efeitos de cumprimento do disposto no n.º 2 do art.º 4.º do Regulamento (CE) n.º 1828/2006, de 8 de dezembro, as principais atividades de informação e publicidade realizadas até final do ano de 2012, traduziram-se em:

**Imagem – este âmbito estavam previstas três ações:**

- a conceção da “*corporate image*” do PO – foi desenvolvido um concurso de ideias para a conceção da logomarca INALENTEJO. A logomarca foi selecionada e registada como marca nacional sob o n.º 435089, ainda em 2008;
- a conceção do manual de normas gráficas - ficou concluída em 2008, e está acessível no sítio da internet do INALENTEJO;
- a AG do INALENTEJO emitiu a orientação de gestão n.º 2/2008, de 06-06-2008 – obrigações de informação e publicidade dos beneficiários, acessível no sítio do INALENTEJO, posteriormente atualizada em 26-10-2009.

Figura 6.1: Logomarca



**O site da internet do INALENTEJO – [www.inalentejo.qren.pt](http://www.inalentejo.qren.pt)**

Este instrumento constituiu-se desde o início como o meio preferencial de informação e divulgação, acessível aos principais grupos-alvo, nomeadamente referente a:

- apresentação do PO e da Comissão Diretiva;
- regulamentação comunitária, nacional e de gestão;
- avisos de concurso abertos por eixo e regulamento específico, com indicação do período de abertura, montante a concurso e possibilidade de acesso imediato ao regulamento, respetivos critérios de seleção e aviso de concurso;
- avisos de concurso encerrados;
- operações aprovadas, por eixo, com identificação dos respetivos beneficiários, investimento total e FEDER aprovados, com informação atualizada trimestralmente, de acordo com a orientação de gestão n.º 2/2008 - obrigações de informação e publicidade dos beneficiários; a informação sobre os apoios financeiros concedidos começou a ser divulgada no início de 2009, com a situação reportada a 31 de dezembro de 2008, de acordo com a orientação técnica IFDR n.º 02/2008, de 27 de outubro;
- procedimentos de gestão, incluindo o manual de procedimentos do INALENTEJO e as orientações de gestão;

- plano anual de concursos;
- relatórios de execução;
- regras de publicitação, nomeadamente as normas de publicitação do INALENTEJO, e as normas gráficas do QREN e do INALENTEJO, bem como as especificações do emblema Europeu;
- sessões de divulgação dos apoios existentes, designadamente ao nível dos sistemas de incentivos;
- notícias dando conta dos principais aspetos e eventos relacionados com a atividade desenvolvida pela AG;
- newsletter;
- contactos;
- ligações úteis, designadamente ao website do QREN e dos sistemas de incentivos.

Figura 6.2: Sítio de internet do INALENTEJO – [www.inalentejo.qren.pt](http://www.inalentejo.qren.pt)



O *site* do INALENTEJO apresenta-se como um meio privilegiado de informação e divulgação, como se pode confirmar pelo respetivo número de visitas ao mesmo, num total de 603.194 até 31 de dezembro de 2012, dos quais, 117.606 respeitam apenas ao ano de 2012. Neste contexto, recordamos que o exercício de avaliação da operacionalização do INALENTEJO, refere relativamente à utilização da internet, e mais concretamente do sítio do INALENTEJO, que “Quer o número de visitas ao site, quer a opinião perspetivada pelos beneficiários no inquérito realizado no âmbito da avaliação, confirma a importância deste meio de divulgação e informação (...)”.

O número de visitas ao sítio do INALENTEJO tem superado claramente a média anual inicialmente prevista (50.000 visitantes/ano).

O final de 2012 coincidiu com a implementação do novo *site* do INALENTEJO ([www.inalentejo.qren.pt](http://www.inalentejo.qren.pt)), em resultado de um procedimento de aquisição de serviços externos que havia sido lançado ainda no decorrer de 2010.

A conceção da reformulação do site do PO teve como principal objetivo, reforçar a notoriedade da marca INALENTEJO e melhorar a imagem do programa, criando uma relação de maior proximidade entre o INALENTEJO e os seus públicos-alvo, facilitando o acesso à informação, através de uma navegação fácil e intuitiva e de um visual apelativo.

A informação recebida relativamente ao novo site deu conta das alterações verificadas, consideradas como muito positivas, por reforçaram a melhoria da imagem do PO, mas também pelo seu maior impacto gráfico e consequente poder de atração.

### **Campanhas de Promoção e Divulgação do INALENTEJO**

Em 2012, as campanhas de promoção e divulgação do INALENTEJO nos meios de comunicação social escrita, a nível regional, concentraram-se sobretudo no último trimestre do ano, devido ao processo de reprogramação estratégica do QREN. Assim, foram desenvolvidas três campanhas:

- aprovação da reprogramação estratégica do INALENTEJO;
- plano anual de concursos de 2012;
- realização do evento anual.

Figura 6.3: Campanhas de promoção e divulgação



Para além destas campanhas, é habitual a inserção de publicidade do PO nos meios de comunicação em associação com a realização de eventos locais importantes para a Região ou em que o INALENTEJO se encontra representado, como é o caso das feiras de âmbito regional.

Outros importantes meios de comunicação, focalizados no esclarecimento de dúvidas e informação aos beneficiários, foram utilizados:

- a conta de e-mail específico - *inalentejo@ccdr-a.gov.pt* - com perto de 1.182 *email* respondidos até 31 de dezembro de 2012, dos quais 213 ao longo do ano de 2012;
- a linha verde 800 205 238 – com 11.899 solicitações telefónicas até 31 de dezembro de 2012, das quais 2.325 em 2012.

Reconhece-se que a importância do recurso a estes dois meios de comunicação foi mais forte, nos primeiros anos de implementação do INALENTEJO, quando o conhecimento dos beneficiários (potenciais e efetivos) quer sobre o programa, quer sobre os seus intervenientes era menor. No entanto, durante o ano de 2012, voltou a verificar-se um acréscimo relevante de solicitações com utilização deste meio de comunicação disponível para os beneficiários e o público em geral.

A produção de *newsletter* eletrónicas teve início no último trimestre de 2008, sendo de referir que até 31 de dezembro de 2012 foram produzidas um total de 67, encontrando-se todas disponíveis no sítio de *internet* do INALENTEJO. Em concreto, no ano de 2012, foram divulgadas 16 *newsletters*.

Figura 6.4: Newsletter



A consulta on-line da situação dos projetos e lista de beneficiários, prevista na alínea d) do art.º 7.º do Regulamento (CE) n.º 1828/2006, começou a ser divulgada no início de 2009, com a situação reportada a 31 de dezembro de 2008, de acordo com a orientação técnica IFDR n.º 02/2008, de 27 de outubro. A informação disponível no website inclui a designação do beneficiário, concelho, código e designação da operação aprovada, e respetivos montantes de investimento elegível total aprovado, FEDER aprovado e contrapartida nacional.

### Meios Materiais

Ao nível da conceção e edição de *merchandising*, em 2012 apenas foram produzidos alguns materiais de promoção e divulgação do INALENTEJO para reposição de stocks: esferográficas, caixas de notas e sacos.

Figura 6.5: Meios Materiais

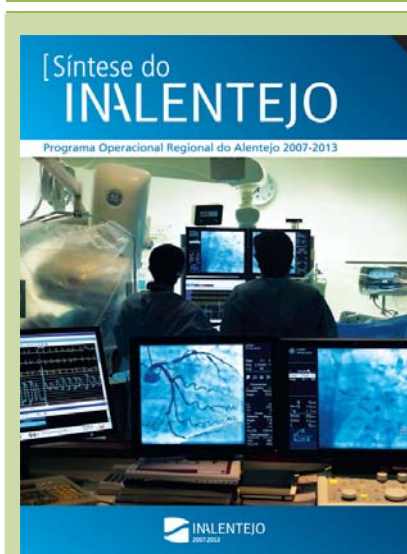


Figura 6.6: Meios Materiais (Stand)



Em termos de conceção e edição de suportes de comunicação e promoção, destaca-se a produção de uma brochura síntese do programa, após a aprovação da reprogramação estratégica do INALENTEJO aprovada em 5 de dezembro de 2012, e a atualização dos materiais do *stand*.

### Eventos

Em matéria de eventos realizados ao longo do ano de 2012, há a registar os seguintes:

- sessões de esclarecimento sobre os sistemas de incentivos - *road-show*, no período de 27 de março a 5 de abril, com a colaboração dos Núcleos Empresarias

Regionais e Sines Tecnopólo, e dos Organismos Intermédios para os Sistemas de Incentivos: IAPMEI, Turismo de Portugal, AICEP e ADI, realizadas em Benavente, Portalegre, Beja, Sines e Évora;

Figura 6.7: 1.º Road-show



- as comemorações do dia da Europa em maio, incluindo a abertura do gabinete INVESTE – Gabinete de Apoio ao Investidor;
- exposição de fotografia de projetos executados com cofinanciamento comunitário, no âmbito do INALENTEJO, em julho, na galeria de exposições da CCDRA, a qual se manteve patente ao público até final do ano.

Figura 6.8: Exposição



- segundo road-show de sessões de esclarecimento sobre os sistemas de incentivos, no período de 4 a 6 de dezembro, igualmente em colaboração com a colaboração dos núcleos empresariais regionais, Entidade Regional de Turismo da Costa Alentejana e câmaras municipais respetivas, e dos organismos

intermédios para os sistemas de incentivos: IAPMEI, Turismo de Portugal, AICEP e ADI, realizadas em Vila Viçosa, Grândola, Aljustrel, Ponte de Sôr e Cartaxo.

Figura 6.9: 2.º Road-show



Figura 6.10: 2.º Road-show



- sessões públicas de assinatura de contratos de financiamento:
  - 2 de agosto – CCDRA – Évora – áreas do turismo, energia, ciência e tecnologia, cultura, reabilitação urbana, rede escolar e equipamentos – investimento total de 35 M€ e cofinanciamento FEDER de 24 M€
  - 2 de novembro – Centro de biotecnologia agrícola e agroalimentar do Baixo Alentejo (CEBAL): Sistema de apoio a entidades do sistema científico e tecnológico nacional - investimento total de 1,3 M€ e cofinanciamento FEDER de 1,1 M€

- o 12 de novembro – Universidade de Évora – sistema regional de transferência de tecnologia (SRTT): sistemas de apoio a parques de ciência e tecnologia e incubadoras e a infraestruturas científicas e tecnológicas - investimento total de 26,1 M€ e cofinanciamento FEDER de 18,8 M€

Figura 6.11: Sessões públicas de assinatura de contratos de financiamento



### Evento Anual

A 11 de dezembro, realizou-se o evento anual sob o tema “Presente e Futuro – Empreendedorismo e Inovação no Alentejo”, que contou com a presença do senhor Secretário de Estado Adjunto da Economia e do Desenvolvimento Regional – Dr. Almeida Henriques, e incluiu a apresentação de três projetos de investimento aprovados com cofinanciamento comunitário FEDER, no âmbito do INALENTEJO, pelos próprios beneficiários.

Consideramos que este tipo de apresentação, que a AG do INALENTEJO tem vindo a prosseguir nos diversos eventos que realiza, incluindo as sessões de esclarecimento, constitui uma boa prática, permitindo uma maior divulgação dos apoios concedidos, para além de possibilitar a transmissão do testemunho pelos próprios beneficiários apoiados, incluindo as dificuldades sentidas com a apresentação da candidatura e a implementação do projeto, bem como os meios utilizados para ultrapassar essas dificuldades.

### Comemorações do dia da Europa

No que se refere mais concretamente às comemorações do dia da Europa, a data foi assinalada com o hasteamento da bandeira da União Europeia nas instalações da CCDR Alentejo, e a inauguração do gabinete INVESTE – Gabinete de Apoio ao Investidor, cujo

objetivo principal é a prestação de toda a informação necessária para a apresentação de uma candidatura ou o desenvolvimento de um projeto de investimento, prestando apoio a potenciais investidores na região, incluindo as possíveis fontes de financiamento dos projetos e participações no capital para operações de criação ou expansão de negócios, e ainda sobre os requisitos inerentes ao desenvolvimento dos projetos, tais como os pareceres e licenciamentos. Este gabinete, tal como previsto, tem assumido uma atitude proativa no sentido de estabelecer e promover contactos com o objetivo de facilitar a articulação e potenciar a informação. Foi ainda produzida uma *newsletter* especial sobre as comemorações do dia da Europa.

Figura 6.12: Dia da Europa



### Receção de Delegação da Turquia

A Presidência da CCDR Alentejo e a AG do INALENTEJO receberam, no dia 11 de setembro, um grupo de 10 agentes de desenvolvimento regional da Agência de Desenvolvimento Regional do Mar Negro na Turquia – OKA – *Orta Karadeniz KalKinma Ajansi – Middle Black Sea Development Agency*.

Esta visita teve por objetivo conhecer o papel desempenhado por estas entidades e o trabalho desenvolvido no âmbito do desenvolvimento da região Alentejo.

### Alentejo – Região da Semana no portal do Comissário para a Política Regional

A região Alentejo foi a região da semana no portal do Comissário para a Política Regional, Johannes HAHN.

O portal apresentou uma breve descrição da região Alentejo, enquanto região prioritária da UE e dos seus principais pólos de desenvolvimento, referindo como a política regional da UE tem contribuído para o seu desenvolvimento. Apresentou ainda alguns projetos representativos dos apoios comunitários na região Alentejo.

Figura 6.13: Região da Semana no portal do Comissário para a Política Regional



### Feiras

No que se refere a participação em feiras a nível regional, em 2012 verificou-se a participação em três participações do INALENTEJO, designadamente:

- 29.ª edição da OVIBEJA em Beja, de 27 de abril a 1 de maio;
- feira de S. João 2012 em Évora, de 22 de junho e 1 de julho;
- feira do Montado 2012 em Portel, de 29 de novembro e 2 de dezembro.

Figura 6.14: Feiras



### Mediação e Publicidade

No campo da mediação e publicidade, contabiliza-se até 31 de dezembro de 2012, a publicação de 1.013 notícias relacionadas com o INALENTEJO, o que dá uma média mensal de cerca de 85 notícias, valor bastante razoável, tendo em consideração a periodicidade dos meios de comunicação social a nível regional, apenas existe um jornal diário. Da análise efetuada às notícias publicadas, podemos afirmar que a informação é maioritariamente positiva. Os meses de março e novembro foram os que registaram maior número de notícias, devido à nomeação dos novos gestores do INALENTEJO, e às sessões de assinatura de contratos de financiamento realizadas. Também no mês de maio foi destacada a abertura do gabinete INVESTE.

Em termos de execução, e pretendendo apresentar uma visão transversal do plano de comunicação junto do público-alvo, podemos referir o seguinte:

- beneficiários (diretos e potenciais) – os principais meios de comunicação utilizados foram as sessões públicas de informação e esclarecimento, o website do INALENTEJO, a *newsletter* e a publicitação nos meios de comunicação social regionais;
- no que se refere a este grupo de público-alvo, e para efeitos de esclarecimento e informação sobre questões mais objetivas, destacam-se as sessões de esclarecimento realizadas em diversos concelhos da região, a prestação de informação através da linha verde (2.325 solicitações em 2012) e da conta de e-mail específico (213 solicitações em 2012);

- mediadores (comunicação regional, “*Opinion Makers*” e rede regional de informação e divulgação) – a este nível, o principal meio de informação utilizado foi a prestação de informação junto da comunicação social, bem como o convite para a sua presença nas principais reuniões e eventos organizados pela AG;
- público em geral / opinião pública – este é o segmento de público-alvo mais diversificado, com diferentes níveis de conhecimento e interesse por estas temáticas. A principal informação é veiculada através do site do INALENTEJO, da informação na comunicação social (p.e. anúncios, notícias) e da presença em certames a nível regional, com distribuição de materiais de promoção e “merchandising”;
- a presença em feiras permite abranger um público alargado, e neste domínio importa referir que a OVIJEJA, pelas suas características muito próprias, se reveste de natureza nacional;
- também no que toca ao material de promoção distribuído, o mesmo tem-se revelado apelativo para o público, despertando o interesse em obter mais informação, nomeadamente sobre o significado da designação “INALENTEJO” e os seus objetivos;
- público institucional – A este segmento muito específico de público-alvo, para além das outras ações já referidas, aplicam-se também as ações de informação específicas e formação realizadas, nomeadamente junto das estruturas de apoio técnico das comunidades intermunicipais - CIM, em sede de processo de contratualização.

### Obrigações de Informação e Publicidade dos Beneficiários

Decorrente da orientação de gestão n.º 2/2008, com atualização aprovada pela CD do INALENTEJO em 26 de outubro de 2009, salienta-se as seguintes obrigações dos beneficiários para efeitos de informação e publicidade:

- afixação bem visível de um painel publicitário no local de cada operação, independentemente do tipo da mesma e da participação pública e comunitária atribuída;
- referência bem visível, em todas as aplicações de informação e divulgação da operação (ou a ela relativas), ao cofinanciamento comunitário, através da reprodução da logomarca QREN, da logomarca e da insígnia da União Europeia, bem como da logomarca INALENTEJO. No caso concreto de *spots* de rádio, através da menção áudio, precedida da expressão “cofinanciamento”;

- afixação bem visível no local de cada operação de uma placa descritiva permanente, independentemente do tipo da operação e da participação pública e comunitária atribuída à mesma.

O cumprimento das medidas acima descritas, independentemente do tipo da operação e da participação pública e comunitária atribuída à mesma, é confirmado em sede de verificação de execução física e referenciado no respetivo relatório de verificação de execução física.

### Despesas com Informação e Publicidade do INALENTEJO

No ano de 2012, ao nível das despesas referentes à execução do plano de comunicação do INALENTEJO, encontra-se associado um montante financeiro de 59.279 €, ao qual corresponde o montante de 50.387 € FEDER.

Tabela 6.1: Tipologia de despesa / domínio (€)

Domínios	Montante Programado 2007-2013	Despesa Total realizada em 2012	FEDER realizado em 2012	% FEDER realizada em 2012
Imagem e internet	93 000	46 948	16 285	50,4
Meios materiais	184 500	94 861	15 739	51,4
Eventos	235 500	40 598	6 190	17,2
Mediação e Publicidade	228 000	104 983	21 065	46,0
Avaliação	39 000	23 985	-	61,5
<b>Total</b>	<b>780 000</b>	<b>311 375</b>	<b>59 279</b>	<b>39,9</b>

Em síntese, os quadros seguintes espelham as diversas ações realizadas em 2012, com o objetivo primordial de divulgação do programa junto dos principais públicos-alvo, bem como de informação e esclarecimento, para além da apresentação do ponto de situação relativo à implementação do plano de comunicação do INALENTEJO até 31 de dezembro de 2012.

Tabela6.2: Ações de natureza diversa desenvolvidas em 2012

	Indicadores	Tipo	Obj.	Segm.	Metas	Observações	Realizado em 2012	Realizado Acumulado a 31.12.2012
				alvo				
Internet	Acessibilidade ao sítio de Internet a cidadãos com necessidades especial (W3C)	Rs	T	T	100%	Cumprimento integral das regras W3C	Cumprimento regras W3C – conformidade A	Cumprimento regras W3C – conformidade A
	N.º visitantes ao sítio de Internet do Programa	Rs	T	T	350.000	Média anual: 50.000 visitantes	117.606	603.194
	N.º newsletters eletrónicas editadas	Rz	T	BD, BP, M, PI, CI	90	Média anual: 15 edições	16	67
	N.º newsletters eletrónicas recebidas	Rs	T	BD, BP, M, PI, CI	45.000	Média destinatários/edição: 500	1050	1900
Meios materiais	N.º exemplares de material de "merchandising" editados	Rz	1	BD, BP, PI	50.000	N.º aproximado ao "porAlentejo"	3 materiais	24 materiais
	% exemplares de material de "merchandising" distribuídos em eventos	Rs	1, 2	BD, BP, PI	90%	% = n.º exempl. distrib. / n.º exempl. editados	a)	a)

Tabela 6.2: Ações de natureza diversa desenvolvidas em 2012 (cont.)

	Indicadores	Tipo	Obj.	Segm.	Metas	Observações	Realizado em 2012	Realizado Acumulado a 31.12.2012
Eventos	N.º de "mega-eventos" (inclui evento de apresentação do Programa)	Rz	T	BD, BP, M, PI, CI	6	1 evento apres. + 5 "mega-eventos"	1	6
	N.º de participantes nos "mega-eventos"	Rs	T	BD, BP, M, PI, CI	1.200	Média: 200 particip./evento	300	-
	N.º "press-trip" realizadas	Rz	1, 2	M	10	Média anual: 2	-	-
	N.º "clipping" (notícias, reportagens, entrevistas) após "press-trip"	Rs	1, 2	M	100	Média: 10 "clippings" por evento	-	-
	N.º seminários/"workshops" realizados	Rz	T	BD, BP, M	40	Média anual: 6 eventos	10	121
	N.º participantes em seminários/"workshops" realizados	Rs	T	BD, BP, M	2.000	Média: 50 particip./evento	400	a)
	N.º participações em feiras e "road-shows"	Rz	T	BD, BP, M, OP, PI	30	Média anual: 5	5	23
Mediação e publ.	N.º folhetos distribuídos em feiras e "road-shows"	Rs	T	BD, BP, M, OP, PI	15.000	Média: 500 folhetos /evento	a)	a)
	N.º anúncios de divulgação nos "media" (jornais, rádios, ...)	Rz	T	BD, BP, M, OP	60	Média anual: 10 anúncios	49	129
	Taxa de acolhimento dos "press-releases" enviados para os "media"	Rs	T	M	75%	Taxa = n.º press public. / n.º press enviados	a)	a)
Avaliação	N.º entidades envolvidas na rede regional de divulgação e informação	Rs	2	M	40	estimativa	a)	a)
	Grau de reconhecimento (notoriedade) do Programa	Rs	1	BD, BP	90%	A apurar através de fontes primárias		98,7%
	Grau de reconhecimento (notoriedade) do Programa	Rs	1	OP	30%	A apurar através de fontes primárias		23,1%
	Grau de reconhecimento do papel da União Europeia e fundos estruturais	Rs	4	BD, BP, OP	90%	A apurar através de fontes primárias		99,0%
	Grau de avaliação positiva do Programa	Rs	T	BD, BP, M, OP	80%	A apurar através de fontes primárias		81,6%

a) sem informação

Nota: A informação relativa aos indicadores da avaliação, resulta do exercício de "Avaliação Intercalar do Plano de Comunicação do INALENTEJO" e é reportada a 31-12-2010.

## Plano de Comunicação – Execução

Tabela 6.3: Plano de Comunicação

Plano de Comunicação	Ano de 2012	Acumulado a 31.12.2012
Sítio da Internet ( www.inalentejo.qren.pt )		
Visitas ao site	117.606	603.194
Linha Verde ( 800 205 238 )		
Solicitações por via telefónica	2.325	11.899
Conta de e-mail específico ( inalentejo@ccdr-a.gov.pt )		
E-mails respondidos	213	1.182
E-newsletter		
N.º E-newsletter	16	51
Destinatários de envio da e-newsletter	1.000	1.000
Reuniões de esclarecimento		
Reuniões realizadas	36	147
Ações de Formação		
Ações de Formação realizadas	5	26
Material de Promoção		
Materiais de Promoção produzidos	6	58
Peças Gráficas (Brochura)	1	13
N.º de Exemplares (Brochura)	1.500	185.400
Material de "Merchandising"		
Materiais de "Merchandising" produzidos	3	24
Eventos		
Sessões públicas de apresentação do PO	-	19
Das quais, com a presença de membros do Governo	-	2
Sessões públicas de assinaturas de contratos	3	18
Das quais, com a presença de membros do Governo	1	13
Outros Eventos Públicos (evento anual, sessões de esclarecimento)	11	28
Média Total de Participantes por Sessão	150	-
Feiras		
Participações em Feiras, a nível regional	3	21
Mediação e Publicidade		
Anúncios nos meios de comunicação social	49	129
Comunicados de Imprensa/ Conferências de Imprensa	6	47
Notícias Publicadas	1.013	2.850

Nota: O n.º de destinatários de envio da e-newsletter regista algumas variações ao longo do período em análise, sendo que o n.º supra indicado corresponde à lista de distribuição existente no final do ano de 2012.

### Rede de Comunicação QREN

A AG do INALENTEJO participa nos trabalhos da rede de comunicação do QREN e nas suas diversas iniciativas, o que tem vindo a revelar-se como uma oportunidade única de troca de experiências, racionalização de meios e potenciação de iniciativas junto dos beneficiários e do público em geral, que muito tem contribuído para a divulgação do QREN e dos PO.

Neste âmbito, destacamos a realização de uma reunião da rede de comunicação no Alentejo, a 9 de maio de 2012, mais precisamente no *L'AND Vineyards Resort*, em Montemor-o-Novo. Este *resort*, localizado numa paisagem única definida pela vinha e por um grande lago, tem 22 suites e integra a arquitetura na natureza, tendo sido objeto de cofinanciamento comunitário FEDER, no âmbito do INALENTEJO, o que permitiu efetuar uma visita ao empreendimento, dando a conhecer aos membros da rede um dos projetos emblemáticos aprovados no Alentejo, distinguido a nível internacional.

Nesta reunião, o INALENTEJO fez ainda uma breve apresentação aos restantes membros da rede de dois casos de boas práticas:

- semana de apoio ao investimento – sessões de esclarecimento às empresas (road-show);
- abertura do gabinete INVESTE – gabinete de apoio ao investidor;

Figura 6.15: Rede de Comunicação



### OPEN DAYS – Semana Europeia das Regiões e Cidades

Os OPEN DAYS – Semana Europeia das Regiões e Cidades tornaram-se um evento de grande importância para a demonstração da capacidade das regiões e das cidades na promoção do crescimento económico e do emprego.

Concebidos e desenvolvidos pelo Comité das Regiões e pela Direção Geral de Política Regional da Comissão Europeia (DG REGIO), os OPEN DAYS pretendem atingir múltiplos objetivos:

- pôr em contacto responsáveis políticos, decisores, especialistas e agentes locais e regionais com as instituições europeias, as empresas, o mundo da finança, da investigação e das mais diversas organizações da sociedade civil;
- desenvolver as capacidades de quantos se envolvem na implementação da política de coesão da UE, bem como na gestão de instrumentos de apoio financeiro;
- facilitar a cooperação e a criação de redes entre regiões e cidades tendo em vista a divulgação de boas práticas em desenvolvimento regional;
- facultar o debate sobre o futuro da política europeia de coesão num contexto alargado que envolve países terceiros e organizações internacionais.

A CCDDR Alentejo participou pela 6.<sup>a</sup> vez em 2012 nos *OPEN DAYS*, Semana Europeia das Regiões e Cidades, celebrados em Bruxelas entre 8 e 11 de outubro, este ano dedicado ao tema *Europe's regions and cities: Making a difference*, integrando um conglomerado liderado pela Região de Extremadura e formado pelas regiões e cidades de Opolskie (Polónia), Cidade de Varna (Bulgária), Hedmark County (Noruega), East Border Region (República da Irlanda), Värmland (Suécia), Öresund Region (Dinamarca/Suécia) e Olomouc Region (República Checa).

O conglomerado organizou-se sob a forma de um debate, moderado pelo Secretário-geral da Associação das Regiões Fronteiriças da Europa-ARFE, D. Martin Guillermo Ramirez, que abordou o tema cooperação territorial: uma mais-valia para a Europa, em torno d'O Mercado de Trabalho Transfronteiriço: um desafio que faz a diferença.

Nesta edição, e atendendo à temática em causa, a CCDDR Alentejo convidou o IEFP que se fez representar pela Dra. Maria José Comenda, conselheira do EURES Alentejo a qual efetuou uma apresentação subordinada ao tema *Problems, cross-border obstacles, challenges and opportunities*, abordando os obstáculos que se colocam e as aproximações da EURES para os ultrapassar, no contexto da fronteira Alentejo/Extremadura.

A delegação da CCDR Alentejo do compreendeu ainda a participação do Vice-Presidente, Dr. Roberto Grilo e o Chefe de Divisão de Cooperação Inter-regional, Dr. Paulo Silva.

O evento local, cuja realização está prevista nos *Open Days*, ficou ligado em 2012 à realização das III Andalusiadas, um evento marcado pela cooperação transfronteiriça no âmbito da Eurorregião EUROAAA e que abordou o futuro da cooperação no quadro do próximo período de Cooperação Territorial Europeia 2014-2020, em preparação.

Figura 6.16: OPEN DAYS 2012



### Prémios RegioStars

Os prémios RegioStars constituem-se como uma iniciativa que visa identificar as boas práticas no desenvolvimento regional e destacar projetos originais e inovadores, que possam inspirar outras regiões.

Em 2012, o INALENTEJO apresentou uma candidatura a estes prémios, designadamente à categoria 5 – informação e comunicação: vídeo do centro escolar de Santa Maria da Feira, em Beja. Este projeto consistiu na construção de centro escolar para o ensino pré-escolar e ensino básico, envolvendo três grupos escolares: Santiago Maior, Mário Beirão e Santa Maria, o qual abriu em abril de 2010 e recebe cerca de 400 crianças destes ciclos escolares.

## 7. CONCLUSÕES E PREVISÕES PARA 2013'

O ano de 2012 marcou decididamente um ponto de viragem no INALENTEJO, com um desempenho relevante e o enfoque da AG na execução, tendo praticamente sido duplicada a taxa de execução face ao ano anterior. Esta foi uma das prioridades da nova Comissão Diretiva, cujo Presidente tomou posse em fevereiro de 2012, ficando completa em abril do mesmo ano com a posse dos dois novos Vogais Executivos. De referir que a AG também sofreu alterações ao nível do secretariado técnico, com a fusão da Unidade de Coordenação e da Unidade de Controlo Interno numa única, a Unidade de Coordenação e Controlo, passando de quatro para três unidades. Os atuais responsáveis por cada uma dessas unidades tomaram posse em setembro de 2012.

Face à taxa de compromisso já alcançada no final de 2011 (85,54%), bem como, as medidas suspensivas de novos compromissos e assinatura de contratos de financiamento, decorrente da denominada "Operação Limpeza" (Resolução do Conselho de Ministros n.º 33/2012, de 1 de março), o nível de acréscimo de compromisso demonstrou um incremento razoável, de 7,35 pontos percentuais, atingindo uma taxa de 92,89% no final de 2012. Tal compromisso representa a aprovação de 1.534 operação, correspondendo a FEDER de 793,2 M€.

No que concerne à execução, como já foi referido, verificou-se uma recuperação significativa com a duplicação da taxa de execução que, no final de 2012, ficou em 40,62% face à programação. Contudo, se forem tidos em conta os adiantamentos reembolsáveis nos sistemas de incentivos a taxa de execução sobe para 42,10%. Como consequência desse desempenho foi facilmente superada a regra  $n+3$  com uma taxa de cumprimento de 174,9%.

Para este desempenho contribuíram vários fatores, entre eles, o reforço da taxa máxima de cofinanciamento até 85% aplicável a operações não encerradas até 1 de agosto de 2012, executadas por entidades que integrem o perímetro de consolidação das contas públicas, ou não integrando, por municípios, associações de municípios, áreas metropolitanas e entidades do sector empresarial local, bem como IPSS. A aplicação desta medida originou, de imediato, um acréscimo de FEDER das operações já aprovadas de 32 M€.

A redução do fosso entre a taxa de validação e a taxa de pagamentos foi outra das prioridades definidas pela CD, de modo a garantir o normal fluxo de tesouraria com a CE. Tal decisão permitiu a AG beneficiar do mecanismo denominado *top-up*. Trata-se de uma medida de antecipação temporal de financiamento, que consiste em efetuar pagamentos à taxa única de 95% até ao limite do saldo final das respetivas operações. Embora possa parecer um contra censo, esta mesma medida não permite evidenciar a redução desse fosso, porquanto os pagamentos foram efetuados a uma taxa superior, no mínimo, 10 pontos percentuais relativamente à taxa de cofinanciamento com que a AG valida a despesa.

A aplicação das duas medidas anterior, reforço da taxa de cofinanciamento e *top-up*, foram implementadas e entraram em produção no SIGPOA em agosto e setembro de 2012, respetivamente, e tiveram um forte impacto junto dos beneficiários, uma vez que foram injetados na economia real cerca de 18,3 M€.

Em termos acumulados os pagamento em 31 de dezembro de 2012 ascenderam a 449,6 M€ a que corresponde uma taxa de pagamento de 56,68%.

Em suma, evidenciam-se os 5 grandes números que caracterizaram o ano de 2011 e 2012, de modo a permitir uma análise comparativa

Tabela 7.1: Taxas 2011 e 2012

	2011	2012
Taxa de compromisso	85,54%	92,89%
Taxa de execução	20,80%	40,62%
Taxa de execução (inclui adiantamentos certificáveis)	22,12%	42,10%
Taxa de realização	24,31%	43,73%
Taxa de pagamento	35,52%	56,68%

Para esta performance do INALENTEJO foi fundamental o esforço desenvolvido pelos promotores para vencer as condições adversas com que se debateram, tendo garantido ao longo do ano um fluxo muito significativo de despesa apresentada.

Se o ano de 2012 marcou definitivamente a entrada do INALENTEJO num ciclo de execução, o próximo ano, para além de manter essa tendência, será marcado pelo início do ciclo de encerramento do PO, com eventuais aprovações em regime de *overbooking*.

Foi no final de 2012 iniciado um trabalho conjunto com vista à definição de um aumento das dotações disponíveis nos sistemas de incentivos, perspetivando-se a possibilidade de resultar a aprovação de um *overbooking* máximo autorizado de cerca de 125%.

As atuais taxas de compromisso e execução permitem perspetivar um crescimento adequado à concretização das metas definidas para 2013, nomeadamente ao nível das previsões de pedidos de certificação a apresentar à CE e que permitem assegurar o cumprimento da regra *n+2*.

Tabela 7.2: Previsões de pedidos de certificação de despesa 2013

INALENTEJO   FEDER (M€)	janeiro a outubro	novembro e dezembro
	113,034	43,746

A AG, através da reprogramação estratégica – Decisão C(2012) 8998, de 5 de dezembro –, assumiu todos os compromissos decorrentes das conclusões do Conselho de Ministros de 31 de Maio de 2012, não tendo sido possível, nessa decisão, incluir o cofinanciamento da rede secundária do Empreendimento Fins Múltiplos de Alqueva. Esta possibilidade deverá ser retomada em 2013 com uma eventual reprogramação.

## Glossário

**Conceitos e notas explicativas no âmbito da monitorização Operacional FEDER e Fundo de Coesão no âmbito do QREN**

**Tipologia de Operação:** na identificação da tipologia deverá estar indicada a designação que consta da tabela Tipologia de Operação definida no âmbito do Grupo de Trabalho Técnico da Autoridade de Certificação FEDER/FC, e periodicamente atualizada na respetiva plataforma colaborativa. Esta classificação corresponde, regra geral, a um regulamento específico.

**Concurso ou período de candidatura:** Fase de apresentação, admissão e seleção de candidaturas que dá origem a uma decisão de atribuição de financiamento às operações que vierem a ser aprovadas e contratadas pelos beneficiários. Respeitam às tipologias elegíveis num regulamento específico ou a um subconjunto destas, enquadradas num programa operacional e num Eixo prioritário específico. No caso dos concursos existe sempre uma data de fecho previamente estabelecida e uma dotação orçamental de fundo comunitário a atribuir na sequência do inerente processo de seleção. No caso dos períodos de candidatura fechados existe sempre uma data de fecho previamente estabelecida. Por último, e não sendo a regra neste período de programação, existem ainda períodos de candidatura em contínuo (com ou sem dotação orçamental explicitada), ou seja, que vigoram durante todo o período do QREN ou até à execução financeira integral da(s) tipologia(s) em causa ou, caso exista, da respetiva dotação orçamental.

**Data de publicação do aviso de Concurso ou período de candidatura:** data que identifique de forma inequívoca o respetivo aviso de concurso ou período de candidatura.

**Data de publicação de alterações ao aviso de Concurso ou período de candidatura:** data que identifique de forma inequívoca quaisquer alterações introduzidas no aviso de concurso ou período de candidatura, as quais terão obrigatoriamente que ocorrer durante o prazo de vigência do mesmo.

Estado do Concurso ou período de candidatura<sup>6</sup>: identificação da situação do concurso ou período de candidatura à data de reporte, Considera-se um concurso ou período de candidatura (de tipo fechado) em aberto, se o prazo para submissão de candidaturas estiver a decorrer. Considera-se um concurso ou período de candidatura (de tipo fechado)

---

6 Propõe-se a alteração da tabela Estado do Concurso definida no âmbito do Grupo de Trabalho Técnico da Autoridade de Certificação FEDER/FC, com cinco designações possíveis: Aberto/ Encerrado/ Decidido/ PC Contínuo/ Convite.

encerrado se o prazo para submissão de candidaturas estiver terminado. Considera-se um concurso ou período de candidatura (de tipo fechado) decidido quando pelo menos 75% do total de candidaturas apresentadas tiver sido objeto de comunicação da respetiva decisão pela autoridade de gestão. Quando se trate de um período de candidatura em contínuo, o mesmo deverá ser identificado com o estado “PC Contínuo”. Os períodos de candidatura que, pela sua especificidade, sejam considerados como “regime especial” serão identificados com o estado “Convite”.

**Data de abertura de Concurso ou período de candidatura:** data indicada no aviso de concurso ou período de candidatura a partir da qual as candidaturas poderão ser apresentadas à autoridade de gestão.

**Data de encerramento:** data indicada no aviso de abertura como constituindo o limite temporal para a apresentação de candidaturas.

Fundo comunitário a concurso: dotação de fundo prevista no aviso de abertura do concurso ou especificamente afeta a um período de candidatura, incluindo, quando aplicável, eventuais alterações ocorridas durante o período de apresentação de candidaturas. No caso do FEDER/ Fundo de Coesão e quando as candidaturas sejam submetidas a períodos de candidatura em contínuo, é considerado o montante de Fundo associado ao Eixo Prioritário/Área de Intervenção, quando este se encontra explicitado, nomeadamente, no respetivo aviso de abertura do período de candidatura.

**Data prevista da decisão:** data indicada no aviso de abertura do concurso ou período de candidatura (de tipo fechado) como constituindo o limite temporal para a autoridade de gestão comunicar ao promotor de cada candidatura da decisão de cofinanciamento da mesma. Quando se trate de períodos de candidatura em contínuo, e caso esteja previsto um prazo de decisão (n.º de dias de calendário), em regulamento específico ou outro, deverá ser indicado o prazo previsto de decisão (período de tempo em dias). No caso de no mesmo Eixo serem aplicáveis prazos de decisão diferentes, deverá ser indicado o valor médio dos prazos aplicáveis para o conjunto das candidaturas apresentadas.

**Data efetiva de decisão:** data de comunicação formal pela autoridade de gestão da decisão de aprovação e consequente cofinanciamento das candidaturas aprovadas. Este campo será preenchido quando a autoridade de gestão tiver comunicado a decisão de cofinanciamento a, pelo menos, 75% das candidaturas apresentadas ao respetivo concurso ou período de candidatura (de tipo fechado). No caso dos sistemas de incentivos, será considerada a data de comunicação ao promotor da decisão (aprovação/não aprovação) da Autoridade de Gestão, na sequência da proposta da Comissão de Seleção.

Quando se trate de períodos de candidatura em contínuo, deverá ser calculado um prazo efetivo de decisão (período de tempo em dias) correspondente ao tempo médio de

comunicação formal pela autoridade de gestão, para o conjunto de candidaturas com decisão de aprovação e consequente cofinanciamento.

Entende-se como “tempo de comunicação”, o período (em n.º de dias) que decorre desde a data de entrada/apresentação da candidatura até à data do envio da (primeira) comunicação de decisão.

Tendo em conta que o processo de decisão final dos grandes projetos<sup>7</sup> poderá não depender exclusivamente da Autoridade de Gestão do PO, estes não deverão ser contabilizados no cálculo de tempos de decisão, quer sejam apresentados através de concurso quer em períodos de candidatura contínuos.

**Candidatura apresentada:** candidatura submetida a um concurso ou período de candidatura (fechado ou em contínuo). Apenas são consideradas as candidaturas submetidas dentro dos prazos estabelecidos nos respetivos avisos, quando aplicável. Todas as candidaturas apresentadas deverão ser contabilizadas num dos seguintes estádios (prévios à análise de mérito): admitida, não admitida, em análise de admissibilidade ou desistida.

**Candidatura admitida:** candidatura apresentada que cumpre os requisitos de admissibilidade aplicáveis e que, portanto, é aceite pela autoridade de gestão/ organismo intermédio para integrar o processo de seleção. Todas as candidaturas admitidas deverão ser contabilizadas num dos seguintes estádios (após a análise de mérito): aprovada, não aprovada, em análise de mérito ou desistida.

**Candidatura não admitida:** candidatura submetida a um concurso ou período de candidatura, nos prazos estabelecidos, que não cumpre os requisitos formais de admissibilidade aplicáveis, e como tal, não aceite pela autoridade de gestão/ organismo intermédio para integrar o processo de seleção. As candidaturas consideradas não elegíveis, por qualquer razão que não resulte da respetiva análise de mérito, serão contabilizadas como não admitidas.

**Candidatura em análise de admissibilidade:** candidatura apresentada cujo processo de verificação de requisitos não se encontra concluído. Caso não existam desistências, até e durante a fase de análise de admissibilidade, as candidaturas neste estado poderão ser

---

<sup>7</sup> Operação (ou seja, projeto ou grupo de projetos coerentes) suscetível de financiamento pelo FEDER ou pelo Fundo de Coesão, que engloba um conjunto de trabalhos economicamente indivisíveis com uma função técnica precisa e visa objetivos claramente identificados e cujo custo total, tomado em consideração para determinar o montante da participação dos fundos comunitários, seja superior a 25 M€ no domínio do ambiente e a 50 M€ noutros domínios.

Os grandes projetos são objeto de uma Decisão específica por parte da Comissão Europeia, o mais tardar três meses após a sua apresentação, desde que esta cumpra todos os requisitos regulamentares.

apuradas pela diferença entre o total de candidaturas apresentadas e o somatório entre as candidaturas admitidas e não admitidas.

**Candidatura aprovada:** Candidatura admitida/ com parecer elegível e cuja decisão de aprovação e consequente cofinanciamento foi comunicada pela autoridade de gestão ao beneficiário.<sup>8</sup>

**Candidatura não aprovada:** Candidatura admitida e sobre a qual a autoridade de gestão emite uma decisão que não dá origem a cofinanciamento. A ausência do cofinanciamento pode resultar da falta de mérito da candidatura (reprovada) ou de dotação orçamental insuficiente. As candidaturas com parecer “não elegível” devido ao mérito do projeto serão contabilizadas como “não aprovadas”.

**Candidatura desistida:** Candidatura apresentada e cujo processo de admissibilidade ou de aprovação não foi concluído por iniciativa do beneficiário, antes ou após a comunicação da decisão de cofinanciamento.

**Candidatura em análise de mérito:** Candidatura admitida cujo processo de apreciação não se encontra concluído. Caso não existam desistências até e durante a fase de análise de mérito, as candidaturas neste estado poderão ser apuradas pela diferença entre o total de candidaturas admitidas e o somatório entre as candidaturas aprovadas e não aprovadas.

**Candidatura contratada:** Candidatura aprovada que foi objeto de celebração de um contrato de financiamento com o beneficiário ou de assinatura por parte deste, de termo de aceitação.

**Candidatura rescindida:** Candidatura aprovada com revogação da decisão de cofinanciamento após a celebração de contrato, independentemente de a rescisão ter sido promovida pelo beneficiário ou pela Autoridade de Gestão.

#### Variáveis financeiras:

**Investimento ou custo total:** Somatório da despesa elegível<sup>9</sup> e da não elegível<sup>10</sup> que seja considerada indispensável à prossecução dos objetivos da operação, no quadro da candidatura apresentada.

---

8 Inclui, quando aplicável, decisões comunicadas aos beneficiários em sede de audiência prévia.

9 Despesa claramente associada à concretização de uma operação/projeto e cuja natureza e data de realização respeitam a regulamentação específica do programa e demais regras nacionais e comunitárias aplicáveis.

10 Despesa associada a uma operação/projeto, cuja natureza ou data de realização não permitam o seu financiamento pelos fundos, sendo a sua cobertura assegurada pelo beneficiário.

---

**Investimento ou custo total elegível:** total da despesa pública e privada, considerada para efeitos de cofinanciamento pelos fundos comunitários.

**Despesa pública:** qualquer participação pública no financiamento de operações e proveniente do Orçamento do Estado, de autoridades regionais e locais, das Comunidades Europeias no âmbito dos fundos estruturais e do Fundo de Coesão e qualquer despesa equiparável. É considerada despesa equiparável qualquer participação no financiamento de operações proveniente do orçamento de organismos de direito público ou de associações de uma ou mais autoridades locais ou regionais ou de organismos públicos.

**Fundo comunitário:** montante de participação do FEDER ou Fundo de Coesão atribuído a uma candidatura aprovada, e associado ao custo total elegível de acordo com a modalidade de financiamento definida para o Eixo prioritário que enquadra a candidatura.

## Glossário de siglas

AAE – Avaliação Ambiental Estratégica

AdI – Agência de Inovação, S.A.

AG – Autoridade de Gestão

AICEP – Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal, E.P.E.

AMBAAL - Associação de Municípios do Baixo Alentejo e Alentejo Litoral

AMDE – Associação de Municípios do Distrito de Évora

AMLA - Associação de Municípios do Litoral Alentejano

AMNA - Associação de Municípios do Norte Alentejano

ANMP – Associação Nacional de Municípios Portugueses

ANPC – Associação Nacional de Proteção Civil

AP – Autorização de Pagamento

APA – Agência Portuguesa do Ambiente

ARH – Administração Região Hidrográfica

AT – Autorização de Transferência

CA – Comissão de Acompanhamento

CAE – Comissão de Aconselhamento Estratégico

CCDRA – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo

CD – Comissão Diretiva

CE – Comissão Europeia

CIVA – Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado

CIM – Comunidade Intermunicipal

CIMAA – Comunidade Intermunicipal do Alto Alentejo

CIMAC - Comunidade Intermunicipal do Alentejo Central

CIMAL – Comunidade Intermunicipal do Alentejo Litoral

CIMBAL – Comunidade Intermunicipal do Baixo Alentejo

CIMLT – Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo

CMC – Comissão Ministerial de Coordenação

CPA – Código do Procedimento Administrativo

DR – Diário da República

DGTF - Direção Geral do Tesouro e Finanças

EAT – Estrutura de Apoio Técnico

EEC – Estratégias de Eficiência Coletiva

ERT – Entidade Regional de Turismo

FC – Fundo de Coesão

FEDER – Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional

FDU - Fundos de Desenvolvimento Urbano

IAPMEI – Instituto de Apoio às pequenas e Médias Empresas e à Inovação, I.P.

ICNF – Instituto Conservação da Natureza e Florestas, IP

IEFP – Instituto do Emprego e Formação Profissional, IP

I&D – Investigação e Desenvolvimento

IFDR – Instituto Financeiro para o Desenvolvimento Regional, I.P.

IGF – Inspeção-Geral de Finanças

INALENTEJO – Programa Operacional Regional do Alentejo 2007-2013

INE – Instituto Nacional de Estatística

IVA - Imposto sobre o Valor Acrescentado

ITI – Intervenção territorial Integrada

MAMAOT – Ministro da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território

PAECPE – Programa de Apoio ao Empreendedorismo e à Criação do Próprio Emprego

PIB - Produto Interno Bruto

PGA – Plano Global de Avaliação

PO – Programa Operacional

POFC – Programa Operacional Fatores de Competitividade

POVT - Programa Operacional Valorização do Território

POPH - Programa Operacional Potencial Humano

PROVERE – Programas de Valorização Económica de Recursos Endógenos

QREN – Quadro de Referência Estratégico Nacional

RCM – Resolução do Conselho de Ministros

RGIC – Regulamento Geral de Isenção por Categoria

SAMA – Sistema de Apoios à Modernização Administrativa

SCTN – Sistema Científico e Tecnológico Nacional

SI – Sistema de Incentivos

SI I&DT – Sistema de Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico nas Empresas

SI Inovação – Sistema de Incentivos à Inovação

SI Qualificação PME – Sistema de Incentivos à Qualificação e Internacionalização de PME

SIGPOA – Sistema de Informação do Programa Operacional do Alentejo

ST – Secretariado Técnico

TIC – Tecnologias de Informação e Comunicação

TP – Turismo de Portugal, I.P.

UCC – Unidade de Coordenação e Controlo

UFC – Unidade Fatores de Competitividade

UVT – Unidade Valorização do Território

VAB – Valor Acrescentado Bruto



## Anexo I – Realização Física dos Indicadores Comuns Nacionais



PROGRAMA: PO ALENTEJO - 2007PT161PO004

Refº Indicador	Tipologia	Unid.	Indicador	Realização (31/12/2012)		Execução Financeira (mil euros)		Observações	Regulamentos (PO FEDER e Fundo de Coesão)
				Executada	Contratada	Executada	Contratada		
Agenda Factores de Competitividade									
FC-ICN-Tri-001 (*)	Realização	nº	Empresas beneficiárias de ajudas directas ao investimento (no âmbito dos sistemas de incentivos)	37	339				→ Sistema de Incentivos à Qualificação e Internacionalização de PME → Sistema de Incentivos à Inovação → Sistema de Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico → Sistemas de Incentivos do Proconvergência → Sistemas de Incentivos do Intervir +  <b>NOTA:</b> Devido a condicionantes técnicas no Sistema de Informação dos Sistemas de Incentivos, no momento de recolha "Contrato" a soma do número de empresas não inclui as empresas envolvidas em projectos conjuntos (SI Qualificação e Internacionalização de PME) e projectos de IDT Colectiva (SI IDT). Estas empresas apenas serão aferidas e consequentemente contabilizadas após a conclusão do projecto, isto é, no momento de recolha "Encerramento".
FC-CN-Anual-002	Realização	nº	Empresas beneficiárias de ajudas directas ao investimento nos sectores intensivos em conhecimento e média-alta e alta tecnologia Nota: Os sectores intensivos em conhecimento e média-alta e alta tecnologia são identificados pelo código CAE na Tabela I	8	108				→ Sistema de Incentivos à Qualificação e Internacionalização de PME → Sistema de Incentivos à Inovação → Sistema de Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico → Sistemas de Incentivos do Proconvergência → Sistemas de Incentivos do Intervir +  <b>NOTA:</b> Devido a condicionantes técnicas no Sistema de Informação dos Sistemas de Incentivos, no momento de recolha "Contrato" a soma do número de empresas não inclui as empresas envolvidas em projectos conjuntos (SI Qualificação e Internacionalização de PME) e projectos de IDT Colectiva (SI IDT). Estas empresas apenas serão aferidas e consequentemente contabilizadas após a conclusão do projecto, isto é, no momento de recolha "Encerramento".
FC- ICN-Tri-002	Realização	Euros	Investimento total nos projectos de apoio a empresas no âmbito dos sistemas de incentivos	12.146.136,43	327.341.652,10				→Sistema de Incentivos à Qualificação e Internacionalização de PME →Sistema de Incentivos à Inovação →Sistema de Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico →Sistemas de Incentivos do Proconvergência →Sistemas de Incentivos do Intervir +
	Realização	Euros	Investimento elegível nos projectos de apoio a empresas no âmbito dos sistemas de incentivos	9.741.735,47	280.593.350,75				
FC-ICN-Tri-003	Realização	Nº	Novas empresas/start-up apoiadas (no âmbito dos sistemas de incentivos)	1	25				→ Sistema de Incentivos à Qualificação e Internacionalização de PME → Sistema de Incentivos à Inovação → Sistema de Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico (SI IDT) → Sistemas de Incentivos do Proconvergência → Sistemas de Incentivos do Intervir +
FC-ICN-Tri-004	Realização	Nº	Novas empresas/start-up apoiadas em sectores intensivos em conhecimento e média-alta e alta tecnologia Nota: Os sectores intensivos em conhecimento e média-alta e alta tecnologia são identificados pelo código CAE na Tabela I	0	12				→ Sistema de Incentivos à Qualificação e Internacionalização de PME → Sistema de Incentivos à Inovação → Sistema de Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico (SI IDT) → Sistema de Incentivos do Proconvergência e do Intervir +
FC-ICN - Anual-003	Resultado	Euros	VAB gerado pré-projecto por empresas apoiadas classificadas em sectores intensivos em conhecimento e média-alta e alta tecnologia	4.035.652,96	14.538.496,76				→ Sistema de Incentivos à Inovação → Sistemas de Incentivos do Proconvergência → Sistemas de Incentivos do Intervir + - não exequível o apuramento
	Resultado	Euros	VAB gerado pós-projecto por empresas apoiadas classificadas em sectores intensivos em conhecimento e média-alta e alta tecnologia	n.d	45.450.986,16				
FC-ICN - Anual-004	Realização	nº	Empresas apoiadas em sectores de produção transaccionável e internacionalizável		155				→ Sistema de Incentivos à Inovação → Sistemas de Incentivos do Proconvergência → Sistemas de Incentivos do Intervir + - não exequível o apuramento  <b>NOTA:</b> Devido a condicionantes técnicas no Sistema de Informação dos Sistemas de Incentivos, no momento de recolha "Contrato" a soma do número de empresas não inclui as empresas envolvidas em projectos conjuntos (SI Qualificação e Internacionalização de PME) e projectos de IDT Colectiva (SI IDT). Estas empresas apenas serão aferidas e consequentemente contabilizadas após a conclusão do projecto, isto é, no momento de recolha "Encerramento".

PROGRAMA: PO ALENTEJO - 2007PT161PO004

Refº Indicador	Tipologia	Unid.	Indicador	Realização (31/12/2012)		Execução Financeira (mil euros)		Observações	Regulamentos (PO FEDER e Fundo de Coesão)
				Executada	Contratada	Executada	Contratada		
FC-ICN - Anual-005	Resultado	Euros	VAB gerado pelas empresas apoiadas, no pré-projecto		40.682.430,06				→ Sistema de Incentivos à Inovação → Sistemas de Incentivos do Proconvergência → Sistemas de Incentivos do Intervir + - não exequível o apuramento
	Resultado	Euros	VAB gerado pelas empresas apoiadas, no pós-projecto		314.028.321,94				
FC-ICN - Anual-006	Resultado	Euros	Valor das exportações das empresas beneficiárias de ajudas directas ao investimento, no pré-projecto		6.676.812,79				→ Sistema de Incentivos à Inovação → Sistemas de Incentivos do Proconvergência → Sistemas de Incentivos do Intervir + - não exequível o apuramento
	Resultado	Euros	Valor das exportações das empresas beneficiárias de ajudas directas ao investimento, no pós-projecto		258.703.151,17				
FC-ICN - Anual-007	Resultado	Euros	Valor das exportações das empresas beneficiárias de ajudas directas ao investimento em sectores intensivos em conhecimento e média e alta tecnologia, no pré-projecto		9.766.988,98				→ Sistema de Incentivos à Inovação → Sistemas de Incentivos do Proconvergência → Sistemas de Incentivos do Intervir + - não exequível o apuramento
	Resultado	Euros	Valor das exportações das empresas beneficiárias de ajudas directas ao investimento em sectores intensivos em conhecimento e média e alta tecnologia, no pós-projecto		105.848.229,16				
FC-ICN - Anual-008	Resultado	Euros	Valor das vendas das empresas beneficiárias de ajudas directas ao investimento, no pré-projecto		144.352.362,34				→ Sistema de Incentivos à Inovação → Sistemas de Incentivos do Proconvergência → Sistemas de Incentivos do Intervir + - não exequível o apuramento
	Resultado	Euros	Valor das vendas das empresas beneficiárias de ajudas directas ao investimento, no pós-projecto		757.580.233,14				
FC-ICN - Anual-009	Realização	N.º	Garantias prestadas às PME					Não Aplicável ao INALENTEJO	→ Sistema de Apoio ao Financiamento e Partilha de Risco da Inovação (SAFPR1) → Regulamentação Específica do PROCONVERGÊNCIA → Regulamentação Específica do Programa INTERVIR +
FC-ICN-Tri-005	Realização	N.º	Empresas apoiadas no âmbito dos mecanismos de Engenharia Financeira					Não Aplicável ao INALENTEJO	
FC-ICN - Anual-010	Realização	Euros	Investimento realizado em capital de risco					Não Aplicável ao INALENTEJO	
FC-ICN-Tri-006 (**)	Realização	Euros	Investimento Total em I&DT	874.125,56	33.695.692,82				→ Sistema de Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico → Regulamento Específico Promoção da Cultura Científica e Tecnológica e Difusão do Conhecimento; → Regulamento Específico Sistema de Apoio a Entidades do Sistema Científico e Tecnológico Nacional (SAESCTN) → Regulamento Específico Sistema de Apoio a Parques de Ciência e Tecnologia e Incubadoras de Empresas de Base Tecnológica → Regulamento Específico Sistema de Apoio a Infra-estruturas Científicas e Tecnológicas → Regulamento Específico Valorização Económica dos Recursos Específicos (PO NORTE, Eixo II) → Regulamentação Específica do PROCONVERGÊNCIA → Regulamentação Específica do Programa INTERVIR +  <b>NOTA:</b> A realização deste Indicador corresponde ao Investimento (total e elegível) associado ao Indicador Comum Comunitário "4. N.º de projectos de I&DT". De acordo com o Working Document nº 7 da CE entende-se por "Projectos de I&DT: projectos que visam criar novos conhecimentos (investigação) ou adaptar/aplicar conhecimentos existentes (desenvolvimento). Inclui também projectos que visam desenvolver infra-estruturas de apoio à investigação." (vide Metodologia para Indicadores Comuns)
	Realização	Euros	Investimento Elegível em I&DT	786.194,11	29.218.181,18				

## PROGRAMA: PO ALENTEJO - 2007PT161PO004

Refº Indicador	Tipologia	Unid.	Indicador	Realização (31/12/2012)		Execução Financeira (mil euros)		Observações	Regulamentos (PO FEDER e Fundo de Coesão)
				Executada	Contratada	Executada	Contratada		
FC-ICN - Anual-012	Realização	Euros	Investimento total em projectos de cooperação empresas-instituições de investigação	113.167,00	10.767.095,01				→ Sistema de Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico - tipologias a) ii) e iii) → SAESCTN - tipologias a) ii) → Regulamentação Específica do PROCONVERGÊNCIA → Regulamentação Específica do Programa INTERVIR +  <b>NOTA:</b> A realização deste Indicador corresponde ao Investimento (total e elegível) associado ao Indicador Comum Comunitário "5. Nº de projectos de cooperação empresas-instituições de investigação". De acordo com o Working Document nº 7 da CE inclui-se os projectos de I&D onde participam, pelo menos, uma empresa e/ou uma instituição de investigação. A cooperação deve manter-se enquanto dura o projecto. • Empresa: Organização produzindo produtos ou serviços para satisfazer necessidades do mercado tendo em vista alcançar o lucro. • Instituições de investigação: organizações onde o I&D é a principal actividade". (vide Metodologia para Indicadores Comuns Comunitários, remetida pelo IFDR).
			Investimento elegível em projectos de cooperação empresas-instituições de investigação	113.167,00	9.200.237,12				
FC-ICN-Tri-007 (***)	Realização	nº	Ações Colectivas	6	19				
FC-ICN - Anual-014	Realização	Euros	Investimento total nas Acções Colectivas		10.003.263,10				→ Regulamento Específico Sistema de Apoio a Acções Colectivas - SIAC → Regulamentação Específica do Intervir +
			Investimento elegível nas Acções Colectivas		9.554.701,63				
FC-ICN - Anual-015	Realização	m2	Área infra-estruturada nos Parques de C&T		31.432,71				→ Regulamento Específico Parques de Ciência e Tecnologia e Incubadoras de Empresas de Base Tecnológica
	Realização	m2	Área infra-estruturada nas Incubadoras de empresas		3.394,50				→ Regulamento Específico Valorização Económica dos Recursos Específicos (PO NORTE - Eixo 2)
	Realização	m2	Área infra-estruturada nas áreas de acolhimento empresarial		n.d.				→ Regulamentação Específica do Proconvergência → Regulamentação Específica do Intervir +
FC-ICN - Anual-016	Realização	Nº	Projectos pilotos de eficiência energética		71				→ Regulamento Específico "Energia"
FC-ICN - Anual-017 (****)	Realização	MWh	Consumo energético antes da implementação do projecto						→ Regulamento Específico "Energia"
	Resultado	MWh	Consumo energético após a implementação do projecto						
FC-ICN-Tri-008	Realização	nº	Lojas do cidadão, centros multiserviços e balcões únicos	3	49				→ Regulamento Específico Sistema de Apoio à Modernização Administrativa - SAMA → Regulamentação Específica do Proconvergência → Regulamentação Específica do Intervir +
ICN-AAE-001	Resultado	nº	População servida pelas lojas do cidadão, centros multiserviços e balcões únicos		539.678				→ Regulamento Específico Sistema de Apoios à Modernização Administrativa → Regulamento Específico Proconvergência
ICN-AAE-002	Resultado	nº	Serviços on-line orientados para empresas disponibilizados por entidades públicas		n.d.				→ Regulamento Específico Sistema de Apoios à Modernização Administrativa → Regulamento Específico Proconvergência → Regulamento Específico Intervir+
ICN-AAE-003	Realização	nº	Redução dos tempos médios de espera em serviços públicos		0,5				→ Regulamento Específico Sistema de Apoios à Modernização Administrativa → Regulamento Específico Proconvergência → Regulamento Específico Intervir+
ICN-AAE-006	Resultado	nº	Estratégias de Eficiência Colectiva reconhecidas, por tipo de estratégia (pólos de competitividade e tecnologia, outros clusters, PROVERE, ARDU)		29				→ Documento de Enquadramento das Estratégias de Eficiência Colectiva

# Anexo I - Realização Física dos Indicadores Comuns Nacionais



## PROGRAMA: PO ALENTEJO - 2007PT161PO004

Refº Indicador	Tipologia	Unid.	Indicador	Realização (31/12/2012)		Execução Financeira (mil euros)		Observações	Regulamentos (PO FEDER e Fundo de Coesão)
				Executada	Contratada	Executada	Contratada		
Agenda Valorização do Território									
VT-ICN-Tri-009	Realização	km	Km de rede viária construída/beneficiada/rectificada	762,1	853,9				→ Regulamento Específico Mobilidade Territorial → Regulamento Específico Redes e Equipamentos Nacionais de Transportes → Regulamento Específico Redes e Equipamentos Estruturantes na R.A. Madeira → Regulamentação Específica do PROCONVERGÊNCIA → Regulamentação Específica do Programa INTERVIR +
VT-ICN-Tri-010	Realização	km	Km de ferrovia construída/beneficiada		n.d				→ Regulamento Específico Redes e Equipamentos Nacionais de Transportes → Regulamento Específico Mobilidade Territorial
VT-ICN-Tri-011	Realização	km	Km de rede de abastecimento de água (nova ou a reabilitar/intervencionar) nos sistemas em baixa e alta	16,1	86,6				→ Ciclo Urbano da Água - "vertente em baixa - modelo não verticalizado" → Regulamento Específico – Rede Estruturante de Abastecimento de Água e Saneamento → Regulamento Específico Redes e Equipamentos Estruturantes na R.A. Madeira → Regulamentação Específica do PROCONVERGÊNCIA → Regulamentação Específica do Programa INTERVIR +
VT-ICN-Tri-012	Realização	km	km de colectores de drenagem de águas residuais (nova ou a reabilitar/intervencionar)		n.d.				→ Ciclo Urbano da Água - "vertente em baixa - modelo não verticalizado" → Regulamento Específico – Rede Estruturante de Abastecimento de Água e Saneamento → Regulamento Específico Redes e Equipamentos Estruturantes na R.A. Madeira → Regulamento do PROCONVERGÊNCIA → Regulamento Específico do Programa INTERVIR +
VT-ICN - Anual-018 (*****)	Realização	nº	ETARs construídas		n.d.				→ Ciclo Urbano da Água - "vertente em baixa - modelo não verticalizado" → Regulamento específico – Rede Estruturante de Abastecimento de Água e Saneamento →Regulamento Específico Redes e Equipamentos Estruturantes na R.A. Madeira → Regulamento do PROCONVERGÊNCIA →Regulamento Específico do Programa INTERVIR +
VT-ICN - Anual-019 (*****)	Realização	ton/ano	Quantidade de RUB valorizados organicamente por ano		n.d.				→ Regulamento Específico Optimização da Gestão de Resíduos → Regulamento Específico Infra-estruturas Nacionais para a Valorização de Resíduos Sólidos Urbanos → Regulamento do PROCONVERGÊNCIA → Regulamento Específico do Programa INTERVIR +
VT-ICN - Anual-020	Realização	Nº	Ações de sensibilização e estímulo à reciclagem e reutilização de resíduos		n.d.				→ Regulamento Específico Optimização da Gestão de Resíduos → Regulamento Específico Infra-estruturas Nacionais para a Valorização de Resíduos Sólidos Urbanos → Regulamento do PROCONVERGÊNCIA → Regulamento Específico do Programa INTERVIR +
VT-ICN - Anual-021	Resultado	Nº	População abrangida por ações de sensibilização e estímulo à reciclagem e reutilização de resíduos		n.d.				→ Regulamento Específico Optimização da Gestão de Resíduos → Regulamento Específico Infra-estruturas Nacionais para a Valorização de Resíduos Sólidos Urbanos → Regulamento do PROCONVERGÊNCIA → Regulamento Específico do Programa INTERVIR +
VT-ICN - Anual-022	Realização	nº	Operações de gestão activa de espaços protegidos e classificados		11				→ Regulamento Específico Gestão Activa de espaços protegidos e classificados → Regulamento do PROCONVERGÊNCIA → Regulamento Específico do Programa INTERVIR +
VT-ICN - Anual-023	Resultado	ha	Área classificada abrangida por intervenções de gestão activa de espaços protegidos e classificados		n.d.				→ Regulamento Específico Gestão Activa de espaços protegidos e classificados → Regulamento do PROCONVERGÊNCIA
VT-ICN-Tri-013	Realização	nº	Projectos contratados/concluídos de combate à erosão e defesa do litoral		n.d.				
	Realização	nº	Projectos contratados/concluídos de prevenção e gestão de Riscos naturais e tecnológicos	5	14				→ Regulamento Específico Combate à Erosão e Defesa Costeira → Regulamento Específico Prevenção e Gestão de Riscos → Recuperação do Passivo Ambiental → Regulamento Específico Prevenção e Gestão de Riscos Naturais e Tecnológicos - Acções Imateriais e Materiais → Regulamentação Específica do PROCONVERGÊNCIA → Regulamentação Específica do Programa INTERVIR +
	Realização	nº	Projectos contratados/concluídos de recuperação do passivo ambiental		n.d.				
VT-ICN - Anual-024	Resultado	nº	População abrangida por Planos de emergência de protecção civil		236.736				→ Regulamento Específico Prevenção e Gestão de Riscos → Regulamento Específico Prevenção e Gestão de Riscos Naturais e Tecnológicos - Acções Imateriais e Materiais → Regulamentação Específica do PROCONVERGÊNCIA → Regulamentação Específica do Programa INTERVIR +
VT-ICN - Anual-025	Realização	Nº	Protocolos de parceria para a regeneração urbana	2	16				→ Regulamento Específico Política de Cidades – Parcerias para a Regeneração Urbana → Regulamentação Específica do Proograma INTERVIR +

PROGRAMA: PO ALENTEJO - 2007PT161PO004

Refº Indicador	Tipologia	Unid.	Indicador	Realização (31/12/2012)		Execução Financeira (mil euros)		Observações	Regulamentos (PO FEDER e Fundo de Coesão)
				Executada	Contratada	Executada	Contratada		
VT-ICN - Anual-026	Realização	Nº	Parceiros envolvidos nas parcerias para a regeneração urbana		60				→ Regulamento Específico Política de Cidades – Parcerias para a Regeneração Urbana → Regulamentação Específica do Programa INTERVIR +
VT-ICN - Anual-027	Resultado	Nº	População abrangida por operações de regeneração urbana		217.472				→ Regulamento Específico Política de Cidades – Parcerias para a Regeneração Urbana → Regulamentação Específica do Programa INTERVIR +
VT-ICN - Anual-028	Realização	m2	Área intervencionada por operações de regeneração urbana		n.d.				→ Regulamento Específico Política de Cidades – Parcerias para a Regeneração Urbana → Regulamentação Específica do Programa INTERVIR +
VT-ICN - Anual-029	Realização	Nº	Programas estratégicos de desenvolvimento urbano (competitividade e inovação)		6				→ Regulamento Específico Política de Cidades – Redes Urbanas para a Competitividade e a Inovação → Regulamentação Específica do PROCONVERGÊNCIA → Regulamentação Específica do Programa INTERVIR +
VT-ICN - Anual-030	Realização	Nº	Municípios envolvidos nos programas estratégicos de desenvolvimento urbano (competitividade e inovação)		25				
VT-ICN - Anual-031	Realização	Nº	Outros parceiros envolvidos nos programas estratégicos de desenvolvimento urbano (competitividade e inovação)		8				
VT-ICN-Tri-014	Resultado	nº	Equipamentos sociais	16	70				→ Equipamentos para a Coesão Local → Regulamento Específico Equipamentos Estruturantes do Sistema Urbano Nacional → Regulamento Específico Infra-estruturas e Equipamentos Desportivos → Regulamento Específico Saúde → Regulamento Específico Saúde - LVT → Regulamento Específico Rede de Equipamentos Culturais → Regulamento Específico Política de Cidades – Parcerias para a Regeneração Urbana → Regulamentação Específica do PROCONVERGÊNCIA → Regulamentação Específica do Programa INTERVIR +
		nº	Equipamentos desportivos	12	32				
		nº	Equipamentos culturais (bibliotecas públicas, arquivos públicos, teatros e cineteatros, cinema digital e centros de arte contemporânea)	13	20				
		nº	Unidades de saúde	37	68				
VT-ICN - Anual-032	Resultado	nº	População abrangida por equipamentos sociais		467.357				→ Regulamento Específico Equipamentos para a Coesão Local → Regulamento Específico Equipamentos Estruturantes do Sistema Urbano Nacional → Regulamento Específico Infra-estruturas e Equipamentos Desportivos → Regulamento Específico Saúde → Regulamento Específico Saúde - LVT → Regulamento Específico Rede de Equipamentos Culturais → Regulamento Específico Política de Cidades – Parcerias para a Regeneração Urbana → Regulamentação Específica do PROCONVERGÊNCIA → Regulamentação Específica do Programa INTERVIR +
		nº	População abrangida por equipamentos desportivos		161.352				
		nº	População abrangida por equipamentos culturais (bibliotecas públicas, arquivos públicos, teatros e cineteatros, cinema digital e centros de arte contemporânea)		197.009				
		nº	População abrangida por unidades de saúde		767.679				
ICN-AAE-018 (*****)	Resultado	%	Variação na taxa de desvio de RUB para aterro		n.d.				→ Regulamento Específico Infra-estruturas Nacionais para a Valorização de Resíduos Sólidos Urbanos (POVT) → Regulamento Específico Optimização da Gestão de Resíduos (PO Regionais Continente) → Regulamento Específico do Proconvergência
ICN-AAE-023 (*****)	Resultado	km	Extensão de costa intervencionada para redução do risco associado à dinâmica costeira		n.d.				→ Regulamento Específico Combate à Erosão e Defesa Costeira (POVT) → Regulamento Específico Acções de Valorização do Litoral (PO Regionais Continente) → Regulamento Específico do Proconvergência → Regulamento Específico do Intervir+
ICN-AAE-024 (*****)	Resultado	km	Extensão de costa intervencionada para contenção ou diminuição da ocupação antrópica em área de risco		n.d.				→ Regulamento Específico Combate à Erosão e Defesa Costeira (POVT) → Regulamento Específico Acções de Valorização do Litoral (PO Regionais Continente) → Regulamento Específico do Proconvergência → Regulamento Específico do Intervir+
ICN-AAE-025	Resultado	%	Grau de cobertura do território por planos de emergência		30,83%				→ Regulamento Específico Prevenção e Gestão de Riscos (POVT) → Regulamento Específico Prevenção e Gestão de Riscos Naturais e Tecnológicos – Acções Materiais e Imateriais (PO Regionais do Continente) → Regulamento Específico do Proconvergência → Regulamento Específico do Intervir+

PROGRAMA: PO ALENTEJO - 2007PT161PO004

Refº Indicador	Tipologia	Unid.	Indicador	Realização (31/12/2012)		Execução Financeira (mil euros)		Observações	Regulamentos (PO FEDER e Fundo de Coesão)
				Executada	Contratada	Executada	Contratada		
Agenda Potencial Humano									
PH-ICN-Tri-015	Resultado	nº	Centros escolares do 1.º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-Escolar construídos e/ou ampliados/requalificados	45	70				→ Requalificação da Rede Escolar de 1.º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-Escolar → Requalificação da Rede de Escolas dos 2º e 3º ciclo do Ensino Básico → Requalificação da Rede de Escolas com Ensino Secundário → Regulamento Específico Equipamentos Estruturantes do Sistema Urbano Nacional → Regulamentação Específica do PROCONVERGÊNCIA → Regulamentação Específica do Programa INTERVIR +
		nº	Escolas dos 2º e 3º ciclo do Ensino Básico construídos e/ou ampliados/requalificados	2	9				
		nº	Escolas do ensino secundário construídos e/ou ampliados/requalificados					(****)	
		nº	Universidades construídos e/ou ampliados/requalificados					(****)	
		nº	Centros de formação construídos e/ou ampliados/requalificados					(****)	
PH-ICN - Anual-033	Resultado	nº	Alunos abrangidos por centros escolares do 1.º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-Escolar construídos e/ou ampliados/requalificados	11.892	17.367				→ Requalificação da Rede Escolar de 1.º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-Escolar → Requalificação da Rede de Escolas dos 2º e 3º ciclo do Ensino Básico → Requalificação da Rede de Escolas com Ensino Secundário → Regulamento Específico Equipamentos Estruturantes do Sistema Urbano Nacional → Regulamentação Específica do PROCONVERGÊNCIA → Regulamentação Específica do Programa INTERVIR +  <b>NOTA:</b> A realização deste Indicador corresponde ao número de alunos a abranger/abrangida associada ao Indicador Comum Nacional Trimestral "Estabelecimentos de ensino" (Tri 15).
		nº	Alunos abrangidos por escolas dos 2º e 3º ciclo do Ensino Básico construídos e/ou ampliados/requalificados	391	4197				
		nº	Alunos abrangidos por escolas do ensino secundário construídos e/ou ampliados/requalificados					(****)	
		nº	Alunos abrangidos por universidades construídos e/ou ampliados/requalificados					(****)	
		nº	Formandos abrangidos por centros de formação construídos e/ou ampliados/requalificados					(****)	

Notas

- (\*) Este indicador na versão Sistema de Informação será desagregada e corresponde ao ICN-Anual-001.  
 (\*\*) Este indicador na versão Sistema de Informação será desagregada e corresponde ao ICN-Anual-011.  
 (\*\*\*) Este indicador na versão Sistema de Informação será desagregada e corresponde ao ICN-Anual-013.  
 (\*\*\*\*) Metodologia de cálculo em consolidação. O indicador deverá ser preenchido como não disponível (n.d).  
 (\*\*\*\*\*) Não aplicável ao PO Alentejo  
 (\*\*\*\*\*) Afecto ao POVT

Anexo II – Programação Financeira, Aprovações e Execução por Eixo Prioritário até 31-12-12



Anexo II - Programação financeira, aprovações e execução por Eixo Prioritário até 31.12.12 (valores acumulados)



PROGRAMA: PO ALENTEJO - 2007PT161PO004

Eixo Prioritário	Programação Financeira 2007-2013 (PR)			Aprovações (AP)				Execução* (EX)			Fundo pago ao Beneficiário (PG)				Indicadores financeiros (Fundo) %				
	Investimento/ Custo total elegível	Despesa Pública	Fundo	Investimento/ Custo total	Investimento/ Custo total elegível	Despesa Pública	Fundo	Investimento/ Custo total elegível	Despesa Pública	Fundo	Total	Adianta- mentos certificáveis	Adianta- mentos não certificáveis	Reem- bolsos	Taxa de compro- misso (AP/PR)	Taxa de execução (EX/PR)	Taxa de realização (EX/AP)	Taxa de paga- mento (PG/AP)	Taxa de reembolso (PG/EX)
Total Programa Operacional	1.054.531.052	954.320.464	853.933.978	1.236.417.781	1.089.427.418	940.570.778	793.186.229	484.172.174	435.404.972	359.490.089	449.608.299	12.645.922	96.966.754	339.995.622	92,89%	42,10%	45,32%	56,68%	125,07%
FEDER (Fundo de Coesão)			853.933.978				793.186.229			359.490.089	449.608.299	12.645.922	96.966.754	339.995.622	92,89%	42,10%	45,32%	56,68%	125,07%
Eixo Prioritário 1	424.174.162	335.112.305	318.130.622	521.329.552	447.855.831	301.520.609	284.150.298	158.435.496	110.122.874	102.731.496	123.413.102	12.645.922	22.346.231	88.420.948	89,32%	32,29%	36,15%	43,43%	120,13%
Eixo Prioritário 2	132.149.499	132.149.499	112.327.074	178.078.860	162.475.236	161.766.251	125.256.091	75.506.738	75.506.738	58.009.310	72.536.444	0	16.145.240	56.391.204	111,51%	51,64%	46,31%	57,91%	125,04%
Eixo Prioritário 3	470.677.979	459.529.248	400.076.282	520.344.738	463.599.483	461.787.049	370.607.502	238.991.936	238.537.356	189.196.980	244.040.336	0	58.199.575	185.840.761	92,63%	47,29%	51,05%	65,85%	128,99%
Eixo Prioritário 4 (Assistência Técnica)	27.529.412	27.529.412	23.400.000	16.664.630	15.496.869	15.496.869	13.172.338	11.238.004	11.238.004	9.552.303	9.618.417	0	275.708	9.342.709	56,29%	40,82%	72,52%	73,02%	100,69%

\* Execução corresponde aos montantes de despesa efetivamente paga pelos beneficiários na execução de uma operação/projeto e validada pela AG e a adiantamentos pagos aos beneficiários, no âmbito dos auxílios estatais, na aceção do artigo 87º do Tratado, que sejam considerados certificáveis. Os valores relativos a adiantamentos certificáveis apenas são contabilizados nesta variável pelo valor da garantia bancária associada e até à sua justificação por via de apresentação de despesa efetivamente paga pelo beneficiário e validada e paga pela autoridade de gestão.



Anexo III – Aprovações e Execução por Regulamento Específico até  
31-12-12



**Anexo III - Aprovações e execução por Regulamento Específico até 31.12.12**  
**(valores acumulados)**  
**PROGRAMA: PO ALENTEJO - 2007PT161PO004**



unid: euro

Eixo Prioritário / Regulamento Específico	Aprovações				Execução *			
	Nº Projs	Investimento/ Custo total elegível	Despesa Pública	Fundo	Investimento/ Custo total elegível	Despesa Pública	Fundo	Tx EX/AP (Fundo)
<b>Total Programa Operacional</b>	<b>1.534</b>	<b>1.089.427.418</b>	<b>940.570.777</b>	<b>793.186.229</b>	<b>484.172.174</b>	<b>435.404.972</b>	<b>359.490.089</b>	<b>45,32%</b>
<b>FEDER</b>	<b>1.534</b>	<b>1.089.427.418</b>	<b>940.570.777</b>	<b>793.186.229</b>	<b>484.172.174</b>	<b>435.404.972</b>	<b>359.490.089</b>	<b>45,32%</b>
<b>Fundo de Coesão</b>								
<b>Eixo Prioritário 1 - Total</b>	<b>693</b>	<b>447.855.831</b>	<b>301.520.609</b>	<b>284.150.298</b>	<b>158.435.496</b>	<b>110.122.874</b>	<b>102.731.496</b>	<b>36,15%</b>
Regulamento Específico Sistema de Incentivos à Inovação	102	262.246.242	152.614.235	152.614.235	94.946.236	54.233.371	54.233.371	35,54%
Regulamento Específico Sistema de Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico	25	8.160.665	5.208.614	5.184.035	1.777.525	1.348.522	1.348.522	26,01%
Regulamento Específico Sistema de Incentivos à Qualificação e Internacionalização de PME	275	50.424.863	24.312.711	24.312.711	12.222.403	6.301.038	6.301.038	25,92%
Sistema de Incentivos de Apoio Local a Microempresas	0	0	0	0	0		0	-
Regulamento Específico Sistema de Apoio a Ações Colectivas	18	6.996.494	6.103.237	5.376.650	2.164.387	1.917.882	1.712.804	31,86%
Regulamento Específico Economia Digital e Sociedade do Conhecimento	34	14.752.292	14.326.838	12.363.392	11.412.434	11.379.924	9.685.761	78,34%
Regulamento Específico Promoção da Cultura Científica e Tecnológica e Difusão do Conhecimento	11	8.055.634	5.515.737	5.292.570	807.189	765.471	671.703	12,69%
Regulamento Específico Sistema de Apoio a Entidades do Sistema Científico e Tecnológico Nacional	9	5.746.501	5.549.801	4.884.525	0	0	0	0,00%
Regulamento Específico Sistema de Apoio a Infra-estruturas Científicas e Tecnológicas	20	11.596.229	11.264.672	9.706.423	522.070	469.069	417.656	4,30%
Regulamento Específico Sistema de Apoio a Áreas de Acolhimento Empresarial e Logística	22	24.043.011	23.906.516	20.187.129	13.838.658	13.813.682	11.619.163	57,56%
Regulamento Específico Sistema de Apoio a Parques de Ciência e Tecnologia e Incubadoras de Empresas de Base Tecnológica	8	8.436.956	7.548.423	6.207.958	0	0	0	0,00%
Regulamento Específico Energia	76	9.852.915	8.947.316	7.861.832	3.091.038	2.658.365	2.317.953	29,48%
Regulamento Específico Promoção e Capacitação Institucional	60	16.706.710	15.385.191	13.110.428	7.580.208	7.162.200	6.003.762	45,79%
Regulamento Específico Sistema de Apoios à Modernização Administrativa	33	20.837.317	20.837.317	17.048.409	10.073.349	10.073.349	8.419.764	49,39%
<b>Eixo Prioritário 2 - Total</b>	<b>282</b>	<b>162.475.236</b>	<b>161.766.251</b>	<b>125.256.091</b>	<b>75.506.738</b>	<b>75.506.738</b>	<b>58.009.310</b>	<b>46,31%</b>
Regulamento Específico Equipamentos Culturais	14	7.801.775	7.719.043	6.379.655	2.040.635	2.040.635	1.710.762	26,82%
Regulamento Específico Saúde	56	65.438.153	65.438.153	50.432.523	32.264.649	32.264.649	24.881.500	49,34%
Regulamento Específico Património Cultural	43	20.903.424	20.277.171	16.603.175	7.701.853	7.701.853	6.221.329	37,47%
Regulamento Específico Ações de Valorização do Litoral	3	585.600	585.600	497.760	148.790	148.790	126.471	25,41%
Regulamento Específico Ações de Valorização e Qualificação Ambiental	112	40.146.655	40.146.655	30.613.671	19.466.087	19.466.087	14.853.075	48,52%
Regulamento Específico Gestão Activa de Espaços Protegidos e Classificados	11	2.827.371	2.827.371	2.158.229	867.869	867.869	544.700	25,24%
Regulamento Específico Prevenção e Gestão de Riscos Naturais e Tecnológicos - Ações imateriais	9	1.114.153	1.114.153	941.928	56.406	56.406	47.461	5,04%
Regulamento Específico Prevenção e Gestão de Riscos Naturais e Tecnológicos - Ações materiais	6	2.497.695	2.497.695	2.023.170	1.856.667	1.856.667	1.500.632	74,17%
Regulamento Específico Ciclo Urbano da Água - " vertente em baixa - modelo não verticalizado "	7	7.737.956	7.737.956	6.528.739	4.176.635	4.176.635	3.527.248	54,03%
Regulamento Específico Optimização da Gestão de Resíduos	21	13.422.456	13.422.456	9.077.243	6.927.148	6.927.148	4.596.132	50,63%
<b>Eixo Prioritário 3 - Total</b>	<b>520</b>	<b>463.599.483</b>	<b>461.787.049</b>	<b>370.607.502</b>	<b>238.991.936</b>	<b>238.537.356</b>	<b>189.196.980</b>	<b>51,05%</b>
Regulamento Específico Requalificação da Rede Escolar de 1.º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-Escolar + 2º e 3º ciclo	70	136.953.519	136.953.519	115.791.625	61.925.824	61.925.824	52.352.221	45,21%
Regulamento Específico Equipamentos para a Coesão Local	96	69.031.434	67.491.362	56.602.958	25.843.199	25.445.630	21.040.248	37,17%
Regulamento Específico Infraestruturas e Equipamentos Desportivos	0	0	0	0	0	0	0	-
Regulamento Específico Mobilidade Territorial	120	87.052.878	87.052.878	70.100.805	63.659.108	63.659.108	51.326.416	73,22%
Regulamento Específico Política de Cidades – Redes Urbanas para a Competitividade e a Inovação	73	29.506.812	29.506.812	21.855.259	6.607.497	6.607.497	4.726.267	21,63%
Regulamento Específico Reabilitação Urbana	161	141.054.839	140.782.477	106.256.855	80.956.308	80.899.297	59.751.828	56,23%
Regulamento Específico Ações Inovadoras para o Desenvolvimento Urbano	0	0	0	0	0	0	0	0,00%
<b>Eixo Prioritário 4 - Total</b>	<b>39</b>	<b>15.496.869</b>	<b>15.496.869</b>	<b>13.172.338</b>	<b>11.238.004</b>	<b>11.238.004</b>	<b>9.552.303</b>	<b>72,52%</b>
Regulamento Específico Assistência Técnica	39	15.496.869	15.496.869	13.172.338	11.238.004	11.238.004	9.552.303	72,52%

\* Execução corresponde aos montantes de despesa efetivamente paga pelos beneficiários na execução de uma operação/projeto e validada pela AG e a adiantamentos pagos aos beneficiários, no âmbito dos auxílios estatais, na acção do artigo 8º do Tratado, que sejam considerados certificáveis. Os valores relativos a adiantamentos certificáveis apenas são contabilizados nesta variável pelo valor da garantia bancária associada e até à sua justificação por via de apresentação de despesa efetivamente paga pelo beneficiário e validada e paga pela autoridade de gestão.



Anexo IV – Aprovações e Execução por NUT III até 31-12-12



Anexo IV - Aprovações e execução por NUTS III até 31.12.12 (valores acumulados)



PROGRAMA: PO ALENTEJO - 2007PT161PO004

unid: euro

NUTS	Aprovações				Execução			
	Nº Projs	Investimento/ Custo total elegível	Despesa Pública	Fundo	Investimento/ Custo total elegível	Despesa Pública	Fundo	Tx EX/AP (Fundo)
<b>Total Programa Operacional</b>	1.534	1.089.427.418	940.570.777	793.186.229	484.172.174	435.404.972	359.490.089	45,32%
<b>FEDER</b>	1.534	1.089.427.418	940.570.777	793.186.229	484.172.174	435.404.972	359.490.089	45,32%
<b>Regiões Convergência</b>	1.534	1.089.427.418	940.570.777	793.186.229	484.172.174	435.404.972	359.490.089	45,32%
<b>ALENTEJO</b>	1.534	1.089.427.418	940.570.777	793.186.229	484.172.174	435.404.972	359.490.089	45,32%
Alentejo Litoral	146	141.430.814	98.729.893	84.674.030	58.376.741	37.484.830	32.602.736	38,50%
Alto Alentejo	293	207.181.366	184.020.310	154.187.959	88.262.936	81.558.726	66.059.718	42,84%
Alentejo Central	373	282.099.804	232.592.672	204.560.440	106.537.376	92.551.495	81.256.389	39,72%
Baixo Alentejo	308	177.103.956	166.795.590	137.866.402	86.675.361	85.020.543	69.154.185	50,16%
Lezíria do Tejo	298	182.960.692	160.935.488	138.825.639	78.559.980	73.193.864	62.202.800	44,81%
<b>Multi-região Convergência</b>								
<b>Não regionalizável</b>	116	98.650.787	97.496.823	73.071.759	65.759.779	65.595.514	48.214.262	65,98%



## Anexo V – Aprovações e Execução por Tema Prioritário

**(contribuição da União)**



## Anexo V - Aprovações e execução por Tema Prioritário (contribuição da União)

PROGRAMA: PO ALENTEJO - 2007PT161PO004

unidade: euro

Código	Designação do Tema Prioritário	Fundo					
		Programado		Aprovação		Execução	
		Montante	Nº Proj.	Montante	Montante	Tx EX/AP	
Investigação e desenvolvimento tecnológico, inovação e empreendedorismo		266.089.163	466	228.882.754	74.706.066	32,64%	
1	Atividades de IDT em centros de investigação	1.200.000	11	5.584.645	53.374	0,96%	
2	Infraestruturas de IDT (incluindo implantação material, instrumentação e redes informáticas de alta velocidade entre os centros) e centros de competência numa tecnologia específica	12.340.914	23	10.963.466	417.656	3,81%	
3	Transferência de tecnologias e aperfeiçoamento das redes de cooperação entre pequenas e médias empresas (PME), entre estas e outras empresas e universidades, estabelecimentos de ensino pós-secundário de todos os tipos, autoridades regionais, centros de investigação e polos científicos e tecnológicos (parques científicos e tecnológicos, tecnopolos, etc.)	20.270.093	9	6.853.142	127.684	1,86%	
4	Apoio à IDT, em especial nas PME (incluindo acesso a serviços de IDT em centros de investigação)	13.000.000	22	4.164.892	1.220.838	29,31%	
5	Serviços avançados de apoio a empresas e grupos de empresas	27.182.866	23	20.907.078	12.028.191	57,53%	
6	Apoio às PME na promoção de produtos e processos de fabrico amigos do ambiente (introdução de sistemas eficazes de gestão ambiental, adoção e utilização de tecnologias de prevenção da poluição, integração de tecnologias limpas na produção)	9.150.000	0	0	0		
7	Investimento em empresas diretamente ligadas à investigação e à inovação (tecnologias inovadoras, estabelecimento de novas empresas por universidades, centros e empresas de IDT existentes, etc.)	159.144.606	103	152.877.885	54.233.371	35,47%	
8	Outros investimentos em empresas	23.800.684	259	23.294.165	5.593.008	24,01%	
9	Outras medidas destinadas a estimular a investigação, a inovação e o empreendedorismo nas PME	0	16	4.237.481	1.031.945	24,35%	
Sociedade da informação		29.904.012	87	35.853.493	19.638.190	54,77%	
10	Infraestruturas de serviços de telefone (incluindo redes de banda larga)	0	0	0	0		
11	Tecnologias da informação e da comunicação (acesso, segurança, interoperabilidade, prevenção de riscos, investigação, inovação, ciberconteúdo, etc)	0	44	15.603.306	11.581.540	74,22%	
12	Tecnologias da informação e da comunicação (RTE-TIC)	0	0	0	0		
13	Serviços e aplicações para os cidadãos (cibersaúde, ciberadministração, ciberaprendizagem, ciber-inclusão, etc.)	23.724.445	35	19.208.165	7.282.388	37,91%	
14	Serviços e aplicações para PME (comércio eletrónico, educação e formação, redes, etc.)	3.577.497	1	228.994	143.016	62,45%	
15	Outras medidas destinadas a melhorar o acesso à utilização eficiente de TIC por parte das PME	2.602.070	7	813.028	631.247	77,64%	
Transportes		76.582.183	114	67.443.588	48.858.909	72,44%	
16	Transporte ferroviário	0	0	0	0		
17	Transporte ferroviário (RTE-T)	0	0	0	0		
18	Ativos ferroviários móveis	0	0	0	0		
19	Ativos ferroviários móveis (RTE-T)	0	0	0	0		
20	Autoestradas	0	0	0	0		
21	Autoestradas (RTE-T)	0	0	0	0		
22	Estradas nacionais	2.361.014	2	1.913.445	787.660	41,16%	
23	Estradas regionais/locais	54.889.427	105	48.034.392	35.398.444	73,69%	
24	Pistas para ciclistas	941.756	0	0	0		
25	Transportes urbanos	522.418	2	431.700	392.958	91,03%	
26	Transportes multimodais	0	0	0	0		
27	Transportes multimodais (RTE-T)	0	0	0	0		
28	Sistemas de transporte inteligentes	0	0	0	0		
29	Aeroportos	17.867.568	5	17.064.051	12.279.848	71,96%	
30	Portos	0	0	0	0		
31	Transporte por via navegável (regional e local)	0	0	0	0		
32	Transporte por via navegável (RTE-T)	0	0	0	0		
Energia		11.680.889	91	10.031.943	2.877.476	28,68%	
33	Eletricidade	0	0	0	0		
34	Eletricidade (RTE-E)	0	0	0	0		
35	Gás natural	247.000	1	245.563	240.197	97,81%	
36	Gás natural (RTE-E)	0	0	0	0		

Anexo V - Aprovações e execução por Tema Prioritário (contribuição da União)

PROGRAMA: PO ALENTEJO - 2007PT161PO004

unidade: euro

Código	Designação do Tema Prioritário	Fundo				
		Programado	Aprovação		Execução	
		Montante	Nº Proj.	Montante	Montante	Tx EX/AP
37	Produtos petrolíferos	0	0	0	0	
38	Produtos petrolíferos (RTE-E)	0	0	0	0	
39	Energias renováveis: eólica	0	0	0	0	
40	Energias renováveis: solar	3.100.000	63	3.384.449	1.494.626	44,16%
41	Energias renováveis: biomassa	530.906	1	530.906	40.717	7,67%
42	Energias renováveis: hidroeléctrica, geotérmica e outras	299.520	1	318.240	12.443	3,91%
43	Eficiência energética, cogeração, gestão da energia	7.503.463	25	5.552.785	1.089.492	19,62%
Proteção do ambiente e prevenção de riscos		6.590.203	95	33.535.486	17.928.075	53,46%
44	Gestão dos resíduos domésticos e industriais	0	21	9.077.243	4.596.132	50,63%
45	Gestão e distribuição de água (potável)	0	15	11.644.670	6.840.751	58,75%
46	Tratamento de água (águas residuais)	0	2	436.049	370.736	85,02%
47	Qualidade do ar	0	0	0	0	
48	Prevenção e controlo integrados da poluição	0	0	0	0	#DIV/0!
49	Alterações climáticas: atenuação e adaptação	590.203	2	343.026	0	0,00%
50	Reabilitação de instalações industriais e terrenos contaminados	0	0	0	0	
51	Promoção da biodiversidade e proteção da natureza (incluindo rede NATURA 2000)	5.000.000	30	4.837.029	1.194.710	24,70%
52	Promoção de transportes urbanos limpos	0	0	0	0	
53	Prevenção de riscos (incluindo a conceção e execução de planos e medidas destinados a prevenir e gerir os riscos naturais e tecnológicos)	1.000.000	14	2.242.274	1.548.093	69,04%
54	Outras medidas de preservação do ambiente e prevenção de riscos	0	11	4.955.195	3.377.653	
Turismo		11.186.055	58	13.392.815	5.082.872	37,95%
55	Promoção dos recursos naturais	0	24	5.536.581	2.457.094	
56	Proteção e desenvolvimento do património natural	11.186.055	17	3.469.806	792.239	22,83%
57	Outro tipo de assistência destinada a melhorar os serviços do turismo	0	17	4.386.428	1.833.539	
Atividades culturais		32.109.575	82	31.549.769	11.391.219	36,11%
58	Proteção e preservação do património cultural	20.572.395	54	16.374.927	6.909.115	42,19%
59	Desenvolvimento das infraestruturas culturais	11.537.180	24	13.584.238	4.435.992	32,66%
60	Outro tipo de assistência destinada a melhorar os serviços culturais	0	4	1.590.604	46.113	
Reabilitação urbana e rural		149.856.197	237	130.098.040	69.342.514	53,30%
61	Projectos integrados de reabilitação urbana e rural	149.856.197	237	130.098.040	69.342.514	53,30%
Aumentar a adaptabilidade dos trabalhadores, das empresas e dos empresários		9.933.459	0	0	0	0,00%
62	Desenvolvimento de sistemas e estratégias de aprendizagem ao longo da vida nas empresas; formação e serviços destinados a melhorar a adaptabilidade à mudança; promoção do empreendedorismo e da inovação	9.933.459	0	0	0	
63	Conceção e difusão de formas inovadoras e mais produtivas de organização do trabalho	0	0	0	0	
64	Desenvolvimento de serviços específicos para o emprego, formação e apoio em conexão com a reestruturação de sectores e empresas, e desenvolvimento de sistemas de antecipação de mudanças económicas e requisitos futuros em termos de empregos e competências	0	0	0	0	
Melhorar o acesso ao emprego e a sustentabilidade		8.841.030	1	827.374	666.860	0,00%
65	Modernização e reforço das instituições do mercado de trabalho	0	0	0	0	
66	Implementação de medidas ativas e preventivas no domínio do mercado de trabalho	0	0	0	0	
67	Medidas de incentivo ao envelhecimento em atividade e ao prolongamento da vida ativa	0	1	827.374	666.860	
68	Apoio ao emprego independente e à criação de empresas	8.841.030	0	0	0	
69	Medidas para melhorar o acesso ao emprego e aumentar a participação sustentável e a progressão das mulheres no emprego, reduzir no mercado laboral a segregação baseada no sexo e conciliar a vida profissional e a vida privada, facilitando designadamente o acesso aos serviços de acolhimento de crianças e de cuidados às pessoas dependentes	0	0	0	0	
70	Ações específicas para aumentar a participação dos migrantes no emprego e assim reforçar a sua inserção social	0	0	0	0	
Melhorar a inclusão social dos mais desfavorecidos		0	0	0	0	0,00%

Anexo V - Aprovações e execução por Tema Prioritário (contribuição da União)



PROGRAMA: PO ALENTEJO - 2007PT161PO004

unid: euro

Código	Designação do Tema Prioritário	Fundo				
		Programado	Aprovação		Execução	
		Montante	Nº Proj.	Montante	Montante	Tx EX/AP
71	Vias destinadas à integração e readmissão no emprego para os desfavorecidos; luta contra a discriminação no acesso e na progressão no mercado de trabalho, e promoção da aceitação da diversidade no local de trabalho	0	0	0	0	
<b>Melhorar o capital humano</b>		0	0	0	0	0,00%
72	Conceção, introdução e implementação de reformas nos sistemas de ensino e formação por forma a desenvolver a empregabilidade, melhorar a pertinência para o mercado de trabalho do ensino e formação inicial e profissional e atualizar continuamente as qualificações dos formadores, tendo em vista a inovação e uma economia baseada no conhecimento	0	0	0	0	
73	Medidas para aumentar a participação no ensino e formação ao longo da vida, em especial através de ações destinadas a reduzir o abandono escolar prematuro e a segregação curricular baseada no sexo, e a aumentar o acesso ao ensino e à formação inicial, profissional e superior, bem como a qualidade dos mesmos	0	0	0	0	
74	Desenvolvimento do potencial humano no domínio da investigação e da inovação, nomeadamente através de estudos de pós-graduação e da formação de investigadores, bem como de atividades em rede entre universidades, centros de investigação e empresas	0	0	0	0	
<b>Investimento em infraestruturas sociais</b>		214.774.589	217	219.507.398	95.580.380	43,54%
75	Infraestruturas de ensino	119.985.203	70	115.791.625	52.352.221	45,21%
76	Infraestruturas de saúde	47.224.218	56	50.432.523	24.881.500	49,34%
77	Infraestruturas de acolhimento à infância	4.100.000	11	4.441.514	1.281.026	28,84%
78	Infraestruturas de habitação	0	0	0	0	
79	Outras infraestruturas sociais	43.465.168	80	48.841.736	17.065.633	34,94%
<b>Mobilização para as reformas nos domínios do emprego e da inclusão</b>		0	2	332.684	51.388	0,00%
80	Promoção de parcerias, pactos e iniciativas através da criação de redes de agentes relevantes	0	2	332.684	51.388	
<b>Reforço das capacidades institucionais aos níveis nacional, regional e local</b>		12.630.623	39	7.729.378	3.738.440	48,37%
81	Mecanismos para melhorar a conceção, o acompanhamento e a avaliação de políticas e programas aos níveis nacional, regional e local, reforço das capacidades de execução de políticas e programas	12.630.623	39	7.729.378	3.738.440	48,37%
<b>Redução dos sobrecustos que entravam o desenvolvimento das regiões ultraperiféricas</b>		0	0	0	0	0,00%
82	Compensação de eventuais sobrecustos decorrentes do défice de acessibilidade e da fragmentação do território	0	0	0	0	
83	Ações específicas destinadas a compensar sobrecustos ligados à dimensão do mercado	0	0	0	0	
84	Apoios para compensar sobrecustos decorrentes das condições climáticas e de dificuldades associadas ao relevo geográfico	0	0	0	0	
<b>Assistência Técnica</b>		23.756.000	45	14.001.506	9.627.698	68,76%
85	Preparação, execução, acompanhamento e inspeção	20.100.000	38	13.087.338	9.536.550	72,87%
86	Avaliação e estudos: informação e comunicação	3.656.000	7	914.168	91.148	9,97%
<b>TOTAL Temas Prioritários</b>		853.933.978	1.534	793.186.229	359.490.089	45,32%
<b>TOTAL Earmarking</b>		614.910.521	1.008	561.703.953	244.978.691	43,61%



Anexo VI – Relatório de Acompanhamento dos Instrumentos de Engenharia Financeira  
(Fundos de Participação)



PROGRAMA:

OP Alentejo  
2007PT161PO004

PA3  
Local and Urban Cohesion

No.	Required information/data	Required format	Instruction
Question 1	Number of financial engineering instrument operations implemented with a holding fund	1	If under this Operational Programme financial engineering instrument(s) is/are implemented with holding fund(s), a number of holding funds which signed funding agreement(s) with Managing Authority should be indicated in this section. A number of financial intermediaries under each holding fund is not relevant here, as the question concerns the number of operations.
I. Description and identification of the entities which implement the financial engineering instrument(s) - level of holding fund (Article 67(2)(j)(i&ii) of Council Regulation (EC) No 1083/2006)		////////////////////	////////////////////////////////////
I.1	Holding fund (name and registered place of business)	JESSICA Holding Fund Portugal - Luxembourg	Name: in English (if possible) or in national language; Registered place of business: city name only.
I.2	Legal status of holding fund	////////////////////	////////////////////////////////////
	independent legal entities governed by agreements between the co-financing partners or shareholders	Separate block of finance	choice of only 1 option allowed
	separate block of finance within a financial institution		
I.2.1*	name and registered place of business of co-financing partners	MA OP Alentejo - Évora and DGTF - Lisbon, Portugal	Official name, country and city where the holding fund co-financing partner(s) was/were officially registered. This section can be repeated as many times as many co-financing partner(s) holding fund has.
I.3	Holding fund manager	////////////////////	////////////////////////////////////
	European Investment Bank (EIB)	European Investment Bank (EIB)	choice of only 1 option allowed
	European Investment Fund (EIF)		
	financial institution other than the EIB/EIF		
	other body		
I.3.1	name and registered place of other body	text	Official name, country and city where the financial institution other than EIB/EIF or other body was officially registered.
I.4	Procedure for selecting the holding fund manager	////////////////////	////////////////////////////////////
	award of a public contract in accordance with applicable public procurement law	Contract to EIB	choice of only 1 option allowed
	award of a grant (in the meaning of Article 44, second paragraph, point (b) of Council Regulation (EC) No 1083/2006)		
	award of a contract directly to the EIB or the EIF		
I.5	Date of signature of funding agreement with Managing Authority	20-07-2009	Date of signature of funding agreement between managing authority and holding fund. Date format should be DD/MM/YYYY which will be automatically converted by SFC2007 to YYYY format.
I.6	Number of financial engineering instruments implemented under this specific holding fund	1	Number of specific funds (loan, guarantee, equity/venture capital or other funds) implemented through a holding fund. If there are several financial intermediaries implementing the same product (e.g. the same loan) they are considered to be distinct specific funds which should be reported separately. For each specific fund section II below should be repeated.
II. Description and identification of the entities which implement financial engineering instrument - level of the specific financial engineering instrument implemented with a holding fund (Article 67(2)(j)(i&ii) of Council Regulation (EC) No 1083/2006)		////////////////////	Sections II.1 – II.7 relate to a specific fund and should to be repeated accordingly for each specific fund implemented with the holding fund described previously in section I.
II.1	Financial engineering instrument (name and registered place of business)	BPI JESSICA Loans, Porto (Contract 81249)	Official name of the specific fund implemented with a holding fund: in English (if possible) or in national language; Registered place of business: city name only.
II.2	Attributable to Article 44, first paragraph (a), (b) or (c) of Council Regulation (EC) No 1083/2006)?	////////////////////	////////////////////////////////////
	(a) financial engineering instruments for enterprises		choice of only 1 option allowed
	(b) urban development funds	UDF	
	(c) funds or other incentive schemes providing loans, guarantees for repayable investments, or equivalent instruments, for energy efficiency and use of renewable energy in buildings, including in existing housing		
II.3	Type of financial product offered by the financial engineering instrument to the final recipients	////////////////////	////////////////////////////////////
II.3.1	equity	clicking box <input type="checkbox"/>	choice of min. 1 and max. 4 options allowed
II.3.2	loan	Loan	
II.3.3	guarantee	clicking box <input type="checkbox"/>	
II.3.4	other product (interest rate subsidies, guarantee fee subsidies and equivalent measures)	clicking box <input type="checkbox"/>	
II.4	Financial engineering instrument manager (name and registered place of business)	Banco BPI, Porto, Portugal	Official name of specific fund manager: in English (if possible) or in national language; Registered place of business: city name only.
II.7	Legal status of the financial engineering instrument	////////////////////	////////////////////////////////////
	independent legal entities governed by agreements between the co-financing partners or shareholders		choice of only 1 option allowed
	separate block of finance within a financial institution	Separate block of finance	
III. Operational Programme contributions paid to the financial engineering instrument (Article 67(2)(j)(iii) of Council Regulation (EC) No 1083/2006)		////////////////////	Sections III.2 - III. 4 relate to the contributions paid by the MA to the holding fund. Sections III.5 –III.5.5 relate to the contributions paid by the holding fund to the specific fund
III.2	Operational Programme contributions paid to the holding fund	////////////////////	////////////////////////////////////
III.2.1	Amounts of assistance from the Structural Funds paid to the holding fund	////////////////////	////////////////////////////////////
III.2.1.1*	ERDF amounts of assistance committed in the funding agreement with Managing Authority (in EUR)	10.000.000	ERDF allocation from this operational programme committed in the funding agreement signed between managing authority and holding fund should be indicated in this section.
III.2.1.2	ERDF amounts of assistance paid to the holding fund (in EUR)	10.000.000	ERDF amounts of assistance effectively paid to holding fund, means the ERDF assistance committed in the funding agreement and paid-into the account of the holding fund. If part of ERDF assistance has been withdrawn from the Holding fund then the MA should report the net ERDF amount (ERDF amount paid –ERDF amount withdrawn).
III.2.1.3*	ESF amounts of assistance committed in the funding agreement with Managing Authority (in EUR)		ESF allocation from this operational programme committed in the funding agreement signed between the managing authority and the holding fund should be indicated in this section.

No.	Required information/data	Required format	Instruction
III.2.1.4	ESF amounts of assistance paid to the holding fund (in EUR)		ESF amounts of assistance effectively paid to holding fund, means the ESF assistance committed in the funding agreement and paid-into the account of the holding fund. If part of ESF assistance has been withdrawn from the holding fund then the MA should report the net ESF amount (ESF amount paid –ESF amount withdrawn).
III.2.2	Amounts of national co-financing paid to the holding fund	////////////////////////////////////	////////////////////////////////////
III.2.2.1*	National public co-financing committed in the funding agreement with Managing Authority (in EUR)	7.705.382	National public co-financing constituting part of the Operational Programme committed in the funding agreement signed between holding fund and Managing Authority. Any other national public financing which do not constitute part of Operational Programme contributions should not be reported.
III.2.2.2	National public co-financing paid to the holding fund (in EUR)	7.705.382	National public co-financing constituting part of the Operational Programme committed in the funding agreement and paid into the account of the holding fund.
III.2.2.3*	National private co-financing committed in the funding agreement with Managing Authority (in EUR)		National private co-financing constituting part of the Operational Programme committed in the funding agreement signed between holding fund and Managing Authority. National private co-financing means only this part of national private financing which is part of the OP resources [only for OPs under Article 53(1)(a) of General Regulation]. Any other national private financing which do not constitute part of Operational Programme contributions should not be reported.
III.2.2.4	National private co-financing paid to the holding fund (in EUR)		National private co-financing constituting part of the Operational Programme committed to holding fund in the funding agreement and paid into the account of the holding fund [only for OPs under Article 53(1)(a) of General Regulation]. Any other national private financing which do not constitute part of Operational Programme contributions should not be reported.
III.2.3	Other ERDF or ESF Operational Programme(s) providing contributions to the holding fund	OP Territorial Enhancement - 2007PT16UPO001 - PA5 - Infrastructures and equipments for territorial enhancement and Urban Development (ERDF)  OP Centro - 2007PT161PO003 - PA3 - Local and Urban Cohesion  OP Norte - 2007PT161PO002 - PA4 - Local and Urban Cohesion  OP Lisbon - 2007PT162PO001 - PA 3 - Social cohesion  OP Algarve - 2007PT161PO005 - PA3 - Territorial enhancement and urban development	Titles and CCI numbers of other Operational Programme(s) contributing to the same holding fund should be reported in this section.
III.3*	Amounts of other assistance paid to the holding fund outside this Operational Programme (in EUR)	112.294.618	This section relates to funding paid to the holding fund which does not constitute part of the Operational Programme concerned. As the national/ regional authorities or any other body or investor may decide to provide additional funding to a holding fund, the optional section III.3 cover this possibility.
III.4	Management costs and fees paid to the holding fund ( in the meaning of Article 78(6)(d) of Council Regulation (EC) No 1083/2006) (in EUR)	424.165,83	Total amount of management costs and fees paid from Operational Programme contributions to the holding fund until 31 December 2012, in accordance with the conditions of the relevant funding agreement. Management costs and fees paid from other Operational Programmes contributing to the same holding fund should not be reported.
III.5	Operational Programme contributions paid from the holding fund to the specific fund	////////////////////////////////////	Sections III.5 –III.6 relate to the specific fund and have to be repeated accordingly for each specific fund.
III.5.1*	Operational Programme contributions committed to the specific fund in the legal agreement with holding fund (in EUR)	17.705.382	This section relates to Operational Programme contributions (Structural Funds and national public and private co-financing) committed in the funding agreement signed between holding fund and specific fund. Resources committed from other Operational Programmes or other sources should not be reported.
III.5.1.1*	out of which amounts of assistance from the Structural Funds (in EUR)	10.000.000	This section relates only to this part of the amount indicated under III.5.1* which comes from the Structural Funds (ERDF or ESF resources).
III.5.2	Operational Programme contributions paid to the specific fund in line with the legal agreement with holding fund (in EUR)	17.705.382	Amount of operational programme assistance paid from the holding fund to specific fund, means the amount of assistance committed in the funding agreement and paid-into the account of the specific fund. This amount relates to the operational programme contribution (Structural Funds and national co-financing). Resources paid from other OPs (contributing to the same FEI) or other sources should not be reported.
III.5.3	out of which amounts of assistance from the Structural Funds (in EUR)	10.000.000	This amount relates only to this part of the amount indicated under III.5.2 which comes from Structural Funds (ERDF and ESF resources )
III.5.4	out of which national public co-financing paid to the specific fund (in EUR)	7.705.382	This section relates only to this part of amount indicated in section III.5.2 which constitutes national public co–financing of this particular Operational Programme.
III.5.5	out of which national private co-financing paid to the specific fund (in EUR)	The private co-financing comes at project level and not at HF level	This section relates only to this part of amount indicated in section III.5.2 which constitutes national private co–financing of this particular Operational Programme [only for OPs under Article 53(1)(a) of General Regulation].
III.6	Management costs and fees paid by the holding fund to the specific fund ( in the meaning of Article 78(6)(d) of Council Regulation (EC) No 1083/2006) (in EUR)	220.672	Operational Programme contribution to management costs and fees paid by the holding fund to the specific fund until 31 December 2012, in accordance with the conditions of the relevant agreement.
IV. Operational Programme contributions paid by financial engineering instrument(s) to final recipients (Article 67(2)(j)(iv) of Council Regulation (EC) No 1083/2006)		////////////////////////////////////	////////////////////////////////////
IV.1	Operational Programme contributions paid to final recipients in loans	////////////////////////////////////	If the holding fund signed with the same specific fund more than one funding agreement for different loan products, the entire section IV.1 should be repeated as many times as many funding agreements for different loan products have been signed with this particular specific fund.
IV.1.1	Name of loan product	BPI JESSICA Loans	Name of loan product supported with Operational Programme resources and offered by specific fund (=financial intermediary) to final recipients. The name of loan product should not be confused with the name of the specific fund or the financial intermediary name.
IV.1.2*	Number of final recipients supported	////////////////////////////////////	////////////////////////////////////
IV.1.2.1*	out of which large enterprises	number	Total number of large enterprises which signed a contract for loan product with the specific fund, and to which the latter disbursed a loan (or a part of loan) until the end of 2012. Based on the Commission Recommendation 2003/361/EC of 6 May 2003 and for purposes of this document, by "large enterprises" should be understood the enterprises with more than 250 employees and a turnover of > EUR 50 million / balance sheet total of > EUR 43 million.
IV.1.2.2*	out of which SMEs	number	Total number of small and medium-sized enterprises(SMEs) which signed a contract for loan product with the specific fund, and to which the latter disbursed a loan (or a part of loan) until the end of 2012. Definition of a " SME" according to Article 2.1 of the Commission Recommendation of 2003/361/EC of 6 May 2003, i.e. small and medium-sized enterprises (SMEs) is made up of enterprises which employ less than 250 persons and which have an annual turnover not exceeding EUR 50 million, and/or an annual balance sheet total not exceeding EUR 43 million.
IV.1.2.2.1*	out of which microenterprises	number	Total number of microenterprises which signed a contract for loan product with the specific fund, and to which the latter disbursed a loan (or a part of loan) until the end of 2012. Definition of a "microenterprise(s)" according to Article 2.3 of the Commission Recommendation of 2003/361/EC of 6 May 2003 i.e. enterprises which employs less than 10 persons and whose annual turnover and/or annual balance sheet total does not exceed EUR 2 million.
IV.1.2.3*	out of which individuals	number	Total number of individuals who signed a contract for loan product with the specific fund, and to whom the latter disbursed a loan (or a part of loan) until the end of 2012. "Individuals" means all natural persons not covered by the definition of enterprise in the Commission Recommendation 2003/361/EC of 6 May 2003 (Title I, Article 1 of the Annex 1) or not covered by the definition of legal person in the national legislation.
IV.1.2.4*	out of which urban projects		Total number of urban projects supported with loan. "Urban projects" means the projects included in the integrated plan for sustainable urban development and/or regeneration or structured in public-private partnerships.
IV.1.2.5*	out of which other recipients supported	number	Total number of other types of final recipients, which do not fall under the scope of sections IV.4.2.1* -IV.4.2.3*, but are supported with loan.
IV.1.3*	Number of loan contracts signed with final recipients		Number of loan contracts that the specific fund signed with final recipients (including the contracts for loans for which no disbursement took place).
IV.1.4*	Total value of loans committed in contracts signed with final recipients (in EUR)	7.200.000	Total value of loans in contracts signed with final recipients should be indicated. This amount should include Operational Programme contributions and other resources (e.g. commercial bank resources or additional regional contribution) which do not constitute part of OP.
IV.1.4.1*	out of which Operational Programme contributions	1.650.000	Operational Programme contributions assistance (i.e. ERDF/ESF + national public and private co-financing) committed in signed loans should be reported in this section. If the loans were also financed from other resources (e.g. commercial bank resources or additional regional contribution) which do not constitute part of the Operational Programme, those other resources should not be reported.
IV.1.5	Amounts of Operational Programme contributions paid to final recipients in loans (in EUR)	1.413.180	Amounts of Operational Programme contribution (i.e. ERDF/ESF + national public and private co-financing) should be indicated in the section. Other resources (e.g. commercial bank resources or additional regional contributions) which contribute to this product but do not constitute part of the Operational Programme should not be reported in this section. This section refers to the amounts of Operational Programme effectively disbursed, means paid into the account of the final recipients until the end of 2012. Resources returned to the operation from investments in final recipients are not considered amounts of Operational Programme contributions. Consequently, resources returned to the operation and reinvested in final recipients should not be reported in this section.
IV.1.5.1	out of which amounts of assistance from the Structural Funds (in EUR)	1.413.180	This section relates only to this part of amount indicated in section IV.1.5, provided from Structural Funds (= ERDF & ESF resources).
IV.1.6	Date of signature of funding agreement between holding fund and specific fund for this loan product	11-10-2011	Date of signature of funding agreement between holding fund and specific fund. Date format should be DD/MM/YYYY which will be automatically converted by SFC2007 to YYYY format.
IV.2	Operational Programme contributions paid to final recipients in guarantees	////////////////////////////////////	If the holding fund signed with the same specific fund more than one funding agreement for different guarantee products, the entire section IV.2 should be repeated as many times as many funding agreements for different guarantee products have been signed with this particular specific fund.
IV.2.1	Name of guarantee product		Name of guarantee product supported with Operational Programme resources and offered by specific fund (=financial intermediary) to final recipients. The name of guarantee product should not be confused with the name of the specific fund or the financial intermediary name.
IV.2.2*	Number of final recipients supported	////////////////////////////////////	////////////////////////////////////
IV.2.2.1*	out of which large enterprises		Total number of large enterprises to which the loans guaranteed with Operational Programme contribution was (fully or partially) disbursed until the end of 2012. Based on the Commission Recommendation 2003/361/EC of 6 May 2003 and for purposes of this document, by "large enterprises" should be understood the enterprises with more than 250 employees and a turnover of > EUR 50 million / balance sheet total of > EUR 43 million.
IV.2.2.2*	out of which SMEs		Total number of small and medium-sized enterprises (SMEs) to which the loans guaranteed with Operational Programme contribution were effectively (fully or partially) disbursed until the end of 2012. Definition of a " SME" according to Article 2.1 of the Commission Recommendation of 2003/361/EC of 6 May 2003, i.e. small and medium-sized enterprises (SMEs) is made up of enterprises which employ less than 250 persons and which have an annual turnover not exceeding EUR 50 million, and/or an annual balance sheet total not exceeding EUR 43 million.
IV.2.2.2.1*	out of which micro-enterprises		Total number of micro-enterprises to which the loans guaranteed with Operational Programme contribution were (fully or partially) disbursed until the end of 2012. Definition of a "microenterprises" according to Article 2.3 of the Commission Recommendation of 2003/361/EC of 6 May 2003 i.e. enterprises which employs less than 10 persons and whose annual turnover and/or annual balance sheet total does not exceed EUR 2 million.

No.	Required information/data	Required format	Instruction
IV.2.2.3*	out of which individuals		Total number of individuals to whom the loans guaranteed with Operational Programme contribution were (fully or partially) disbursed until the end of 2012. "Individuals" means all natural persons not covered by the definition of enterprise in the Commission Recommendation 2003/361/EC of 6 May 2003 (Title I, Article 1 of the Annex 1) or not covered by the definition of legal person in the national legislation.
IV.2.2.4*	out of which urban projects		Total number of urban projects to which the loans guaranteed with Operational Programme contribution were (fully or partially) disbursed until the end of 2012. "Urban projects" means the projects included in the integrated plan for sustainable urban development and/or regeneration or structured in public-private partnerships.
IV.2.2.5*	out of which other recipients supported		Total number of other types of final recipients, which do not fall under the scope of sections IV.4.2.1* -IV.4.2.3*, but to which the loans guaranteed with Operational Programme contribution were (fully or partially) disbursed until the end of 2012.
IV.2.3*	Amounts of Operational Programme contributions blocked for guarantee contracts signed with final recipients (in EUR)		Operational Programme contribution is not equal to the total value of guarantee(s). In line with section 4.1 of the Guidance Note on Financial Engineering Instruments (COCOF-10-0014-05 of 08/02/2011), amounts of Operational Programme contributions should be based on the appropriate multiplier ratio and cover only expected and unexpected losses from loans. Therefore, the amounts requested in this sections are the Operational Programme contributions blocked for guarantee contracts signed (for guarantees provided and guarantees committed) irrespective whether the loan was disbursed or not.
IV.2.4	Amounts of Operational Programme contributions blocked for guarantee contracts for loans paid to final recipients (in EUR)		Operational Programme contribution is not equal to the total value of guarantee(s). In line with section 4.1 of the Guidance Note on Financial Engineering Instruments (COCOF-10-0014-05 of 08/02/2011), amounts of Operational Programme contributions should be based on the appropriate multiplier ratio and cover only expected and unexpected losses from loans. Therefore, the amounts requested in this sections are the Operational Programme contributions blocked for guarantee contracts signed (for guarantees provided and guarantees committed) for the loans which were disbursed by the end of 2012.
IV.2.4.1	out of which amounts of assistance from the Structural Funds (in EUR)		This section relates only to this part of the amount indicated under IV.2.4. which was provided from Structural funds (=ERDF or ESF resources)
IV.2.5*	Number of loans paid to final recipients in relation to guarantees contracts signed with final recipients		Number of loans disbursed until the end of 2012 in respect of which the guarantees supported from Operational Programme contributions have been committed/provided.
IV.2.6	Amount of loans actually paid to final recipients in relation to guarantees contracts signed (in EUR)		Total amount of loans guaranteed with OP resources and disbursed to final recipients.
IV.2.7	Date of signature of funding agreement between holding fund and specific fund for this guarantee product		Date of signature of funding agreement between holding fund and specific fund. Date format should be DD/MM/YYYY which will be automatically converted by SFC2007 to YYYY format.
IV.3	<b>Operational Programme contributions paid to final recipients in equity/venture capital</b>	////////////////////	////////////////////////////////////
IV.3.1	Name of equity/venture capital product		Name of equity/venture capital product supported with Operational Programme resources and offered by specific fund ( =financial intermediary) to final recipients. The name of equity product should not be confused with the name of the specific fund or the financial intermediary name.
IV.3.2*	Number of final recipients supported	////////////////////	////////////////////////////////////
IV.3.2.1*	out of which large enterprises		Total number of large enterprises which signed a contract for equity/venture capital product with the specific fund, and to which the latter effectively made investment until the end of 2012. Based on the Commission Recommendation 2003/361/EC of 6 May 2003 and for purposes of this document, by "large enterprises" should be understood the enterprises with more than 250 employees and a turnover of > EUR 50 million / balance sheet total of > EUR 43 million.
IV.3.2.2*	out of which SMEs		Total number of small and medium-sized enterprises (SMEs) which signed a contract for equity/venture capital product with the specific fund, and to which the latter effectively made investment until the end of 2012. Definition of a " SME" according to Article 2.1 of the Commission Recommendation of 2003/361/EC of 6 May 2003, i.e. small and medium-sized enterprises (SMEs) is made up of enterprises which employ less than 250 persons and which have an annual turnover not exceeding EUR 50 million, and/or an annual balance sheet total not exceeding EUR 43 million.
IV.3.2.2.1*	out of which microenterprises		Total number of microenterprises which signed a contract for equity/venture capital product with the specific fund, and to which the latter effectively made investment (or a part of it) until the end of 2012. Definition of a "microenterprises" according to Article 2.3 of the Commission Recommendation of 2003/361/EC of 6 May 2003 i.e. enterprises which employs less than 10 persons and whose annual turnover and/or annual balance sheet total does not exceed EUR 2 million.
IV.3.2.3*	out of which urban projects		Total number of urban projects supported with equity/venture capital product. "Urban projects" means the projects included in the integrated plan for sustainable urban development and/or regeneration or structured in public-private partnerships.
IV.3.2.4*	out of which other recipients supported		Total number of other types of final recipients, which do not fall under the scope of sections IV.4.2.1* -IV.4.2.3*, but to which the specific fund effectively made investment until the end of 2012.
IV.3.3*	Number of equity/venture capital investments made in line with agreements signed between holding fund and specific (equity/venture capital) fund		Number of agreements with final recipients for which investment was made by end of 2012.
IV.3.4	Amounts of Operational Programme contributions paid to investments made in line with agreements (in EUR)		Amounts of Operational Programme contribution ( i.e. ERDF/ESF + national public and private co-financing), paid to final recipients should be indicated in the section. Other resources (e.g. commercial bank resources or additional regional contributions) which contribute to this product but do not constitute part of the Operational Programme should not be reported in this section. This section refers to the amounts of Operational Programme effectively disbursed, means paid into the account of the final recipients until the end of 2012. Resources returned to the operation from investments in final recipients are not considered amounts of Operational Programme contributions. Consequently, resources returned to the operation and reinvested in final recipients should not be reported in this section.
IV.3.4.1	out of which amounts of assistance from the Structural Funds (in EUR)		This section relates only to this part of amount indicated in section IV.3.4, which was provided from Structural Funds (=ERDF & ESF resources).
IV.3.5	Date of signature of funding agreement between holding fund and specific fund for this equity/venture capital product		Date of signature of funding agreement between holding fund and specific fund. Date format should be DD/MM/YYYY which will be automatically converted by SFC2007 to YYYY format.
IV.4	<b>Operational Programme contributions paid to final recipients in other financial products</b>	////////////////////	"Other financial product" means the products other than those covered by the provisions under sections IV.1.1, IV.2.1, IV.3.1 of this template. Under section IV.4 the products like guarantee fee subsidies, interest rate subsidies and other products in line with section 4.3 of the Guidance Note on Financial Engineering Instruments (COCOF-10-0014-05 of 08/02/2011) should be reported. If the holding fund signed with the same specific fund more than one funding agreement for different other financial products, the entire section IV.4 should be repeated as many times as many funding agreements for other financial product have been signed with this specific fund.
IV.4.1	Name of other financial product		Name of other financial product supported with Operational Programme resources and offered by specific fund ( =financial intermediary) to final recipients or for the benefit of final recipients. The name of other product should not be confused with the name of the specific fund or the financial intermediary name.
IV.4.2*	Number of final recipients supported	////////////////////	////////////////////////////////////
IV.4.2.1*	out of which large enterprises		Total number of large enterprises supported with other financial product. Based on the Commission Recommendation 2003/361/EC of 6 May 2003 and for purposes of this document, by "large enterprises" should be understood the enterprises with more than 250 employees and a turnover of > EUR 50 million / balance sheet total of > EUR 43 million.
IV.4.2.2*	out of which SMEs		Total number of small and medium-sized enterprises (SMEs) supported with other financial product. Definition of a " SME" according to Article 2.1 of the Commission Recommendation of 2003/361/EC of 6 May 2003, i.e. small and medium-sized enterprises (SMEs) is made up of enterprises which employ less than 250 persons and which have an annual turnover not exceeding EUR 50 million, and/or an annual balance sheet total not exceeding EUR 43 million.
IV.4.2.2.1*	out of which microenterprises		Total number of micro-enterprises supported with other financial product. Definition of a "microenterprises" according to Article 2.3 of the Commission Recommendation of 2003/361/EC of 6 May 2003 i.e. enterprises which employs less than 10 persons and whose annual turnover and/or annual balance sheet total does not exceed EUR 2 million.
IV.4.2.3*	out of which individuals		Total number of individuals supported with other financial product. "Individuals" means all natural persons not covered by the definition of enterprise in the Commission Recommendation 2003/361/EC of 6 May 2003 (Title I, Article 1 of the Annex 1) or not covered by the definition of legal person in the national legislation
IV.4.2.4*	out of which urban projects		Total number of urban projects supported with other financial product. "Urban projects" means the projects included in the integrated plan for sustainable urban development and/or regeneration or structured in public-private partnerships.
IV.4.2.5*	out of which other recipients supported		Total number of other types of final recipients, which do not fall under the scope of sections IV.4.2.1* -IV.4.2.3*, but are supported with other financial product.
IV.4.3	Amounts of Operational Programme contributions paid to the final recipients (in EUR)		Amounts of Operational Programme contribution i.e. ERDF/ESF + national public and private co-financing, paid to final recipients or paid for the benefit of final recipients (in a case when the subsidy is paid directly to the financial intermediary), should be indicated in the section. Other resources (e.g. commercial bank resources or additional regional contributions) which contribute to this product but do not constitute part of the Operational Programme should not be reported in this section. This section refers to the amounts of Operational Programme effectively disbursed, means paid into the account of the final recipients or to the benefit of final recipients, until the end of 2012. Resources returned to the operation from investments in final recipients are not considered amounts of Operational Programme contributions. Consequently, resources returned to the operation and reinvested should not be reported in this section.
IV.4.3.1	out of which amounts of assistance from the Structural Funds (in EUR)		This section relates only to this part of amount indicated in section IV.4.3, which was provided from Structural Funds (ERDF and ESF) and paid to final recipients or paid for the benefit of final recipients until the end of 2012.
IV.4.4*	Number of other financial products provided to final recipients		Total number of final recipients supported with other financial product.
IV.4.5	Date of signature of funding agreement between holding fund and specific fund for this (other)financial product		Date of signature of funding agreement between holding fund and specific fund. Date format should be DD/MM/YYYY which will be automatically converted by SFC2007 to YYYY format.
IV.5	<b>Indicators</b>	////////////////////	////////////////////////////////////
IV.5.1*	Number of jobs created	7	Core indicator n°1 for ERDF and CF at OP level (definition: gross direct jobs created, full time equivalents, Source: "Working Document No. 7. Indicative Guidelines on evaluation methods: Reporting on core indicators for the European Regional Development Fund and the Cohesion Fund" ( <a href="http://ec.europa.eu/regional_policy/sources/docoffic/working/st2000_en.htm">http://ec.europa.eu/regional_policy/sources/docoffic/working/st2000_en.htm</a> ))

Sections marked with "\*" are optional, however we encourages Managing Authorities to complete these sections.



Anexo VII – Indicadores de Monitorização Estratégica Ambiental e de Sustentabilidade



## Anexo VII - Indicadores de Monitorização Estratégica Ambiental e de Sustentabilidade



PROGRAMA: PO ALENTEJO - 2007PT161PO004

Refº Indicador	Unid.	Indicador	Realização Contratada (31-12-2012)
PO FC	%	Redução do número de contactos necessários entre o cidadão e/ou as empresas e a AP em processos administrativos (*)	n.d.
PO FC	%	Taxa de desmaterialização dos serviços da administração pública (*)	n.d.
ICN -Anual - 017	MWh	Variação do Consumo energético	(**)
CORE-024	MWh	Capacidade suplementar de produção de energia a partir de fontes renováveis (em MWh)	n.d.
ICN-AAE-001	nº	População servida pelas lojas do cidadão, centros multiserviços e balcões únicos	539.678
ICN-AAE-002	nº	Serviços on-line orientados para empresas disponibilizados por entidades públicas	n.d.
ICN-AAE-003	nº	Redução dos tempos médios de espera em serviços públicos	0,5
ICN-AAE-006	nº	Estratégias de Eficiência Colectiva reconhecidas, por tipo de estratégia (pólos de competitividade e tecnologia, outros clusters, PROVERE, ARDU)	29
ICN -Anual - 019	ton/ano	Quantidade de RUB valorizada organicamente por ano	(***)
ICN -Anual - 23	ha	Área classificada abrangida por intervenções de gestão activa de espaços protegidos e classificados	n.d.
ICN -Anual - 024	Nº	População abrangida por Planos de emergência de protecção civil	236.736
ICN -Anual - 027	Nº	População abrangida por operações de regeneração urbana	217.472
ICN -Anual - 028	m2	Área intervencionada por operações de regeneração urbana	n.d.
ICN -Anual - 032	Nº	População abrangida por unidades de saúde	767.679
CORE -022	Nº	Acréscimo de população servida por intervenções de expansão de sistemas de transporte urbanos	19.423
CORE -025	Nº	Acréscimo de população servida nos sistemas de abastecimento de água intervencionados	2.594
CORE -026	Nº	Acréscimo de população servida nos sistemas de drenagem e tratamento de águas residuais intervencionados	n.d.
CORE -029	KM2	Área reabilitada (em km2) no âmbito de intervenções de recuperação de passivos ambientais (áreas degradadas e contaminadas)	n.d.
CORE -030	CO2 equivalentes, kt	Redução de emissões de gases com efeito de estufa (CO2 equivalentes, kt)	(**)
ICN-AAE-018	%	Variação na taxa de desvio de RUB para aterro	(***)
ICN-AAE-023	km	Extensão de costa intervencionada para redução do risco associado à dinâmica costeira	(***)
ICN-AAE-024	km	Extensão de costa intervencionada para contenção ou diminuição da ocupação antrópica em área de risco	(***)
ICN-AAE-025	km2	Grau de cobertura do território por planos de emergência	30,83%
CORE - 037	média por ano	Nº de alunos que beneficiam das intervenções (Educação)	21.564
CORE - 041	Nº	Nº de projectos dirigidos aos jovens e às minorias, que visam promover a oferta de serviços para a igualdade de oportunidades e a inclusão social	131

### Notas

(\*) Apuramento obrigatório pelo POFC e recomendado para os PO Regionais.

(\*\*) Metodologia de cálculo em consolidação. O indicador deverá ser preenchido como não disponível (n.d).

(\*\*\*) Afecto ao POVT



Anexo VIII – Resumo Implementação Física – Indicadores de Eixo – Anexo VI do  
Regulamento (CE) n.º 84/2009



[illegible]

PROGRAMA: PO ALENTEJO - 2007PT161PO004

[illegible]

[illegible]

[illegible]

[illegible]

[illegible]

PROGRAMA: PO ALENTEJO - 2007PT161PO004

Eixo Prioritário	Indicadores Eixo (alínea c do n.º 1 do artigo 37.º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006)		2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	Total
	55 - Nível de follow-up das recomendações de avaliação (% de recomendações consideradas)	Realização - Contratada		n.a	n.a	n.a	n.a	n.a				n.a
		Realização - Executada		n.d.	n.d.	32%	65%	44%				44%
		Metas				60%					80%	80%
		Valor de Referência / Situação de Partida										
	52 - N.º Acções de divulgação e informação do Programa	Realização - Contratada		n.a	n.a	n.a	n.a	n.a				n.a
		Realização - Executada		160	453	1.206	2.295	3.447				3.447
		Metas				50					1.250	1.250
		Valor de Referência / Situação de Partida										

n.d. - não disponível

n.a. - não aplicável

(\*\*) indicadores que apresenta alterações de valor nos anos anteriores

(\*\*\*) Indicador alterado no âmbito da reprogramação - 2011

(\*\*\*\*) Indicador alterado no âmbito da reprogramação - 2012

(1) Indicador eliminado na Reprogramação de 2012. Ainda se mantém o seu registo até à efectiva transição de operações para o POVT



Anexo IX – Resumo Implementação Física Indicadores Comuns Comunitários – Anexo VI do Regulamento (CE) n.º 846/2006



Áreas Temáticas	Indicadores Comuns Comunitários (core indicators)		2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	Total
Emprego criado	1- Empregos criados	Realização - Contratada			SI - 1453 Outros Reg. - 158 Total - 1611	SI - 3965 Outros Reg. - 881 Total - 4846	SI - 3650 Outros Reg. - 2328 Total - 5978	SI - 4136 Outros Reg. - 2848 Total - 6984				SI - 4136 Outros Reg. - 2848 Total - 6984
		Realização - Executada						3				3
		Metas									4.900	
	2- dos quais : homens	Realização - Contratada			SI - n.d. Outros Reg. - 62	SI - n.d. Outros Reg. - 450	SI - n.d. Outros Reg. - 1030	SI - n.d. Outros Reg. - 1219				---
		Realização - Executada						2				
		Metas									n.d.**	---
Investigação e Desenvolvimento	4- Nº de projectos de I&DT	Realização - Contratada										
		Realização - Executada			4	8	21	28				28
		Metas										
	5- Nº projectos de cooperação empresas-instituições de investigação	Realização - Contratada			2	1	2	2				2
		Realização - Executada										
		Metas									50	
Ajudas directas ao investimento nas PME	6- Empregos na investigação criados	Realização - Contratada			13	167	232	246				246
		Realização - Executada										
		Metas									60	
	7- Nº de projectos de apoio directo ao investimento das PME	Realização - Contratada		30	121	220	305	334				334
		Realização - Executada					17	29				29
		Metas									500	
Sociedade de informação	8- Nº de novas empresas (start-up) apoiadas	Realização - Contratada		4	10	26	46	25				25
		Realização - Executada					1	1				1
		Metas									195	
	9- Empregos criados em projectos de apoio directo ao investimento das PME	Realização - Contratada			1.453	3.961	3.991	4.136				4.136
		Realização - Executada										
		Metas									2.700	
Transportes	10- Investimento induzido (milhões de euros)	Realização - Contratada		15,6	163,9	130,2	325	327				327
		Realização - Executada						12,1				12,1
		Metas									200	
	11- Nº de projectos (sociedade de informação) (***)	Realização - Contratada			9	12	33	42				42
		Realização - Executada					2	10				10
		Metas									50	
Transportes	12- Acréscimo de população com acesso à banda larga	Realização - Contratada			61.451	65.734	65.734	65.734				65.734
		Realização - Executada										
		Metas									150.000	
	13- Nº de projectos (Transportes)	Realização - Contratada			16	38	85	119				119
		Realização - Executada					76	99				99
		Metas									40	
	14- Nº de Km de novas estradas	Realização - Contratada			3,7	3,7	7,3	8,2				8,2
		Realização - Executada										
		Metas									5	
	15- Nº de Km de novas estradas nas RTE (*)	Realização - Contratada		n.a	n.a	n.a	n.a				n.a	
		Realização - Executada										
		Metas									n.a	
	16- Nº de Km de estradas reconstruídas e remodeladas	Realização - Contratada			69,5	501,9						

## PROGRAMA: PO ALENTEJO - 2007PT161PO004

Áreas Temáticas	Indicadores Comuns Comunitários (core indicators)	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	Total
Energias Renováveis	23- Nº de projectos (energias renováveis)	Realização - Contratada		n.d	5	46	79				79
		Realização - Executada				6	22				22
		Metas								10	
	24- Capacidade suplementar de produção de energia a partir de fontes renováveis (MWh)	Realização - Contratada		n.a	n.a	n.a	n.a				n.a
		Realização - Executada									
		Metas								n.a	
	25- Acrecimento de população servida nos sistemas de abastecimento de água interencionados	Realização - Contratada		740	1.664	2.594	2594				2.594
		Realização - Executada									
		Metas								1.664	1664
	26- Acrecimento de população servida nos sistemas de drenagem e tratamento de águas residuais interencionadas	Realização - Contratada		n.a	n.a	n.a	n.a				n.a
		Realização - Executada									
		Metas								n.a	
Ambiente	27- Nº de projectos de Resíduos Sólidos	Realização - Contratada		5	12	18	21				21
		Realização - Executada									
		Metas								12	
	28- Nº de projectos visando a melhoria da qualidade do ar	Realização - Contratada		1	1	1	1				1
		Realização - Executada									
		Metas								3	
	29- Área reabilitada (em Km2) no âmbito de intervenções de recuperação de passivos ambientais (áreas degradadas e contaminadas)	Realização - Contratada		n.d	n.d	n.d	n.d				n.d
		Realização - Executada									
		Metas								3	
	30- Redução de emissões de gases com efeito de estufa (CO2 equivalentes, Kt)	Realização - Contratada		n.a	n.a	n.a	n.a				n.a
		Realização - Executada									
		Metas								n.a	
Prevenção de Riscos	31- Nº de projectos (Prevenção de riscos)	Realização - Contratada		5	8	14	14				14
		Realização - Executada				5	5				5
		Metas								10	
	32- População que beneficia de medidas de protecção contra cheias e inundações	Realização - Contratada		661.545	767.679	767.679	767.679				767.679
		Realização - Executada					541.499				541.499
		Metas								767.679	
Turismo	34- Nº de projectos (Turismo)	Realização - Contratada		2	10	67	102	90			90
		Realização - Executada					12	12			12
		Metas								300	
	35- Nº de empregos criados (em ETI)	Realização - Contratada		24	208	1.596	1.097				1.097
		Realização - Executada									
		Metas								n.d.	
Educação	36- Nº de projectos (Educação)	Realização - Contratada		29	37	46	67	74			74
		Realização - Executada					32	47			47
		Metas								55	
	37- Nº de alunos que beneficiam das intervenções	Realização - Contratada		7.370	9.497	12.250	18.119	21564			21.564
		Realização - Executada					7.485	12283			12.283
		Metas								17.270	
Saúde	38- Nº de projectos (saúde)	Realização - Contratada		6	33	42	57	61			61
		Realização - Executada					13	37			37
		Metas								70	
Reabilitação urbana	39- Nº de projectos que asseguram a sustentabilidade e melhoram atractividade das cidades (***)	Realização - Contratada		6	13	116	126				126
		Realização - Executada				16	53				53
		Metas								160	
Competitividade das Cidades	40- Nº de projectos que visam estimular a actividade empresarial, o empreendedorismo e a utilização das novas tecnologias (***)	Realização - Contratada		n.d	n.d	n.d	14	15			15
		Realização - Executada					2	2			2
		Metas								30	
Inclusão Social	41- Nº de projectos dirigidos aos jovens e às minorias, que visam promover a oferta de serviços para a igualdade de oportunidades e a inclusão (***)	Realização - Contratada		29	40	53	111	131			131
		Realização - Executada					37	81			81
		Metas								60	

n.a. - Não aplicável ao INALENTEJO

n.d. - Não disponível

\* Metodologia de cálculo em consolidação

\*\* indicador para o qual se propõe não se definir uma meta

\*\*\* indicador evidencia alteração do valor de anos anteriores

Anexo X – Operações Aprovadas por Eixo Prioritário até 31-12-12



Anexo X - Operações aprovadas por Eixo Prioritário até 31.12.12 (valores acumulados)



PROGRAMA: PO ALENTEJO - 2007PT161PO004

unid: euros

Designação do Eixo Prioritário	Candidatura / Operação					Identificação do Beneficiário			Montantes Aprovados			
	Código	Designação	Tipo	Estado	Localização (NUTII/NUTIII)	Tipologia	NIF	Designação	Investimento/ Custo Total Elegível	Despesa Pública	Fundo Comunitário	Montante Fundo de tipologia FSE
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
<b>EP 1 - Competitividade, Inovação e Conhecimento</b>									<b>447.855.831</b>	<b>301.520.609</b>	<b>284.150.298</b>	<b>684.618</b>
	ALENT-07-0201-FEDER-000087	IMPLEMENTAÇÃO E CERTIFICAÇÃO DE SGQ E INTERNACIONALIZAÇÃO	4	9	185	204	501914935	ANTÓNIO FILIPE NETO, LDA	114.795	51.645	51.645	0
	ALENT-07-0201-FEDER-000114	WWW.FILMINPORTUGAL.COM	4	9	184	205	507431146	BLACK MARIA PRODUÇÃO AUDIOVISUAL, LDA	175.150	78.818	78.818	0
	ALENT-07-0201-FEDER-000188	CONCEPÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DE SOFTWARE	4	9	183	205	506533590	EKAL - EXPLORAÇÃO DE KARTODROMOS, LDA	68.514	30.931	30.931	0
	ALENT-07-0201-FEDER-000197	PROJECTO DE QUALIFICAÇÃO DA FRIGORÍFICOS BRIGIDO	4	9	185	205	502119586	FRIGORÍFICOS BRIGIDO, LDA	136.460	61.199	61.199	0
	ALENT-07-0201-FEDER-000478	REFORÇO DE COMPETÊNCIAS DISTINTIVAS	4	9	183	205	507685997	FABRIRÉS - PRODUTOS QUÍMICOS, LDA	393.258	176.966	176.966	0
	ALENT-07-0201-FEDER-000727	criação de portal para gestão de rede de escritórios associados e relacionamento com o cliente	4	4	184	205	504507150	PONTO ÓPTIMO CONSULTORES, LDA	213.520	96.084	96.084	0
	ALENT-07-0201-FEDER-000787	EXCELÊNCIA - CERTIFICAÇÃO DO SISTEMA DA QUALIDADE, ACREDITAÇÃO PARA FORMAÇÃO INTERNACIONALIZAÇÃO E M	4	9	183	205	505360853	FRONTWAVE, ENGENHARIA E CONSULTADORIA, SA	58.950	26.329	26.329	0
	ALENT-07-0201-FEDER-003780	TTERRA	4	4	183	205	502676418	TTERRA - ENGENHARIA E AMBIENTE, LDA	50.033	22.515	22.515	0
	ALENT-07-0201-FEDER-003792	BLACK MARIA DIGITAL	4	4	184	205	507431146	BLACK MARIA PRODUÇÃO AUDIOVISUAL, LDA	178.000	80.100	80.100	0
	ALENT-07-0201-FEDER-003833	EXPANSÃO E INTERNACIONALIZAÇÃO TINCOMIL	4	4	182	205	502407832	TINCOMIL - SOC. TINTAS E COLAS MIGUEL ANGELO, LDA	208.950	94.028	94.028	0
	ALENT-07-0201-FEDER-003918	PROJECTO DE INTERNACIONALIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ESTRUTURAL	4	4	181	204	503979252	TERRAVAL - AVALIAÇÃO E CONSULTADORIA IMOBILIARIA, LDA	272.219	122.498	122.498	0
	ALENT-07-0201-FEDER-003973	INCREMENTO DA COMPETITIVIDADE DA EMPRESA PELA APOSTA EM FACTORES DINÁMICOS DE COMPETITIVIDADE	4	4	185	205	507812082	OUPLAN - FABRICAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE MÁQUINAS UNIPESSOAL, LDA	89.953	40.479	40.479	0
	ALENT-07-0201-FEDER-004156	CONSOLIDAÇÃO DA ESTRUTURA E POTENCIAÇÃO COMERCIAL DO ACTUAL PORTFOLIO	4	4	182	205	507880331	ILUSTRATOWN - INFORMAÇÃO TECNOLÓGICA, LDA	142.914	64.311	64.311	0
	ALENT-07-0201-FEDER-004210	PROJECTO DE INTERNACIONALIZAÇÃO DA AMEIRA MARINA	4	9	183	204	506435180	NAUTIALQUEVA - SERVIÇOS NÁUTICOS, LDA	123.237	55.457	55.457	0
	ALENT-07-0201-FEDER-004417	PROJECTO DE INTERNACIONALIZAÇÃO ASSENTE NA ECO E EFICIÊNCIA ENERGÉTICA, NAS TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E RESPONSABILIDADE SOCIAL	4	4	185	205	502455489	BASRIO METALONECÂNICA E EQUIPAMENTOS RODOVIÁRIOS, SA	350.937	157.921	157.921	0
	ALENT-07-0201-FEDER-005798	PORTUGAL SEEDS	4	4	185	205	506790975	MARKTREE - CONSULTADORIA DE MARKETING, LDA	428.950	193.028	193.028	0
	ALENT-07-0201-FEDER-005873	IMAGENS 3D DE PORTUGAL NO MUNDO	4	4	181	204	503819786	PURA IMAGEM - PUBLICIDADE, DESIGN E ARQUITECTURA, LDA	357.050	160.673	160.673	0
	ALENT-07-0201-FEDER-005897	CRESCIMENTO, INTERNACIONALIZAÇÃO E OPERACIONALIZAÇÃO DE TRABALHO COLABORATIVO NA INTERNET	4	4	183	205	505001446	KENNISTRANSLATIONS, LDA	157.466	70.860	70.860	0
	ALENT-07-0201-FEDER-005974	PROJECTO PARA AUMENTAR A CAPACIDADE DE DESENVOLVIMENTO E ADAPTAÇÃO DE PRODUTOS (TÉCNICA E FUNCIONALMENTE), DESENVOLVER E CRIAR NOVOS SERVIÇOS ASSOCIADOS PARA TORNAR A OFERTA MAIS COMPETITIVA E AUMENTA	4	4	183	205	502466553	BASEMED - CONSULTORES, LDA	56.557	25.451	25.451	0
	ALENT-07-0201-FEDER-006093	INTERNACIONALIZAÇÃO E REORGANIZAÇÃO EMPRESARIAL EM TORNO DE FACTORES DE COMPETITIVIDADE	4	4	183	204	503173061	EUROSOLUZ - CARROÇARIAS E BASCULANTES, LDA	498.912	224.510	224.510	0
	ALENT-07-0201-FEDER-006306	REFORÇO DE INFRA-ESTRUTURA DE TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO	4	4	184	205	506193470	SUGO DESIGN , LDA	20.000	15.000	15.000	0
	ALENT-07-0201-FEDER-011651	LUIS NEVES- QUALIDADE	4	4	184	204	502463694	LUIS NEVES - ESTRUTURAS METÁLICAS, LDA	13.580	10.185	10.185	0
	ALENT-07-0201-FEDER-012161	SEGURPLACE - SISTEMA INTELIGENTE PARA TELEASSISTÊNCIA	4	4	182	205	508660513	MODIPLACE, LDA	156.929	70.618	70.618	0
	ALENT-07-0201-FEDER-012189	INVESTIMENTO EM ÁREAS CHAVE DA EMPRESA	4	4	183	205	504034227	ECOBranco - REABILITAÇÃO E RESTAURO, LDA	258.176	118.629	118.629	5.600
	ALENT-07-0201-FEDER-012678	FOCUS GROUP INTERNACIONAL: OBJECTIVO INTERNACIONALIZAÇÃO	4	4	183	204	509232655	FOCUS GROUP INTERNACIONAL, LDA	410.961	184.932	184.932	0
	ALENT-07-0201-FEDER-012847	MODERNIZAÇÃO E INTERNACIONALIZAÇÃO DA WORLD SKILLS, LDA	4	4	181	205	508957290	WORLD SKILLS -, LDA	315.727	142.077	142.077	0
	ALENT-07-0201-FEDER-012866	MODERNIZAÇÃO E INTERNALIZAÇÃO DA SUCCESS PEOPLE	4	4	181	205	508956803	SUCCESS PEOPLE -, LDA	333.507	158.173	158.173	18.504
	ALENT-07-0201-FEDER-016123	WIN TO WIN	4	9	182	205	508071690	WINRESOURCES, LDA	135.855	61.135	61.135	0
	ALENT-07-0201-FEDER-016124	PERFORMANCE INTERNACIONAL	4	4	182	205	509176232	WINPERFORMANCE, LDA	285.488	128.469	128.469	0
	ALENT-07-0201-FEDER-016263	IEGI - INTERNATIONAL EXPENDITURE GAMEINVEST	4	4	182	205	507691563	GAMEINVEST - INVESTIMENTO E GESTÃO DE MEDIA INTERACTIVOS, SA	115.568	52.005	52.005	0
	ALENT-07-0201-FEDER-016303	LANÇAMENTO E INTERNACIONALIZAÇÃO DA SPIRITINK	4	4	184	205	509470483	SPIRITINK - SERVIÇOS PARTILHADOS, UNIPESSOAL, LDA	289.158	141.963	141.963	27.067
	ALENT-07-0201-FEDER-016478	INTERNACIONALIZAÇÃO DO FRANCHISING MY CENTER	4	4	183	205	509467300	MAXPLENTY, LDA	580.908	261.409	261.409	0
	ALENT-07-0201-FEDER-016480	PROJECTO DE SUSTENTABILIDADE INTERNACIONAL DA AMEIRA MARINA	4	4	183	204	506435180	NAUTIALQUEVA - SERVIÇOS NÁUTICOS, LDA	83.600	37.620	37.620	0
	ALENT-07-0201-FEDER-016566	INTERNACIONALIZAÇÃO DA NAD DESIGN SOLUTIONS	4	4	183	204	508249066	NUBO ABREU DESIGNERS, LDA	116.975	52.639	52.639	0

Anexo X - Operações aprovadas por Eixo Prioritário até 31.12.12 (valores acumulados)



PROGRAMA: PO ALENTEJO - 2007PT161PO004

unid: euros

Designação do Eixo Prioritário	Candidatura / Operação					Identificação do Beneficiário			Montantes Aprovados			
	Código	Designação	Tipo	Estado	Localização (NUTII/NUTIII)	Tipologia	NIF	Designação	Investimento/ Custo Total Elegível	Despesa Pública	Fundo Comunitário	Montante Fundo de tipologia FSE
	ALENT-07-0201-FEDER-016591	CAPACITAÇÃO E INTERNACIONALIZAÇÃO E.VALUE	4	4	181	204	506954412	E-VALUE- ESTUDOS E PROJECTOS DE AMBIENTE E ECONOMIA, SA	261.907	118.858	118.858	2.286
	ALENT-07-0201-FEDER-016680	GALSI - GALTRAILER, SUSTENTABILIDADE INTERNACIONAL	4	4	185	204	507636570	GALTRAILER - INDÚSTRIA E COMÉRCIO, LDA	285.524	128.486	128.486	0
	ALENT-07-0201-FEDER-017469	EXPANSÃO EMPRESARIAL DA EASY PEOPLE POR VIA DE INTERNACIONALIZAÇÃO	4	4	183	205	508420920	EASY PEOPLE - UNIPESSOAL, LDA	372.450	167.603	167.603	0
	ALENT-07-0201-FEDER-017510	PROJECTO DE INTERNACIONALIZAÇÃO - SOLUÇÕES A MEDIDA	4	4	181	205	504087762	MIKE C8 - SERVIÇOS E PROJECTOS INFORMATICOS, LDA	172.650	77.693	77.693	0
	ALENT-07-0201-FEDER-017691	DESENVOLVIMENTO E IMPLEMENTAÇÃO DE ESTRATÉGIAS DE MARKETING E COMERCIALIZAÇÃO COM VISTA À PROMOÇÃO DA EMPRESA NOS MERCADOS EXTERNO	4	4	181	204	508565243	EMIATOMO - PROJECTOS E MANUTENÇÃO INDUSTRIAL, LDA	170.299	86.649	86.649	4.000
	ALENT-07-0201-FEDER-018201	PRODUÇÃO DE NOVOS PRODUTOS E INTERNACIONALIZAÇOP DA EMPRESA	4	4	181	205	509692036	CLIMBHEAT, LDA	303.837	136.726	136.726	0
	ALENT-07-0201-FEDER-018235	PRODUÇÃO DE BIOGAS A PARTIR DE RESÍDUOS DA MANUTENÇÃO DE RELVA E PLANTAS AQUÁTICAS INVASORAS EM BIODIGESTORES COM DIAMETRO VARIÁVEL	4	4	184	205	509107060	ANCOSYST, LDA	282.082	126.937	126.937	0
	ALENT-07-0201-FEDER-018398	CONSOLIDAÇÃO DA ESTRATEGIA DE INTERNACIONALIZAÇÃO	4	4	182	204	508607299	ET-SOR, LDA	147.992	66.596	66.596	0
	ALENT-07-0201-FEDER-018406	PROJECTO DE INTERNACIONALIZAÇÃO DA EMPRESA	4	4	183	205	505571986	ELE - EMPRESA LUSITANA DE ENGARRAFAMENTOS, LDA	93.222	41.950	41.950	0
	ALENT-07-0201-FEDER-018800	QUALI FINI	4	4	185	205	503831859	FINIPRAGA - SOC. DE DESINFESTAÇÃO, LDA	14.550	10.913	10.913	0
	ALENT-07-0201-FEDER-018843	HPQUALIDADE	4	4	185	205	503935964	HPQ - PROJECTOS E SERVIÇOS, LDA	7.900	5.925	5.925	0
	ALENT-07-0201-FEDER-018866	A MINHA CASA ONLINE	4	4	185	205	506487199	SEGURANT, COMERCIO DE EQUIPAMENTOS ELECTRONICOS E DE SEGURANÇA, LDA	33.300	24.975	24.975	0
	ALENT-07-0201-FEDER-021679	CROUDCARE INTERNATIONAL	4	4	183	204	509840876	CROUDCARE, SA	424.248	212.124	212.124	0
	ALENT-07-0201-FEDER-021719	DESENVOLVIMENTO DE PRODUTO E SISTEMAS EMPRESARIAIS, EXPANSÃO INTERNACIONAL	4	4	185	205	507411528	HIDROSWM - SISTEMAS PARA TRATAMENTO DE AGUAS, LDA	126.710	57.020	57.020	0
	ALENT-07-0201-FEDER-021852	REFORÇO DAS COMPETÊNCIAS AO NIVEL DA INTERNACIONALIZAÇÃO PARA CONSOLIDAÇÃO DA SUA PRESENÇA ACTIVA NO MERCADO GLOBAL	4	4	185	204	501129626	AMITRONICA - INDUSTRIA ELECTRONICA AMIENSE, LDA	162.499	81.249	81.249	0
	ALENT-07-0201-FEDER-022016	IMPLEMENTAÇÃO DA ESTRATEGIA DE INTERNACIONALIZAÇÃO PARA 2012 / 2014	4	4	183	205	503771163	RUSTITUR, LDA	273.550	123.098	123.098	0
	ALENT-07-0201-FEDER-022037	DINAMIZAÇÃO DE SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS DE ENERGIA EM PAÍSES EM VIAS DE DESENVOLVIMENTO	4	4	185	205	509830331	WORLDWIDE ENERGY SOLUTIONS, LDA	306.918	155.286	155.286	4.872
	ALENT-07-0201-FEDER-023552	IMPLEMENTAÇÃO DE UM JOGO PARA DISPOSITIVOS MOVEIS	4	4	183	205	509984231	CODESPOON, LDA	33.000	24.750	24.750	0
	ALENT-07-0201-FEDER-024082	ESTRATÉGIA DE BILLING	4	4	183	205	509739490	INDUCTIVA, KNOWLEDGE TECHNOLOGIES, LDA	33.330	24.998	24.998	0
	ALENT-07-0201-FEDER-024466	CONSULTORIA EM SISTEMA DE GESTÃO DE ACORDO COM AS NORMAS NP EN ISO/IEC 17025:2005 E NP EN ISO 9001:2008	4	4	183	205	508921945	LGR SOC. UNIPESSOAL, LDA	18.281	13.711	13.711	0
	ALENT-07-0201-FEDER-024511	DESENVOLVIMENTO DE PLATAFORMA PARA A GESTÃO DINÂMICA DE ENERGIA NA INDÚSTRIA	4	4	185	205	509599362	VIVAPOWER - CONSULTING, LDA	35.000	25.000	25.000	0
	ALENT-07-0201-FEDER-024512	criação de área 'ESCO' NA VIVAPOWER-SISTEMAS	4	4	185	205	509717683	VIVAPOWER - SISTEMAS, LDA	33.000	24.750	24.750	0
	ALENT-07-0201-FEDER-024588	INTERNACIONALIZAÇÃO DIGITAL	4	4	185	205	509962246	IPP - SERVIÇOS INTERNACIONAIS, SA	441.527	234.927	234.927	0
	ALENT-07-0201-FEDER-025022	BIOCÓMPÓSITO EXCIPIENTE	4	4	183	205	509923275	PHARMA73, SA	48.394	20.000	20.000	0
	ALENT-07-0201-FEDER-025025	WIN TO WIN - CONSOLIDAR E INOVAR	4	4	182	205	508071690	WINRESOURCES, LDA	218.400	98.280	98.280	0
	ALENT-07-0201-FEDER-025034	COMPONENTES PARA PLANTAS DE BIOGAS	4	4	184	205	509107060	ANCOSYST, LDA	43.700	19.665	19.665	0
	ALENT-07-0201-FEDER-025221	CAPACITAÇÃO DA EMPRESA, ATRAVÉS DA APOSTA EM INVESTIMENTOS EM FATORES DINÂMICOS DE COMPETITIVIDADE, COM VISTA A ASSEGURAR GANHOS MAIS RÁPIDOS NO MERCADO EXTERNO.	4	4	185	204	509607764	GTA SOLUTION, LDA	114.954	55.355	55.355	0
	ALENT-07-0201-FEDER-025406	PROJECTO DE INTERNACIONALIZAÇÃO	4	4	182	205	502407832	TINCOMIL - SOC. TINTAS E COLAS MIGUEL ANGELO, LDA	130.961	64.090	64.090	0
	ALENT-07-0201-FEDER-025685	PLANO ESTRATÉGICO DE VALORIZAÇÃO, CRESCIMENTO E INTERNACIONALIZAÇÃO	4	4	183	205	510175996	TCLAB - TECNOLOGIAS CELULARES PARA APLICAÇÃO MEDICA, UNIPESSOAL, LDA	169.335	85.876	85.876	0
	ALENT-07-0201-FEDER-025788	FORMAÇÃO AUDIOVISUAL	4	4	184	205	509157548	SPLITSREEN AUDIOVISUAIS, LDA	191.250	113.693	113.693	0
	ALENT-07-0201-FEDER-025858	INTERNACIONALIZAÇÃO DA ETAILORS	4	4	183	205	509476422	LS - PRODUTOS MULTIMEDIA, LDA	100.108	45.048	45.048	0
	ALENT-07-0201-FEDER-025959	MYGON	4	4	184	205	510005420	MYGON - SERVIÇOS DE COMÉRCIO ELECTRONICO, LDA	449.844	202.430	202.430	0
	ALENT-07-0201-FEDER-025974	CRIMINAL INVESTIGATION SOLUCIONS INTERNATIONAL	4	4	183	205	510243401	NOZOMI - CRIMINAL INVESTIGATION SOLUTIONS, LDA	242.219	132.158	132.158	0
	ALENT-07-0201-FEDER-026022	PROMOÇÃO DA COMPETITIVIDADE DA EMPRESA POR VIA DA APOSTA EM INVESTIMENTOS EM FATORES DINÂMICOS DE COMPETITIVIDADE COM VISTA A UMA MAIOR ISERCCÃO NO MERCADO EXTERNO	4	4	185	205	507812085	OUPLAN - FABRICAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE MÁQUINAS UNIPESSOAL, LDA	118.030	76.184	76.184	0
	ALENT-07-0201-FEDER-026161	TRAINERGY	4	4	181	205	510242391	TRAINERGY, UNIPESSOAL LIMITADA	309.778	161.685	161.685	0

Anexo X - Operações aprovadas por Eixo Prioritário até 31.12.12 (valores acumulados)



PROGRAMA: PO ALENTEJO - 2007PT161PO004

unid: euros

Designação do Eixo Prioritário	Candidatura / Operação					Identificação do Beneficiário			Montantes Aprovados			
	Código	Designação	Tipo	Estado	Localização (NUTII/NUTIII)	Tipologia	NIF	Designação	Investimento/ Custo Total Elegível	Despesa Pública	Fundo Comunitário	Montante Fundo de tipologia FSE
	ALENT-07-0201-FEDER-026219	PLANO DE INTERNACIONALIZAÇÃO DE SISTEMAS INTEGRADOS DE ENGENHARIA INDUSTRIAL	4	4	183	204	504281062 BERLAM - SISTEMAS E CONSULTADORIA INDUSTRIAIS, LDA		168.853	83.049	83.049	0
	ALENT-07-0201-FEDER-026226	PROJECTO DE INTERNACIONALIZAÇÃO - GET2C	4	4	182	205	510055540 GET2C, LDA		219.637	104.721	104.721	13.450
	ALENT-07-0201-FEDER-026231	ABORDAGEM DE NOVOS MERCADOS ESTRATÉGICOS PARA A EXPORTAÇÃO DO SERVIÇO LAW FOR ALL	4	4	183	205	509728227 PORTELA, SUTCLIFFE 6 SANTOS VICENTE, LDA		116.545	52.445	52.445	0
	ALENT-07-0201-FEDER-026257	DELTAEC EXPORT	4	4	182	205	503906093 DELTAEC - TECNOLOGIA DE SISTEMAS, LDA		366.310	221.851	221.851	2.048
	ALENT-07-0201-FEDER-026461	ROTA DAS ARTES	4	4	184	205	509508782 ROTA DAS ARTES, LDA		127.100	59.115	59.115	0
	ALENT-07-0401-FEDER-000161	AGRUPAR E INTERNACIONALIZAR PRODUTOS DE QUINTA DE EXCELÊNCIA	4	9	182	205	508423759 RG - HERDADES DO MONTE NOVO E CONQUEIRO - PRODUTAS DE QUINTA, VINHOS E AZEITES DO ALENTEJO ACE		155.660	70.047	70.047	0
	ALENT-07-0401-FEDER-000186	PLANO ESTRATÉGICO DE COMERCIALIZAÇÃO, MARKETING E INTERNACIONALIZAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO E CERTIFICAÇÃO DE SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DA QUALIDADE E SEGURANÇA ALIMENTAR	4	4		204	503842869 SOC. AGRÍCOLA JOÃO TEODÓSIO MATOS BARBOSA FILHOS, LDA		54.270	24.422	24.422	0
	ALENT-07-0401-FEDER-000349	INTERNACIONALIZAÇÃO, QUALIFICAÇÃO E CERTIFICAÇÃO DE QUALIDADE	4	4	185	204	501927069 RIBATEL, EQUIPAMENTOS DE TELECOMUNICAÇÕES, LDA		179.434	80.746	80.746	0
	ALENT-07-0401-FEDER-000396	IMPLEMENTAÇÃO DE UM SISTEMA DE CONSOLIDAÇÃO E DE RESEVAS ONLINE NA INDUSTRIA DO TURISMO PARA AGENTES E OPERADORES/AVIAÇÃO	4	9	185	205	508448913 BOOK SOFT - UNIPessoal, LDA		193.009	86.854	86.854	0
	ALENT-07-0401-FEDER-000403	NUNES SEQUEIRA: MAIS COMPETITIVIDADE NO SEGMENTO ALIMENTAR	4	9	182	204	500115940 NUNES SEQUEIRA, SA		166.013	74.706	74.706	0
	ALENT-07-0401-FEDER-000513	INTERNACIONALIZAÇÃO DA EMPRESA NOS MERCADOS EMERGENTES (CHINA,BRASIL,RÚSSIA E ANGOLA), E CONSOLIDAÇÃO E REFORÇO DA PRESENÇA NO MERCADO EUROPEU	4	9	185	204	503332496 FIUZA BRIGHT - SOC. VITIVINICOLA, LDA		115.598	52.019	52.019	0
	ALENT-07-0401-FEDER-000521	DESENVOLVIMENTO DA ESTRATÉGIA DE INTERNACIONALIZAÇÃO DE VINHOS PORTUGUESES / REGIÃO ALENTEJO	4	9	183	205	507012160 ENFORUM - COMÉRCIO E EXPORTAÇÃO DE VINHOS, SA		210.664	94.799	94.799	0
	ALENT-07-0401-FEDER-000851	DINAMIZAÇÃO DA HELENA LAVORES NUMA PERSPECTIVA INTERNACIONAL	4	9	182	205	503811262 HELENA LAVORES - DECORAÇÃO E ARTESANATO, LDA		25.967	11.685	11.685	0
	ALENT-07-0401-FEDER-000876	ALENTEJOTOURS	4	9	184	205	507437560 ESCAPA-TE COMIGO - VIAGENS E TURISMO, LDA		95.245	42.860	42.860	0
	ALENT-07-0401-FEDER-002055	INTERNACIONALIZAÇÃO DA MARCA TELA BAGS	4	9	185	205	506854779 BIDINÂMICA-REPRESENTAÇÕES E CONSULTORIA DE GESTÃO, LDA		90.369	40.666	40.666	0
	ALENT-07-0401-FEDER-002122	QUALIFICAÇÃO EMPRESARIAL E INTERNACIONALIZAÇÃO DOS VINHOS ALTAS QUINTAS , IMPLEMENTAÇÃO DE MELHORES PRÁTICAS DE GESTÃO DA QUALIDADE ALIMENTAR	4	4	182	204	506764770 ALTAS QUINTAS - EXPLORAÇÃO AGRÍCOLA E VINICOLA, LDA		172.178	77.480	77.480	0
	ALENT-07-0401-FEDER-002265	HERDADE DO TOURIL DE BAIXO	4	9	181	205	504031244 TOURIL - AGROTURISMO, LDA		65.663	29.548	29.548	0
	ALENT-07-0401-FEDER-002275	PROJECTO DE CRESCIMENTO DA ALANDROMAR	4	4	183	204	501161228 ALANDROMAR - TRANSFORMAÇÃO DE MÁRMORES, LDA		112.345	50.555	50.555	0
	ALENT-07-0401-FEDER-003755	INTERNACIONALIZAÇÃO DA BOOK SOFT PARA ESPANHA	4	9	185	205	508448913 BOOK SOFT - UNIPessoal, LDA		172.873	77.793	77.793	0
	ALENT-07-0401-FEDER-003791	SOLUÇÕES DE CORTIÇA	4	4	184	205	506420108 FIGUEIRAS DOS SANTOS, HERDEIROS DE JOÃO JOSÉ FIGUEIRAS DOS SANTOS, LDA		295.275	132.874	132.874	0
	ALENT-07-0401-FEDER-003807	INTERNACIONALIZAÇÃO DE VINHOS E AZEITES ORGÂNICOS E VERDES	4	9	184	204	500253099 SOC. AGRÍCOLA HERDADE DOS LAGOS, LDA		359.511	161.780	161.780	0
	ALENT-07-0401-FEDER-003835	ENQUADRAMENTO TÉCNICO E AMBIENTAL DA EXPLORAÇÃO DE AREIA	4	4	181	205	506471276 MUDAREIAS - EXTRACÇÃO E LAVAGEM DE INERTES UNIPessoal, LDA		40.000	25.000	25.000	0
	ALENT-07-0401-FEDER-003906	CONSOLIDAR A ESTRATÉGIA DE INTERNACIONALIZAÇÃO DOS VINHOS E AZEITES DA HERDADE DA CALADA	4	9	183	204	504450115 BCH - COMERCIO DE VINHOS SA		296.823	133.570	133.570	0
	ALENT-07-0401-FEDER-003908	VINHOS COM CORPO E ALMA	4	4	183	204	504471554 SERRANO MIRA, SOC. VINICOLA SA		205.960	92.682	92.682	0
	ALENT-07-0401-FEDER-003928	CASA DO TERREIRO DO POÇO	4	4	183	205	500758220 SOC. AGRO-TURISTICA DA VINHA DO CAMPO, LDA		49.623	22.330	22.330	0
	ALENT-07-0401-FEDER-003936	VALE DO GAIO COM ENERGIA VERDE	4	9	181	205	508426359 VALE DO GAIO - ACTIVIDADES HOTELEIRAS, LDA		98.174	44.178	44.178	0
	ALENT-07-0401-FEDER-004049	FIRSTSIGHT	4	4	183	205	507379390 VISTA DESTINATION MANAGEMENT COMPANY, LDA		219.973	98.990	98.990	0
	ALENT-07-0401-FEDER-004083	HIS - AUMENTO DA COMPETITIVIDADE, CERTIFICAÇÃO E INTERNACIONALIZAÇÃO	4	9	185	205	502710381 HUBEL IRRIGATION SYSTEMS S.A		169.553	76.299	76.299	0
	ALENT-07-0401-FEDER-004111	CARACTERIZAÇÃO GEOMORFOLÓGICA DE PORMENOR	4	4	183	205	501232117 PLACIDO JOSÉ SIMÕES, SA		16.000	12.000	12.000	0
	ALENT-07-0401-FEDER-004322	WINE BRAND	4	4	185	204	500895473 JOÃO T. BARBOSA - VINHOS, LDA		595.510	250.000	250.000	0
	ALENT-07-0401-FEDER-004498	DAVICOL - MARCAÇÃO CE	4	4	185	205	503030457 DAVICOL - FABRICO E MONTAGEM DE CAIXILHARIA, LDA		5.100	3.825	3.825	0
	ALENT-07-0401-FEDER-004512	ACOMPANHAMENTO E PLANIFICAÇÃO TÉCNICA DE EXPLORAÇÃO DE GRANITO	4	4	183	205	504040170 VIMGRANITOS - EXTRACÇÃO E TRANSFORMAÇÃO DE GRANITOS, LDA		26.480	19.860	19.860	0
	ALENT-07-0401-FEDER-004547	GESTÃO AMBIENTAL - MELHORIA DE EFICIÊNCIAS	4	4	185	204	502430001 SOC. PANIFICADORA COSTA FERREIRA, LDA		12.069	9.052	9.052	0
	ALENT-07-0401-FEDER-004564	ESTUDO GEO-ECONÓMICO E AMBIENTAL	4	9	183	204	503625426 ROSAPOR ALENTEJO - COMÉRCIO E INDUSTRIA DE MÁRMORES ALENTEJANOS, LDA		28.667	21.500	21.500	0
	ALENT-07-0401-FEDER-004603	PLANIFICAÇÃO TÉCNICA DA EXPLORAÇÃO	4	4	185	205	102127239 FRANCISCO DO ROSÁRIO FRAZÃO		33.500	25.000	25.000	0

Anexo X - Operações aprovadas por Eixo Prioritário até 31.12.12 (valores acumulados)

PROGRAMA: PO ALENTEJO - 2007PT161PO004

unid: euros

Designação do Eixo Prioritário	Candidatura / Operação					Identificação do Beneficiário			Montantes Aprovados			
	Código	Designação	Tipo	Estado	Localização (NUTII/NUTIII)	Tipologia	NIF	Designação	Investimento/ Custo Total Elegível	Despesa Pública	Fundo Comunitário	Montante Fundo de tipologia FSE
	ALENT-07-0401-FEDER-004604	IMPLEMENTAÇÃO DO SISTEMA DE GESTÃO DA QUALIDADE SEGUNDO A NP EN ISO 9001:2008	4	9	185	204	503310867 FRAZÃO - ROCHAS, SA		34.000	25.000	25.000	0
	ALENT-07-0401-FEDER-004624	APLICAÇÃO DA ABORDAGEM POR PROCESSOS AO SISTEMA DE CONTROLO DA PRODUÇÃO	4	4	185	204	500855021 PARAPEDRA - SOC. TRANSFORMADORA DE PEDRAS, SA		15.000	11.250	11.250	0
	ALENT-07-0401-FEDER-004645	IMPLEMENTAÇÃO E INTEGRAÇÃO DE MELHORES TÉCNICAS DISPONÍVEIS (MTDS) NA GESTÃO AMBIENTAL	4	4	185	204	500659400 M. A. LOPES D' AVÓ, LDA		10.000	7.500	7.500	0
	ALENT-07-0401-FEDER-004648	IMPLEMENTAÇÃO DE SISTEMA DE GESTÃO SISTEMA DE GESTÃO AMBIENTAL	4	4	182	204	506254631 CORTICEIRA AJT, LDA		15.000	11.250	11.250	0
	ALENT-07-0401-FEDER-004687	BRÍGIDA QUAL	4	4	185	205	505175800 BRIGIPEDRA - SOC. UNIPESSOAL, LDA		24.750	18.563	18.563	0
	ALENT-07-0401-FEDER-004728	IMPLEMENTAÇÃO DE SISTEMAS DE QUALIDADE E DE CARACTERIZAÇÃO DE PRODUTOS	4	4	183	204	500941858 MARBOSSERRA - SERRAÇÃO COMERCIALIZAÇÃO MARMORES, LDA		22.188	16.641	16.641	0
	ALENT-07-0401-FEDER-004731	ESTUDO GEO-ECONÓMICO E AMBIENTAL DA EXPLORAÇÃO	4	4	183	204	501794239 J. MENDES NOBRE, LDA		20.966	15.725	15.725	0
	ALENT-07-0401-FEDER-004735	CRIBORQUAL	4	4	185	205	504206230 CRIBOR - EQUIPAMENTOS PARA A CONSTRUÇÃO, LDA		14.400	10.800	10.800	0
	ALENT-07-0401-FEDER-004786	IMPLEMENTAÇÃO DO SISTEMA DE QUALIDADE	4	4	183	205	501209700 MARMOROSE - SOC. EXPORTADORA DE MARMORES, LDA		12.500	9.375	9.375	0
	ALENT-07-0401-FEDER-005793	TIGAPELE - QUAL	4	4	182	205	504347632 TIGAPELE - SOC. DE CURTUMES, LDA		28.800	21.600	21.600	0
	ALENT-07-0401-FEDER-005835	DLB - QUAL	4	4	185	204	507206770 DLB TRANSPORTES, LDA		15.000	11.250	11.250	0
	ALENT-07-0401-FEDER-005854	EXPORT SABORES E HISTÓRIAS DE AZEITE	4	4	182	205	506243273 DITERRA - COMÉRCIO AGRO-INDUSTRIAL, LDA		48.027	22.925	22.925	3.000
	ALENT-07-0401-FEDER-005872	VINHOS COM ARTE E TRADIÇÃO	4	4	182	205	505330520 JULIAN CUELLAR REYNOLDS, LDA		313.750	141.188	141.188	0
	ALENT-07-0401-FEDER-005874	VINHOS DE COLOMBO	4	4	185	205	501767711 SOC. AGRÍCOLA VALE DE FORNOS SA		162.282	73.027	73.027	0
	ALENT-07-0401-FEDER-005893	INTERNACIONALIZAÇÃO DA EMPRESA NOS MERCADOS EMERGENTES; CONSOLIDAÇÃO E REFORÇO DA POSIÇÃO NO MERCADO EUROPEU	4	4	185	204	503332496 FIUZA BRIGHT - SOC. VITIVINÍCOLA, LDA		183.725	82.676	82.676	0
	ALENT-07-0401-FEDER-005976	PROJECTO BRATUN DE INTERNACIONALIZAÇÃO E QUALIFICAÇÃO	4	4	185	204	501353828 BRAS ANTUNES, LDA		352.214	164.451	164.451	13.610
	ALENT-07-0401-FEDER-005999	ESTUDO GEO-ECONÓMICO DE PEDREIRA DE MARMORES	4	4	183	205	503154458 NOVAMARMORES, MARMORES DO ALENTEJO, LDA		27.400	20.550	20.550	0
	ALENT-07-0401-FEDER-006008	SOLUÇÕES DE BIOENERGIA	4	4	181	204	506758524 SOBIOEN - SOLUÇÕES DE BIOENERGIA SA		378.975	170.539	170.539	0
	ALENT-07-0401-FEDER-006033	DESENVOLVIMENTO DA ESTRATÉGIA DE INTERNACIONALIZAÇÃO DE VINHOS PORTUGUESES / REGIÃO ALENTEJO	4	9	183	205	507012160 ENOFORUM - COMÉRCIO E EXPORTAÇÃO DE VINHOS, SA		111.586	45.417	45.417	0
	ALENT-07-0401-FEDER-006102	CONSOLIDAÇÃO E EXPANSÃO INTERNACIONAL	4	4	185	204	503378291 GEPACK - EMPRESA TRANSFORMADORA DE PLÁSTICOS, SA		270.565	121.754	121.754	0
	ALENT-07-0401-FEDER-006150	ENQUADRAMENTO INTEGRADO DE INDÚSTRIA TRANSFORMADORA DE MARMORES	4	4	183	204	502018178 MARMENOR-MARMORES DA NORA, LDA		27.750	20.813	20.813	0
	ALENT-07-0401-FEDER-006163	NOBRE DESENVOLVIMENTO	4	4	185	205	121113922 JOSÉ BRIGIDA PEREIRA NOBRE, SALSICHARIA E TALHO		6.414	4.811	4.811	0
	ALENT-07-0401-FEDER-006192	ENQUADRAMENTO INTEGRADO DA EXTRAÇÃO DE MARMORES	4	4	183	205	502215135 LOBO, GALEGO LOBO, LDA		33.000	24.750	24.750	0
	ALENT-07-0401-FEDER-006305	REFORÇO DA COMPETITIVIDADE ATRAVÉS DA IMPLEMENTAÇÃO DE NOVAS TECNOLOGIAS INFORMÁTICAS E DO SISTEMA DE GESTÃO DA QUALIDADE	4	4	185	204	504299590 ICEBLOCK - SOC. DE CONSTRUÇÕES, SA		75.725	34.076	34.076	0
	ALENT-07-0401-FEDER-006380	ENQUADRAMENTO INTEGRADO DA EXTRAÇÃO DE CALCÁRIO	4	4	185	205	506061590 FILSTONE, SA		35.000	25.000	25.000	0
	ALENT-07-0401-FEDER-006699	INTERNACIONALIZAÇÃO DA MONDY BEAUTE	4	4	185	205	507034511 MONDY BEAUTE, LDA		506.700	230.815	230.815	6.400
	ALENT-07-0401-FEDER-006758	INTERNACIONALIZAÇÃO DA RUIPEDRA	4	4	185	204	503319961 RUIPEDRA, LDA		226.913	103.861	103.861	4.000
	ALENT-07-0401-FEDER-008374	IMPLEMENTAÇÃO DO SISTEMA DE GESTÃO DA QUALIDADE	4	4	181	204	503689092 JMFF SERRALHARIA CIVIL DE SINES, LDA		6.740	5.055	5.055	0
	ALENT-07-0401-FEDER-008375	IMPLEMENTAÇÃO DO CÓDIGO INTERNACIONAL DAS PRÁTICAS ROLHEIRAS	4	4	183	205	508436001 A. L. CASTRO - CORK, UNIPESSOAL, LDA		20.000	15.000	15.000	0
	ALENT-07-0401-FEDER-011460	MATAMOUROS-QUAL	4	4	184	205	180102095 ISIDRO MATAMOUROS GASPAR		5.230	3.923	3.923	0
	ALENT-07-0401-FEDER-011461	HENRIQUAL	4	4	185	204	502699175 HENRICARNES - SALSICHARIA TRADICIONAL PORTUGUESA, COM. E INDÚSTRIA, LDA		8.054	6.040	6.040	0
	ALENT-07-0401-FEDER-011567	PLANOS COM QUALIDADE	4	4	185	205	508227801 PLANOS COM PINTA UNIPESSOAL, LDA		8.680	6.510	6.510	0
	ALENT-07-0401-FEDER-011577	AFNEVES - EFICIÊNCIA	4	4	185	204	504485237 ANTÓNIO FERNANDO NEVES - ELECTRICIDADE, ESTUDOS E PROJECTOS, LDA		11.210	8.408	8.408	0
	ALENT-07-0401-FEDER-011607	ESTUDO GEO-ECONÓMICO DA PEDREIRA	4	4	183	205	501870350 BALHICO FILHOS, LDA		32.800	24.600	24.600	0
	ALENT-07-0401-FEDER-011611	ESTUDO GEO-ECONÓMICO DA PEDREIRA DE MÁRMORE	4	4	183	204	502015900 FLORIVAL ROCHA-MARMORES, LDA		12.300	9.225	9.225	0
	ALENT-07-0401-FEDER-011618	ENQUADRAMENTO AMBIENTAL DA EXPLORAÇÃO	4	4	185	205	153590637 JOSÉ MANUEL RIBEIRO RODRIGUES		22.300	16.725	16.725	0
	ALENT-07-0401-FEDER-011626	ENQUADRAMENTO INTEGRADO DA INDÚSTRIA TRANSFORMADORA	4	4	183	205	503481955 ROCHA FILHOS, LDA		7.000	5.250	5.250	0
	ALENT-07-0401-FEDER-011627	ENQUADRAMENTO INTEGRADO DA EXPLORAÇÃO	4	4	181	205	503236187 TRANSBRISUL - CENTRAIS DE BRITAGEM, LDA		32.600	24.450	24.450	0
	ALENT-07-0401-FEDER-011678	SERRALHARIA NOVA - QUALIDADE	4	4	185	204	501887334 SERRALHARIA NOVA, LDA		11.980	8.985	8.985	0
	ALENT-07-0401-FEDER-011728	PAO COM QUALIDADE	4	4	185	204	502430001 SOC. PANIFICADORA COSTA FERREIRA, LDA		23.860	17.895	17.895	0

Anexo X - Operações aprovadas por Eixo Prioritário até 31.12.12 (valores acumulados)

PROGRAMA: PO ALENTEJO - 2007PT161PO004

unid: euros

Designação do Eixo Prioritário	Candidatura / Operação					Identificação do Beneficiário			Montantes Aprovados			
	Código	Designação	Tipo	Estado	Localização (NUTII/NUTIII)	Tipologia	NIF	Designação	Investimento/ Custo Total Elegível	Despesa Pública	Fundo Comunitário	Montante Fundo de tipologia FSE
	ALENT-07-0401-FEDER-011758	DESENVOLVIMENTO DE TORRES DE MONITORIZAÇÃO EM MATERIAIS COMPOSITOS	4	4	185	204	504999338	SAMORTECNICA-ESTUDOS E PROJECTOS DE TELECOMUNICAÇÕES, LDA	33.000	24.750	24.750	0
	ALENT-07-0401-FEDER-011775	ESTUDO GEO-ECONÓMICO DA PEDREIRA	4	4	185	205	501319344	MOCAMAR-MARMORES DE ALCANEDE, LDA	11.000	8.250	8.250	0
	ALENT-07-0401-FEDER-011863	PORTUGUESE TOP WINES IN ASIA	4	4	183	205	508698391	TOPWINES, LDA	539.200	242.640	242.640	0
	ALENT-07-0401-FEDER-011914	VINHOS COM NOME	4	4	183	204	504351540	PAULO LAUREANO, VINUS, LDA	329.400	148.230	148.230	0
	ALENT-07-0401-FEDER-011991	CONSOLIDAÇÃO E INTERNACIONALIZAÇÃO DA GUZTO	4	4	185	205	508505224	GUZTO, LDA	170.849	84.480	84.480	17.367
	ALENT-07-0401-FEDER-012104	DREAM WINES	4	4	183	205	508108306	MIGUEL LOURO, LDA	123.500	55.575	55.575	0
	ALENT-07-0401-FEDER-012116	VINHOS COM TRADIÇÃO	4	4	183	204	507178491	QUINTA DA PLANSEL, SA	136.500	61.425	61.425	0
	ALENT-07-0401-FEDER-012156	FINUPE - GESTÃO PELA QUALIDADE TOTAL	4	4	185	204	502588551	FINUPE - ENGENHARIA E ACABAMENTOS, SA	236.646	120.805	120.805	32.720
	ALENT-07-0401-FEDER-012221	REFORÇO DA INTERNACIONALIZAÇÃO DA EMPRESA	4	4	182	204	506947769	TERRAS DE ALTER - COMPANHIA DE VINHOS, LDA	348.737	156.932	156.932	0
	ALENT-07-0401-FEDER-012295	DESENVOLVIMENTO DE ESTRATÉGIA DE INTERNACIONALIZAÇÃO COM ENTRADADA EM NOVOS MERCADOS E ORGANIZAÇÃO INTERNA	4	4	183	205	503490750	JPX, PRODUTOS DE HIGIENE E LIMPEZA, S.A	575.597	259.019	259.019	0
	ALENT-07-0401-FEDER-012316	INTERNACIONALIZAÇÃO DA TAPECARIA DE PORTALEGRE	4	4	182	204	500181462	MANUFACTURA DE TAPECARIAS DE PORTALEGRE, UNIPESSOAL, LDA	251.890	113.351	113.351	0
	ALENT-07-0401-FEDER-012333	VINHOS E AZEITES ALENTEJANOS DE EXCELENCIA	4	4	182	205	508423759	RG - HERDADAS DO MONTE NOVO E CONQUEIRO - PRODUTAS DE QUINTA, VINHOS E AZEITES DO ALENTEJO ACE	239.275	107.674	107.674	0
	ALENT-07-0401-FEDER-012481	TELA BAGS	4	4	185	205	506854779	BIDINAMICA-REPRESENTAÇÕES E CONSULTORIA DE GESTÃO, LDA	271.932	122.369	122.369	0
	ALENT-07-0401-FEDER-012521	TRANSPORTES FÁTIMA BRÍGIDA: COMPETITIVIDADE, EFICIÊNCIA E INTERNACIONALIZAÇÃO	4	4	185	204	506994333	TRANSPORTES FÁTIMA BRIGIDA, LDA	74.783	33.653	33.653	0
	ALENT-07-0401-FEDER-012718	PROJECTO DE INTERNACIONALIZAÇÃO DA ADEGA DAS MOURAS DE ARRAIOLOS	4	4	183	204	507176464	ADEGA DAS MOURAS DE ARRAIOLOS, LDA	472.615	212.677	212.677	0
	ALENT-07-0401-FEDER-012775	STYLE WINES	4	4	183	205	227168461	TIAGO MATEUS CABAÇO E CABAÇO	235.900	106.155	106.155	0
	ALENT-07-0401-FEDER-012918	INTERNACIONALIZAÇÃO DOS HOTÉIS M'AR DE AR MURALHAS E AQUEDUTO	4	4	183	204	502469420	SOC. HOTELEIRA DO AREZ, SA	228.292	114.146	114.146	0
	ALENT-07-0401-FEDER-016126	INTERNACIONALIZAÇÃO ESPECIALIZADA	4	4	185	204	504371827	TECNIPEC, SERVIÇOS PECUÁRIOS, LDA	196.209	88.294	88.294	0
	ALENT-07-0401-FEDER-016157	TRPIMBA RIJA INTERNACIONAL	4	4	185	204	509408460	TR7, SA	644.200	289.890	289.890	0
	ALENT-07-0401-FEDER-016169	VINHOS COM MODERNIDADE	4	4	182	205	508175003	ILEX VINHOS ENOLOGIA GASTRONOMIA E TURISMO, LDA	876.000	394.200	394.200	0
	ALENT-07-0401-FEDER-016172	HAND CRAFTED PORTUGUESE WINES	4	4	185	204	508465494	PINHAL DA TORRE VINHOS, SA	197.309	88.789	88.789	0
	ALENT-07-0401-FEDER-016178	MELHORIA DAS INFRA-ESTRUTURAS, DOS PROCESSOS ADMINISTRATIVOS E DE GESTÃO E EFICIÊNCIA ENERGÉTICA	4	9	181	205	502582588	MILFONTOM - ACTIVIDADES TURÍSTICAS, LDA	22.153	9.969	9.969	0
	ALENT-07-0401-FEDER-016182	EMABALAGENS INTERNACIONAIS	4	4	185	204	504605399	INDUMEL - INDUSTRIA PLASTICOS DUARTE MENDES, LDA	169.600	76.320	76.320	0
	ALENT-07-0401-FEDER-016253	VINHO DE AUTOR	4	4	183	204	505102048	GRANACER-ADMINISTRAÇÃO DE BENS, SA	132.450	59.603	59.603	0
	ALENT-07-0401-FEDER-016264	DLB - COMPETITIVIDADE, EFICIÊNCIA E ECONOMIA NO TRANSPORTE DE MERCADORIAS	4	4	185	204	507206770	DLB TRANSPORTES, LDA	299.894	134.952	134.952	0
	ALENT-07-0401-FEDER-016268	INVESTIMENTO EM ÁREAS CHAVE DA EMPRESA	4	4	183	205	509417779	TRUSTPLANET, LDA	899.256	400.000	400.000	0
	ALENT-07-0401-FEDER-016309	INTERNACIONALIZAÇÃO DA GLOBALCOOP	4	4	185	205	509129749	GLOBALCOOP - COOPERATIVA AGRICOLA TRANSNACIONAL, CRL	296.466	133.410	133.410	0
	ALENT-07-0401-FEDER-016397	EXPERIENCE THE TRUE ALENTEJO FEELING	4	4	184	204	506893332	HERDADE DO GIZO- GESTÃO DE EMPREENDIMIENTOS HOTELEIROS E AGRICOLAS, SA	292.850	131.783	131.783	0
	ALENT-07-0401-FEDER-016426	INTERNACIONALIZAÇÃO E CRIAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE NOVOS COBERTURAS PARA MERCADO INTERNACIONAL	4	4	185	205	507464532	EUROCOVER - F E C DE COBERTURAS TEXTEIS UNIPESSOAL, LDA	137.485	61.868	61.868	0
	ALENT-07-0401-FEDER-016581	INTERNACIONALIZAÇÃO DA OLIDAL	4	4	182	204	502261161	OLIDAL - OLIVICULTORES DO ALENTEJO, CRL	225.781	101.602	101.602	0
	ALENT-07-0401-FEDER-016611	INTERNACIONALIZAÇÃO DA PLATAFORMA INOVADORA DE PROMOÇÃO E VENDA DO DESTINO PORTUGAL	4	4	183	204	509457037	PORTUGALRES, LDA	910.405	400.000	400.000	0
	ALENT-07-0401-FEDER-016637	INTERNACIONALIZAÇÃO DA RUIPEDRA	4	4	185	204	503319961	RUIPEDRA, LDA	362.819	181.409	181.409	0
	ALENT-07-0401-FEDER-016854	POTENCIAÇÃO DA INTERNACIONALIZAÇÃO DO ALENTEJO	4	4		215	506829987	AGÊNCIA REGIONAL DE PROMOÇÃO TURISTICA DO ALENTEJO ? TURISMO DO ALENTEJO	598.673	318.152	318.152	0
	ALENT-07-0401-FEDER-017144	INSTALAÇÃO DE SIATEMA SOLAR TERMICO E DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA EM CABRITA NUNES, LDA	4	4	184	205	503910007	CABRITA NUNES, LDA	26.803	12.061	12.061	0
	ALENT-07-0401-FEDER-017147	INSTALAÇÃO DE SIATEMA SOLAR TERMICO E DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA EM RESTAURAÇÃO	4	4	181	205	163538166	MARIA DA LUZ DE JESUS CUNHA	16.420	7.389	7.389	0
	ALENT-07-0401-FEDER-017159	INSTALAÇÃO DE SIATEMA SOLAR TERMICO E DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA EM INDÚSTRIA DE CARNES	4	4	184	204	503802344	MIGUEL MIGUEL, LDA	39.497	17.774	17.774	0
	ALENT-07-0401-FEDER-017203	IMPLEMENTAÇÃO E CERTIFICAÇÃO DE UM SISTEMA 'SOLAR TÉRMICO'	4	9	182	205	501955739	ALÇAÇOVAS-PROJECTOS E CONSTRUÇÕES S.A	11.100	4.995	4.995	0
	ALENT-07-0401-FEDER-017208	PRODUÇÃO DE ENERGIA SOLAR PARA AS REDES DE ÁGUA SOCIAIS E DE COZIMENTO DE CORTIÇA NATURAL	4	4	182	204	508949246	ROBCORK - VALORIZAÇÃO DE PRODUTOS DE CORTIÇA, SA	176.188	79.285	79.285	0
	ALENT-07-0401-FEDER-017212	INSTALAÇÃO DE SISTEMA SOLAR TERMICO E DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA EM TURISMO RURAL	4	4	181	205	124512690	ALFREDO ROCHA MOREIRA DA SILVA	16.751	7.538	7.538	0

Anexo X - Operações aprovadas por Eixo Prioritário até 31.12.12 (valores acumulados)

PROGRAMA: PO ALENTEJO - 2007PT161PO004

unidade: euros

Designação do Eixo Prioritário	Candidatura / Operação					Identificação do Beneficiário			Montantes Aprovados			
	Código	Designação	Tipo	Estado	Localização (NUTII/NUTIII)	Tipologia	NIF	Designação	Investimento/ Custo Total Elegível	Despesa Pública	Fundo Comunitário	Montante Fundo de tipologia FSE
	ALENT-07-0401-FEDER-017373	MKARIN - INTERNACIONALIZAÇÃO	4	4	185	205	506183726	MKARIN INTERNATIONAL COMERCIO IMPORTAÇÃO EXPORTAÇÃO E TEXTEIS, LDA	716.791	322.556	322.556	0
	ALENT-07-0401-FEDER-017427	BIOCOSM - GENESIS INTERNACIONAL	4	4	183	205	508587123	UIO - DESENVOLVIMENTO E COMERCIALIZAÇÃO DE PRODUTOS ORGÂNICOS, LDA	449.889	202.450	202.450	0
	ALENT-07-0401-FEDER-017509	A COMUNICAÇÃO FÍSICA DAS MARCAS	4	4	182	205	508866952	BRANDLESS - TRADING SERVIÇOS, LDA	305.750	137.588	137.588	0
	ALENT-07-0401-FEDER-017511	AZEITES COM CLASSE	4	4	182	205	503604402	POLISTOCK - SOC. AGRO-PECUÁRIA TURÍSTICA E IMOBILIÁRIA SA	440.150	198.068	198.068	0
	ALENT-07-0401-FEDER-017623	DEFINIÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DA ESTRATÉGIA DE INTERNACIONALIZAÇÃO DA DFJ VINHOS	4	4	185	204	504352202	DFJ VINHOS, SA	350.360	157.662	157.662	0
	ALENT-07-0401-FEDER-017698	VINHOS PORTUGUESES DE EXCELENCIA	4	4	183	204	500253080	HERDADE DE COELHOES, SOC. AGRICOLA, SA	432.800	194.760	194.760	0
	ALENT-07-0401-FEDER-017934	ECOSSISTEMAS DE LUXO TURÍSTICO	4	4	181	205	509242634	VIRTUAL DOORS - INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS, LDA	486.000	218.700	218.700	0
	ALENT-07-0401-FEDER-017939	PROJECTO DE INTERNACIONALIZAÇÃO - TURISMO RURAL DE REFERÊNCIA	4	4	181	205	508736811	SOC. AGRICOLA E TURÍSTICA QUINTA DA MO DE CIMA, S.A	388.500	174.825	174.825	0
	ALENT-07-0401-FEDER-018155	criação de uma empresa destinada ao comércio externo de azeite e azeitona de mesa de origem nacional.	4	4	184	204	509603491	DPAQ, LDA	256.440	115.398	115.398	0
	ALENT-07-0401-FEDER-018258	DINAMIZAÇÃO DO PROCESSO DE INTERNACIONALIZAÇÃO	4	4	185	205	501319344	MOCAMAR-MARMORES DE ALCANEDE, LDA	118.445	53.300	53.300	0
	ALENT-07-0401-FEDER-018293	E.XAMPLE	4	4	185	205	509580173	ITEXAMPLE, A.C.E.	828.490	372.821	372.821	0
	ALENT-07-0401-FEDER-018381	PRIMEIRO PROJECTO DE INTERNACIONALIZAÇÃO	4	4	183	204	508291453	HERDADE DA AJUDA NOVA - SOC. AGRICOLA UNIPESSOAL, LDA	92.611	41.675	41.675	0
	ALENT-07-0401-FEDER-018702	PEREIRA NOBRE DESENVOLVIMENTO	4	4	185	205	121113922	JOSÉ BRIGIDA PEREIRA NOBRE, SALSICHARIA E TALHO	12.000	9.000	9.000	0
	ALENT-07-0401-FEDER-018704	SABALAR-DESENVOLVIMENTO	4	4	185	204	501526161	SABALAR - SOC. INDUSTRIAL DE ALIMENTOS, LDA	15.300	11.475	11.475	0
	ALENT-07-0401-FEDER-018773	IMPLEMENTAÇÃO DE UM SISTEMA DE GESTÃO DA QUALIDADE E NOVAS FERRAMENTAS DE MELHORIA	4	4	185	204	500855021	PARAPEDRA - SOC. TRANSFORMADORA DE PEDRAS, SA	25.000	18.750	18.750	0
	ALENT-07-0401-FEDER-018817	PRODHENRICARNES	4	4	185	204	502699175	HENRICARNES - SALSICHARIA TRADICIONAL PORTUGUESA, COM. E INDUSTRIA, LDA	14.500	10.875	10.875	0
	ALENT-07-0401-FEDER-018847	SCALREGIONAL QUALI	4	4	185	204	506320995	SCALREGIONAL - DOCES E OUTROS PRODUTOS REGIONAIS DO RIBATEJO, LDA	21.800	16.350	16.350	0
	ALENT-07-0401-FEDER-018853	QUALIBIOGOMA	4	4	185	204	508038090	BIOGOMA - SOC. DE RECICLAGEM DE PNEUS, LDA	23.500	17.625	17.625	0
	ALENT-07-0401-FEDER-018908	ENQUADRAMENTO TÉCNICO E AMBIENTAL DA EMPRESA.	4	4	185	204	503551813	FRAZÃO ROSÁRIO, LDA	20.000	15.000	15.000	0
	ALENT-07-0401-FEDER-018920	OPTIMIZAÇÃO DE SISTEMAS DE CONTROLO DE PRODUÇÃO E MARCAÇÃO CE	4	4	185	204	504033557	DANBANHO-EQUIPAMENTOS SANITÁRIOS E MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO	5.000	3.750	3.750	0
	ALENT-07-0401-FEDER-018938	DIAGNÓSTICO E IMPLEMENTAÇÃO DAS MELHORES PRÁTICAS NA PEDREIRA	4	4	183	205	501963901	COMÁRMORE - COMÉRCIO E EXTRACÇÃO DE MARMORE, LDA	16.400	12.300	12.300	0
	ALENT-07-0401-FEDER-019080	IMPLEMENTAÇÃO DE SISTEMA DE BOAS PRÁTICAS AMBIENTAIS	4	4	181	204	503688902	JMFF SERRALHARIA CIVIL DE SINES, LDA	6.620	4.965	4.965	0
	ALENT-07-0401-FEDER-019121	MÁQUINA DE SELFSERVICE PARA GARRAFAS DE GÁS E ACESSÓRIOS	4	4	184	204	507086171	INOAGS - COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS, LDA	33.000	24.750	24.750	0
	ALENT-07-0401-FEDER-019129	ESTUDO DE CARACTERIZAÇÃO PARA MELHORIA DE PROCESSOS	4	4	183	204	501232117	PLACIDO JOSÉ SIMÕES, SA	23.150	17.363	17.363	0
	ALENT-07-0401-FEDER-019243	ESTUDO AMBIENTAL	4	4	183	205	503625426	ROSAPOR ALENTEJO - COMÉRCIO E INDUSTRIA DE MÁRMORES ALENTEJANOS, LDA	26.350	19.763	19.763	0
	ALENT-07-0401-FEDER-021695	QUINTA DA RIBEIRINHA - WINES FROM PORTUGAL	4	4	185	204	503758884	SOC. AGRICOLA DA QUINTA DA RIBEIRINHA, LDA	301.800	135.810	135.810	0
	ALENT-07-0401-FEDER-021696	SABORES DO CAMPO PARA O MUNDO	4	4	183	205	505200457	SABORES DO CAMPO, LDA	345.970	155.687	155.687	0
	ALENT-07-0401-FEDER-021705	AZEITE E VINHOS COM TRADIÇÃO	4	4	184	204	503409987	CORTES DE CIMA, SA	248.570	111.857	111.857	0
	ALENT-07-0401-FEDER-021715	WINE FOR YOU	4	4	182	205	509830625	WINTRADING, LDA	515.350	231.908	231.908	0
	ALENT-07-0401-FEDER-021844	INTERNACIONALIZAÇÃO DOS VINHOS DO ALENTEJO	4	4	183	205	507012160	ENOFORUM - COMÉRCIO E EXPORTAÇÃO DE VINHOS, SA	184.030	82.814	82.814	0
	ALENT-07-0401-FEDER-021950	QUINTA DO QUETZAL - SOCIEDADE AGRICOLA, LDA	4	4	184	205	505555654	QUINTA DO QUETZAL - SOC. AGRICOLA, LDA	85.428	38.443	38.443	0
	ALENT-07-0401-FEDER-022075	PROJECTO DE INTERNACIONALIZAÇÃO E DE ECONOMIA DIGITAL DA ADEGA DO MOUCHÃO	4	4	182	205	506179559	VINHOS DA CAVACA DOURADA SA	57.334	25.800	25.800	0
	ALENT-07-0401-FEDER-022100	TM - QUALIFICAÇÃO E INTERNACIONALIZAÇÃO	4	4	181	204	504036386	TRAÇOS DE MIM - DECORAÇÕES, LDA	639.079	290.852	290.852	7.467
	ALENT-07-0401-FEDER-022746	CONSOLIDAÇÃO DA INTERNACIONALIZAÇÃO DO ALENTEJO	4	4		215	506829987	AGÊNCIA REGIONAL DE PROMOÇÃO TURÍSTICA DO ALENTEJO ? TURISMO DO ALENTEJO	613.966	315.373	315.373	0
	ALENT-07-0401-FEDER-023370	ÁRMIA MB	4	4	185	205	149032692	ARMINDO DA PIEDADE JOAQUIM	12.000	9.000	9.000	0
	ALENT-07-0401-FEDER-023422	ANÁLISE INTEGRADA DE PROCESSOS E PRODUTOS DE EXPLORAÇÃO DE SAIBRO GRANÍTICO	4	4	182	205	504375075	BLOQUIM MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, LDA	15.800	11.850	11.850	0
	ALENT-07-0401-FEDER-023486	ESTRATÉGIA DE MARKETING	4	4	185	205	500708053	TRANSPORTES BRILHA BRILHA, LDA	25.000	18.750	18.750	0
	ALENT-07-0401-FEDER-023515	MÁQUINA DE PRODUÇÃO DE SEGMENTOS MULTI-CAMADA	4	4	183	204	502348445	DIAMOND SERVICE PORTUGUESA - FERRAMENTAS DIAMANTADAS, LDA	33.000	24.750	24.750	0
	ALENT-07-0401-FEDER-023618	IMPLEMENTAÇÃO DE SISTEMA DA QUALIDADE	4	4	182	205	509662277	J.A.SALGUEIRO, ELECTRICIDADE E MECÂNICA, UNIPESSOAL, LDA	7.500	5.625	5.625	0
	ALENT-07-0401-FEDER-023624	INOVAÇÃO: A CASA DO IOGURTE ARTESANAL	4	4	185	205	510152430	YONEST, TRUE YOGURT, UNIPESSOAL, LDA	33.290	24.968	24.968	0
	ALENT-07-0401-FEDER-023629	PLANIFICAÇÃO TÉCNICA DO PROCESSO PRODUTIVO	4	4	185	204	506855422	GRUPO FRAZÃO, LDA	25.250	18.938	18.938	0
	ALENT-07-0401-FEDER-023634	QUALISOR	4	4	182	204	504884069	PIMENSOR - SOC. COMERCIAL DE PRODUTOS ALIMENTARES, LDA	19.000	14.250	14.250	0
	ALENT-07-0401-FEDER-023643	ÁPOSTA NA COMUNICAÇÃO DIGITAL	4	4	185	204	502470739	UPACAL - UNIÃO PANIFICADORA DO CARTAXO, UNIPESSOAL, LDA	33.333	25.000	25.000	0

Anexo X - Operações aprovadas por Eixo Prioritário até 31.12.12 (valores acumulados)

PROGRAMA: PO ALENTEJO - 2007PT161PO004

unid: euros

Designação do Eixo Prioritário	Candidatura / Operação					Identificação do Beneficiário			Montantes Aprovados			
	Código	Designação	Tipo	Estado	Localização (NUTII/NUTIII)	Tipologia	NIF	Designação	Investimento/ Custo Total Elegível	Despesa Pública	Fundo Comunitário	Montante Fundo de tipologia FSE
	ALENT-07-0401-FEDER-023668	ENQUADRAMENTO INTEGRADO DE EXPLORAÇÃO DE MÁRMORE	4	4	183	204	501382127	ANTÓNIO MOCHO, LDA	32.000	24.000	24.000	0
	ALENT-07-0401-FEDER-023729	ENGIASFNEVES	4	4	185	204	504485237	ANTÓNIO FERNANDO NEVES - ELECTRICIDADE, ESTUDOS E PROJECTOS, LDA	15.441	11.581	11.581	0
	ALENT-07-0401-FEDER-023869	DESENVOLVIMENTO DE MICROCAPSULAS DE AZEITE	4	4	183	204	503593320	SOC. AGRÍCOLA DO FREIXO DO MEIO, SA	33.333	25.000	25.000	0
	ALENT-07-0401-FEDER-023987	DESENVOLVIMENTO E ADAPTAÇÃO DO CIPR 2011, VERSÃO 6	4	4	183	205	504188801	MATCORK, INDÚSTRIA E COMÉRCIO INTERNACIONAL DE CORTIÇAS, SA	10.000	7.500	7.500	0
	ALENT-07-0401-FEDER-024006	PORTAL DE SOCIAL E-COMMERCE DE VENDA DE PRODUTOS REGIONAIS À ESCALA GLOBAL	4	4	182	205	508899931	LOJA DO MONTE DA COLÓNIA, LDA	32.750	24.563	24.563	0
	ALENT-07-0401-FEDER-024088	ENQUADRAMENTO INTEGRADO DE EXPLORAÇÃO DE MÁRMORE	4	4	183	204	501232117	PLACIDO JOSÉ SIMÕES, SA	25.000	18.750	18.750	0
	ALENT-07-0401-FEDER-024134	OPTIMIZAÇÃO DO SISTEMA DE GESTÃO	4	4	185	204	505770482	JMCS-COMERCIO DE PRODUTOS QUÍMICOS UNIPESOAAL	15.000	11.250	11.250	0
	ALENT-07-0401-FEDER-024308	DESENVOLVIMENTO DE SI DE SUPORTE A AUDITORIAS DE EFICIENCIA ENERGÉTICA	4	4	185	205	509402364	VIVAAZUL - CONSULTORIA ENERGETICA, LDA	33.000	24.750	24.750	0
	ALENT-07-0401-FEDER-024314	PLANO DE INTERNACIONALIZAÇÃO DA CASAL DO CONDE	4	4	185	205	508726921	SOC. AGRÍCOLA CASAL DO CONDE, SA.	29.800	22.350	22.350	0
	ALENT-07-0401-FEDER-024333	PLANO DE INTERNACIONALIZAÇÃO DA AGROLEX	4	4	185	204	503418382	AGROLEX II RAÇÕES, LDA	32.500	24.375	24.375	0
	ALENT-07-0401-FEDER-024347	IMPLEMENTAÇÃO DE SISTEMA DE GESTÃO DA QUALIDADE DA MJ MAIA	4	4	185	204	504900960	M.J.MAIA, LDA	11.701	8.776	8.776	0
	ALENT-07-0401-FEDER-024409	PLANO DE INTERNACIONALIZAÇÃO DA RODALGES	4	4	185	205	504260294	RODALGES - EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS, LDA	29.500	22.125	22.125	0
	ALENT-07-0401-FEDER-024441	PLANO DE INTERNACIONALIZAÇÃO DA CABENA	4	4	185	204	501142290	CABENA - CABINAS DE BENAVENTE, LDA	32.750	24.563	24.563	0
	ALENT-07-0401-FEDER-024458	MELHORAMENTO DO SISTEMA DE GESTÃO DA EMPRESA	4	4	185	204	503341614	PAULUS CÓPIA - EQUIPAMENTOS DE ESCRITÓRIO, LDA	33.000	24.750	24.750	0
	ALENT-07-0401-FEDER-024475	MELHORAMENTO SUBSTANCIAL AOS SISTEMAS DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DA BASE DE DADOS DE PRODUTOS E DOCUMENTAÇÃO EXISTENTE NA EMPRESA	4	4	185	204	503378291	GEPAK - EMPRESA TRANSFORMADORA DE PLÁSTICOS, SA	20.000	15.000	15.000	0
	ALENT-07-0401-FEDER-024480	CONSULTORIA PARA IMPLEMENTAÇÃO DE SISTEMA DE GESTÃO DA QUALIDADE DE ACORDO COM A NORMA NP EN ISO 9001:2008	4	4	183	205	508651352	ENDOWAVE, UNIPESOAAL, LDA	14.853	11.140	11.140	0
	ALENT-07-0401-FEDER-024624	REFORÇO DAS COMPETÊNCIAS DA EMPRESA PARA CONSOLIDAÇÃO DA PRESENÇA ATIVA DA EMPRESA NO MERCADO GLOBAL, MEDIANTE A APOSTA NOS FATORES DINÂMICOS DE COMPETITIVIDADE	4	4	184	205	508273080	VALE DA ROSA - SOC. AGRÍCOLA, LDA	292.960	131.832	131.832	0
	ALENT-07-0401-FEDER-025076	INTERNACIONALIZAÇÃO DA HVA	4	4	181	204	503462497	HVA - AGRICULTURA, PECUÁRIA, CAÇA E TURISMO RURAL DO ALENTEJO, LDA	609.353	317.556	317.556	0
	ALENT-07-0401-FEDER-025127	INTERNACIONALIZAÇÃO 2012/2014	4	4	185	205	506854779	BIDINÂMICA-REPRESENTAÇÕES E CONSULTORIA DE GESTÃO, LDA	350.957	179.531	179.531	0
	ALENT-07-0401-FEDER-025179	INTERNACIONALIZAÇÃO DA CJC	4	4	185	205	506103412	CRISTINA JORGE DE CARVALHO - DESIGN E DECORAÇÃO DE INTERIORES, LDA	317.043	183.829	183.829	0
	ALENT-07-0401-FEDER-025183	VTG INTERNACIONAL	4	4	184	205	503943193	VAU - TURISMO DO GUADIANA, LDA	534.875	318.344	318.344	0
	ALENT-07-0401-FEDER-025185	INCREMENTO INTERNACIONAL DA ACTIVIDADE	4	4	182	204	503372943	SOC. AGRÍCOLA MONTE DOS OUTEIROIS, LDA	57.100	33.595	33.595	5.120
	ALENT-07-0401-FEDER-025224	FOODEX - ESTRATÉGIA DE PRESENÇA INTENSIVA NOS MERCADOS INTERNACIONAIS	4	4	182	205	509941249	FOODEX, UNIPESOAAL, LDA	484.450	285.073	285.073	0
	ALENT-07-0401-FEDER-025397	INTERNACIONALIZAÇÃO MONTE DA RAPOSIINHA	4	4	182	205	507768116	MONTE DA RAPOSIINHA, LDA	146.820	66.069	66.069	0
	ALENT-07-0401-FEDER-025405	NATUREA PETFOODS	4	4	185	205	510052525	GFC - THE GRAIN FREE COMPANY, LDA	513.220	287.454	287.454	0
	ALENT-07-0401-FEDER-025408	PREMIUM INTERNATIONAL WINES DA TAPADA GEST	4	4	181	205	504538756	DA TAPADA GEST, GESTÃO AGRO-TURISTICA, LDA	389.700	175.365	175.365	0
	ALENT-07-0401-FEDER-025432	X-PREMIUM INTERNACIONAL	4	4	183	205	509685633	X-PREMIUM, LDA	173.150	104.183	104.183	0
	ALENT-07-0401-FEDER-025451	REFORÇO DA COMPETITIVIDADE E INTERNACIONALIZAÇÃO DA FRAZÃO - MÁRMORES E ROCHAS DE ALCANEDE, LDA	4	4	185	204	503310867	FRAZÃO - ROCHAS, SA	574.390	285.344	285.344	0
	ALENT-07-0401-FEDER-025470	INCREMENTO À COMERCIALIZAÇÃO E EXPORTAÇÃO DOS VINHOS	4	4	181	205	503087335	SOC. AGRO PECUÁRIA DAS SOBERANAS, LIMITADA	91.562	44.049	44.049	0
	ALENT-07-0401-FEDER-025476	VINHOS E AZEITES BIOLÓGICOS DO ALENTEJO	4	4	184	204	500253099	SOC. AGRÍCOLA HERDADE DOS LAGOS, LDA	232.950	118.703	118.703	0
	ALENT-07-0401-FEDER-025478	INTERNACIONALIZAÇÃO DA EMPRESA NOS MERCADOS EMERGENTES; CONSOLIDAÇÃO E REFORÇO DA POSIÇÃO NO MERCADO EUROPEU	4	4	185	204	503332496	FIUZA BRIGHT - SOC. VITIVINICOLA, LDA	239.775	112.939	112.939	0
	ALENT-07-0401-FEDER-025596	AMIGO DO TURISTA	4	4	181	205	510243428	TRAVELERS FRIENDS, LDA	145.708	69.423	69.423	0
	ALENT-07-0401-FEDER-025600	MARCOLINO SEBO - INTERNACIONALIZAÇÃO	4	4	183	204	128523534	MARCOLINO INÁCIO CHÍCHARO SEBO	125.200	72.810	72.810	0
	ALENT-07-0401-FEDER-025739	FIGUEIRAS DOS SANTOS - NOVOS MERCADOS INTERNACIONAIS	4	4	184	205	506420108	FIGUEIRAS DOS SANTOS, HERDEIROS DE JOÃO JOSÉ FIGUEIRAS DOS SANTOS, LDA	285.750	128.588	128.588	0
	ALENT-07-0401-FEDER-025762	INTERNACIONALIZAÇÃO DOS VINHOS DO MONTE DO ÁLAMO	4	4	183	205	107951819	MARIA DA GRAÇA DE NORONHA MENDES DE ALMEIDA	36.000	16.200	16.200	0
	ALENT-07-0401-FEDER-025764	QUALIDADE E INTERNACIONALIZAÇÃO - SERRANO MIRA	4	4	183	204	504471554	SERRANO MIRA, SOC. VINÍCOLA SA	268.000	120.600	120.600	0

Anexo X - Operações aprovadas por Eixo Prioritário até 31.12.12 (valores acumulados)

PROGRAMA: PO ALENTEJO - 2007PT161PO004

unid: euros

Designação do Eixo Prioritário	Candidatura / Operação					Identificação do Beneficiário			Montantes Aprovados			
	Código	Designação	Tipo	Estado	Localização (NUTII/NUTIII)	Tipologia	NIF	Designação	Investimento/ Custo Total Elegível	Despesa Pública	Fundo Comunitário	Montante Fundo de tipologia FSE
	ALENT-07-0401-FEDER-025937	RADICAL COORDINATE - PROJETO NAS RESTANTES TIPOLOGIAS	4	4	183	205	510190146	RADICAL COORDINATE -DESENVOLVIMENTO E COMERCIALIZAÇÃO DE PRODUTOS,UNIP, LDA	410.515	202.914	202.914	0
	ALENT-07-0401-FEDER-025971	ECO-TURISMO DE TORRE DE PALMA	4	4	182	205	509290817	TORRE DE PALMA, LDA	231.003	116.971	116.971	0
	ALENT-07-0401-FEDER-026016	PROJECTO DE INTERNACIONALIZAÇÃO	4	4	185	204	501063110	ZOOPAN PRODUTOS PECUARIOS, LDA	67.625	50.719	50.719	0
	ALENT-07-0401-FEDER-026027	CRESCER VIA INTERNACIONALIZAÇÃO, INOVAÇÃO E DIVULGAÇÃO DA GEPACK	4	4	185	204	503378291	GEPACK - EMPRESA TRANSFORMADORA DE PLASTICOS, SA	272.217	156.280	156.280	0
	ALENT-07-0401-FEDER-026069	CRIAR, QUALIFICAR, MODERNIZAR, CERTIFICAR E INTERNACIONALIZAR VISANDO A QUALIFICAÇÃO E O AUMENTO DA COMPETIVIDADE	4	4	183	204	505923076	MANUEL MATA - FABRICO E MONTAGENS ALUMINIOS, UNIPESSOAL, LDA	369.226	195.316	195.316	8.000
	ALENT-07-0401-FEDER-026080	PROGRAMA DE INTERNACIONALIZAÇÃO DA HERDADE DA MINGORRA [2012-2014]	4	4	184	204	119157055	HENRIQUE P. SANCHO UVA	230.700	106.695	106.695	0
	ALENT-07-0401-FEDER-026104	2012 - REFORÇO DA PRESENÇA DO AZEITE NOS MERCADOS EXTERNOS.	4	4	184	204	508614333	CARTOIL SOC. AGRICOLA E OLEAGINOSAS, SA	565.478	332.031	332.031	11.160
	ALENT-07-0401-FEDER-026197	MOÇAMBIMÓVEL	4	4	181	204	501521178	MÓVEIS FERNANDES, LDA	60.351	27.158	27.158	0
	ALENT-07-0401-FEDER-026208	CRIAR FUTURO - INTERNACIONALIZAÇÃO	4	4	181	205	503716510	MARQUES MARQUES SALSICHARIA REGIAL ALENTEJANA, LDA	142.120	67.913	67.913	9.048
	ALENT-07-0401-FEDER-026264	IMPLEMENTAÇÃO DE UM SISTEMA DE GESTÃO INTEGRADO DA QUALIDADE E AMBIENTE - SQQA	4	4	183	204	507176464	ADEGA DAS MOURAS DE ARRAIOLOS, LDA	154.684	71.078	71.078	3.360
	ALENT-07-0401-FEDER-026281	VIVAPOWER SISTEMAS - QUALIFICAÇÃO E INTERNACIONALIZAÇÃO	4	4	185	205	509717683	VIVAPOWER - SISTEMAS, LDA	226.151	111.928	111.928	0
	ALENT-07-0401-FEDER-026401	RIBATEL - QUALIFICAÇÃO, EFICIÊNCIA ENERGÉTICA E INTERNACIONALIZAÇÃO	4	4	185	204	508451388	RIBATEL CONNECT, NEGÓCIOS DE TELECOMUNICAÇÕES E INFORMÁTICA, LDA	190.883	85.897	85.897	0
	ALENT-07-0401-FEDER-026422	FENESTEVES - PISOS DE CORTIÇA E MADEIRA NA SENDA DA INTERNACIONALIZAÇÃO	4	4	182	204	501948821	FENESTEVES - PAVIMENTOS E REVESTIMENTOS, LDA	304.014	175.796	175.796	0
	ALENT-07-0202-FEDER-001417	PROTOOL - PROFESSIONAL ADAPTIVE CONTROLLING TOOL	4	4	183	205	505360853	FRONTWAVE, ENGENHARIA E CONSULTADORIA, SA	181.008	126.706	126.706	0
	ALENT-07-0202-FEDER-007946	TV.COM - TV.COMMUNITY	4	4	183	204	503468681	VIAATECLA, SOLUÇÕES INFORMÁTICAS E COMUNICAÇÕES, SA	687.571	411.913	411.913	0
	ALENT-07-0202-FEDER-011629	GLOBALGEST- DESENVOLVIMENTO DE UMA PLATAFORMA DE GESTÃO VIA WEB	4	4	181	205	508565243	EMIATOMO - PROJECTOS E MANUTENÇÃO INDUSTRIAL, LDA	33.200	24.900	24.900	0
	ALENT-07-0202-FEDER-012006	TECHLAM - DESENVOLVIMENTO E OPTIMIZAÇÃO EM BIOTECNOLOGIA, DE TECNOLOGIA INOVADORA, PARA A PRODUÇÃO DUM NOVO BIOPESTICIDA	4	4	183	205	508636817	CLAMITEC, MYCO SOLUTIONS, LDA	823.929	659.143	659.143	0
	ALENT-07-0202-FEDER-013760	MEDIALOC - PLATAFORMA DE LOCALIZAÇÃO EM ESPAÇOS PARA GESTÃO E DISTRIBUIÇÃO DE CONTEÚDOS MULTIMÉDIA E OPERAÇÃO DE EQUIPAMENTOS	4	4		205	508660513	MODIPLACE, LDA	549.155	407.604	383.024	0
	ALENT-07-0202-FEDER-018416	DLMFDIAMANTADO - DESENVOLVIMENTO DE LINHA DE MÁQUINAS DE CORTE POR MULTI-FIO DIAMANTADO	4	4	183	204	501566066	POEIRAS - MÁQUINAS E FERRAMENTAS, LDA	500.524	225.236	225.236	0
	ALENT-07-0202-FEDER-018599	ENKI - PLATAFORMA DE SERVIÇOS DE BUSINESS INTELLIGENCE COM INTEGRAÇÃO DE INFORMAÇÃO EXTERNA E INTERFACE DE LINGUAGEM NATURAL	4	4	183	205	509739490	INDUCTIVA, KNOWLEDGE TECHNOLOGIES, LDA	206.263	116.770	116.770	0
	ALENT-07-0202-FEDER-018602	BYPHONE - DESENVOLVIMENTO DE TECNOLOGIA PARA PROMOÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO EM AMBIENTE MÓVEL.	4	4	181	205	508515068	BIN - BUY IT NOW, LDA	408.986	283.216	283.216	0
	ALENT-07-0202-FEDER-018627	INSPIREBIZ - PLATAFORMA DE ELECTRONICA SOA DE SUPORTE A NEGÓCIOS	4	4	185	205	509317006	INSPIRENNOVIT, LDA	609.868	426.908	426.908	0
	ALENT-07-0202-FEDER-018864	DOMOTICA CENTRALIZADA	4	4	185	205	506487199	SEGURANT, COMERCIO DE EQUIPAMENTOS ELECTRONICOS E DE SEGURANÇA, LDA	33.300	24.975	24.975	0
	ALENT-07-0202-FEDER-019198	TRACK TRACE PARA MEDICINA DENTÁRIA	4	4	185	205	509414320	SIVMV - INVESTIMENTOS, LDA	34.000	25.000	25.000	0
	ALENT-07-0202-FEDER-021594	AKAPULCO - AKAPULCO - DESENVOLVIMENTO DE TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E EQUIPAMENTOS DE MANEIO E GESTÃO ANIMAL	4	4	182	205	507915615	PEC-PLUS - GESTÃO PECUÁRIA AVANÇADA, LDA	552.746	372.469	372.469	0
	ALENT-07-0202-FEDER-022850	ADENSI - PLATAFORMA AVANÇADA DE SIMULAÇÃO DE GESTÃO EMPRESARIAL	4	4	183	205	509739490	INDUCTIVA, KNOWLEDGE TECHNOLOGIES, LDA	646.224	484.829	484.829	0
	ALENT-07-0202-FEDER-022880	MIANO BIS - OPTIMIZAÇÃO DO APARELHO ULTRALEVE MIANO	4	4	182	204	507526805	AERONÁUTICA DO SOR - CONSTRUÇÕES AERONÁUTICAS, SA	252.409	128.117	128.117	0
	ALENT-07-0202-FEDER-022942	360 DIGITAL BUSINESS ANALYTICS - PLATAFORMA ONLINE DE BUSINESS ANALYTICS QUE AGREGA MÉTRICAS DE SERVIÇOS WEB 2.0	4	4	185	205	504924907	INESTING - MARKETING TECNOLÓGICO, S.A	286.747	186.271	186.271	0
	ALENT-07-0202-FEDER-022965	MA80D - PROPULSAO DE AERONAVES LIGEIRAS	4	4	182	204	504074636	MOTORÁVIA - ENGENHARIA AERONAUTICA, SA	348.622	174.434	174.434	0
	ALENT-07-0202-FEDER-024541	TCLAB - IPSCS - NUCLEO PARA INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE MEIOS DE CULTURA PARA REPROGRAMAÇÃO E DIFERENCIAÇÃO DE IPSCS	4	4	183	205	510175896	TCLAB - TECNOLOGIAS CELULARES PARA APLICAÇÃO MÉDICA, UNIPESSOAL, LDA	527.299	263.649	263.649	0
	ALENT-07-0202-FEDER-024578	COGNITIVEOBJECTS - PLATAFORMA WEB PARA SUPORTE E DESENVOLVIMENTO DE DASHBOARD'S DINÂMICOS PARA REAL TIME BI	4	4	183	204	507246152	CLOSER, LDA	390.577	274.750	274.750	0

Anexo X - Operações aprovadas por Eixo Prioritário até 31.12.12 (valores acumulados)

PROGRAMA: PO ALENTEJO - 2007PT161PO004

unid: euros

Designação do Eixo Prioritário	Candidatura / Operação					Identificação do Beneficiário			Montantes Aprovados			
	Código	Designação	Tipo	Estado	Localização (NUTII/NUTIII)	Tipologia	NIF	Designação	Investimento/ Custo Total Elegível	Despesa Pública	Fundo Comunitário	Montante Fundo de tipologia FSE
	ALENT-07-0202-FEDER-024684	EASYRETRACTOR - AFASTADOR INTRA-ABDOMINAL PARA LAPAROSCOPIA CONVENCIONAL E DE PORTA ÚNICA	4	4	183	205	508651352	ENDOWAVE, UNIPESOA, LDA	272.141	185.457	185.457	0
	ALENT-07-0202-FEDER-024806	SOCIAL2LIFE-5G - SOCIAL NETWORKS BROUGHT TO LIFE THE FIFTH GENERATION	4	4	183	204	507246152	CLOSER, LDA	685.935	308.671	308.671	0
	ALENT-07-0402-FEDER-004633	FORMULAÇÃO E OPTIMIZAÇÃO DE COMPOSIÇÃO CERÂMICA	4	9	185	204	508278449	FACERIL - FÁBRICA DE CERÂMICA DO RIBATEJO, SA	6.913	5.184	5.184	0
	ALENT-07-0402-FEDER-004727	DESENVOLVIMENTO DE FATIADORA	4	4	185	204	502430001	SOC. PANIFICADORA COSTA FERREIRA, LDA	33.333	25.000	25.000	0
	ALENT-07-0402-FEDER-018796	MICROALTER - MICROFILTRAÇÃO TANGENCIAL NA FILTRAÇÃO DE VINHOS	4	4	182	204	506947769	TERRAS DE ALTER - COMPANHIA DE VINHOS, LDA	23.550	17.663	17.663	0
	ALENT-07-0402-FEDER-019118	PRODUÇÃO DE TRUFAS: VALIDAÇÃO DE PRÁTICAS SUSTENTÁVEIS PARA O CULTIVO COMERCIAL DE TUBER BORCHII	4	4	181	205	506549658	MICOFLORA - MICOLOGIA FLORESTAL APLICADA, SA	33.366	25.000	25.000	0
	ALENT-07-0402-FEDER-019252	SIGEV - SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DE EQUIPAMENTOS DE VENDING	4	4	185	205	507779258	BIG SCALE, LDA	33.000	24.750	24.750	0
	ALENT-07-0203-FEDER-000191	IMPLEMENTAÇÃO DE NOVA UNIDADE FABRIL PARA FABRICAÇÃO DE LAMINADOS DE FIBRA DE CARBONO	4	9	182	204	507128249	CLEVER REINFORCEMENT IBÉRICA - MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, LDA	612.191	336.705	336.705	0
	ALENT-07-0203-FEDER-001056	criação de empresa dotada de recursos humanos qualificados	4	4	183	205	508422701	ESTEREOBATO, LDA	1.570.005	1.020.504	1.020.504	0
	ALENT-07-0203-FEDER-001153	INTERNACIONAL TOOL-PROCESS RANKING - ITP RANK	4	4	183	205	505360853	FRONTWAVE, ENGENHARIA E CONSULTADORIA, SA	152.500	83.875	83.875	0
	ALENT-07-0203-FEDER-002772	TURISMO EQUESTRE NA REGIÃO DO RIBATEJO EM CAVALOS DE RAÇA PURO SANGUE LUSITANO, INTEGRADO NA EMPRESA PROMOTORA EM ARTICULAÇÃO COM A CRIAÇÃO E ENSINO DOS CAVALOS E A PRODUÇÃO AGRÍCOLA DE FORRAGENS, EM	4	4	185	205	507925360	COUDELARIA HENRIQUE ABECASIS, LDA	213.991	139.094	139.094	0
	ALENT-07-0203-FEDER-002785	NOVA UNIDADE FABRIL VETLIMA	4	4	185	204	500297096	VETLIMA - SOC. DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS AGRO PECUÁRIOS, SA	2.413.819	1.331.012	1.331.012	10.917
	ALENT-07-0203-FEDER-006918	TTR - TRANSACTIONAL TRACK RECORD	4	4	184	205	508993970	ZUVI NOVA, LDA	369.469	277.102	277.102	0
	ALENT-07-0203-FEDER-006923	EMPRESA DOTADA DE RECURSOS HUMANOS QUALIFICADOS PARA DESENVOLVIMENTO DE PRODUTO INOVADOR E DE GRANDE CONTEÚDO TECNOLÓGICO PARA ÁREA DE LOCALIZAÇÃO GPS	4	4	181	204	508693519	ROTAS BINÁRIAS, LDA	1.019.362	703.326	703.326	217.280
	ALENT-07-0203-FEDER-007686	MELHORIA DOS MÉTODOS DE PRODUÇÃO	4	4	182	205	503411132	PUBLIVITRINA - PUBLICIDADE, LDA	243.000	157.950	157.950	0
	ALENT-07-0203-FEDER-007788	criação de unidade de tratamento de resíduos biosólidos - ambiente sustentável em reguengos de Monsaraz	4	4	183	205	509010938	REGUENGOS SUSTENTÁVEL-SERVIÇOS AMBIENTAIS, LDA	3.368.845	2.189.749	2.189.749	0
	ALENT-07-0203-FEDER-012044	CENTRO HÍPICO COM RESTAURANTE	4	4	183	205	508695678	ESPAÇO EQUESTRE - ANIMAÇÃO TURÍSTICA E ACTIVIDADES HÍPICAS DE ESTREMOZ, LDA	400.000	300.000	300.000	0
	ALENT-07-0203-FEDER-013166	criação de unidade de produção de substratos para a hortofloricultura pela transformação resíduos florestais	4	4	182	205	507253485	FIREX - TRANSFORMAÇÃO DE PRODUTOS FLORESTAIS, LDA	470.875	306.069	306.069	0
	ALENT-07-0203-FEDER-013209	DESENVOLVIMENTO E FABRICO DE AVIÃO LIGEIRO PARA USO AGRÍCOLAS	4	4	182	204	507526805	AERONÁUTICA DO SOR - CONSTRUÇÕES AERONÁUTICAS, SA	3.520.390	2.288.253	2.288.253	0
	ALENT-07-0203-FEDER-013251	PLATAFORMA PUMPKIN	4	4	181	205	509300855	PUMPKIN ENTERPRISES - CONSULTORIA DE GESTÃO, LDA	255.566	191.675	191.675	0
	ALENT-07-0203-FEDER-013281	ACTIVIDADES TURÍSTICAS DESPORTIVAS: AÉREAS E NÁUTICAS	4	4	183	205	506903120	GET HIGH - SERVIÇOS AÉREOS, UNIPESOA, LDA	1.952.231	1.464.173	1.464.173	0
	ALENT-07-0203-FEDER-013297	DESIGN CENTER	4	4	183	204	508249066	NUBO ABREU DESIGNERS, LDA	200.668	150.501	150.501	0
	ALENT-07-0203-FEDER-013396	VM - LINKS - PLATAFORMA DE SERVIÇOS AVANÇADOS DE ENGENHARIA DE PRODUTO E PROCESSOS	4	4	185	205	509311822	VM - LINKS - UNIPESOA, LDA	81.871	53.216	53.216	0
	ALENT-07-0203-FEDER-013419	SAÚDE 2.5	4	4	183	205	509075673	ONDA INTELIGENTE, LDA	230.500	145.225	145.225	10.350
	ALENT-07-0203-FEDER-013624	M-TIC: TECNOLOGIAS PARA A GERAÇÃO MOVEL	4	4	185	205	504642022	ANKIX SYSTEMS, LDA	66.786	51.091	51.091	16.029
	ALENT-07-0203-FEDER-017385	PROJECTO DE IMPLEMENTAÇÃO DA PRIMAL	4	4	181	205	509639747	PRIMAL RENEWABLE ENERGIES, LDA	274.152	205.614	205.614	0
	ALENT-07-0203-FEDER-017792	PROJECTO 3W DYNAMICS	4	4	183	205	509695825	3W DYNAMICS, UNIPESOA, LDA	376.180	244.517	244.517	0
	ALENT-07-0203-FEDER-018092	CENTRO DE CERTIFICAÇÃO DE LICENÇAS PROFISSIONAIS DE AVIAÇÃO	4	4	182	205	508435650	SOR AIR - SOC. DE AERONÁUTICA, SA	9.711.317	5.341.224	5.341.224	0
	ALENT-07-0203-FEDER-019289	PRODUÇÃO DE PRODUTO PIONEIRO NO PAIS- PECTINAS DE FRUTA UTILIZANDO TECNOLOGIA DE PONTA	4	4	183	205	509722210	ESFERASOCIAL, LDA	24.407.750	13.424.263	13.424.263	0
	ALENT-07-0203-FEDER-022216	REFORÇO DA CAPACIDADE PRODUTIVA DA EMPRESA ATRAVÉS DE PROCESSOS INOVADORES, PARA A MELHORIA DE POSICIONAMENTO NO MERCADO	4	4	185	204	504595440	GADSA - ARQUIVO E DEPÓSITO, SA	771.284	501.335	501.335	0
	ALENT-07-0203-FEDER-022455	ZOOPARK - ECOPARQUE ZOOLOGICO	4	4	183	205	507304039	NATURAMB - PROJECTO E CONSULTORIA EM AMBIENTE E CONSERVAÇÃO DA NATUREZA, SA	6.312.146	4.102.895	4.102.895	0

Anexo X - Operações aprovadas por Eixo Prioritário até 31.12.12 (valores acumulados)

PROGRAMA: PO ALENTEJO - 2007PT161PO004

unidade: euros

Designação do Eixo Prioritário	Candidatura / Operação					Identificação do Beneficiário			Montantes Aprovados			
	Código	Designação	Tipo	Estado	Localização (NUTII/NUTIII)	Tipologia	NIF	Designação	Investimento/ Custo Total Elegível	Despesa Pública	Fundo Comunitário	Montante Fundo de tipologia FSE
	ALENT-07-0203-FEDER-022493	CRIAÇÃO DE UMA EMPRESA PARA DESENVOLVER ACTIVIDADES DE SIMPLIFICAÇÃO E ESQUEMATIZAÇÃO DA LEGISLAÇÃO NACIONAL, COMUNITÁRIA E INTERNACIONAL COM O OBJECTIVO DE DISPONIBILIZAR ON-LINE A INFORMAÇÃO CLARIFI	4	4	183	205	509728227	PORTELA, SUTCLIFFE 6 SANTOS VICENTE, LDA	202.906	130.165	130.165	3.878
	ALENT-07-0203-FEDER-022494	REABILITAÇÃO DE CASAS DE CAMPO COMPLEMENTADAS COM ACTIVIDADES DE ANIMAÇÃO TURÍSTICA	4	4	183	205	507592182	JHM- IMOBILIARIA, LDA	1.844.436	1.198.883	1.198.883	0
	ALENT-07-0203-FEDER-022541	HOLE19GOLF	4	4	183	205	509866077	STAT TRACK TECHNOLOGIES - SERVIÇOS TECNOLÓGICOS PARA O DESPORTO, LDA	669.514	502.135	502.135	0
	ALENT-07-0203-FEDER-026633	LINKDCARE	4	4	183	204	509840876	CROUDCARE, SA	613.547	460.161	460.161	0
	ALENT-07-0203-FEDER-026874	RUBIFIL@HEPA - INVESTIMENTO PARA PRODUÇÃO DE FILTROS ABSOLUTOS E FILTROS DE FLUXO LAMINAR HEPA - HIGH EFFICIENCY PARTICULATE AIR	4	4	185	204	503173426	RUBIFIL ? FILTROS PARA AR CONDICIONADO E VENTILAÇÃO, LDA	843.711	632.783	632.783	0
	ALENT-07-0203-FEDER-026967	IMPLEMENTAÇÃO DE UNIDADE PRODUTIVA, INOVADORA NO FABRICO DE FIBRA DE CARBONO/VIDRO OU OUTRAS FIBRAS HÍBRIDAS EM FORMA DE BARRA, COM VISTA À PROMOÇÃO DA INOVAÇÃO, A UMA MAIOR ORIENTAÇÃO PARA O MERCADO	4	4	182	204	507128249	CLEVER REINFORCEMENT IBÉRICA - MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, LDA	563.559	366.313	366.313	0
	ALENT-07-0203-FEDER-027043	SILVERDISTANCE - QUALIFICAÇÃO E INTERNACIONALIZAÇÃO	4	4	181	204	510249205	SILVERDISTANCE - UNIPESSOAL, LDA	445.298	289.444	289.444	0
	ALENT-07-0203-FEDER-027252	FABRICAÇÃO MOLDE BASE REACTOR/RESERVATÓRIO E EQUIPAMENTOS PROCESSO RTM LIGHT E INFUSÃO DE RESINA	4	4	184	205	509107060	ANCOSYST, LDA	87.537	56.899	56.899	0
	ALENT-07-0403-FEDER-000664	CRIAÇÃO DE HOTEL E CENTRO INTERNACIONAL DE ESTÁGIO	4	9	182	205	507215990	AVIZACQUA TEAM CENTER - ACTIVIDADES HOTELEIRAS, LDA	2.829.029	1.555.966	1.555.966	0
	ALENT-07-0403-FEDER-001279	CONSTRUÇÃO DE UM HOTEL DE 5 ESTRELAS EM VILA VIÇOSA	4	4	183	205	508426952	JARDIMAJESTIC, LDA	6.492.438	4.220.085	4.220.085	0
	ALENT-07-0403-FEDER-002730	REFORÇO DAS COMPETÊNCIAS E SISTEMAS ENDÓGENOS TÉCNICOS, DIVERSIFICAÇÃO DE PRODUTOS E MERCADOS	4	4	185	204	500150648	J. S. GOUVEIA - METALOMECÂNICA, LDA	315.515	161.158	161.158	0
	ALENT-07-0403-FEDER-003526	ZMAR ECO CAMPING RESORT	4	4	181	205	507642260	MULTIPARQUES A CÉU ABERTO - CAMPISMO E CARAVANISMO EM PARQUES, SA	35.659.104	7.131.821	7.131.821	0
	ALENT-07-0403-FEDER-003699	REFORÇO DE COMPETÊNCIAS E SISTEMAS ENDÓGENOS, TÉCNICOS, ENGENHARIA DE PRODUTOS E SERVIÇOS	4	4	185	204	500331251	CÉSAR CASTELÃO FILHOS, LDA	670.900	436.085	436.085	0
	ALENT-07-0403-FEDER-004845	HOTEL RURAL QUINTA DOS BASTOS	4	9	183	205	507741161	QUINTAS DOS BASTOS, LDA	794.619	516.502	516.502	0
	ALENT-07-0403-FEDER-004899	PROJECTO DE CRIAÇÃO DE EMPRESA DE CARÁCTER INOVADOR, COM INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE NOVAS TECNOLOGIAS	4	4	184	204	508742234	LAVOISIER NATURAM PORTUGAL TECNOLOGIAS DO AMBIENTE, LDA	565.346	367.475	367.475	0
	ALENT-07-0403-FEDER-004941	LANÇAMENTO DE NOVOS PRODUTOS SUSTENTADOS EM MARCA PRÓPRIA	4	4	182	204	501265791	ARMAZENS MERCEARIA E AVÍCOLA, LDA	683.016	443.961	443.961	0
	ALENT-07-0403-FEDER-005135	ALDEAMENTO TURÍSTICO DAS VALADAS - LAND VINEYARDS	4	4	183	204	505185938	SOUSA CUNHAL - TURISMO SA	6.624.369	4.305.840	4.305.840	0
	ALENT-07-0403-FEDER-005170	ECO/EXPERIENCE CAMP SANTIAGO	4	4	181	205	507668758	EXPECIAL WORLD, LDA	2.919.920	1.897.948	1.897.948	0
	ALENT-07-0403-FEDER-005672	EXPLORAÇÃO DE PEDREIRA EM BENCATEL, CONCELHO DE VILA VIÇOSA.	4	4	183	205	508700000	MARMONGELA, LDA	918.715	689.036	689.036	0
	ALENT-07-0403-FEDER-006891	SOLAR DE SÃO MAMEDE	4	4	182	205	508450373	JARDIM PINTADO - SOC. UNIPESSOAL, LDA	426.883	320.162	320.162	0
	ALENT-07-0403-FEDER-006943	QUINTA VAL D ORNAS	4	4	182	205	508990297	DESFRUTA A NATUREZA - TURISMO NO ESPAÇO RURAL, LDA	509.069	381.802	381.802	0
	ALENT-07-0403-FEDER-006970	CRIAÇÃO DA PRIMEIRA UNIDADE DE PRODUÇÃO DE COMPOSITE SANDWICH PANELS EM PORTUGAL	4	4	185	204	508862434	AQUA HOUSE IBÉRIA, LDA	4.347.880	2.826.122	2.826.122	0
	ALENT-07-0403-FEDER-007574	INTRODUÇÃO DE MELHORIAS TECNOLÓGICAS COM VISTA AO REFORÇO DA ACTUAÇÃO COMPETITIVA DA EMPRESA NO MERCADO GLOBAL	4	4	185	204	508092558	PEDRA DE TOQUE - SOC. UNIPESSOAL, LDA	522.941	339.912	339.912	0
	ALENT-07-0403-FEDER-007610	TRANSFORMAÇÃO INDUSTRIAL DE CORTIÇAS PARA FABRICO DE AGLOMERADOS PUROS E COMPOSITOS, EM CORTIÇA, PARA SOLUÇÕES DE ISOLAMENTO, REVESTIMENTO E UNDERLAYMENT REVE	4	4	182	204	508949246	ROBCORK - VALORIZAÇÃO DE PRODUTOS DE CORTIÇA, SA	3.703.183	2.407.069	2.407.069	0
	ALENT-07-0403-FEDER-007702	EXPANSÃO PARA NOVOS MERCADOS	4	4	181	204	506113990	SERVITUBOS II - ANTICORROSÃO, LDA	687.106	453.317	453.317	35.723
	ALENT-07-0403-FEDER-007771	ALUEXPORT	4	4	185	205	504766597	ALU-M - ALUMINIOS E PVC, LDA	263.370	171.191	171.191	0
	ALENT-07-0403-FEDER-008115	DINAMIZAÇÃO DA ACTIVIDADE ATRAVÉS DA MODERNIZAÇÃO E REQUALIFICAÇÃO DE UM NOVO ESPAÇO COMERCIAL A LOCALIZAR-SE NO CENTRO HISTÓRICO DE ELVAS	4	4	182	205	503811262	HELENA LAVORES - DECORAÇÃO E ARTESANATO, LDA	299.922	224.942	224.942	0
	ALENT-07-0403-FEDER-008134	ALTERAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DE ESPAÇO PARA PASTELARIA	4	9	182	205	500349401	FARINHAS GUEIFÃO, LDA	32.403	24.302	24.302	0

Anexo X - Operações aprovadas por Eixo Prioritário até 31.12.12 (valores acumulados)

PROGRAMA: PO ALENTEJO - 2007PT161PO004

unid: euros

Designação do Eixo Prioritário	Candidatura / Operação					Identificação do Beneficiário			Montantes Aprovados			
	Código	Designação	Tipo	Estado	Localização (NUTII/NUTIII)	Tipologia	NIF	Designação	Investimento/ Custo Total Elegível	Despesa Pública	Fundo Comunitário	Montante Fundo de tipologia FSE
	ALENT-07-0403-FEDER-008243	CRIAÇÃO, MODERNIZAÇÃO, REQUALIFICAÇÃO OU RACIONALIZAÇÃO DE EMPRESAS	4	4	184	205	503944440	MARIA GABRIELA VENDA FILHA, SA	125.820	94.365	94.365	0
	ALENT-07-0403-FEDER-011974	HOTEL DE 4 ESTRELAS	4	4	182	204	501415017	SECONFRAL - SOC. DE EMPREITADAS DE COFRAGENS E CONSTRUÇÕES, LDA	1.379.274	1.034.456	1.034.456	0
	ALENT-07-0403-FEDER-012079	MONTE FILIPE - HOTEL E SPA	4	4	182	205	509105777	R.G.LOPES, LDA	3.424.547	2.568.410	2.568.410	0
	ALENT-07-0403-FEDER-013096	CRIAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE NOVO PRODUTO E SERVIÇO - RECICLAGEM DE SLOPS/SLUDGES	4	4	181	204	508816777	ECOSLOPS PORTUGAL, SA	11.322.875	6.227.581	6.227.581	0
	ALENT-07-0403-FEDER-013103	HOTEL CASA D'ALAGOA (3 ESTRELAS)	4	4	185	205	508783429	CASA DA ALAGOA - HOTELARIA, LDA	1.816.243	1.362.182	1.362.182	0
	ALENT-07-0403-FEDER-013109	CRIAÇÃO DE EMPRESA DOTADA DE RECURSOS FÍSICOS, TÉCNICOS E HUMANOS QUALIFICADOS	4	4	181	205	508580510	DIAS DISTINTOS TURISMO RURAL, LDA	596.103	387.467	387.467	0
	ALENT-07-0403-FEDER-013112	CRIAÇÃO DE EMPRESA DOTADA DE RECURSOS FÍSICOS, TÉCNICOS E HUMANOS QUALIFICADOS	4	4	181	205	509188176	LUIS AMARO FIGUEIRA, UNIPessoal, LDA	685.720	445.718	445.718	0
	ALENT-07-0403-FEDER-013145	EXTRAÇÃO DE AZEITE POR PROCESSO QUÍMICO E PRODUÇÃO DE BAGAÇO SECO PARA BIOMASSA	4	4	184	204	508837839	CASA ALTA, SOC. TRANSFORMADORA DE BAGAÇOS, LDA	3.916.866	2.545.963	2.545.963	0
	ALENT-07-0403-FEDER-013161	START-UP PARA A PRODUÇÃO DE INOVADORES MEIOS DE SINALIZAÇÃO RODOVIÁRIA A PARTIR DE MATÉRIA-PRIMA 100% RECICLADA	4	4	182	204	509278361	TRIGNOLAXIA, LDA	3.931.841	2.555.697	2.555.697	0
	ALENT-07-0403-FEDER-013266	TAPADA DA MATA ECO-RESORT, HOTEL SPA, 4*	4	4	183	205	506647153	TAPADA DA MATA, INVESTIMENTOS HOTELEIROS E TURÍSTICOS, LDA	4.820.890	3.615.668	3.615.668	0
	ALENT-07-0403-FEDER-013293	HOTEL RURAL DE 4 ESTRELAS ESTABULOS DE SÃO LEONARDO	4	4	183	205	508957516	LUNION, LDA	1.532.783	1.149.587	1.149.587	0
	ALENT-07-0403-FEDER-013519	CRIAÇÃO DA EMPRESA SIR - SOCIEDADE IBÉRICA DE RENOVACÃO DE BARRICAS	4	4	183	205	509197701	SIR - SOC. IBÉRICA DE RENOVACÃO DE BARRICAS, LDA	130.216	84.641	84.641	0
	ALENT-07-0403-FEDER-013730	SW HOTEL - NATURE ADVENTURE HR 4*	4	4	181	205	509221831	TRILHOS INEDITOS, LDA	753.354	489.680	489.680	0
	ALENT-07-0403-FEDER-013784	UNIDADE DE PRODUÇÃO DE ALIMENTOS PARA ANIMAIS	4	4	183	204	503597155	FRANCISCO PATROCÍNIO - SERVIÇOS PECUÁRIOS, LDA	786.401	511.160	511.160	0
	ALENT-07-0403-FEDER-017386	HOTEL RURAL DE 3 ESTRELAS	4	4	183	205	507829078	MILAGRETE - SOC. DE INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS, LDA	1.230.646	799.920	799.920	0
	ALENT-07-0403-FEDER-017503	CRIAÇÃO DE HOTEL DE 3 ESTRELAS	4	4	184	205	508705207	ALENTREL, SA	1.912.100	1.242.865	1.242.865	0
	ALENT-07-0403-FEDER-017508	PALADIN ON ROAD	4	4	185	204	509581463	MENDES GONÇALVES - DISTRIBUIÇÃO, LDA	359.000	234.850	234.850	8.000
	ALENT-07-0403-FEDER-017602	QUINTA DAS CABEÇAS DO REGUENGO	4	4	182	205	504906186	CABEÇAS DO REGUENGO, LDA	1.135.500	851.625	851.625	0
	ALENT-07-0403-FEDER-017658	TRANSFORMAÇÃO DE MATÉRIAS-PRIMAS PLÁSTICAS EM TUBO PARA APLICAÇÃO EM CABLAGEM.	4	4	182	205	509172326	REDERPLAST - IMPORT-EXPORT DE DERIVADOS DE PLÁSTICO, LDA	510.870	332.066	332.066	0
	ALENT-07-0403-FEDER-017683	PRODUÇÃO, DIVULGAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE AEROGELADORES COM BASE NUMA NOVA PATENTE	4	4	181	205	509714426	ENERGYLOOP, LDA	170.016	110.510	110.510	0
	ALENT-07-0403-FEDER-017735	AQUIÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE UMA PLATAFORMA DE COMÉRCIO ELECTRÓNICO INOVADORA, DE PROMOÇÃO E VENDA DO DESTINO TURÍSTICO PORTUGAL NOS MERCADOS INTERNACIONAIS	4	4	183	204	509457037	PORTUGALRES, LDA	1.333.708	825.899	825.899	92.277
	ALENT-07-0403-FEDER-017786	LIFECOOILER-TRAVEL.COM: A 1ª ONLINE TRAVEL AGENCY (OTA) DO DESTINO PORTUGAL	4	4	183	204	504731998	SITIOS - SERVIÇO DE INFORMAÇÃO TURÍSTICA, SA	423.350	275.178	275.178	0
	ALENT-07-0403-FEDER-017842	HOTEL RURAL TORRE DE PALMA	4	4	182	205	509290817	TORRE DE PALMA, LDA	2.687.978	2.015.984	2.015.984	0
	ALENT-07-0403-FEDER-017978	PRODUÇÃO DE CARBONATO DE CÁLCIO ULTRA-FINO (CORTES INFERIORES A 5 MICRONS)	4	4	185	204	501150609	VITALIANO ADRIÃO CASINHAS, LDA	2.757.856	1.792.606	1.792.606	0
	ALENT-07-0403-FEDER-017991	DESENVOLVIMENTO DAS ACTIVIDADES DA EMPRESA BLOCO B - MÁRMORES, INERTES E CONSTRUÇÃO, LDA.	4	4	183	205	509173160	BLOCO B - MÁRMORES, INERTES E CONSTRUÇÃO, LDA	277.700	208.275	208.275	0
	ALENT-07-0403-FEDER-018060	PROJECTO DE DESENVOLVIMENTO EMPRESARIAL E REFORÇO DA INTERNACIONALIZAÇÃO DA MASTER CARGO	4	4	185	204	507895045	MASTER CARGO - TRANSPORTES UNIPessoal, LDA	808.523	341.300	341.300	17.920
	ALENT-07-0403-FEDER-021923	EXPANSÃO DA CAPACIDADE PRODUTIVA DAS INSTALAÇÕES DA GOLEGÁ	4	4	185	204	504605399	INDUMEL - INDUSTRIA PLÁSTICOS DUARTE MENDES, LDA	1.489.730	968.325	968.325	0
	ALENT-07-0403-FEDER-022306	OPTIMIZAR APROVEITAMENTO E VALORIZAÇÃO DE BIOMASSA (FLORESTAL E ANIMAL)	4	4	185	205	509297633	MECAPARAS, LDA	3.150.416	2.362.812	2.362.812	0
	ALENT-07-0403-FEDER-022312	EDIFÍCIO DE APOIO ÀS ACTIVIDADES RECREATIVAS E NÁUTICAS	4	4	183	205	506880630	QUINTA DA SANFANHA - GESTÃO AGRÍCOLA E IMOBILIÁRIA, LDA	394.015	295.511	295.511	0
	ALENT-07-0403-FEDER-022347	RESORT L'AND RESERVE	4	4	183	205	509232329	LAND RESERVE, SA	21.889.709	14.228.311	14.228.311	0
	ALENT-07-0403-FEDER-022445	REESTRUTURAÇÃO PÁTEO DOS SOLARES	4	4	183	204	503583219	CRIVA - INVESTIMENTO - TURÍSTICO, IMOBILIÁRIO, LDA	1.780.067	1.335.051	1.335.051	0
	ALENT-07-0403-FEDER-024521	STARCORK 2011-2012 - MERCADO EXTERNO	4	4	183	204	505000512	STARCORK, REVESTIMENTOS DE CORTIÇA, LDA	379.460	284.595	284.595	0
	ALENT-07-0403-FEDER-025100	INOVAÇÃO PRODUTIVA	4	4	185	205	501315110	MOCSTONE, SA	315.300	236.475	236.475	0
	ALENT-07-0403-FEDER-026499	CONSTRUÇÃO E EXPLORAÇÃO DE UMA FÁBRICA DE PRODUÇÃO DE PELLETS	4	4	185	204	509694187	GOP - GREEN OIL PORTUGAL, LDA	4.356.399	3.267.299	3.267.299	0
	ALENT-07-0403-FEDER-026535	CRIAÇÃO/IMPLEMENTAÇÃO DO CONJUNTO TURÍSTICO SÃO LOURENÇO DO BARROCAL	4	4	183	205	508426472	SÃO LOURENÇO DO BARROCAL - INVESTIMENTOS TURÍSTICOS IMOBILIÁRIOS, SA	8.695.651	5.652.173	5.652.173	0
	ALENT-07-0403-FEDER-026563	VITÓRIA HOTEL DESIGN	4	4	183	204	500811229	BERNARDINO A CABEÇA, SA	2.547.719	1.910.789	1.910.789	0
	ALENT-07-0403-FEDER-026675	CRIAÇÃO DE UM OPERADOR TURÍSTICO ONLINE	4	4	184	204	509841813	AMO VIAGENS, SA	312.943	234.707	234.707	0

Anexo X - Operações aprovadas por Eixo Prioritário até 31.12.12 (valores acumulados)



PROGRAMA: PO ALENTEJO - 2007PT161PO004

unid: euros

Designação do Eixo Prioritário	Candidatura / Operação					Identificação do Beneficiário			Montantes Aprovados			
	Código	Designação	Tipo	Estado	Localização (NUTII/NUTIII)	Tipologia	NIF	Designação	Investimento/ Custo Total Elegível	Despesa Pública	Fundo Comunitário	Montante Fundo de tipologia FSE
	ALENT-07-0403-FEDER-026776	FORNO 4 + HIDRATADOR 3	4	4	185	204	501188509	CALCIDRATA - INDUSTRIAS DE CAL, S. A.	2.473.500	1.607.775	1.607.775	0
	ALENT-07-0403-FEDER-026782	HOTEL JOSÉ RÉGIO	4	4	182	205	508375827	LUSAGRADES HOTTELS - ACTIVIDADES HOTELEIRAS, LDA	1.770.805	1.328.104	1.328.104	0
	ALENT-07-0403-FEDER-026855	GLOWOOD INVEST	4	4	181	204	509858961	GLOWOOD - INDÚSTRIA SA	5.323.180	2.927.749	2.927.749	0
	ALENT-07-0403-FEDER-026861	ARRAIÓLOS3 - HOTEL 4*	4	4	183	205	510054196	JUST MODERISE - HOTELARIA E RESTAURAÇÃO, LDA	767.635	575.726	575.726	0
	ALENT-07-0403-FEDER-026894	IMPROVE GUT DEVELOPMENT	4	4	185	204	503310867	FRAZÃO - ROCHAS, SA	485.200	363.900	363.900	0
	ALENT-07-0403-FEDER-026926	KICK-OFF MATRIXFIBER - INOVAÇÃO EM MATERIAIS COMPOSITOS	4	4	185	204	510242685	MATRIXFIBER - COMPOSITES, LDA	1.903.000	1.236.950	1.236.950	0
	ALENT-07-0403-FEDER-027029	CRIAÇÃO DE UNIDADE INDUSTRIAL TRANSFORMADORA DE GRANITO EM ARRONCHES	4	4	182	204	506108899	MULTIGRANITOS, TRANSFORMAÇÃO DE GRANITOS, SA	2.044.649	1.533.487	1.533.487	0
	ALENT-07-0403-FEDER-027067	EXTRACÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE MÁRMORES PORTUGUESES	4	4	183	205	508630614	GRANOGLI, LDA	1.542.276	1.156.707	1.156.707	0
	ALENT-07-0403-FEDER-027166	GLOBESPAN	4	4	185	204	510171486	GLOBESPAN-INDÚSTRIA DE CARTÃO, SA	1.318.222	856.845	856.845	0
	ALENT-07-0403-FEDER-027173	HOTEL SPA PRESTIGE - ALJUSTREL 5**	4	4	184	205	509594352	MAJOGAB - INVESTIMENTOS, UNIPESSOAL, LDA	7.822.273	5.084.477	5.084.477	0
	ALENT-07-0403-FEDER-027190	INNOVATIVE WALL	4	4	182	204	501948821	FENESTEVES - PAVIMENTOS E REVESTIMENTOS, LDA	2.437.495	1.596.176	1.596.176	62.958
	ALENT-07-0403-FEDER-027206	SODINPRO - SOCIVAL'S DESSERT INNOVATION PROJECT	4	4	185	204	502173050	SOCIVAL - COMÉRCIO E INDÚSTRIA ALIMENTAR, LDA	1.328.494	996.371	996.371	0
	ALENT-07-0403-FEDER-027286	CRIAÇÃO DE UNIDADE PILOTO PARA FABRICO DE UM PRODUTO INOVADOR DESTINADO AOS MERCADOS INTERNACIONAIS	4	4	185	204	510206824	TIMELESS LANDSCAPE, UNIPESSOAL, LDA	5.356.792	2.949.426	2.949.426	10.208
	ALENT-07-0224-FEDER-001742	PROGRAMA INTEGRADO DE ICdT: REFORÇO DA COMPETITIVIDADE DOS SECTORES AGRÍCOLA E FLORESTAL NO ALENTEJO E SUA SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL - Novas tecnologias de monitorização do solo e da cultura da vinha	1	4	183	109	501201920	Universidade de Evora	185.483	185.483	157.661	0
	ALENT-07-0224-FEDER-001743	INMOLFARM Inovação Molecular e Descoberta de Fármacos - Novas Estratégias para a Descoberta de Novos Fármacos	1	4	183	109	501201920	Universidade de Evora	691.621	691.621	587.878	0
	ALENT-07-0224-FEDER-001744	PROGRAMA INTEGRADO DE ICdT: REFORÇO DA COMPETITIVIDADE DOS SECTORES AGRÍCOLA E FLORESTAL NO ALENTEJO E SUA SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL - A Gestão da Intensidade de Pastoreio face à valorização do Montado	1	4	184	109	501201920	Universidade de Evora	198.388	198.388	168.630	0
	ALENT-07-0224-FEDER-001754	GenoSuber	1	4	184	212	509833195	CEBAL - Centro de Biotecnologia Agrícola e Agro-Alimentar do Baixo Alentejo e Litoral	1.132.423	962.559	962.559	0
	ALENT-07-0224-FEDER-001755	CIBIO-UE: Biodiversidade e Alterações climáticas - Conservação da Biodiversidade num Mundo em Mudança.	1	4	183	109	501201920	Universidade de Evora	890.459	890.459	756.890	0
	ALENT-07-0224-FEDER-001756	WaterTrevi	1	4	184	212	509833195	CEBAL - Centro de Biotecnologia Agrícola e Agro-Alimentar do Baixo Alentejo e Litoral	178.911	152.074	152.074	0
	ALENT-07-0224-FEDER-001760	IMAGOS - Innovative Methodologies in Archaeology, Archaeometry and Geophysics - Optimizing Strategies X APOLLO - Archaeological and Physical On-site Laboratory - Lifting Outputs	1	4	183	109	501201920	Universidade de Evora	1.169.064	1.169.064	993.704	0
	ALENT-07-0224-FEDER-001761	IMAGOS - Innovative Methodologies in Archaeology, Archaeometry and Geophysics - Optimizing Strategies X LARES - Laboratorial Archaeometric and Archaeological Research - Engaging Sciences	1	4	182	109	501201920	Universidade de Evora	1.175.090	1.175.090	998.827	0
	ALENT-07-0324-FEDER-001747	PROGRAMA INTEGRADO DE ICdT: REFORÇO DA COMPETITIVIDADE DOS SECTORES AGRÍCOLA E FLORESTAL NO ALENTEJO E SUA SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL - Gestão Integrada da Protecção do Olival Alentejano. Contributos	1	4	183	109	501201920	Universidade de Evora	125.062	125.062	106.302	0
	ALENT-07-0725-FEDER-000500	Parque de Ciências de Fronteira	1	4	182	107	501162941	Município de Fronteira	97.750	97.750	83.088	0
	ALENT-07-0725-FEDER-000506	EXPERIMENTA ENERGIA	1	4	184	105	508201306	Lógica, Sociedade Gestora do Parque Tecnológico de Moura, E.M.	248.882	248.882	211.550	0
	ALENT-07-0725-FEDER-000530	Casa José Mattoso - Centro de Documentação e de Investigação	1	4	184	214	501966218	Campo Arqueológico de Mértola	69.543	41.726	41.726	0
	ALENT-07-0725-FEDER-000531	CCVEstremoz CiênciaAlentejo - Ciência, Inovação, Tecnologia e Educação no Alentejo (CITEAlentejo)	1	4	183	108	504374400	Centro Ciência Viva de Estremoz	839.415	805.838	713.503	0
	ALENT-07-0725-FEDER-000538	Mina de Ciência - Centro Ciência Viva do Lousal: Inovação, Desenvolvimento e Divulgação	1	4	181	211	504229281	FUNDAÇÃO FRÉDÉRIC VELGE	472.721	283.633	283.633	0
	ALENT-07-0725-FEDER-000540	TORNAR VISÍVEL O QUE NÃO SE VÊ	1	4	183	217	502632810	Centro de Estudos da Avifauna Ibérica	306.200	183.720	183.720	0
	ALENT-07-0725-FEDER-001549	CCVEstremoz Renova 2011, Exposição Interactiva	1	4	183	108	504374400	Centro Ciência Viva de Estremoz	248.375	238.440	211.119	0
	ALENT-07-0725-FEDER-001554	AMPERE - Memória Ciência Viva: Arqueologia Mineira e Património Eléctrico como Recursos Educativos	1	4	181	214	509699650	Associação Centro Ciência Viva do Lousal	585.000	351.000	351.000	0
	ALENT-07-0725-FEDER-001555	ESPAÇO ÁGUA, EFICIÊNCIA ENERGÉTICA DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	1	4	183	212	503418811	AJPRA - Associação para o Desenvolvimento Comunitário, Cultural e Educativo	448.493	403.778	358.794	0

Anexo X - Operações aprovadas por Eixo Prioritário até 31.12.12 (valores acumulados)

PROGRAMA: PO ALENTEJO - 2007PT161PO004

unid: euros

Designação do Eixo Prioritário	Candidatura / Operação					Identificação do Beneficiário			Montantes Aprovados			
	Código	Designação	Tipo	Estado	Localização (NUTII/NUTIII)	Tipologia	NIF	Designação	Investimento/ Custo Total Elegível	Despesa Pública	Fundo Comunitário	Montante Fundo de tipologia FSE
	ALENT-07-0725-FEDER-001567	Museu do Café Delta - Centro de Interpretação, Divulgação Científica e Tecnológica e Promoção Turística	1	4	182	212	508731593	Delta Ciência e Desenvolvimento	4.695.713	2.817.428	2.817.428	0
	ALENT-07-0725-FEDER-001572	SUBERMAN - Manual de Boas Práticas de Gestão do Montado Para Aves	1	4	185	107	506722422	Município de Coruche	43.542	43.542	37.011	0
	ALENT-07-0726-FEDER-000017	Implementação de Sistema de Gestão Documental	1	4	181	107	502563010	Município de Sines	96.745	96.745	82.233	0
	ALENT-07-0726-FEDER-000039	Balcão Multimédia de Suporte à Gestão Integrada do Atendimento nos Centros de Saúde da Região Alentejo	1	4		103	503148768	Administração Regional de Saúde do Alentejo, IP	168.054	168.054	100.833	0
	ALENT-07-0726-FEDER-000229	Operação de Introdução de Tecnologias de Informação para a Disseminação de Informação sobre a Região, para a Melhoria da Gestão de Relacionamento com o Município e para a Modernização dos Processos Adm	1	4		107	509020690	Comunidade Intermunicipal do Alto Alentejo	2.665.435	2.665.435	2.132.348	0
	ALENT-07-0726-FEDER-000230	Modernização, qualificação e simplificação do atendimento aos cidadãos	1	4		107	509364390	CIMAC - Comunidade Intermunicipal do Alentejo Central	1.423.379	1.423.379	1.209.872	0
	ALENT-07-0726-FEDER-000231	Programa Modernização Administrativa do Baixo Alentejo	1	4	184	107	501144587	Associação de Municípios do Baixo Alentejo e Alentejo Litoral	1.297.494	1.297.494	1.037.995	0
	ALENT-07-0726-FEDER-000273	Rede de Expansão de Lojas do Cidadão de 2.ª Geração - Loja de Santarém	1	4	185	103	508184509	Agência para a Modernização Administrativa	1.646.843	1.646.843	1.152.790	0
	ALENT-07-0726-FEDER-000274	Rede de Expansão de Lojas do Cidadão de 2.ª Geração - Loja de Campo Maior	1	4	182	103	508184509	Agência para a Modernização Administrativa	374.732	374.732	318.522	0
	ALENT-07-0726-FEDER-000275	Rede de Expansão de Lojas do Cidadão de 2.ª Geração - Loja de Serpa	1	4	184	103	508184509	Agência para a Modernização Administrativa	297.169	297.169	252.594	0
	ALENT-07-0726-FEDER-000276	Rede de Expansão de Lojas do Cidadão de 2.ª Geração - Loja de Borba	1	4	183	103	508184509	Agência para a Modernização Administrativa	249.403	249.403	211.993	0
	ALENT-07-0726-FEDER-000334	eBusiness da ARH do Alentejo, I.P.	1	4		103	508610516	Administração da Região Hidrográfica do Alentejo, I.P.	1.333.477	1.333.477	1.133.455	0
	ALENT-07-0726-FEDER-000336	Desenvolvimento da Sociedade de Informação - Desmaterialização de Processos na CCDR Alentejo	1	4	183	102	600075826	Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo	471.200	471.200	400.520	0
	ALENT-07-0726-FEDER-000680	eModernização ADRAL 2010	1	4	183	216	504236091	ADRAL - Agência de Desenvolvimento Regional do Alentejo, S.A.	440.415	440.415	264.249	0
	ALENT-07-0726-FEDER-000685	MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA NO GOVERNO CIVIL DE ÉVORA	1	4	183	102	600017311	Governo Civil de Évora	52.801	52.801	44.881	0
	ALENT-07-0726-FEDER-000689	Reengenharia de Processos na ARSA	1	4		103	503148768	Administração Regional de Saúde do Alentejo, IP	1.172.923	1.172.923	996.984	0
	ALENT-07-0726-FEDER-001054	Projecto de Modernização Administrativa do Município de Mértola	1	4	184	107	503279765	Município de Mértola	208.147	208.147	176.925	0
	ALENT-07-0726-FEDER-001080	Modernização Administrativa de Ferreira do Alentejo - SAMA II	1	4	184	107	501227490	Município de Ferreira do Alentejo	131.872	131.872	112.091	0
	ALENT-07-0726-FEDER-001086	Modernização Administrativa - Castro Verde	1	4	184	107	501135960	Município de Castro Verde	255.872	255.872	217.491	0
	ALENT-07-0726-FEDER-001090	MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA - FASE II	1	4	184	107	502174153	Município de Moura	157.446	157.446	133.829	0
	ALENT-07-0726-FEDER-001091	Promoção da Inovação Organizacional e de Gestão do Município de Vidigueira	1	4	184	107	501143734	Município de Vidigueira	225.215	225.215	191.433	0
	ALENT-07-0726-FEDER-001094	SAMA II - Modernização administrativa do Município de Aljustrel	1	4	184	107	501122486	Município de Aljustrel	440.135	440.135	308.095	0
	ALENT-07-0726-FEDER-001116	Ribatejo Digital II - 1ª Fase	1	4	185	107	508787033	Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo	806.196	806.196	685.267	0
	ALENT-07-0726-FEDER-001118	Modernização Administrativa	1	4	184	107	506876330	Município de Ourique	436.557	436.557	371.073	0
	ALENT-07-0726-FEDER-001139	Criação do balcão único, desmaterialização, integração de informação e simplificação organizacional	1	4	184	107	501288120	Município do Alvito	354.966	354.966	301.721	0
	ALENT-07-0726-FEDER-001142	Modernização Administrativa do Município de Beja - Fase II	1	4	184	107	504884620	Município de Beja	1.123.514	1.123.514	954.987	0
	ALENT-07-0726-FEDER-001181	Liberdade para Modernizar	1	4	185	107	505941350	Município de Santarém	1.298.074	1.298.074	1.103.363	0
	ALENT-07-0726-FEDER-001222	eGOVAC 2010 - Modernização Administrativa	1	4	183	107	509364390	CIMAC - Comunidade Intermunicipal do Alentejo Central	592.638	592.638	503.742	0
	ALENT-07-0726-FEDER-001231	Modernização Administrativa da AMBAAL	1	4	184	107	501144587	Associação de Municípios do Baixo Alentejo e Alentejo Litoral	119.265	119.265	101.375	0
	ALENT-07-0726-FEDER-001251	Modernização Administrativa 2 de Serpa	1	4	184	107	501112049	Município de Serpa	794.424	794.424	675.261	0
	ALENT-07-0726-FEDER-001281	Governança e Modernização Administrativa	1	4	185	107	506780902	MUNICIPIO DO CARTAXO	1.202.000	1.202.000	1.021.700	0
	ALENT-07-0726-FEDER-001293	Modernização Administrativa	1	4	185	107	506563774	Município da Golegã	164.171	164.171	139.545	0
	ALENT-07-0726-FEDER-001403	Modernização Administrativa no Município de Almodôvar - Fase II	1	4	184	107	506816184	Município de Almodôvar	233.192	233.192	198.213	0
	ALENT-07-0726-FEDER-001469	Execução, Fiscalização e Homologação de Cartografia e Ortofotocartografia à Escala 1:2.000	1	4	184	107	501081216	Município de Barrancos	11.005	11.005	9.354	0
	ALENT-07-0826-FEDER-000981	Modernização Administrativa	1	4	185	107	505656000	Município de Rio Maior	592.557	592.557	503.673	0
	ALENT-07-0727-FEDER-001503	@ PORTALEGRE DIGITAL E DISTÂNCIA DE UM CLIQUE NO QUE TEMOS DE MELHOR	1	4	182	216	505234580	Associação Para o Desenvolvimento de Portalegre Distrito Digital	249.518	199.614	199.614	0
	ALENT-07-0727-FEDER-001514	Projecto integrado de modernização e capacitação do Registo Nacional de Equinos da Fundação Alter Real	1	4	182	211	507860616	Fundação Alter Real	226.774	181.419	181.419	0
	ALENT-07-0727-FEDER-001520	StarNet-Alentejo : Rede Colaborativa do Alentejo	1	4		216	504236091	ADRAL - Agência de Desenvolvimento Regional do Alentejo, S.A.	338.025	270.420	236.618	0
	ALENT-07-0727-FEDER-001762	Concepção e desenvolvimento de um filme turístico promocional sobre o Alentejo	1	4	184	103	508817897	Turismo do Alentejo, ERT	92.234	92.234	73.787	0

Anexo X - Operações aprovadas por Eixo Prioritário até 31.12.12 (valores acumulados)



PROGRAMA: PO ALENTEJO - 2007PT161PO004

unid: euros

Designação do Eixo Prioritário	Candidatura / Operação					Identificação do Beneficiário			Montantes Aprovados			
	Código	Designação	Tipo	Estado	Localização (NUTII/NUTIII)	Tipologia	NIF	Designação	Investimento/ Custo Total Elegível	Despesa Pública	Fundo Comunitário	Montante Fundo de tipologia FSE
	ALENT-07-0727-FEDER-001763	Concepção e desenvolvimento de uma linha editorial e de comunicação da promoção turística do Alqueva	1	4	183	216	508873363	Turismo Terras do Grande Lago Alqueva	146.302	146.302	87.781	0
	ALENT-07-0727-FEDER-001764	Promoção Turística do Pólo de Desenvolvimento Turístico de Alqueva	1	4	183	216	508873363	Turismo Terras do Grande Lago Alqueva	52.065	52.065	31.239	0
	ALENT-07-0827-FEDER-000135	Elaboração de Estratégia de Eficiência Colectiva e Programa de Acção PROVERE da Zona dos Mármore	1	4		107	503956546	Município de Borba	45.000	45.000	38.250	0
	ALENT-07-0827-FEDER-000136	Valorização dos Recursos Silvestres do Mediterrâneo - uma estratégia para as áreas de baixa densidade do Sul de Portugal	1	4		107	506816184	Município de Almodôvar	44.907	44.907	38.171	0
	ALENT-07-0827-FEDER-000137	Slow Motion: A descoberta do território ao ritmo dos sentidos	1	4	182	107	501162941	Município de Fronteira	59.985	59.985	50.987	0
	ALENT-07-0827-FEDER-000144	EneRural - Eficiência Energética e Energias Renováveis em Espaço Rural	1	4		216	504236091	ADRAL - Agência de Desenvolvimento Regional do Alentejo, S.A.	56.425	56.425	39.498	0
	ALENT-07-0827-FEDER-000145	Projecto dos Avieiros do Tejo e do Sado	1	4	185	109	501403906	Instituto Politécnico de Santarém	30.639	30.639	26.043	0
	ALENT-07-0827-FEDER-000148	Território Uádi Ana	1	4	183	216	502817585	Rota do Guadiana - Associação de desenvolvimento Integrado	42.723	42.723	29.906	0
	ALENT-07-0827-FEDER-000160	Ação preparatória- VALQUIRIA ENXOVAL	1	4		101	510342647	ICNF, IP - Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas	46.963	46.963	39.918	0
	ALENT-07-0827-FEDER-000439	Estratégia de Desenvolvimento e Articulação - Área Adjacente à Plataforma Transfronteiriça Elvas - Cala	1	4	182	107	506612287	Município de Nisa	80.000	80.000	50.800	0
	ALENT-07-0827-FEDER-000626	Carta Desportiva da Lezíria do Tejo	1	4	185	107	508787033	Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo	74.990	74.990	63.742	0
	ALENT-07-0827-FEDER-000657	Cartas de Equipamentos Sociais da Lezíria do Tejo	1	4	185	107	508787033	Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo	86.652	86.652	73.654	0
	ALENT-07-0827-FEDER-000659	Projecto de Delimitação de Áreas de Reabilitação Urbana	1	4	185	107	508787033	Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo	86.400	86.400	73.440	0
	ALENT-07-0827-FEDER-000662	Estrutura de Dinamização, Coordenação e Gestão da Parceria	1	4	184	217	501283269	Associação para o Estudo e Defesa do Património Natural e Cultural do Concelho de Mértola	377.653	377.653	264.357	0
	ALENT-07-0827-FEDER-000664	O Desenvolvimento Turístico e a Sustentabilidade no Baixo Guadiana - Uma Análise Prospectiva para o ano de 2025	1	4	184	217	501283269	Associação para o Estudo e Defesa do Património Natural e Cultural do Concelho de Mértola	122.118	73.271	73.271	0
	ALENT-07-0827-FEDER-000665	Plano de Comunicação para a Dinamização Turística do Alentejo	1	4	184	103	508817897	Turismo do Alentejo, ERT	890.934	890.934	757.294	0
	ALENT-07-0827-FEDER-000681	Alentejo Empreende - Acções de prospecção e promoção do empreendedorismo	1	4	183	216	504236091	ADRAL - Agência de Desenvolvimento Regional do Alentejo, S.A.	319.351	191.611	191.611	0
	ALENT-07-0827-FEDER-000682	Matriz Input-Output da Região Alentejo	1	4	183	109	501201920	Universidade de Evora	68.065	68.065	57.855	0
	ALENT-07-0827-FEDER-000684	INOVBIEJA	1	4	184	215	501523227	ACOS-ASSOCIAÇÃO DE AGRICULTORES DO SUL	320.117	192.070	192.070	0
	ALENT-07-0827-FEDER-000686	Estudo do Plano Operacional de Turismo do Alentejo	1	4	184	103	508817897	Turismo do Alentejo, ERT	89.400	89.400	75.990	0
	ALENT-07-0827-FEDER-000691	Acções estratégicas para a Valorização, Promoção e Internacionalização dos recursos silvestres do sul de Portugal	1	4	184	217	501283269	Associação para o Estudo e Defesa do Património Natural e Cultural do Concelho de Mértola	1.479.562	1.238.258	1.183.650	0
	ALENT-07-0827-FEDER-000717	Rede Cultural (Promoção e Valorização de Patrimónios)	1	4	182	211	510220746	Fundação Robinson	225.694	225.694	191.840	0
	ALENT-07-0827-FEDER-000718	Rota dos Recursos Silvestres	1	4	184	216	504236091	ADRAL - Agência de Desenvolvimento Regional do Alentejo, S.A.	200.000	140.000	140.000	0
	ALENT-07-0827-FEDER-000719	Rota dos Sabores - Acções de animação, dinamização e diversificação dos produtos tradicionais qualificados	1	4	182	216	504236091	ADRAL - Agência de Desenvolvimento Regional do Alentejo, S.A.	205.641	143.949	143.949	0
	ALENT-07-0827-FEDER-000720	Rota Vicentina	1	4	181	212	505944162	Casas Brancas - Associação de Turismo do Litoral Alentejano e Costa Vicentina	357.657	350.504	286.126	0
	ALENT-07-0827-FEDER-000722	DINAMIZAÇÃO, COORDENAÇÃO E GESTÃO DA EEC O MONTADO DE SOURO E DA CORTIÇA	1	4	185	107	506722422	Município de Coruche	301.596	301.596	256.356	0
	ALENT-07-0827-FEDER-000747	Projecto de Dinamização, Coordenação, Acompanhamento, Monitorização e Gestão da Parceria	1	4	182	101	510342647	ICNF, IP - Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas	416.987	416.987	354.439	0
	ALENT-07-0827-FEDER-000955	SECRETARIADO TÉCNICO DO PROVERE DA ZONA DOS MÁRMORES	1	4	182	107	503956546	Município de Borba	311.469	311.469	264.749	0
	ALENT-07-0827-FEDER-000986	Alentejo - Promoção e marketing Territorial	1	4	183	102	600075826	Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo	135.000	135.000	114.750	0
	ALENT-07-0827-FEDER-001002	Projecto Âncora 10 - A Cultura Avieira a Património Nacional - Gestão, Coordenação e Execução da Estratégia de Eficiência Colectiva	1	4	185	109	501403906	Instituto Politécnico de Santarém	387.620	387.620	329.477	0
	ALENT-07-0827-FEDER-001005	Festival Islâmico de Mértola - Plano Estratégico de Acção	1	4	184	107	503279765	Município de Mértola	329.559	329.559	280.125	0
	ALENT-07-0827-FEDER-001049	Dinamização, Coordenação e Gestão da Parceria do PROVERE do ALCV	1	4	184	107	509075541	CIMAL - Comunidade Intermunicipal do Alentejo Litoral	109.989	109.989	93.491	0
	ALENT-07-0827-FEDER-001250	Estudos prévios de preparação à elaboração do Programa de Acção	1	4	184	103	508817897	Turismo do Alentejo, ERT	30.213	30.213	24.170	0
	ALENT-07-0827-FEDER-001474	Concepção e desenvolvimento de uma linha editorial e de comunicação da promoção turística do Alentejo	1	4	184	103	508817897	Turismo do Alentejo, ERT	1.024.727	1.024.727	819.782	0
	ALENT-07-0827-FEDER-001475	Rede de Informação Turística do Alentejo	1	4	184	103	508817897	Turismo do Alentejo, ERT	640.312	640.312	544.265	0
	ALENT-07-0827-FEDER-001498	PROGRAMA DE VALORIZAÇÃO DA CORTIÇA NO ALENTEJO	1	4	185	212	506811956	FILCORK	333.755	233.628	233.628	0

Anexo X - Operações aprovadas por Eixo Prioritário até 31.12.12 (valores acumulados)

PROGRAMA: PO ALENTEJO - 2007PT161PO004

unid: euros

Designação do Eixo Prioritário	Candidatura / Operação					Identificação do Beneficiário			Montantes Aprovados			
	Código	Designação	Tipo	Estado	Localização (NUTII/NUTIII)	Tipologia	NIF	Designação	Investimento/ Custo Total Elegível	Despesa Pública	Fundo Comunitário	Montante Fundo de tipologia FSE
	ALENT-07-0827-FEDER-001502	Promoção e investigação sobre novos produtos no sector extractivo da Zona dos Mármore	1	4	183	105	506035972 EDC MÁRMORES - EMPRESA GESTORA DAS ÁREAS DE DEPOSIÇÃO COMUNS, SA		163.000	114.100	114.100	0
	ALENT-07-0827-FEDER-001505	MITT - Mediadores para a Inovação e Transferência Tecnológica	1	4	183	212	502805367 Terras Dentro - Associao Para o Desenvolvimento Integrado		83.057	58.140	58.140	0
	ALENT-07-0827-FEDER-001508	Programa de Valorização da Fileira da Pinha/Pinhão	1	4	185	212	502441895 UNAC - União da Floresta Mediterrânea		113.660	79.562	79.562	0
	ALENT-07-0827-FEDER-001515	Alentejo Eventos	1	4	184	103	508817897 Turismo do Alentejo, ERT		390.649	371.116	332.051	0
	ALENT-07-0827-FEDER-001519	Alentejo INVEST	1	4	183	216	504236091 ADRAL - Agência de Desenvolvimento Regional do Alentejo, S.A.		137.237	96.066	96.066	0
	ALENT-07-0827-FEDER-001521	FloriVal - Valorização da Floresta e do Olival	1	4	184	215	501523227 ACOS-ASSOCIAÇÃO DE AGRICULTORES DO SUL		177.100	141.680	141.680	0
	ALENT-07-0827-FEDER-001526	Dinamização do Montado como Paisagem Cultural	1	4	184	103	508817897 Turismo do Alentejo, ERT		380.951	380.951	323.809	0
	ALENT-07-0827-FEDER-001586	Concepção e desenvolvimento de uma linha de conteúdos de apoio à dinamização do investimento empresarial - PROMOALENTEJO	1	4	181	216	504236091 ADRAL - Agência de Desenvolvimento Regional do Alentejo, S.A.		200.000	120.000	120.000	0
	ALENT-07-0827-FEDER-001593	Elaboração dos programas estratégicos das ARU dos municípios da Lezíria	1	4	185	105	509226426 LT, Sociedade de Reabilitação Urbana, EM		336.800	336.800	286.280	0
	ALENT-07-0827-FEDER-001667	O Encontro do Grande Rio do Sul	1	4	184	217	501283269 Associação para o Estudo e Defesa do Património Natural e Cultural do Concelho de Mértola		251.302	201.042	201.042	0
	ALENT-07-0827-FEDER-001689	7 Maravilhas da Gastronomia	1	4	185	103	508821509 Turismo de Lisboa e Vale do Tejo		599.625	599.625	509.681	0
	ALENT-07-0827-FEDER-001690	Estratégia para o Desenvolvimento e Promoção da Fileira dos Recursos Micológicos no Baixo Alentejo	1	4	184	217	501283269 Associação para o Estudo e Defesa do Património Natural e Cultural do Concelho de Mértola		247.230	197.784	197.784	0
	ALENT-07-0827-FEDER-001691	Reforço da Promoção do Alentejo nos mercados internacionais	1	4	181	216	506829987 Agência Regional de Promoção Turística do Alentejo - Turismo do Alentejo		483.524	483.524	290.114	0
	ALENT-07-0827-FEDER-001692	Intensificação da Promoção Turística Internacional em Mercados de Elevado Potencial	1	4	181	216	506829987 Agência Regional de Promoção Turística do Alentejo - Turismo do Alentejo		1.230.000	1.230.000	984.000	0
	ALENT-07-0827-FEDER-001693	Dinamização e promoção turística dos Parques Temáticos e de outros pólos de animação do Alentejo	1	4	184	103	508817897 Turismo do Alentejo, ERT		510.972	510.972	434.326	0
	ALENT-07-0827-FEDER-001694	Preparação e promoção da candidatura do Cante Alentejano a Património Cultural Imaterial da Humanidade da Unesco	1	4	184	103	508817897 Turismo do Alentejo, ERT		341.325	341.325	290.126	0
	ALENT-07-0827-FEDER-001727	Plano de web-marketing associado à concepção da estratégia de search engine optimization a ser utilizada no portal turístico da Costa Alentejana	1	4	181	103	509021140 Turismo do Alentejo Litoral		287.747	287.747	172.648	0
	ALENT-07-0827-FEDER-001849	Parceria Geoestratégica dos Municípios de Alvíto, Beja, Cuba, Ferreira do Alentejo e Vidigueira	1	4	184	107	504884620 Município de Beja		211.208	211.208	168.966	0
	ALENT-07-0827-FEDER-001851	Elaboração do Plano de Desenvolvimento Estratégico e do Plano de Marketing Territorial do Concelho de Alvíto	4	4	184	107	501288120 Município do Alvíto		49.970	49.970	42.475	0
	ALENT-07-0128-FEDER-000259	Ecoentro Comercial de Moura	1	4	184	215	501069380 Associação Comercial do Distrito de Beja		187.058	112.235	112.235	0
	ALENT-07-0128-FEDER-000260	Mértola Mercantil	1	4	184	215	501069380 Associação Comercial do Distrito de Beja		262.365	157.419	157.419	0
	ALENT-07-0128-FEDER-000261	Promoção do comércio e serviços do Centro Histórico de Santiago do Cacém e Quinta do Barroso	1	4	181	215	500878854 Associação do Comércio e Serviços do Distrito de Setúbal		230.444	138.266	138.266	0
	ALENT-07-0128-FEDER-000668	Melhor Energia	1	4	182	215	502280336 NERPOR - Associação Empresarial da Região de Portalegre		194.600	126.490	126.490	0
	ALENT-07-0128-FEDER-000675	Rede de Apoios ao Investimento e Iniciativa Turística	1	4	184	103	508817897 Turismo do Alentejo, ERT		341.299	341.299	290.104	0
	ALENT-07-0128-FEDER-000688	PromoNegocios - Rede de Animação Empresarial	1	4	182	215	502280336 NERPOR - Associação Empresarial da Região de Portalegre		442.520	287.638	287.638	0
	ALENT-07-0128-FEDER-000715	Promoção do Porco de Raça Alentejana	1	4	184	215	502487771 Associação de Criadores de Porco Alentejano		104.180	88.553	72.926	0
	ALENT-07-0128-FEDER-001557	Lezíria do Tejo Empreendedora	1	4	185	215	502280280 NERSANT - Associação Empresarial da Região de Santarém		802.879	802.879	602.159	0
	ALENT-07-0328-FEDER-001558	Relatórios de Sustentabilidade - uma via para a promoção do crescimento e da responsabilidade social das empresas	1	4	182	215	502280336 NERPOR - Associação Empresarial da Região de Portalegre		176.773	132.579	132.579	0
	ALENT-07-0328-FEDER-001560	Infocompete - Sistema Integrado de Informação para PME	1	4	183	214	503943053 ESTER - Associação para a Formação Tec. no Sector das Rochas O. e I.		305.325	228.994	228.994	0
	ALENT-07-0428-FEDER-000303	MARCA DE QUALIDADE REGIONAL DO ALENTEJO LITORAL	1	4		215	502280352 ARSET - Associação Empresarial da Região de Setúbal		549.700	384.790	384.790	0
	ALENT-07-0428-FEDER-000304	Plano de Estimulo ao Mercado Interno Alargado (Portugal e Espanha)	1	4		103	508817897 Turismo do Alentejo, ERT		427.701	427.701	363.546	0
	ALENT-07-0428-FEDER-000312	Observatório Regional do Turismo do Alentejo	1	4	183	103	508817897 Turismo do Alentejo, ERT		869.285	869.285	738.893	0
	ALENT-07-0428-FEDER-000674	Alentejo das Gastronomies Mediterrâneas	1	4	183	103	508817897 Turismo do Alentejo, ERT		393.423	385.554	334.409	0
	ALENT-07-0428-FEDER-000677	Promoção do Turismo Industrial - Rota dos Mármore	1	4	183	103	508817897 Turismo do Alentejo, ERT		381.777	381.777	324.510	0
	ALENT-07-0428-FEDER-001556	Competitividade e Internacionalização do Porco de Raça Alentejana	1	4	184	215	502487771 Associação de Criadores de Porco Alentejano		221.769	192.939	166.327	0
	ALENT-07-0428-FEDER-001564	Desenvolvimento do Produto Gastronomia e Vinhos - Alentejo Bom Gosto	1	4	181	103	508817897 Turismo do Alentejo, ERT		863.164	863.164	733.689	0
	ALENT-07-0428-FEDER-001566	Organização do Congresso GLOBAL STONE CONGRESS 2012	1	4	183	215	508976790 Associação Valorpedra		242.235	181.676	181.676	0

Anexo X - Operações aprovadas por Eixo Prioritário até 31.12.12 (valores acumulados)

PROGRAMA: PO ALENTEJO - 2007PT161PO004

unid: euros

Designação do Eixo Prioritário	Candidatura / Operação					Identificação do Beneficiário			Montantes Aprovados			
	Código	Designação	Tipo	Estado	Localização (NUTII/NUTIII)	Tipologia	NIF	Designação	Investimento/ Custo Total Elegível	Despesa Pública	Fundo Comunitário	Montante Fundo de tipologia FSE
	ALENT-07-0262-FEDER-001563	REQUALIFICAÇÃO DO CEVALOR VISTA AO DESENVOLVIMENTO DE COMPETÊNCIAS EM ÁREAS TECNOLÓGICAS PARA O DESENVOLVIMENTO DA COMPETITIVIDADE DAS EMPRESAS	1	4	183	214	502427035	CEVALOR - Centro Tecnológico para o Aproveitamento e Valorização das Rochas Ornamentais e Industri	324.100	259.280	259.280	0
	ALENT-07-0262-FEDER-001570	LABALENTEJO - Laboratório de Análises de Azeite e Azeitona do Alentejo	1	4	184	215	501523227	ACOS-ASSOCIAÇÃO DE AGRICULTORES DO SUL	385.115	308.092	308.092	0
	ALENT-07-0262-FEDER-001741	LABORATÓRIO DE ENERGIAS RENOVÁVEIS	1	4	184	105	508201306	Lógica, Sociedade Gestora do Parque Tecnológico de Moura, E.M.	401.079	401.079	320.863	0
	ALENT-07-0262-FEDER-001790	Laboratório Comunicacional Hipermédia: da Real Life (RL) a Second Life (SL)	1	4	185	109	501403906	Instituto Politécnico de Santarém	126.188	126.188	107.260	0
	ALENT-07-0262-FEDER-001803	Laboratório de Materiais e de Tecnologias de Produção - Upgrade do Laboratório de Ensaios Mecânicos (LEM)	1	4	183	214	502427035	CEVALOR - Centro Tecnológico para o Aproveitamento e Valorização das Rochas Ornamentais e Industri	94.866	66.406	66.406	0
	ALENT-07-0262-FEDER-001805	Laboratório de Novas Tecnologias e Produtos da Pedra Natural NEWTECHSTONE	1	4	183	214	502427035	CEVALOR - Centro Tecnológico para o Aproveitamento e Valorização das Rochas Ornamentais e Industri	260.000	182.000	182.000	0
	ALENT-07-0262-FEDER-001834	Unidade de Sistemas de Agricultura e Sustentabilidade	1	4	185	109	501403906	Instituto Politécnico de Santarém	623.453	623.453	529.935	0
	ALENT-07-0262-FEDER-001860	UnValBio - Unidade de Valorização de Resíduos e Matérias-Primas de Origem Biológica	1	4	184	212	509833195	CEBAL - Centro de Biotecnologia Agrícola e Agro-Alimentar do Baixo Alentejo e Litoral	209.100	146.370	146.370	0
	ALENT-07-0262-FEDER-001867	Unidade da Água e Biogeoquímica Ambiental	1	4	183	109	501201920	Universidade de Évora	385.884	385.884	328.002	0
	ALENT-07-0262-FEDER-001868	MICRA lab	1	4	183	109	501201920	Universidade de Évora	914.041	914.041	776.935	0
	ALENT-07-0262-FEDER-001870	Sistema Regional de Transferência de Tecnologia (SRTT - SAICT) - IPBeja - Junho de 2012	3	4	184	109	680038671	Instituto Politécnico de Beja	1.176.472	1.176.472	1.000.002	0
	ALENT-07-0262-FEDER-001871	Laboratório de Biotecnologia Aplicada e Tecnologias Agro-Ambientais	1	4	183	109	501201920	Universidade de Évora	1.480.682	1.480.682	1.258.580	0
	ALENT-07-0262-FEDER-001872	Laboratório de materiais e Tecnologias de Produção - Unidade de Inter-operabilidade (Labinterop)	1	4	183	109	501201920	Universidade de Évora	113.426	113.426	96.412	0
	ALENT-07-0262-FEDER-001876	Laboratório de Ciências e Tecnologia da Terra, Atmosfera e Energia (LCTTAE)	1	4	183	109	501201920	Universidade de Évora	2.156.001	2.156.001	1.832.601	0
	ALENT-07-0262-FEDER-001878	Laboratório de Desenvolvimento e Caracterização Físico-Química (LADECA)	1	4	183	109	501201920	Universidade de Évora	617.507	617.507	524.881	0
	ALENT-07-0262-FEDER-001879	Laboratório de materiais e Tecnologias de Produção - Unidade LAMEC: Lab. de Automação, Mecânica Experimental e Computacional (LAMEC)	1	4	183	109	501201920	Universidade de Évora	947.250	947.250	805.163	0
	ALENT-07-0262-FEDER-001881	Centro de Atendimento Veterinário Escolar/Análises Clínicas Veterinárias	3	4	182	109	600028348	Instituto Politécnico de Portalegre	50.407	50.407	42.846	0
	ALENT-07-0262-FEDER-001883	LABORATÓRIO DE INVESTIGAÇÃO EM DESPORTO E SAÚDE	1	4	185	109	501403906	Instituto Politécnico de Santarém	523.029	523.029	444.575	0
	ALENT-07-0262-FEDER-001884	CEGMA - Centro de Estudos Geológicos e Mineiros do Alentejo	1	4	184	113	508424780	Laboratório Nacional de Energia e Geologia	739.213	739.213	628.331	0
	ALENT-07-0262-FEDER-001885	Unidade de Regadio	3	4	184	212	504777181	Centro Operativo e de Tecnologia de Regadio	68.414	47.890	47.890	0
	ALENT-07-0163-FEDER-000349	Centro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas	1	4	183	107	506609553	Município de Montemor-o-Novo	617.942	617.942	525.250	0
	ALENT-07-0163-FEDER-000716	Loteamento e infraestruturas da área de expansão industrial de S. Sebastião da Giesteira	1	4	183	107	504828576	Município de Évora	420.706	420.706	357.600	0
	ALENT-07-0163-FEDER-000896	Empreitada de Construção do Loteamento Industrial de Castelo Cernado - Comenda - Gavião	1	4	182	107	506865517	Município de Gavião	225.527	225.527	180.422	0
	ALENT-07-0163-FEDER-000900	Infraestruturas da Área de Acolhimento Empresarial da Boavista dos Pinheiros	1	4	181	107	505311313	Município de Odemira	679.970	679.970	577.975	0
	ALENT-07-0163-FEDER-001850	Zona Industrial de Redondo - 2ª Fase	1	4	183	107	501834117	Município do Redondo	472.676	472.676	401.774	0
	ALENT-07-0463-FEDER-000351	Loteamento Municipal do Parque da Indústria Aeronáutica de Évora	1	4	183	107	504828576	Município de Évora	5.925.212	5.925.212	5.036.430	0
	ALENT-07-0563-FEDER-000559	Obras de urbanização do Espaço Industrial da Vila de Almodôvar	1	4	184	107	506816184	Município de Almodôvar	423.395	423.395	359.885	0
	ALENT-07-0663-FEDER-000455	Projecto de construção da 1.ª Fase do Parque Empresarial de Cuba	3	4	184	107	500832935	Município de Cuba	1.989.739	1.989.739	1.691.278	0
	ALENT-07-0663-FEDER-000479	PARQUE EMPRESARIAL DE BARRANCOS - 1.ª FASE	1	4	184	107	501081216	Município de Barrancos	1.405.888	1.405.888	1.195.005	0
	ALENT-07-0663-FEDER-000625	Construção de Pavilhão Industrial (criação de Microempresas) em Santo António das Areias	1	4	182	107	501170162	Município de Marvão	857.330	857.330	685.864	0
	ALENT-07-0663-FEDER-000648	Zona Industrial de Sousel 2ª Fase	1	4	182	107	506809560	Município de Sousel	93.274	93.274	74.619	0
	ALENT-07-0663-FEDER-001027	REQUALIFICAÇÃO E AMPLIAÇÃO DA ZONA INDUSTRIAL UP1_MOURA	1	4	184	107	502174153	Município de Moura	211.313	211.313	179.616	0
	ALENT-07-0663-FEDER-001070	Parque Empresarial / Ninho de Empresas	1	4	184	107	501227490	Município de Ferreira do Alentejo	720.002	720.002	612.002	0
	ALENT-07-0663-FEDER-001111	Infra-estruturas e arruamentos de expansão da Zona Industrial de Campo Maior	1	4	182	107	501175229	Município de Campo Maior	502.243	502.243	401.795	0
	ALENT-07-0663-FEDER-001120	Parque Empresarial e Industrial de Vidigueira (fase I) e Criação de Ninho de Empresas	1	4	184	107	501143734	Município de Vidigueira	785.549	785.549	667.717	0
	ALENT-07-0663-FEDER-001130	Construção da área de Localização Empresarial/Loteamento Industrial de Santo António das Areias - 1.ª Fase	1	4	182	107	501170162	Município de Marvão	317.150	317.150	222.005	0

Anexo X - Operações aprovadas por Eixo Prioritário até 31.12.12 (valores acumulados)



PROGRAMA: PO ALENTEJO - 2007PT161PO004

unidade: euros

Designação do Eixo Prioritário	Candidatura / Operação					Identificação do Beneficiário			Montantes Aprovados			
	Código	Designação	Tipo	Estado	Localização (NUTII/NUTIII)	Tipologia	NIF	Designação	Investimento/ Custo Total Elegível	Despesa Pública	Fundo Comunitário	Montante Fundo de tipologia FSE
	ALENT-07-0663-FEDER-001178	LOTEAMENTO INDUSTRIAL DE NISA	1	4	182	107	506612287	Município de Nisa	1.792.116	1.792.116	1.433.693	0
	ALENT-07-0663-FEDER-001268	Urbanização e Infra-Estruturação da Zona Industrial do Monte da Barca (ZIMB)	1	4	185	107	506722422	Município de Coruche	410.831	410.831	349.206	0
	ALENT-07-0663-FEDER-001272	Parque de Negócios do Falcão - Infra-estrutura da Área de Ciência e Tecnologia do Valleypark	1	4	185	107	506780902	MUNICÍPIO DO CARTAXO	3.150.000	3.150.000	2.677.500	0
	ALENT-07-0663-FEDER-001467	Expansão e Qualificação do Parque Industrial de Vendas Novas	1	4	183	105	503078727	Soc. Parque Industrial de Vendas Novas-Urbanização, Gestão e Formação Lda	909.964	773.469	773.469	0
	ALENT-07-0663-FEDER-001471	Eco-Parque do Relvão 2ª Fase	1	4	185	107	501305564	Município de Chamusca	1.565.523	1.565.523	1.330.695	0
	ALENT-07-0663-FEDER-001767	Infraestruturas da Zona Industrial de Fronteira - II Fase	1	4	182	107	501162941	Município de Fronteira	566.662	566.662	453.330	0
	ALENT-07-0564-FEDER-001835	Infraestruturas do Parque Tecnológico de Moura	1	4	184	105	508201306	Lógica, Sociedade Gestora do Parque Tecnológico de Moura, E.M.	598.964	419.275	419.275	0
	ALENT-07-0564-FEDER-001869	Sistema Regional de Transferência de Tecnologia (SRTT - SAPCTIEBT) - IPBeja	3	4	184	109	680038671	Instituto Politécnico de Beja	97.528	97.528	82.899	0
	ALENT-07-0564-FEDER-001873	BioEnergia	1	4	182	109	600028348	Instituto Politécnico de Portalegre	1.775.935	1.775.935	1.509.545	0
	ALENT-07-0564-FEDER-001874	Candidatura Única: Governação e Infraestruturas Centrais Comuns, Espaço de Localização de Empresas e Espaços Exteriores do PCTA Évora	3	4	183	105	510055710	PCTA - Parque de Ciência e Tecnologia do Alentejo SA	3.508.075	3.508.075	2.455.653	0
	ALENT-07-0564-FEDER-001875	Centro IDÉA - Centro de Inovação e Desenvolvimento Económico do Alentejo	1	4	183	216	504236091	ADRAL - Agência de Desenvolvimento Regional do Alentejo, S.A.	140.460	126.414	119.391	0
	ALENT-07-0564-FEDER-001877	Centro de Negócios do Alentejo	1	4	183	215	502280298	NERE AE - Núcleo Empresarial da Região de Évora Associação Empresarial	390.793	273.555	273.555	0
	ALENT-07-0564-FEDER-001880	Incubadora Brain Link	1	4	183	215	501775501	ANJE - Associação Nacional de Jovens Empresários	1.026.253	718.377	718.377	0
	ALENT-07-0564-FEDER-001882	Incubadora de Empresas de Base Tecnológica	3	4	185	215	504349660	IDERSANT - Instituto de Desenvolvimento Empresarial da Região de Santarém	898.948	629.264	629.264	0
	ALENT-07-0265-FEDER-000508	Modernização dos Sistemas de Aquecimento em Equipamentos Públicos	1	4	182	107	506796035	Município de Castelo de Vide	150.888	150.888	120.711	0
	ALENT-07-0265-FEDER-000693	Renovação do Sistema de Aquecimento de Águas Sanitárias do Campo de Futebol de Castelo de Vide	1	4	182	107	506796035	Município de Castelo de Vide	45.772	45.772	36.617	0
	ALENT-07-0265-FEDER-001146	Instalação de Sistemas de Energias Renováveis na Piscina Municipal Coberta de Santo António das Areias	1	4	182	107	501170162	Município de Marvão	86.620	86.620	69.296	0
	ALENT-07-0265-FEDER-001225	Implementação/Reestruturação de sistemas de aquecimento de equipamentos desportivos - Solar Térmico	1	4	182	107	506809560	Município de Sousel	82.788	82.788	66.230	0
	ALENT-07-0265-FEDER-001786	Piscina Coberta - Solar Térmico	1	4	183	107	501834117	Município do Redondo	79.394	79.394	67.485	0
	ALENT-07-0265-FEDER-001844	Beneficiação da Piscina Coberta de Portel - Solar Térmico	1	4	183	107	506196445	Município de Portel	74.900	74.900	63.665	0
	ALENT-07-0365-FEDER-000426	UAG de ALPIARÇA	1	4	185	202	503956538	TAGUSGAS - Empresa de Gás do Vale do Tejo, SA	613.908	245.563	245.563	0
	ALENT-07-0365-FEDER-000463	Desporto Energia	1	4	184	107	502174153	Município de Moura	83.122	83.122	70.654	0
	ALENT-07-0365-FEDER-000729	Sistema de Aproveitamento Energético Integrado de Carácter Demonstrativo	1	4	184	105	508201306	Lógica, Sociedade Gestora do Parque Tecnológico de Moura, E.M.	374.400	318.240	318.240	0
	ALENT-07-0365-FEDER-000730	STIRLING FOCUS + STORAGE	1	4	184	105	508201306	Lógica, Sociedade Gestora do Parque Tecnológico de Moura, E.M.	85.000	72.250	72.250	0
	ALENT-07-0365-FEDER-000875	Instalação de Sistemas de Aquecimento de Águas por Energia Solar em Equipamentos Municipais	1	4	184	107	504884620	Município de Beja	69.924	69.924	59.435	0
	ALENT-07-0365-FEDER-000954	Instalação de Sistemas de Aquecimento de Águas por Energia Solar em Equipamentos Municipais - Piscina Coberta	1	4	184	107	504884620	Município de Beja	163.199	163.199	138.719	0
	ALENT-07-0365-FEDER-000983	Sistema de Aquecimento Solar da Piscina Municipal	1	4	184	107	506876330	Município de Ourique	45.957	45.957	39.064	0
	ALENT-07-0365-FEDER-001006	Medidas de Eficiência Energética nas Infra-Estruturas Escolares no Concelho de Castro Verde	1	4	184	107	501135960	Município de Castro Verde	90.570	90.570	76.984	0
	ALENT-07-0365-FEDER-001059	Requalificação e Modernização das Piscinas Municipais de Vidigueira	1	4	184	107	501143734	Município de Vidigueira	173.715	173.715	147.658	0
	ALENT-07-0365-FEDER-001112	Implementação de Sistema Solar Térmico para a Piscina e Pavilhão Municipal do Crato	1	4	182	107	506659968	MUNICÍPIO DO CRATO	79.182	79.182	63.346	0
	ALENT-07-0365-FEDER-001279	Instalação de Sistema solar térmico na Santa Casa da Misericórdia de Santiago do Cacém	1	4	181	212	501111867	Santa Casa da Misericórdia de Santiago do Cacém	36.097	30.683	30.683	0
	ALENT-07-0365-FEDER-001283	Centro Social Paroquial da Ereira - Sistema Solar Térmico, Iluminação e Vãos Envidraçados	1	4	185	212	501396373	CENTRO SOCIAL PAROQUIAL DA EREIRA	34.944	29.703	29.703	0
	ALENT-07-0365-FEDER-001284	Instalação de Sistema solar térmico na CPAM - Casa do Pombal A Mãe	1	4	185	212	504375504	Casa do Pombal - A Mãe	22.089	15.462	15.462	0
	ALENT-07-0365-FEDER-001286	SCM - Santiago do Cacém Residências	1	4	181	212	501111867	Santa Casa da Misericórdia de Santiago do Cacém	36.097	30.683	30.683	0
	ALENT-07-0365-FEDER-001294	SCMM - Santa Casa da Misericórdia de Montargil - Sistema Solar Térmico	1	4	182	212	501057137	Santa Casa da Misericórdia de Montargil	33.297	28.303	28.303	0
	ALENT-07-0365-FEDER-001295	Centro Social e Interparoquial Centro Social e Interparoquial de Santarém Unidade D. António Francisco Lar	1	4	185	212	501529640	Centro Social Interparoquial de Santarém	35.556	30.222	30.222	0
	ALENT-07-0365-FEDER-001297	Centro Infantil Coronel Sousa Tavares - instalação de Sistema Solar Térmico	1	4	184	212	501400664	Centro Infantil Coronel Sousa Tavares	44.444	37.778	37.778	0

Anexo X - Operações aprovadas por Eixo Prioritário até 31.12.12 (valores acumulados)

PROGRAMA: PO ALENTEJO - 2007PT161PO004

unid: euros

Designação do Eixo Prioritário	Candidatura / Operação					Identificação do Beneficiário			Montantes Aprovados			
	Código	Designação	Tipo	Estado	Localização (NUTII/NUTIII)	Tipologia	NIF	Designação	Investimento/ Custo Total Elegível	Despesa Pública	Fundo Comunitário	Montante Fundo de tipologia FSE
	ALENT-07-0365-FEDER-001300	Fundação Nossa Senhora da Esperança - Lar do Convento de S. Francisco - Sistema Solar Térmico	1	4	182	211	500875871	FUNDAÇÃO NOSSA SENHORA DA ESPERANÇA	40.471	28.330	28.330	0
	ALENT-07-0365-FEDER-001302	Instalação de Sistema Solar Térmico na Santa Casa da Misericórdia de Mértola	1	4	184	212	501155481	SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE MÉRTOLA	57.342	48.740	48.740	0
	ALENT-07-0365-FEDER-001303	Assoc. de Amigos da Terceira Idade Carreiras Centro Social e Interparoquial de Santarém Unidade João Arruda Creche, Jardim de Infância, Apoio Domiciliário e Centro de Dia	1	4	182	212	501874755	Associação de Amigos da Terceira Idade das Carreiras	41.102	34.937	34.937	0
	ALENT-07-0365-FEDER-001311	Assoc. de Amigos da Terceira Idade Carreiras Centro Social e Interparoquial de Santarém Unidade João Arruda Creche, Jardim de Infância, Apoio Domiciliário e Centro de Dia	1	4	185	212	501529640	Centro Social Interparoquial de Santarém	30.556	25.972	25.972	0
	ALENT-07-0365-FEDER-001313	Fundação Luiza Andaluz - Balneários - Sistema Solar Térmico.	1	4	185	212	500928983	Fundação Luiza Andaluz	19.444	16.528	16.528	0
	ALENT-07-0365-FEDER-001314	Fundação Luiza Andaluz - Instalação de Sistema Solar Térmico	1	4	185	212	500928983	Fundação Luiza Andaluz	19.449	16.532	16.532	0
	ALENT-07-0365-FEDER-001317	Casa do Povo de Azinheira de Barros - Iluminação e Sistema Solar Térmico	1	4	181	212	501065210	Casa do Povo de Azinheira dos Barros	21.681	15.177	15.177	0
	ALENT-07-0365-FEDER-001318	Centro Comunitário do Lousal	4	4	181	212	501065210	Casa do Povo de Azinheira dos Barros	74.180	51.926	51.926	0
	ALENT-07-0365-FEDER-001319	Centro Solidariiedade Social Nossa Senhora da Luz - Iluminação, Caldeira de condensação, Envolvente passiva.	1	4	185	212	502920939	Centro de Solidariiedade Social Nossa Senhora da Luz	17.837	15.162	15.162	0
	ALENT-07-0365-FEDER-001321	Instalação do Projecto Solar Térmico	1	4	183	212	501195815	Centro Social e Paroquial de Arraiolos	45.142	42.885	36.114	0
	ALENT-07-0365-FEDER-001326	Racionalização do Uso da Energia na Assoc. de S. S. 25 de Abril de Vendas Novas	1	4	183	212	501905383	Associação de Solidariiedade Social 25 de Abril de Vendas Novas	36.808	25.766	25.766	0
	ALENT-07-0365-FEDER-001329	Energia - Sistema Colectores Solares Térmicos - CSPVP	1	4	185	212	503247456	Centro Social Paroquial Vale Pinta	25.405	25.405	21.595	0
	ALENT-07-0365-FEDER-001333	Energia - Utilização Racional de Energia e Eficiência Energético-Ambiental em Equipamentos Colectivos	1	4	183	212	502901039	Centro Social e Paroquial de Nossa Senhora da Boa Fé	26.446	22.479	22.479	0
	ALENT-07-0365-FEDER-001336	Santa Casa da Misericórdia do Cartaxo - Iluminação, Caldeira de condensação.	1	4	185	212	501118888	Santa Casa da Misericórdia do Cartaxo	32.422	27.559	27.559	0
	ALENT-07-0365-FEDER-001342	Eficiência energética no lar HSF	1	4	183	212	500848572	Santa Casa da Misericórdia de Borba	116.785	99.267	99.267	0
	ALENT-07-0365-FEDER-001344	Fundação INATEL - Edifício S. Paulo-Castelo de Vide	1	4	182	211	500122237	Fundação Inatel	36.345	25.441	25.441	0
	ALENT-07-0365-FEDER-001345	Fundação INATEL - Edifício Jardim - Castelo de Vide	1	4	182	211	500122237	Fundação Inatel	60.175	42.122	42.122	0
	ALENT-07-0365-FEDER-001346	Santa Casa da Misericórdia de Serpa	1	4	184	212	500852219	Santa Casa da Misericórdia de Serpa	16.678	14.176	14.176	0
	ALENT-07-0365-FEDER-001347	Energia em REDE	1	4	184	212	500988552	Associação Humanitária de Bombeiros Voluntário de Moura	104.473	73.131	73.131	0
	ALENT-07-0365-FEDER-001348	Energia - Utilização Racional de Energia e Eficiência Energético-Ambiental em Equipamentos Colectivos	1	4	185	212	502998563	Centro Social da Freguesia de Moçaria	54.140	37.898	37.898	0
	ALENT-07-0365-FEDER-001351	Energia - Utilização Racional de Energia e Eficiência Energético-Ambiental em Equipamentos Colectivos	1	4	183	212	502673192	Centro Social Paroquial de Torre de Coelheiros	52.540	36.778	36.778	0
	ALENT-07-0365-FEDER-001352	Energia - Utilização Racional de Energia e Eficiência Energético-Ambiental em Equipamentos Colectivos	1	4	182	212	501381724	Santa Casa da Misericórdia de Alegrete	105.515	89.687	89.687	0
	ALENT-07-0365-FEDER-001688	Eficiência Energética na Iluminação Pública - Concelho Coruche	1	4	185	107	506722422	Município de Coruche	316.147	316.147	268.725	0
	ALENT-07-0365-FEDER-001697	Energia - Utilização Racional de Energia e Eficiência Energético-Ambiental em Equipamentos equipamentos colectivos sociais existentes	1	4	182	212	501952837	Associação dos Bombeiros Voluntários de Monforte	13.681	9.577	9.577	0
	ALENT-07-0365-FEDER-001698	Eficiência Energética na Iluminação Pública	1	4	185	107	505941350	Município de Santarém	483.488	483.488	386.790	0
	ALENT-07-0365-FEDER-001699	Instalação de sistemas de produção de energia térmica e de electricidade para consumo próprio	4	4	183	212	500826277	Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Mourão	145.575	101.902	101.902	0
	ALENT-07-0365-FEDER-001700	Energia - Utilização Racional de Energia e Eficiência Energético-Ambiental em Equipamentos equipamentos colectivos sociais existentes	1	4	182	212	500969264	Casa do Povo de Alagoa	29.114	20.380	20.380	0
	ALENT-07-0365-FEDER-001701	Aquisição e instalação de colectores solares térmicos e produção de electricidade para consumo próprio	4	4	183	212	500981825	Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Alandroal	89.238	62.466	62.466	0
	ALENT-07-0365-FEDER-001702	Instalação de sistema de produção de electricidade	1	4	183	212	501091750	Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Arraiolos	131.610	131.610	105.288	0
	ALENT-07-0365-FEDER-001703	Energia - Utilização Racional de Energia e Eficiência Energético-Ambiental em Equipamentos equipamentos colectivos sociais existentes	1	4	185	212	501720081	Centro Social Paroquial de Santo António do Couço	42.326	35.977	35.977	0
	ALENT-07-0365-FEDER-001704	Energia - Utilização Racional de Energia e Eficiência Energético-Ambiental em Equipamentos equipamentos colectivos sociais existentes	1	4	182	212	504380974	Centro Social dos Bombeiros de Gavião	25.280	22.803	20.224	0
	ALENT-07-0365-FEDER-001705	Energia - Utilização Racional de Energia e Eficiência Energético-Ambiental em Equipamentos equipamentos colectivos sociais existentes	1	4	183	212	501128468	Associação dos Bombeiros Voluntários de Estremoz	18.263	16.619	14.610	0
	ALENT-07-0365-FEDER-001706	Energia - Utilização Racional de Energia e Eficiência Energético-Ambiental em Equipamentos equipamentos colectivos sociais existentes	1	4	183	212	501064761	Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Évora	18.718	13.102	13.102	0
	ALENT-07-0365-FEDER-001707	Energia - Utilização Racional de Energia e Eficiência Energético-Ambiental em Equipamentos equipamentos colectivos sociais existentes	1	4	183	212	500976104	ASSOCIAÇÃO DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE PORTEL	11.598	8.118	8.118	0

Anexo X - Operações aprovadas por Eixo Prioritário até 31.12.12 (valores acumulados)

PROGRAMA: PO ALENTEJO - 2007PT161PO004

unid: euros

Designação do Eixo Prioritário	Candidatura / Operação					Identificação do Beneficiário			Montantes Aprovados			
	Código	Designação	Tipo	Estado	Localização (NUTII/NUTIII)	Tipologia	NIF	Designação	Investimento/ Custo Total Elegível	Despesa Pública	Fundo Comunitário	Montante Fundo de tipologia FSE
	ALENT-07-0365-FEDER-001708	Energia - Utilização racional de energia e eficiência energética-ambiental em equipamentos colectivos sociais existentes	1	4	183	212	501306390	ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE VILA VIÇOSA	18.294	12.806	12.806	0
	ALENT-07-0365-FEDER-001711	Aquisição e instalação de equipamento de produção de electricidade para consumo próprio	1	4	183	212	502577967	Associação de Reformados, Pensionistas e Idosos de Igreja	110.269	93.728	93.728	0
	ALENT-07-0365-FEDER-001713	Energia – Utilização Racional de Energia e Eficiência Energética-Ambiental em Equipamentos equipamentos colectivos sociais existentes	4	4	184	211	501422587	Centro Social e Paroquial de Brinches	57.375	40.162	40.162	0
	ALENT-07-0365-FEDER-001714	Instalação de Sistema Solar Térmico para consumo próprio no Centro Social e Paroquial de Santo António, Lavre.	1	4	183	212	501441450	Centro Social Paroquial de Santo António	39.103	33.238	33.238	0
	ALENT-07-0365-FEDER-001716	Instalação de Sistema Solar Fotovoltaico na Santa Casa da Misericórdia de Mértola	1	4	184	212	501155481	SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE MÉRTOA	61.683	52.431	52.431	0
	ALENT-07-0365-FEDER-001717	Energia – Utilização Racional de Energia e Eficiência Energética-Ambiental em Equipamentos equipamentos colectivos sociais existentes	4	4	183	212	501116222	Associação Humanitária - Bombeiros Voluntários de Reguengos de Monsaraz	94.797	66.358	66.358	0
	ALENT-07-0365-FEDER-001718	Energia – Utilização Racional de Energia e Eficiência Energética-Ambiental em Equipamentos equipamentos colectivos sociais existentes	4	4	183	212	501091912	Associação Humanitária Bombeiros Voluntários de Mora - Cruz Roxa	12.967	9.077	9.077	0
	ALENT-07-0365-FEDER-001719	Energia – Utilização Racional de Energia e Eficiência Energética-Ambiental em Equipamentos equipamentos colectivos sociais existentes	4	4	182	212	501091645	Associação dos Bombeiros Voluntários de Elvas	14.255	11.404	11.404	0
	ALENT-07-0365-FEDER-001721	Energia – Utilização Racional de Energia e Eficiência Energética-Ambiental em Equipamentos equipamentos colectivos sociais existentes	1	4	182	212	501078533	Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Sousel	5.949	5.354	4.759	0
	ALENT-07-0365-FEDER-001722	Instalação de Painéis Fotovoltaicos no Centro de Noite da Santa Casa da Misericórdia de Alcaçovas	1	4	183	212	500960330	Santa Casa Misericórdia Alcaçovas	110.897	94.262	94.262	0
	ALENT-07-0365-FEDER-001728	Reformulação da Iluminação Pública	1	4	181	107	502563010	Município de Sines	574.016	574.016	487.914	0
	ALENT-07-0365-FEDER-001730	SUBSTITUIÇÃO DAS FONTES LUMINOSAS NOS SISTEMAS DE CONTROLO DE TRÁFEGO DE PEÕES POR TECNOLOGIA LED	1	4	184	107	504884620	Município de Beja	160.230	160.230	136.195	0
	ALENT-07-0365-FEDER-001731	INICIATIVAS DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA E DE INOVAÇÃO NA ILUMINAÇÃO PÚBLICA NO MUNICÍPIO DE ÉVORA EM LIGAÇÃO COM O PROJECTO INOVGrD	1	4	183	107	504828576	Município de Évora	527.542	527.542	448.411	0
	ALENT-07-0365-FEDER-001732	Melhoria da Eficiência Energética na Iluminação Pública do Concelho de Almodôvar I	1	4	184	107	506816184	Município de Almodôvar	25.548	25.548	21.715	0
	ALENT-07-0365-FEDER-001733	Eficiência Energética na Iluminação Pública no Alentejo Central	1	4	183	107	509364390	CIMAC - Comunidade Intermunicipal do Alentejo Central	467.281	467.281	373.824	0
	ALENT-07-0365-FEDER-001734	ILUPub – Melhoria da Eficiência Energética da Iluminação Pública	1	4	182	107	509020690	Comunidade Intermunicipal do Alto Alentejo	1.967.169	1.967.169	1.672.094	0
	ALENT-07-0365-FEDER-001819	Aquecimento Solar Térmico e Melhoria da Eficiência Energética das Piscinas Municipais no Complexo Desportivo	1	4	184	107	506816184	Município de Almodôvar	118.455	118.455	94.764	0
	ALENT-07-0765-FEDER-000703	Produção de Águas Quentes com Energia Solar - Pav. Municipal, Estádio Municipal e Piscinas Municipais	1	4	185	107	506722422	Município de Coruche	205.486	205.486	174.663	0
	ALENT-07-0765-FEDER-000992	Equipamentos Sociais Colectivos - Eficácia Energética	1	4	185	107	506563774	Município da Golegã	379.764	379.764	322.799	0
	ALENT-07-0166-FEDER-000882	Implementação de Sistema de Informação Municipal	1	4	184	107	504884620	Município de Beja	270.017	270.017	229.515	0
	ALENT-07-0166-FEDER-001674	Sensibilizar para Integrar	1	4		214	508960134	ALC - Associação Lusófona para o Desenvolvimento do Conhecimento	103.358	72.351	72.351	0
	ALENT-07-0166-FEDER-001681	Tudo a Monte	1	4	184	217	501263269	Associação para o Estudo e Defesa do Património Natural e Cultural do Concelho de Mértola	73.554	51.488	51.488	0
	ALENT-07-0766-FEDER-000201	Operação - Sistema Electrónico de Segurança	1	4		103	600053008	DGEEC - Direcção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência	2.518.611	2.518.611	2.140.820	0
	ALENT-07-0766-FEDER-000203	Operação - Escola em Rede	1	4		103	600053008	DGEEC - Direcção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência	5.560.621	5.560.621	4.726.528	0
	ALENT-07-0766-FEDER-000369	Operação - Computadores na sala de aula	1	4		103	600053008	DGEEC - Direcção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência	2.320.443	2.320.443	1.972.376	0
	ALENT-07-0766-FEDER-000430	Plano Tecnológico para o Ensino Básico - Aquisição de Quadros Interactivos	1	4	185	107	501273433	Município de Almeirim	76.988	76.988	65.440	0
	ALENT-07-0766-FEDER-000482	Quadros Interactivos na Rede de Escolas do 1º Ciclo do Ensino Básico	1	4	185	107	506722422	Município de Coruche	63.375	63.375	53.869	0
	ALENT-07-0766-FEDER-000511	Plano Tecnológico da Educação - Baixo Alentejo	1	4	184	107	501144587	Associação de Municípios do Baixo Alentejo e Alentejo Litoral	157.560	157.560	133.926	0
	ALENT-07-0766-FEDER-000512	Aptreçamento Tecnológico de Escolas com 1º Ciclo do Ensino Básico no Distrito de Évora	1	4	183	107	509364390	CIMAC - Comunidade Intermunicipal do Alentejo Central	169.560	169.560	144.126	0
	ALENT-07-0766-FEDER-000514	Escolas 2.0 - Um Ensino Interactivo	1	4	182	107	509020690	Comunidade Intermunicipal do Alto Alentejo	77.362	77.362	65.758	0
	ALENT-07-0766-FEDER-000619	Aquisição de Quadros Interactivos para a EB1 de Golegã e EB1 de Azinhaga	1	4	185	107	506563774	Município da Golegã	22.960	22.960	19.516	0
	ALENT-07-0766-FEDER-000630	Espaço Internet de Vila Verde de Ficalho	1	4	184	107	501112049	Município de Serpa	70.487	70.487	59.914	0
	ALENT-07-0766-FEDER-000725	Plano Tecnológico para o Ensino Básico	1	4	185	107	506821480	Município de Azambuja	89.700	89.700	76.245	0

Anexo X - Operações aprovadas por Eixo Prioritário até 31.12.12 (valores acumulados)

PROGRAMA: PO ALENTEJO - 2007PT161PO004

unid: euros

Designação do Eixo Prioritário	Candidatura / Operação					Identificação do Beneficiário			Montantes Aprovados			
	Código	Designação	Tipo	Estado	Localização (NUTII/NUTIII)	Tipologia	NIF	Designação	Investimento/ Custo Total Elegível	Despesa Pública	Fundo Comunitário	Montante Fundo de tipologia FSE
	ALENT-07-0766-FEDER-000878	Modernização de Processos e Serviços da Biblioteca Municipal de Ourique	1	4	184	107	506876330	Município de Ourique	79.839	79.839	67.863	0
	ALENT-07-0766-FEDER-000879	Economia Digital e Sociedade do Conhecimento à distância de um toque - IIFA	1	4	183	109	501201920	Universidade de Evora	198.471	198.471	168.700	0
	ALENT-07-0766-FEDER-000884	BEJA FORA DE PORTAS	1	4	184	107	504884620	Município de Beja	267.933	267.933	227.743	0
	ALENT-07-0766-FEDER-000885	O PORTALEGRE DIGITAL AO SERVIÇO DA PROMOÇÃO E MASSIFICAÇÃO DOS CONTEÚDOS E DA LITERACIA DIGITAL	1	4	182	216	505234580	Associação Para o Desenvolvimento de Portalegre Distrito Digital	517.963	414.370	414.370	0
	ALENT-07-0766-FEDER-000982	Quadros Interativos para Escolas do 1º Ciclo	1	4	185	107	505941350	Município de Santarém	372.756	372.756	316.843	0
	ALENT-07-0766-FEDER-000999	Aquisição de Quadros Interativos e Equipamentos Acessórios EB1's do Concelho da Chamusca e Centro de Recursos Educativos	1	4	185	107	501305564	Município de Chamusca	48.482	48.482	41.210	0
	ALENT-07-0766-FEDER-001029	Quadros Interativos	1	4	185	107	505656000	Município de Rio Maior	82.575	82.575	70.189	0
	ALENT-07-0766-FEDER-001259	Quadros Interativos	1	4	185	107	506676056	Município de Benavente	90.635	90.635	77.040	0
	ALENT-07-0766-FEDER-001269	E-Ferreir@	1	4	184	107	501227490	Município de Ferreira do Alentejo	48.841	48.841	41.515	0
	ALENT-07-0766-FEDER-001495	Infraestruturas TIC - Itinerância do Posto Móvel de Acesso à Internet	1	4	183	107	509364390	CIMAC - Comunidade Intermunicipal do Alentejo Central	70.330	70.330	59.781	0
	ALENT-07-0766-FEDER-001496	Economia Digital e Sociedade do Conhecimento	1	4	181	212	509067336	ASSOCIAÇÃO PROSAS , PROJECTO SÊNIOR DE ARTES E SABERES DE SINES	6.285	5.091	4.400	0
	ALENT-07-0766-FEDER-001500	3ª Edição do projecto A Escola e o Rio - Educação Digital	1	4	183	212	503901490	Oficinas do Convento - associação cultural de arte e comunicação	14.679	10.275	10.275	0
	ALENT-07-0766-FEDER-001501	Candidatura Economia Digital e Sociedade do Conhecimento	1	4	181	214	508960134	ALC - Associação Lusófona para o Desenvolvimento do Conhecimento	38.141	26.699	26.699	0
	ALENT-07-0766-FEDER-001504	LOGin - Localidades Rurais On-line	1	4	183	212	502605367	Terras Dentro - Associao Para o Desenvolvimento Integrado	60.959	57.302	48.767	0
	ALENT-07-0766-FEDER-001513	DO CAMINHO	1	4	184	212	503581909	arte pública - Associação Artes Performativas de Beja	275.937	193.156	193.156	0
	ALENT-07-0766-FEDER-001517	APORTAR SINES - Plataforma Multimédia de preservação da memória, descoberta do presente e projecção do futuro	1	4	181	107	502563010	Município de Sines	232.832	232.832	197.907	0
	ALENT-07-0766-FEDER-001522	A Descoberta de Redondo	1	4	183	107	501834117	Município do Redondo	137.760	137.760	117.096	0
	ALENT-07-0766-FEDER-001523	UM DISTRITO PARA TODOS	1	4	182	216	505234580	Associação Para o Desenvolvimento de Portalegre Distrito Digital	246.742	197.394	197.394	0
	ALENT-07-0766-FEDER-001671	COMINGUA - Plataforma Digital de Conhecimento e Comunidade de Investigadores da Bacia Hidrográfica Portuguesa do Rio Guadiana	1	4		217	501283269	Associação para o Estudo e Defesa do Património Natural e Cultural do Concelho de Mértola	190.650	133.455	133.455	0
	ALENT-07-0766-FEDER-001687	Alentejo Sustentável	4	4	183	217	502632810	Centro de Estudos da Avifauna Ibérica	195.885	137.119	137.119	0
<b>EP 2 - Valorização do Espaço Regional</b>									<b>162.475.236</b>	<b>161.766.251</b>	<b>125.256.091</b>	<b>0</b>
	ALENT-08-0230-FEDER-000280	Entre Loendros e Águas Santas - Requalificação Ambiental e Paisagística da Ribeira de Oeiras - Água Santa da Herdade	1	4	184	217	501283269	Associação para o Estudo e Defesa do Património Natural e Cultural do Concelho de Mértola	39.300	39.300	23.580	0
	ALENT-08-0230-FEDER-000283	Mosaicos Mediterrânicos: Modelo de Resiliência dos Ecossistemas Mediterrânicos	1	4	184	217	501283269	Associação para o Estudo e Defesa do Património Natural e Cultural do Concelho de Mértola	412.200	412.200	247.320	0
	ALENT-08-0230-FEDER-000286	Avaliação e mitigação da tuberculose bovina em herbívoros selvagens na região Moura-Barrancos	1	4	184	105	503450189	EDIA - Empresa de Desenvolvimento e Infra-Estruturas do Alqueva, S.A.	300.488	300.488	180.293	0
	ALENT-08-0230-FEDER-000288	Elaboração do Plano de Gestão do Sítio - Comporta Galé	1	4		101	510342647	ICNF, IP - Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas	180.000	180.000	153.000	0
	ALENT-08-0230-FEDER-000290	Requalificação e Valorização do Centro de Interpretação Subterrâneo - Algar do Pena, no Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros	1	4	185	101	510342647	ICNF, IP - Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas	107.710	107.710	91.554	0
	ALENT-08-0230-FEDER-000292	Valorização da Reserva Natural das Lagoas de Santo André e Sancha	1	4	181	101	510342647	ICNF, IP - Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas	285.062	285.062	242.303	0
	ALENT-08-0230-FEDER-000293	TRILHOS - Visitação e Conservação no Vale do Guadiana	1	4	184	211	507080769	Fundação Serrão Martins	156.463	156.463	93.878	0
	ALENT-08-0230-FEDER-000732	Rede de Percursos, Promoção e Divulgação das Áreas Classificadas do Alto Alentejo	1	4	182	101	510342647	ICNF, IP - Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas	249.693	249.693	212.239	0
	ALENT-08-0230-FEDER-001064	Centro de Interpretação Ambiental do Gameiro	1	4	183	107	501129103	Município de Mora	304.935	304.935	259.195	0
	ALENT-08-0230-FEDER-001842	Centro de Interpretação da Natureza e do Montado	1	4	183	107	506196445	Município de Portel	433.049	433.049	368.092	0
	ALENT-08-0530-FEDER-000515	Rede de Corredores Ecológicos de S. Mamede	1	4	182	107	501143718	Município de Portalegre	358.470	358.470	286.776	0
	ALENT-08-0131-FEDER-000197	Ações Demonstrativas de Reabilitação Ecológica em Linhas de Água Mediterrânicas	1	4	184	217	501283269	Associação para o Estudo e Defesa do Património Natural e Cultural do Concelho de Mértola	42.000	42.000	25.200	0
	ALENT-08-0131-FEDER-000199	Conservar a biodiversidade da ribeira do Vascão sob um novo olhar	1	4	184	217	501283269	Associação para o Estudo e Defesa do Património Natural e Cultural do Concelho de Mértola	132.097	132.097	79.258	0
	ALENT-08-0131-FEDER-000200	Valorização ambiental dos recursos hídricos do Município de Santarém	1	4	185	107	505941350	Município de Santarém	442.495	442.495	376.121	0
	ALENT-08-0131-FEDER-000202	Estudo de Viabilidade Técnica, Económica e Ambiental do Aproveitamento Hidráulico de fins múltiplos do Crato	1	4	182	107	506659968	MUNICIPIO DO CRATO	276.000	276.000	234.600	0
	ALENT-08-0131-FEDER-000209	Elaboração dos Planos de Gestão das Regiões Hidrográficas do Sado e Mira e do Guadiana	1	4		103	508610516	Administração da Região Hidrográfica do Alentejo, I.P.	2.136.852	2.136.852	1.816.325	0

Anexo X - Operações aprovadas por Eixo Prioritário até 31.12.12 (valores acumulados)



PROGRAMA: PO ALENTEJO - 2007PT161PO004

unid: euros

Designação do Eixo Prioritário	Candidatura / Operação					Identificação do Beneficiário			Montantes Aprovados			
	Código	Designação	Tipo	Estado	Localização (NUTII/NUTIII)	Tipologia	NIF	Designação	Investimento/ Custo Total Elegível	Despesa Pública	Fundo Comunitário	Montante Fundo de tipologia FSE
	ALENT-08-0131-FEDER-000213	Reconstrução da Cascata do Mouchão Parque, em Pernes	1	4	185	103	508608015	Administração da Região Hidrográfica do Tejo, I.P.	914.103	914.103	776.988	0
	ALENT-08-0131-FEDER-000215	Ações de Reabilitação, Sensibilização e Educação Ambiental no Concelho de Mértola	1	4	184	107	503279765	Município de Mértola	206.601	206.601	165.281	0
	ALENT-08-0131-FEDER-000218	AmbisulUE	1	4		109	501201920	Universidade de Évora	249.156	249.156	149.493	0
	ALENT-08-0131-FEDER-000220	Elaboração do Plano de Gestão da Região Hidrográfica do Tejo	1	4	20	103	508608015	Administração da Região Hidrográfica do Tejo, I.P.	1.681.250	1.681.250	1.429.063	0
	ALENT-08-0131-FEDER-000224	Valorização e Qualificação Ambiental da Serra d'Ossa	1	4	183	107	501834117	Município do Redondo	70.000	70.000	59.500	0
	ALENT-08-0131-FEDER-000328	Elaboração do Plano de Ordenamento do Estuário do Tejo	1	4	185	103	508608015	Administração da Região Hidrográfica do Tejo, I.P.	54.810	54.810	46.589	0
	ALENT-08-0131-FEDER-000330	Ações de Gestão e Valorização de Albufeiras	1	4		103	508610516	Administração da Região Hidrográfica do Alentejo, I.P.	400.000	400.000	340.000	0
	ALENT-08-0131-FEDER-000331	Implementação do Centro Operativo de Monitorização de Recursos Hídricos da ARH do Alentejo I.P	1	4		103	508610516	Administração da Região Hidrográfica do Alentejo, I.P.	800.000	800.000	680.000	0
	ALENT-08-0131-FEDER-000332	Consolidação e Extensão do Processo de Acreditação do Laboratório de Águas da ARH do Alentejo I.P.	1	4		103	508610516	Administração da Região Hidrográfica do Alentejo, I.P.	320.000	320.000	272.000	0
	ALENT-08-0131-FEDER-000335	Vala das Braquenizes e Zona envolvente - Reabilitação e Requalificação	1	4	185	103	508608015	Administração da Região Hidrográfica do Tejo, I.P.	294.080	294.080	249.968	0
	ALENT-08-0131-FEDER-000629	ACUDE DO RIO SORRAIA	1	4	185	107	506722422	Município de Coruche	2.469.902	2.469.902	2.099.416	0
	ALENT-08-0131-FEDER-000745	Gestão de Recursos Hídricos - Barragem do Zambujo	1	4	182	107	501132872	Município de Alter do Chão	88.680	88.680	75.378	0
	ALENT-08-0131-FEDER-000765	Regularização e Revitalização Ambiental dos Troços das Bacias Hidrográficas da Vala do Chouto, Ribeira da Gamelinha - Chamusca e Vala da Várzea - Vale de Cavalos	1	4	185	107	501305564	Município de Chamusca	427.501	427.501	363.376	0
	ALENT-08-0131-FEDER-000803	Limpeza Desobstrução do Rio Sado no Troço São Romão - Vale de Guiso	1	4	181	216	500032157	Associação de Beneficiários do Vale do Sado	250.273	250.273	175.191	0
	ALENT-08-0131-FEDER-000808	Reabilitação da Ribeira do Poço dos Frangos	1	4	184	107	504884620	Município de Beja	389.358	389.358	330.955	0
	ALENT-08-0131-FEDER-000822	Requalificação do Laboratório de Águas Municipal	1	4	181	107	502130040	Município de Santiago do Cacém	308.829	308.829	262.504	0
	ALENT-08-0131-FEDER-000834	Sinalização de Albufeiras de Águas Públicas - Montargil, Maranhão, Divor e Apartadura	1	4	183	103	508608015	Administração da Região Hidrográfica do Tejo, I.P.	435.750	435.750	207.704	0
	ALENT-08-0131-FEDER-000853	Execução da Altimetria e Hidrografia à escala 1:10.000 para a Lezíria do Tejo	1	4	185	107	508787033	Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo	126.000	126.000	107.100	0
	ALENT-08-0131-FEDER-000872	Intervenção de Requalificação da Albufeira do Monte Novo - Remoção do Depósito de Lamas	1	4	183	105	506306143	Águas do Centro Alentejo, SA	424.000	424.000	339.200	0
	ALENT-08-0131-FEDER-000898	Sistema de Valorização das Águas das Piscinas Municipais	1	4	185	107	506722422	Município de Coruche	244.460	244.460	207.791	0
	ALENT-08-0131-FEDER-001073	Estudo hidrogeológico e definição dos perímetros de protecção das captações de águas subterrâneas	1	4	184	107	506816184	Município de Almodôvar	27.514	27.514	23.387	0
	ALENT-08-0131-FEDER-001383	Sinalização de Segurança das Albufeiras Integradas no Empreendimento de Fins Múltiplos de Alqueva	1	4		105	503450189	EDIA - Empresa de Desenvolvimento e Infra-Estruturas do Alqueva, S.A.	332.840	332.840	199.704	0
	ALENT-08-0231-FEDER-000006	Educação Ambiental e Cidadania - um plano integrado para o Vale do Guadiana	1	4	184	217	501283269	Associação para o Estudo e Defesa do Património Natural e Cultural do Concelho de Mértola	68.504	68.504	41.102	0
	ALENT-08-0231-FEDER-000008	Caracterização e Valorização Ambiental dos Recursos Geológicos, Hidrogeológicos, Minerais e Hidrominerais do Concelho de Nisa	1	4	182	107	506612287	Município de Nisa	204.979	204.979	163.983	0
	ALENT-08-0231-FEDER-000036	Agenda 21 Local de Ferreira do Alentejo	1	4	184	107	501227490	Município de Ferreira do Alentejo	28.000	28.000	23.800	0
	ALENT-08-0231-FEDER-000196	Elaboração e Implementação da Agenda 21 Local no Alentejo Central	1	4	183	107	509364390	CIMAC - Comunidade Intermunicipal do Alentejo Central	494.291	494.291	420.147	0
	ALENT-08-0231-FEDER-000204	Contributos para a identificação da procura social das paisagens do Alentejo	1	4		109	501201920	Universidade de Évora	84.200	84.200	71.570	0
	ALENT-08-0231-FEDER-000205	Ecomedbirds	1	4		109	501201920	Universidade de Évora	162.675	162.675	138.274	0
	ALENT-08-0231-FEDER-000207	NISA ECOEFICIENTE	1	4	182	107	506612287	Município de Nisa	261.334	261.334	222.134	0
	ALENT-08-0231-FEDER-000210	Distribuição do Coelho-bravo no Vale do Guadiana - uma ferramenta de gestão e conservação	1	4	184	101	510342647	ICNF, IP - Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas	32.800	32.800	27.880	0
	ALENT-08-0231-FEDER-000214	FALCOARIA DA COUDELARIA ALTER - Conservar Educar	1	4	182	211	507860616	Fundação Alter Real	336.000	336.000	201.600	0
	ALENT-08-0231-FEDER-000217	Estudo para Resolução da Problemática das Aves no Aterro Sanitário Intermunicipal do Distrito de Évora	1	4		107	509364390	CIMAC - Comunidade Intermunicipal do Alentejo Central	49.720	49.720	42.262	0
	ALENT-08-0231-FEDER-000219	Norte Alentejo Sustentável	1	4		216	505839067	Areanatejo- Agência Regional de Energia e Ambiente do Norte Alentejano e Tejo	201.486	201.486	120.892	0
	ALENT-08-0231-FEDER-000223	Conservação e reforço populacional do Francelho (Falco naumanni) na região de Évora.	1	4	183	217	501604693	Liga para a Protecção da Natureza	239.594	239.594	143.756	0
	ALENT-08-0231-FEDER-000329	Valorização e Qualificação do Habitat do lince ibérico no Alentejo	1	4	184	101	510342647	ICNF, IP - Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas	337.250	337.250	286.663	0

Anexo X - Operações aprovadas por Eixo Prioritário até 31.12.12 (valores acumulados)

PROGRAMA: PO ALENTEJO - 2007PT161PO004

unid: euros

Designação do Eixo Prioritário	Candidatura / Operação					Identificação do Beneficiário			Montantes Aprovados			
	Código	Designação	Tipo	Estado	Localização (NUTII/NUTIII)	Tipologia	NIF	Designação	Investimento/ Custo Total Elegível	Despesa Pública	Fundo Comunitário	Montante Fundo de tipologia FSE
	ALENT-08-0231-FEDER-000333	Reabilitação e Apetrechamento de Edifícios para Valorização e Qualificação Ambiental - 1ª Fase: Estações de Monitorização do Ar de Santiago do Cacém e de Monte Chãos em Sines, Alentejo Litoral	1	4		102	60075826	Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo	150.000	150.000	90.000	0
	ALENT-08-0231-FEDER-000580	Ferreira Sustentável - Energia	1	4	184	110	507006127	Centro de Estudos e Desenvolvimento do Instituto Politécnico de Beja - Vasco da Gama	162.648	162.648	97.589	0
	ALENT-08-0231-FEDER-000582	Estação Biológica do Garducho - 2ª Fase	1	4	183	217	502632810	Centro de Estudos da Avifauna Ibérica	187.070	187.070	112.242	0
	ALENT-08-0231-FEDER-000628	Agenda 21 Local de Ourique	1	4	184	107	506876330	Município de Ourique	70.346	70.346	59.794	0
	ALENT-08-0231-FEDER-000698	Plano de Acção para o Desenvolvimento Sustentável do Concelho de Mora	1	4	183	107	501129103	Município de Mora	24.500	24.500	20.825	0
	ALENT-08-0231-FEDER-000758	Ampliação do Fluvial de Mora	1	4	183	107	501129103	Município de Mora	514.939	514.939	437.698	0
	ALENT-08-0231-FEDER-000776	Aldeias do Sul, Aldeias de Sol: Requalificação Urbana e Ambiental no Ervedal	1	4	182	107	502789824	Município de Avis	262.711	262.711	223.304	0
	ALENT-08-0231-FEDER-000787	Aldeias do Sul, Aldeias de Sol: Requalificação Urbana e Ambiental em Benavila	1	4	182	107	502789824	Município de Avis	665.921	665.921	566.033	0
	ALENT-08-0231-FEDER-000812	Valorização e Requalificação Ambiental do Campo Experimental de Vale Formoso	1	4	184	217	501283269	Associação para o Estudo e Defesa do Património Natural e Cultural do Concelho de Mértola	116.850	116.850	70.110	0
	ALENT-08-0231-FEDER-000814	DESENHO E IMPLEMENTAÇÃO DOS SISTEMAS MUNICIPAIS DE INFORMAÇÃO GEOGRÁFICA AMBIENTAL DO ALENTEJO CENTRAL (SMIGA_AC)	1	4	183	107	509364390	CIMAC - Comunidade Intermunicipal do Alentejo Central	499.784	499.784	424.816	0
	ALENT-08-0231-FEDER-000820	Estratégia para a Conservação e Valorização de Ilhas e Penínsulas de Alqueva	1	4	183	105	503450189	EDIA - Empresa de Desenvolvimento e Infra-Estruturas do Alqueva, S.A.	600.700	600.700	360.420	0
	ALENT-08-0231-FEDER-000828	Dispositivo de Passagem para Peixes da Barragem de Pedrógão	1	4	184	105	503450189	EDIA - Empresa de Desenvolvimento e Infra-Estruturas do Alqueva, S.A.	349.730	349.730	209.838	0
	ALENT-08-0231-FEDER-000835	Diversidade e abundância de mamíferos na Companhia das Lezírias - resposta ao multi-uso e às práticas de gestão	1	4	185	105	500068054	Companhia das Lezírias, S.A.	266.512	266.512	159.907	0
	ALENT-08-0231-FEDER-000841	Centro Interpretativo da Identidade Local	1	4	182	107	501155996	Município de Arronches	592.082	592.082	503.270	0
	ALENT-08-0231-FEDER-000843	Construção de uma piscina na Esperança	1	4	182	107	501155996	Município de Arronches	265.974	265.974	226.078	0
	ALENT-08-0231-FEDER-000874	Avaliação, Monitorização e Qualificação Ambiental	1	4	185	107	506722422	Município de Coruche	79.099	79.099	67.234	0
	ALENT-08-0231-FEDER-001051	Agenda 21 Local de Aljustrel	1	4	184	107	501122486	Município de Aljustrel	132.513	132.513	112.636	0
	ALENT-08-0231-FEDER-001060	Requalificação, Recuperação e Reconhecimento das Margens do Rio Sever	1	4	182	107	501170162	Município de Marvão	916.667	916.667	733.334	0
	ALENT-08-0231-FEDER-001177	Reabilitação de acessos ao plano de água da albufeira de Alqueva em Juromenha	1	4	183	107	506772527	Município de Alandroal	154.279	154.279	131.137	0
	ALENT-08-0231-FEDER-001248	Requalificação da Zona da Fateixa - Benavente	1	4	185	107	506676056	Município de Benavente	186.079	186.079	158.167	0
	ALENT-08-0231-FEDER-001258	PAMEFA - Plano de Acção Municipal para a Energia	1	4	184	107	501227490	Município de Ferreira do Alentejo	98.000	98.000	83.300	0
	ALENT-08-0231-FEDER-001276	Reordenamento Urbano Rua 25 de Abril (Maçussa)	1	4	185	107	506821480	Município de Azambuja	430.360	430.360	365.806	0
	ALENT-08-0231-FEDER-001277	Reordenamento Urbano Avenida 25 de Dezembro (Casais de Vale Brejo)	1	4	185	107	506821480	Município de Azambuja	381.600	381.600	324.360	0
	ALENT-08-0231-FEDER-001278	Anfiteatro Municipal e Arranjos Exteriores	1	4	182	107	506806456	MUNICIPIO DE PONTE DE SOR	816.125	816.125	571.287	0
	ALENT-08-0231-FEDER-001282	ZONA VERDE DO LARANJAL EM MONTARGIL	1	4	182	107	506806456	MUNICIPIO DE PONTE DE SOR	429.966	429.966	228.652	0
	ALENT-08-0231-FEDER-001328	PEGADA GEOLÓGICA NO JARDIM PÚBLICO DE BEJA	1	4	184	107	504884620	Município de Beja	33.272	33.272	28.281	0
	ALENT-08-0231-FEDER-001455	Elaboração da Agenda 21 Local e Bases Estratégicas de Desenvolvimento do Concelho de Viana do Alentejo	1	4	183	107	506151174	Município de Viana do Alentejo	69.202	69.202	58.822	0
	ALENT-08-0431-FEDER-000826	Centro de Demonstração RecurSus - Sensibilização para a Valorização e Qualificação dos Recursos Silvestres na Margem Esquerda do Guadiana	1	4	184	107	501081216	Município de Barrancos	131.878	131.878	112.096	0
	ALENT-08-0431-FEDER-000829	Silvestres - Sensibilização e valorização dos recursos Silvestres Endógenos	1	4	184	107	506816184	Município de Almodôvar	92.160	92.160	78.336	0
	ALENT-08-0531-FEDER-000757	Requalificação e Desenvolvimento de Arés / Aquisição de Equipamentos para o Novo Balneário Termal	1	4	182	107	506612287	Município de Nisa	901.168	901.168	499.968	0
	ALENT-08-0531-FEDER-000760	Enquadramento Paisagístico do Novo Balneário Termal	1	4	182	107	506612287	Município de Nisa	1.333.375	1.333.375	300.009	0
	ALENT-08-0531-FEDER-000777	Requalificação Urbana do Bairro Novo da Portagem	1	4	182	107	501170162	Município de Marvão	438.084	438.084	372.371	0
	ALENT-08-0531-FEDER-000778	Requalificação Paisagística do Largo da Choça e antigo Parque Infantil	1	4	182	107	501170162	Município de Marvão	79.647	79.647	67.700	0
	ALENT-08-0531-FEDER-000779	Educar para os valores naturais do Vale do Guadiana	1	4	184	217	501283269	Associação para o Estudo e Defesa do Património Natural e Cultural do Concelho de Mértola	127.244	127.244	76.346	0
	ALENT-08-0531-FEDER-000791	Arranjo Urbano do Largo da Eira da Lagoa em Colos	1	4	181	107	505311313	Município de Odemira	706.023	706.023	599.979	0
	ALENT-08-0531-FEDER-000801	VARUF - Valorização Ambiental e Requalificação Urbano-Funcional de Alfundão	1	4	184	107	501227490	Município de Ferreira do Alentejo	305.827	305.827	259.953	0
	ALENT-08-0531-FEDER-000804	Pavimentação de Arruamentos em Corte Sines	1	4	184	107	503279765	Município de Mértola	713.684	713.684	499.579	0
	ALENT-08-0531-FEDER-000806	Pavimentação de Arruamentos em Penedos	1	4	184	107	503279765	Município de Mértola	416.940	416.940	300.405	0
	ALENT-08-0531-FEDER-000809	Qualificação de S. Francisco	1	4	181	107	502130040	Município de Santiago do Cacém	427.346	427.346	341.877	0

Anexo X - Operações aprovadas por Eixo Prioritário até 31.12.12 (valores acumulados)

PROGRAMA: PO ALENTEJO - 2007PT161PO004

unid: euros

Designação do Eixo Prioritário	Candidatura / Operação					Identificação do Beneficiário			Montantes Aprovados			
	Código	Designação	Tipo	Estado	Localização (NUTII/NUTIII)	Tipologia	NIF	Designação	Investimento/ Custo Total Elegível	Despesa Pública	Fundo Comunitário	Montante Fundo de tipologia FSE
	ALENT-08-0531-FEDER-000816	REQUALIFICAÇÃO DE ESPAÇOS PÚBLICOS EM AMARELEJA	1	4	184	107	502174153	Município de Moura	347.660	347.660	278.128	0
	ALENT-08-0531-FEDER-000819	REQUALIFICAÇÃO DA RIBEIRA DE VALE DE JUNCOS	1	4	184	107	502174153	Município de Moura	894.215	894.215	521.864	0
	ALENT-08-0531-FEDER-000825	Execução de arranjos exteriores da Urbanização Vale Bispo - 1ª fase, na Barrosa	1	4	185	107	506676056	Município de Benavente	274.973	274.973	233.727	0
	ALENT-08-0531-FEDER-000827	Programa de Valorização Ambiental e Urbanística de Aldeia de Ruins e Olhas	1	4	184	107	501227490	Município de Ferreira do Alentejo	246.755	246.755	209.742	0
	ALENT-08-0531-FEDER-000832	REGENERAÇÃO URBANA DA ZONA HISTÓRICA DE MESSEJANA - FASE I	1	4	184	107	501122486	Município de Aljustrel	455.862	455.862	364.690	0
	ALENT-08-0531-FEDER-000833	Requalificação urbana e ambiental do Carregueiro	1	4	184	107	501122486	Município de Aljustrel	315.627	315.627	252.501	0
	ALENT-08-0531-FEDER-000836	VALORIZAÇÃO DE ESPAÇO RURAL NA FREGUESIA DE RAPOSA	1	4	185	107	501273433	Município de Almeirim	39.158	39.158	33.284	0
	ALENT-08-0531-FEDER-000837	VALORIZAÇÃO DE ESPAÇO RURAL EM FAZENDAS DE ALMEIRIM	1	4	185	107	501273433	Município de Almeirim	283.333	283.333	240.833	0
	ALENT-08-0531-FEDER-000838	Requalificação de Troço da Ribeira de Santana	1	4	184	107	506876330	Município de Ourique	216.061	216.061	183.652	0
	ALENT-08-0531-FEDER-000845	Operação Integrada de Qualificação do Centro Histórico de Entradas	1	4	184	107	501135960	Município de Castro Verde	426.900	426.900	362.865	0
	ALENT-08-0531-FEDER-000851	Requalificação Urbana da Aldeia da Serra d'Ossa - 2ª Fase	1	4	183	107	501834117	Município do Redondo	282.142	282.142	239.821	0
	ALENT-08-0531-FEDER-000854	Arranjo Urbanístico do Rossio de Muge/Requalificação da Vaia do Rio Muge	1	4	185	107	506755150	MUNICÍPIO DE SALVATERRA DE MAGOS	942.595	942.595	599.962	0
	ALENT-08-0531-FEDER-000855	Zona Verde de Lazer e Recreio do Freixo	1	4	183	107	501834117	Município do Redondo	245.284	245.284	208.491	0
	ALENT-08-0531-FEDER-000857	Zona Verde de Lazer do Rossio de Cima (Montoto)	1	4	183	107	501834117	Município do Redondo	221.964	221.964	188.669	0
	ALENT-08-0531-FEDER-000870	SerÁgenda Alqueva - Criação de Reserva Dark Sky	1	4		212	508060346	Rede de Turismo de Aldeia do Alentejo	791.136	791.136	474.682	0
	ALENT-08-0531-FEDER-001306	Pavimentação e Repavimentação no Rosário	1	4	184	107	506816184	Município de Almodôvar	108.328	108.328	92.079	0
	ALENT-08-0531-FEDER-001307	Requalificação Urbanística e Repavimentação de Arruamentos em Gomes Aires	1	4	184	107	506816184	Município de Almodôvar	299.366	299.366	254.461	0
	ALENT-08-0531-FEDER-001309	Repavimentação em Corte Figueira Mendonça, Monte João Silvestre e Almejoafrá	1	4	184	107	506816184	Município de Almodôvar	256.313	256.313	217.866	0
	ALENT-08-0531-FEDER-001358	Qualificação Urbana do Aglomerado de Cunheira	1	4	182	107	501132872	Município de Alter do Chão	290.816	290.816	247.194	0
	ALENT-08-0531-FEDER-001359	Levantamentos Topográficos no Concelho do Crato	1	4	182	107	506659968	MUNICÍPIO DO CRATO	90.528	90.528	76.949	0
	ALENT-08-0531-FEDER-001360	Qualificação Urbana e Valorização de Espaços Públicos em Marmelar	1	4	184	107	501143734	Município de Vidigueira	70.678	70.678	60.076	0
	ALENT-08-0531-FEDER-001361	REQUALIFICAÇÃO URBANA DE MONTES VELHOS	1	4	184	107	501122486	Município de Aljustrel	226.907	226.907	170.181	0
	ALENT-08-0531-FEDER-001364	Beneficiação do Largo do Rio da Fonte em Pontével	1	4	185	107	506780902	MUNICÍPIO DO CARTAXO	148.795	148.795	126.475	0
	ALENT-08-0531-FEDER-001366	Revitalização Ambiental da Aldeia de Flor da Rosa	1	4	182	107	506659968	MUNICÍPIO DO CRATO	794.425	794.425	599.791	0
	ALENT-08-0531-FEDER-001369	Qualificação Urbana do Aglomerado de Seda	1	4	182	107	501132872	Município de Alter do Chão	426.858	426.858	362.830	0
	ALENT-08-0531-FEDER-001373	Requalificação da Zona Envolvente ao Campo de Futebol dos Foros da Fonte Seca	1	4	183	107	501834117	Município do Redondo	67.456	67.456	57.337	0
	ALENT-08-0531-FEDER-001374	Qualificação do Largo da Liberdade - Branca	1	4	185	107	506722422	Município de Coruche	170.113	170.113	144.596	0
	ALENT-08-0531-FEDER-001375	Requalificação de Pequenos Aglomerados do Concelho de Sousel	1	4	182	107	506809560	Município de Sousel	306.558	306.558	260.574	0
	ALENT-08-0531-FEDER-001377	Qualificação da E.M. 515 - Troço Junta da Freguesia / Rua Santo António - Biscainho	1	4	185	107	506722422	Município de Coruche	181.208	181.208	154.027	0
	ALENT-08-0531-FEDER-001378	Requalificação da Circulação Pedonal em Aldeias de Montoto	1	4	183	107	501834117	Município do Redondo	67.723	67.723	57.565	0
	ALENT-08-0531-FEDER-001388	Regeneração Urbana da Parcela I do Lousal - L7 Bairro dos Quarteis	1	4	181	107	506823318	Município de Grândola	238.191	238.191	202.463	0
	ALENT-08-0531-FEDER-001389	Regeneração Urbana da Parcela I do Lousal - L5 Bairro de São Jorge	1	4	181	107	506823318	Município de Grândola	69.263	69.263	58.873	0
	ALENT-08-0531-FEDER-001390	Regeneração Urbana do Carvalhal / Lagoas - L2 Lagoa Travessa	1	4	181	107	506823318	Município de Grândola	173.777	173.777	147.711	0
	ALENT-08-0232-FEDER-000018	Plano de Intervenções da UOPG da Galé Fontainhas	1	4		103	508610516	Administração da Região Hidrográfica do Alentejo, I.P.	58.927	58.927	50.088	0
	ALENT-08-0232-FEDER-000307	PROJECTO DE REQUALIFICAÇÃO DA LAGOA DE MELIDES (3ª Fase)	1	4	181	103	508610516	Administração da Região Hidrográfica do Alentejo, I.P.	431.740	431.740	366.979	0
	ALENT-08-0232-FEDER-000733	Implantação de Passadiços de Praia - UNOP2, Tróia	1	4	181	105	505263963	INFRATROIA-INFRAESTRUTURAS DE TRÓIA, E.M.	94.933	94.933	80.693	0
	ALENT-08-0436-FEDER-000285	Protecção Civil Um Designio de Todos Nós. (Equipar para Agir com eficácia e eficiência. servir melhor as populações eo os Bombeiros.)	1	4		102	600017311	Governo Civil de Évora	175.694	175.694	149.340	0
	ALENT-08-0436-FEDER-000289	Federações dos Bombeiros do Distrito de Portalegre, Santarém e Évora - Aquisição de Equipamentos Estruturantes	1	4		212	507473035	Federação dos Bombeiros do Distrito de Portalegre	1.382.121	1.382.121	1.105.697	0
	ALENT-08-0436-FEDER-000294	Investimento em Equipamento de Protecção Civil - Distrito de Beja	1	4		212	507340922	Federação dos Bombeiros do Distrito de Beja	414.775	414.775	331.820	0

Anexo X - Operações aprovadas por Eixo Prioritário até 31.12.12 (valores acumulados)

PROGRAMA: PO ALENTEJO - 2007PT161PO004

unid: euros

Designação do Eixo Prioritário	Candidatura / Operação					Identificação do Beneficiário			Montantes Aprovados			
	Código	Designação	Tipo	Estado	Localização (NUTII/NUTIII)	Tipologia	NIF	Designação	Investimento/ Custo Total Elegível	Despesa Pública	Fundo Comunitário	Montante Fundo de tipologia FSE
	ALENT-08-0436-FEDER-000487	Construção do Posto Avançado da Protecção Civil de Pedrógão do Alentejo	1	4	184	107	501143734 Município de Vidigueira		109.861	109.861	93.382	0
	ALENT-08-0436-FEDER-000618	Prevenção de Riscos - Acções Materiais	1	4	185	107	505941350 Município de Santarém		214.728	214.728	182.519	0
	ALENT-08-0436-FEDER-001201	Criação do Centro Municipal de Protecção Civil de Marvão	1	4	182	107	501170162 Município de Marvão		200.515	200.515	160.412	0
	ALENT-08-0437-FEDER-000282	BOMBEIROS (DE) TODOS NÓS!	1	4		102	600017311 Governo Civil de Évora		86.052	86.052	73.144	0
	ALENT-08-0437-FEDER-000707	PLANOS MUNICIPAIS DE EMERGÊNCIA PARA O BAIXO ALENTEJO	1	4	184	107	501144587 Associação de Municípios do Baixo Alentejo e Alentejo Litoral		850.382	850.382	722.824	0
	ALENT-08-0437-FEDER-000932	Elaboração do Plano de Emergência Municipal de Protecção Civil	1	4	182	107	501170162 Município de Marvão		19.754	19.754	15.803	0
	ALENT-08-0437-FEDER-001036	Plano Municipal de Emergência do Concelho de Portalegre	1	4	182	107	501143718 Município de Portalegre		72.600	72.600	58.080	0
	ALENT-08-0437-FEDER-001044	Elaboração do Plano Municipal de Emergência de Protecção Civil de Reguengos de Monsaraz	1	4	183	107	507040589 Município de Reguengos de Monsaraz		20.825	20.825	17.701	0
	ALENT-08-0437-FEDER-001097	Elaboração do Plano Municipal de Emergência de Protecção Civil de Monforte	1	4	182	107	506873412 Município de Monforte		9.880	9.880	7.744	0
	ALENT-08-0437-FEDER-001202	Elaboração do Plano Municipal de Emergência de Évora	1	4	183	107	504828576 Município de Évora		23.925	23.925	20.336	0
	ALENT-08-0437-FEDER-001450	Elaboração do Plano Municipal de Emergência de Protecção Civil de Vendas Novas	1	4	183	107	501177256 Município de Vendas Novas		20.295	20.295	17.251	0
	ALENT-08-0437-FEDER-001452	Elaboração do Plano Municipal de Emergência	1	4	183	107	501206639 Município de Mourão		10.640	10.640	9.044	0
	ALENT-08-0347-FEDER-000052	Atlas do Património Religioso do Baixo Alentejo	1	4		212	501182446 Diocese de Beja-Departamento do Património Histórico e Artístico da Diocese de Beja		1.001.759	1.001.759	801.408	0
	ALENT-08-0347-FEDER-000057	Roteiro Museológico do Norte Alentejano	1	4		103	508817897 Turismo do Alentejo, ERT		114.746	114.746	91.797	0
	ALENT-08-0347-FEDER-000060	Tradições Oraís e Cultura Popular do Baixo Alentejo: Memórias Locais - Aprendizagens Globais	1	4	184	217	501283269 Associação para o Estudo e Defesa do Património Natural e Cultural do Concelho de Mértola		98.991	98.991	54.445	0
	ALENT-08-0347-FEDER-000061	Rede de Património de Portalegre - Edificado, Móvel e Imaterial	1	4	182	107	501143718 Município de Portalegre		1.815.777	1.815.777	1.452.621	0
	ALENT-08-0347-FEDER-000062	Requalificação da Igreja do Convento de S. Francisco- Castelo de Vide	1	4	182	211	500875871 FUNDAÇÃO NOSSA SENHORA DA ESPERANÇA		142.398	142.398	78.319	0
	ALENT-08-0347-FEDER-000068	Instalação do Centro Interpretativo da Ordem de Avis - 1ª Fase	1	4	182	107	502789824 Município de Avis		927.986	927.986	742.388	0
	ALENT-08-0347-FEDER-000087	Musica Tradição e Contemporaneidade	1	4		212	507327950 Oficina da Courela Associação		351.874	351.874	193.531	0
	ALENT-08-0347-FEDER-000386	BIME 2009 - 11ª Edição da Bienal Internacional de Marionetas de Évora	3	4	183	212	504774360 CENDREV - Centro Dramático de Evora Associação		155.529	155.529	108.870	0
	ALENT-08-0347-FEDER-000389	Projecto de Recuperação, Conservação e Valorização do Castelo de Viana do Alentejo	1	4	183	102	600031985 Direcção Regional de Cultura do Alentejo		393.556	393.556	334.523	0
	ALENT-08-0347-FEDER-000390	Obras de Adaptação e Requalificação das Condições de Acolhimento Público do Castelo de Belver	1	4	182	102	600031985 Direcção Regional de Cultura do Alentejo		164.637	164.637	139.942	0
	ALENT-08-0347-FEDER-000393	Gruta do Escoural - Requalificação do Circuito de Visita	1	4	183	102	600031985 Direcção Regional de Cultura do Alentejo		330.620	330.620	281.027	0
	ALENT-08-0347-FEDER-000394	Castelo da Amieira do Tejo: Recuperação das estruturas construídas/ Requalificação da Torre de Menagem	1	4	182	102	600031985 Direcção Regional de Cultura do Alentejo		359.323	359.323	305.425	0
	ALENT-08-0347-FEDER-000395	Inventariação do Património Móvel das Misericórdias do Alentejo	1	4		212	501295097 União das Misericórdias Portuguesas		188.854	188.854	132.198	0
	ALENT-08-0347-FEDER-000396	Restauro dos Frescos das Casas Pintadas	1	4	183	211	500730733 Fundação Eugénio de Almeida		321.520	321.520	225.064	0
	ALENT-08-0347-FEDER-000399	Inventário Artístico da Arquidiocese de Évora - Divulgação	1	4	183	211	500730733 Fundação Eugénio de Almeida		234.430	234.430	164.101	0
	ALENT-08-0347-FEDER-000401	Espaço de Memória - Tempo de Futuro: Projecto Integrado do Campo Arqueológico de Mértola	3	4		214	501966218 Campo Arqueológico de Mértola		999.060	999.060	699.342	0
	ALENT-08-0347-FEDER-000403	De Castelo em Castelo - Descobrir, Conhecer, Aprender	1	4	184	217	501283269 Associação para o Estudo e Defesa do Património Natural e Cultural do Concelho de Mértola		108.300	108.300	75.810	0
	ALENT-08-0347-FEDER-000404	XII Jornadas Internacionais - Escola de Musica da Sé de Évora	3	4	183	212	502302402 Eborae Musica		179.774	179.774	125.842	0
	ALENT-08-0347-FEDER-000406	Hercules Mobile	1	4		109	501201920 Universidade de Evora		165.833	165.833	140.958	0
	ALENT-08-0347-FEDER-000409	Requalificação da Igreja do Convento de S. Francisco - 2ª Fase	1	4		211	500875871 FUNDAÇÃO NOSSA SENHORA DA ESPERANÇA		147.984	147.984	103.589	0
	ALENT-08-0347-FEDER-000411	Intervenção prioritária na Fachada do Palácio de Manique do Intendente	1	4	185	102	600063178 Direcção Regional de Cultura de Lisboa e Vale do Tejo		45.023	45.023	38.270	0
	ALENT-08-0347-FEDER-000413	Reabilitação da cobertura do Hospital de N.ª. S.ª. da Piedade - Santa Casa da Misericórdia de Beja	1	4	184	212	501607064 Santa Casa da Misericórdia de Beja		377.033	377.033	263.923	0
	ALENT-08-0347-FEDER-000417	Montagem da Exposição Permanente do Museu de Évora	3	4	183	103	508200237 Instituto dos Museus e da Conservação, I.P.		1.276.642	1.276.642	1.085.146	0
	ALENT-08-0347-FEDER-000489	Casa Museu dos Patudos	1	4	185	107	501133097 Município de Alpiarça		2.299.995	2.299.995	1.954.996	0
	ALENT-08-0347-FEDER-000611	GALERIA DE ARTES DA IGREJA DO ESPIRITO SANTO	1	4	184	107	502174153 Município de Moura		223.747	223.747	190.185	0
	ALENT-08-0347-FEDER-000616	Requalificação do MMFA - Instalação do Núcleo de Arte Sacra	1	4	184	107	501227490 Município de Ferreira do Alentejo		633.761	633.761	538.697	0

Anexo X - Operações aprovadas por Eixo Prioritário até 31.12.12 (valores acumulados)



PROGRAMA: PO ALENTEJO - 2007PT161PO004

unid: euros

Designação do Eixo Prioritário	Candidatura / Operação					Identificação do Beneficiário			Montantes Aprovados			
	Código	Designação	Tipo	Estado	Localização (NUTII/NUTIII)	Tipologia	NIF	Designação	Investimento/ Custo Total Elegível	Despesa Pública	Fundo Comunitário	Montante Fundo de tipologia FSE
	ALENT-08-0347-FEDER-000740	MEMÓRIAS D'ODIANA - Estudos Arqueológicos do Alqueva- 2.ª série	1	4	183	102	600031985	Direção Regional de Cultura do Alentejo	233.700	233.700	198.645	0
	ALENT-08-0347-FEDER-000742	PIP - Projecto Integrado de Valorização do Património de Mértola	1	4	184	211	507080769	Fundação Serrão Martins	1.375.314	962.720	962.720	0
	ALENT-08-0347-FEDER-000744	BUTES...Celebrar e Valorizar as Memórias dos Sapateiros de Almodôvar	1	4	184	217	501283269	Associação para o Estudo e Defesa do Património Natural e Cultural do Concelho de Mértola	194.930	194.930	136.451	0
	ALENT-08-0347-FEDER-000746	Rumando pelo Património de Mértola à Descoberta do Passado	1	4	184	217	501283269	Associação para o Estudo e Defesa do Património Natural e Cultural do Concelho de Mértola	87.023	60.916	60.916	0
	ALENT-08-0347-FEDER-000749	ENTRE ROMA E O ISLÃO - projecto de estudo e valorização do património da Antiguidade Tardia no Alentejo	1	4		214	501966218	Campo Arqueológico de Mértola	120.000	120.000	84.000	0
	ALENT-08-0347-FEDER-000751	Requalificação das Coberturas do Convento de S. Bento de Castris/ Futuro Museu da Música - 1.ª Fase	1	4	183	102	600031985	Direção Regional de Cultura do Alentejo	346.809	346.809	294.788	0
	ALENT-08-0347-FEDER-000752	Valorização e divulgação do património da Igreja de Nossa Senhora do Carmo	1	4	183	212	501116265	FÁBRICA DA IGREJA PAROQUIAL DA FREGUESIA DE SANTA SÉ DE ÉVORA	120.679	120.679	84.475	0
	ALENT-08-0347-FEDER-000753	Requalificação da Muralha do castelo de Castelo de Vide - 1.ª Fase	1	4	182	102	600031985	Direção Regional de Cultura do Alentejo	213.487	213.487	181.464	0
	ALENT-08-0347-FEDER-000755	Rede Património de Portalegre: edificado, móvel e imaterial - 2.ª fase	1	4	182	211	510220746	Fundação Robinson	937.759	750.207	750.207	0
	ALENT-08-0347-FEDER-001010	Requalificação do Museu de Arqueologia de Serpa	1	4	184	107	501112049	Município de Serpa	847.228	847.228	720.144	0
	ALENT-08-0347-FEDER-001016	Remodelação e Instalação de Serviços de Apoio ao Visitante na Casa do Álamo	1	4	182	107	501132872	Município de Alter do Chão	344.435	344.435	275.548	0
	ALENT-08-0347-FEDER-001046	Edifício Varanda do Prior do Crato - Arquivo Histórico e Documental do Crato	1	4	182	107	506659968	MUNICIPIO DO CRATO	568.215	568.215	454.572	0
	ALENT-08-0347-FEDER-001078	Valorização da Fortaleza de Arronches	1	4	182	107	501155996	Município de Arronches	99.186	99.186	79.349	0
	ALENT-08-0347-FEDER-001098	VIA HADRINA - 1ª Fase	1	4	182	107	501132872	Município de Alter do Chão	93.970	93.970	75.176	0
	ALENT-08-0347-FEDER-001137	Centro Interpretativo do Tapete de Arraiolos	1	4	183	107	501258027	Município de Arraiolos	2.049.263	2.049.263	1.741.874	0
	ALENT-08-0347-FEDER-001394	Requalificação das Estações Arqueológicas DOLMEN da Pedra Branca e Necrópole das Cistas das Casas Velhas	1	4	181	107	506823318	Município de Grândola	106.161	106.161	90.237	0
	ALENT-08-0347-FEDER-001804	Requalificação da Exposição de Longa Duração do Museu Municipal de Coruche	1	4	185	107	506722422	Município de Coruche	106.111	106.111	90.194	0
	ALENT-08-0348-FEDER-000064	Requalificação da Urgência para preenchimento dos requisitos de urgência polivalente	1	4		105	508085888	Hospital do Espírito Santo de Évora, E. P. E.	3.776.632	3.776.632	3.021.305	0
	ALENT-08-0348-FEDER-000070	Unidade Móvel para a Intervenção Precoce na Região Alentejo	1	4		103	503148768	Administração Regional de Saúde do Alentejo, IP	214.412	214.412	182.250	0
	ALENT-08-0348-FEDER-000073	Requalificação dos Serviços de Urgência no Alentejo - Serviços de Urgência Básica	1	4		103	503148768	Administração Regional de Saúde do Alentejo, IP	1.864.931	1.864.931	1.585.191	0
	ALENT-08-0348-FEDER-000074	Construção da Extensão de Saúde de São Teotónio	1	4	181	103	503148768	Administração Regional de Saúde do Alentejo, IP	569.164	569.164	483.789	0
	ALENT-08-0348-FEDER-000076	Construção do Centro de Saúde de Mourão	1	4	183	103	503148768	Administração Regional de Saúde do Alentejo, IP	831.992	831.992	707.193	0
	ALENT-08-0348-FEDER-000078	Equipamento para o Laboratório de Saúde Pública de Évora e Centro Regional de Saúde Pública do Alentejo	1	4	183	103	503148768	Administração Regional de Saúde do Alentejo, IP	247.643	247.643	210.496	0
	ALENT-08-0348-FEDER-000082	Requalificação Técnica das Extensões de Saúde de Caia e Urra	1	4	182	105	508094461	Unidade Local de Saúde do Norte Alentejano, EPE	265.570	265.570	185.899	0
	ALENT-08-0348-FEDER-000181	Construção do Novo Hospital de Dia Polivalente	1	4	184	105	508754275	UNIDADE LOCAL DE SAÚDE DO BAIXO ALENTEJO, EPE	1.356.479	1.356.479	949.535	0
	ALENT-08-0348-FEDER-000182	Equipamentos para Centros de Saúde da Região do Alentejo	1	4		103	503148768	Administração Regional de Saúde do Alentejo, IP	378.306	378.306	321.560	0
	ALENT-08-0348-FEDER-000183	Arquitetura SITI - Ambientes Corporativos e Reorganização Informacional	1	4		103	503148768	Administração Regional de Saúde do Alentejo, IP	487.497	487.497	414.372	0
	ALENT-08-0348-FEDER-000184	Reforço da Diferenciação e Complementaridade de Serviços	1	4		105	508085888	Hospital do Espírito Santo de Évora, E. P. E.	4.635.264	4.635.264	3.244.685	0
	ALENT-08-0348-FEDER-000185	Reorganização do Internamento Hospitalar e Reforço da Diferenciação de Serviços: Internamento e Consultas Externas do DPSM, Internamento de Especialidades Médicas, Cirurgia de Ambulatório	1	4		105	508085888	Hospital do Espírito Santo de Évora, E. P. E.	549.900	549.900	384.930	0
	ALENT-08-0348-FEDER-000186	Projecto de Requalificação do Serviço de Urgência do Hospital de Santarém	1	4	185	105	506361462	Hospital Distrital de Santarém,EPE	6.168.610	6.168.610	4.318.027	0
	ALENT-08-0348-FEDER-000187	Unidades Móveis para a Prevenção da Doença e para a Prestação de Cuidados de Saúde de Rio Maior	1	4	185	107	505656000	Município de Rio Maior	200.922	200.922	170.784	0
	ALENT-08-0348-FEDER-000188	Requalificação do Serviço de Urgência da Unidade Local de Saúde do Norte Alentejano,EPE/HDJMG-Portalegre	1	4		105	508094461	Unidade Local de Saúde do Norte Alentejano, EPE	599.430	599.430	419.601	0
	ALENT-08-0348-FEDER-000189	Reequipamento do Serviço de Obstetrícia/Ginecologia da Unidade Local de Saúde do Norte Alentejano,EPE/HDJMG-Portalegre	1	4		105	508094461	Unidade Local de Saúde do Norte Alentejano, EPE	239.130	239.130	167.391	0
	ALENT-08-0348-FEDER-000190	Renovação da Infra-estrutura Tecnológica da Unidade Local de Saúde do Norte Alentejo-EPE	1	4		105	508094461	Unidade Local de Saúde do Norte Alentejano, EPE	1.230.892	1.230.892	861.624	0

Anexo X - Operações aprovadas por Eixo Prioritário até 31.12.12 (valores acumulados)

PROGRAMA: PO ALENTEJO - 2007PT161PO004

unid: euros

Designação do Eixo Prioritário	Candidatura / Operação					Identificação do Beneficiário			Montantes Aprovados			
	Código	Designação	Tipo	Estado	Localização (NUTII/NUTIII)	Tipologia	NIF	Designação	Investimento/ Custo Total Elegível	Despesa Pública	Fundo Comunitário	Montante Fundo de tipologia FSE
	ALENT-08-0348-FEDER-000192	Requalificação Técnica das Extensões de Saúde de Cano e Casa Branca	1	4		105	508094461	Unidade Local de Saúde do Norte Alentejano, EPE	341.922	341.922	239.346	0
	ALENT-08-0348-FEDER-000193	Requalificação da Esterilização com a Criação da Barreira de Lavagem e Descontaminação	1	4		105	509253369	Hospital do Litoral Alentejano E.P.E.	206.572	206.572	144.600	0
	ALENT-08-0348-FEDER-000314	Construção do Centro de Saúde de Nisa	1	4		105	508094461	Unidade Local de Saúde do Norte Alentejano, EPE	1.476.137	1.476.137	1.033.296	0
	ALENT-08-0348-FEDER-000315	Aquisição de 1 mamógrafo para o Serviço de Imagiologia da ULSNA, EPE	1	4	182	105	508094461	Unidade Local de Saúde do Norte Alentejano, EPE	336.000	336.000	235.200	0
	ALENT-08-0348-FEDER-000317	Concepção e Construção do Centro de Saúde de Montargil	1	4		105	508094461	Unidade Local de Saúde do Norte Alentejano, EPE	532.962	532.962	373.073	0
	ALENT-08-0348-FEDER-000318	AMPLIAÇÃO DO HJJF - DEPARTAMENTO DE PSIQUIATRIA E SAÚDE MENNTAL	1	4		105	508754275	UNIDADE LOCAL DE SAÚDE DO BAIXO ALENTEJO, EPE	3.180.811	3.180.811	2.226.568	0
	ALENT-08-0348-FEDER-000319	Modernização e Reequipamento do Serviço de Oftalmologia da ULSNA, EPE	1	4	182	105	508094461	Unidade Local de Saúde do Norte Alentejano, EPE	451.200	451.200	315.840	0
	ALENT-08-0348-FEDER-000320	Construção do Centro de Saúde de Redondo	1	4	183	103	503148768	Administração Regional de Saúde do Alentejo, IP	2.106.910	2.106.910	1.790.873	0
	ALENT-08-0348-FEDER-000321	Construção do Centro de Saúde de Montemor-o-Novo	1	4	183	103	503148768	Administração Regional de Saúde do Alentejo, IP	3.453.084	3.453.084	2.935.121	0
	ALENT-08-0348-FEDER-000322	Construção do Centro de Saúde de Arraiolos	1	4	183	103	503148768	Administração Regional de Saúde do Alentejo, IP	1.687.792	1.687.792	1.434.623	0
	ALENT-08-0348-FEDER-000323	Construção do Centro de Saúde de Barrancos	1	4	184	103	503148768	Administração Regional de Saúde do Alentejo, IP	741.159	741.159	629.985	0
	ALENT-08-0348-FEDER-000324	Construção do Centro de Saúde de Portel	1	4	183	103	503148768	Administração Regional de Saúde do Alentejo, IP	2.041.056	2.041.056	1.734.898	0
	ALENT-08-0348-FEDER-000325	Construção do Centro de Saúde de Vila Viçosa	1	4	183	103	503148768	Administração Regional de Saúde do Alentejo, IP	2.396.734	2.396.734	2.037.224	0
	ALENT-08-0348-FEDER-000326	Unidades Móveis para a Prestação de Cuidados de Saúde	1	4		103	503148768	Administração Regional de Saúde do Alentejo, IP	256.034	256.034	217.629	0
	ALENT-08-0348-FEDER-000543	Aquisição de equipamento Médico para o Serviço de Imagiologia do Hospital Distrital de Santarém, EPE	1	4	185	105	506361462	Hospital Distrital de Santarém, EPE	470.084	470.084	329.058	0
	ALENT-08-0348-FEDER-000565	Aquisição de Equipamento para os serviços de Internamento e Meios Complementares de Diagnóstico e Terapêutica das Unidades Hospitalares da Unidade Local de Saúde do Norte Alentejano, EPE	1	4	182	105	508094461	Unidade Local de Saúde do Norte Alentejano, EPE	581.329	581.329	406.930	0
	ALENT-08-0348-FEDER-000579	Aquisição de Equipamento p/a Implementação de Um Sistema de Informação Digital p/a Unidade Funcional de Cardiologia da Unidade Local de Saúde do Norte Alentejano, EPE	1	4	182	105	508094461	Unidade Local de Saúde do Norte Alentejano, EPE	328.933	328.933	230.253	0
	ALENT-08-0348-FEDER-000590	Humanização, Diferenciação Técnica e Organizacional	1	4	183	105	508085888	Hospital do Espírito Santo de Évora, E. P. E.	2.928.327	2.928.327	2.049.829	0
	ALENT-08-0348-FEDER-000609	Telemedicina na Região Alentejo	1	4		103	503148768	Administração Regional de Saúde do Alentejo, IP	409.124	409.124	347.755	0
	ALENT-08-0348-FEDER-000610	Intervenção Precoce na Infância na Região Alentejo	1	4		103	503148768	Administração Regional de Saúde do Alentejo, IP	223.819	223.819	190.246	0
	ALENT-08-0348-FEDER-000612	Modernização da Rede de Emergência Médica do Alentejo (MREMA)	1	4		103	501356126	Instituto Nacional de Emergência Médica	1.589.319	1.589.319	1.350.921	0
	ALENT-08-0348-FEDER-000899	Beneficiação dos Centros de Saúde de Mértola e Moura	1	4	184	105	508754275	UNIDADE LOCAL DE SAÚDE DO BAIXO ALENTEJO, EPE	421.756	421.756	295.229	0
	ALENT-08-0348-FEDER-000910	Requalificação do Serviço de Urgência Pediátrica do Hospital de Santarém, EPE	1	4	185	105	506361462	Hospital Distrital de Santarém, EPE	798.545	798.545	558.982	0
	ALENT-08-0348-FEDER-000912	Construção das novas Extensões de Saúde de Oriola e S. Bartolomeu do Outeiro	1	4	183	107	506196445	Município de Portel	318.556	318.556	270.773	0
	ALENT-08-0348-FEDER-000913	Renovação e Aproveitamento do Ambulatório Programado de Alta Resolução do Hospital Distrital de Santarém, EPE	1	4	185	105	506361462	Hospital Distrital de Santarém, EPE	1.062.179	1.062.179	743.526	0
	ALENT-08-0348-FEDER-000914	Beneficiação de edifício para instalação de 4 Unidades de Saúde em Santarém	1	4	185	103	503148776	Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo	1.106.421	1.106.421	940.458	0
	ALENT-08-0348-FEDER-000918	Extensões de Saúde do Concelho de Reguengos de Monsaraz	1	4	183	107	507040589	Município de Reguengos de Monsaraz	450.546	450.546	382.964	0
	ALENT-08-0348-FEDER-000919	Reforço da Diferenciação e Complementaridade de Serviços da Unidade Local de Saúde do Norte Alentejano, EPE	1	4	182	105	508094461	Unidade Local de Saúde do Norte Alentejano, EPE	269.407	269.407	188.585	0
	ALENT-08-0348-FEDER-000920	Beneficiação e Modernização do Serviço de Cirurgia da Unidade Local de Saúde do Norte Alentejano, EPE/Unidade Hospitalar de Portalegre	1	4	182	105	508094461	Unidade Local de Saúde do Norte Alentejano, EPE	2.036.984	2.036.984	1.425.889	0
	ALENT-08-0348-FEDER-000921	Implementação do Processo Clínico Electrónico da Unidade Local de Saúde do Norte Alentejano, EPE	1	4	182	105	508094461	Unidade Local de Saúde do Norte Alentejano, EPE	2.190.071	2.190.071	1.533.050	0
	ALENT-08-0348-FEDER-000922	Melhoria das Condições de Saúde - Rastreio Organizado da Retinopatia Diabética na Região Alentejo	1	4	181	103	503148768	Administração Regional de Saúde do Alentejo, IP	424.615	424.615	360.923	0
	ALENT-08-0348-FEDER-001533	Extensão de Saúde de Bencatel - Concelho de Vila Viçosa	1	4	183	107	506613461	Município de Vila Viçosa	275.753	275.753	234.390	0
	ALENT-08-0348-FEDER-001534	UNIDADES MÓVEIS DE SAÚDE DE ALJUSTREL, BEJA, CORUCHE, GRÂNDOLA E MÉRTOLA	1	4	185	107	501122486	Município de Aljustrel	290.604	290.604	247.014	0
	ALENT-08-0348-FEDER-001535	Aquisição de 1 Tomografia Axial Computorizada (TAC) e 1 Intensificador de Imagem	1	4	182	105	508094461	Unidade Local de Saúde do Norte Alentejano, EPE	282.900	282.900	198.030	0
	ALENT-08-0348-FEDER-001536	Melhoria dos Cuidados de Saúde Primários - Intervenções nas Extensões de Saúde	1	4	183	103	503148768	Administração Regional de Saúde do Alentejo, IP	362.609	362.609	308.217	0

Anexo X - Operações aprovadas por Eixo Prioritário até 31.12.12 (valores acumulados)



PROGRAMA: PO ALENTEJO - 2007PT161PO004

unidade: euros

Designação do Eixo Prioritário	Candidatura / Operação					Identificação do Beneficiário			Montantes Aprovados			
	Código	Designação	Tipo	Estado	Localização (NUTII/NUTIII)	Tipologia	NIF	Designação	Investimento/ Custo Total Elegível	Despesa Pública	Fundo Comunitário	Montante Fundo de tipologia FSE
	ALENT-08-0348-FEDER-001537	Construção do Centro de Saúde de Sines	1	4	181	103	503148768	Administração Regional de Saúde do Alentejo, IP	4.025.042	4.025.042	3.421.285	0
	ALENT-08-0348-FEDER-001538	Projecto e Construção de Unidade de Saúde de Foros de Salvaterra	1	4	185	103	503148776	Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo	669.835	669.835	569.360	0
	ALENT-08-0348-FEDER-001541	Unidade de Saúde da Golegã	1	4	185	107	506563774	Município da Golegã	697.143	697.143	592.571	0
	ALENT-08-0348-FEDER-001543	DESMATERIALIZAÇÃO DOS PROCESSOS CLINICOS DA ULSBA, EPE	1	4	184	105	508754275	UNIDADE LOCAL DE SAUDE DO BAIXO ALENTEJO, EPE	399.112	399.112	279.378	0
	ALENT-08-0352-FEDER-000342	Cidades Encenadas	3	4		212	507174615	Artemrede - Teatros Associados	203.969	203.969	163.175	0
	ALENT-08-0352-FEDER-000361	ArteSul - Programação Cultural 2009/2011	3	4	184	107	501143718	Município de Portalegre	601.092	601.092	480.873	0
	ALENT-08-0352-FEDER-000362	Rede Intermunicipal	3	4		107	50112049	Município de Serpa	490.960	490.960	392.768	0
	ALENT-08-0352-FEDER-000366	Biblioteca Pública Municipal de Portel	1	4	183	107	506196445	Município de Portel	575.162	575.162	488.887	0
	ALENT-08-0352-FEDER-000502	POLO DA BIBLIOTECA NO SOBRAL DA ADIÇA	1	4	184	107	502174153	Município de Moura	117.223	117.223	99.639	0
	ALENT-08-0352-FEDER-000696	Territórios de Pertença	3	4		212	507174615	Artemrede - Teatros Associados	206.830	206.830	124.098	0
	ALENT-08-0352-FEDER-000708	Teias- Rede Cultural do Alentejo	1	4		107	504828576	Município de Évora	767.162	767.162	613.729	0
	ALENT-08-0352-FEDER-000815	Aquisição e Apetrechamento de Biblioteca Itinerante	1	4	181	107	506823318	Município de Grândola	54.250	54.250	46.113	0
	ALENT-08-0352-FEDER-000823	CULTREDE	1	4	182	107	505181266	Município de Leiria	354.235	354.235	283.388	0
	ALENT-08-0352-FEDER-000996	Ampliação da Biblioteca Municipal de Mértola	1	4	184	107	503279765	Município de Mértola	647.464	647.464	550.344	0
	ALENT-08-0352-FEDER-001084	Remodelação e Ampliação do Antigo Edifício do Celeiro da EPAC - Instalação da Biblioteca Municipal de Avis	1	4	182	107	502789824	Município de Avis	1.302.872	1.302.872	1.042.297	0
	ALENT-08-0352-FEDER-001117	Biblioteca Municipal de Reguengos de Monsaraz	1	4	183	107	507040589	Município de Reguengos de Monsaraz	1.297.282	1.297.282	1.102.690	0
	ALENT-08-0352-FEDER-001237	Recuperação do Cine-Oriental de Aljustrel	1	4	184	107	501122486	Município de Aljustrel	900.627	900.627	765.533	0
	ALENT-08-0352-FEDER-001865	Culturb - componente Alentejo	1	4	183	212	502780339	A Escola da Noite - Grupo de Teatro de Coimbra	282.649	282.649	226.119	0
	ALENT-08-0154-FEDER-000428	Construção da Rede de Abastecimento de Água da Nossa Senhora das Neves	1	4	184	107	504864620	Município de Beja	268.540	268.540	228.259	0
	ALENT-08-0154-FEDER-000446	Construção da rede pública de distribuição de água de Beringel	3	4	184	105	505991527	EMAS - Empresa Municipal de Água e Saneamento de Beja, EM	1.035.033	1.035.033	879.778	0
	ALENT-08-0154-FEDER-000642	MOURA - REDE DE ÁGUAS	1	4	184	107	502174153	Município de Moura	2.313.575	2.313.575	1.966.539	0
	ALENT-08-0154-FEDER-001136	Remodelação da Rede Pública de Distribuição de Água de Beja	1	4	184	105	505991527	EMAS - Empresa Municipal de Água e Saneamento de Beja, EM	1.496.506	1.496.506	1.272.030	0
	ALENT-08-0154-FEDER-001170	OBRAS DO CICLO URBANO DA ÁGUA	1	4	182	107	506806456	MUNICIPIO DE PONTE DE SOR	970.469	970.469	776.375	0
	ALENT-08-0154-FEDER-001203	Modernização da Rede de Abastecimento / Saneamento em Baixa do Concelho de Reguengos de Monsaraz	1	4	183	107	507040589	Município de Reguengos de Monsaraz	622.959	622.959	529.515	0
	ALENT-08-0154-FEDER-001206	Remodelação da rede de água e esgotos de S. Maços	1	4	183	107	504828576	Município de Évora	1.030.874	1.030.874	876.243	0
	ALENT-08-0259-FEDER-000239	Ecocentro de Sines	3	4	181	105	505255391	AMBILITAL - Investimentos Ambientais no Alentejo, EIM	543.526	543.526	309.810	0
	ALENT-08-0259-FEDER-000243	Valorização energética do Biogás	3	4		105	505255391	AMBILITAL - Investimentos Ambientais no Alentejo, EIM	262.315	262.315	149.519	0
	ALENT-08-0259-FEDER-000244	Sistema de Recolha Selectiva de Oleos Alimentares Usados	3	4		105	505255391	AMBILITAL - Investimentos Ambientais no Alentejo, EIM	89.000	89.000	50.730	0
	ALENT-08-0259-FEDER-000245	Valorização Energética do Biogás produzido no Aterro Sanitário da Raposa	3	4		105	504871650	Ecoleziria - Empresa Intermunicipal para o Tratamento de Resíduos Sólidos, EIM	1.161.978	1.161.978	697.187	0
	ALENT-08-0259-FEDER-000246	Optimização da Recolha Selectiva da Ecoleziria	3	4		105	504871650	Ecoleziria - Empresa Intermunicipal para o Tratamento de Resíduos Sólidos, EIM	833.995	833.995	500.397	0
	ALENT-08-0259-FEDER-000248	Aumento da Nave e automatização da Linha de Triagem	3	4		105	505255391	AMBILITAL - Investimentos Ambientais no Alentejo, EIM	694.500	694.500	395.865	0
	ALENT-08-0259-FEDER-000249	Expansão e Optimização do Tratamento e Recolha Selectiva de Resíduos Urbanos Recicláveis no Sistema Multimunicipal da Valnor	3	4		105	505255090	Valnor-Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A.	1.231.417	1.231.417	738.850	0
	ALENT-08-0259-FEDER-000251	Optimização da Recolha selectiva e estação de triagem	3	4		105	503914096	Resitejo - Associação de Gestão e Tratamento dos Lixos do Médio Tejo	1.027.945	1.027.945	799.947	0
	ALENT-08-0259-FEDER-000253	Maximização da recolha selectiva e triagem na área do SIRSU de Évora	3	4		105	506346773	GESAMB-Gestão Ambiental e de Resíduos, EIM	432.450	432.450	367.583	0
	ALENT-08-0259-FEDER-000767	Construção de zona de armazenamento Triagem Automática	1	4	181	105	505255391	AMBILITAL - Investimentos Ambientais no Alentejo, EIM	234.005	234.005	198.904	0
	ALENT-08-0260-FEDER-000240	Optimização das redes de recolha selectiva	3	4		105	505255391	AMBILITAL - Investimentos Ambientais no Alentejo, EIM	521.450	521.450	297.227	0
	ALENT-08-0260-FEDER-000247	Remodelação e Optimização do Ecocentro do Parque Ambiental da AMALGA	3	4	184	105	506568369	Resialejo- Tratamento e Valorização de Resíduos, EIM	1.053.133	1.053.133	842.506	0
	ALENT-08-0260-FEDER-000250	Optimização do sistema de recolha selectiva da RESIALENTEJO, EIM	3	4	184	105	506568369	Resialejo- Tratamento e Valorização de Resíduos, EIM	713.379	713.379	570.703	0
	ALENT-08-0260-FEDER-000761	Expansão da Recolha Selectiva Multimaterial no Sistema Valnor	1	4	182	105	505255090	Valnor-Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A.	339.700	339.700	203.820	0
	ALENT-08-0260-FEDER-000766	Optimização da rede de recolha selectiva de vidro e implementação de rede de recolha selectiva de rolhas de cortiça	1	4		105	505255391	AMBILITAL - Investimentos Ambientais no Alentejo, EIM	680.710	680.710	578.604	0
	ALENT-08-0260-FEDER-000769	Expansão da Rede de Ecocentros no Sistema Valnor	1	4	182	105	505255090	Valnor-Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A.	843.429	843.429	506.057	0
	ALENT-08-0260-FEDER-000773	OPTIMIZAÇÃO DA GESTÃO DE RESÍDUOS	1	4	183	107	503956546	Município de Borba	304.653	304.653	243.723	0
	ALENT-08-0260-FEDER-000781	Optimização da recolha selectiva da RESIALENTEJO, EIM - 2ª Fase	1	4	184	105	506568369	Resialejo- Tratamento e Valorização de Resíduos, EIM	286.000	286.000	243.100	0

Anexo X - Operações aprovadas por Eixo Prioritário até 31.12.12 (valores acumulados)



PROGRAMA: PO ALENTEJO - 2007PT161PO004

unid: euros

Designação do Eixo Prioritário	Candidatura / Operação					Identificação do Beneficiário			Montantes Aprovados			
	Código	Designação	Tipo	Estado	Localização (NUTII/NUTIII)	Tipologia	NIF	Designação	Investimento/ Custo Total Elegível	Despesa Pública	Fundo Comunitário	Montante Fundo de tipologia FSE
	ALENT-08-0260-FEDER-000788	Operação conjunta com vista à prevenção, optimização da recolha selectiva e sensibilização nos sistemas da GESAMB, AMCAL e RESIALENTEJO	1	4		105	506346773	GESAMB-Gestão Ambiental e de Resíduos, EIM	1.254.921	1.254.921	749.941	0
	ALENT-08-0260-FEDER-000789	Projecto Oil.Net	1	4		105	506346773	Resialentejo-Tratamento e Valorização de Resíduos, EIM	450.350	450.350	382.798	0
	ALENT-08-0260-FEDER-000790	Maximização da recolha selectiva e aplicação de MTD no Aterro Sanitário de Évora	1	4	183	105	506346773	GESAMB-Gestão Ambiental e de Resíduos, EIM	463.600	463.600	249.973	0
<b>EP 3 - Coesão Local e Urbana</b>									<b>463.599.483</b>	<b>461.787.048</b>	<b>370.607.502</b>	<b>0</b>
	ALENT-09-0140-FEDER-000705	BIOECOS - Valorização Integrada da Biomassa	1	4	184	212	509833195	CEBAL - Centro de Biotecnologia Agrícola e Agro-Alimentar do Baixo Alentejo e Litoral	702.722	702.722	530.906	0
	ALENT-09-0240-FEDER-000805	Parque Ambiental de Redondo	1	4	183	107	501834117	Município do Redondo	288.030	288.030	230.424	0
	ALENT-09-0240-FEDER-000811	Revitalização do Edifício Pomba Cupido	1	4	181	107	502150319	Município de Alcácer do Sal	82.229	82.229	65.783	0
	ALENT-09-0240-FEDER-000821	O Tapele está na Rua'010	1	4	183	107	501258027	Município de Arraiolos	197.821	197.821	158.257	0
	ALENT-09-0240-FEDER-000876	Requalificação da Zona Envolvente ao Castelo - II Fase - Praça da República, Jardim das Meninas e Rua João de Deus	1	4	183	107	506772527	Município de Alandroal	686.777	686.777	549.422	0
	ALENT-09-0240-FEDER-000881	Encontro de Culturas e Mercado Cultural de Serpa	1	4	184	107	501112049	Município de Serpa	1.171.294	1.171.294	937.035	0
	ALENT-09-0240-FEDER-000925	Requalificação do Centro Histórico de Redondo	1	4	183	107	501834117	Município do Redondo	872.469	872.469	574.085	0
	ALENT-09-0240-FEDER-000935	JARDIM DAS OLIVEIRAS	1	4	184	107	502174153	Município de Moura	181.978	181.978	81.890	0
	ALENT-09-0240-FEDER-000936	CENTRO DE JOALHARIA CONTEMPORÂNEA	1	4	184	107	502174153	Município de Moura	444.802	444.802	355.842	0
	ALENT-09-0240-FEDER-000940	Edifício Zero Emissões - Parque Tecnológico de Moura	1	4	184	105	508201306	Lógica, Sociedade Gestora do Parque Tecnológico de Moura, E.M.	946.327	946.327	757.062	0
	ALENT-09-0240-FEDER-000989	Gestão, Animação e Monitorização da Rede	1	4	184	205	509159508	ASSECOS - Associação para a Competitividade e Inovação da Energia e Construção Sustentáveis	187.336	187.336	149.869	0
	ALENT-09-0240-FEDER-000990	Reforço da Estrutura de Gestão do Parque Tecnológico de Moura	1	4	184	105	508201306	Lógica, Sociedade Gestora do Parque Tecnológico de Moura, E.M.	165.000	165.000	93.192	0
	ALENT-09-0240-FEDER-000994	Projecto - A Bolota - Centro de Investimento e Valorização do Montado	1	4	183	107	506196445	Município de Portel	231.899	231.899	182.319	0
	ALENT-09-0240-FEDER-001004	Microgeração em Ambientes Urbanos Sensíveis	1	4	184	105	508201306	Lógica, Sociedade Gestora do Parque Tecnológico de Moura, E.M.	246.520	246.520	197.216	0
	ALENT-09-0240-FEDER-001020	Introdução de Conteúdos em Língua Estrangeira nos Quiosques Multimédia e nos Sistemas Audioguias	1	4	184	107	503279765	Município de Mértola	16.831	16.831	13.465	0
	ALENT-09-0240-FEDER-001026	Programa de Inventário de Coleções - Museu de Mértola	1	4	184	107	503279765	Município de Mértola	22.225	22.225	17.780	0
	ALENT-09-0240-FEDER-001028	Implementação dos Serviços Educativos do Museu de Mértola	1	4	184	107	503279765	Município de Mértola	10.770	10.770	8.616	0
	ALENT-09-0240-FEDER-001032	Festival Músicas do Mundo	1	4	181	107	502563010	Município de Sines	1.422.680	1.422.680	1.137.006	0
	ALENT-09-0240-FEDER-001034	Reserva do Museu de Mértola	1	4	184	107	503279765	Município de Mértola	21.134	21.134	16.908	0
	ALENT-09-0240-FEDER-001035	Publicação sobre as Mesquitas e o Legado Histórico-cultural no Mediterrâneo	1	4	184	107	503279765	Município de Mértola	3.436	3.436	2.749	0
	ALENT-09-0240-FEDER-001053	Projecto Museográfico da Basílica Paleocristã do Mosteiro	1	4	184	107	503279765	Município de Mértola	20.000	20.000	16.000	0
	ALENT-09-0240-FEDER-001057	PROMOINVEST - Rede de Promoção Empresarial	1	4	183	107	501177256	Município de Vendas Novas	300.000	300.000	240.000	0
	ALENT-09-0240-FEDER-001063	Remodelação dos Painéis Informativos e Legendas dos Núcleos Museológicos	1	4	184	107	503279765	Município de Mértola	17.495	17.495	13.996	0
	ALENT-09-0240-FEDER-001066	Atractividade Urbana	1	4		107	501272968	Município de Elvas	254.000	254.000	203.200	0
	ALENT-09-0240-FEDER-001068	Núcleo Museológico de Alcaria de Javazes	1	4	184	107	503279765	Município de Mértola	100.000	100.000	80.000	0
	ALENT-09-0240-FEDER-001088	Ampliação do Centro de Negócios Transfronteiriço - 1ª Fase	1	4	182	107	501272968	Município de Elvas	1.685.274	1.685.274	719.949	0
	ALENT-09-0240-FEDER-001093	PROMOÇÃO TURÍSTICA DO PATRIMÓNIO	1	4	184	107	502174153	Município de Moura	135.928	135.928	108.742	0
	ALENT-09-0240-FEDER-001101	Musealização do interior do Castelo	1	4	184	107	503279765	Município de Mértola	286.526	286.526	141.974	0
	ALENT-09-0240-FEDER-001110	Instalação do Fórum Cultural no Edifício do Convento de Nossa Senhora da Conceição	1	4	184	107	506916184	Município de Almodôvar	800.000	800.000	640.000	0
	ALENT-09-0240-FEDER-001113	Requalificação dos Núcleos do Museu de Mértola	1	4	184	107	503279765	Município de Mértola	191.472	191.472	153.178	0
	ALENT-09-0240-FEDER-001125	Rota das Açordas	1	4	183	107	506196445	Município de Portel	15.000	15.000	12.000	0
	ALENT-09-0240-FEDER-001126	Casa da Açorda	1	4	183	107	506196445	Município de Portel	75.000	75.000	60.000	0
	ALENT-09-0240-FEDER-001144	Festival de Verão Terras de Sol	1	4	183	107	504828576	Município de Évora	400.300	400.300	320.240	0
	ALENT-09-0240-FEDER-001147	Animação e Gestão da Rede de Cidades do Alentejo Litoral	1	4		107	502130040	Município de Santiago do Cacém	363.000	363.000	290.400	0
	ALENT-09-0240-FEDER-001148	Requalificação Urbanística da Entrada Noroeste de Grândola	1	4	181	107	506823318	Município de Grândola	500.241	500.241	400.193	0
	ALENT-09-0240-FEDER-001151	ILUMINAÇÃO DO CASTELO DE MOURA	1	4	184	107	502174153	Município de Moura	114.515	114.515	91.612	0
	ALENT-09-0240-FEDER-001153	Acolhimento a Miróbriga	1	4	181	107	502130040	Município de Santiago do Cacém	1.026.724	1.026.724	821.379	0
	ALENT-09-0240-FEDER-001159	Núcleo do Castelo de Beja	1	4	184	107	504884620	Município de Beja	143.690	143.690	114.952	0
	ALENT-09-0240-FEDER-001172	Tecnopolo da RUCI Corredor Azul	1	4	183	107	504828576	Município de Évora	1.300.000	1.300.000	1.040.000	0

Anexo X - Operações aprovadas por Eixo Prioritário até 31.12.12 (valores acumulados)



PROGRAMA: PO ALENTEJO - 2007PT161PO004

unid: euros

Designação do Eixo Prioritário	Candidatura / Operação					Identificação do Beneficiário			Montantes Aprovados			
	Código	Designação	Tipo	Estado	Localização (NUTII/NUTIII)	Tipologia	NIF	Designação	Investimento/ Custo Total Elegível	Despesa Pública	Fundo Comunitário	Montante Fundo de tipologia FSE
	ALENT-09-0240-FEDER-001174	Plano de Comunicação e Marketing da Rede Terras de Sol	1	4	183	107	507040589	Município de Reguengos de Monsaraz	92.127	92.127	73.702	0
	ALENT-09-0240-FEDER-001176	Museu Vivo	1	4	184	107	504884620	Município de Beja	723.680	723.680	578.944	0
	ALENT-09-0240-FEDER-001183	Identidade Territorial e Memória Colectiva	1	4	183	107	501258027	Município de Arraiolos	270.014	270.014	216.011	0
	ALENT-09-0240-FEDER-001188	Gestão Técnica e Liderança da Rede Urbana para o Património	1	4	184	107	680020454	Assembleia Distrital de Beja	100.000	100.000	80.000	0
	ALENT-09-0240-FEDER-001189	Recuperação de Imóveis em Monsaraz-Torre do Relógio - Rede Terras de Sol	1	4	183	107	507040589	Município de Reguengos de Monsaraz	88.855	88.855	71.084	0
	ALENT-09-0240-FEDER-001197	Requalificação do Mercado Municipal de Reguengos de Monsaraz	1	4	183	107	507040589	Município de Reguengos de Monsaraz	663.956	663.956	480.770	0
	ALENT-09-0240-FEDER-001204	MESA - Exposição Vida e Morte na Idade do Ferro	1	4	184	107	506816184	Município de Almodôvar	35.900	35.900	28.720	0
	ALENT-09-0240-FEDER-001205	Musealização do Centro Histórico de Almodôvar	1	4	184	107	506816184	Município de Almodôvar	37.000	37.000	28.002	0
	ALENT-09-0240-FEDER-001211	PROGRAMA EMPREENDEUR NA ESCOLA	1	4	184	107	502563010	Município de Sines	275.000	275.000	220.000	0
	ALENT-09-0240-FEDER-001218	FUNDO DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA	1	4	181	107	502563010	Município de Sines	205.000	205.000	164.000	0
	ALENT-09-0240-FEDER-001220	Gestão e Governação- Rede Terras de Sol	1	4	183	107	507040589	Município de Reguengos de Monsaraz	100.000	100.000	80.000	0
	ALENT-09-0240-FEDER-001228	CONSTRUÇÃO DA PONTE PEDONAL SOBRE O RIO MIRA EM ODEMIRA	1	4	181	107	505311313	Município de Odemira	1.357.860	1.357.860	1.086.288	0
	ALENT-09-0240-FEDER-001229	Academia das Energias	1	4	181	107	502563010	Município de Sines	628.629	628.629	502.903	0
	ALENT-09-0240-FEDER-001249	Reforço das Ligações dos Bairros Periféricos à cidade de Alcácer do Sal	1	4	181	107	502150319	Município de Alcácer do Sal	670.928	670.928	536.743	0
	ALENT-09-0240-FEDER-001387	PROGRAMA DE FOMENTO DA ABSORÇÃO DE TECNOLOGIA	1	4	184	107	502563010	Município de Sines	290.000	290.000	232.000	0
	ALENT-09-0240-FEDER-001414	Centro de Apoio às Empresas de Santiago do Cacém	1	4	181	107	502130040	Município de Santiago do Cacém	133.418	133.418	106.734	0
	ALENT-09-0240-FEDER-001428	Museu do Mármore de Vila Viçosa - 1ª Fase	1	4	183	107	506813461	Município de Vila Viçosa	173.900	173.900	76.794	0
	ALENT-09-0240-FEDER-001451	Requalificação do Espaço Envolvente à Igreja Matriz de Grândola e Recuperação do Mercado Municipal	1	4	181	107	506823318	Município de Grândola	589.722	589.722	471.777	0
	ALENT-09-0240-FEDER-001548	Centro de Promoção do Património e Turismo	1	4	184	107	501135960	Município de Castro Verde	293.324	293.324	234.659	0
	ALENT-09-0240-FEDER-001574	Roteiros e Sinalética de Castro Verde	1	4	184	107	501135960	Município de Castro Verde	53.726	53.726	42.981	0
	ALENT-09-0240-FEDER-001575	Plano Cénico de Castro Verde	1	4	184	107	501135960	Município de Castro Verde	239.819	239.819	191.855	0
	ALENT-09-0240-FEDER-001576	O Pólo de Investigação e Dinamização Cultural do Museu Regional de Beja - Rua dos Infantes	1	4	184	107	680020454	Assembleia Distrital de Beja	299.933	299.933	239.947	0
	ALENT-09-0240-FEDER-001577	Recuperação de Imóveis em Monsaraz - Centro Multimédia - Rede Terras de Sol	1	4	183	107	507040589	Município de Reguengos de Monsaraz	157.278	157.278	125.823	0
	ALENT-09-0240-FEDER-001578	Remodelação do Mercado Municipal de Portel - Outlet de Produtos Tradicionais	1	4	183	107	506196445	Município de Portel	622.263	622.263	496.068	0
	ALENT-09-0240-FEDER-001579	Requalificação do Interior e Iluminação do Castelo - 1ª Fase	1	4	183	107	506772527	Município de Alandroal	390.125	390.125	312.100	0
	ALENT-09-0240-FEDER-001580	Escola de Artes de Sines	1	4	181	107	502563010	Município de Sines	1.268.497	1.268.497	1.014.798	0
	ALENT-09-0240-FEDER-001581	Congresso Internacional - O Canto a Vozes	1	4	183	107	506196445	Município de Portel	72.500	72.500	32.850	0
	ALENT-09-0240-FEDER-001582	Festival Terras de Sol	1	4	183	107	506196445	Município de Portel	609.205	609.205	487.364	0
	ALENT-09-0240-FEDER-001585	Rede Cultural Terras de Sol	1	4	183	107	501834117	Município do Redondo	483.854	483.854	387.083	0
	ALENT-09-0240-FEDER-001611	SENSIBILIZAÇÃO	1	4	184	205	509159508	ASSECOS - Associação para a Competitividade e Inovação da Energia e Construção Sustentáveis	345.441	345.441	276.353	0
	ALENT-09-0240-FEDER-001614	MOBILIDADE ECOS	1	4	184	205	509159508	ASSECOS - Associação para a Competitividade e Inovação da Energia e Construção Sustentáveis	108.004	108.004	86.403	0
	ALENT-09-0240-FEDER-001619	Governança da RUCI Corredor Azul	1	4	183	107	504828576	Município de Évora	100.000	100.000	80.000	0
	ALENT-09-0240-FEDER-001624	Centro Interpretativo no Convento de Santo António	1	4	183	107	506556590	Município de Estremoz	1.793.139	1.793.139	959.867	0
	ALENT-09-0240-FEDER-001738	Recuperação e Refuncionalização do Moinho do Ananil	1	4	183	107	506609553	Município de Montemor-o-Novo	602.273	602.273	325.000	0
	ALENT-09-0141-FEDER-000162	Regeneração Urbana de Aljustrel	1	4	184	107	501122486	Município de Aljustrel	2.077.363	2.077.363	1.699.698	0
	ALENT-09-0141-FEDER-000163	Requalificação Urbanística da Entrada Poente de Grândola e Reconstrução/Ampliação do Cine teatro Grandolense	1	4	181	107	506823318	Município de Grândola	2.431.403	2.431.403	1.699.551	0
	ALENT-09-0141-FEDER-000164	Renovar a História, Valorizar o Centro Histórico de Santiago do Cacém	1	4	181	107	502130040	Município de Santiago do Cacém	1.369.173	1.369.173	1.163.797	0
	ALENT-09-0141-FEDER-000165	Requalificação da Zona da Devesa e Áreas Adjacentes	1	4	182	107	506612287	Município de Nisa	1.740.319	1.740.319	1.479.271	0
	ALENT-09-0141-FEDER-000167	Projecto Integrado de Regeneração Urbana de Coruche	1	4	185	107	506722422	Município de Coruche	2.425.159	2.425.159	1.699.551	0
	ALENT-09-0141-FEDER-000168	Fórum de Eventos Promocionais	1	4	183	107	501834117	Município do Redondo	2.593.684	2.593.684	1.699.641	0
	ALENT-09-0141-FEDER-000170	Requalificação Urbanística nos Arruamentos do Poço de Ourique e da Rua de Beja em Almodôvar	1	4	184	107	506816184	Município de Almodôvar	1.302.165	1.302.165	1.106.840	0
	ALENT-09-0141-FEDER-000171	Regeneração Urbana do Eixo Comercial de Mértola	1	4	184	107	503279765	Município de Mértola	1.677.709	1.677.709	1.426.053	0

Anexo X - Operações aprovadas por Eixo Prioritário até 31.12.12 (valores acumulados)

PROGRAMA: PO ALENTEJO - 2007PT161PO004

unid: euros

Designação do Eixo Prioritário	Candidatura / Operação					Identificação do Beneficiário			Montantes Aprovados			
	Código	Designação	Tipo	Estado	Localização (NUTII/NUTIII)	Tipologia	NIF	Designação	Investimento/ Custo Total Elegível	Despesa Pública	Fundo Comunitário	Montante Fundo de tipologia FSE
	ALENT-09-0141-FEDER-000172	Requalificação e modernização de 3 edifícios públicos para a promoção da multifuncionalidade do espaço urbano, centro multifacetado de novas tecnologias e refeitório	1	4	184	107	501143734	Município de Vidigueira	927.506	927.506	788.380	0
	ALENT-09-0141-FEDER-000173	Beneficências e Arranjos no Jardim Público de Reguengos de Monsaraz	1	4	183	107	507040589	Município de Reguengos de Monsaraz	1.529.564	1.529.564	1.223.651	0
	ALENT-09-0141-FEDER-000174	Arraiolos XXI - Qualificação do Espaço Público	1	4	183	107	501258027	Município de Arraiolos	1.278.700	1.278.700	1.086.895	0
	ALENT-09-0141-FEDER-000175	Centro de Interpretação da Batalha dos Atoleiros	1	4	182	107	501162941	Município de Fronteira	2.250.090	2.250.090	1.699.493	0
	ALENT-09-0141-FEDER-000176	Projecto Integrado de Regeneração Urbana de Azambuja	1	4	185	107	506821480	Município de Azambuja	758.241	758.241	644.504	0
	ALENT-09-0141-FEDER-000177	Reabilitação e Adaptação do Antigo Edifício dos Bombeiros Voluntários da Vila de Alter do Chão	1	4	182	107	501132872	Município de Alter do Chão	1.070.024	1.070.024	856.019	0
	ALENT-09-0141-FEDER-000178	REQUALIFICAR MARVÃO	1	4	182	107	501170162	Município de Marvão	1.295.348	1.295.348	1.101.046	0
	ALENT-09-0141-FEDER-000179	Projecto integrado de requalificação urbana da vila de Cuba.	1	4	184	107	500832935	Município de Cuba	1.681.498	1.681.498	1.429.273	0
	ALENT-09-0141-FEDER-000180	Regeneração Urbana no Centro Histórico de Avis - 1ª operação	1	4	182	107	502789824	Município de Avis	1.769.863	1.769.863	1.504.383	0
	ALENT-09-0141-FEDER-000271	Requalificação Viária das Ruas Bairro Ferreira Rainho, 15 de Maio e Poeta José Régio	1	4	182	107	501143718	Município de Portalegre	725.893	725.893	560.026	0
	ALENT-09-0141-FEDER-000277	Circular à Cidade - 3ª Fase entre o Aqueduto da Amoreira e as Portas de S. Vicente	1	4	182	107	501272968	Município de Elvas	3.142.953	3.142.953	2.514.363	0
	ALENT-09-0141-FEDER-000302	Gabinete Municipal de Santo André	1	4	181	107	502130040	Município de Santiago do Cacém	512.912	512.912	410.329	0
	ALENT-09-0141-FEDER-000338	XIV ENCONTRO NACIONAL DE MUNICIPIOS COM CENTRO HISTORICO	1	4	184	107	504884620	Município de Beja	63.369	63.369	50.695	0
	ALENT-09-0141-FEDER-000378	Requalificação Paisagística, Ambiental e Urbana do Jardim das laranjeiras	1	4	182	107	501272968	Município de Elvas	332.691	332.691	266.153	0
	ALENT-09-0141-FEDER-000414	RUFA - Programa de Reabilitação Urbana de Ferreira do Alentejo	1	4	184	107	501227490	Município de Ferreira do Alentejo	1.049.543	1.049.543	892.112	0
	ALENT-09-0141-FEDER-000418	Programa de Salvaguarda e Recuperação de Elvas - Reabilitação de Infraestruturas - 6ª Fase	1	4	182	107	501272968	Município de Elvas	137.000	137.000	77.966	0
	ALENT-09-0141-FEDER-000425	Requalificação do Centro Histórico de Mora	1	4	183	107	501129103	Município de Mora	738.194	738.194	627.465	0
	ALENT-09-0141-FEDER-000429	Gestão da parceria e monitorização do programa de acção Acrópole XXI	1	4		107	504828576	Município de Évora	88.874	88.874	71.099	0
	ALENT-09-0141-FEDER-000431	REQUALIFICAÇÃO DE ODEMIRA	1	4	181	107	505311313	Município de Odemira	3.072.167	3.072.167	1.699.523	0
	ALENT-09-0141-FEDER-000435	Operação Integrada de Regeneração Urbana de Castro Verde	1	4	184	107	501135960	Município de Castro Verde	2.654.494	2.654.494	1.699.672	0
	ALENT-09-0141-FEDER-000436	GOLEGÁ: IDENTIDADE E INOVAÇÃO	1	4	185	107	506563774	Município da Golegã	1.729.599	1.729.599	1.470.159	0
	ALENT-09-0141-FEDER-000437	Requalificação Urbana Núcleo Central de Sousel	1	4	182	107	506809560	Município de Sousel	677.771	677.771	576.106	0
	ALENT-09-0141-FEDER-000438	Regeneração dos Espaços Públicos de Viana do Alentejo	1	4	183	107	506151174	Município de Viana do Alentejo	1.059.187	1.059.187	900.309	0
	ALENT-09-0141-FEDER-000442	Exposição de Documentos Musicais da Sé de Évora	1	4	183	212	501815538	Cabido Catedralício de Évora	50.419	50.419	34.310	0
	ALENT-09-0141-FEDER-000443	Dinamização de Actividades Culturais em Espaço Urbano	1	4	182	107	501272968	Município de Elvas	110.792	110.792	62.575	0
	ALENT-09-0141-FEDER-000450	PRU - Espaço Robinson - Estacionamento	1	4	182	211	510220746	Fundação Robinson	985.334	985.334	760.185	0
	ALENT-09-0141-FEDER-000469	Requalificação Urbana do Bairro Pôr do Sol	1	4	181	107	502130040	Município de Santiago do Cacém	322.646	322.646	258.117	0
	ALENT-09-0141-FEDER-000476	Reabilitação de Infraestruturas do Bairro da Mouraria	1	4	184	107	504884620	Município de Beja	855.816	855.816	684.652	0
	ALENT-09-0141-FEDER-000477	Jardim e Parque de Estacionamento do Bairro da Mouraria em Beja	1	4	184	107	504884620	Município de Beja	502.705	502.705	402.164	0
	ALENT-09-0141-FEDER-000492	Ações Associadas à Animação da Parceria Local e à Dinamização do Programa de Acção	1	4	182	107	501272968	Município de Elvas	142.335	142.335	113.868	0
	ALENT-09-0141-FEDER-000503	Requalificação Urbana do Bairro Azul	1	4	181	107	502130040	Município de Santiago do Cacém	288.239	288.239	237.076	0
	ALENT-09-0141-FEDER-000513	Requalificação Paisagística, Ambiental e Urbana da Encosta Sudoeste às Muralhas - Viaduto	1	4	182	107	501272968	Município de Elvas	838.236	838.236	670.589	0
	ALENT-09-0141-FEDER-000516	Aquisição de equipamentos e conteúdos de apoio ao visitante do Museu de Évora	1	4	183	103	508200237	Instituto dos Museus e da Conservação, I.P.	70.100	70.100	39.592	0
	ALENT-09-0141-FEDER-000517	Congresso Internacional Sobre o Retábulo de Évora e a Pintura Flamengo no Sul da Europa	1	4	183	103	508200237	Instituto dos Museus e da Conservação, I.P.	100.000	100.000	56.480	0
	ALENT-09-0141-FEDER-000518	Instalação de EcoPontos para Recolha Selectiva de Resíduos	1	4	181	107	502130040	Município de Santiago do Cacém	200.933	200.933	160.746	0
	ALENT-09-0141-FEDER-000544	Estudo sobre os Espaços Verdes Urbanos	1	4	182	107	501272968	Município de Elvas	1.000	1.000	800	0
	ALENT-09-0141-FEDER-000546	Requalificação e ampliação da ala poente do palácio do vimioso - centro interactivo de arqueologia	1	4	183	109	501201920	Universidade de Évora	454.977	454.977	308.838	0
	ALENT-09-0141-FEDER-000547	INSTALAÇÃO DA ACADEMIA SENIOR DE ARTES E SABERES	1	4	181	107	502130040	Município de Santiago do Cacém	101.391	101.391	81.113	0
	ALENT-09-0141-FEDER-000548	Fundo Arqueológico da Arquidiocese de Évora	1	4	183	212	501815538	Cabido Catedralício de Évora	299.316	205.570	205.570	0

Anexo X - Operações aprovadas por Eixo Prioritário até 31.12.12 (valores acumulados)

PROGRAMA: PO ALENTEJO - 2007PT161PO004

unid: euros

Designação do Eixo Prioritário	Candidatura / Operação					Identificação do Beneficiário			Montantes Aprovados			
	Código	Designação	Tipo	Estado	Localização (NUTII/NUTIII)	Tipologia	NIF	Designação	Investimento/ Custo Total Elegível	Despesa Pública	Fundo Comunitário	Montante Fundo de tipologia FSE
	ALENT-09-0141-FEDER-000550	Requalificação e Usufruto Público da Casa Nobre da rua de Burgos	1	4	183	102	600031985	Direcção Regional de Cultura do Alentejo	105.931	105.931	84.745	0
	ALENT-09-0141-FEDER-000551	Requalificação Urbana do Bairro da Atalaia	1	4	181	107	502130040	Município de Santiago do Cacém	321.127	321.127	256.902	0
	ALENT-09-0141-FEDER-000553	Abastecimento de Água aos Bairros da Várzea/Petrogal	1	4	181	105	505600005	Águas de Santo André, S.A.	444.520	444.520	355.616	0
	ALENT-09-0141-FEDER-000554	Reabilitação do Edifício da Torre do Salvador	1	4	183	102	600031985	Direcção Regional de Cultura do Alentejo	75.334	75.334	60.267	0
	ALENT-09-0141-FEDER-000556	Requalificação e Valorização do Parque Central	1	4	181	107	502130040	Município de Santiago do Cacém	888.706	888.706	710.965	0
	ALENT-09-0141-FEDER-000557	Requalificação e Ordenamento de Eixos Estruturantes	1	4	181	107	502130040	Município de Santiago do Cacém	895.136	895.136	716.109	0
	ALENT-09-0141-FEDER-000558	Rede Ciclável de Vila Nova de Santo André	1	4	181	107	502130040	Município de Santiago do Cacém	510.620	510.620	408.496	0
	ALENT-09-0141-FEDER-000563	Requalificação Edifício Sede da ACDE	1	4	183	215	501083758	Associação Comercial do Distrito de Évora	319.683	251.782	251.782	0
	ALENT-09-0141-FEDER-000564	Produção de Material de Divulgação Cultural	1	4	183	102	600031985	Direcção Regional de Cultura do Alentejo	15.576	15.576	12.207	0
	ALENT-09-0141-FEDER-000567	Sistema de Fornecimento de Água ao Parque Central	1	4	181	105	505600005	Águas de Santo André, S.A.	19.963	19.963	15.971	0
	ALENT-09-0141-FEDER-000572	Pátio de S. Miguel	1	4	183	211	500730733	Fundação Eugénio de Almeida	2.134.077	2.134.077	1.543.792	0
	ALENT-09-0141-FEDER-000576	Elaboração, Execução e Monitorização do Plano de Comunicação da ACRÓPOLE XXI	1	4	183	211	500730733	Fundação Eugénio de Almeida	136.125	136.125	76.244	0
	ALENT-09-0141-FEDER-000594	Ensombramento das Portas de Mértola	1	4	184	107	504884620	Município de Beja	1.052.534	1.052.534	842.027	0
	ALENT-09-0141-FEDER-000595	Despesas de Gestão da Intervenção	1	4	184	107	504884620	Município de Beja	362.500	362.500	308.125	0
	ALENT-09-0141-FEDER-000596	Requalificação de Monumentos Religiosos - Recuperação/conservação da Ermida de Santo André	1	4	184	212	508496888	Associação Desenvolvimento Regional Portas do Território, APT	134.376	134.376	107.501	0
	ALENT-09-0141-FEDER-000597	Requalificação de Monumentos Religiosos - Recuperação/Conservação da Igreja do Pé da Cruz	1	4	184	212	508496888	Associação Desenvolvimento Regional Portas do Território, APT	677.102	677.102	541.681	0
	ALENT-09-0141-FEDER-000598	Requalificação de Monumentos Religiosos - Recuperação/Conservação da Capela de Nossa Senhora do Rosário	1	4	184	212	508496888	Associação Desenvolvimento Regional Portas do Território, APT	274.807	274.807	219.845	0
	ALENT-09-0141-FEDER-000603	Reabilitação do Antigo Edifício Sede da Diocese	1	4	184	212	500918449	CÁRITAS DIOCESANA DE BEJA	1.170.863	1.170.863	936.691	0
	ALENT-09-0141-FEDER-000604	PRU - Implementação do Plano de Divulgação	1	4	182	107	501143718	Município de Portalegre	80.913	80.913	62.424	0
	ALENT-09-0141-FEDER-000607	Ações de Promoção, Animação e Divulgação	1	4	184	107	504884620	Município de Beja	305.210	305.210	259.428	0
	ALENT-09-0141-FEDER-000651	Construção de Ponte sobre a Ribeira de Longomel	1	4	182	107	506806456	MUNICIPIO DE PONTE DE SOR	307.095	307.095	245.676	0
	ALENT-09-0141-FEDER-000654	Recuperação de Moinho de Água-Instalações Sanitárias de Apoio	1	4	182	107	506806456	MUNICIPIO DE PONTE DE SOR	46.521	46.521	37.217	0
	ALENT-09-0141-FEDER-000655	CONSTRUÇÃO DE CAFETARIA E LAGO	1	4	182	107	506806456	MUNICIPIO DE PONTE DE SOR	288.422	288.422	230.737	0
	ALENT-09-0141-FEDER-000658	PRUC - Parque Central União dos Jardins	1	4	185	105	507892283	Rumo 2020 EM	3.817.707	3.817.707	3.178.241	0
	ALENT-09-0141-FEDER-000660	PRUC - Requalificação Ribeira Cartaxo e da Quinta Santa Eulália	1	4	185	105	507892283	Rumo 2020 EM	838.233	838.233	670.586	0
	ALENT-09-0141-FEDER-000661	Requalificação do Centro Cívico - Praça Lourenço de Carvalho	1	4	185	107	501273433	Município de Almeirim	902.414	902.414	767.052	0
	ALENT-09-0141-FEDER-000663	Mercado Municipal - Edifício Comercial e Espaço Público Contíguo Estremoz	1	4	183	107	506556590	Município de Estremoz	776.414	776.414	621.132	0
	ALENT-09-0141-FEDER-000692	Iluminação do Castelo em Montemor-o-Novo - Iluminação de Valorização da Muralha Norte e Palácio dos Alcaides	1	4	183	107	506609553	Município de Montemor-o-Novo	80.493	80.493	64.394	0
	ALENT-09-0141-FEDER-000802	Requalificação do Centro Cívico de Almeirim - Parque Desportivo Municipal	1	4	185	107	501273433	Município de Almeirim	383.465	383.465	304.778	0
	ALENT-09-0141-FEDER-000927	Requalificação do Centro Cívico da Cidade de Almeirim - Largo General Guerra	1	4	185	107	501273433	Município de Almeirim	385.516	385.516	327.689	0
	ALENT-09-0141-FEDER-000995	Centro de Formação e Cultura Contemporânea	1	4	182	107	506806456	MUNICIPIO DE PONTE DE SOR	1.112.611	1.112.611	821.722	0
	ALENT-09-0141-FEDER-001001	PRU - Vedação de Protecção do Espaço Robinson	1	4	182	211	510220746	Fundação Robinson	23.770	23.770	18.338	0
	ALENT-09-0141-FEDER-001007	Regeneração Urbana de Sines - Plano de Comunicação	1	4	181	107	502563010	Município de Sines	100.000	100.000	80.000	0
	ALENT-09-0141-FEDER-001014	VALORIZAÇÃO E DINAMIZAÇÃO DO RECINTO DO CASTELO - FASE 1	1	4	184	107	502174153	Município de Moura	422.133	422.133	189.960	0
	ALENT-09-0141-FEDER-001037	Remodelação de Arruamentos e Infra-estruturas Urbanas no Largo Banha de Andrade e Envolvente Funcional (Pavimentação e Infra-estruturas nas Ruas envolventes do Largo Banha de Andrade)	1	4	183	107	506609553	Município de Montemor-o-Novo	247.386	247.386	197.909	0
	ALENT-09-0141-FEDER-001038	Remodelação do Acesso Pedonal ao Castelo de Montemor-o-Novo pela Rua do Quebra Costas	1	4	183	107	506609553	Município de Montemor-o-Novo	229.227	229.227	183.382	0
	ALENT-09-0141-FEDER-001039	Requalificação Urbana da Área do Rossio	1	4	183	107	506609553	Município de Montemor-o-Novo	1.448.014	1.448.014	1.158.411	0
	ALENT-09-0141-FEDER-001041	Requalificação das Instalações da Associação Protectora do Abrigo dos Velhos Trabalhadores	1	4	183	212	500876185	Associação Protectora do Abrigo dos Velhos Trabalhadores	485.499	388.400	388.400	0
	ALENT-09-0141-FEDER-001042	Conservação e Restauro da Igreja de Nossa Senhora da Luz	1	4	183	212	501129324	Santa Casa da Misericórdia de Montemor-o-Novo	64.458	64.458	51.566	0
	ALENT-09-0141-FEDER-001058	IGUALDADE DE OPORTUNIDADES	1	4	184	212	504859374	Moura Salúguia - Associação de Mulheres do Concelho de Moura	118.643	118.643	94.914	0
	ALENT-09-0141-FEDER-001065	Instalação do Centro Nacional Artes Transdisciplinares - Convento da Saudação	3	4	183	212	505229919	O ESPAÇO DO TEMPO - ASSOCIAÇÃO CULTURAL	180.517	180.517	144.414	0
	ALENT-09-0141-FEDER-001079	Ciência na Rua 2011 - 2012	1	4	183	108	504374409	Centro Ciência Viva de Estremoz	210.000	210.000	168.000	0

Anexo X - Operações aprovadas por Eixo Prioritário até 31.12.12 (valores acumulados)

PROGRAMA: PO ALENTEJO - 2007PT161PO004

unid: euros

Designação do Eixo Prioritário	Candidatura / Operação					Identificação do Beneficiário			Montantes Aprovados			
	Código	Designação	Tipo	Estado	Localização (NUTII/NUTIII)	Tipologia	NIF	Designação	Investimento/ Custo Total Elegível	Despesa Pública	Fundo Comunitário	Montante Fundo de tipologia FSE
	ALENT-09-0141-FEDER-001083	Requalificação da Ligação da Rua do Arraial ao Largo do Outeiro - F8	1	4	185	107	505656000	Município de Rio Maior	153.216	153.216	122.573	0
	ALENT-09-0141-FEDER-001099	Qualificação Paisagística da Envolvente da Igreja de Santo António de Vendas Novas	1	4	183	212	501228799	Fábrica da Igreja Paroquial de Santo António de Vendas Novas	291.360	291.360	233.088	0
	ALENT-09-0141-FEDER-001133	Programação de Animação Cultural e do Comércio do Centro Tradicional de Vendas Novas	1	4	183	216	505009471	Vendas Novas, Porta do Alentejo - Assoc. Desenvolvimento Local	150.000	150.000	111.000	0
	ALENT-09-0141-FEDER-001135	REQUALIFICAÇÃO URBANA E PAISAGÍSTICA DO CENTRO HISTÓRICO DE MOURA FASE1	1	4	184	107	502174153	Município de Moura	1.519.375	1.519.375	1.215.500	0
	ALENT-09-0141-FEDER-001138	OP I - Câmara Velha	1	4	181	107	502563010	Município de Sines	538.008	538.008	430.406	0
	ALENT-09-0141-FEDER-001140	Cultura viva	1	4	184	217	501545760	Centro Recreativo Amadores de Música	21.000	21.000	16.800	0
	ALENT-09-0141-FEDER-001145	Animação de Rua	1	4	181	212	504168002	Associação Contra Regra	100.000	100.000	80.000	0
	ALENT-09-0141-FEDER-001154	OP E - Repavimentação e Requalificação dos Arruamentos	1	4	181	107	502563010	Município de Sines	1.331.379	1.331.379	1.131.672	0
	ALENT-09-0141-FEDER-001155	Empreendedorismo	1	4	184	216	503035181	Associação para o Desenvolvimento do Concelho de Moura	70.000	70.000	56.000	0
	ALENT-09-0141-FEDER-001156	Animação Cultural da Área de Intervenção	1	4	184	105	501829296	COMOIPREL - Coop.Mourense Interesse Público Resp. Limitada	88.500	88.500	70.800	0
	ALENT-09-0141-FEDER-001160	Construção de Eixos Rodoviários de Acesso à Central de Camionagem	1	4	183	107	506556590	Município de Estremoz	470.029	470.029	376.023	0
	ALENT-09-0141-FEDER-001161	Construção da Central de Camionagem	1	4	183	107	506556590	Município de Estremoz	904.342	904.342	723.473	0
	ALENT-09-0141-FEDER-001162	Intervenção nas Artérias Públicas Estruturantes	1	4	183	107	506556590	Município de Estremoz	1.921.287	1.921.287	1.537.029	0
	ALENT-09-0141-FEDER-001164	Centro Intergeracional Re-Encontro	1	4	183	212	501879374	Centro Social Paroquial de Santo André	430.055	430.055	344.044	0
	ALENT-09-0141-FEDER-001165	Espaço Participativo Moura: cidade e território	1	4	184	216	503035181	Associação para o Desenvolvimento do Concelho de Moura	60.000	60.000	48.000	0
	ALENT-09-0141-FEDER-001179	Remodelação da Rua da Janelinha e respectivas Infra-estruturas Urbanas	1	4	183	107	506609553	Município de Montemor-o-Novo	909.254	909.254	727.403	0
	ALENT-09-0141-FEDER-001185	Remodelação do acesso ao Castelo de Montemor-o-Novo pela Rua Condessa de Valenças	1	4	183	107	506609553	Município de Montemor-o-Novo	466.924	466.924	373.539	0
	ALENT-09-0141-FEDER-001186	Envolvimento Empresarial	1	4	184	215	505779340	Associação de Micro Pequenos e Médios Empresários do Alentejo Interior	64.000	64.000	51.200	0
	ALENT-09-0141-FEDER-001200	OP C - Pátio das Artes	1	4	181	107	502563010	Município de Sines	109.420	109.420	87.536	0
	ALENT-09-0141-FEDER-001216	OP D - Requalificação dos Espaços Pedonais	1	4	181	107	502563010	Município de Sines	580.257	580.257	464.206	0
	ALENT-09-0141-FEDER-001253	Dinamização Musical e Artística	1	4	181	212	508741769	Associação Pró-Artes de Sines	179.039	179.039	143.231	0
	ALENT-09-0141-FEDER-001255	Requalificação do Largo dos Açougues	1	4	181	107	502150319	Município de Alcácer do Sal	650.957	650.957	401.510	0
	ALENT-09-0141-FEDER-001256	Recuperação e Modernização do Mercado Municipal - F6	1	4	185	107	505656000	Município de Rio Maior	324.414	324.414	259.532	0
	ALENT-09-0141-FEDER-001257	Requalificação Urbana do Espaço Público da Margem Norte do Rio Sado	1	4	181	107	502150319	Município de Alcácer do Sal	3.701.712	3.701.712	2.859.943	0
	ALENT-09-0141-FEDER-001275	Plano de Sinalética Cultural - O Manuelino e a Pintura Mural	1	4	183	107	506609553	Município de Montemor-o-Novo	11.515	11.515	9.212	0
	ALENT-09-0141-FEDER-001305	Requalificação do edifício do antigo Matadouro	1	4	185	107	505941350	Município de Santarém	480.821	480.821	384.657	0
	ALENT-09-0141-FEDER-001310	Beneficiação do Ginásio do Seminário	1	4	185	107	505941350	Município de Santarém	302.493	302.493	241.994	0
	ALENT-09-0141-FEDER-001325	Espaço polivalente com funções cívicas, lúdicas e sociais - F3	1	4	185	107	505656000	Município de Rio Maior	550.854	550.854	440.683	0
	ALENT-09-0141-FEDER-001354	Projectos e Obras (Intervenção em Imóveis Degradados) - Palácio de Landal	1	4	185	105	509472087	STR-URBHIS, Sociedade de Gestão Urbana de Santarém, EM, SA	577.339	577.339	404.137	0
	ALENT-09-0141-FEDER-001391	Reabilitação do Palácio João Afonso	1	4	185	107	505941350	Município de Santarém	1.024.492	1.024.492	870.818	0
	ALENT-09-0141-FEDER-001392	Plano de promoção e divulgação para o Centro Histórico de Santarém	1	4	185	105	509477755	CUL.TUR, Empresa Municipal de Cultura e Turismo de Santarém, EEM	705.000	705.000	564.000	0
	ALENT-09-0141-FEDER-001395	OP P - Gestão da Parceria	1	4	181	107	502563010	Município de Sines	143.950	143.950	114.930	0
	ALENT-09-0141-FEDER-001396	Plano de Sinalética Informativa Comercial	1	4	183	107	506609553	Município de Montemor-o-Novo	13.400	13.400	10.720	0
	ALENT-09-0141-FEDER-001401	OP A, B, J - Requalificação da Avenida Vasco da Gama, Consolidação da Falésia e Ligação Vertical	1	4	181	107	502563010	Município de Sines	6.178.074	6.178.074	5.169.194	0
	ALENT-09-0141-FEDER-001402	REQUALIFICAÇÃO URBANA E PAISAGÍSTICA DO CENTRO HISTÓRICO DE MOURA - FASE 2	1	4	184	107	502174153	Município de Moura	405.994	405.994	324.795	0
	ALENT-09-0141-FEDER-001404	Cobertura de Ligação das Cavalariças 1 e 4	1	4	185	103	508821509	Turismo de Lisboa e Vale do Tejo	61.253	61.253	49.002	0
	ALENT-09-0141-FEDER-001410	VALORIZAÇÃO E DINAMIZAÇÃO DO RECINTO DO CASTELO - FASE 2	1	4	184	107	502174153	Município de Moura	654.507	654.507	342.635	0
	ALENT-09-0141-FEDER-001419	Requalificação do Espaço Público de Percurso da Procissão Via Sacra ou Passos de Rio Maior - F2	1	4	185	107	505656000	Município de Rio Maior	1.274.804	1.274.804	1.019.844	0
	ALENT-09-0141-FEDER-001440	Estudo de Urbanismo Comercial para Centro Histórico da Cidade de Sines	1	4	181	215	500878854	Associação do Comércio e Serviços do Distrito de Setúbal	30.497	30.497	23.998	0
	ALENT-09-0141-FEDER-001528	Envolvente da Igreja de Santa Cruz	1	4	185	107	505941350	Município de Santarém	279.893	279.893	237.909	0
	ALENT-09-0141-FEDER-001530	Repavimentação e requalificação dos arruamentos	1	4	185	107	505941350	Município de Santarém	856.252	856.252	685.002	0
	ALENT-09-0141-FEDER-001531	Requalificação da Igreja de Santa Clara de Santarém	1	4	185	102	600083179	Direcção Regional de Cultura de Lisboa e Vale do Tejo	565.392	565.392	452.313	0
	ALENT-09-0141-FEDER-001592	PROLONGAMENTO DA AVENIDA MARGINAL, RUAS ADJACENTES E RECINTO DE FEIRAS E EXPOSIÇÕES	1	4	182	107	506806456	MUNICIPIO DE PONTE DE SOR	526.772	526.772	421.417	0

Anexo X - Operações aprovadas por Eixo Prioritário até 31.12.12 (valores acumulados)



PROGRAMA: PO ALENTEJO - 2007PT161PO004

unid: euros

Designação do Eixo Prioritário	Candidatura / Operação					Identificação do Beneficiário			Montantes Aprovados			
	Código	Designação	Tipo	Estado	Localização (NUTII/NUTIII)	Tipologia	NIF	Designação	Investimento/ Custo Total Elegível	Despesa Pública	Fundo Comunitário	Montante Fundo de tipologia FSE
	ALENT-09-0141-FEDER-001596	REQUALIFICAÇÃO URBANA DO MONTE DA PINHEIRA	1	4	182	107	506806456	MUNICIPIO DE PONTE DE SOR	389.129	389.129	311.303	0
	ALENT-09-0141-FEDER-001605	REQUALIFICAÇÃO DA ZONA ENVOLVENTE AO JARDIM DE INFÂNCIA Nº 3 EM ALMEIRIM	1	4	185	107	501273433	Município de Almeirim	286.483	286.483	229.186	0
	ALENT-09-0141-FEDER-001610	Plano de Divulgação e Comunicação	1	4	183	107	506809553	Município de Montemor-o-Novo	183.000	183.000	149.530	0
	ALENT-09-0141-FEDER-001617	Estrada da Estação	1	4	185	107	505941350	Município de Santarém	1.271.882	1.271.882	1.017.505	0
	ALENT-09-0141-FEDER-001621	Conservação e Restauro da Igreja de São Francisco	1	4	183	212	501513698	Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia de Santo André	68.080	68.080	54.464	0
	ALENT-09-0141-FEDER-001622	Parque de Exposições, Feiras e Mercados de Vendas Novas – Fase A da 1ª Fase	1	4	183	107	501177256	Município de Vendas Novas	926.405	926.405	739.920	0
	ALENT-09-0141-FEDER-001623	Recuperação e Reequipamento do Teatro Bernardim Ribeiro	1	4	183	107	506556590	Município de Estremoz	340.581	340.581	272.464	0
	ALENT-09-0141-FEDER-001625	Aquisição e Reabilitação do Palácio dos Marqueses de Praia e Monforte	1	4	183	107	506556590	Município de Estremoz	1.907.336	1.907.336	1.525.869	0
	ALENT-09-0141-FEDER-001626	Reconversão da Praça de Touros de Estremoz e adaptação a Espaço Multifunções	1	4	183	107	506556590	Município de Estremoz	1.789.224	1.789.224	1.431.379	0
	ALENT-09-0241-FEDER-000421	Sinalética Informativa e Turística	1	4	182	107	501272968	Município de Elvas	186.921	186.921	149.537	0
	ALENT-09-0241-FEDER-000434	Regeneração Urbana do Centro Histórico de Serpa	1	4	184	107	501112049	Município de Serpa	2.349.581	2.349.581	1.699.687	0
	ALENT-09-0241-FEDER-000494	Microclimatização na zona Comercial do Centro Histórico	1	4	182	107	501272968	Município de Elvas	93.548	93.548	74.838	0
	ALENT-09-0241-FEDER-000527	Iluminação dos Monumentos	1	4	182	107	501272968	Município de Elvas	266.951	266.951	213.560	0
	ALENT-09-0241-FEDER-000545	Palácio do Barrocal de Évora - Implementação da 1ª fase	1	4	183	211	500122237	Fundação Inatel	491.375	491.375	352.021	0
	ALENT-09-0241-FEDER-000555	Requalificação Ambiental e Paisagística da Envolvente às Muralhas - Iluminação Monumental - 2ª Fase	1	4	182	107	501272968	Município de Elvas	821.891	821.891	657.513	0
	ALENT-09-0241-FEDER-000566	Criação de Roteiros e Circuitos Urbanos	1	4	182	107	501272968	Município de Elvas	88.843	88.843	71.074	0
	ALENT-09-0241-FEDER-000571	Centro de Arte e Cultura	1	4	183	211	500730733	Fundação Eugénio de Almeida	3.250.151	3.250.151	2.211.077	0
	ALENT-09-0241-FEDER-000586	Construção do Centro Interpretativo do Património	1	4	182	107	501272968	Município de Elvas	450.242	450.242	326.454	0
	ALENT-09-0241-FEDER-000601	Recuperação Ambiental e Paisagística da Envolvente às Muralhas	1	4	182	107	501272968	Município de Elvas	329.348	329.348	263.479	0
	ALENT-09-0241-FEDER-000602	Requalificação Ambiental e Paisagística da Envolvente às Muralhas - 1ª Fase - Entre as Portas da Esquina e o Baluarte do Trem - Sub-Fase 1B	1	4	182	107	501272968	Município de Elvas	332.002	332.002	187.515	0
	ALENT-09-0241-FEDER-000713	PRU - Conservação requalificada de património arqueológico industrial - depósito de água	1	4	182	211	510220746	Fundação Robinson	139.806	139.806	107.861	0
	ALENT-09-0241-FEDER-001019	EQUIPAMENTOS DE DINAMIZAÇÃO CULTURAL - FASE 1	1	4	184	107	502174153	Município de Moura	551.091	551.091	440.873	0
	ALENT-09-0241-FEDER-001047	CRIAÇÃO/REQUALIFICAÇÃO DE ESPAÇOS PARA ACTIVIDADES ECONÓMICAS - FASE 1	1	4	184	107	502174153	Município de Moura	1.634.962	1.634.962	1.307.970	0
	ALENT-09-0241-FEDER-001397	EQUIPAMENTOS DE DINAMIZAÇÃO CULTURAL - FASE 2	1	4	184	107	502174153	Município de Moura	931.760	931.760	745.408	0
	ALENT-09-0241-FEDER-001398	CRIAÇÃO/REQUALIFICAÇÃO DE ESPAÇOS PARA ACTIVIDADES ECONÓMICAS - FASE 2	1	4	184	107	502174153	Município de Moura	482.860	482.860	386.288	0
	ALENT-09-0241-FEDER-001400	DISPOSITIVO DE GESTÃO E COMUNICAÇÃO DO PROJECTO	1	4	184	107	502174153	Município de Moura	182.655	182.655	146.124	0
	ALENT-09-0241-FEDER-001532	Requalificação da Sé de Santarém - Rota das Catedrais	1	4	185	212	500518236	Diocese de Santarém	1.714.815	1.714.815	1.371.852	0
	ALENT-09-0241-FEDER-001598	Construção da Creche Lydia Maia Cabeça	1	4	183	212	501093940	Santa Casa da Misericórdia de Vendas Novas	330.368	330.368	264.294	0
	ALENT-09-0344-FEDER-000002	Construção do Centro Escolar de Almeirim	1	4	185	107	501273433	Município de Almeirim	2.258.071	2.258.071	1.919.361	0
	ALENT-09-0344-FEDER-000091	Construção do Centro Escolar do Carvalhal	1	4	181	107	506823318	Município de Grândola	775.678	775.678	659.327	0
	ALENT-09-0344-FEDER-000092	Construção do Centro Escolar de Melides	1	4	181	107	506823318	Município de Grândola	783.783	783.783	666.216	0
	ALENT-09-0344-FEDER-000093	Construção da Escola EB1/JI do Bacelo	1	4	183	107	504828576	Município de Évora	2.042.512	2.042.512	1.736.135	0
	ALENT-09-0344-FEDER-000096	Escola Básica e Jardim de Infância do Plano de Pomenor Sul de Sines	1	4	181	107	502563010	Município de Sines	1.595.107	1.595.107	1.355.841	0
	ALENT-09-0344-FEDER-000097	Centro Escolar de Alcanede	1	4	185	107	505941350	Município de Santarém	2.122.190	2.122.190	1.697.752	0
	ALENT-09-0344-FEDER-000099	Centro Escolar de Jardim de Baixo	1	4	185	107	505941350	Município de Santarém	2.042.790	2.042.790	1.736.372	0
	ALENT-09-0344-FEDER-000101	Construção do Centro Escolar de Azinhaga	1	4	185	107	506563774	Município da Golegã	1.013.120	1.013.120	861.152	0
	ALENT-09-0344-FEDER-000102	Ampliação da EB1 de Golegã	1	4	185	107	506563774	Município da Golegã	241.376	241.376	205.107	0
	ALENT-09-0344-FEDER-000103	Escola Básica EB1 de Vendas Novas - Centro Educativo	1	4	183	107	501177256	Município de Vendas Novas	1.502.427	1.502.427	1.277.063	0
	ALENT-09-0344-FEDER-000105	EB 1 DE VILA NOVA DE MILFONTES	1	4	181	107	505311313	Município de Odemira	607.895	607.895	516.710	0
	ALENT-09-0344-FEDER-000106	Centro Escolar de Santa Maria da Feira	1	4	184	107	504884620	Município de Beja	1.541.807	1.541.807	1.310.536	0
	ALENT-09-0344-FEDER-000107	Ampliação/Requalificação das EB1/JI Assentos, Alagoeira e Corredoura	1	4	182	107	501143718	Município de Portalegre	1.148.402	1.148.402	918.722	0
	ALENT-09-0344-FEDER-000110	Centro Escolar EB1/JI de Vila Nova de S. Bento	1	4	184	107	501112049	Município de Serpa	130.716	130.716	111.109	0
	ALENT-09-0344-FEDER-000113	Construção de Escola Básica de 1º Ciclo com Jardim de Infância de Ponte de Sor	1	4	182	107	506806456	MUNICIPIO DE PONTE DE SOR	1.900.915	1.900.915	1.520.732	0
	ALENT-09-0344-FEDER-000120	Centro Educativo de Pias - EB1 - II	1	4	183	107	506772527	Município de Alandroal	950.864	950.864	808.234	0

Anexo X - Operações aprovadas por Eixo Prioritário até 31.12.12 (valores acumulados)

PROGRAMA: PO ALENTEJO - 2007PT161PO004

unid: euros

Designação do Eixo Prioritário	Candidatura / Operação					Identificação do Beneficiário			Montantes Aprovados			
	Código	Designação	Tipo	Estado	Localização (NUTII/NUTIII)	Tipologia	NIF	Designação	Investimento/ Custo Total Elegível	Despesa Pública	Fundo Comunitário	Montante Fundo de tipologia FSE
	ALENT-09-0344-FEDER-000121	Empreitada de Construção da EB1 / Jardim de Infância de Santiago Maior - Beja	1	4	184	107	504884620	Município de Beja	2.721.668	2.721.668	2.313.417	0
	ALENT-09-0344-FEDER-000123	Centro Escolar de Ourique	1	4	184	107	506876330	Município de Ourique	272.762	272.762	231.847	0
	ALENT-09-0344-FEDER-000127	Ampliação e Beneficiação do Centro Escolar EB1/J.I. de Reguengos de Monsaraz	1	4	183	107	507040589	Município de Reguengos de Monsaraz	1.320.297	1.320.297	1.122.253	0
	ALENT-09-0344-FEDER-000128	Centro Escolar de Redondo	1	4	183	107	501834117	Município do Redondo	2.059.156	2.059.156	1.750.282	0
	ALENT-09-0344-FEDER-000129	Centro Escolar de Montoito	1	4	183	107	501834117	Município do Redondo	946.426	946.426	804.462	0
	ALENT-09-0344-FEDER-000130	Concepção construção da Escola EB1/JI dos Canaviais	1	4	183	107	504828576	Município de Évora	1.846.474	1.846.474	1.569.503	0
	ALENT-09-0344-FEDER-000132	Projecto de Construção do Parque Escolar - Jardim de Infância e Centro de Recursos/Biblioteca + Sala de Apoio a Professores	1	4	183	107	501258027	Município de Arraiolos	544.920	544.920	463.182	0
	ALENT-09-0344-FEDER-000152	Ampliação/requalificação EBI/JI - profª ana Maria Ferreira Gordo	1	4	182	107	506659968	MUNICIPIO DO CRATO	634.967	634.967	507.974	0
	ALENT-09-0344-FEDER-000153	Centro Escolar do Sacapelo	1	4	185	107	505941350	Município de Santarém	2.179.040	2.179.040	1.852.184	0
	ALENT-09-0344-FEDER-000154	Construção do Centro Escolar de Alcobertas	1	4	185	107	505656000	Município de Rio Maior	1.243.495	1.243.495	1.056.971	0
	ALENT-09-0344-FEDER-000155	Centro Escolar de Rio Maior - 1	1	4	185	107	505656000	Município de Rio Maior	1.438.822	1.438.822	1.222.999	0
	ALENT-09-0344-FEDER-000156	Centro Escolar de Rio Maior - 2	1	4	185	107	505656000	Município de Rio Maior	1.220.666	1.220.666	1.037.566	0
	ALENT-09-0344-FEDER-000157	Centro Escolar de Comporta	1	4	181	107	502150319	Município de Alcácer do Sal	1.263.900	1.263.900	1.074.315	0
	ALENT-09-0344-FEDER-000158	Construção da Escola Básica 1,2,3 Frei António das Chagas de Vidigueira	1	4	184	107	501143734	Município de Vidigueira	735.407	735.407	625.096	0
	ALENT-09-0344-FEDER-000159	Escola Básica e Jardim de Infância Integrada na EB 2,3 Vasco da Gama em Sines	1	4	181	107	502563010	Município de Sines	2.206.145	2.206.145	1.875.223	0
	ALENT-09-0344-FEDER-000284	Construção do Centro Escolar de Alvíto	1	4	184	107	501288120	Município do Alvíto	901.411	901.411	766.199	0
	ALENT-09-0344-FEDER-000295	Centro Escolar de S. João Batista	1	4	184	107	504884620	Município de Beja	3.559.558	3.559.558	3.025.624	0
	ALENT-09-0344-FEDER-000371	Construção do Centro Escolar de Benavente	1	4	185	107	506676056	Município de Benavente	1.487.554	1.487.554	1.264.421	0
	ALENT-09-0344-FEDER-000372	Construção do Centro Escolar de Samora Correia	1	4	185	107	506676056	Município de Benavente	1.639.607	1.639.607	1.393.666	0
	ALENT-09-0344-FEDER-000440	Construção Centro Escolar de Alpiarça - 1.º Ciclo	1	4	185	107	501133097	Município de Alpiarça	1.157.042	1.157.042	983.486	0
	ALENT-09-0344-FEDER-000452	Centro Escolar nº2 de Castro Verde	1	4	184	107	501135960	Município de Castro Verde	1.666.095	1.666.095	1.416.180	0
	ALENT-09-0344-FEDER-000457	Construção do Centro Escolar de Fazendas de Almeirim	1	4	185	107	501273433	Município de Almeirim	1.882.681	1.882.681	1.600.279	0
	ALENT-09-0344-FEDER-000524	Centro Escolar do Torrão	1	4	181	107	502150319	Município de Alcácer do Sal	1.422.400	1.422.400	1.209.040	0
	ALENT-09-0344-FEDER-000542	Ampliação da Escola Básica do 1º Ciclo de Alcoentre	1	4	185	107	506821480	Município de Azambuja	958.230	958.230	814.496	0
	ALENT-09-0344-FEDER-000623	Construção Escola Básica 1º Ciclo e Jardim de Infância de Azambuja	1	4	185	107	506821480	Município de Azambuja	2.374.733	2.374.733	2.018.523	0
	ALENT-09-0344-FEDER-000647	Escola EB1/JI no Porto Côvo	1	4	181	107	502563010	Município de Sines	1.199.771	1.199.771	1.019.805	0
	ALENT-09-0344-FEDER-000667	Centro Escolar de Marinhais	1	4	185	107	506755150	MUNICIPIO DE SALVATERRA DE MAGOS	3.328.769	3.328.769	2.829.454	0
	ALENT-09-0344-FEDER-000704	Centro Escolar de Coruche	1	4	185	107	506722422	Município de Coruche	2.577.942	2.577.942	2.191.251	0
	ALENT-09-0344-FEDER-000947	Centro Escolar Vipasca	1	4	184	107	501122486	Município de Aljustrel	1.719.845	1.719.845	1.461.869	0
	ALENT-09-0344-FEDER-000984	Centro Escolar de Ensino Pré-escolar e do 1º Ciclo do Ensino Básico de Viana do Alentejo	1	4	183	107	506151174	Município de Viana do Alentejo	2.024.142	2.024.142	1.720.520	0
	ALENT-09-0344-FEDER-000985	Centro Escolar de Salvaterra de Magos	1	4	185	107	506755150	MUNICIPIO DE SALVATERRA DE MAGOS	3.314.624	3.314.624	2.817.430	0
	ALENT-09-0344-FEDER-001085	Remodelação / Ampliação da Escola da Praceta	1	4	182	107	501143718	Município de Portalegre	1.554.082	1.554.082	1.320.970	0
	ALENT-09-0344-FEDER-001119	Requalificação/Ampliação da EB 1 de Ourique	1	4	184	107	506876330	Município de Ourique	810.723	810.723	689.114	0
	ALENT-09-0344-FEDER-001163	Centro Escolar EB/JI de Serpa	1	4	184	107	501112049	Município de Serpa	2.781.238	2.781.238	2.364.052	0
	ALENT-09-0344-FEDER-001173	Centro Escolar de Alter do Chão	1	4	182	107	501132872	Município de Alter do Chão	1.699.006	1.699.006	1.359.205	0
	ALENT-09-0344-FEDER-001254	Centro Escolar de Montemor-o-Novo	1	4	183	107	506609553	Município de Montemor-o-Novo	1.598.783	1.598.783	1.358.965	0
	ALENT-09-0344-FEDER-001261	Centro Escolar N.º 3 - Zona Sul do Concelho	1	4	185	107	505656000	Município de Rio Maior	1.428.444	1.428.444	1.214.177	0
	ALENT-09-0344-FEDER-001266	Construção do Centro Escolar do Porto Alto	1	4	185	107	506676056	Município de Benavente	1.119.832	1.119.832	951.857	0
	ALENT-09-0344-FEDER-001287	Centro Escolar de São José da Lamarosa	1	4	185	107	506722422	Município de Coruche	764.342	764.342	649.691	0
	ALENT-09-0344-FEDER-001370	Centro Escolar da Fajarda	1	4	185	107	506722422	Município de Coruche	752.193	752.193	639.364	0
	ALENT-09-0344-FEDER-001465	Reconstrução da Escola EB1 da Mata em Estremoz	1	4	183	107	506556590	Município de Estremoz	974.815	974.815	828.593	0
	ALENT-09-0344-FEDER-001468	CENTRO ESCOLAR DA BOAVISTA DOS PINHEIROS	1	4	181	107	505311313	Município de Odemira	899.788	899.788	764.820	0
	ALENT-09-0344-FEDER-001782	Ampliação e requalificação da EB1 n.º 1 de Benavente	1	4	185	107	506676056	Município de Benavente	1.391.172	1.391.172	1.182.496	0
	ALENT-09-0344-FEDER-001783	Ampliação e requalificação da EB1 Fonte dos Escudeiros, em Samora Correia	1	4	185	107	506676056	Município de Benavente	924.309	924.309	785.662	0
	ALENT-09-0344-FEDER-001836	Centro Escolar N.º 4 - Fráguas (Escola Básica do Nordeste do Concelho)	1	4	185	107	505656000	Município de Rio Maior	1.114.450	1.114.450	947.282	0
	ALENT-09-0349-FEDER-000505	Construir Sorrisos	1	4	183	212	500594163	Cercimor - Cooperativa de Educação e Reabilitação de Cidadãos Inadaptados de Montemor-o-Novo, CRL	556.993	389.895	389.895	0
	ALENT-09-0349-FEDER-000526	Centro de Actividades Ocupacionais de Vendas Novas	1	4	183	212	500594163	Cercimor - Cooperativa de Educação e Reabilitação de Cidadãos Inadaptados de Montemor-o-Novo, CRL	39.788	35.809	27.851	0

Anexo X - Operações aprovadas por Eixo Prioritário até 31.12.12 (valores acumulados)

PROGRAMA: PO ALENTEJO - 2007PT161PO004

unid: euros

Designação do Eixo Prioritário	Candidatura / Operação					Identificação do Beneficiário			Montantes Aprovados			
	Código	Designação	Tipo	Estado	Localização (NUTII/NUTIII)	Tipologia	NIF	Designação	Investimento/ Custo Total Elegível	Despesa Pública	Fundo Comunitário	Montante Fundo de tipologia FSE
	ALENT-09-0150-FEDER-001766	Beneficiação de Av. de Portugal (Variante Circular Urbana de Rio Maior)	1	4	185	107	505656000	Município de Rio Maior	349.919	349.919	297.432	0
	ALENT-09-0450-FEDER-000166	Empreitada de Construção dos Edifícios, ETAR e Acções Complementares	1	4	184	105	505292343	EDAB - Empresa de Desenvolvimento do Aeroporto de Beja, SA	11.855.885	11.855.885	8.299.120	0
	ALENT-09-0450-FEDER-000169	Aerodromo Municipal Ponte de Sor-2ª Fase- Ampliação da Área de Manobra	1	4	182	107	506806456	MUNICIPIO DE PONTE DE SOR	4.680.388	4.680.388	3.744.311	0
	ALENT-09-0450-FEDER-000497	AEROPORTO DE BEJA - Equipamentos e Instalações Acessórias	1	4	184	105	505292343	EDAB - Empresa de Desenvolvimento do Aeroporto de Beja, SA	1.674.628	1.674.628	1.172.239	0
	ALENT-09-0450-FEDER-000906	Aerodromo Municipal de Ponte de Sor 2ª Fase -Obras Complementares da Área de Manobra	1	4	182	107	506806456	MUNICIPIO DE PONTE DE SOR	2.012.237	2.012.237	1.710.401	0
	ALENT-09-0450-FEDER-001446	Aerodromo Municipal de Ponte de Sor 2ª Fase - Construção de Hangares e Ampliação da Área de Manobra	1	4	182	107	506806456	MUNICIPIO DE PONTE DE SOR	2.910.401	2.910.401	2.137.981	0
	ALENT-09-0550-FEDER-000339	Caminho Municipal 1124-2 - Beneficiação entre a EN 255 e o Carrapateiro	1	4	183	107	507040589	Município de Reguengos de Monsaraz	1.204.495	1.204.495	1.023.821	0
	ALENT-09-0550-FEDER-000340	Estrada Municipal 523 - Ligação Reguengos/Perolivas	1	4	183	107	507040589	Município de Reguengos de Monsaraz	233.608	233.608	198.567	0
	ALENT-09-0550-FEDER-000341	Caminho Municipal 1124 - Beneficiação e Alargamento entre São Pedro do Corval e Santo António do Baldo	1	4	183	107	507040589	Município de Reguengos de Monsaraz	375.546	375.546	319.214	0
	ALENT-09-0550-FEDER-000352	Beneficiação do Caminho Municipal n.º 522	1	4	183	107	506196445	Município de Portel	355.641	355.641	302.295	0
	ALENT-09-0550-FEDER-000353	Beneficiação da EM 526 (entre a EN 254 e N.º Sra. de Machede)	1	4	183	107	504828576	Município de Évora	1.268.836	1.268.836	1.078.510	0
	ALENT-09-0550-FEDER-000355	PISTAS CICLÁVEIS EM VENDAS NOVAS	1	4	183	107	501177256	Município de Vendas Novas	234.133	234.133	199.013	0
	ALENT-09-0550-FEDER-000357	Rede Viária Municipal - Beneficiação	1	4	183	107	506556590	Município de Estremoz	693.989	693.989	589.891	0
	ALENT-09-0550-FEDER-000359	Beneficiação de parte da E.M. n.º 518, e parte dos C.M. n.º 1133 e n.º 1135	1	4	183	107	501206639	Município de Mourão	96.180	96.180	81.753	0
	ALENT-09-0550-FEDER-000360	Via Circular Poente à Vila de Redondo (2ª Fase)	1	4	183	107	501834117	Município do Redondo	631.525	631.525	536.797	0
	ALENT-09-0550-FEDER-000370	Reparação da EM530 entre Messejana e Montes Velhos - IFase Rio de Moínhos/Montes Velhos	1	4	184	107	501122486	Município de Aljustrel	949.685	949.685	759.748	0
	ALENT-09-0550-FEDER-000373	VARIANTE - CIRCULAR URBANA	1	4	185	107	501273433	Município de Almeirim	568.748	568.748	483.436	0
	ALENT-09-0550-FEDER-000377	Centro de Estágios de Desportos Náuticos da Albufeira do Maranhão e Infraestruturas Complementares - Intervenção na Ponte sobre a Ribeira de Avis na Estrada Municipal 538	1	4	182	107	502789824	Município de Avis	268.477	268.477	214.781	0
	ALENT-09-0550-FEDER-000379	Melhoria das acessibilidades entre o Centro da Cidade e as Freguesias de Alegrete, Fortios, Reguengo e Urra - 1ª Fase	1	4	182	107	501143718	Município de Portalegre	957.606	957.606	813.965	0
	ALENT-09-0550-FEDER-000380	Centro de Estágios de Desportos Náuticos da Albufeira do Maranhão e Infraestruturas Complementares - Intervenção no Caminho Municipal n.º 1067	1	4	182	107	502789824	Município de Avis	419.473	419.473	335.578	0
	ALENT-09-0550-FEDER-000381	Ciclovias- Troço II	1	4	185	107	505941350	Município de Santarém	990.178	990.178	841.652	0
	ALENT-09-0550-FEDER-000384	Reparação de Estradas e Caminhos Municipais do Concelho de Mértola	1	4	184	107	503279765	Município de Mértola	179.666	179.666	152.716	0
	ALENT-09-0550-FEDER-000387	Beneficiação de Estradas Desclassificadas EX. E.N. 246, 243 e 243-1	1	4	182	107	501272968	Município de Elvas	1.714.446	1.714.446	1.371.557	0
	ALENT-09-0550-FEDER-000398	Estrada do Interior	1	4	185	107	501305564	Município de Chamusca	602.221	602.221	511.888	0
	ALENT-09-0550-FEDER-000407	Pavimentação da Rua Omnia do Jorge e Capitão Salgueiro Maia-Estrada de ligação entre Salvaterra de Magos e Foros de Salvaterra, desde a Estrada Nacional 118.	1	4	185	107	506755150	MUNICIPIO DE SALVATERRA DE MAGOS	416.323	416.323	353.875	0
	ALENT-09-0550-FEDER-000420	Melhoria das Acessibilidades a Pontos de Interesse Turísticos - Intervenção no Caminho Municipal 1064	1	4	182	107	502789824	Município de Avis	157.099	157.099	125.679	0
	ALENT-09-0550-FEDER-000422	Beneficiação da Estrada Municipal 511 (Estrada da Ajuda)	1	4	182	107	501272968	Município de Elvas	475.983	475.983	380.786	0
	ALENT-09-0550-FEDER-000444	Reperfilamento da EM506	1	4	183	107	506556590	Município de Estremoz	525.046	525.046	446.289	0
	ALENT-09-0550-FEDER-000445	Alargamento das Estradas: Terrugem - São Romão e Monte Cão	1	4	182	107	501272968	Município de Elvas	176.581	176.581	141.265	0
	ALENT-09-0550-FEDER-000448	Beneficiação do CM1038 entre a EN359 (Ponte da Madalena) e Rasa - 1ª Fase	1	4	182	107	501170162	Município de Marvão	57.943	57.943	46.355	0
	ALENT-09-0550-FEDER-000449	Beneficiação do CM1039 entre Rasa e Porto da Espada - 2ª Fase	1	4	182	107	501170162	Município de Marvão	42.232	42.232	33.786	0
	ALENT-09-0550-FEDER-000460	Reparação do CM 1198 - 1.ª fase- Almodôvar ao cruzamento do Azinhal	1	4	184	107	506816184	Município de Almodôvar	474.843	474.843	403.617	0
	ALENT-09-0550-FEDER-000462	Requalificação da Rede Viária Municipal de Nisa	1	4	182	107	506612287	Município de Nisa	876.026	876.026	700.821	0
	ALENT-09-0550-FEDER-000475	Beneficiação da E.M. 504	1	4	182	107	501162941	Município de Fronteira	626.984	626.984	501.587	0
	ALENT-09-0550-FEDER-000480	TERMINAL RODOVIÁRIO DA ZAMBUJEIRA DO MAR	1	4	181	107	505311313	Município de Odemira	180.690	180.690	153.587	0

Anexo X - Operações aprovadas por Eixo Prioritário até 31.12.12 (valores acumulados)

PROGRAMA: PO ALENTEJO - 2007PT161PO004

unid: euros

Designação do Eixo Prioritário	Candidatura / Operação					Identificação do Beneficiário			Montantes Aprovados			
	Código	Designação	Tipo	Estado	Localização (NUTII/NUTIII)	Tipologia	NIF	Designação	Investimento/ Custo Total Elegível	Despesa Pública	Fundo Comunitário	Montante Fundo de tipologia FSE
	ALENT-09-0550-FEDER-000483	Construção e beneficiação de troços da rede viária municipal	1	4	185	107	505656000	Município de Rio Maior	2.097.802	2.097.802	1.783.131	0
	ALENT-09-0550-FEDER-000484	ALARGAMENTO E REPAVIMENTAÇÃO DO CM 1229 - ENTRE A PORTELA DA FONTE SANTA E A BOAVISTA DOS PINHEIROS	1	4	181	107	505311313	Município de Odemira	1.340.842	1.340.842	1.139.716	0
	ALENT-09-0550-FEDER-000485	BENEFICIAÇÃO DA E.M.518 - ENTRE O LIMITE DO CONCELHO E A E.N.262	1	4	181	107	505311313	Município de Odemira	1.250.839	1.250.839	1.063.213	0
	ALENT-09-0550-FEDER-000486	Reparação da EM 530 entre Messejana e Montes Velhos - II Fase Rio de Moinhos/Messejana	1	4	184	107	501122486	Município de Aljustrel	865.020	865.020	735.267	0
	ALENT-09-0550-FEDER-000488	Rede Viária Municipal - Beneficiações: EM 508-1, CM 1028 e Arruamento Fonte do Imperador	1	4	183	107	506556590	Município de Estremoz	360.023	360.023	306.019	0
	ALENT-09-0550-FEDER-000498	Mobilidade Territorial / Rede Rodoviária	1	4	185	107	506780902	MUNICIPIO DO CARTAXO	1.242.971	1.242.971	1.056.526	0
	ALENT-09-0550-FEDER-000509	Rede de Transportes Colectivos Sustentáveis de Serpa	1	4	184	107	501112049	Município de Serpa	436.270	436.270	370.830	0
	ALENT-09-0550-FEDER-000519	Melhoria das Acessibilidades entre o Centro da Cidade e as Freguesias de Alegrete, Fortios, Reguengo e Urra - 2.ª Fase	1	4	182	107	501143718	Município de Portalegre	232.839	232.839	186.271	0
	ALENT-09-0550-FEDER-000620	Melhoria das Acessibilidades a Pontos de Interesse Turístico - Beneficiação do Caminho Municipal 1070 entre Alcórrego e Covões	1	4	182	107	502789824	Município de Avis	289.532	289.532	231.626	0
	ALENT-09-0550-FEDER-000621	CONSTRUÇÃO DA VARIANTE AO POLO INDUSTRIAL DE RIO DE MOINHOS	1	4	183	107	503956546	Município de Borba	112.094	112.094	95.280	0
	ALENT-09-0550-FEDER-000622	M394(N) Troço Entradas (IP2) S. Marcos da Ataboeira (N123-R) Caminho Agrícola Entre Entradas e São Marcos da Ataboeira	1	4	184	107	501135960	Município de Castro Verde	856.786	856.786	728.268	0
	ALENT-09-0550-FEDER-000624	Reparação da Estrada Municipal 526 em Alvalade	1	4	181	107	502130040	Município de Santiago do Cacém	476.817	476.817	405.294	0
	ALENT-09-0550-FEDER-000635	Repavimentação do C.M 1198-2ª Fase- Cruzamento do Azinhal até ao Mú	1	4	184	107	506816184	Município de Almodôvar	480.253	480.253	408.215	0
	ALENT-09-0550-FEDER-000636	Circular de Brinches	1	4	184	107	501112049	Município de Serpa	365.657	365.657	310.808	0
	ALENT-09-0550-FEDER-000637	Repavimentação da Estrada da Barragem do Cala - Ex. Estrada Nacional 243	1	4	182	107	501175229	Município de Campo Maior	106.000	106.000	74.200	0
	ALENT-09-0550-FEDER-000644	Ciclovía Da Cidade até ao Rio	1	4	184	107	501112049	Município de Serpa	953.263	953.263	810.274	0
	ALENT-09-0550-FEDER-000645	Ligação da EN 120 à Ribeira da Azenha	1	4	181	107	502563010	Município de Sines	2.433.212	2.433.212	2.068.230	0
	ALENT-09-0550-FEDER-000649	Requalificação da Avenida D. Basílio do Nascimento	1	4	182	107	506809560	Município de Sousel	157.990	157.990	126.392	0
	ALENT-09-0550-FEDER-000652	Rede Viária Municipal - Beneficiações da EM 508-2 entre Monte Capelos e a ER 381 e do CM 1024	1	4	183	107	506556590	Município de Estremoz	698.962	698.962	594.117	0
	ALENT-09-0550-FEDER-000666	Beneficiação da Estrada Municipal 502-1	1	4	181	107	505311313	Município de Odemira	613.439	613.439	521.423	0
	ALENT-09-0550-FEDER-000699	Repavimentação EM 580 - Troço Carvalha/Lamarosa	1	4	185	107	506722422	Município de Coruche	363.319	363.319	308.821	0
	ALENT-09-0550-FEDER-000701	Terminal Rodoviário e Parque de Estacionamento de Nisa	1	4	182	107	506612287	Município de Nisa	320.000	320.000	256.000	0
	ALENT-09-0550-FEDER-000702	Remodelação de Infraestruturas da Avenida Humberto Delgado - Rede Viária e Pedonal	1	4	182	107	501175229	Município de Campo Maior	264.288	264.288	211.431	0
	ALENT-09-0550-FEDER-000723	Rotunda das Areias - Acesso Sul Herdade das Areias - 1ª Fase (Nó da Rotunda)	1	4	183	107	507040589	Município de Reguengos de Monsaraz	156.159	156.159	132.735	0
	ALENT-09-0550-FEDER-000727	Repavimentação e sinalização rodoviária da E.M. 529 entre Beringel e Mombeja - Beja	1	4	184	107	504884620	Município de Beja	479.584	479.584	407.646	0
	ALENT-09-0550-FEDER-000759	Rede Viária Municipal - Beneficiação do Caminho Municipal 1031	1	4	183	107	506556590	Município de Estremoz	334.970	334.970	284.724	0
	ALENT-09-0550-FEDER-000824	Recuperação de Um Troço da Ex EN 251	1	4	183	107	501129103	Município de Mora	300.270	300.270	255.229	0
	ALENT-09-0550-FEDER-000893	Requalificação da Estrada do Vale de Mora	1	4	183	107	501129103	Município de Mora	360.439	360.439	306.373	0
	ALENT-09-0550-FEDER-000894	Beneficiação da EM 531 desde o entroncamento com a EN 244 até Moinho do Torrão	1	4	182	107	506865517	Município de Gavião	752.820	752.820	602.256	0
	ALENT-09-0550-FEDER-000895	Beneficiação do C.M. 1014 no troço situado entre a rua Dr. Dias Calazans (Gavião) e a E.N. 244 passando por Amieira Cova	1	4	182	107	506865517	Município de Gavião	525.966	525.966	420.773	0
	ALENT-09-0550-FEDER-000924	Construção e beneficiação de troços da rede municipal - Reabilitação da Estrada Manique do Intendente - Moita do Lobo	1	4	185	107	506821480	Município de Azambuja	166.553	166.553	141.570	0
	ALENT-09-0550-FEDER-000931	Beneficiação do Caminho Municipal do Monte Pobre - Prado	1	4	182	107	501170162	Município de Marvão	159.299	159.299	127.439	0
	ALENT-09-0550-FEDER-000944	Circular à Cidade de Portalegre - Construção da Via da Encosta Poente	1	4	182	107	501143718	Município de Portalegre	1.701.975	1.701.975	1.361.580	0
	ALENT-09-0550-FEDER-000950	Pavimentação e drenagem dos 4º e 5º Lanços da EM 543 das Portelas à Varzea de Ourique	1	4	184	107	506816184	Município de Almodôvar	601.409	601.409	511.198	0
	ALENT-09-0550-FEDER-000991	Repavimentação da EM 580 - Troço Valverde/Varzea de Água	1	4	185	107	506722422	Município de Coruche	361.354	361.354	307.151	0
	ALENT-09-0550-FEDER-001000	Beneficiação de Troços da Rede Viária Municipal	1	4	182	107	501132872	Município de Alter do Chão	467.314	467.314	373.851	0

Anexo X - Operações aprovadas por Eixo Prioritário até 31.12.12 (valores acumulados)

PROGRAMA: PO ALENTEJO - 2007PT161PO004

unid: euros

Designação do Eixo Prioritário	Candidatura / Operação					Identificação do Beneficiário			Montantes Aprovados			
	Código	Designação	Tipo	Estado	Localização (NUTII/NUTIII)	Tipologia	NIF	Designação	Investimento/ Custo Total Elegível	Despesa Pública	Fundo Comunitário	Montante Fundo de tipologia FSE
	ALENT-09-0550-FEDER-001008	Ciclovia Cruzeiro / V. Nova de S. Bento	1	4	184	107	501112049	Município de Serpa	726.557	726.557	617.573	0
	ALENT-09-0550-FEDER-001013	PONTE PEDONAL E ACESSOS EM PONTE DE SOR	1	4	182	107	506806456	MUNICIPIO DE PONTE DE SOR	349.509	349.509	279.607	0
	ALENT-09-0550-FEDER-001021	Correção e melhoria do traçado da EM 516 e do CM 1106-1	1	4	182	107	501155996	Município de Arronches	442.132	442.132	353.706	0
	ALENT-09-0550-FEDER-001022	Melhoria das Acessibilidades entre o Centro da Cidade e as Freguesias Rurais	1	4	182	107	501143718	Município de Portalegre	265.284	265.284	212.228	0
	ALENT-09-0550-FEDER-001023	Correção e melhoria do traçado da Estrada da Faia	1	4	182	107	501155996	Município de Arronches	93.463	93.463	74.770	0
	ALENT-09-0550-FEDER-001024	Correção e melhoria da Estrada do Baldo	1	4	182	107	501155996	Município de Arronches	244.915	244.915	195.932	0
	ALENT-09-0550-FEDER-001030	Beneficiação e Alargamento do C.M. 1136- Vaia Monte/ IP2	1	4	182	107	506873412	Município de Monforte	789.464	789.464	631.571	0
	ALENT-09-0550-FEDER-001031	Repavimentação do Caminho Municipal n.º 1109, Caminho Municipal n.º 1116 e Estrada Campo Maior - Ouguela (ex. EN. 373)	1	4	182	107	501175229	Município de Campo Maior	530.496	530.496	424.397	0
	ALENT-09-0550-FEDER-001056	Alargamento e Pavimentação da E.N.18, do Cruzamento do IP2 à Estrada da Circunvalação	1	4	182	107	506873412	Município de Monforte	145.591	145.591	116.473	0
	ALENT-09-0550-FEDER-001071	Reparação de Estradas Municipais do Concelho do Crato - Gálete/Vale do Peso	1	4	182	107	506659968	MUNICIPIO DO CRATO	140.214	140.214	112.171	0
	ALENT-09-0550-FEDER-001072	Reparação de Estrada Municipais do Concelho do Crato - Troço Monte da Pedra/Gálete	1	4	182	107	506659968	MUNICIPIO DO CRATO	151.729	151.729	121.383	0
	ALENT-09-0550-FEDER-001074	Reparação de Estradas Municipais do Concelho do Crato - Gálete/Estação de Vale do Peso	1	4	182	107	506659968	MUNICIPIO DO CRATO	135.364	135.364	108.291	0
	ALENT-09-0550-FEDER-001087	Construção e Beneficiação de Troços da Rede Viária Municipal 2ª Fase	1	4	185	107	505656000	Município de Rio Maior	1.122.087	1.122.087	953.774	0
	ALENT-09-0550-FEDER-001095	Transporte Colectivo na Freguesia de Ourique	1	4	184	107	506876330	Município de Ourique	206.706	206.706	175.700	0
	ALENT-09-0550-FEDER-001096	Reparação de Estradas Municipais do Concelho do Crato - Troço EM 369 Estação da Cunheira - EM 364 Sume	1	4	182	107	506659968	MUNICIPIO DO CRATO	158.336	158.336	126.669	0
	ALENT-09-0550-FEDER-001105	Beneficiação de Caminhos Municipais	1	4	182	107	506796035	Município de Castelo de Vide	1.515.055	1.515.055	1.212.044	0
	ALENT-09-0550-FEDER-001123	Beneficiação da E.M. 540	1	4	182	107	501162941	Município de Fronteira	337.628	337.628	270.103	0
	ALENT-09-0550-FEDER-001124	Beneficiação do C.M. 1168	1	4	182	107	501162941	Município de Fronteira	319.495	319.495	255.596	0
	ALENT-09-0550-FEDER-001128	Execução do Caminho Municipal entre Portagem - Olhos d'água - CM521	1	4	182	107	501170162	Município de Marvão	152.137	152.137	121.709	0
	ALENT-09-0550-FEDER-001134	Reparação de Estradas Municipais do Concelho do Crato - Troço Monte da Pedra/Comenda	1	4	182	107	506659968	MUNICIPIO DO CRATO	132.280	132.280	105.824	0
	ALENT-09-0550-FEDER-001149	Pavimentação da Estrada de S. Romão até à Ermida de Santa Luzia	1	4	184	107	501288120	Município do Alvito	101.020	101.020	85.867	0
	ALENT-09-0550-FEDER-001187	Via Circular Poente à Vila de Redondo - 3ª Fase	1	4	183	107	501834117	Município do Redondo	217.068	217.068	184.508	0
	ALENT-09-0550-FEDER-001193	Acessibilidades: Requalificação da Estrada Municipal 518 (Santa Luzia - Limite do Concelho Vale de Santiago)	1	4	184	107	506876330	Município de Ourique	84.625	84.625	71.932	0
	ALENT-09-0550-FEDER-001196	Acessibilidades: Requalificação do Caminho Municipal 1242 (Aldeia de Palheiros - Encalho)	1	4	184	107	506876330	Município de Ourique	185.950	185.950	158.057	0
	ALENT-09-0550-FEDER-001217	Beneficiação de Rede Viária - Estradas Municipais - EM 503	1	4	182	107	506809560	Município de Sousel	274.328	274.328	219.462	0
	ALENT-09-0550-FEDER-001221	Construção/beneficiação de troços da rede municipal Estrada Municipal de Ligação Almadafa - Vale de Freixo	1	4	182	107	506809560	Município de Sousel	105.485	105.485	84.388	0
	ALENT-09-0550-FEDER-001223	Rede Viária Municipal do Concelho de Odemira - Reforço das ligações supramunicipais, da conectividade entre redes e da segurança rodoviária	1	4	181	107	505311313	Município de Odemira	1.299.334	1.299.334	1.104.434	0
	ALENT-09-0550-FEDER-001263	Ligação da Estrada do Monte da Saúde à EN 118 (Promec)	1	4	185	107	506676056	Município de Benavente	319.522	319.522	271.594	0
	ALENT-09-0550-FEDER-001264	Estrada de ligação da EM 515 à EN 118-1	1	4	185	107	506676056	Município de Benavente	215.311	215.311	183.015	0
	ALENT-09-0550-FEDER-001265	Circular Urbana a Samora Correia	1	4	185	107	506676056	Município de Benavente	684.216	684.216	581.584	0
	ALENT-09-0550-FEDER-001322	Reabilitação da Estrada de ligação Maçussa / Manique do Intendente	1	4	185	107	506821480	Município de Azambuja	99.487	99.487	84.564	0
	ALENT-09-0550-FEDER-001411	C.M. 1074 - Ligação entre a E.N.389 e a E.N.262 - Lanço Colos-Bicos	1	4	181	107	505311313	Município de Odemira	1.394.325	1.394.325	1.185.177	0
	ALENT-09-0550-FEDER-001444	Requalificação da Estrada Nacional N.º 4 - 1ª Fase (Entre a Rotunda do LIDL e as Sochinhas - 2º Troço)	1	4	182	107	501272968	Município de Elvas	4.769.196	4.769.196	3.815.357	0
	ALENT-09-0550-FEDER-001453	Repavimentação da Estrada de Ligação EM 580 - Frazão / EN 119 - Pé D'Erra	1	4	185	107	506722422	Município de Coruche	236.820	236.820	201.297	0
	ALENT-09-0550-FEDER-001459	Requalificação da Ligação da Estrada Gil Terreiro à Variante de Cabeção	1	4	183	107	501129103	Município de Mora	53.000	53.000	45.050	0
	ALENT-09-0550-FEDER-001735	Alargamento e Repavimentação da E.M. 532 - 1º Troço	1	4	181	107	505311313	Município de Odemira	624.822	624.822	531.099	0
	ALENT-09-0550-FEDER-001765	CONSTRUÇÃO DA CIRCULAR URBANA DE ALMEIRIM - TROÇO ENTRE A ESTRADA DE VALE BARROCAS E A EM 578	1	4	185	107	501273433	Município de Almeirim	1.209.038	1.209.038	1.027.682	0

Anexo X - Operações aprovadas por Eixo Prioritário até 31.12.12 (valores acumulados)

PROGRAMA: PO ALENTEJO - 2007PT161PO004

unid: euros

Designação do Eixo Prioritário	Candidatura / Operação					Identificação do Beneficiário			Montantes Aprovados			
	Código	Designação	Tipo	Estado	Localização (NUTII/NUTIII)	Tipologia	NIF	Designação	Investimento/ Custo Total Elegível	Despesa Pública	Fundo Comunitário	Montante Fundo de tipologia FSE
	ALENT-09-0550-FEDER-001780	Requalificação da EM 534	1	4	183	107	501834117	Município do Redondo	430.904	430.904	366.269	0
	ALENT-09-0550-FEDER-001792	Beneficiação do C.M. 1081-2	1	4	182	107	501162941	Município de Fronteira	269.644	269.644	215.715	0
	ALENT-09-0550-FEDER-001793	Beneficiação do Caminho Agrícola entre S. Saturnino e o C.M. 1081-2	1	4	182	107	501162941	Município de Fronteira	707.574	707.574	566.059	0
	ALENT-09-0550-FEDER-001795	Beneficiação do Caminho Municipal 1120	1	4	183	107	506196445	Município de Portel	165.849	165.849	140.972	0
	ALENT-09-0550-FEDER-001802	Rede Viária Municipal do Concelho de Odemira - Reforço das ligações supramunicipais, da conectividade entre as redes e da segurança rodoviária - 2ª Fase	1	4	181	107	505311313	Município de Odemira	827.220	827.220	579.054	0
	ALENT-09-0550-FEDER-001813	Empreitada de Repavimentação da Estrada de Ligação EM 580 - Frazão / EN 119 - Pé D'Erva - 2ª Fase	1	4	185	107	506722422	Município de Coruche	239.693	239.693	203.739	0
	ALENT-09-0550-FEDER-001814	Repavimentação EM 580 - Troço EN 114/Valverde	1	4	185	107	506722422	Município de Coruche	1.059.683	1.059.683	900.731	0
	ALENT-09-0550-FEDER-001818	Melhoria da Rede Viária Municipal do Concelho de Almodôvar	1	4	184	107	506816184	Município de Almodôvar	809.356	809.356	687.953	0
	ALENT-09-0550-FEDER-001821	Pavimentação do Caminho Municipal para a Loiana e Monte Novo do Pomar Velho	1	4	184	107	506816184	Município de Almodôvar	243.596	243.596	194.876	0
	ALENT-09-0550-FEDER-001822	Ciclovia da EN 119 Troço Bairro Novo (Coruche) - Monte Velho	1	4	185	107	506722422	Município de Coruche	184.160	184.160	147.328	0
	ALENT-09-0550-FEDER-001841	Beneficiação dos Acessos a Oriola a partir da ER384	1	4	183	107	506196445	Município de Portel	247.952	247.952	210.760	0
	ALENT-09-0550-FEDER-001843	Repavimentação da Rua Isidro Fino Henriques - EN 251/Lagoiços	1	4	185	107	506722422	Município de Coruche	111.264	111.264	94.574	0
	ALENT-09-0353-FEDER-000343	Pavilhão Gimno-desportivo integrado no Complexo do Centro Educativo de Plas	1	4	183	107	506772527	Município de Alandroal	841.817	841.817	715.545	0
	ALENT-09-0156-FEDER-001604	Construção do Lar de Santo Amaro	1	4	182	212	501069313	Santa Casa da Misericórdia de Castelo de Vide	1.051.984	894.186	894.186	0
	ALENT-09-0356-FEDER-000345	Construção da Creche de Malaqueijo	1	4	185	107	505656000	Município de Rio Maior	379.184	379.184	322.306	0
	ALENT-09-0356-FEDER-000348	Construção da Creche de Chainça	1	4	185	107	505656000	Município de Rio Maior	388.697	388.697	330.393	0
	ALENT-09-0356-FEDER-000356	Construção do Centro Social de Monte do Trigo	1	4	183	107	506196445	Município de Portel	1.555.315	1.555.315	1.322.018	0
	ALENT-09-0356-FEDER-000358	Construção de uma Creche na Freguesia de Santiago Maior	1	4	183	107	506772527	Município de Alandroal	496.035	496.035	421.629	0
	ALENT-09-0356-FEDER-000391	Construção do Centro Comunitário de Longomel	1	4	182	107	506806456	MUNICIPIO DE PONTE DE SOR	288.631	288.631	230.905	0
	ALENT-09-0356-FEDER-000461	Construção Centro Social de Santa Vitória	1	4	184	107	504884620	Município de Beja	306.291	306.291	260.347	0
	ALENT-09-0356-FEDER-000490	Instalações não Normalizadas de pequenos Jogos Polidesportivos no concelho - Equipamentos Desportivos de Base Recreativa	1	4	185	107	505656000	Município de Rio Maior	68.039	68.039	57.833	0
	ALENT-09-0356-FEDER-000504	Arronches mais Inclusivo	1	4	182	212	500964602	Centro de Bem-Estar Social de Arronches	208.746	208.746	111.449	0
	ALENT-09-0356-FEDER-000521	Lar Residencial Vidas Coloridas II	1	4	184	212	500807914	CERCIBEJA - Cooperativa de Educação e Reabilitação de Cidadãos Inadaptados de Beja, CRL	695.820	695.820	487.074	0
	ALENT-09-0356-FEDER-000523	Lar Residencial	1	4	182	212	500923957	Centro de Recuperação Infantil de Ponte de Sor	653.317	653.317	522.654	0
	ALENT-09-0356-FEDER-000525	Na melhoria contínua da qualidade de serviços	1	4	182	212	504846834	APPACDM de Portalegre	102.439	102.439	81.951	0
	ALENT-09-0356-FEDER-000529	Construção do Centro de Cultura e Lazer de Apoio à EB1/JI de Alpalhão	1	4	182	107	506612287	Município de Nisa	1.095.129	1.095.129	876.103	0
	ALENT-09-0356-FEDER-000632	Salão Polivalente de A-do-Pinto	1	4	184	107	501112049	Município de Serpa	476.065	476.065	404.655	0
	ALENT-09-0356-FEDER-000633	Beneficiação do Campo Municipal de Santo André	1	4	181	107	502130040	Município de Santiago do Cacém	142.211	142.211	120.879	0
	ALENT-09-0356-FEDER-000639	Polivalente descoberto de Azinheira dos Barros	1	4	181	107	506823318	Município de Grândola	222.000	222.000	188.700	0
	ALENT-09-0356-FEDER-000640	Centro de Acolhimento Temporário	1	4	182	107	501155996	Município de Arronches	1.013.987	1.013.987	811.189	0
	ALENT-09-0356-FEDER-000724	Requalificação das Instalações Desportivas do Estádio 25 de Abril de Castro Verde	1	4	184	107	501135960	Município de Castro Verde	605.196	605.196	514.416	0
	ALENT-09-0356-FEDER-000877	Complexo Desportivo Pá Ribeira	1	4	185	107	505656000	Município de Rio Maior	155.831	155.831	132.457	0
	ALENT-09-0356-FEDER-000901	Construção de uma Residencial Senior	1	4	182	212	500745749	Cruz Vermelha Portuguesa	1.945.032	1.653.277	1.653.277	0
	ALENT-09-0356-FEDER-000902	Rede de Equipamentos Desportivos de Portalegre - 1ª Fase	1	4	182	107	501143718	Município de Portalegre	308.034	308.034	246.427	0
	ALENT-09-0356-FEDER-000903	Construção de Polidesportivo de Torre das Vargens e Campo de Relva Sintética de Montargil	1	4	182	107	506806456	MUNICIPIO DE PONTE DE SOR	362.115	362.115	289.692	0
	ALENT-09-0356-FEDER-000907	Parque Desportivo de Alter do Chão	1	4	182	107	501132872	Município de Alter do Chão	214.824	214.824	171.859	0
	ALENT-09-0356-FEDER-000916	Rede de Equipamentos Desportivos de Portalegre - 2ª Fase	1	4	182	107	501143718	Município de Portalegre	389.884	389.884	311.908	0
	ALENT-09-0356-FEDER-000926	Lar de Idosos da Casa do Povo de Santo António das Areias	1	4	182	212	500999015	Casa do Povo de Santo António das Areias	638.735	575.501	510.988	0
	ALENT-09-0356-FEDER-000930	Construção da 2ª Fase do Lar de Idosos	3	4	183	212	500792461	Santa Casa da Misericórdia de Pavia	650.007	650.007	455.005	0
	ALENT-09-0356-FEDER-000933	Lar de Idosos - Unidade II - Casével	1	4	184	211	500847320	Fundação Joaquim António Franco e seus Pais, António Franco Ribeiro e Maria do Castelo Fernandes Rib	1.926.719	1.926.719	1.637.711	0
	ALENT-09-0356-FEDER-000942	CONSTRUÇÃO DE LAR DE IDOSOS DE FOROS DO ARRÃO	1	4	182	212	502406720	Associação Forense dos Amigos da 3ª Idade	321.309	321.309	273.113	0
	ALENT-09-0356-FEDER-000943	Construção do Lar de Idosos de Santo André	3	4	183	211	503999490	Fundação D. Manuel Mendes da Conceição Santos	368.538	368.538	313.257	0

Anexo X - Operações aprovadas por Eixo Prioritário até 31.12.12 (valores acumulados)

PROGRAMA: PO ALENTEJO - 2007PT161PO004

unid: euros

Designação do Eixo Prioritário	Candidatura / Operação					Identificação do Beneficiário			Montantes Aprovados			
	Código	Designação	Tipo	Estado	Localização (NUTII/NUTIII)	Tipologia	NIF	Designação	Investimento/ Custo Total Elegível	Despesa Pública	Fundo Comunitário	Montante Fundo de tipologia FSE
	ALENT-09-0356-FEDER-000945	Construção do Novo Lar da 3.ª Idade de Aljustrel	1	4	184	212	500852103	Santa Casa da Misericórdia de Aljustrel	2.495.547	2.495.547	2.121.215	0
	ALENT-09-0356-FEDER-000946	Ampliação do Lar Nossa Senhora da Conceição	3	4	182	212	501677780	GRUPO SOCIAL DE CUNHEIRA	487.733	487.733	390.187	0
	ALENT-09-0356-FEDER-000948	Ampliação Lar de São Domingos - Fortios (PORTALEGRE)	3	4	182	212	502027088	Associação dos Amigos da terceira Idade de Fortios	931.807	847.944	745.445	0
	ALENT-09-0356-FEDER-000951	Lar do Convento	3	4	182	211	500875871	FUNDAÇÃO NOSSA SENHORA DA ESPERANÇA	933.293	933.293	653.305	0
	ALENT-09-0356-FEDER-000952	Lar D. José do Patrocínio Dias	3	4	184	212	500876720	Patronato de Santo António	1.645.433	1.645.433	1.398.618	0
	ALENT-09-0356-FEDER-000953	Conclusão de Construção de Lar de Idosos	1	4	185	212	502848219	Associação de Solidariedade Social de São José da Lamarosa	1.149.051	1.149.051	804.336	0
	ALENT-09-0356-FEDER-000959	Jardim dos sentidos	1	4	183	212	500879478	Associação das Obras Assistenciais da Sociedade São Vicente de Paulo	597.664	597.664	508.015	0
	ALENT-09-0356-FEDER-000960	Ampliação do Lar de N. Sra. do Espinho	1	4	182	212	503221830	Comissão de Melhoramentos da Freguesia de Seda	458.122	458.122	389.404	0
	ALENT-09-0356-FEDER-000961	AMPLIAÇÃO DO LAR DE IDOSOS (POLO II)	1	4	184	212	500901511	Lar Jacinto Faleiro	527.793	527.793	422.234	0
	ALENT-09-0356-FEDER-000962	Creche de Benavente	1	4	185	212	501378855	CRECHE E JARDIM INFANTIL DE BENAVENTE	893.126	893.126	759.157	0
	ALENT-09-0356-FEDER-000968	Construção de um Novo Edifício para o Centro Paroquial de Bem Estar Social de Almeirim	1	4	185	212	501141820	Centro Paroquial de Bem Estar Social de Almeirim	1.927.220	1.927.220	1.638.137	0
	ALENT-09-0356-FEDER-000970	Construção de Novo Lar de Idosos Nº Srª Das Candeias e Serviço Domiciliário Acoplado - Cabeço de Vide	1	4	182	212	501397310	Santa Casa da Misericórdia de Cabeço de Vide	2.511.091	2.511.091	2.134.427	0
	ALENT-09-0356-FEDER-000971	Conclusão do novo equipamento social - Lar, Centro de Dia, SAD e Creche de Barrancos	1	4	184	212	504395050	IPSS LAR NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO DE BARRANCOS	128.652	128.652	109.355	0
	ALENT-09-0356-FEDER-000974	LAR IDOSOS	1	4	181	212	504574248	Associação de Reformados e Idosos de Vila Nova de Milfontes	889.698	889.698	756.244	0
	ALENT-09-0356-FEDER-000975	Fundação Vaqueiras e Velez do Peso	1	4	182	212	500901562	Fundação Vaqueiras e Velez do Peso	1.520.616	1.520.616	1.064.432	0
	ALENT-09-0356-FEDER-000977	CANDIDATURA	1	4	181	212	503510939	AADIES - Associação de Apoio e Desenvolvimento Integrado de Ermidas-Sado	33.901	33.901	28.816	0
	ALENT-09-0356-FEDER-000979	Adaptação do Centro de Dia a Lar de 3.ª Idade na Granja	1	4	183	212	503282170	Associação de Protecção Social à População da Granja	420.542	420.542	357.460	0
	ALENT-09-0356-FEDER-000987	Piscina Descoberta de Alter do Chão	1	4	182	107	501132872	Município de Alter do Chão	104.594	104.594	83.675	0
	ALENT-09-0356-FEDER-000988	Remodelação e Adaptação de Edifício a Refeitório do Centro Polivalente de Vidigueira	1	4	184	107	501143734	Município de Vidigueira	298.441	298.441	253.675	0
	ALENT-09-0356-FEDER-001017	Casa do Cante Alentejano	1	4	184	107	501112049	Município de Serpa	588.740	588.740	500.429	0
	ALENT-09-0356-FEDER-001018	Saão Polivalente de Serpa	1	4	184	107	501112049	Município de Serpa	728.120	728.120	618.902	0
	ALENT-09-0356-FEDER-001045	Requalificação Urbana e Funcional de Bairros Periféricos de Elvas - Bairro da Raposeira/Belhó	1	4	182	107	501272968	Município de Elvas	1.046.193	1.046.193	836.955	0
	ALENT-09-0356-FEDER-001050	Lar para Idosos, Centro de Dia e Serviço de Apoio Domiciliário em Santa Bárbara de Padrões	1	4	184	107	501135960	Município de Castro Verde	1.594.518	1.594.518	1.355.340	0
	ALENT-09-0356-FEDER-001055	Recuperação do Edifício Tuna Assumarense	1	4	182	107	506873412	Município de Monforte	150.908	150.908	120.726	0
	ALENT-09-0356-FEDER-001107	LAR DE IDOSOS DE PONTE DE SOR	1	4	182	107	506806456	MUNICIPIO DE PONTE DE SOR	2.866.622	2.866.622	2.293.297	0
	ALENT-09-0356-FEDER-001114	Criação de espaços de animação desportiva no Jardim do Coreto em Aljustrel	1	4	184	107	501122486	Município de Aljustrel	130.738	130.738	111.127	0
	ALENT-09-0356-FEDER-001115	Construção de Lar de Idosos em Selmes	3	4	184	107	501143734	Município de Vidigueira	1.588.030	1.588.030	1.349.826	0
	ALENT-09-0356-FEDER-001121	Complexo Social da Boa-Fé - Centro de Dia	1	4	182	107	501272968	Município de Elvas	1.034.218	1.034.218	827.374	0
	ALENT-09-0356-FEDER-001127	Equipamentos Desportivos para Usufruto da População: II Fase: Piscina Coberta de Fronteira	1	4	182	107	501162941	Município de Fronteira	224.517	224.517	179.614	0
	ALENT-09-0356-FEDER-001132	Remodelação do Pavilhão Polivalente de Marvão - Santo António das Areias	1	4	182	107	501170162	Município de Marvão	533.468	533.468	426.774	0
	ALENT-09-0356-FEDER-001141	Aldeias do Sul/Aldeias do Sol - Remodelação do Equipamento Polivalente de Benavila	1	4	182	107	502789824	Município de Avis	419.312	419.312	335.449	0
	ALENT-09-0356-FEDER-001150	Empreitada de Requalificação dos Parques Infantis de Alvíto e Vila Nova da Baronia	1	4	184	107	501288120	Município do Alvíto	57.487	57.487	48.864	0
	ALENT-09-0356-FEDER-001166	Ampliação da Piscina Municipal Coberta	1	4	184	107	501122486	Município de Aljustrel	763.254	763.254	648.766	0
	ALENT-09-0356-FEDER-001191	Parque Infantil e de Manutenção Física da Aldeia de Palheiros	1	4	184	107	506876330	Município de Ourique	78.227	78.227	66.493	0
	ALENT-09-0356-FEDER-001208	Complexo Social da Boa-Fé - Polidesportivo e Banheiros	1	4	182	107	501272968	Município de Elvas	216.149	216.149	172.919	0
	ALENT-09-0356-FEDER-001210	Construção e equipamento de Complexos desportivos - Piscinas Municipais	1	4	182	107	506809560	Município de Sousel	522.294	522.294	417.835	0
	ALENT-09-0356-FEDER-001226	Construção do Parque Desportivo e de Lazer Municipal	1	4	184	107	503279765	Município de Mértola	1.474.060	1.474.060	1.252.951	0
	ALENT-09-0356-FEDER-001260	Construção do Lar de Idosos em Belver	1	4	182	212	501439323	Centro Social Belverense	1.407.297	1.407.297	1.125.838	0
	ALENT-09-0356-FEDER-001393	Jardim de Infância de Vaimonte	1	4	182	107	506873412	Município de Monforte	140.114	140.114	112.091	0
	ALENT-09-0356-FEDER-001433	Beneficiação de Auditório - Projecto de Alterações do Auditório da Biblioteca Municipal de Sousel	1	4	182	107	506809560	Município de Sousel	439.687	439.687	351.750	0
	ALENT-09-0356-FEDER-001441	Requalificação dos Espaços Desportivos e Recreativos de Casa Branca, Cano e Sousel	1	4	182	107	506809560	Município de Sousel	295.435	295.435	236.348	0
	ALENT-09-0356-FEDER-001445	Requalificação de edifício para Centro ATL e Instalações de Apoio e Dinam. Sócio- Cultural	1	4	182	107	506873412	Município de Monforte	346.394	346.394	242.475	0
	ALENT-09-0356-FEDER-001457	Ampliação e Alteração das Instalações de Centro de Dia e Convívio para Lar de Idosos	1	4	183	212	504051164	Associação de Idosos e Reformados da Freguesia de Sabugueiro	687.768	584.602	584.602	0
	ALENT-09-0356-FEDER-001458	Ampliação de Lar de Idosos, Centro de Dia e SAD	1	4	183	212	502577967	Associação de Reformados, Pensionistas e Idosos de Igreja	442.485	376.112	376.112	0

Anexo X - Operações aprovadas por Eixo Prioritário até 31.12.12 (valores acumulados)

PROGRAMA: PO ALENTEJO - 2007PT161PO004

unid: euros

Designação do Eixo Prioritário	Candidatura / Operação					Identificação do Beneficiário			Montantes Aprovados			
	Código	Designação	Tipo	Estado	Localização (NUTII/NUTIII)	Tipologia	NIF	Designação	Investimento/ Custo Total Elegível	Despesa Pública	Fundo Comunitário	Montante Fundo de tipologia FSE
	ALENT-09-0356-FEDER-001599	Centro Comunitário do Campinho, Lar de Idosos, Actividades Ocupacionais e Apoio Domiciliário	1	4	183	212	502973986	CENTRO SOCIAL PAROQUIAL DO SAGRADO CORAÇÃO DE JESUS DO CAMPINHO	942.665	801.265	801.265	0
	ALENT-09-0356-FEDER-001601	Requalificar Mobiliários e Equipamentos	1	4	182	212	500964602	Centro de Bem-Estar Social de Arronches	104.028	72.820	72.820	0
	ALENT-09-0356-FEDER-001602	Requalificar para melhor cuidar	1	4	182	212	502091231	Santa Casa da Misericórdia de Arronches	85.765	85.765	72.900	0
	ALENT-09-0356-FEDER-001603	CRECHE DE MOURA	3	4	184	212	504859374	Moura Salúquia - Associação de Mulheres do Concelho de Moura	700.055	700.055	595.047	0
	ALENT-09-0356-FEDER-001627	Confla + (Conforto, Inovação, Acessibilidade)	1	4	185	212	504846850	APPACDM de Santarém	177.850	177.850	151.173	0
	ALENT-09-0356-FEDER-001628	Lar de S. Salvador da Aramenha	1	4	182	212	502738618	Lar de São Salvador da Aramenha	497.836	497.836	398.269	0
	ALENT-09-0356-FEDER-001629	Construção de Creche	4	4	181	212	506071120	Associação de Intervenção Social de Grândola - AISGRA	616.282	616.282	523.839	0
	ALENT-09-0356-FEDER-001662	LAR DE IDOSOS - ALARGAMENTO	1	4	183	212	500845700	SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE ALANDROAL	187.427	187.427	149.942	0
	ALENT-09-0356-FEDER-001664	Lar de Idosos do Centro Social Nossa Senhora da Esperança	1	4	182	212	502218460	Centro Social Nossa Senhora da Esperança	73.488	51.442	51.442	0
	ALENT-09-0356-FEDER-001665	Construção de Lar de idosos - Sta Casa da Misericórdia Azaruja	1	4	183	212	502057530	Santa Casa da Misericórdia de Azaruja	767.352	767.352	652.249	0
	ALENT-09-0356-FEDER-001669	Lar de Idoso e Serviço de Apoio Domiciliário acoplado - Lar da Colina e Lar do Monte	3	4	184	212	501073434	Fundação S. Barnabé	2.647.428	2.647.428	2.250.314	0
	ALENT-09-0356-FEDER-001672	CRECHE/COLÉGIO DA FUNDAÇÃO ALENTEJO	1	4	183	211	502978481	Fundação Alentejo/EPRAL	844.623	717.929	717.929	0
	ALENT-09-0356-FEDER-001673	Grição de Lar de Idosos em Entradas	1	4	184	212	503033227	Lar Frei Manoel de Entradas	1.579.465	1.579.465	1.105.626	0
	ALENT-09-0356-FEDER-001678	Ampliação/Alteração da Creche da Santa Casa da Misericórdia de Gavião	1	4	182	212	500952884	Santa Casa da Misericórdia de Gavião	294.530	294.530	250.350	0
	ALENT-09-0356-FEDER-001679	Ampliação e Apetrechamento da Creche do Centro Infantil Augusto Piteira	1	4	183	212	501287612	Centro Infantil Augusto Piteira	108.204	108.204	86.563	0
	ALENT-09-0356-FEDER-001683	Construção de Lar de Idosos	1	4	181	212	501408886	Santa Casa da Misericórdia de Sines	2.554.614	2.554.614	2.171.422	0
	ALENT-09-0356-FEDER-001726	Remodelação do Campo de Futebol de Vila Nova de Milfontes	1	4	181	107	505311313	Município de Odemira	385.180	385.180	327.403	0
	ALENT-09-0356-FEDER-001769	CODIV - Centro Comunitário e Ocupacional de Odivelas	1	4	184	107	501227490	Município de Ferreira do Alentejo	873.239	873.239	742.253	0
	ALENT-09-0356-FEDER-001770	Construção da Casa da Cultura de Fazendas de Almeirim	1	4	185	107	501273433	Município de Almeirim	970.643	970.643	825.047	0
	ALENT-09-0356-FEDER-001854	Ampliação do Centro Comunitário de Vera Cruz	1	4	183	107	506196445	Município de Portel	421.688	421.688	358.434	0
	ALENT-09-0397-FEDER-001476	Construção da EB 2,3 de Alvito	1	4	184	107	501288120	Município do Alvito	1.760.780	1.760.780	1.496.663	0
	ALENT-09-0397-FEDER-001482	Escola Básica 2+3 do Cartaxo - EB Marcelino Mesquita	1	4	185	107	506780902	MUNICIPIO DO CARTAXO	5.376.040	5.376.040	4.569.634	0
	ALENT-09-0397-FEDER-001487	Construção da EB 2,3 Sebastião da Gama, em Estremoz	1	4	183	107	506556590	Município de Estremoz	4.261.787	4.261.787	3.622.519	0
	ALENT-09-0397-FEDER-001488	Construção da Escola Básica 1,2 e3 Frei António das Chagas de Vidigueira - 2º e 3º Ciclo	1	4	184	107	501143734	Município de Vidigueira	2.735.508	2.735.508	2.325.182	0
	ALENT-09-0397-FEDER-001545	Construção da Escola Básica André de Resende	1	4	183	107	504828576	Município de Évora	4.871.851	4.871.851	3.897.481	0
	ALENT-09-0397-FEDER-001589	Construção de Parque Escolar Sousel	1	4	182	107	506809560	Município de Sousel	7.410.775	7.410.775	6.299.159	0
	ALENT-09-0397-FEDER-001608	Centro Escolar de Campo Maior	1	4	182	107	501175229	Município de Campo Maior	8.080.060	8.080.060	6.868.051	0
	ALENT-09-0397-FEDER-001616	Requalificação da Escola Básica Padre Bento Pereira e Centro Escolar de Borba-1º Ciclo e Pré-Escolar	1	4	183	107	503956546	Município de Borba	6.385.357	6.385.357	5.427.553	0
	ALENT-09-0397-FEDER-001620	Centro Escolar de Nisa	1	4	182	107	506612287	Município de Nisa	5.751.986	5.751.986	4.889.188	0
	ALENT-09-0698-FEDER-000978	Iniciativa Jessica	6	4		207	3752805	JESSICA Holding Fund	17.705.382	17.705.382	10.000.000	0
<b>EP 4 - Assistência Técnica</b>									<b>15.496.869</b>	<b>15.496.869</b>	<b>13.172.338</b>	<b>0</b>
	ALENT-10-0173-FEDER-000118	Assistência Técnica ao Programa Operacional Regional 2007-2013	1	9		102	600075826	Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo	359.770	359.770	305.804	0
	ALENT-10-0173-FEDER-000262	ASSISTÊNCIA TÉCNICA - ALENTEJO CENTRAL - 2009	1	4		107	509364390	CIMAC - Comunidade Intermunicipal do Alentejo Central	186.447	186.447	158.480	0
	ALENT-10-0173-FEDER-000263	ContratuAMLA 2009	1	9		107	509075541	CIMAL - Comunidade Intermunicipal do Alentejo Litoral	85.385	85.385	72.577	0
	ALENT-10-0173-FEDER-000264	GABINETE DE GESTÃO DA CONTRATUALIZAÇÃO PARA O BAIXO ALENTEJO	1	9		107	501144587	Associação de Municípios do Baixo Alentejo e Alentejo Litoral	98.140	98.140	83.419	0
	ALENT-10-0173-FEDER-000265	Lezíria do Tejo - Assistência Técnica 2009	1	4	185	107	508787033	Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo	149.143	149.143	126.772	0
	ALENT-10-0173-FEDER-000266	PORAlentejo - Aicep - Assistência Técnica - 2008/2009	1	9		103	506320120	Aicep - Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal, EPE	104.584	104.584	88.896	0
	ALENT-10-0173-FEDER-000267	INALENTEJO - GABINETE DE COORDENAÇÃO E GESTÃO DO ALTO ALENTEJO (GCGAA)	1	9		107	509020690	Comunidade Intermunicipal do Alto Alentejo	204.854	204.854	174.126	0
	ALENT-10-0173-FEDER-000268	Candidatura do IAPMEI à Assistência Técnica do POAlentejo	1	9		103	501373357	Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e à Inovação	215.226	215.226	182.942	0
	ALENT-10-0173-FEDER-000269	Assistência Técnica Global do Programa Orçamental	1	4		102	600075826	Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo	1.690.189	1.690.189	1.436.660	0
	ALENT-10-0173-FEDER-000573	GABINETE DE GESTÃO DA CONTRATUALIZAÇÃO PARA O BAIXO ALENTEJO	1	4	184	107	501144587	Associação de Municípios do Baixo Alentejo e Alentejo Litoral	205.973	205.973	175.077	0
	ALENT-10-0173-FEDER-000584	Subvenção Global - ASSISTÊNCIA TÉCNICA - ALENTEJO CENTRAL - 2010	1	9	183	107	509364390	CIMAC - Comunidade Intermunicipal do Alentejo Central	149.924	149.924	127.435	0
	ALENT-10-0173-FEDER-000592	Lezíria do Tejo - Assistência Técnica 2010	1	9	185	107	508787033	Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo	141.512	141.512	120.285	0
	ALENT-10-0173-FEDER-000599	GABINETE DE COORDENAÇÃO E GESTÃO DO ALTO ALENTEJO - CIMAA 2010	1	9	182	107	509020690	Comunidade Intermunicipal do Alto Alentejo	83.095	83.095	70.631	0
	ALENT-10-0173-FEDER-000600	ContratuCIMAL-2010	1	9	181	107	509075541	CIMAL - Comunidade Intermunicipal do Alentejo Litoral	104.901	104.901	89.166	0

Anexo X - Operações aprovadas por Eixo Prioritário até 31.12.12 (valores acumulados)



PROGRAMA: PO ALENTEJO - 2007PT161PO004

unid: euros

Designação do Eixo Prioritário	Candidatura / Operação					Identificação do Beneficiário			Montantes Aprovados			
	Código	Designação	Tipo	Estado	Localização (NUTII/NUTIII)	Tipologia	NIF	Designação	Investimento/ Custo Total Elegível	Despesa Pública	Fundo Comunitário	Montante Fundo de tipologia FSE
	ALENT-10-0173-FEDER-000653	Assistência Técnica Global do Programa Orçamental - Ano 2010	1	4		102	600075826 Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo		2.700.000	2.700.000	2.295.000	0
	ALENT-10-0173-FEDER-000700	Candidatura do IAPMEI à Assistência Técnica do POR Alentejo	1	9		103	501373357 Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e à Inovação		369.817	369.817	314.344	0
	ALENT-10-0173-FEDER-000706	Assistência Técnica 2010	1	9		103	503024260 Agência de Inovação, S.A.		11.072	11.072	9.411	0
	ALENT-10-0173-FEDER-000709	PORAlentejo - Aicep - Assistência Técnica - 2010	1	9		103	506320120 Aicep - Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal, EPE		87.363	87.363	74.259	0
	ALENT-10-0173-FEDER-001267	PORAlentejo - Aicep - Assistência Técnica - 2011	1	4		103	506320120 Aicep - Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal, EPE		114.675	114.675	97.474	0
	ALENT-10-0173-FEDER-001290	Lezíria do Tejo - Assistência Técnica 2011	1	4	185	107	508787033 Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo		187.050	187.050	158.993	0
	ALENT-10-0173-FEDER-001292	Assistência Técnica Global do Programa Orçamental - Ano 2011	1	4		102	600075826 Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo		3.650.000	3.650.000	3.102.500	0
	ALENT-10-0173-FEDER-001312	Candidatura do IAPMEI à Assistência Técnica do POR Alentejo	1	9		103	501373357 Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e à Inovação		324.900	324.900	276.165	0
	ALENT-10-0173-FEDER-001324	CONTRATUCIMAL2011	1	4	181	107	509075541 CIMAL - Comunidade Intermunicipal do Alentejo Litoral		109.815	109.815	93.342	0
	ALENT-10-0173-FEDER-001327	GABINETE DE GESTÃO DA CONTRATUALIZAÇÃO DO BAIXO ALENTEJO	1	4	184	107	509761534 CIMBAL - Comunidade Intermunicipal do Baixo Alentejo		203.814	203.814	173.242	0
	ALENT-10-0173-FEDER-001331	Assistência Técnica - Alentejo Central - 2011	1	9	183	107	509364390 CIMAC - Comunidade Intermunicipal do Alentejo Central		152.691	152.691	129.788	0
	ALENT-10-0173-FEDER-001332	Observação das Dinâmicas Regionais	1	4		102	600075826 Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo		100.000	100.000	85.000	0
	ALENT-10-0173-FEDER-001338	Assistência Técnica 2011 - Turismo de Portugal, I.P.	1	4		101	508866236 Turismo de Portugal, I.P.		62.513	62.513	53.136	0
	ALENT-10-0173-FEDER-001339	Assistência Técnica	1	4		103	503024260 Agência de Inovação, S.A.		20.609	20.609	17.518	0
	ALENT-10-0173-FEDER-001349	GABINETE DE COORDENAÇÃO E GESTÃO DA ESTRUTURA DE APOIO TÉCNICO DO ALTO ALENTEJO - CIMAA 2011	1	4	182	107	509020690 Comunidade Intermunicipal do Alto Alentejo		122.482	122.482	104.110	0
	ALENT-10-0173-FEDER-001771	Lezíria do Tejo - Assistência Técnica 2012	1	4	185	107	508787033 Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo		186.212	186.212	158.280	0
	ALENT-10-0173-FEDER-001772	Candidatura do IAPMEI à Assistência Técnica	1	4		103	501373357 Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e à Inovação		430.379	430.379	365.822	0
	ALENT-10-0173-FEDER-001773	GABINETE DE GESTÃO DA CONTRATUALIZAÇÃO DO BAIXO ALENTEJO	1	4	184	107	509761534 CIMBAL - Comunidade Intermunicipal do Baixo Alentejo		222.552	222.552	189.170	0
	ALENT-10-0173-FEDER-001774	Gabinete de Coordenação e Gestão da Estrutura de Apoio Técnico do Alto Alentejo - CIMAA 2012	1	4	182	107	509020690 Comunidade Intermunicipal do Alto Alentejo		120.708	120.708	102.602	0
	ALENT-10-0173-FEDER-001775	Assistência Técnica 2012 - Turismo de Portugal, I.P.	1	4		101	508866236 Turismo de Portugal, I.P.		68.232	68.232	57.997	0
	ALENT-10-0173-FEDER-001776	Assistência Técnica Global do Programa Orçamental - Ano 2012	1	4		102	600075826 Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo		2.100.000	2.100.000	1.785.000	0
	ALENT-10-0173-FEDER-001777	CONTRATUCIMAL-2012	1	4	181	107	509075541 CIMAL - Comunidade Intermunicipal do Alentejo Litoral		98.801	98.801	83.981	0
	ALENT-10-0173-FEDER-001778	PORAlentejo - Aicep - Assistência Técnica - 2012	1	4		103	506320120 Aicep - Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal, EPE		101.134	101.134	85.964	0
	ALENT-10-0173-FEDER-001779	ADI - Candidatura AT 2012	1	4		103	503024260 Agência de Inovação, S.A.		24.031	24.031	20.426	0
	ALENT-10-0173-FEDER-001781	Assistência Técnica - Alentejo Central - 2012	1	4	183	107	509364390 CIMAC - Comunidade Intermunicipal do Alentejo Central		148.875	148.875	126.544	0



## Anexo XI – Regulamentação Específica/Calendário de Concursos por Eixo Prioritário





Eixo Prioritário	Regulamentação Específica / Tipologia de operação	Data de aprovação/alteração dos Critérios de Seleção pela Comissão de Acompanhamento	Concurso do ano		
			Cód. Concurso / refº concurso	Data de Abertura	Data de Encerramento
	Incentivos à Qualificação e Internacionalização de PME (SI Qualificação de PME)	1ª Reunião de 06-11-2007	ALENT-01-2007-01	15-11-2007	28-01-2008
	Incentivos à Qualificação e Internacionalização de PME (SI Qualificação de PME)	1ª Reunião de 06-11-2007	ALENT-01-2007-02	15-11-2007	31-12-2007
	Incentivos à Qualificação e Internacionalização de PME (SI Qualificação de PME)	1ª Reunião de 06-11-2007	ALENT-01-2008-02	15-02-2008	16-04-2008
	Incentivos à Qualificação e Internacionalização de PME (SI Qualificação de PME)	1ª Reunião de 06-11-2007	ALENT-01-2008-03	15-02-2008	16-04-2008
	Incentivos à Qualificação e Internacionalização de PME (SI Qualificação de PME)	1ª Reunião de 06-11-2007	ALENT-01-2008-12	02-05-2008	16-06-2008
	Incentivos à Qualificação e Internacionalização de PME (SI Qualificação de PME)	1ª Reunião de 06-11-2007	ALENT-01-2008-14	30-09-2008	28-11-2008
	Incentivos à Qualificação e Internacionalização de PME (SI Qualificação de PME)	1ª Reunião de 06-11-2007	ALENT-01-2008-15	30-09-2008	28-11-2008
	Incentivos à Qualificação e Internacionalização de PME (SI Qualificação de PME)	1ª Reunião de 06-11-2007	ALENT-01-2008-16	30-09-2008	28-11-2008
	Incentivos à Qualificação e Internacionalização de PME (SI Qualificação de PME)	1ª Reunião de 06-11-2007	ALENT-01-2008-18	30-09-2008	19-12-2008
	Incentivos à Qualificação e Internacionalização de PME (SI Qualificação de PME)	1ª Reunião de 06-11-2007	ALENT-01-2009-03	07-04-2009	11-05-2009
	Incentivos à Qualificação e Internacionalização de PME (SI Qualificação de PME)	1ª Reunião de 06-11-2007	ALENT-01-2009-04	07-04-2009	12-05-2009
	Incentivos à Qualificação e Internacionalização de PME (SI Qualificação de PME)	1ª Reunião de 06-11-2007	ALENT-01-2009-07	13-04-2009	11-05-2009
	Incentivos à Qualificação e Internacionalização de PME (SI Qualificação de PME)	1ª Reunião de 06-11-2007	ALENT-01-2009-13	20-04-2009	30-06-2009
	Incentivos à Qualificação e Internacionalização de PME (SI Qualificação de PME)	1ª Reunião de 06-11-2007	ALENT-01-2009-17	24-06-2009	15-10-2009
	Incentivos à Qualificação e Internacionalização de PME (SI Qualificação de PME)	1ª Reunião de 06-11-2007	ALENT-01-2009-20	09-07-2009	15-10-2009
	Incentivos à Qualificação e Internacionalização de PME (SI Qualificação de PME)	1ª Reunião de 06-11-2007	ALENT-01-2009-23	12-08-2009	13-10-2009
	Incentivos à Qualificação e Internacionalização de PME (SI Qualificação de PME)	1ª Reunião de 06-11-2007	ALENT-01-2009-24	12-08-2009	13-10-2009
	Incentivos à Qualificação e Internacionalização de PME (SI Qualificação de PME)	1ª Reunião de 06-11-2007	ALENT-01-2009-26	15-09-2009	13-10-2009
	Incentivos à Qualificação e Internacionalização de PME (SI Qualificação de PME)	1ª Reunião de 06-11-2007	ALENT-01-2009-29	25-09-2009	27-11-2009
	Incentivos à Qualificação e Internacionalização de PME (SI Qualificação de PME)	1ª Reunião de 06-11-2007	ALENT-01-2009-30	25-09-2009	27-11-2009
	Incentivos à Qualificação e Internacionalização de PME (SI Qualificação de PME)	1ª Reunião de 06-11-2007	ALENT-01-2010-01	12-05-2010	18-06-2010
	Incentivos à Qualificação e Internacionalização de PME (SI Qualificação de PME)	1ª Reunião de 06-11-2007	ALENT-01-2010-02	12-05-2010	18-06-2010
	Incentivos à Qualificação e Internacionalização de PME (SI Qualificação de PME)	1ª Reunião de 06-11-2007	ALENT-01-2010-03	01-06-2010	15-10-2010
	Incentivos à Qualificação e Internacionalização de PME (SI Qualificação de PME)	1ª Reunião de 06-11-2007	ALENT-01-2010-07	15-11-2010	14-01-2011
	Incentivos à Qualificação e Internacionalização de PME (SI Qualificação de PME)	1ª Reunião de 06-11-2007	ALENT-01-2011-02	25-01-2011	09-03-2011
	Incentivos à Qualificação e Internacionalização de PME (SI Qualificação de PME)	1ª Reunião de 06-11-2007	ALENT-01-2011-07	01-03-2011	18-04-2011
	Incentivos à Qualificação e Internacionalização de PME (SI Qualificação de PME)	1ª Reunião de 06-11-2007	ALENT-01-2011-08	01-03-2011	18-04-2011
	Incentivos à Qualificação e Internacionalização de PME (SI Qualificação de PME)	1ª Reunião de 06-11-2007	ALENT-01-2011-10	02-05-2011	24-06-2011
	Incentivos à Qualificação e Internacionalização de PME (SI Qualificação de PME)	1ª Reunião de 06-11-2007	ALENT-01-2011-14	23-12-2011	02-04-2012
	Incentivos à Qualificação e Internacionalização de PME (SI Qualificação de PME)	1ª Reunião de 06-11-2007	ALENT-01-2011-16	23-12-2011	03-02-2012
	Incentivos à Qualificação e Internacionalização de PME (SI Qualificação de PME)	1ª Reunião de 06-11-2007	ALENT-01-2012-04	27-02-2012	16-04-2012
	Incentivos à Qualificação e Internacionalização de PME (SI Qualificação de PME)	1ª Reunião de 06-11-2007	ALENT-01-2012-05	31-07-2012	31-10-2012
	Incentivos à Qualificação e Internacionalização de PME (SI Qualificação de PME)	1ª Reunião de 06-11-2007	ALENT-01-2012-06	24-10-2012	16-09-2013
	Incentivos à Qualificação e Internacionalização de PME (SI Qualificação de PME)	1ª Reunião de 06-11-2007	ALENT-01-2012-07	24-10-2012	15-07-2013
	Incentivos à Qualificação e Internacionalização de PME (SI Qualificação de PME)	1ª Reunião de 06-11-2007	ALENT-01-2012-08	24-10-2012	13-11-2013
	Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico (SI I&DT)	1ª Reunião de 06-11-2007	ALENT-02-2007-05	15-11-2007	01-02-2008
	Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico (SI I&DT)	1ª Reunião de 06-11-2007	ALENT-02-2007-06	15-11-2007	31-01-2008
	Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico (SI I&DT)	1ª Reunião de 06-11-2007	ALENT-02-2008-04	03-03-2008	30-04-2008
	Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico (SI I&DT)	1ª Reunião de 06-11-2007	ALENT-02-2008-07	17-03-2008	15-05-2008
	Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico (SI I&DT)	1ª Reunião de 06-11-			

# Anexo XI - Regulamentação Específica/Calendário de concursos por Eixo Prioritário



PROGRAMA: PO ALENTEJO - 2007PT161PO004

Eixo Prioritário	Regulamentação Específica / Tipologia de operação	Data de aprovação/alteração dos Critérios de Seleção pela Comissão de Acompanhamento	Concurso do ano		
			Cód. Concurso / refº concurso	Data de Abertura	Data de Encerramento
EP 1 - Competitividade, Inovação e Conhecimento	Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico (SI I&DT)	1ª Reunião de 06-11-2007	ALENT-02-2011-01	25-01-2011	09-03-2011
	Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico (SI I&DT)	1ª Reunião de 06-11-2007	ALENT-02-2011-03	01-02-2011	04-04-2011
	Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico (SI I&DT)	1ª Reunião de 06-11-2007	ALENT-02-2011-04	16-02-2011	21-04-2011
	Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico (SI I&DT)	1ª Reunião de 06-11-2007	ALENT-02-2011-12	06-06-2011	15-09-2011
	Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico (SI I&DT)	1ª Reunião de 06-11-2007	ALENT-02-2011-13	21-07-2011	30-09-2011
	Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico (SI I&DT)	1ª Reunião de 06-11-2007	ALENT-02-2011-17	23-12-2011	26-03-2012
	Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico (SI I&DT)	1ª Reunião de 06-11-2007	ALENT-02-2011-18	23-12-2011	17-02-2012
	Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico (SI I&DT)	1ª Reunião de 06-11-2007	ALENT-02-2012-01	30-01-2012	20-02-2012
	Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico (SI I&DT)	1ª Reunião de 06-11-2007	ALENT-02-2012-02	24-10-2012	20-08-2013
	Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico (SI I&DT)	1ª Reunião de 06-11-2007	ALENT-02-2012-03	24-10-2012	30-08-2013
	Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico (SI I&DT)	1ª Reunião de 06-11-2007	ALENT-02-2012-04	24-10-2012	30-08-2013
	Incentivos à Inovação (SI Inovação)	1ª Reunião de 06-11-2007	ALENT-03-2007-03	15-11-2007	29-01-2008
	Incentivos à Inovação (SI Inovação)	1ª Reunião de 06-11-2007	ALENT-03-2007-04	15-11-2007	30-01-2008
	Incentivos à Inovação (SI Inovação)	1ª Reunião de 06-11-2007	ALENT-03-2008-05	10-03-2008	23-05-2008
	Incentivos à Inovação (SI Inovação)	1ª Reunião de 06-11-2007	ALENT-03-2008-06	10-03-2008	23-05-2008
	Incentivos à Inovação (SI Inovação)	1ª Reunião de 06-11-2007	ALENT-03-2008-19	15-10-2008	31-12-2008
	Incentivos à Inovação (SI Inovação)	1ª Reunião de 06-11-2007	ALENT-03-2008-20	15-10-2008	31-12-2008
	Incentivos à Inovação (SI Inovação)	1ª Reunião de 06-11-2007	ALENT-03-2008-24	02-12-2008	02-03-2009
	Incentivos à Inovação (SI Inovação)	1ª Reunião de 06-11-2007	ALENT-03-2009-01	11-02-2009	10-03-2009
	Incentivos à Inovação (SI Inovação)	1ª Reunião de 06-11-2007	ALENT-03-2009-11	15-04-2009	21-05-2009
	Incentivos à Inovação (SI Inovação)	1ª Reunião de 06-11-2007	ALENT-03-2009-12	15-04-2009	21-05-2009
	Incentivos à Inovação (SI Inovação)	1ª Reunião de 06-11-2007	ALENT-03-2009-14	27-05-2009	15-07-2009
	Incentivos à Inovação (SI Inovação)	1ª Reunião de 06-11-2007	ALENT-03-2009-18	24-06-2009	30-09-2009
	Incentivos à Inovação (SI Inovação)	1ª Reunião de 06-11-2007	ALENT-03-2009-19	03-07-2009	30-09-2009
	Incentivos à Inovação (SI Inovação)	1ª Reunião de 06-11-2007	ALENT-03-2009-21	12-08-2009	09-11-2009
	Incentivos à Inovação (SI Inovação)	1ª Reunião de 06-11-2007	ALENT-03-2009-22	12-08-2009	09-11-2009
	Incentivos à Inovação (SI Inovação)	1ª Reunião de 06-11-2007	ALENT-03-2009-33	27-11-2009	31-01-2010
	Incentivos à Inovação (SI Inovação)	1ª Reunião de 06-11-2007	ALENT-03-2009-34	27-11-2009	31-01-2010
	Incentivos à Inovação (SI Inovação)	1ª Reunião de 06-11-2007	ALENT-03-2010-04	15-11-2010	10-01-2011
	Incentivos à Inovação (SI Inovação)	1ª Reunião de 06-11-2007	ALENT-03-2010-05	15-11-2010	10-01-2011
	Incentivos à Inovação (SI Inovação)	1ª Reunião de 06-11-2007	ALENT-03-2011-05	01-03-2011	04-05-2011
	Incentivos à Inovação (SI Inovação)	1ª Reunião de 06-11-2007	ALENT-03-2011-06	01-03-2011	04-05-2011
	Incentivos à Inovação (SI Inovação)	1ª Reunião de 06-11-2007	ALENT-03-2011-11	26-05-2011	22-08-2011
	Incentivos à Inovação (SI Inovação)	1ª Reunião de 06-11-2007	ALENT-03-2011-15	23-12-2011	11-04-2012
	Incentivos à Inovação (SI Inovação)	1ª Reunião de 06-11-2007	ALENT-03-2012-02	27-02-2012	26-04-2012
	Incentivos à Inovação (SI Inovação)	1ª Reunião de 06-11-2007	ALENT-03-2012-03	27-02-2012	26-04-2012
	Incentivos à Inovação (SI Inovação)	1ª Reunião de 06-11-2007	ALENT-03-2012-04	24-10-2012	05-09-2013
	Incentivos à Inovação (SI Inovação)	1ª Reunião de 06-11-2007	ALENT-03-2012-05	24-10-2012	05-09-2013
	Incentivos à Inovação (SI Inovação) regime especial	1ª Reunião de 06-11-2007	ALENT-03-2008-01	n.a.	n.a.
	Apoio a Entidades do Sistema Científico e Tecnológico	consulta escrita 25-03-2011	ALENT-24-2011-01	15-06-2011	30-09-2011
	Promoção da Cultura Científica e Tecnológica e Difusão do Conhecimento	2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-25-2009-01	15-09-2009	23-11-2009
	Promoção da Cultura Científica e Tecnológica e Difusão do Conhecimento	2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-25-2011-01	16-02-2011	18-04-2011
	Apoio à Modernização Administrativa	1ª Reunião de 06-11-2007	ALENT-26-2007-01	21-12-2007	17-03-2008
	Apoio à Modernização Administrativa	1ª Reunião de 06-11-2007	ALENT-26-2008-01	06-10-2008	06-10-2010
	Apoio à Modernização Administrativa	1ª Reunião de 06-11-2007	ALENT-26-2008-02	12-12-2008	31-12-2008
	Apoio à Modernização Administrativa	1ª Reunião de 06-11-2007	ALENT-26-2009-01	17-03-2009	20-04-2009
	Apoio à Modernização Administrativa	1ª Reunião de 06-11-2007	ALENT-26-2010-01	12-01-2010	15-03-2010
	Apoio à Modernização Administrativa	1ª Reunião de 06-11-2007	ALENT-26-2010-02	21-05-2010	31-08-2010
	Apoio à Modernização Administrativa	1ª Reunião de 06-11-2007	ALENT-26-2010-03	01-07-2010	21-09-2010
	Apoio à Modernização Administrativa	1ª Reunião de 06-11-2007	ALENT-26-2010-04	15-09-2010	31-12-2010
	Apoio à Modernização Administrativa	1ª Reunião de 06-11-2007	ALENT-26-2010-05	22-09-2010	31-12-2010
	Apoio à Modernização Administrativa	1ª Reunião de 06-11-2007	ALENT-26-2010-06	23-09-2010	31-12-2010
	Apoio à Modernização Administrativa	1ª Reunião de 06-11-2007	ALENT-26-2010-07	13-10-2010	31-12-2010
	Apoio à Modernização Administrativa	1ª Reunião de 06-11-2007	ALENT-26-2010-08	15-12-2010	15-02-2011
	Promoção e Capacitação Institucional	2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-27-2008-01	15-05-2008	11-07-2008
	Promoção e Capacitação Institucional	2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-27-2009-01	20-03-2009	30-04-2009
	Promoção e Capacitação Institucional	2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-27-2009-02	15-04-2009	31-12-2009
	Promoção e Capacitação Institucional	2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-27-2009-03	20-04-2009	31-12-2009
	Promoção e Capacitação Institucional	2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-27-2010-01	12-01-2010	15-03-2010
	Promoção e Capacitação Institucional	2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-27-2010-02	12-01-2010	15-03-2010
	Promoção e Capacitação Institucional	2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-27-2010-03	14-01-2010	07-07-2010

Anexo XI - Regulamentação Específica/Calendário de concursos por Eixo Prioritário



PROGRAMA: PO ALENTEJO - 2007PT161PO004

Eixo Prioritário	Regulamentação Específica / Tipologia de operação	Data de aprovação/alteração dos Critérios de Selecção pela Comissão de Acompanhamento	Concurso do ano		
			Cód. Concurso / refº concurso	Data de Abertura	Data de Encerramento
	Promoção e Capacitação Institucional	2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-27-2010-04	08-02-2010	31-12-2010
	Promoção e Capacitação Institucional	2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-27-2010-05	15-02-2010	01-03-2010
	Promoção e Capacitação Institucional	2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-27-2010-06	01-03-2010	18-03-2010
	Promoção e Capacitação Institucional	2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-27-2010-07	03-03-2010	19-04-2010
	Promoção e Capacitação Institucional	2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-27-2010-08	07-07-2010	31-12-2010
	Promoção e Capacitação Institucional	2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-27-2010-09	17-08-2010	20-08-2010
	Promoção e Capacitação Institucional	2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-27-2010-10	01-09-2010	31-12-2010
	Promoção e Capacitação Institucional	2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-27-2010-11	13-10-2010	31-12-2010
	Promoção e Capacitação Institucional	2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-27-2010-12	28-10-2010	28-10-2011
	Promoção e Capacitação Institucional	2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-27-2010-13	15-12-2010	15-02-2011
	Promoção e Capacitação Institucional	2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-27-2011-01	25-05-2011	11-07-2011
	Promoção e Capacitação Institucional	2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-27-2011-02	19-10-2011	30-12-2011
	Promoção e Capacitação Institucional	2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-27-2011-03	20-10-2011	30-12-2011
	Promoção e Capacitação Institucional	2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-27-2012-01	29-10-2012	17-12-2012
	Apoio a Acções Colectivas	Consulta escrita 04-04-2008	ALENT-28-2008-01	15-12-2008	04-02-2009
	Apoio a Acções Colectivas	Consulta escrita 04-04-2008	ALENT-28-2009-01	12-02-2009	06-04-2009
	Apoio a Acções Colectivas	Consulta escrita 04-04-2008	ALENT-28-2010-01	12-01-2010	15-03-2010
	Apoio a Acções Colectivas	Consulta escrita 04-04-2008	ALENT-28-2010-02	03-03-2010	19-04-2010
	Apoio a Acções Colectivas	Consulta escrita 04-04-2009	ALENT-28-2011-01	16-02-2011	18-04-2011
	Apoio a Acções Colectivas	Consulta escrita 04-04-2010	ALENT-28-2012-01	29-10-2012	17-12-2012
	Apoio a Acções Colectivas	Consulta escrita 04-04-2011	ALENT-28-2012-02	07-12-2012	14-01-2013
	Apoio a Infra-estruturas Científicas e Tecnológicas	Consulta escrita 04-04-2008; 07/04/2008; 13-10-2008; 20-10-2008 / Consulta escrita 03-06-2009	ALENT-62-2008-01	25-09-2008	24-10-2008
	Apoio a Infra-estruturas Científicas e Tecnológicas	Consulta escrita 04-04-2008; 07/04/2008; 13-10-2008; 20-10-2008 / Consulta escrita 03-06-2009	ALENT-62-2009-01	01-06-2009	30-09-2009
	Apoio a Infra-estruturas Científicas e Tecnológicas	Consulta escrita 04-04-2008; 07/04/2008; 13-10-2008; 20-10-2008 / Consulta escrita 03-06-2009	ALENT-62-2011-01	02-02-2011	30-06-2012
	Apoio a Infra-estruturas Científicas e Tecnológicas	Consulta escrita 04-04-2008; 07/04/2008; 13-10-2008; 20-10-2008 / Consulta escrita 03-06-2009	ALENT-62-2011-02	16-02-2011	18-04-2011
	Apoio a Áreas de Acolhimento Empresarial e Logística	2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-63-2009-01	15-04-2009	30-04-2009
	Apoio a Áreas de Acolhimento Empresarial e Logística	2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-63-2009-02	15-04-2009	31-12-2009
	Apoio a Áreas de Acolhimento Empresarial e Logística	2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-63-2009-03	20-04-2009	31-12-2009
	Apoio a Áreas de Acolhimento Empresarial e Logística	2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-63-2009-04	22-04-2009	31-12-2009
	Apoio a Áreas de Acolhimento Empresarial e Logística	2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-63-2009-05	15-07-2009	31-12-2010
	Apoio a Áreas de Acolhimento Empresarial e Logística	2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-63-2010-01	04-01-2010	16-08-2010
	Apoio a Áreas de Acolhimento Empresarial e Logística	2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-63-2010-02	14-01-2010	07-07-2010
	Apoio a Áreas de Acolhimento Empresarial e Logística	2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-63-2010-03	01-04-2010	31-12-2010
	Apoio a Áreas de Acolhimento Empresarial e Logística	2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-63-2010-04	16-06-2010	31-12-2010
	Apoio a Áreas de Acolhimento Empresarial e Logística	2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-63-2010-05	07-07-2010	31-12-2010
	Apoio a Áreas de Acolhimento Empresarial e Logística	2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-63-2010-06	17-08-2010	31-12-2010
	Apoio a Áreas de Acolhimento Empresarial e Logística	2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-63-2011-01	20-10-2011	30-12-2011
	Apoio a Áreas de Acolhimento Empresarial e Logística	2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-63-2012-01	29-10-2012	17-12-2012
	Apoio a Parques de Ciência e Tecnologia e Incubadoras de Empresas de Base Tecnológica	Consulta escrita 03-06-2009	ALENT-64-2009-01	01-06-2009	30-09-2009
	Apoio a Parques de Ciência e Tecnologia e Incubadoras de Empresas de Base Tecnológica	Consulta escrita 03-06-2010	ALENT-64-2011-01	02-02-2011	30-06-2012
	Energia	2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-65-2009-01	20-04-2009	31-12-2009
	Energia	2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-65-2009-02	12-05-2009	13-07-2009
	Energia	2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-65-2009-03	01-06-2009	31-12-2009
	Energia	2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-65-2010-01	14-01-2010	12-10-2010
	Energia	2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-65-2010-02	03-02-2010	31-12-2010
	Energia	2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-65-2010-03	04-03-2010	18-03-2010
	Energia	2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-65-2010-04	17-03-2010	03-05-2010
	Energia	2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-65-2010-05	16-06-2010	12-10-2010
	Energia	2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-65-2010-06	19-07-2010	30-11-2010
	Energia	2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-65-2010-07	13-10-2010	31-12-2010
	Energia	2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-65-2010-08	13-10-2010	31-12-2010
	Energia	2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-65-2010-09	13-10-2010	31-10-2010
	Energia	2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-65-2011-01	25-03-2011	29-07-2011
	Energia	2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-65-2011-02	18-05-2011	18-07-2011
	Energia	2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-65-2011-03	20-10-2011	30-12-2011
	Economia Digital e Sociedade do Conhecimento	Consulta escrita 04-04-2008	ALENT-66-2008-01	25-09-2008	24-10-2008
	Economia Digital e Sociedade do Conhecimento	Consulta escrita 04-04-2008	ALENT-66-2009-01	15-04-2009	15-05-2009

# Anexo XI - Regulamentação Específica/Calendário de concursos por Eixo Prioritário



## PROGRAMA: PO ALENTEJO - 2007PT161PO004

Eixo Prioritário	Regulamentação Específica / Tipologia de operação	Data de aprovação/alteração dos Critérios de Selecção pela Comissão de Acompanhamento	Concurso do ano		
			Cód. Concurso / refº concurso	Data de Abertura	Data de Encerramento
	Economia Digital e Sociedade do Conhecimento	Consulta escrita 04-04-2008	ALENT-66-2009-02	22-04-2009	31-12-2009
	Economia Digital e Sociedade do Conhecimento	Consulta escrita 04-04-2008	ALENT-66-2009-03	17-08-2009	06-11-2009
	Economia Digital e Sociedade do Conhecimento	Consulta escrita 04-04-2008	ALENT-66-2009-04	28-09-2009	07-07-2010
	Economia Digital e Sociedade do Conhecimento	Consulta escrita 04-04-2008	ALENT-66-2010-01	04-01-2010	16-08-2010
	Economia Digital e Sociedade do Conhecimento	Consulta escrita 04-04-2008	ALENT-66-2010-02	15-04-2010	14-06-2010
	Economia Digital e Sociedade do Conhecimento	Consulta escrita 04-04-2008	ALENT-66-2010-03	07-07-2010	31-12-2010
	Economia Digital e Sociedade do Conhecimento	Consulta escrita 04-04-2008	ALENT-66-2010-04	17-08-2010	31-12-2010
	Economia Digital e Sociedade do Conhecimento	Consulta escrita 04-04-2008	ALENT-66-2010-05	13-10-2010	31-12-2010
	Economia Digital e Sociedade do Conhecimento	Consulta escrita 04-04-2008	ALENT-66-2010-06	15-12-2010	15-02-2011
	Economia Digital e Sociedade do Conhecimento	Consulta escrita 04-04-2008	ALENT-66-2011-01	25-05-2011	20-06-2011
	Economia Digital e Sociedade do Conhecimento	Consulta escrita 04-04-2008	ALENT-66-2011-02	20-10-2011	30-12-2011
	Gestão Activa de Espaços Protegidos e Classificados	1ª Reunião de 06-11-2007	ALENT-30-2009-01	20-01-2009	31-03-2009
	Gestão Activa de Espaços Protegidos e Classificados	1ª Reunião de 06-11-2007	ALENT-30-2009-02	20-04-2009	31-12-2009
	Gestão Activa de Espaços Protegidos e Classificados	1ª Reunião de 06-11-2007	ALENT-30-2009-03	18-06-2009	31-12-2009
	Gestão Activa de Espaços Protegidos e Classificados	1ª Reunião de 06-11-2007	ALENT-30-2009-04	19-06-2009	31-12-2009
	Gestão Activa de Espaços Protegidos e Classificados	1ª Reunião de 06-11-2007	ALENT-30-2009-05	15-07-2009	31-12-2010
	Gestão Activa de Espaços Protegidos e Classificados	1ª Reunião de 06-11-2007	ALENT-30-2010-01	14-01-2010	07-07-2010
	Gestão Activa de Espaços Protegidos e Classificados	1ª Reunião de 06-11-2007	ALENT-30-2010-02	17-03-2010	03-05-2010
	Gestão Activa de Espaços Protegidos e Classificados	1ª Reunião de 06-11-2007	ALENT-30-2010-03	08-07-2010	31-12-2010
	Gestão Activa de Espaços Protegidos e Classificados	1ª Reunião de 06-11-2007	ALENT-30-2010-04	13-10-2010	31-12-2010
	Gestão Activa de Espaços Protegidos e Classificados	1ª Reunião de 06-11-2007	ALENT-30-2011-01	20-10-2011	30-12-2011
	Acções de Valorização e Qualificação Ambiental	1ª Reunião de 06-11-2007	ALENT-31-2007-01	21-12-2007	17-03-2008
	Acções de Valorização e Qualificação Ambiental	1ª Reunião de 06-11-2007	ALENT-31-2008-01	19-09-2008	24-10-2008
	Acções de Valorização e Qualificação Ambiental	1ª Reunião de 06-11-2007	ALENT-31-2009-01	17-03-2009	20-04-2009
	Acções de Valorização e Qualificação Ambiental	1ª Reunião de 06-11-2007	ALENT-31-2009-02	20-04-2009	31-12-2009
	Acções de Valorização e Qualificação Ambiental	1ª Reunião de 06-11-2007	ALENT-31-2009-03	22-04-2009	31-12-2009
	Acções de Valorização e Qualificação Ambiental	1ª Reunião de 06-11-2007	ALENT-31-2009-04	19-06-2009	31-12-2009
	Acções de Valorização e Qualificação Ambiental	1ª Reunião de 06-11-2007	ALENT-31-2009-05	15-07-2009	31-12-2010
	Acções de Valorização e Qualificação Ambiental	1ª Reunião de 06-11-2007	ALENT-31-2009-06	22-09-2009	29-11-2009
	Acções de Valorização e Qualificação Ambiental	1ª Reunião de 06-11-2007	ALENT-31-2010-01	04-01-2010	16-08-2010
	Acções de Valorização e Qualificação Ambiental	1ª Reunião de 06-11-2007	ALENT-31-2010-02	14-01-2010	07-07-2010
	Acções de Valorização e Qualificação Ambiental	1ª Reunião de 06-11-2007	ALENT-31-2010-03	10-03-2010	31-05-2010
	Acções de Valorização e Qualificação Ambiental	1ª Reunião de 06-11-2007	ALENT-31-2010-04	15-06-2010	31-12-2010
	Acções de Valorização e Qualificação Ambiental	1ª Reunião de 06-11-2007	ALENT-31-2010-05	08-07-2010	31-12-2010
	Acções de Valorização e Qualificação Ambiental	1ª Reunião de 06-11-2007	ALENT-31-2010-06	17-08-2010	31-12-2010
	Acções de Valorização e Qualificação Ambiental	1ª Reunião de 06-11-2007	ALENT-31-2010-07	13-10-2010	31-12-2010
	Acções de Valorização e Qualificação Ambiental	1ª Reunião de 06-11-2007	ALENT-31-2010-08	03-11-2010	02-12-2010
	Acções de Valorização e Qualificação Ambiental	1ª Reunião de 06-11-2007	ALENT-31-2011-01	20-10-2011	30-12-2011
	Acções de Valorização do Litoral	1ª Reunião de 06-11-2007	ALENT-32-2007-01	21-12-2007	17-03-2008
	Acções de Valorização do Litoral	1ª Reunião de 06-11-2007	ALENT-32-2009-01	02-03-2009	06-04-2009
	Acções de Valorização do Litoral	1ª Reunião de 06-11-2007	ALENT-32-2009-02	01-04-2009	01-06-2009
	Acções de Valorização do Litoral	1ª Reunião de 06-11-2007	ALENT-32-2010-01	17-03-2010	03-05-2010
	Acções de Valorização do Litoral	1ª Reunião de 06-11-2007	ALENT-32-2012-01	29-10-2012	17-12-2012
	Prevenção e Gestão de Riscos Naturais e Tecnológicos - Acções Materiais	2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-36-2009-01	20-01-2009	31-03-2009
	Prevenção e Gestão de Riscos Naturais e Tecnológicos - Acções Materiais	2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-36-2009-02	20-04-2009	31-12-2009
	Prevenção e Gestão de Riscos Naturais e Tecnológicos - Acções Materiais	2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-36-2009-03	01-06-2009	31-12-2009
	Prevenção e Gestão de Riscos Naturais e Tecnológicos - Acções Materiais	2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-36-2009-04	03-08-2009	31-12-2009
	Prevenção e Gestão de Riscos Naturais e Tecnológicos - Acções Materiais	2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-36-2010-01	12-01-2010	03-05-2010
	Prevenção e Gestão de Riscos Naturais e Tecnológicos - Acções Materiais	2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-36-2010-02	15-06-2010	31-12-2010
	Prevenção e Gestão de Riscos Naturais e Tecnológicos - Acções Materiais	2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-36-2010-03	13-10-2010	31-12-2010
	Prevenção e Gestão de Riscos Naturais e Tecnológicos - Acções Materiais	2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-36-2010-04	03-11-2010	31-01-2011
	Prevenção e Gestão de Riscos Naturais e Tecnológicos - Acções Materiais	2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-36-2011-01	16-03-2011	16-05-2011
	Prevenção e Gestão de Riscos Naturais e Tecnológicos - Acções Materiais	2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-37-2009-01	20-01-2009	31-03-2009
	Prevenção e Gestão de Riscos Naturais e Tecnológicos - Acções Materiais	2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-37-2009-02	20-04-2009	31-12-2009
	Prevenção e Gestão de Riscos Naturais e Tecnológicos - Acções Materiais	2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-37-2009-03	03-08-2009	31-12-2009
	Prevenção e Gestão de Riscos Naturais e Tecnológicos - Acções Materiais	2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-37-2010-01	04-01-2010	16-08-2010
	Prevenção e Gestão de Riscos Naturais e Tecnológicos - Acções Materiais	2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-37-2010-02	12-01-2010	12-04-2010
	Prevenção e Gestão de Riscos Naturais e Tecnológicos - Acções Materiais	2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-37-2010-03	15-06-2010	31-12-2010
	Prevenção e Gestão de Riscos Naturais e Tecnológicos - Acções Materiais	2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-37-2010-04	01-07-2010	31-12-2010
	Prevenção e Gestão de Riscos Naturais e Tecnológicos - Acções Materiais	2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-37-2010-05	17-08-2010	31-12-2010
	Prevenção e Gestão de Riscos Naturais e Tecnológicos - Acções Materiais	2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-37-2010-06	13-10-2010	31-12-2010

# Anexo XI - Regulamentação Específica/Calendário de concursos por Eixo Prioritário



PROGRAMA: PO ALENTEJO - 2007PT161PO004

Eixo Prioritário	Regulamentação Específica / Tipologia de operação	Data de aprovação/alteração dos Critérios de Selecção pela Comissão de Acompanhamento	Concurso do ano		
			Cód. Concurso / refº concurso	Data de Abertura	Data de Encerramento
EP 2 - Valorização do Espaço Regional	Prevenção e Gestão de Riscos Naturais e Tecnológicos - Acções Imateriais	2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-37-2011-01	20-10-2011	30-12-2011
	Reabilitação de Locais Contaminados e Zonas Extractivas	2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-38-2009-01	15-09-2009	30-12-2009
	Valorização e Animação do Património Cultural	1ª Reunião de 06-11-2007	ALENT-47-2007-01	21-12-2007	31-03-2008
	Valorização e Animação do Património Cultural	1ª Reunião de 06-11-2007	ALENT-47-2009-01	13-04-2009	15-06-2009
	Valorização e Animação do Património Cultural	1ª Reunião de 06-11-2007	ALENT-47-2009-02	20-04-2009	31-12-2009
	Valorização e Animação do Património Cultural	1ª Reunião de 06-11-2007	ALENT-47-2009-03	23-04-2009	06-05-2009
	Valorização e Animação do Património Cultural	1ª Reunião de 06-11-2007	ALENT-47-2009-04	01-06-2009	31-12-2009
	Valorização e Animação do Património Cultural	1ª Reunião de 06-11-2007	ALENT-47-2009-05	01-06-2009	31-12-2009
	Valorização e Animação do Património Cultural	1ª Reunião de 06-11-2007	ALENT-47-2009-06	15-07-2009	31-12-2010
	Valorização e Animação do Património Cultural	1ª Reunião de 06-11-2007	ALENT-47-2010-01	04-01-2010	16-08-2010
	Valorização e Animação do Património Cultural	1ª Reunião de 06-11-2007	ALENT-47-2010-02	14-01-2010	07-07-2010
	Valorização e Animação do Património Cultural	1ª Reunião de 06-11-2007	ALENT-47-2010-03	17-02-2010	15-09-2010
	Valorização e Animação do Património Cultural	1ª Reunião de 06-11-2007	ALENT-47-2010-04	17-03-2010	10-05-2010
	Valorização e Animação do Património Cultural	1ª Reunião de 06-11-2007	ALENT-47-2010-05	15-06-2010	31-12-2010
	Valorização e Animação do Património Cultural	1ª Reunião de 06-11-2007	ALENT-47-2010-06	08-07-2010	31-12-2010
	Valorização e Animação do Património Cultural	1ª Reunião de 06-11-2007	ALENT-47-2010-07	17-08-2010	31-12-2010
	Valorização e Animação do Património Cultural	1ª Reunião de 06-11-2007	ALENT-47-2010-08	15-09-2010	31-12-2010
	Valorização e Animação do Património Cultural	1ª Reunião de 06-11-2007	ALENT-47-2011-01	20-10-2011	30-12-2011
	Valorização e Animação do Património Cultural	1ª Reunião de 06-11-2007	ALENT-47-2012-01	29-10-2012	17-12-2012
	Infra-estruturas e Equipamentos de Saúde	1ª Reunião de 06-11-2007	ALENT-48-2007-01	21-12-2007	31-03-2008
	Infra-estruturas e Equipamentos de Saúde	1ª Reunião de 06-11-2007	ALENT-48-2008-01	31-07-2008	15-10-2008
	Infra-estruturas e Equipamentos de Saúde	1ª Reunião de 06-11-2007	ALENT-48-2009-01	16-02-2009	15-04-2009
	Infra-estruturas e Equipamentos de Saúde	1ª Reunião de 06-11-2007	ALENT-48-2009-02	15-09-2009	09-12-2009
	Infra-estruturas e Equipamentos de Saúde	1ª Reunião de 06-11-2007	ALENT-48-2010-01	09-03-2010	25-06-2010
	Infra-estruturas e Equipamentos de Saúde	1ª Reunião de 06-11-2007	ALENT-48-2010-02	15-12-2010	15-03-2011
	Rede de Equipamentos Culturais	2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-52-2009-01	16-03-2009	30-04-2009
	Rede de Equipamentos Culturais	2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-52-2009-02	22-04-2009	06-05-2009
	Rede de Equipamentos Culturais	2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-52-2009-03	12-05-2009	20-07-2009
	Rede de Equipamentos Culturais	2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-52-2009-04	19-06-2009	31-12-2009
	Rede de Equipamentos Culturais	2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-52-2009-05	15-07-2009	31-12-2010
	Rede de Equipamentos Culturais	2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-52-2010-01	14-01-2010	31-12-2010
	Rede de Equipamentos Culturais	2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-52-2010-02	09-02-2010	15-04-2010
	Rede de Equipamentos Culturais	2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-52-2010-03	17-02-2010	15-09-2010
	Rede de Equipamentos Culturais	2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-52-2010-04	17-02-2010	15-09-2010
	Rede de Equipamentos Culturais	2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-52-2010-05	15-06-2010	31-12-2010
	Rede de Equipamentos Culturais	2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-52-2010-06	08-07-2010	31-12-2010
	Rede de Equipamentos Culturais	2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-52-2010-07	15-09-2010	31-12-2010
	Rede de Equipamentos Culturais	2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-52-2011-01	20-10-2011	30-12-2011
	Ciclo Urbano da Água - "vertente em baixa"	2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-54-2009-01	19-05-2009	31-12-2009
	Ciclo Urbano da Água - "vertente em baixa"	2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-54-2009-02	18-06-2009	31-12-2009
	Ciclo Urbano da Água - "vertente em baixa"	2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-54-2009-03	15-07-2009	31-12-2010
	Ciclo Urbano da Água - "vertente em baixa"	2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-54-2010-01	14-01-2010	07-07-2010
	Ciclo Urbano da Água - "vertente em baixa"	2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-54-2010-02	17-02-2010	15-09-2010
	Ciclo Urbano da Água - "vertente em baixa"	2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-54-2010-03	08-07-2010	31-12-2010
	Ciclo Urbano da Água - "vertente em baixa"	2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-54-2010-04	15-09-2010	31-12-2010
	Ciclo Urbano da Água - "vertente em baixa"	2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-54-2010-05	22-09-2010	31-12-2010
	Ciclo Urbano da Água - "vertente em baixa"	2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-54-2011-01	18-05-2011	13-06-2011
	Ciclo Urbano da Água - "vertente em baixa"	2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-54-2011-02	20-05-2011	13-06-2011
	Ciclo Urbano da Água - "vertente em baixa"	2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-54-2011-03	01-06-2011	13-06-2011
	Ciclo Urbano da Água - "vertente em baixa"	2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-54-2011-04	01-06-2011	13-06-2011
	Optimização da Gestão de Resíduos e Melhoria do Comportamento Ambiental	2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-60-2008-01	03-11-2008	20-01-2009
	Optimização da Gestão de Resíduos e Melhoria do Comportamento Ambiental	2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-60-2010-01	09-03-2010	17-05-2010
	Política de Cidades - Redes Urbanas para a Competitividade e Inovação	1ª Reunião de 06-11-2007	ALENT-40-2008-01	02-04-2008	17-10-2008
	Política de Cidades - Redes Urbanas para a Competitividade e Inovação	1ª Reunião de 06-11-2007	ALENT-40-2009-01	27-04-2009	29-05-2009
	Política de Cidades - Redes Urbanas para a Competitividade e Inovação	1ª Reunião de 06-11-2007	ALENT-40-2011-02	10-08-2011	29-08-2011
	Política de Cidades - Parcerias para a Regeneração Urbana	1ª Reunião de 06-11-2007	ALENT-41-2007-01	28-12-2007	28-07-2008
	Política de Cidades - Parcerias para a Regeneração Urbana	1ª Reunião de 06-11-2007	ALENT-41-2008-01	30-05-2008	19-09-2008
	Política de Cidades - Parcerias para a Regeneração Urbana	1ª Reunião de 06-11-2007	ALENT-41-2008-03	31-12-2008	31-03-2009
	Política de Cidades - Parcerias para a Regeneração Urbana	1ª Reunião de 06-11-2007	ALENT-41-2009-01	12-05-2009	20-07-2009
	Política de Cidades - Parcerias para a Regeneração Urbana	1ª Reunião de 06-11-2007	ALENT-41-2010-01	20-10-2010	02-11-2010
	Política de Cidades - Parcerias para a Regeneração Urbana	1ª Reunião de 06-11-2007	ALENT-41-2012-01	29-10-2012	17-12-2012

# Anexo XI - Regulamentação Específica/Calendário de concursos por Eixo Prioritário



PROGRAMA: PO ALENTEJO - 2007PT161PO004

Eixo Prioritário	Regulamentação Específica / Tipologia de operação	Data de aprovação/alteração dos Critérios de Selecção pela Comissão de Acompanhamento	Concurso do ano		
			Cód. Concurso / refº concurso	Data de Abertura	Data de Encerramento
EP 3 - Coesão Local e Urbana	Requalificação da Rede Escolar do 1º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-Escolar	1ª Reunião de 06-11-2007 / 2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-44-2008-01	15-01-2008	08-04-2008
	Requalificação da Rede Escolar do 1º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-Escolar	1ª Reunião de 06-11-2007 / 2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-44-2008-02	08-04-2008	02-05-2008
	Requalificação da Rede Escolar do 1º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-Escolar	1ª Reunião de 06-11-2007 / 2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-44-2008-03	12-05-2008	11-06-2008
	Requalificação da Rede Escolar do 1º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-Escolar	1ª Reunião de 06-11-2007 / 2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-44-2008-04	12-06-2008	14-07-2008
	Requalificação da Rede Escolar do 1º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-Escolar	1ª Reunião de 06-11-2007 / 2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-44-2009-01	21-01-2009	31-03-2009
	Requalificação da Rede Escolar do 1º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-Escolar	1ª Reunião de 06-11-2007 / 2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-44-2009-02	22-04-2009	31-12-2009
	Requalificação da Rede Escolar do 1º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-Escolar	1ª Reunião de 06-11-2007 / 2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-44-2009-03	20-05-2009	31-08-2009
	Requalificação da Rede Escolar do 1º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-Escolar	1ª Reunião de 06-11-2007 / 2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-44-2009-04	18-06-2009	31-12-2009
	Requalificação da Rede Escolar do 1º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-Escolar	1ª Reunião de 06-11-2007 / 2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-44-2009-05	15-07-2009	31-12-2010
	Requalificação da Rede Escolar do 1º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-Escolar	1ª Reunião de 06-11-2007 / 2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-44-2009-06	28-07-2009	31-12-2009
	Requalificação da Rede Escolar do 1º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-Escolar	1ª Reunião de 06-11-2007 / 2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-44-2010-01	04-01-2010	16-08-2010
	Requalificação da Rede Escolar do 1º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-Escolar	1ª Reunião de 06-11-2007 / 2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-44-2010-02	19-03-2010	30-09-2010
	Requalificação da Rede Escolar do 1º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-Escolar	1ª Reunião de 06-11-2007 / 2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-44-2010-03	17-08-2010	31-12-2010
	Requalificação da Rede Escolar do 1º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-Escolar	1ª Reunião de 06-11-2007 / 2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-44-2010-04	15-09-2010	31-12-2010
	Requalificação da Rede Escolar do 1º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-Escolar	1ª Reunião de 06-11-2007 / 2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-44-2010-06	22-12-2010	31-12-2010
	Requalificação da Rede Escolar do 1º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-Escolar	1ª Reunião de 06-11-2007 / 2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-44-2011-01	06-10-2011	30-12-2011
	Requalificação da Rede Escolar do 1º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-Escolar	1ª Reunião de 06-11-2007 / 2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-44-2011-02	20-10-2011	30-12-2011
	Requalificação da Rede Escolar do 1º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-Escolar	1ª Reunião de 06-11-2007 / 2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-44-2012-01	29-10-2012	17-12-2012
	Mobilidade Territorial	2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-50-2008-01	08-08-2008	22-09-2008
	Mobilidade Territorial	2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-50-2009-01	20-03-2009	30-04-2009
	Mobilidade Territorial	2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-50-2009-02	20-03-2009	30-04-2009
	Mobilidade Territorial	2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-50-2009-03	06-04-2009	31-12-2009
	Mobilidade Territorial	2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-50-2009-04	06-04-2009	31-12-2009
	Mobilidade Territorial	2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-50-2009-05	20-04-2009	31-12-2009
	Mobilidade Territorial	2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-50-2009-06	20-04-2009	31-12-2009
	Mobilidade Territorial	2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-50-2009-07	22-04-2009	31-12-2009
	Mobilidade Territorial	2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-50-2009-08	22-04-2009	31-12-2009
	Mobilidade Territorial	2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-50-2009-09	12-05-2009	30-10-2009
	Mobilidade Territorial	2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-50-2009-10	18-06-2009	31-12-2009
	Mobilidade Territorial	2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-50-2009-11	18-06-2009	31-12-2009
	Mobilidade Territorial	2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-50-2009-12	15-07-2009	31-12-2010
	Mobilidade Territorial	2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-50-2009-13	15-07-2009	31-12-2010
	Mobilidade Territorial	2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-50-2010-01	04-01-2010	16-08-2010
	Mobilidade Territorial	2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-50-2010-02	04-01-2010	16-08-2010
	Mobilidade Territorial	2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-50-2010-03	14-01-2010	07-07-2010
	Mobilidade Territorial	2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-50-2010-04	14-01-2010	07-07-2010
	Mobilidade Territorial	2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-50-2010-05	17-02-2010	15-09-2010
	Mobilidade Territorial	2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-50-2010-06	17-02-2010	15-09-2010
	Mobilidade Territorial	2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-50-2010-07	17-02-2010	15-09-2010
	Mobilidade Territorial	2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-50-2010-08	01-03-2010	05-04-2010
	Mobilidade Territorial	2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-50-2010-09	04-03-2010	05-04-2010
	Mobilidade Territorial	2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-50-2010-10	18-03-2010	30-07-2010
	Mobilidade Territorial	2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-50-2010-11	15-06-2010	31-12-2010
	Mobilidade Territorial	2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-50-2010-12	15-06-2010	31-12-2010
	Mobilidade Territorial	2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-50-2010-13	08-07-2010	31-12-2010
	Mobilidade Territorial	2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-50-2010-14	08-07-2010	31-12-2010
	Mobilidade Territorial	2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-50-2010-15	17-08-2010	31-12-2010
	Mobilidade Territorial	2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-50-2010-16	17-08-2010	31-12-2010
	Mobilidade Territorial	2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-50-2010-17	15-09-2010	31-12-2010
	Mobilidade Territorial	2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-50-2010-18	15-09-2010	31-12-2010
	Mobilidade Territorial	2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-50-2010-19	03-11-2010	30-12-2010
	Mobilidade Territorial	2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-50-2011-01	18-05-2011	30-12-2011
	Mobilidade Territorial	2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-50-2011-02	20-10-2011	30-12-2011
	Mobilidade Territorial	2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-50-2011-03	20-10-2011	30-12-2011
	Mobilidade Territorial	2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-50-2012-01	29-10-2012	17-12-2012
	Equipamentos e serviços colectivos de proximidade (coesão local)	2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-56-2009-01	30-03-2009	30-04-2009
	Equipamentos e serviços colectivos de proximidade (coesão local)	2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-56-2009-02	22-04-2009	31-12-2009

Anexo XI - Regulamentação Específica/Calendário de concursos por Eixo Prioritário

PROGRAMA: PO ALENTEJO - 2007PT161PO004

Eixo Prioritário	Regulamentação Específica / Tipologia de operação	Data de aprovação/alteração dos Critérios de Selecção pela Comissão de Acompanhamento	Concurso do ano		
			Cód. Concurso / refº concurso	Data de Abertura	Data de Encerramento
	Equipamentos e serviços colectivos de proximidade (coesão local)	2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-56-2009-03	22-04-2009	31-12-2009
	Equipamentos e serviços colectivos de proximidade (coesão local)	2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-56-2009-04	19-05-2009	31-12-2009
	Equipamentos e serviços colectivos de proximidade (coesão local)	2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-56-2009-05	22-05-2009	31-12-2009
	Equipamentos e serviços colectivos de proximidade (coesão local)	2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-56-2009-06	18-06-2009	31-12-2009
	Equipamentos e serviços colectivos de proximidade (coesão local)	2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-56-2009-07	15-07-2009	31-12-2010
	Equipamentos e serviços colectivos de proximidade (coesão local)	2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-56-2009-08	15-09-2009	16-11-2009
	Equipamentos e serviços colectivos de proximidade (coesão local)	2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-56-2010-01	04-01-2010	31-12-2010
	Equipamentos e serviços colectivos de proximidade (coesão local)	2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-56-2010-02	04-01-2010	31-12-2010
	Equipamentos e serviços colectivos de proximidade (coesão local)	2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-56-2010-03	14-01-2010	07-07-2010
	Equipamentos e serviços colectivos de proximidade (coesão local)	2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-56-2010-04	17-02-2010	15-09-2010
	Equipamentos e serviços colectivos de proximidade (coesão local)	2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-56-2010-05	19-03-2010	30-07-2010
	Equipamentos e serviços colectivos de proximidade (coesão local)	2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-56-2010-06	16-06-2010	31-12-2010
	Equipamentos e serviços colectivos de proximidade (coesão local)	2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-56-2010-07	08-07-2010	31-12-2010
	Equipamentos e serviços colectivos de proximidade (coesão local)	2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-56-2010-08	15-09-2010	31-12-2010
	Equipamentos e serviços colectivos de proximidade (coesão local)	2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-56-2011-01	18-05-2011	20-06-2011
	Equipamentos e serviços colectivos de proximidade (coesão local)	2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-56-2011-02	01-06-2011	31-12-2011
	Equipamentos e serviços colectivos de proximidade (coesão local)	2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-56-2011-03	20-10-2011	30-12-2011
	Equipamentos e serviços colectivos de proximidade (coesão local)	2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-56-2012-01	29-10-2012	17-12-2012
	Equipamentos e serviços colectivos de proximidade (coesão local)	2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-56-2012-02	19-11-2012	25-02-2013
	Requalificação da Rede de Escolas do 2º e 3º ciclo do Ensino Básico	1ª Reunião de 06-11-2007 / 2ª Reunião de 02-04-2008	ALENT-97-2010-01	22-12-2010	15-06-2011
	Iniciativa Comunitária Jessica	Consulta escrita 21-10-2010	ALENT-98-2009-01	13-07-2009	06-08-2010
EP 4 - Assistência Técnica	Acções de Assistência Técnica	Consulta escrita 04-04-2008	ALENT-73-2008-01	13-05-2008	16-05-2008
	Acções de Assistência Técnica	Consulta escrita 04-04-2008	ALENT-73-2009-01	07-01-2009	07-02-2009
	Acções de Assistência Técnica	Consulta escrita 04-04-2008	ALENT-73-2009-02	02-11-2009	02-12-2009
	Acções de Assistência Técnica	Consulta escrita 04-04-2008	ALENT-73-2010-01	12-01-2010	08-02-2010
	Acções de Assistência Técnica	Consulta escrita 04-04-2008	ALENT-73-2010-02	09-03-2010	09-04-2010
	Acções de Assistência Técnica	Consulta escrita 04-04-2008	ALENT-73-2010-03	03-11-2010	30-11-2010
	Acções de Assistência Técnica	Consulta escrita 04-04-2008	ALENT-73-2011-01	02-11-2011	30-11-2011
	Acções de Assistência Técnica	Consulta escrita 04-04-2008	ALENT-73-2012-01	02-11-2012	30-11-2012



Anexo XII – Processo de Seleção por Eixo Prioritário até 31-12-2012



## Anexo XII - Processo de seleção por Eixo Prioritário até 31.12.12 (valores acumulados)



PROGRAMA: PO ALENTEJO - 2007PT161PO004

unid: euro

Eixo Prioritário	Dotação de Fundo	Processo de seleção por concurso e/ou períodos de candidatura											Candidaturas apresentadas			Candidaturas admitidas		
		Total até 31-12-2012			Em aberto a 31-12-2012		Encerrados a 31-12-2012			Tempos médios de decisão (**)								
		Nº	Fundo		Nº	Fundo	Nº	Fundo concurso	Dos quais decididos		Dias previstos	Dias efetivos	Nº	Custo total previsto	Investimento médio por candidatura	Nº	Custo total previsto	Investimento médio por candidatura
			Montante	% do PO					Nº	Fundo em candidaturas aprovadas								
Total (*)	853.933.978	387	1.106.300.980	554%	10	27.700.000	377	1.078.600.980	332	793.186.229	69	106	3.197	2.852.964.530	892.388	1.950	1.701.994.772	872.818
EP 1 - Competitividade, Inovação e Conhecimento	318.130.622	190	477.233.586	150%	9	21.500.000	181	455.733.586	167	284.150.298	89	108	1.744	1.601.307.762	918.181	963	827.720.899	859.523
EP 2 - Valorização do Espaço Regional	112.327.074	102	208.986.400	186%	0	0	102	208.986.400	88	125.256.091	83	132	590	346.070.714	586.561	371	248.154.278	668.879
EP 3 - Coesão Local e Urbana	400.076.282	87	392.080.994	98%	1	6.200.000	86	385.880.994	70	370.607.502	82	155	815	885.939.389	1.087.042	571	606.680.089	1.062.487
EP 4 - Assistência Técnica	23.400.000	8	28.000.000	120%	0	0	8	28.000.000	7	13.172.338	24	28	48	19.646.665	409.306	45	19.439.506	431.989

(Continua)

### Notas

(\*) No caso do PO Valorização do Território apresentar totalizadores por Fundo.

(\*\*) Tempos médios de decisão aferidos entre a entrada da candidatura e a data de comunicação ao beneficiário.

### Especificação de conceitos

Candidaturas apresentadas = Total de candidaturas submetidas a um concurso ou período de candidatura (fechado ou em contínuo/aberto). Nos casos de concursos ou períodos de candidatura fechados apenas se consideram as candidaturas submetidas dentro dos prazos estabelecidos nos respetivos avisos.

Candidaturas admitidas = Total de candidaturas apresentadas que cumprem os requisitos de admissibilidade aplicáveis e que, portanto, são aceites pela autoridade de gestão para integrar o processo de seleção. (em análise técnica, aprovadas, não aprovadas, anuladas, rescindidas)

Taxa de admissibilidade (admitidas/apresentadas) = Taxas calculadas com informação relativa às candidaturas admitidas/candidaturas apresentadas com análise de admissibilidade concluída.

Taxa de aprovação bruta (aprovadas/apresentadas) = Taxas calculadas com informação relativa às candidaturas aprovadas/candidaturas apresentadas com análise de admissibilidade concluída.

Taxa de aprovação líquida (aprovadas/admitidas) = Taxas calculadas com informação relativa às candidaturas aprovadas/candidaturas admitidas com análise de mérito concluída.

Taxa de contratação (contratos/aprovadas) = Taxas calculadas com informação relativa a contratos celebrados/operações aprovadas. Estas taxas refletem, o desfasamento temporal entre o momento da aprovação (decisão final) e o momento da contratação.

Anexo XII - Processo de seleção por Eixo Prioritário até 31.12.12 (valores acumulados)



PROGRAMA:

(continuação)

unid: euro

Eixo Prioritário	Candidaturas aprovadas						Taxa de admissibilidade (admitidas/apresentadas)		Taxa de aprovação bruta (aprovadas/apresentadas)		Taxa de aprovação líquida (aprovadas/admitidas)		Contratos/termos de aceitação assinados		Taxa de contratação (contratos/aprovadas)	
	Nº	Custo total	Custo total elegível	Despesa Pública	Fundo	Investimento elegível médio por candidatura	Candidaturas	Custo total	Candidaturas	Custo total	Candidaturas	Custo total	Nº	Fundo	Candidaturas	Fundo
<b>Total</b>	1.534	1.236.417.781	1.089.427.418	940.570.777	793.186.229	710.187	61%	60%	48%	38%	79%	64%	1.453	762.183.240	95%	96%
EP 1 - Competitividade, Inovação e Conhecimento	693	521.329.552	447.855.831	301.520.609	284.150.298	646.257	55%	52%	40%	28%	72%	54%	625	259.698.162	90%	91%
EP 2 - Valorização do Espaço Regional	282	178.078.860	162.475.236	161.766.251	125.256.091	576.153	63%	72%	48%	47%	76%	65%	279	124.610.523	99%	99%
EP 3 - Coesão Local e Urbana	520	520.344.738	463.599.483	461.787.049	370.607.502	891.537	70%	68%	64%	52%	91%	76%	510	364.702.217	98%	98%
EP 4 - Assistência Técnica	39	16.664.630	15.496.869	15.496.869	13.172.338	397.356	94%	99%	81%	79%	87%	80%	39	13.172.338	100%	100%

Anexo XIII – Ficha de Grande Projeto

Anexo XIV – Processo Ficha de Projeto Ambiental

(não se aplicam ao Programa Operacional Regional Alentejo)



#### Anexo XV – Quadro Auxiliares

- Tabela de Classificação NUT de acordo com o Regulamento (CE) n.º 1059/2003
- Certificados de Despesa e Pedidos de Pagamento (CDPP) enviados à CE em 2012 e acumulados – Programa Operacional Alentejo
- Previsões de Pedidos de Pagamento para 2012 e 2013 – Programa Operacional Alentejo



## Informação para Quadro 2 - NUTS

De acordo com o Regulamento (CE) nº 1059/2003 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de Maio de 2003, relativo à instituição de uma Nomenclatura Comum das Unidades Territoriais Estatísticas (NUTS)

Código	Designação
PT	PORTUGAL
PT1	CONTINENTE
PT18	Alentejo
PT181	Alentejo Litoral
PT182	Alto Alentejo
PT183	Alentejo Central
PT184	Baixo Alentejo
PT185	Lezíria do Tejo

Certificados de Despesa e Pedidos de Pagamento (CDPP) enviados à CE em 2012 e acumulados

Programa Operacional Alentejo



Unid: euros

Programa Operacional	CCI Programa	Fundo	Código Eixo Prioritário	2012				Total Acumulado			
				Total das despesas elegíveis pagas pelos beneficiários	Contribuição Pública Correspondente	Montante PP à CE		Total das despesas elegíveis pagas pelos beneficiários	Total Contribuição Pública Correspondente	Montante PP à CE	
						Total	Do qual top-up			Total	Do qual top-up
Alentejo	2007PT161PO004	FEDER	ALENT-07	88.148.063,76	60.570.666,79	60.570.666,79	0,00	148.585.274,66	102.730.756,70	102.730.756,70	0,00
			ALENT-08	40.227.019,35	40.227.019,35	38.856.006,42	4.663.040,03	59.583.556,85	59.583.556,85	55.309.063,28	4.663.040,03
			ALENT-09	158.756.633,00	154.349.824,15	152.838.251,84	17.895.113,81	222.831.156,83	218.382.705,28	207.301.597,04	17.895.113,81
			ALENT-10	3.546.986,16	3.546.986,16	3.844.865,24	829.927,03	10.786.983,12	10.786.983,12	9.998.862,60	829.927,03
			Total	290.678.702,27	258.694.496,45	256.109.790,29	23.388.080,87	441.786.971,46	391.484.001,95	375.340.279,62	23.388.080,87

Previsões de Pedidos de Pagamento para 2012 e 2013

Programa Operacional Alentejo



Unid: euros

Programa Operacional	CCI Programa	Fundo	Previsões Abril de 2012		Atualização das Previsões Julho de 2012	
			2012	2013	2012	2013
Alentejo	2007PT161PO004	FEDER	162.705.587,89	169.241.514,55	215.895.778,18	169.241.514,55

